

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O Projeto da UNICAMP para os seus Colégios Técnicos:

uma abordagem pela institucionalização do COTUCA.

Autor: Michel Sadalla Filho
Orientador: Prof. Dr. Pedro Ganzeli

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Michel Sadalla Filho e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:.....

Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

.....
.....
.....

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**
Bibliotecário: Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

Sa15p	Sadalla Filho, Michel. O projeto da UNICAMP para os seus Colégios Técnicos: uma abordagem pela institucionalização do COTUCA / Michel Sadalla Filho. – Campinas, SP: [s.n.], 2010. Orientador : Pedro Ganzeli. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1. Colégio Técnico de Campinas. 2. Educação profissional. 3. Gestão educacional. I. Ganzeli, Pedro. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título. 10-003/BFE
-------	---

Título em inglês: The project of the State University of Campinas for their Technical Colleges: çãthe institutionalization of COTUCA

Keywords: Campinas Technical College; Professional Education; Education Management

Área de concentração: Políticas, Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Ganzeli (Orientador)

Profª. Drª. Débora Jeffrey

Prof. Dr. Nilson Guedes Robson da Silva

Profª. Drª. Sônia Giubilei

Prof. Dr. Antônio Carlos Ludwig

Data da defesa: 28/01/2010

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : michelsadalla@terra.com.br

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação requereu uma incessante busca de dados, informações e análise de documentos históricos, e somente foi possível finalizá-la pelo grande apoio que recebi de muitas pessoas; infelizmente, não tenho tempo para agradecer adequadamente a todos que me ajudaram e torceram... com certeza corro grande risco de esquecer pessoas muito queridas que, a seu modo, foram muito importantes para esta conquista.

Ao meu orientador professor Pedro Ganzeli por ter me acolhido num difícil momento, pelas discussões, incentivo para que não postergasse e por sempre acreditar que conseguiríamos,

Aos professores Zacarias Borges, Nilson Robson Guedes da Silva, e Débora Cristina Jeffrey, pelas discussões francas e sugestões que em muito contribuíram para a melhoria do texto.

À Direção do Cotuca, professores Alan César I. Yamamoto, Celso Akira Nishibe, Cristina Cimorelli C. Rubega e Teresa Celina Meloni Rosa que propiciaram o acesso aos dados solicitados,

Aos colegas do Cotuca e Cofil, Celina Aparecida Rampazzo, Vânia Turin, Ângela Salvucci, Guilherme Wood, Jane Rizzo Palermo, Francisco da Fonseca Rodrigues, Maria Elizabete S. Tocchini, João Pedro Causo Neto, Aparecida Celi Caporalini, Cleonice Helena Vasconcelos, Vera Rubbioli, Luis Eduardo Quitério, Orlando Lencione, Quintal, Vanessa Petrilli Bavaresco, Elvira Puggina Schubert e meus colegas do Departamento Técnico em Mecânica.

Aos diversos servidores Maria do Rosário (DGRH), Maria Raquel Paulino, Marina (FE), Equipe da AEPLAN, Rute (PRG), Desiree Valonga, Equipe da Dra Patrícia Maria Morato.

Aos professores Jorge Megid, Kil Jin Park, José Tomás Vieira Pereira, Anselmo Eduardo Diniz, João Frederico C. A. Meyer, Margareth Ortiz de Camargo, Sonia Giubilei.

Um agradecimento especial para Telma Maria Murari, Marcelo de Oliveira Gonçalves, Soraya Romano Pacífico, Nelson Bryan, José Ricardo Fernandes Lagoa, Jorge Aires Ortiz, Roberto Correia Leite, Gustavo Lombardi, Sonia Moraes, Antonio Vivaldi, Nilton da Silva, Aparecida da Silva Pimentel Camilo e Thiago de Aragão Escher.

Aos Reitores e Pró-Reitores da UNICAMP professores Carlos Brito, Hermano Tavares, José Tadeu Jorge, Carlos Vogt, José Martins Filho, José Carlos Valladão de Mattos, Roberto Teixeira Mendes, Archimedes Perez Filho.

Aos Diretores do Cotuca e Cofil, professores Edgard Dal Molin Jr., Fernando Antônio Arantes, José Roberto Sundfeld, Osmar Salles de Figueiredo, Maurilo do Carmo e Silva, Ednilson Simões, Paulo Sérgio Saran, Manoel da Silva.

RESUMO

O Colégio Técnico de Campinas (Cotuca) iniciou suas atividades em 1967, sendo, ao lado do Colégio Técnico de Limeira (Cotil), uma das duas unidades de Ensino Técnico e Ensino Médio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esta pesquisa objetivou analisar a relação da UNICAMP com seus Colégios Técnicos, focando o Cotuca em algumas situações específicas. Buscou responder algumas perguntas, dentre elas: Qual o projeto da Universidade Estadual de Campinas para os seus Colégios Técnicos? Qual deveria ser a pauta de discussão para encaminhamento futuro do Cotuca e do Cotil? Nesta pesquisa do tipo qualitativa, utilizamos como técnicas de coleta de dados o levantamento documental e a realização de entrevistas semi-estruturadas. Para o primeiro caso foram analisados documentos oficiais da Universidade, como Estatutos, Regimento Geral, Portarias e Resoluções da Reitoria, Atas e Deliberações do CONSU; bem como legislação Federal e Estadual. Com relação às entrevistas, foram ouvidas 44 pessoas, a maior parte docentes e dirigentes da Universidade em diversas épocas (Reitores, Pró-Reitores, Diretores dos Colégios, Coordenadores de Cursos) e também professores e diretores de Colégios Técnicos Universitários pertencentes à UNESP e a Universidades Federais. O trabalho foi estruturado com base em sete eixos temáticos denominados por nós de Pilares de Sustentação da Pesquisa, devido a nos possibilitar a caracterização e a qualificação da relação UNICAMP – Colégios Técnicos em diversos aspectos e, portanto, embasar ou ainda sustentar nossa argumentação acerca desta relação entre a Universidade com seus Colégios Técnicos ao longo do tempo. Os três primeiros Pilares trataram da vinculação e da importância institucional e orçamentária dos Colégios, a sua representatividade no CONSU; situações em que os Colégios estiveram na Agenda de Discussão da UNICAMP, como o Planejamento Estratégico; a conveniência da UNICAMP estender sua autonomia aos Colégios, que respondem aos órgãos estaduais de educação. Outros três Pilares trataram do processo de institucionalização dos Colégios, abrangendo a carreira docente, a participação da comunidade na escolha de seus Diretores, e a implantação do órgão colegiado deliberativo. O último Pilar abarcou o problema das instalações prediais do Cotuca, como algo que se arrasta por mais de quarenta anos, tentando descobrir não apenas o porquê ainda não se conseguiu resolvê-lo, mas, principalmente, entender quais seriam os impactos desta mudança. Da análise dos dados e entrevistas destacamos: i) o projeto que a UNICAMP vislumbrava para seus Colégios, de funcionarem como um espelho dos cursos das Faculdades de Engenharia

malogrou completamente; ii) a carreira MST foi o instrumento de maior importância para a constituição dos Colégios, pois permitiu a fixação do corpo docente de boa qualidade; iii) a retomada da importância institucional dos Colégios à partir do final do século XX, e iv) a necessidade de discussão da política universitária para os Colégios Técnicos em suas comunidades, a Comissão de Ensino Médio e Técnico, abrangendo, dentre outros, a sua interação com Institutos e Faculdades, a representação no CONSU, a realização de pesquisas e a transferência do Cotuca para o campus.

ABSTRACT

The “Colégio Técnico de Campinas” (Cotuca) initiated its activities in 1967, being, to the side of the “Colégio Técnico de Limeira” (Cotil), one of the two units of Education Technician and High school of the “Universidade Estadual de Campinas” (UNICAMP). This research aims to analyze the relation of the UNICAMP with its Colleges Technician, being focusing the Cotuca in some specific situations. It searched to answer some questions, among them: What is the project of the UNICAMP for its Colleges Technician? Which would have to be the guideline of quarrel for future guiding of the Cotuca and the Cotil? In this research, of the qualitative type, we use as techniques of data collection the survey documentary and the accomplishment of half-structuralized interviews. For the first case, official documents of the University had been analyzed, as Statutes, General Regiment, Ordinances and Resolutions of the Rectorry, Minutes and Resolutions of the University, as well as federal and state legislation, and Bulletins of ADUNICAMP. Regarding to the interviews, we heard 44 people, mostly teachers and managers at the University at various times (Deans, Pro-Rectors, Deans of Colleges, Course Coordinators) and also teachers and principals of Technical High Schools belonging to the UNESP and Federal Universities. The work was structuralized on the basis of seven thematic axles called by us of Sustentation’s Pillars of the Research, which had in them to make possible the characterization and the qualification of relation UNICAMP - Colleges Technician in diverse aspects and, therefore, to base or still to support our argument about the relationship between the University and its Technical High Schools over time. The first three Pillars had dealt with to the the institutional importance of Colleges and budget; its representation in the CONSU; situations where the Colleges had been in the Quarrel Agenda of the UNICAMP, as the Strategical Planning; and the convenience of the UNICAMP to extender its autonomy to the Colleges, which responds to state agencies of education. Others three Pillars had dealt with the process of institutionalization of the Colleges, including the teaching career, the participation of the community in the choice of its Directors, and the implantation of the deliberative collegiate agency. The last Pillar focus the problem of building facilities of Cotuca as something that has dragged on for over forty years, trying to discover not only why there is still debate to resolve it, but mainly to understand what are the impacts of this change. From the analysis of the data and interviews we detach: i) the project that UNICAMP had for its colleges, to be as a mirror of the courses at the Engineer Faculties, has failed completely; ii) the MST career was the instrument of major importance for a Colleges constitution, it helps to consolidated teachers of good quality; the institutionalization of the Colleges was delayed by interests of the Administration of the University; retaken of the institutional importance of the Colleges in the end of the twentieth century and the need for discussion of university policy for

Technical High Schools in their communities, the Commission of Average Education and Technician, enclosing, among others, its interaction with institutes and colleges, the representation in CONSU, the accomplishment of research and the transference of the Cotuca for the campus.

LISTAS DE ABREVIações

ADUNICAMP – Associação dos docentes da Unicamp
AEPLAN- Assessoria Econômica e de Planejamento – Unicamp
APEOESP- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo
APM- Associação de Pais e Mestres (COTUCA)
APP- Atividade Programada de Pesquisa
BID- Banco Interamericano de Investimento
BIRD- Banco Mundial
CADI- Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (Unicamp)
CAI- Câmara Auxiliar Interna
CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPI- Comitê para Apoio de Projetos Institucionais (Cotuca)
Carreira NT- Carreira Nível Técnico
CDA- Comissão Departamental de Avaliação
CEE-SP – Conselho Estadual de Educação - São Paulo
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CEL- Centro de Estudos da Linguagem
CEMT – Comissão de Ensino Médio e Técnico
CEPE- Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (Unicamp)
CEPRE- Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação “Professor Gabriel Porto”
CESET- Centro Superior de Educação Tecnológica
CETESP- Centro de Formação Técnica do Estado de São Paulo
CFE – Conselho Federal de Educação
CGA- Comissão Geral de Avaliação
CGU- Conselho Geral Universitário
CLT- Consolidações das Leis Trabalhistas
CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEN- Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares
COLTEC- Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais
CONDEPAAC- Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas
CONDEPHAAT- Conselho de defesa do Patrimônio Histórico , Arqueológico, Artístico e Turístico
CONSU- Conselho Universitário (Unicamp)
COPEI- Comissão de Planejamento Estratégico Institucional
COTICAP- Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antonio Prado
COTIL – Colégio Técnico de Limeira
COTUCA- Colégio Técnico de Campinas
CRUESP- Conselho de Reitores das Universidades do Estado de São Paulo
CT- Centro de Tecnologia (Unicamp)
CTA - Conselho Técnico Administrativo
CTC- Colégio Técnico de Campinas
CTL- Colégio Técnico de Limeira
D.E. -Delegacia de Ensino

DGRH- Diretoria Geral de Recursos Humanos – Unicamp
 DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações- Centro de Operações de Defesa Interna
 DRE- Diretoria Regional de Ensino
 EMH- Técnico em Equipamentos Médicos Hospitalares (COTUCA)
 ESTEC- Escritório Técnico de Construção
 ESUNICAMP- Estatuto dos Servidores da Unicamp
 FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
 FE- Faculdade de Educação
 FEA- Faculdade de Engenharia de Alimentos
 FEAGRI- Faculdade de Engenharia Agrícola
 FEC- Faculdade de Engenharia Civil
 FEEC- Faculdade de Engenharia Elétrica e Computação
 FEF- Faculdade de Educação Física
 FEM- Faculdade de Engenharia Mecânica
 FEQ- Faculdade de Engenharia Química
 FMC- Faculdade de Ciências Médicas
 FOP- Faculdade de Odontologia de Piracicaba
 FORPLAD- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
 HIE- História das Instituições Escolares
 IA- Instituto de Artes
 IB- Instituto de Biologia
 IC- Instituto de Computação
 ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
 IEL- Instituto de Estudos da Linguagem
 IFCH- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
 IFGW- Instituto de Física Gleber Wataghin
 IG- Instituto de Geociências
 IMECC- Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica
 INSS- Instituto Nacional de Seguridade Social
 IQ- Instituto de Química
 ITA- Instituto Técnico da Aeronáutica
 ITAL- Instituto de Tecnologia de Alimentos
 MEC- Ministério da Educação e Cultura
 MS- Magistério Superior
 MST- Magistério Secundário Técnico
 OIT- Organização Internacional do Trabalho
 PEI- Planejamento Estratégico Institucional (Unicamp)
 PLANES- Planejamento Estratégico (Unicamp)
 PPP- Projeto Político Pedagógico
 PREAC- Pró Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
 PRG- Pró Reitoria de Graduação (Unicamp)
 PROEP- Programa de Expansão da Educação Profissional
 QD-Unicamp – Quadro de docentes da Unicamp

RDIDP- Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa
REP- Reforma da Educação Profissional (1997)
RMC- Região Metropolitana de Campinas
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIARQ- Sistema de Arquivos da Unicamp
SPPREV- São Paulo Previdência
UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais
UNESP- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas
USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Lista de Abreviações	ix
INTRODUÇÃO	01
1. Uma breve trajetória da Educação Profissional no Brasil: contexto e implicações para a criação dos Colégios Técnicos da UNICAMP	26
1.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA E ITINERÁRIO INSTITUCIONAL.....	27
1.2 A CRIAÇÃO DA UNICAMP E DE SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS: UMA HISTÓRIA INDISSOCIADA.	36
2. O relacionamento da UNICAMP com os seus Colégios Técnicos - um processo em constante mudança	50
2.1 PILAR I – OS COLÉGIOS TÉCNICOS E SUA IMPORTÂNCIA RELATIVA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE: INSTITUCIONAL, ORÇAMENTÁRIA E ACADEMICAMENTE	51
2.1.1 A importância institucional dos Colégios Técnicos junto à UNICAMP – trinta anos de declínio à inflexão no limiar do novo século.....	51
2.1.2 O Planejamento Estratégico da UNICAMP no novo Milênio inaugura uma era de inclusão dos Colégios Técnicos: o início do reconhecimento institucional.	59
2.1.3 A participação dos Diretores do Cotuca e do Cotel no Conselho Universitário – uma luta ainda em andamento	68
2.1.4 A vinculação institucional dos Colégios Técnicos aos órgãos universitários, suas idas e vindas: a CEPE e a CEMT são as melhores instâncias?	78
2.1.5 Colégio Técnico de Campinas – cursos e vagas oferecidas entre 1967 a 2010: uma trajetória em ascensão	100
2.1.6 A importância orçamentária relativa dos Colégios Técnicos da UNICAMP	108
2.1.7 A Relação institucional dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira no âmbito da Universidade Estadual de Campinas – Algumas considerações.....	110
2.2 PILAR II – O COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS NA AGENDA DE DISCUSSÃO DA UNICAMP E SUA INSERÇÃO JUNTO AOS INSTITUTOS E FACULDADES.....	116
2.2.1 O episódio das aulas de Química em 1968: um indício de como se daria a (não) inserção do Cotuca no campus universitário.	117

2.2.2 A Diligência de 1969 promove a intervenção na direção do Cotuca – a Assessoria de Ensino passa a dar as cartas.	120
2.2.3 O ano de 1973 e a radical proposta de integração do Cotuca junto à Universidade: do firme apoio ao total abandono em seis meses. Como se explica?	126
2.2.4 A demissão de oito professores desencadeia, em 1980, uma crise sem precedentes no Cotuca – a Universidade toma ciência da “situação catastrófica” e discute futuro do Colégio.	132
2.2.5 A proposta de um Colégio de Aplicação da UNICAMP e o Cotuca – a defesa de princípios, o medo, a mobilização, a resistência e a confusão pedagógica tudo no mesmo barco.	149
2.2.6 Algumas formas de integração entre o Colégio Técnico de Campinas e a Universidade: o papel dos Coordenadores de Cursos e a utilização de instalações universitárias.	163
2.3 PILAR III – O RELACIONAMENTO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS COM OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: HÁ INTERESSE NA AUTONOMIA?	170
2.3.1 O ano de 1968 e as tratativas de convênio entre a UNICAMP e a Secretaria de Educação – a busca de recursos nunca obtida para a manutenção dos Colégios Técnicos.....	171
2.3.2 O ano de 1969 e a proposta de convênio entre a UNICAMP e o CETESP – a formação de professores habilitados ao Ensino Técnico	182
2.3.3 O ano de 1975 e o Plano de Organização Didática dos Colégios Técnicos - as exigências da Lei 7.692/71	188
2.3.4 O ano de 1977 e o reconhecimento por parte da Universidade da subordinação do Cotuca às instâncias educacionais estaduais.....	190
2.3.5 O ano de 1978 e novas regularizações dos atos acadêmicos do Cotuca	194
2.3.6 A ocupação do cargo de direção do Cotuca nos anos de 1986 e 1995 – a lei tem que ser cumprida, aos interessados que a alterem.	196
2.3.7 A autonomia da Universidade Estadual de Campinas junto aos seus Colégios Técnicos: há interesse? Algumas considerações.	198
3. A institucionalização dos Colégios Técnicos da UNICAMP - um processo lento, contínuo e ainda presente	207

3.1 PILAR IV – A CARREIRA MAGISTÉRIO SECUNDÁRIO TÉCNICO: FATOR PRIMORDIAL PARA A CONSTITUIÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP.	208
3.1.1 Os primórdios da tomada de consciência – da tímida mobilização inicial à implantação da Carreira de Professor Nível Técnico.	208
3.1.2 A mobilização dos professores do Cotuca e do Cotel para a implantação de uma nova carreira docente – a proposta assumida pela Adunicamp.	213
3.1.3 As negociações com a Reitoria e a Norma Regumentadora No. 2 – a Carreira Magistério Secundário Técnico (MST).	224
3.1.4 A espera para implantação da Carreira MST, as perdas e a volta da mobilização para indexação à Carreira MS.	238
3.1.5 A Universidade se prepara para a análise da Carreira MST e demais Carreiras Docentes Especiais: a criação da CAI e a as novas atribuições da CADI.	244
3.1.6 A Deliberação Consu A-06/93, a conquista salarial veio junto com o retardamento à progressão.	249
3.1.7 A revisão da Carreira e a vinculação ao MS 3 – a Deliberação CEPE- A10/95 recupera antigas reivindicações e se mantém atual quinze anos depois.	254
3.1.8 Avanços institucionais para o ingresso; a conquista do ESUNICAMP – o que parecia impossível aconteceu.	263
3.1.9 A Carreira Docente Magistério Secundário Técnico: algumas considerações	272
3.2 PILAR V – O PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR DOS COLÉGIOS TÉCNICOS: O RETARDO PROGRAMADO.	281
3.3 PILAR VI – A IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO SUPERIOR NOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP: UM RETARDO PRÁ LÁ DE DEZ ANOS.	300
4. O COTUCA E SUAS INSTALAÇÕES NA RUA CULTO à CIÊNCIA, 177 – um problema insolúvel?	318
4.1 PILAR VII – O COTUCA E SUAS INSTALAÇÕES NA RUA CULTO À CIÊNCIA - UM PROBLEMA INSOLÚVEL?	319
4.1.1 E O COTUCA FOI, PROVISORIAMENTE, PARA A RUA CULTO À CIÊNCIA, 177.	320
4.1.2 O debate a respeito do Cotuca no campus universitário.	332

**5. A UNICAMP E OS SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES
FINAIS..... 339**

ÍNDICES DE QUADROS

Quadro 1 – “Grau de Importância Institucional” dos Colégios Técnicos da UNICAMP.....	58
Quadro 2 - Vinculação Institucional dos Colégios Técnicos à UNICAMP.....	81
Quadro 3 - Carreira MST: Proposta ADUNICAMP/Colégios Técnicos (27/08/1986).....	232
Quadro 4 – Convênio UNICAMP – MEC/PROEP: Recursos previstos.	327

ÍNDICES DE TABELAS

Tabela 1 - CEMT – Comissão de Ensino Médio e Técnico: Alguns indicadores	91
Tabela 2 – Importância Acadêmica COTUCA (1989 – 2007).....	107
Tabela 3 – Evolução da participação relativa das UEP no orçamento da UNICAMP (1989 – 2007)	109
Tabela 4 – Carreira MST: Norma Regulamentadora NR 2/87	231
Tabela 5 – Carreira MST: Análise do Artigo 16	231
Tabela 6 – Evolução de vagas 1967-2007	401
Tabela 7 – Evolução de cursos 1989-2007	401
Tabela 8 – Evolução de candidatos 1989-2007.....	401
Tabela 9 – Evolução de ingressantes 1989-2007.....	401
Tabela 10 – Evolução de matriculados 1989-2007	402
Tabela 11 – Evolução de concluintes (Ensino Médio) 1989-2007.....	402
Tabela 12 – Evolução de concluintes (Ensino Técnico) 1989-2007	402
Tabela 13 – Evolução de concluintes (Especialização) 2001-2007.....	402
Tabela 14 – Evolução orçamentária do COTUCA x Média das Unidades de Ensino e Pesquisa (1989 a 2007)	415

ÍNDICES DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução de vagas 1967-2007	403
Gráfico 2 – Evolução de cursos 1989-2007	403
Gráfico 3 – Evolução de candidatos 1989-2007.....	403
Gráfico 4 – Evolução de ingressantes 1989-2007.....	404
Gráfico 5 – Evolução de matriculados 1989-2007.....	404
Gráfico 6 – Evolução de concluintes (Ensino Médio) 1989-2007	404
Gráfico 7 – Evolução de concluintes (Ensino Técnico) 1989-2007	405
Gráfico 8 – Evolução de concluintes (Especialização) 2001-2007	405
Gráfico 9 – Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP (1989).....	416
Gráfico 10 - – Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP (2007).....	416
Gráfico 11 – Evolução da participação percentual das UEP no orçamento da UNICAMP (1989 – 2007).....	416

ÍNDICES DE FIGURAS

Figura 1 – Boletim ADUNICAMP Especial CARREIRA DOCENTE – Fac Simile	228
---	-----

ÍNDICES DE ANEXOS

ANEXO 1 Proposta de integração efetiva do Colégio Técnico de Campinas às demais Unidades da UNICAMP	369
ANEXO 2 Roteiro para entrevista com ex-Reitores e ex-Pró-Reitores	370
ANEXO 3 Questões específicas para Reitor Brito	373
ANEXO 4 Questões específicas para Reitor Hermano	374
ANEXO 5 Questões específicas para Reitor Martins	376
ANEXO 6 Questões específicas para Reitor Tadeu Jorge	377
ANEXO 7 Questões específicas para Pró-Reitor Archimedes	378
ANEXO 8 Questões específicas para Pró-Reitor Valladão	379
ANEXO 9 Entrevista com Ex-Diretores do Cotuca	381
ANEXO 10 Entrevista com Professor Osmar Salles	383
ANEXO 11 Entrevista com Professor Nelson Bolzani	385
ANEXO 12 Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP – 1989 a 2007	388
ANEXO 13 Carreira Docente – Ofício de Encaminhamento para a Reitoria	389
ANEXO 14 Carreira MST – NR 2/87: Reitor determina alterações	390
ANEXO 15 BOLETIM ADUNICAMP – VAMOS CONFERIR NOSSO SALÁRIO?	391
ANEXO 16 OFÍCIO ADUNICAMP PARA REITOR – FEVEREIRO 1985	392
ANEXO 17 ESTUDOS DAS PERDAS SALARIAIS 1987	393
ANEXO 18 RESOLUÇÃO GR Nº 58, de 19-8-2003.	394
ANEXO 19 RESOLUÇÃO GR Nº 09, de 06-02-2006. Reitor: JOSÉ TADEU JORGE	396
ANEXO 20 COMISSÃO PARA ESTUDAR DEMISSÃO NO COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS E ELABORAR PROPOSTA PARA SUA INSERÇÃO NA UNIVERSIDADE	400
ANEXO 21 Tabelas Número de vagas, cursos, concluintes, ingressantes, candidatos,	401
ANEXO 22 Gráficos	403
ANEXO 23 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	406
ANEXO 24 PLACA DE FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DO COTUCA EM HOMENAGEM AO PROFESSOR ÁLVARO FRANÇA DE BARROS	413
ANEXO 25 RESOLUÇÃO GR Nº 33, de 2001.	414
ANEXO 26 415	
ANEXO 27 416	

INTRODUÇÃO

Adotamos para esta Introdução, apresentar ao mesmo tempo os aspectos motivadores e o desenvolvimento da pesquisa, bem como os fundamentos metodológicos, respectivamente na Parte 1 e Parte 2.

PARTE 1 – CAMINHOS PERCORRIDOS

O Colégio Técnico de Campinas – Cotuca - iniciou suas atividades em 1967, simultaneamente com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) sendo, ao lado do Colégio Técnico de Limeira – Cotel - uma das duas unidades de Ensino Médio e Profissional desta Universidade. A presente pesquisa tem como objetivo analisar como a Universidade Estadual de Campinas tem desenvolvido suas ações junto a seus Colégios Técnicos¹, passando pelo “projeto original” quando da criação da UNICAMP e discutindo diversos aspectos do relacionamento da Universidade com estes Colégios, em particular com o Cotuca: a montagem da equipe gestora, a vinculação institucional dos Colégios com a Universidade, a relação com os Institutos e Faculdades, a autonomia para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, bem como o longo processo de institucionalização – instituição da carreira docente dos Colégios Técnicos, o órgão colegiado e a participação da comunidade para escolha do Diretor.

Esta pesquisa está completamente vinculada a minha vida profissional e política durante os 27 anos como docente do Cotuca onde também ocupei cargos de chefia do departamento Técnico em Mecânica e de direção do Colégio, além de ter sido representante docente por muitos anos. E, em 2006, após 11 anos ininterruptos atuando simultaneamente como professor e gestor escolar² resolvi buscar a realização de uma pesquisa acadêmica – registrar, refletir, dialogar - sobre tantos anos de trabalho na Educação Profissional, buscando não apenas a satisfação pessoal (e benefícios

¹ A UNICAMP mantém ainda o Curso Técnico de Prótese junto à Faculdade de Odontologia de Piracicaba – FOP, desde 1974, mas não constitui um Colégio Técnico propriamente dito. A equipe que coordena este curso no âmbito da FOP é composta por um diretor, uma secretária, quatro professores e dois técnicos. Pelo fato de este curso ser totalmente vinculado à Faculdade de Odontologia de Piracicaba não abordaremos as suas ações. O endereço http://www.fop.unicamp.br/curso_tecnico/index.htm traz algumas informações a respeito do curso.

² De 1994 a 2002 na direção do Cotuca e de 2002 a 2005 na Prefeitura Municipal de Campinas.

decorrentes) de uma titulação acadêmica, como também um trabalho que pudesse contribuir de forma significativa para a compreensão do papel do Colégio Técnico de Campinas no seio da Universidade Estadual de Campinas e sua importância para a formação e vida de milhares de jovens e adultos que têm passado por seus bancos escolares.

A importância do Colégio Técnico de Campinas, em minha vida, transcende em muito à garantia dos proventos necessários a meu sustento e de minha família. Permite-me um trabalho digno, com excelentes condições de realizar com prazer aquilo de que mais gosto: ser professor do Cotuca. Mas vai além, estende-se a minha formação política e pessoal; a vivência do ambiente universitário com colegas e companheiros do Cotuca, do campus e com os alunos, jovens e trabalhadores foi e tem sido determinante para o que sou, penso e almejo neste continuar de vida.

Em 2006, inscrevi-me no processo de seleção ao Mestrado desta Faculdade de Educação, com todas as dificuldades inerentes a um engenheiro mecânico de formação que, por um bom tempo, pouca importância deu à formação pedagógica, entendendo que o domínio dos conteúdos técnicos, a criatividade e o gostar de dar aulas eram suficientes para o bom trabalho. Ledo engano. O projeto apresentado propunha-se estudar a implementação da Reforma da Educação Profissional (REP)³ decretada pelo Governo Federal em 1997, no Cotuca, ocorrida no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, período coincidente ao que participamos de duas direções do Colégio⁴ (1994 a 2002), abordando os impactos no Projeto Pedagógico do Cotuca, dentre os quais, as alterações curriculares tanto na Educação Profissional, como na Educação Básica e suas implicações para a vida escolar dos alunos e para o trabalho/corpo docente, dentre outros. Assim, buscava elucidar a diferenciação entre o projeto implementado no Cotuca e em outras unidades de educação profissional – incluindo o Cotel, as escolas técnicas do

³ Para este texto, a sigla REP, ou ainda simplesmente Reforma, diz respeito à Reforma da Educação Profissional deflagrada pelo Decreto 2.208/97 e às demais normatizações ensejadas nas esferas Federal e do Estado de São Paulo – como Diretrizes Curriculares, Pareceres, Resoluções, Indicações, dentre outros, emitidas entre abril de 1997 a dezembro de 2002.

⁴ Diretor Associado (11/1994 a 09/1995); Diretor Administrativo (09/1995 a 10/1998); Diretor Geral (11/1998 a 10/2002)

Centro Paulo Souza e os Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs – e o papel da UNICAMP para a singularidade de seus Colégios Técnicos.

Passado o processo de seleção, tivemos a satisfação de receber como orientador o professor Dr. **James Patrick Maher**, do Departamento de Políticas, Administração e Sistemas Educacionais – DEPASE (FE/UNICAMP) o qual, a cada vez que nos reuníamos, entendia nosso propósito de ampliar o escopo do projeto inicial, tornando a pesquisa muito mais densa e complexa. Por minha responsabilidade e infelizmente, para mim, não tivemos tantas reuniões quantas seriam necessárias, como também em todas elas, o professor James não apenas deu-me liberdade, como também incentivava-me a buscar o projeto *de meus sonhos*, ao mesmo tempo em que oferecia sua compreensão para o atraso que isto acarretava ao trabalho. Em início de novembro de 2009, agora sem a presença do professor James, tornou-se-me evidente, a impossibilidade de seguir com aquele projeto e com as pretensões que vínhamos encaminhando por quase três anos, dada a necessidade de um redirecionamento da pesquisa, mais explicitamente, uma nova pesquisa.

A pesquisa que vínhamos desenvolvendo até início de novembro de 2009 – “A implantação da Reforma da Educação Profissional no Colégio Técnico de Campinas: implicações para o seu Projeto Pedagógico” - continha um capítulo abordando um pouco da história do Cotuca, desde a sua criação em 1967, visando caracterizar o projeto pedagógico do Colégio, bem como o processo histórico – crises, lutas, conquistas, abertura de cursos, pessoas envolvidas, dentre outros – que levou a este(s) projeto(s). Assim, teríamos a possibilidade de discorrer, com certo grau de acerto, a respeito dos impactos que a Reforma, decretada pelo Governo FHC no fim dos anos 1990, havia produzido no Cotuca.

O conhecimento e material que havíamos acumulado ao longo de quase 30 anos de Cotuca, aliados aos documentos fornecidos pela atual Diretoria do Colégio e pela Diretoria de Ensino Leste de Campinas, nos municiaram de um acervo razoável, o que nos permitia discorrer com detalhamento acerca do processo de criação dos Colégios Técnicos da UNICAMP e o conseqüente desenvolvimento de seu Projeto Político Pedagógico (no caso específico do Cotuca) ao longo do tempo. Para os propósitos da pesquisa que desenvolvíamos, acreditávamos que o texto já produzido permitia uma boa

compreensão para realizarmos a comparação do antes e do depois da implantação da REP e os impactos que esta havia produzido o Colégio Técnico de Campinas.

Assim, em início de novembro, dentre dois caminhos que se nos apresentavam, tínhamos a opção por um deles: interromper a pesquisa, pela impossibilidade de tempo de levar a cabo o projeto em toda sua plenitude, com a possibilidade de tentar o retorno no próximo ano dando continuidade ou redimensionando o projeto, readequando-o à nova realidade de premência de tempo. Opção esta que nos pareceu mais adequada, até porque vislumbrava-se a possibilidade de resguardar o projeto que estuda os impactos da REP no Cotuca para uma nova pesquisa.

Desta forma, com o redirecionamento da pesquisa, a temática que antes se constituía em um capítulo – a criação dos Colégios Técnicos da UNICAMP e a sua relação com esta Universidade – cujo objetivo era fundamentar o objeto principal da pesquisa (os impactos da implantação da REP no Cotuca) passou a ser o nosso objeto da nova pesquisa. Isso porque para arrolarmos os elementos necessários – fatos, documentos, sujeitos, contexto histórico sócio-político, legislação, dentre outros – e discorrer sobre o projeto que a Universidade Estadual de Campinas vem implementando ao longo do tempo a seus Colégios Técnicos e responder com a maior segurança possível, a esta questão, precisamos de uma visão micro acerca destes elementos. Entretanto, tínhamos, em grande parte do trabalho já desenvolvido, uma visão macro, ainda que pautada por alguns eixos, como por exemplo, o processo que levou à implantação da carreira Magistério Secundário Técnico – MST - específica para os professores do Cotuca e do Cotel.

E como obter esta nova visão micro e refinar o entendimento acerca dos fatos marcantes à existência dos Colégios Técnicos no seio da UNICAMP? Ao invés de apenas ter o fato consumado – por exemplo, uma nova Deliberação no tocante à carreira Docente ou um novo Regimento Escolar para os Colégios Técnicos – como perceber os embates, as articulações e forças políticas que a produziram, visando extrair o posicionamento da Universidade? Em suma, entendemos que precisaríamos adentrar, tanto quanto possível, o emaranhado que fora a criação, instalação e o desenvolvimento dos Colégios Técnicos

da Universidade Estadual de Campinas e a atuação e papel desta última na viabilização e rumos que estes Colégios tomaram, em particular, o Colégio Técnico de Campinas⁵.

Para tanto, abrimos duas novas frentes de trabalho para recolhimento de informações mais apuradas acerca da gênese dos Colégios Técnicos: i) pela busca de documentos históricos relativos aos primeiros anos de vida, bem como de fatos marcantes em seu desenvolvimento; ii) pela incorporação de atores/sujeitos importantes que pudessem relatar e registrar de viva voz suas vivências na criação, instalação e desenvolvimento dos Colégios.

Com relação à primeira frente, buscamos o apoio do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP (SIARQ), da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) e da Assessoria Econômica e de Planejamento (AEPLAN), que não apenas facultaram o acesso a documentos que buscávamos, mas também nos informando quanto à existência de documentos que desconhecíamos, facilitando ainda a obtenção das informações necessárias, como o caso específico do SIARQ, dentro das normas de manuseio de documentos históricos da Universidade visando sua preservação.

No SIARQ, encontramos documentos de cuja existência tínhamos conhecimento, porém, não tínhamos informações a respeito – como, por exemplo, os processos junto ao Conselho Estadual de Educação, da autorização para funcionamento dos Colégios Técnicos, no qual pudemos acessar seu primeiro Regimento Interno⁶, documento este que era o único que nos faltava. Também tivemos conhecimento e posterior acesso a diversos documentos importantíssimos cuja existência nos era desconhecida, até manusearmos alguns processos – como exemplo, o processo de abertura de uma Diligência em 1969 para apurar a legalidade e funcionamento do Colégio Técnico de Campinas, a qual acabou resultando em uma espécie de intervenção branca

⁵ É importante esclarecer que, embora o Cotuca seja a unidade objeto de nossa pesquisa, diversos acontecimentos relativos à sua história vêm acompanhados de seu congênere de Limeira, o Cotil – como, por exemplo, a implantação da carreira docente, a vinculação institucional junto à Universidade, os primeiros regimentos escolares, dentre outros. Desta forma, neste texto, nos referimos, em algumas ocasiões, à expressão “Colégios Técnicos”, ou simplesmente “Colégios” e não apenas Colégio Técnico de Campinas ou Cotuca, dado que os fatos dizem respeito a ambos.

⁶ Atualmente Denominamos Regimento Escolar

no Cotuca⁷, pela instituição de uma subcomissão da Comissão de Ensino do Conselho Diretor da UNICAMP, denominada Assessoria Pedagógica, a qual ficou responsável, ainda que por curto espaço de tempo, de grande parte dos encaminhamentos realizados naquele Colégio.

Ainda no âmbito do SIARQ, muitos outros documentos chegaram a nosso conhecimento os quais, embora não constituindo especificamente processos administrativos antigos, eram de igual importância, como por exemplo, correspondências relativas aos Colégios Técnicos entre membros do primeiro escalão da Universidade, pessoas que trabalhavam diretamente com o professor Zeferino Vaz, no período de 1968 a 1978, o que nos propiciou uma visão inversa àquela que vínhamos construindo mediante os documentos de que até então dispúnhamos, principalmente no que se refere à posição daquele Reitor em relação aos Colégios Técnicos. Por fim, é importante registrar o significativo apoio recebido por parte de Telma Muraro, responsável pelo atendimento, no SIARQ a qual conhecendo nosso objeto de trabalho, nos indicou alguns documentos históricos pertinentes à pesquisa que desenvolvíamos.

E há que se confessar que, ao mesmo tempo em que maravilhados e estupefatos ficávamos ao acessar tais documentos, um sentimento de preocupação nos invadia, por temer não dar conta de processar tanta informação singular, desconhecida, creio eu, da quase totalidade das pessoas que fizeram e vem fazendo a história dos Colégios Técnicos e em especial do Cotuca. E como fazer a seleção e o recorte das mais de mil páginas a que tivemos acesso, subtraindo a sua essência? Como deixar de lado correspondências trocadas entre o primeiro escalão da Universidade, comentários, observações que poderiam parecer, num primeiro momento, banais, mas que, para nós, se revestem de uma singularidade ímpar no sentido de buscar compreender a visão que aqueles dirigentes máximos da Universidade, hoje equivalentes aos Pró-Reitores, tinham em relação aos Colégios e, por conseguinte, os rumos que os Colégios tomaram?

⁷ Nesta época, a denominação era Colégio Técnico Industrial de Campinas – C.T.I.C., a sigla Cotuca foi adotada depois – Colégio Técnico da Universidade de Campinas.

A pesquisa na DGRH constou no levantamento do processo de implantação da carreira docente dos Colégios Técnicos⁸, a Carreira do Magistério Secundário Técnico (MST), bem como de dados relativos ao corpo docente do Cotuca (número, titulação, recursos financeiros). A princípio, acreditávamos ser esta consulta desnecessária, uma vez que participamos, de forma bastante significativa da elaboração e implantação desta carreira entre 1985 a 1988, de diversos eventos que levaram à sua consolidação durante a década de 1990, de modo que, sem nenhuma presunção, acreditávamos ser nossa vivência de quase vinte anos suficiente para atingirmos os objetivos que nos propúnhamos. Além disso, tínhamos arquivado registros diversos, como reuniões de professores, boletins da Adunicamp⁹, cópias de ofícios encaminhados à Reitoria, muitos deles ainda na forma de manuscritos, o que reforçava nossa segurança para fazer uma análise bastante criteriosa acerca do processo de implantação da Carreira MST. No entanto, o contato com a Diretoria de Administração de Vida Funcional Docente, por quatro dias no final do mês de novembro de 2009, nos permitiu tomar conhecimento de informações preciosas, como uma certa mobilização de professores, ocorrida no início da década de 1980 e, portanto, informações anteriores ao que período de que havíamos participado. Ainda neste processo, tomamos conhecimento das articulações que levaram a melhorias importantes na Carreira do MST no que diz respeito ao processo de contratação de professores, com a instituição do processo seletivo público, já nos anos 2000, após nossa saída da direção do Cotuca.

Com relação a segunda frente no levantamento de dados e informações, buscamos incorporar partícipes vivos do processo histórico de desenvolvimento dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira, por meio de entrevistas com diversos atores:

- Diretores do Cotuca e do Cotil com mandato em andamento por ocasião desta pesquisa;
- Ex-Diretores do Cotuca e do Cotil;
- Ex-representantes docentes do Cotuca e do Cotil junto à Adunicamp;

⁸ Processo No. 1976/81; interessado: Reitoria

⁹ Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas

- Dirigentes universitários de diversas épocas, como Pró-Reitores e Reitores;
- Professores e funcionários da Universidade que exerceram a função de coordenador de cursos técnicos do Cotuca durante as décadas de 1970 a 1990;
- Professores do Cotuca que exerceram e exercem função de coordenador de curso técnico no Cotuca;
- Representante docente no Consu das carreiras especiais da UNICAMP;
- Ex-alunos do Cotuca e da UNICAMP durante as décadas de 1960 e 1970.

Todas estas entrevistas, que totalizaram quarenta e quatro pessoas¹⁰, ampliaram sobremaneira nossa visão acerca de diversos acontecimentos importantes da história destas duas unidades de educação profissional da UNICAMP, ressaltando, uma vez mais, o foco para os acontecimentos do Cotuca, bem como uma razoável visão acerca da organização de cinco colégios técnicos universitários¹¹.

Nosso objetivo, com o aumento do número de atores da pesquisa, foi claramente buscar incorporar diversos novos olhares acerca do rico processo que tem sido o caminhar dos Colégios Técnicos da UNICAMP. Assim, tentamos extrair ao máximo de cada ator suas percepções e posições, tanto em relação a episódios específicos em que concorreram com importante participação, como em questões gerais acerca da história dos dois Colégios, permitindo não apenas o confronto com nossa visão, mas também acrescentar informações preciosas que desconhecíamos.

Acreditamos que diversas entrevistas realizadas com ex-dirigentes da Universidade, membros do Cotuca e do Cotel, conforme já relatado, nos proporcionaram uma melhor condição de contar, com o rigor acadêmico para este tipo pesquisa, um pouco a história da relação entre a Universidade Estadual de Campinas e os seus Colégios Técnicos, notadamente, o Cotuca, dado que os atores entrevistados exerceram

¹⁰ Algumas entrevistas foram realizadas por telefone ou por e-mail – no Anexo onde estão os dados de todos os entrevistados consta o procedimento utilizado.

¹¹ Os três colégios técnicos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP de Bauru, Jaboticabal e Guaratinguetá e dois deles ligados á Universidades federais – UFJF e UFMG.

a seu tempo, e a seu modo, importante papel no desenvolvimento histórico das instituições envolvidas.

Com base nestes fundamentos, buscamos responder, nesta pesquisa, à seguinte indagação: Qual tem sido o projeto da Universidade Estadual de Campinas para os seus Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira?

Esta questão embora genérica e bastante abrangente acreditamos ser pertinente, pois nos permite discutir com maior profundidade diversos aspectos que caracterizam e qualificam a existência dos Colégios Técnicos durante todos estes anos. E na medida em que fomos desenvolvendo a pesquisa, tendo contato com os acontecimentos e documentos da época, entrevistas, muitas outras questões foram surgindo, o que a princípio pode parecer que abrimos muito o escopo da pesquisa, mas para nós representou uma guia para o encaminhamento desta, e reputamos que as respostas a estas questões nos permitem articular a composição da resposta da questão-central.

Assim, apresentamos um conjunto de indagações:

1. Este projeto tem se mantido desde a criação da Universidade/dos Colégios?
2. Pode-se falar em um projeto da Universidade ou de cada Administração central da Universidade?
3. É possível perceber a existência de continuidade ou ruptura com as mudanças das Administrações?
4. Qual o papel dos diversos sujeitos (administração central, Diretores dos colégios, comunidade dos colégios) no desenvolvimento deste projeto?
5. Qual o papel do Conselho Universitário, órgão colegiado superior da definição da política universitária acerca do projeto dos Colégios Técnicos da UNICAMP?
6. Como ocorreu o processo de institucionalização dos Colégios Técnicos/Cotuca e os instrumentos de participação da comunidade escolar e de democratização das decisões? São compatíveis com uma unidade acadêmica da Universidade Estadual de Campinas?
7. Como se deu a evolução da “importância” (institucional, orçamentária, vagas oferecidas, número de docentes) dos Colégios Técnicos da UNICAMP /Cotuca no conjunto da Universidade ao longo do tempo?

Para dar conta de responder aos objetivos desta pesquisa e suas indagações, buscamos eixos temáticos ou aspectos que nos propiciassem condições de analisar e entender a relação da Universidade Estadual de Campinas com os seus Colégios Técnicos, desde a criação de ambos, em 1967. Encontramos sete aspectos que foram denominados por nós de *Sete Pilares de Sustentação da Pesquisa*, ou simplesmente Pilares, pois nos possibilitam caracterizar e qualificar a relação COTUCA - UNICAMP e com base nisso, embasar nossa argumentação acerca desta relação para cada um destes Pilares ao longo do tempo.

Importante salientar que no início da pesquisa tínhamos algumas idéias a respeito de três eixos temáticos que desenvolveríamos, todos eles relacionados ao processo de institucionalização dos Colégios Técnicos, a saber: carreira docente; escolha da direção dos Colégios; e implantação do órgão colegiado deliberativo, que se tornaram cada qual um Pilar de Sustentação da Pesquisa.

Ainda a esclarecer, que nossa definição de *Pilar* não tem nenhuma relação com as demais definições acerca de pilares que aparecem na literatura educacional, como por exemplo, *Os Sete Pilares da Sabedoria* (1919) de Thomas Edward Lawrence, ou ainda os pilares descritos no *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, coordenada por Jacques Delors, cujo livro *Educação: Um Tesouro a Descobrir* (1999), discorre sobre quatro pilares educacionais. Utilizamos o conceito de Pilar com o intuito de discorrer a respeito de aspectos da relação Universidade – Colégios Técnicos que nos permitem sustentar nossa argumentação.

Ainda, outros Pilares foram surgindo como elementos desta pesquisa à partir do avanço de nossa busca por documentos históricos no SIARQ, conforme veremos a seguir. Feito esses esclarecimentos, os sete Pilares que construímos foram:

Pilar I – Os Colégios Técnicos e sua importância relativa no âmbito da Universidade: institucional, orçamentária e academicamente.

Pilar II – O Colégio Técnico de Campinas na agenda de discussão da UNICAMP e sua inserção junto aos Institutos e Faculdades.

Pilar III – O relacionamento dos Colégios Técnicos com os órgãos estaduais de educação: há interesse na autonomia?

Pilar IV – A Carreira Magistério Secundário Técnico: fator primordial para a constituição dos Colégios Técnicos da UNICAMP.

Pilar V – O processo de escolha do Diretor dos Colégios Técnicos: o retardo programado.

Pilar VI – A implantação do órgão colegiado superior nos Colégios Técnicos da UNICAMP: um retardo prá lá de dez anos...

Pilar VII – O Cotuca e suas instalações na Rua Culto à Ciência - um problema insolúvel?

Além da parte introdutória, sobre a qual discorreremos, com a apresentação da pesquisa e da metodologia utilizada, a pesquisa contou com quatro Capítulos e as Considerações Finais.

O Capítulo 1 foi dividido em duas partes, a primeira apresentando uma breve retrospectiva histórica da Educação Profissional no Brasil, privilegiando os anos 1960 em diante, devido à criação da UNICAMP e de seus Colégios Técnicos em 1967, ou ainda, a lei que os criou, em 1962. Conforme discutido neste Capítulo 1, o foco não foi os aspectos pedagógicos desta modalidade de ensino, mas sim, o contexto político-econômico e as normas vigentes em cada período histórico.

A segunda parte do Capítulo 1 versou sobre a criação da UNICAMP valendo-se além de documentos históricos analisados junto ao SIARQ, de algumas obras acadêmicas desta mesma Faculdade de Educação. Um documento que resgatamos foi o Relatório da Comissão Organizadora da Universidade, destacando a parte específica deste documento relativa à criação do Colégio Técnico de Campinas e o Colégio Técnico de Limeira. No entanto, este documento não nos permite a conclusão de qual seria o projeto da Universidade Estadual de Campinas para o ensino técnico – somente fomos perceber qual seria este projeto com a leitura de correspondências e processos históricos das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Com relação aos Capítulos 2, 3 e 4, resumidamente podemos dizer o seguinte: os Pilares I, II e III foram desenvolvidos no Capítulo 2 – *O relacionamento da UNICAMP com seus Colégios Técnicos, um processo em constante mudança*, enquanto os Pilares IV, V e VI foram desenvolvidos no Capítulo 3 – *A institucionalização dos*

Colégios Técnicos da UNICAMP – um processo lento, contínuo e ainda presente. E finalmente, no Capítulo 4, discorreremos sobre o Pilar VII – O Cotuca e suas instalações na Rua Culto à Ciência – um problema insolúvel?

De forma bastante sucinta, o Pilar I diz respeito à forma de relacionamento e de vinculação dos Colégios no âmbito da UNICAMP, considerando não apenas a sua importância institucional (Lei de criação da UNICAMP, Estatutos, Regimentos, participação nos órgãos universitários), mas também no que tange aos recursos orçamentários que o Cotuca e o Cotel vêm fazendo jus ao longo do tempo, ou seja, como se deu a evolução de seus orçamentos comparativamente às demais unidades acadêmicas, Institutos e Faculdades. Analise também a criação da Comissão de Ensino Médio e Técnico – CEMT e seu funcionamento desde 2003.

O Pilar II, também no âmbito do relacionamento da Universidade com seus Colégios Técnicos, tem o foco nas intervenções que a UNICAMP tem realizado buscando influir e alterar os rumos destas unidades de ensino médio e técnico. Em outras palavras, buscamos localizar eventos em que os Colégios Técnicos e em especial o Cotuca estiveram na *Agenda de Discussão da UNICAMP*, assim denominado por nós.

O Pilar III diz respeito ao relacionamento dos Colégios Técnicos com órgãos estaduais de educação, estudando alguns eventos nestes quarenta anos, com objetivo de discutir a conveniência e vantagens em a adviriam da autonomia universitária para a gestão dos Colégios Técnicos.

No Pilar IV discutimos o processo histórico que culminou com a implantação da Carreira do Magistério Secundário Técnico – Carreira MST, cuja importância se faz sentir desde a sua criação em 1987. É dado especial atenção à este Pilar, com um certo detalhamento da mobilização dos professores para a conquista da carreira docente.

No Pilar V tratamos de um outro aspecto da institucionalização dos Colégios – o processo de escolha do Diretor, analisando em particular o caso do Colégio Técnico de Campinas, fazendo um resgate histórico de todos os diretores que passaram pelo Cotuca e sua forma de designação.

O Pilar VI tratou do terceiro ponto de institucionalização dos Colégios Técnicos, qual seja, a instituição do órgão colegiado deliberativo, também realizando um resgate histórico e comparando com as escolas estaduais paulistas.

O Pilar VII versou a respeito das instalações do Cotuca fora do campus universitário, cuja ausência foi assumida como prejudicial ao seu pleno desenvolvimento, tornando-se uma barreira real à integração deste Colégio com as demais unidades universitárias, como os Institutos e Faculdades.

Para finalizar, é importante esclarecer que o desenvolvimento destes Pilares não é estanque, havendo interfaces entre eles.

PARTE 2 – METODOLOGIAS

Nesta segunda parte são apresentadas as escolhas metodológicas da pesquisa. Além de justificar os caminhos escolhidos, algumas considerações teóricas são feitas em relação à pesquisa documental e às entrevistas realizadas.

Como já foi referido, este trabalho situa-se no campo da gestão educacional, tangenciando o campo da História da Educação, no sub-campo, História das Instituições Escolares (HIE) e o interesse é conhecer (com a *maior precisão possível*) o relacionamento da Universidade Estadual de Campinas com os seus Colégios Técnicos, buscando identificar a evolução deste relacionamento – características, a importância para os rumos que os Colégios foram tomando, os principais atores envolvidos – por meio da análise de documentos históricos, legislação universitária, manifestações de viva-voz dos sujeitos, tendo, também, como base a própria vivência do pesquisador em muitos dos eventos analisados.

Menga Lüdke e Marli André apresentam os requisitos que devem existir para a realização de uma pesquisa:

[...] é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento acumulado a respeito dele. Em geral, isso se faz a partir do estudo de um problema, que ao mesmo tempo desperta o interesse do

pesquisador e limita a sua atividade de pesquisa a uma determinada porção do saber, a qual ele se compromete a construir naquele momento. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 1,2)

As mesmas autoras apresentam importantes aspectos a serem observados no trabalho da pesquisa qualitativa e, por conseguinte do pesquisador, além das questões éticas que rodeiam o estudo, há também outras relacionadas a abordagem qualitativa:

A questão mais geral e mais freqüentemente levantada em relação às abordagens qualitativas é a da subjetividade do pesquisador. Os partidários de uma postura mais tradicional em relação ao conhecimento científico defendem o ponto de vista de que os julgamentos de valor do pesquisador não devem afetar nem a coleta nem a análise de dados. Num outro extremo estão aqueles que afirmam ser impossível a objetividade. Uma postura mais equilibrada parece ser a daqueles que, reconhecendo a impossibilidade de separar os valores pessoais do processo de pesquisa, sugerem alguns cuidados especiais no sentido de controlar o efeito da subjetividade. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p. 51)

Sugerem ainda as autoras, que o pesquisador se desvele para o seu leitor para que este tenha condições de, ao realizar a leitura, ponderar em que bases ideológicas o texto foi produzido, ou ainda, quais os valores impregnados no autor:

Uma das formas de controle é a revelação, pelo pesquisador, de seus preconceitos, valores, pressupostos, de modo de que as pessoas possam julgar o seu peso relativo no desenvolvimento do estudo. Na medida do possível [...] (Ibdem).

Este aspecto nos ajudou sobremaneira neste estudo, uma vez que não poderíamos deixar de considerar o fato de que em muitos momentos fomos membros integrantes de discussões realizadas no Colégio e, em outros, coordenamos pautas e temáticas analisadas pelo corpo de professores daquela instituição. O fato de termos sido membros da direção, fez com que tivéssemos armazenado não só histórias, mas, principalmente, conhecimento do contexto em que alguns fatos ocorreram.

João Wanderley Geraldi nos lembra dos seguintes aspectos quando fazemos pesquisa:

Vivendo o cotidiano da história, sem um autor que nos conduza, a cada momento somos “solicitados” a optar por caminhos pelos quais

conduzimos nossas vidas – e freqüentemente nela somos conduzidos. Decidimos por um ou outro caminho a partir de um cálculo de possibilidades, sempre limitadas de um lado pela situação do presente, e, de outro lado, pelo por-vir imaginado. Se o passado permitiu o presente, é com base na memória do futuro que selecionamos dentre as possibilidades do presente aquele que efetivamente será nossa ação, ou nossa opção. (GERALDI, 2003, p.46)

E, ainda acrescenta,

Como temos distintas histórias de relações com os outros – cujos “excedentes de visão” buscamos em nossos processos de constituição –, vamos construindo nossas consciências com diferentes palavras que internalizamos e que funcionam como contrapalavras na construção dos sentidos do que vivemos, vemos, ouvimos, lemos. São estas histórias que nos fazem únicos e “irrepetíveis”. Unicidade incerta, pois se compreendemos com palavras que antes de serem nossas foram e são também dos outros, nunca teremos certeza se estamos falando ou se algo fala por nós. (p.51,52).

Sônia Kramer traz o que diz o filósofo Walter Benjamin para discorrer sobre a importância o resgate histórico:

Resgatar o passado significa ter uma compreensão diferente da história; o passado é importante para rever o presente, colocá-lo numa condição crítica, conferir-lhe nova significação. [...] Como o homem é gerado na cultura da mesma forma que produz cultura, ele pode fazer história e contar história. Podemos, então, repensar o passado para dar um novo significado à história e, simultaneamente, abrir novas possibilidades para o futuro: podemos questionar o presente. (KRAMER, 2003, p. 60).

Para Richardson (1999),

Todo pesquisador tem a sua ideologia que influirá em seu trabalho de pesquisa. É importante que ela seja assumida, para que no momento de elaborar os instrumentos de coleta de dados se compreenda a relação que deve existir entre “pesquisador” e “pesquisado”, ambos são sujeitos de um processo de desenvolvimento. Em ciências humanas, não existe objeto de pesquisa. (, p. 219)

Isso para nós constituiu-se de muita importância para o encorajamento na análise que discorremos, pois alguns documentos permitiam o cruzamento de

informações aumentando a possibilidade de um maior acerto na interpretação dos dados, que conforme Richardson, (1999, p. 256) é parte fundamental:

Evidentemente, os fatos devem ser mencionados, pois constituem a matéria-prima da pesquisa, mas por si mesmos, não explicam nada. O pesquisador deve interpretá-los, sintetizar a informação recopilada, determinar tendências e generalizar seus significados.

Gamboa (2007, p. 143 - apud Habermas,1983)¹², basicamente existem três enfoques para o desenvolvimento de pesquisa que correspondem respectivamente aos três tipos de interesses humanos para a produção do conhecimento científico, conforme resumimos abaixo:

Enfoques de pesquisa segundo Habermas

	Tipo de Enfoque	Interesse humano	Conjunto lógico correspondente
i)	empírico analítico,	técnico de controle	<i>trabalho-técnica-informação</i>
ii)	o histórico-hermenêutico	dialógico de consenso	linguagem-consenso-interpretação
iii)	dialético	crítico emancipador	poder-emancipação-crítica

Fonte: Gamboa, 2007, p.143

Ainda, para Gamboa (2007, p.144), com relação a cada abordagem epistemológica para análise da produção científica em educação conforme vistas no Quadro 01 existem pressupostos filosóficos divididos em duas dimensões:

- i) pressupostos gnosiológicos relacionadas à forma *como são concebidos e relacionados o objeto e o sujeito no processo cognitivo*; e
- ii) pressupostos ontológicos, relacionados à fundamentação de diferentes concepções epistemológicas, tais como as concepções de homem, de história e realidade.

Esta pesquisa, como base na trajetória de vida e visão de mundo do pesquisador identifica-se com a abordagem denominada por Gamboa (2007, p. 146) de

¹² HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Coleção Os Pensadores

crítico-dialética e seguiremos no tratamento, a partir de agora apenas com esta abordagem, resumidamente como:

O homem é considerado nas investigações identificadas como crítico-dialéticas como um ser social, no sentido do indivíduo incluído no conjunto das relações sociais. Dependendo da formação social na qual se situa e da correlação de forças existente, o homem se converte em força de trabalho, mão-de-obra, especialista, capital humano, sujeito capaz de transformar a realidade, ator e criador da história etc. Apesar de ser histórica e socialmente determinado, também é capaz de tomar consciência de seu papel histórico, de educar-se por meio das ações políticas e de liberar-se através da prática revolucionária.

Diversos autores abordam na mesma linha que Gamboa (2007) acerca das abordagens epistemológicas e a diferenciação entre elas. Segundo Richardson (1999, p.54):

O materialismo dialético significou um avanço importante na interpretação dos fenômenos sociais; a única corrente epistemológica, das três apresentadas, que considera a história como um fator importante no desenvolvimento dos fenômenos.

Este autor apresenta também logo a seguir um aspecto que merece críticas pelo reducionismo da corrente epistemológica pois “*Nem toda relação é contraditória; existem as complementares*” (Id. Ibem).

Fechando nossa análise, segue as principais características da corrente materialismo dialético, segundo Richardson (1999, p. 54):

Visão de mundo:	Tudo é matéria em movimento; União dos contrários
Visão de homem	Homem; Ser histórico e social
Visão de sociedade	Classes antagônicas
Visão de realidade	Objetiva; Histórica
Objetivo da pesquisa	Procurar compreender a essência dos fenômenos
Objeto de estudo	Elementos e relações entre eles
Método científico	Método dialético

Ainda para este autor, todo fenômeno se apresenta como um conjunto de fatores externos, superficiais, que são as aparências, que por sua vez possui características essenciais – a aparência é a parte superficial, que é a parte mutável de um fenômeno, enquanto a essência é a parte mais profunda, relativa à realidade objetiva (p.52)

Para Marx, segundo Richardosn, “não pode existir ciência sem uma análise das aparências e essência de um fenômeno. A aparência é apenas uma manifestação da essência.”

Para Michel Thiollent, (1985, p.23)

Na perspectiva crítica, tal neutralidade é negada em prol de uma concepção na qual a técnica de pesquisa considerada no plano social e no plano do conhecimento é apresentada como técnica de relacionamento ou de comunicação entre o pólo investigador e o pólo investigado, ambos socialmente determinados.

Ainda para este autor,

O questionário, seja ele concebido num modelo de observação direta ou de questionamento, contém uma lista de perguntas cuja temática corresponde, em princípio, a uma “tradução” das hipóteses de pesquisa sob forma interrogativa. (p.32)

Thiollent (1985, p.42) antes de declarar a sua visão acerca da não neutralidade no desenvolvimento de pesquisa sociais, discorre sobre o pensamento do filósofo alemão Max Weber, um dos expoentes de defesa da possibilidade da neutralidade axiológica do pesquisador.

Para demonstrar o seu posicionamento contrário à tese da neutralidade na pesquisa, ou ainda, a possibilidade de um pesquisador desenvolver um trabalho buscando a objetividade do conhecimento com os pressupostos à neutralidade axiológica, conforme preconizada por Max Weber¹³, Michel Thiollent primeiro apresenta o

¹³ Maximillian Carl Emil Weber (Erfurt, 21 de Abril de 1864 — Munique, 14 de Junho de 1920) foi um intelectual alemão, jurista, economista e considerado um dos fundadores da Sociologia. Ele foi, juntamente com Karl Marx, Vilfredo Pareto e Emile Durkheim, um dos modernos fundadores da Sociologia. De importância extrema, Max Weber escreveu a “Ética protestante e o espírito do

pensamento de Weber para depois demonstrar a sua impossibilidade. Assim, segundo Thiollent, 1985, p.42, apud Weber¹⁴:

A neutralidade axiológica, como requisito científico, consiste na capacidade do cientista em neutralizar as próprias avaliações ou seus próprios valores para reconhecer e apresentar fatos objetivos, mesmo quando são “comportamentos avaliativos” dos sujeitos estudados.

A proposição de Max Weber não nega a existência de valores envolvidos na pesquisa, ou que os estes valores estejam afastados da realidade social ou cultural. O que ocorre, é que o cientista escolhe o seu objeto de estudo, à partir de pontos de vista ou o que se denomina de “idéias de valores” socialmente determinados, atribuindo conexões aos fatos e a suas conexões.

Assim, para Weber, a objetividade “depende do fato de que o dado empírico está constantemente alinhado sobre “idéias de valores” que só lhe dão um valor para o conhecimento”. Portanto, ainda para este autor, independentemente das preferências pessoais do pesquisador, este irá selecionar “as ‘idéias de valores’ que dão sentido aos fatos e controla as implicações delas na representação do objeto estudado”.

Agora, com a palavra, Michel Thiollent desenvolve a crítica ao pensamento de Weber conforme exposto acima:

A nosso ver, é difícil imaginar-se um pesquisador capaz de realizar tais operações por meio de um simples esforço cerebral, sem recorrer à convicção e sem interferência ideológica ou outras formas de compromisso. Entre essas outras formas de compromisso que interferem na elaboração do conhecimento, além dos valores, estão a exigência do poder. A neutralidade e a objetividade do saber se relacionam cada vez mais com a questão do poder do que do querer do cientista. (Thiollent, 1985 p. 43)

Selecionamos este trecho, pois quando nos dispusemos a apresentar um projeto de mestrado à Faculdade de Educação no primeiro semestre de 2006, cuja

Capitalismo”. Significante, também, é o ensaio de Weber sobre a política como vocação. Weber postula ali a definição de estado que se tornou essencial no pensamento da sociedade ocidental: que o Estado é a entidade que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva.

¹⁴ WEBER, M., *Essais sur La Théorie de la Science*, Plon, Paris, 1965, p. 417.

temática de pesquisa envolvia o Colégio Técnico de Campinas e, principalmente, sendo o então pretendo pesquisador partícipe de muitos fenômenos que seriam estudados, uma das primeiras preocupações que surgiu foi em relação ao posicionamento ético que deveria ter: ficar focado em contar os fatos como eles de fato aconteceram independentemente se eram ou não em consonância com o que pensávamos que deveriam ser, ou coisa parecida. Então o problema, a nosso ver à época, era simplesmente ser ou não ser ético, eis a questão que tínhamos pela frente e aí situações psicológicas do tipo, vamos nos policiar para buscar sempre a objetividade. Não conhecíamos Max Weber a ponto de saber que, nesta época, pensávamos tal qual ele e muito menos o pensamento de Michel Thiollent, Pierre Bourdieu, Roberto Jarry Riichardson, Sílvio Sánchez Gamboa e tantos outros para saber que por mais que nos esforçássemos, a tal neutralidade, que era ponto de honra para o pesquisador iniciante, simplesmente não existia, não existe, pelo menos na concepção destes últimos pesquisadores, que passamos a compartilhar.

A situação começou a mudar logo na primeira disciplina de Atividade Programada de Pesquisa (APP) quando passamos a ter contato com alguns conceitos chaves, sendo um deles a discussão acadêmica acerca da neutralidade da pesquisa e do pesquisador e aí, com base nos diversos enfoques, coube a nós posicionarmo-nos acerca desta questão, representada na escolha dos autores sobre quem discorreremos nesta fundamentação metodológica da pesquisa em tela.

Análise Documental

Com relação às fontes documentais empregadas na pesquisa, LÜDKE & ANDRÉ (1986) indicavam diversas possibilidades, como textos oficiais – decretos, leis, ou ainda correspondências, cartas, livros, e outros, mas advertem que a escolha das fontes não são aleatórias, pois *“há geralmente alguns propósitos, idéias ou hipóteses guiando a seleção”* (p.40/41).

O uso de documentos em pesquisa tem sido apreciado e valorizado por diversos autores (Cellard, 2008; Chizzotti, 2006; Gaio, Carvalho e Simões, 2008; Helder, 2006; Ludke e André, 1986). O uso de documentos em pesquisa justifica-se porque eles

contribuem no acesso a informações contextualizadas histórica e socio-culturalmente, além de poder acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Segundo Cellard (2008), a análise documental permite a observação de evolução de um determinado grupo de indivíduos, grupos ou conceitos, conhecimentos e comportamentos que são necessários compreender.

Segundo May (2004), o fato de dizermos que faremos uma pesquisa documental em si, não quer dizer nada acerca de como os documentos serão utilizados. Alguns pesquisadores usam indiferenciadamente as palavras pesquisa, método, técnica e análise sempre seguidos da palavra documental. Quando um pesquisador faz uso de documentos para obter informações, ele investiga, usa técnicas adequadas para manuseá-los, analisa e elabora sínteses (Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009).

Na pesquisa documental, o conceito de documento vai além de textos escritos/impressos, podendo ser também filmes, vídeos, slides, fotografias e pôsteres, que são utilizados como fontes de informações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para responder a determinados objetivos de acordo com a temática e objeto pesquisados. Segundo Oliveira (2007, p. 70 apud Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009), “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

Buscando conceituar documento, Cellard (2008, p. 296) mostra “que isto é um grande desafio”, e Phillips (1974, p 187 apud Sá-Silva, Almeida e Guindani, 2009) afirma que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Para Appolinário, (2009, p 67), documentos é “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir de consulta, estudo ou prova [...]: impressos, manuscritos, registros audiovisuais sonoros e as imagens”.

Para Cellard (2008), é fundamental que possamos nos assegurar da qualidade da informação contida no documento, considerando a natureza do texto e seu suporte para que possamos efetivamente tirar conclusões do material analisado, fazendo interpretações, sínteses das informações, definir tendências e fazer inferências.

Entrevistas semi-estruturadas

Para Richardson (1999), por definição entrevista “é uma comunicação bilateral”, sendo a palavra em si constituída de duas outras: *entre* e *vista*. *Vista* diz respeito ao ato de ver, ter preocupação de algo, enquanto *Entre* indica a relação de lugar ou estado. Desta forma, a palavra Entrevista refere-se *ao ato de perceber realizado entre duas pessoas* (Richardson, 1999, p. 207, 208).

A técnica de entrevista que utilizamos, conforme já descrito, é considerado por boa parte da literatura consultada como entrevista semi-estruturada, ficando em um meio terno entre a rigidez de uma entrevista estruturada e uma não estruturada¹⁵.

A entrevista semi-estruturada é o procedimento utilizado para se obter as informações desejadas, coletadas a partir da linguagem dos participantes, permitindo ao pesquisador que possa ir interpretando a idéia apresentada.

A entrevista deve ter sempre o propósito de converter-se em um diálogo, cujo curso as informações aparecem na relação que vai se estabelecendo entre o pesquisador e o participante. Nesta relação, é preciso observar, como afirma Brait:

[...] a melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter, inquestionável, de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente, vida e definição dos indivíduos.

[...] Não apenas o que está dito, o que está explícito, mas também as formas dessa maneira de dizer que, juntamente com outros recursos (...) dos elementos que mesmo estando implícitos se revelam e mostram [...], um jogo de representações em que o conhecimento se

¹⁵ Tivemos dificuldades para encaixar o procedimento utilizado por nós em relação às três técnicas de entrevistas reconhecidas por Richardson (1999): i) *entrevista dirigida*; ii) *entrevista guiada* e iii) *entrevista não diretiva*. Para este autor, o fato de termos estabelecido perguntas previamente encadeadas o procedimento utilizado por nós estaria enquadrado como entrevista dirigida, no entanto utilizando esta técnica o pesquisador evitaria qualquer desvio por parte do entrevistado, o que não ocorreu. Com relação à segunda técnica, entrevista guiada, o entrevistador iria para a entrevista apenas com um roteiro sem perguntas pré-estabelecidas.

dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões. (BRAIT, 1993, p. 194)

Neste tipo de entrevista, nomeada por Richardson (1999) como *entrevista guiada* o pesquisador formula uma série de perguntas com os determinados aspectos que deseja pesquisar, e as utiliza como guia para a entrevista. Como a entrevista tem o propósito de converter-se em diálogo, o entrevistado pode expressar-se livremente utilizando suas próprias palavras, enquanto o pesquisador vai encaminhando as perguntas e guiando o entrevistado para os temas a serem questionados.

Para isso, faz-se necessário que o pesquisador não perca os objetivos da pergunta. Muitas vezes, o entrevistado fala muito, porém não atinge os aspectos considerados importantes para o pesquisador. Este deve então, estar atento às respostas e guiar o entrevistado, mas sem correr o risco de perder o caráter da entrevista semi-estruturada.

Além disso, as perguntas devem ser formuladas de forma a não induzir o entrevistado. Deve-se possibilitar ao entrevistado que ele exponha livremente as suas opiniões e idéias sobre determinado tema, procurando não deixar transparecer a resposta desejada pelo pesquisador.

Citando Maisonneuve e Margot-Duclot, Richardson apresenta quatro princípios a serem seguidos durante uma entrevista: i) não dirigir o entrevistado, apenas guiá-lo; ii) levar o entrevistado a aprofundar informações colocadas espontaneamente que sejam de interesse para a pesquisa; iii) facilitar o processo de entrevista; iv) esclarecer para o entrevistado a importância da entrevista para a pesquisa.

Outro aspecto a destacar, este autor apresenta doze normas que se deve seguir para a realização de entrevistas, das quais destacamos algumas, como a de tentar criar um ambiente de cordialidade com o entrevistado; deixá-lo concluir o seu relato, ajudando-o por ocasião de lembranças de datas; procurando realizar perguntas claras e por fim, não discutir com ele¹⁶.

¹⁶ Com relação a esta última, em uma única oportunidade, após uma fala que mereceria uma análise bastante crítica de nossa parte, abordamos o entrevistado fazendo um juízo de valor sobre

No caso específico desta pesquisa, procuramos seguir os princípios e normas estabelecidos por Richardson (1999).

Relação de sujeitos entrevistados

Ex-Reitores	5
Ex-Pró-Reitores	3
Ex-Diretores Cotuca	5
Ex-Diretores Cotel	3
Representantes Cotuca época Carreira MST	4
Representantes Consu Carreiras Especiais	1
Ex-Coordenadores (professores da UNICAMP)	4
Ex-alunos Cotuca (1ª turma, 1967)	2
Ex-professores Cotuca	1
Ex-Coordenadores de Curso (professores Cotuca)	5
Ex-aluno UNICAMP (1ª turma, 1967)	1
Diretores do Cotuca e Cotel em exercício	2
Diretores de Ensino Cotuca (membros da CEMT)	2
Coordenadora da Comissão de Projetos Cotuca	1
Diretores de Colégios Técnicos Universitários	4

OBS. O professor Maurilo do Carmo e Silva que foi tanto Diretor do Cotuca quanto do Cotel.

Na maior parte das entrevistas que realizamos com ex-dirigentes universitários – Reitores, Pró-Reitores e também com os Diretores dos Colégios, utilizamos um questionário previamente elaborado com perguntas relativas aos temas de nosso

o que ele havia relatado, tomando o cuidado de pedir licença antes para apresentar nossa visão e dizer que em absoluto pretendíamos ofendê-lo. Naquele instante, avalei que seria ético de minha parte apresentar ao entrevistado a minha visão, frontalmente contrária, inferindo que assim ele poderia rebater o meu posicionamento. Assim, ao fazer a análise nas minhas considerações, eu poderia apresentar também a visão do entrevistado sobre estas considerações. Por todos os referenciais bibliográficos que analisamos acerca de “entrevistas” nenhum deles aprova este comportamento. Importante dizer que o entrevistado em questão, o professor Valladão de Mattos, nos disse que “em ciências humanas não existe o certo e o errado, as idéias são livres” aceitando bem o questionamento e passou a rebater nosso argumento, de forma tranqüila, sem prejuízo da continuidade da entrevista. De qualquer forma, foi um deslize deste pesquisador.

interesse. No caso específico das entrevistas com os ex-dirigentes universitários, os temas abordados foram:

- i. inserção dos colégios técnicos junto à Universidade e a importância relativa de os colégios passarem a realizar pesquisas;
- ii. a importância para a Universidade manter os Colégios Técnicos;
- iii. as causas do não assento dos Diretores do Cotuca e Cotil junto ao Conselho Universitário;
- iv. a carreira docente dos Colégios Técnicos, o direcionamento para a titulação de seus docentes e sua influência para a realização de pesquisas;
- v. a possibilidade de integração das atividades educacionais dos colégios junto a institutos e faculdades;
- vi. o problema das instalações físicas do Cotuca na Rua Culto à Ciência e os motivos de ainda não terem sido construídas as instalações deste Colégio no campus universitário;
- vii. a vinculação institucional de subordinação dos Colégios, especificamente a sua passagem da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários para a Pró-Reitoria de Graduação;
- viii. Os trabalhos da Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT)

Ainda, solicitamos aos ex-Reitores e pró-Reitores discorrerem sobre o que sua gestão teria buscado atingir em relação aos Colégios Técnicos.

Os roteiros para as entrevistas estão listados do Anexo 2 até o Anexo 11.

CAPÍTULO 1

UMA BREVE TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: CONTEXTO E IMPLICAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP

Neste capítulo vamos realizar uma breve retrospectiva da trajetória da educação profissional no Brasil visando a contextualização da criação dos Colégios Técnicos da UNICAMP, quais sejam, o Colégio Técnico de Campinas – Cotuca, e o Colégio Técnico de Limeira – Cotel, criados juntamente com a Universidade Estadual de Campinas em 1967.

Antes de iniciarmos o desenvolvimento deste assunto, é importante realizar um esclarecimento quanto ao escopo desta pequena revisão histórica da trajetória da educação profissional no Brasil. A abordagem que realizamos é focada em alguns eventos que marcaram esta trajetória, via de regra, pela legislação e programas governamentais, priorizando o período concernente à criação e desenvolvimento dos Colégios Técnicos, sem nos ater à discussão detalhada dos aspectos pedagógicos da educação profissional nestes Colégios.

Como já discurremos anteriormente, esta pesquisa trata prioritariamente da relação da Universidade Estadual de Campinas e seus Colégios Técnicos, não abordando o ensino propriamente dito nestes Colégios, ou ainda o seu Projeto Pedagógico. Portanto, esta revisão, tem o propósito de permitir o entendimento do contexto histórico da educação nacional existente quando da criação da UNICAMP e dos Colégios Técnicos, priorizando o período posterior à década de 1960. Mas não a discussão das atividades educacionais desenvolvidas no Cotel e no Cotuca, embora em algumas situações possamos trazer alguns elementos com intuito de elucidar o relacionamento UNICAMP – Colégios Técnicos.

Como exemplo do exposto acima, por ocasião da Reforma da Educação Profissional dos do final da década de 1990, decretada pelo Governo FHC e seu ministro

da Educação, Paulo Renato de Souza Campos (Decreto Federal 2.208/97), em que se separou a educação profissional da educação básica, os dois Colégios Técnicos da UNICAMP posicionaram-se de formas opostas: enquanto o Cotil apoiou política e operacionalmente esta Reforma, o Cotuca opôs-se a ela, não apenas no plano político, mas principalmente quanto à sua implantação, pois que defendia o ensino técnico integrado. Logicamente são concepções distintas de educação que se consubstanciaram nos seus respectivos Projetos Pedagógicos a partir do ano de 1998, mas o interesse nesta pesquisa é o entendimento e a discussão acerca do posicionamento Universidade em relação a estes fatos, na tentativa de entender os motivos que a levaram a não interferir nos desígnios do Cotuca e do Cotil: respeito à autonomia de cada um deles ou ainda a falta de uma política clara do conjunto da Universidade (não apenas a administração central, mas também o Conselho Universitário) em relação à educação profissional existente no seu interior.

Como já manifestamos anteriormente, é pretensão do pesquisador em desenvolver a discussão do Projeto Pedagógico do Colégio Técnico de Campinas em uma nova pesquisa, onde aí sim poderemos aprofundar diversos pontos que não foram abordados na presente pesquisa.

1.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: BREVE TRAJETÓRIA E ITINERÁRIO INSTITUCIONAL.

Segundo Jaisson Alves dos Santos (2003), a educação profissional, desde a década de 30, passou por uma série de mudanças visando se adequar ao desenvolvimento industrial brasileiro. Pode-se observar, entretanto, que a gênese do preconceito pelo trabalho manual está mais centrada no tipo de trabalhador do que na atividade em si.

Existia um processo discriminatório em relação aos ofícios mais diretamente ligado à divisão de trabalho entre homens livres e escravos em função do modelo econômico do Brasil no século XVIII: modelo agroexportador.

No final de 1785, um Alvará determinou o fechamento de todas as fábricas, salvando apenas aquelas em que eram produzidas roupas para os negros. Em 1808, com a vinda da família Imperial, retoma-se o processo de desenvolvimento industrial com a autorização de abertura de novas fábricas, tendo como consequência uma nova era para o setor de aprendizagem industrial.

Neste período colonial, a mão-de-obra escrava era constituída de algumas ocupações de caráter manual, sendo necessário mantê-los apenas no trabalho braçal, sem nenhum tipo de educação ou aprendizado organizado (Canali, 2009).

Entretanto, buscou-se a aprendizagem compulsória para órfãos e desvalidos, que eram internados em Santas Casas e obrigados a trabalhar como artífices, o que lhes permitia que depois de alguns anos ficassem livres para escolher onde e para quem trabalhar. Assim, o Colégio das Fábricas foi a primeira iniciativa de D.João VI para atender a demanda de mão-de-obra, servindo de referência para as unidades de ensino profissional que vieram a ser instaladas no Brasil.

Para Santos (2003), o ensino profissional, entretanto, não fez parte das preocupações da Constituição de 1824. Em 1826, um Projeto de Lei que definia a instrução pública no país, tinha por objetivo estruturar o conjunto dos vários graus de ensino no Brasil: Pedagogias, Liceus, Ginásios e Academias, referindo-se aos ensinos de primeiro, segundo, terceiro grau e ensino superior, respectivamente.

Segundo Canali (2009), a referida Constituição vinha também da necessidade de se criar uma legislação especial sobre a educação pública segundo o ideário liberal da Revolução Francesa. Entretanto, o ensino profissional não foi explicitamente tratado nesta Constituição, mantendo a separação entre as ocupações dos pobres e desvalidos e as da elite.

Na primeira metade do século XIX, foram criados os Liceus. Entre 1885 e 1888, por exemplo, passaram pelo Liceu de São Paulo cerca de 2.523 alunos. Estas instituições não-estatais tinham como atividade principal formar mão-de-obra para o mercado de trabalho do período imperial. Santos (2003) afirma que o ensino de ofícios

pela rede pública ou privada tinha por objetivo “conter o desenvolvimento de ordens contrárias à ordem política” (p.211).

Ainda para este autor, com a proclamação da República, em 1889, um novo modelo foi incorporado, com a chegada dos padres salesianos que defendiam a idéia de que “o ensino profissional fosse um antítese ao pecado” (p.211). A ideologia do desenvolvimento industrial era, naquela época, a base do progresso, da independência política e econômica.

Para Saviani (2007, apud Canali, 2009), o advento da República trazia um modelo de desenvolvimento pela industrialização. Entretanto, na primeira parte da República, a política educacional pretendia, especialmente, democratizar o ensino primário com a educação pública, gratuita e laica, mas com um sistema “insensível ao mundo do trabalho” (Canali, 2009, p. 6).

Nilo Peçanha, então presidente da República, por meio do Decreto Federal 7566 (de 23/9/1909), criou 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital do estado do país (exceto no Rio de Janeiro, que se instalou na cidade de Campos). Para se ter uma idéia do número de alunos matriculados e as respectivas freqüências, no ano de 1910, Fonseca (s/d, apud Santos, 2003, p. 213) mostra a tabela a seguir:

NÚMERO E FREQUÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS
ESCOLAS DE APRENDIZES E ARTÍFICES POR ESTADO -1910

ESTADO	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	EVASÃO (%)
Amazonas	33	18	45,5
Pará	160	74	53,7
Maranhão	74	56	24,3
Piauí	52	28	46,2
Ceará	128	55	57,0
Rio Grande do Norte	151	86	41,7
Paraíba	143	112	21,7
Pernambuco	70	46	34,3
Alagoas	93	60	35,5
Sergipe	120	69	42,5
Bahia	40	30	25,0
Espírito Santo	180	52	71,1
Rio de Janeiro	209	145	30,6
Minas Gerais	32	24	25,0
São Paulo	135	95	29,6
Paraná	219	153	30,1
Santa Catarina	100	59	41,0
Goiás	71	29	59,2
Mato Grosso	108	57	47,2
TOTAL GERAL	2.118	1.248	-

Fonte: Celso Suckow da Fonseca. *História do ensino industrial no Brasil*, p. 169.

Santos (2003) ainda apontou os altos índices de evasão, sendo que em alguns estados, este número aproximava-se da metade dos alunos matriculados. Apesar disto, este modelo de ensino profissional foi sendo consolidado até ser constituída a rede de Escolas Técnicas do país, sendo que no período compreendido entre 1929 e 1957, o incremento do modelo industrial no país foi da ordem de 475% (Santos, 2003). O ensino industrial, então, passou a assumir um papel fundamental na formação de mão-de-obra.

Segundo Canali (2009), a organização da rede de ensino profissional tem início na Primeira República, a partir da preocupação de alterar os padrões de ensino das diferentes instituições e dos diversos níveis educacionais. Para Nagle (1974, apud Canali, 2009), foi o “período do entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico desenvolvido pelos movimentos políticos-sociais e correntes de idéias” (Canali, 2009, p.8).

Desde o final da primeira República, já se configurava no cenário nacional o modelo taylorista-fordista, tendo continuidade no governo de Getúlio Vargas,

principalmente a partir de 1934, quando o mercado internacional começa a se normalizar depois da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. A educação profissional foi contemplada por meio das Reformas Capanema¹⁷ de 1942 e 1943, com a criação do ensino industrial, secundário e comercial (Canali, 2009).

Como também apontou Cunha (1977), cursos para a formação de técnicos industriais já existiam antes de 1942 (química industrial e eletrotécnica), ligados às instituições de ensino superior, apesar de não serem reconhecidos. A partir daquele ano, o ensino técnico industrial foi organizado como um sistema, sendo composto por rede federal, redes estaduais, rede SENAI e escolas isoladas. O mesmo autor define o que é o sistema:

[...] é o conjunto de estabelecimentos que ministram ensino de um determinado tipo, seguindo a mesa legislação que lhe dá os objetivos e os traços fundamentais da organização dos recursos educacionais para atingi-los; podem ou não ser coordenados, supervisionados ou fiscalizados por um mesmo órgão administrativo” (Cunha, 1977, p.52).

Para Cunha (1977), vários fatores propiciaram esta organização em sistemas: a Segunda Guerra, a instalação da Siderúrgica de Volta Redonda e da Fábrica Nacional de Motores, a política centralizadora do Estado Novo, os cursos que já funcionavam e que exigiam um reconhecimento e a necessidade de professores que tivessem uma formação específica para ministrar aulas nestes cursos.

Esta organização, segundo Santos (2003), apesar de apresentar-se como um avanço, trazia também falhas. Uma delas era o fato de que os alunos do ensino profissional não podiam depois candidatar-se ao ensino superior. Isto mostra que desde o período Imperial, o ensino profissional era marginalizado, formando apenas indivíduos para o trabalho manual, enquanto a educação secundária era destinada à elite.

¹⁷ Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945. Os seguintes decretos-lei foram implementados: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI; Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos. In http://www.histedbr.fae.UNICAMP.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm Acesso 18/03/2010.

Para Cunha (1977), o sistema de ensino técnico era dividido em duas linhas: uma pedagógica e uma administrativa. Enquanto esta se desenvolveu fortemente relacionada com a criação das escolas técnicas federais, a linha pedagógica era controlada pelo governo (regulamentação de currículos, duração do curso, estágio e registro de diplomas). O que se via, pedagogicamente falando, era a existência de um currículo geral básico de ensino secundário com ênfase na profissionalização, chegando a diferença a ser mais marcadamente relativa aos tipos de cursos do que aos objetivos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 articula, pela primeira vez, os ensinos secundário e profissional, permitindo, assim, o ingresso ao nível superior de educação a qualquer tipo de egresso de um dos dois modelos. Para Acácia Kuenzer, esta articulação foi um avanço da educação nacional:

A equivalência estabelecida pela Lei 4.024/61, em que pese não superar a dualidade estrutural, posto que permanecem duas redes, e a reconhecida socialmente continua a ser a que passa pelo ensino secundário, sem sombra de dúvida trouxe significativo avanço para a democratização do ensino. (KUENZER, 1997, p.16)

Em 1971, como apontou Cunha (1977), os cursos de baixo custo eram oferecidos pelas escolas particulares, sendo os de custos mais elevados ministrados pelas escolas federais.

A Lei Federal No. 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) traz modificações na estrutura do ensino, especialmente no que diz respeito à separação entre escola secundária e técnica, sendo apenas uma escola básica com educação geral que buscava preparar para o trabalho. Entretanto, não se produziu nem a profissionalização nem o ensino propedêutico, ficando a compulsoriedade da educação para o trabalho para o ensino público, enquanto as escolas particulares continuavam voltadas para as ciências, letras e artes (Canali, 2009).

Entre os anos 1980 e 1990 houve um intenso debate nacional em relação às mudanças necessárias no ensino de primeiro e segundo graus, o que envolvia, também, o ensino profissionalizante. Em 1996, com a nova LDB, Lei Federal No. 9.394/96, este ensino passa a se integrar às diferentes formas de educação e trabalho, à ciência e à tecnologia, buscando atender todos os alunos, bem como os trabalhadores em geral.

Em 1997, a Educação Profissional passou por nova reforma¹⁸ que foi regulamentada pelo Decreto Federal No. 2.208 (de 17/04/1997), passando a integrar as diferentes formas de educação e trabalho à ciência e à tecnologia. Entretanto, como o ensino técnico tem apenas o caráter de complementariedade do ensino médio, este “conserva a estrutura dualista e segmentada da educação profissional [...] que rompe com a **equivalência**, permitindo apenas a **articulação** entre as duas modalidades de ensino” (Canali, 2009, p.15. Grifos no original).

Para o Ministro da Educação à época, professor Paulo Renato Costa Souza, (BRASIL, 2002), a Reforma da Educação Profissional (REP) ofereceu amplas oportunidades para os jovens por meio do ensino pós-médio e a articulação entre educação, trabalho e tecnologia e em defesa das ações de sua pasta, proclama:

O Ministério da Educação procurou liderar as transformações do sistema de educação brasileiro. Na Educação Profissional promoveu reformas em sintonia com as necessidades de desenvolvimento do país, do setor produtivo e dos cidadãos.

[...] A Educação Profissional no Brasil, mudou, deu um salto de qualidade porque encontrou sua verdadeira vocação para contribuir, em bases sólidas, ao desenvolvimento social e econômico do país. (BRASIL, 2002)

Mas esta reforma suscitou diversas reações contrárias em todo o Brasil¹⁹, inclusive no Colégio Técnico de Campinas, devido à separação da formação geral da formação profissional, e a introdução da denominada Pedagogia das Competências. Se antes existia um curso técnico integrado que pecava pela pequena importância das disciplinas de formação geral, com o Decreto Federal 2.208/97, não permitia mais essa

¹⁸ Conforme já mencionado, a pesquisa inicialmente projetada versava sobre a implantação da desta Reforma da Educação Profissional no Colégio Técnico de Campinas e seus impactos no Projeto Político-Pedagógico deste Colégio.

¹⁹ Para maiores informações OLIVEIRA, Ramon: A (DES) QUALIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL, Cortez Editora, 2003; RAMOS, Marise Nogueira; A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS: autonomia ou adaptação?, Cortez Editora, 2006; MARTINS, Marcos Francisco, Ensino Técnico e Globalização – cidadania ou submissão?, Editora Autores Associados, 2000.

integração, ao invés de corrigir os aspectos ruins da legislação em vigor, simplesmente cortou-se a possibilidade da formação profissional integrada à educação básica.

Ainda em 1997, o governo federal buscou financiar a reforma da educação profissional negociando um empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para promover o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Este Programa objetivava a criação de novas unidades de centro de educação profissional pelos estados, municípios que os criariam juntos ou isoladamente por meio de convênio com o setor privado, ficando a União de fora desta criação, limitando-se apenas a expandir a rede federal já existente.

Com relação à REP e ao PROEP, diversos autores, como Frigoto & Ciavatta (2004,13) colocam a influência dos organismos multilaterais, no atendimento de políticas de cunho neoliberais processadas pelo Governo FHC:

O Banco Interamericano de Investimento (BID) e o Banco Mundial (BIRD) também atuaram, com a participação ativa e consentida do governo federal, nos anos 1990, na reforma do ensino médio e técnico por meio de vários instrumentos legais, sendo os mais decisivos o Decreto 2.208/97, a Portaria MEC N. 646/97 e a Portaria MEC n. 1.005, que criou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), que viabilizaria, com recursos financeiros, a aceitação da reforma.

Para Sílvia Maria Manfredi, outra voz que se manifestou criticamente em relação à Reforma da Educação Profissional dos anos 1990:

[...] a reforma instituída legitima um projeto não consensual, o qual, de um lado, instaura o dissenso sobre sua implementação e, de outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes.” (MANFREDI, 2002, p.138-139)

Um outro educador ligado à educação profissional, Ramon de Oliveira, relaciona a REP dos anos 1990, com a responsabilização dos trabalhadores pelo desemprego:

Ao responsabilizar a má qualificação dos trabalhadores pelos altos índices de desemprego, este governo institui no imaginário coletivo a compreensão de que a única saída para as populações marginalizadas econômica e socialmente é a apropriação de um novo

capital cultural, habilitando-as a disputarem, em melhores condições, uma vaga no mercado de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, p.24)

E exatamente por este dissenso apresentado por esta autora, que após a mudança no Governo Federal após a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, a revogação do Decreto Federal No. 2.208/97 era aguardada, dado o compromisso com diversos educadores do então candidato Lula.

Em 2004, após intensas discussões da sociedade brasileira, especialmente dos sindicatos e pesquisadores da área do trabalho e da educação, o Decreto Federal No. 2.208/97 foi revogado sendo substituído pela também Decreto Federal de No. 5.154/2004, em 23 de julho . Este Decreto manteve a oferta de cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente, trazendo de volta a possibilidade de se integrar ensino médio e educação profissional.

No entanto, educadores comprometidos com a formação integral de jovens e trabalhadores, que duramente criticaram o Decreto Federal No. 2.208/97 pelo reforço ao dualismo educacional existente no Brasil e que contribuíram para sua revogação, por meio do Decreto Federal No. 5.154/2004 demonstram grande decepção pelos rumos tomados por este novo decreto. A este respeito, registramos abaixo a fala dos educadores Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta, Marise Ramos (mas muitos outros compartilham delas), compreenderam que:

Como partícipes ativos, ao longo de dois anos no processo de revogação do Decreto n. 2.208/97 e aprovação do Decreto n. 5.154/04, pudemos testemunhar o quanto o poder das forças conservadoras quanto os embaraços de um governo que parece não querer mudanças estruturais. Com efeito, tanto o conteúdo do novo decreto, quanto e, especialmente, a regulamentação feita às DCNs pelo Conselho Nacional de Educação, pode resultar em avanços pífios ou retrocessos. (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p14)

Em 2007, o Governo Federal, por meio do Decreto No. 6.302 (12 de dezembro) instituiu o Programa Brasil Profissionalizado, tendo como objetivos:

[...] estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto

dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (BRASIL, 2007a)

Para Canali (2009, p.19), o Programa Brasil Profissionalizado²⁰ representa uma tentativa de democratização do ensino médio e tem sua sustentação e apoio no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que apóia com a “construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico das escolas; construção de laboratórios e bibliotecas, formação de docentes, gestores e pessoal técnico”.

Finalizando, podemos concordar com Canali (2009) quando afirma que “superar essa dualidade estrutural histórica existente entre ensino médio propedêutico e educação profissional de nível médio representa um grande desafio para transformar essa realidade, caracterizada como problema político e não pedagógico “ (p.19), sendo necessária a democratização do ensino médio com propósitos claramente definidos e com investimento público, não sendo suficiente apenas o estabelecimento de decretos, mas transformar a realidade social.

1.2 A CRIAÇÃO DA UNICAMP E DE SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS: UMA HISTÓRIA INDISSOCIADA.

O relato histórico da criação da Universidade Estadual de Campinas que, aliás, teve inicialmente sua denominação como Universidade de Campinas, já fora objeto de diversos estudos e trabalhos²¹, alguns dos quais com a descrição da determinação,

²⁰ Segundo o Ministério da Educação, até 2011, o Programa Brasil Profissionalizado investirá recursos da ordem R\$ 900 milhões aos estados e municípios que ofertam educação profissional no país. Em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12325&Itemid=86 Acesso 18/03/2010.

²¹ LIMA, Eloi da Silva. A CRIAÇÃO DA UNICAMP: Administração e Relações de Poder numa perspectiva histórica. 1989, Dissertação de Mestrado FE/UNICAMP; MENEGHEL, Stela Maria. ZEFERINO VAZ E A UNICAMP – Uma trajetória de um modelo de Universidade. Dissertação Mestrado FE/UNICAMP (1994); MARTINS, Meire do Rosário, etc e tal org. UNICAMP, 35 ANOS – Ciência e Tecnologia na Imprensa; Editora da UNICAMP, Campinas, 2001; GOMES, Eustáquio: O Mandarim – História da Infância da UNICAMP, Editora da UNICAMP, Campinas, 2003; CRUZ, Lúcia Pedrosa da, BENTO QUIRINO E COTUCA: os passos do Ensino Profissional em Campinas.

pujança e habilidade política do professor Zeferino Vaz, que a despeito de não ter sido o seu primeiro Reitor, foi de fato, o responsável pelo processo de organização e instalação da Universidade em seu campus no distrito de Barão Geraldo, a criação de seus Institutos, Faculdades, Escolas Técnicas e sua estrutura organizacional, nos 12 anos de sua gestão, de 1966 a 1978, como Reitor.

Para melhor situar o contexto político-econômico por ocasião da criação do COTUCA (dos Colégios Técnicos) e sua inserção como unidade de educação profissional na cidade de Campinas, no final dos anos 1960, faremos uma breve descrição do processo de criação da UNICAMP. Ao buscarmos fazer uma pesquisa nos documentos históricos do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP – SIARQ – e efetuarmos uma varredura dos trabalhos acadêmicos já desenvolvidos (LIMA, 1989; MENEGUEL, 1994; e CRUZ, 2007), e duas publicações realizadas pela Universidade (MARTINS, 2001; e GOMES, 2006), tomamos conhecimento que todas elas haviam bebido da mesma fonte – os arquivos do SIARQ. Decidimos então, para a elaboração deste pequeno resumo acerca da criação da UNICAMP, nos valer destes trabalhos²², sem deixar de lado as pesquisas realizadas diretamente dos arquivos do SIARQ.

O marco legal de criação da UNICAMP deu-se pela Lei Estadual Nº 7.655 de 28 de dezembro de 1962, mas segundo diversas publicações oficiais da Universidade, a sua criação teve o marco inicial muito antes, em 1948, pela campanha do jornalista Luso Ventura, do jornal *Diário do Povo*, para a instalação de uma faculdade de Medicina na cidade de Campinas (UNICAMP, 2001, p.9) A concretização ocorreu após diversas campanhas de políticos e da sociedade campineira no início da década de 1960, sendo a Faculdade de Medicina, a primeira unidade a funcionar em 1963, instalada provisoriamente nas dependências da Maternidade São Paulo²³.

Dissertação de Mestrado, 2008, FE/UNICAMP; CASTILHO, Fausto Castilho - livro Conceito de Universidade no Projeto UNICAMP. Editora da UNICAMP, Campinas, 2008.

²² Recorremos também a arquivos do SIARQ disponibilizados eletronicamente na web: <http://www.UNICAMP.br/siarg/>

²³ Ibidem - A Faculdade de Medicina permaneceu funcionando na Maternidade até 1986, quando ficaram prontas as instalações no campus universitário.

Para Lima (1989 apud Meneghel, 1994), a lei de criação da UNICAMP trouxe uma inovação:

[...] a criação da carreira de pesquisador, satisfazendo a concepção dominante nos meios intelectuais e políticos da época de que a Universidade brasileira, para responder ao desafio de superação do atraso em relação aos países desenvolvidos, deveriam investir na produção de ciência e tecnologia (LIMA, 1989, apud MENEGHEL, 1994, p. 94).

Para Meneghel (1994), a legislação que criava a UNICAMP compartilhava de alguns princípios da Universidade de Brasília (UnB), tais como:

- a indissociabilidade das atividades de ensino e pesquisa;
- o ciclo básico, de formação geral, preparando para a ulterior formação profissional;
- a formação de um centro de estudos avançados, pois estavam previstos a carreira de pesquisador e cursos de pós-graduação e doutoramento (MENEGHEL, 1994, p.94)

Mas, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os legisladores intencionavam adotar “princípios modernos” na estruturação da nova Universidade, inspirados na UnB, também se utilizavam dos Estatutos da USP, de décadas atrás e com o princípio da Cátedra universitária.

Ainda segundo esta autora, o ano de 1965 foi crucial para a instalação da UNICAMP, indo de um extremo a outro quanto a sua viabilidade, chegando a ficar seriamente ameaçado o projeto de Universidade e a cidade de Campinas permanecer apenas com a Faculdade de Medicina, devido ao relatório de 30 de agosto de uma Comissão Especial do Conselho Estadual de Educação, presidida pela Profa. Esther de Figueiredo Ferraz. O relatório também sugeriu uma nova comissão, para discutir a organização da Universidade, e curiosamente coube a Zeferino Vaz – que era considerado um inimigo da criação da UNICAMP desde as campanhas do final da década de 1950 – a incumbência de sua presidência para discutir a rumos da Universidade de Campinas. Zeferino deixava para trás a pecha de *persona non grata* para Campinas transformando-se na esperança para a concretização da Universidade, sendo constantemente solicitado por professores da Faculdade de Medicina para assumir a

UNICAMP, pois sua habilidade política e amizade com o governador Adhemar de Barros o credenciavam para esta difícil tarefa.

A “Comissão Organizadora da Universidade de Campinas”, subordinada ao Conselho Estadual de Educação, foi criada pelo Decreto Estadual 45.220/65, de 09.09.1965, com “a finalidade de continuar a implantação da Faculdade de Medicina e de estudar e planejar a instalação das demais unidades integrantes da Universidade”, sendo constituída no dia seguinte pelos professores Zeferino Vaz, Paulo Gomes Romeu e Antônio Augusto de Almeida, cabendo a presidência ao primeiro²⁴. (UNICAMP, SIARQ, 2004, p. 31)

Esta Comissão funcionou por cerca de um ano e três meses, até a realização de seu relatório final denominado “Relatório da Comissão Organizadora” analisado nas sessões de 12 e 19 de dezembro de 1966, sendo extinta em 21 de dezembro de 1966, após o Conselho Estadual de Educação ter aprovado este relatório que resultou na Resolução CEE No. 46/66 (19/12/1966), que autorizava a instalação das primeiras unidades de ensino da Universidade. No entanto, cerca de dois meses antes da aprovação do relatório da Comissão, ocorreu o lançamento da *pedra fundamental* da UNICAMP, em 05 de outubro de 1966, em uma gleba de 30 alqueires no distrito de Barão Geraldo, onde se desenvolveu o seu principal campus universitário²⁵.

Diversos trabalhos destacaram o relacionamento que esta “Comissão Organizadora” teve com empresários de grandes indústrias da região de Campinas, o que acabou por influenciar os trabalhos da Comissão e, por conseguinte, os rumos da própria criação da UNICAMP.

²⁴ UNICAMP, SIARQ - Guia do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Julho/2004. Página 31

²⁵ A UNICAMP mantém ainda dois outros *campi* fora da cidade de Campinas: na cidade de Piracicaba, onde funciona a Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP) e em Limeira, onde se encontra o Colégio Técnico de Limeira (COTIL), o Centro de Educação Superior Tecnológica (CESET) e em 2008, foi criada a Faculdade de Ciências Aplicadas, no novo campus da Limeira.

Segundo Eustáquio Gomes, jornalista e coordenador de imprensa da UNICAMP desde 1992²⁶, que relatou no livro *“O Mandarim. História da infância da UNICAMP”*²⁷, a atuação e o papel do professor Zeferino Vaz no processo de criação da Universidade até o seu desligamento da Reitoria em 1978, tendo como fonte o Relatório da Comissão Organizadora da Universidade, este realizou, a partir de 13 de setembro de 1966, algumas reuniões com segmentos empresariais da cidade, visando elaborar os primeiros cursos de engenharia da UNICAMP:

Nela, o Reitor fez uma explanação do que seria a nova Universidade, esboçou o perfil dos cursos e explicou de que modo se daria a aproximação com a indústria. ... No fim, pediu que os empresários formassem um grupo de trabalho e o ajudassem a preparar um anteprojeto para os cursos de Engenharia Elétrica, Mecânica e Química a partir da experiência de cada um e das necessidades da indústria. (GOMES, 2006, *Jornal da UNICAMP*, Capítulo 10, p. 6-7)

Para Meneguel (1994),

A influência desta comissão parece ter sido decisiva na determinação dos cursos que, já no ano seguinte, começaram a funcionar na Universidade, embora nem todas as sugestões feitas por ela tenham sido adotadas. (MENEGUEL, 1994 p; 102)

Enquanto para Lima (1989),

Às solicitações dos cursos de Engenharia e de Ciências Básicas por parte das indústrias da região somava-se à criação de cursos inéditos no cenário universitário brasileiro, os quais, na visão desenvolvimentista da Comissão, atenderiam às necessidades do processo de industrialização. [...] E sempre que lhe (Zeferino Vaz) era possível gostava de destacar a prestação de serviços à coletividade, com ênfase naquilo que chamava de perfeita integração entre a Universidade e as empresas industriais da região, o que, de

²⁶ “...com um hiato entre 1998 a 2002” – *Jornal da UNICAMP* Edição 313 – 20/02 a 05/03/2006 p. 6. Este hiato refere-se à gestão do professor Hermano Tavares, quando este não desempenhou o papel de *porta-voz*.

²⁷ O livro foi inicialmente publicado quinzenalmente no “*Jornal da UNICAMP*” – veículo de informação mantido pela Reitoria – entre 20 de fevereiro a 31 de julho de 2006 com todos os 34 capítulos, sempre às páginas 6 e 7 do jornal.

acordo com o que era desejado, concretizava-se "Quer na utilização de Engenheiros das grandes indústrias na ministração de cursos na Universidade, quer pela utilização de equipamentos da Universidade pelas indústrias de Campinas. Vaz, Zeferino, Arquivo Oficial. Documento no.1, 1969. (LIMA, 1989, p. 97)

(Grifo nosso).

É importante salientar que o processo de instalação da UNICAMP no final da década de 1960 e início dos anos 1970, se deu num dos momentos mais críticos da história do Brasil: no plano político, o país vivia sob uma ditadura militar, num crescente recrudescimento, mostrando a sua face mais dura²⁸, suprimindo as garantias constitucionais, cerceamento da liberdade de expressão, a perda de poder do Congresso Nacional, com a decretação dos Atos Institucionais e a outorgação de uma nova Constituição e a introdução da Lei de Segurança Nacional (março de 1967), culminando com a decretação do Ato Institucional No. 5 (AI 5) em dezembro de 1968, rasgando a própria Constituição militar e o fechamento do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo em que realizava intervenções em diversas Universidades, com a cassação de docentes, forçando o exílio de artistas, intelectuais e políticos, no plano militar, a ditadura instaurava sua face mais repressiva aos movimentos de resistência e de luta armada, com a violência torturante nos porões dos DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna), gestados na famigerada Operação Bandeiras em São Paulo.

²⁸ Ao contrário do que nos quis vender o jornal *Folha de São Paulo*, com a expressão *ditabranda* em seu editorial "Limites a Chávez", de 17 de fevereiro/2009 (Pág. 2), onde, com intuito de criticar o presidente venezuelano Hugo Chávez, fazia um paralelo de ditaduras brandas (o caso brasileiro entre 1964 a 1985) e outras : "[...] Mas, se as chamadas 'ditabrandas' -caso do Brasil entre 1964 e 1985- partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça-, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente". Esta tentativa do jornal em reescrever a história resultou em uma onda de protestos por parte de diversos segmentos da sociedade brasileira, notadamente daqueles que sofreram com o regime militar brasileiro, como também de intelectuais progressistas e comprometidos com a verdadeira da história do país, do horror que fora este período, mas do que isso, criar a cultura, impregnar na alma do brasileiro a repulsa a qualquer nova aventura ditatorial.

No plano econômico, o Brasil crescia, pela ação dos militares de elevar o país a uma potência econômica mundial, a taxas de 10% ao ano, no auto-propagado “Milagre Econômico” brasileiro, ainda com o paradigma Taylorista-Fordista de produção, que no modo mais tradicional de exploração capitalista, a mais-valia, incluía milhões de brasileiros no processo produtivo, ainda que em empregos com baixa remuneração, trabalho repetitivo e precário.

Já nos países industrializados, um novo paradigma tecnológico baseado na microeletrônica (chamada automação flexível) começava a se disseminar, possibilitando um avanço grandioso na produtividade de suas indústrias, despertando o interesse de sua adoção em setores de ponta do empresariado nacional, com o apoio do comando militar brasileiro e de pesquisadores com espírito nacionalista que acreditavam na necessidade e possibilidades de tirar o país da dependência científica e tecnológica,

Segundo Lima (1989),

Uma grande parcela desses pesquisadores, responsáveis pela implantação do Instituto de Física e da Faculdade de Engenharia eram jovens imbuídos de uma ideologia nacionalista preconizadora da autonomia tecnológica do Brasil, que havia sido forjada nas dependências do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA. Este parece ser um importante fator de definição do perfil tecnológico e nacionalista da UNICAMP... (LIMA, 1989. p. 123)

Ainda para Lima (1989),

A crença no modelo econômico e, por conseguinte, na política e nas propostas governamentais para a viabilização do chamado “milagre brasileiro”, era condição “sine qua non” para qualquer nova organização, principalmente as públicas, conseguir se instalar. Seus dirigentes deviam estar conscientes e convictos a respeito dessa condição, para que a definição de seus objetivos vitais e das ações para viabilizá-la estivessem em sintonia com o ritmo histórico do capitalismo e com o poder constituído. Só assim lhe era assegurado o direito de acesso aos recursos e facilidades para a sua concretização (LIMA, 1989 p. 88/89)

Como vimos, a UNICAMP, em seu projeto de instalação trouxe em seu bojo o pleno atendimento das necessidades do sistema produtivo em desenvolver-se tecnologicamente, e não obstante ter se instalado no período em que o regime militar

iniciava sua fase mais dura. Nesse sentido, a Universidade nascente não teve grandes problemas, conforme destacado por Lima (1989):

A ausência de ebulição política significativa teria propiciado à Reitoria da UNICAMP, além da tranquilidade interna para seguir com os trabalhos de implantação da Universidade, o “cartão de visitas” adequado para apresentar às autoridades governamentais uma alternativa viável de investimento de ciência e tecnologia nacionais e na formação de recursos humanos essenciais ao projeto de modernização capitalista em curso nos anos 60/70 (LIMA, 1989, p. 104).

A personalidade e o modo de governar de Zeferino Vaz foram manifestados por diversos autores, os quais destacamos, Lima (1990) e Gomes (2006):

Antes, devo lembrar o que me foi enfatizado por todos os entrevistados sobre o marcante papel de liderança e autoridade legal centralizadora exercido por Zeferino Vaz, de quem, no período estudado, emanava quase todo o poder formal de decisão dentro da organização, poder este assegurado juridicamente por dispositivo estatutário, do qual assenhorou-se completamente. (LIMA, 1989, pag. 120)

Como um suserano, dizia o que devia ou não devia ser feito para que do nada surgisse uma Universidade moderna, eficiente e que servisse de modelo para o país. (GOMES, 2006, p. 6-7)

A Resolução CEE-SP N° 46/66 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo foi o marco legal autorizando a instalação e funcionamento das primeiras unidades educacionais da UNICAMP: os Institutos de Física, de Matemática, de Biologia e de Química, e as Faculdades de Engenharia de Campinas; de Tecnologia de Alimentos; de Ciências; e de Enfermagem (estas duas últimas nunca implementadas), além do Colégio Técnico Industrial de Campinas e do Colégio Técnico Industrial de Limeira.

Podemos dizer, com toda a certeza, que a criação dos Colégios Técnicos da Universidade de Campinas – assim como a criação da Faculdade de Engenharia de Campinas, com os cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, e posteriormente da Faculdade de Engenharia de Limeira, como o curso de Engenharia

Civil – teve como fator determinante o atendimento das necessidades do capital na sua expansão industrial na emergência da cidade de Campinas e região.

Com relação aos Colégios Técnicos e o ensino de nível médio na nova Universidade nascente, o Relatório da Comissão Organizadora foi bastante sucinto ao considerar que:

Colégios técnicos: O dispositivo da L.D.B. que tornou possível criação de colégios técnicos junto à Universidades abriu novas perspectivas para o preparo de mão de obra técnica especializada de nível elevado e veio ao encontro de bem conhecida deficiência de elementos intermediários entre o engenheiro e o operário.

Ocorre aqui fenômeno rigorosamente idêntico ao observado no exercício da medicina pela carência de enfermeiros e de técnicos em enfermagem. Exército com mais oficiais do que sargento.

Felizmente a lei criadora da Universidade de Campinas, cujo projeto foi elaborado pelo eminente Governador **Carvalho Pinto**, assessorado por um grupo de universitários de alta capacidade, previa também a existência de cursos técnicos de nível médio.

Já referimos que as indústrias de Campinas construíram e equiparam edifício adequado para a ministração de cursos técnicos mecânica, eletricidade e de eletrônica que colocara a disposição da Universidade.

Há também em Campinas, em funcionamento, construída e muito bem equipada pelo Governo do Estado e pela Diretoria do Estado Industrial do MEC, excelente Escola de Química Industrial de nível médio.

Para que se faça justiça e para reconhecimento público, citaremos nominalmente os nomes dos principais responsáveis pelo êxito do empreendimento: **Dr. Genovois**, Diretor da Rhodia Indústrias Químicas e Farmacêuticas e vice-Consul da França em Campinas. **Professor Armando Hildebrando** que dirige o Ensino Industrial do ministério da Educação com uma eficiência impressionante e com um entusiasmo contagiante fora do comum.

Em Limeira existe também o Ginásio Industrial da Secretária da Educação dispondo grande edifício, necessitando, porém de equipamentos modernos para ser transformado em Colégio Industrial.

A Comissão Organizadora, considerando o que foi preconizado pela L.D.B. e pela estadual nº 7655/62, considerando que seria de toda conveniência que a Universidade de Campinas tivesse sob sua égide os colégios técnicos referidos e considerando por fim a urgente necessidade de técnicos diferenciados de nível médio para a indústria propõe ao Conselho que **autorize a assinatura dos convênios indispensáveis à consumação desse objetivo com as entidades oficiais ou particulares mantedoras daqueles cursos.** (CEE, Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas. Dez/1966). (Grifos do texto original)

Do exposto acima, tiramos as seguintes conclusões acerca do Relatório da Comissão Organizadora:

- i) Deixa claro o seu posicionamento favorável à existência de cursos de nível médio no seio da Universidade, indo além, com manifestação efusiva pelo fato da Lei 7.655/62 que criou a Universidade de Campinas já ter previsto esta possibilidade;
- ii) Assim como no caso dos cursos de engenharia, os cursos técnicos são importantes para a indústria nacional, qual seja a educação concorrendo para o desenvolvimento do país e do capitalismo no Brasil;
- iii) Da parte grifada em negrito do último parágrafo, a Comissão está se referindo ao antigo Colégio Técnico Industrial Conselho Antônio Prado – COTICAP e em Limeira, ao Ginásio Industrial José Trajano, este último mantido pelo governo estadual. Pelo que entendemos, a proposta da Comissão era no sentido de encampar estas duas escolas para integrar a Universidade de Campinas: *“...considerando que seria de toda conveniência que a Universidade de Campinas tivesse sob sua égide os colégios técnicos referidos”*.

O Ginásio Industrial José Trajano foi, de fato, incorporado e transformado no Colégio Técnico Industrial de Limeira (Cotil) mantendo-se o então Diretor daquele Ginásio, o professor Manoel da Silva, que passou a responder pelo Cotil. Ainda, o Cotil permaneceu naquelas instalações até a inauguração do campus de Limeira, em 1973, onde passou a compartilhar o espaço físico com a Faculdade de Engenharia de Limeira.

Já em relação ao COTICAP, como sabemos este não foi incorporado pela UNICAMP e não temos conhecimento acerca de quais os desdobramentos a partir do Relatório da Comissão Organizadora. O que sabemos, é fonte de uma entrevista que o professor Osmar Salles de Figueiredo, que era Diretor do Coticap naquela época,

forneceu a Cruz (2008) - ele revela que o professor Zeferino Vaz fez uma visita a este colégio para realizar uma aula inaugural e ficou encantado com suas instalações.

Mas podemos depreender que esta visita pode ter sido parte da estratégia para tentar a incorporação do Coticap à Universidade que estava nascendo, estratégia esta que não deu certo – inferimos devido a não concordância dos mantenedores em abrir mão do controle daquela escola, que era realmente diferenciada. Além disso, conforme consta do Relatório da Comissão, a multinacional francesa Rhodia, que mantinha acento no conselho Diretor do Coticap, tinha investido muito para a sua criação e este se encarregava de formar a mão de obra qualificada com o perfil que a empresa necessitava. Então, mesmo apoiando a criação da Universidade de Campinas, ela não teria concordado em abrir mão de seu controle.

O primeiro curso a ser instalado na Universidade de Campinas foi o de Medicina, pela incorporação da Faculdade de Medicina em 1963, um ano após a Lei 7.655/62 que criou a Universidade.

A partir da Resolução CEE-SP No 46/66 do Conselho Estadual de Educação, a UNICAMP estava criada – as portas estavam abertas para a instalação dos primeiros cursos mas faltava-lhe ainda um teto e um chão firme para a sua instalação. A solução encontrada foi a ocupação provisória, no início de 1967, das instalações antigas do antigo “Ginásio Industrial Estadual Colégio Bento Quirino”²⁹, à Rua Culto à Ciência No. 177, no centro da cidade de Campinas, onde foram instalados com os cursos superiores de Física; Química; Engenharia Mecânica; Engenharia Elétrica; e Tecnologia de alimentos e

²⁹ Por diversas vezes em conversas com professores mais antigos, escutávamos que o professor Zeferino havia criado o Cotuca para poder se aproveitar do prédio do Ginásio Industrial “Bento Quirino” (que por testamento só poderia ser escola técnica) para instalar os primeiros cursos da UNICAMP, pois os prédios no campus universitário ainda não estavam prontos. Mas não creio haver veracidade, pois a Lei de criação da UNICAMP, de 1962, já previa a instalação de Escolas Técnicas e acessando o Relatório da Comissão de Organização da Universidade de Campinas e as conversas que mantivemos com os ex-Diretores do Cotel e do Cotuca, respectivamente professores Manoel da Silva e Osmar Salles de Figueiredo de Figueiredo. A utilização do prédio auxiliou na antecipação da abertura de cursos, mas ao que pudemos concluir, não foi determinante para a criação do Cotuca.

os cursos técnicos de Máquinas e Motores; Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos todos coabitando as mesmas instalações.

Como o campus ainda não existia, Zeferino mandou adaptar laboratórios nos porões **de um antigo colégio, o Bento Quirino**³⁰, no número 177 da rua Culto à Ciência. Lattes às vezes aparecia de chinelos e trazia o cachorro. Em varais improvisados no corredor, estendia filmes com registro de colisões de partículas cósmicas observadas no monte Chacaltaya, na Bolívia, onde ficava e ainda fica o laboratório instalado por ele em 1951. [...] De seu gabinete no andar de cima, o Reitor tramava a organização da área de humanidades e artes Para ter sua Universidade do jeito que queria, o Napoleãozinho estava disposto a fazer concessões. Tinha carta branca do governo estadual para isso. **Grifo Nosso** (GOMES, 2006, p. 6-7)

Conforme já vimos, neste mesmo ano de 1967, o Colégio Técnico Industrial de Limeira passou a funcionar nas instalações do antigo Ginásio Industrial José Trajano em Limeira e também foi incorporada a Faculdade de Odontologia de Piracicaba e seu respectivo curso superior, por meio da Lei 9.715/67, de 30.01.1967, que alterou a lei de criação da Universidade.

Na entrevista que realizamos com os ex-alunos Antônio Vivaldi Rodrigues e Nilton da Silva, este último nos brindou com uma informação histórica, que apreciamos muito:

[...] Eu me recordo bem como se fosse hoje: foi no dia 11 de abril de 1967, a turma da Mecânica estava tendo aula com o dr. Rubens Carlos Tocalino, ele veio da Mauá e dava aula usando os livros dele da Mauá para as nossas aulas, os três livros dele, foi fantástico

[...] e nessa oportunidade, no primeiro dia de aulas, não tinha carteiras, houve um atraso na entrega, e nós estávamos na metade

³⁰ O livro foi lançado em 2006 e o autor não se deu conta de que o **antigo colégio, o Bento Quirino** na realidade já era o Colégio Técnico Industrial de Campinas – o Cotuca, criado juntamente com a Universidade em 1967, onde por três anos, de 1967 a 1969 os alunos dos cursos das Engenharias, Matemática, Física, tenham convivido no mesmo ambiente com os alunos do Cotuca, conforme nos disseram Antônio Vivaldi Rodrigues e Nilton da Silva (ex-alunos Cotuca, turma 1967) e João Frederico da Costa Azevedo Meyer (ex-aluno UNICAMP, turma 1967, professor do Instituto de Matemática e Estatística da UNICAMP desde 1971)

da aula com o Rubens Carlos Tocalino e chegou o caminhão com as carteiras. Então nós fizemos um *brake* ali e todo mundo saiu para descarregar o caminhão e continuar a aula depois. O primeiro dia de aula, no dia 11 de abril de 1967. (Nilton da Silva, entrevista 21/12/2009)

Vivaldi: mas ele era professor da Engenharia da Mauá.

Nilton nos brinda ainda com a informação que a primeira aula recebida pelos alunos do curso técnico de Máquinas e Motores foi da disciplina de Elementos de Máquinas.

Desde a sua nomeação como presidente da Comissão Organizadora, em setembro de 1965, até as instalações da Reitoria no Campus Universitário ficar prontas em 1971, o professor Zeferino Vaz fez um périplo por diversos prédios da cidade acomodando-se e à sua equipe, no trabalho de instalação da UNICAMP. Em 1966, em seus trabalhos da Comissão Organizadora, ocupou o prédio da Maternidade de Campinas, enquanto o prédio do antigo Ginásio Industrial “Bento Quirino” ficou fechado para reformas, devido a inúmeros problemas estruturais. Com o término destas reformas, no final de 1966, Zeferino se instalou à Rua Culta à Ciência no início de 1967, ali permanecendo por cerca de dois anos até o final de 1968, mudando ainda suas trincheiras mais duas vezes: em 1969 para o Palácio dos Azulejos, situado à Rua Regente Feijó, no centro da cidade e em 1970, no antigo prédio da Supergasbrás, situado à Rua Barão de Itapura. (LIMA, 1989 p. 111).

Assim, à exceção da Faculdade de Medicina, que teve seu início em 1963, o Cotuca, foi, em 1967, pioneiro com a abertura de três cursos técnicos bem delimitados – o de Máquinas e Motores, o de Eletrotécnica e o de Tecnologia de Alimentos, todos com 40 vagas cada, totalizando 120 vagas de educação profissional. Neste mesmo ano de 1967 a Universidade realizou o primeiro processo de seleção de candidatos, abrindo também 120 vagas para as Carreiras de Ciências Exatas e Tecnológicas – os alunos cumpriam os dois primeiros anos (ciclo básico) para depois optarem por um determinado curso, conforme Meneghel (1994, p. 103).

Gradualmente, à medida que os prédios no campus universitário iam sendo entregues, os Institutos e Faculdades foram deixando as instalações provisórias da Rua

Culta à Ciência, permanecendo, no entanto, o Colégio Técnico de Campinas, que no ano de 2009, completou 42 anos nas suas instalações iniciais (que, a princípio seriam provisórias).

Este prédio, construído na década de 1910, que a despeito da beleza arquitetônica e valor histórico, já há muito tempo não é mais adequado para a finalidade a que se destina, necessitando de reformas estruturais de grandes proporções em sua rede hidráulica e elétrica, telhado, alvenaria, além de não mais comportar com conforto o crescimento experimentado pelo Colégio, conforme tratado mais adiante.

CAPÍTULO 2

O RELACIONAMENTO DA UNICAMP COM OS SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS - UM PROCESSO EM CONSTANTE MUDANÇA

Finalmente, verifiquei que, tanto o Senhor Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos como o Senhor Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica, não estão mantidos informados a respeito de qualquer aspecto das atividades do Colégio Técnico, apesar de que a vinculação entre os cursos desse Colégio com os Cursos Superiores representa a justificativa legal da existência do Colégio Técnico da Universidade.

(UNICAMP, Of. FGB – 111/69 – 25/04/1969)

O relato que vimos acima consta da correspondência entre o professor F.G.Brieger, Coordenador Geral da Universidade e o Reitor professor Zeferino Vaz, nos primórdios do nascimento tanto da UNICAMP quanto do Colégio Técnico de Campinas, no longínquo ano de 1969, e o trazemos a tona para resgatar neste início de capítulo o projeto inicial que a Universidade Estadual de Campinas tinha para os seus Colégios Técnicos, ou ao menos vislumbrava, estava presente nas mentes de seus criadores – uma vinculação estreita entre os cursos técnicos oferecidos pelos Colégios e os de engenharia das Faculdades de então – Faculdade de Engenharia de Campinas, Faculdade de Tecnologia de Alimentos e Faculdade de Engenharia de Limeira.

Neste capítulo, vamos discorrer acerca de três temáticas, que acreditamos constituem os três pilares que nos possibilitam analisar o relacionamento que a Universidade Estadual de Campinas vem mantendo com os Colégios Técnicos de Limeira e Colégio Técnico de Campinas, desde a sua criação, privilegiando, em algumas ocasiões a relação com este último. Os três pilares analisados foram:

- Pilar I – Os Colégios Técnicos e sua importância relativa no âmbito da Universidade: institucional, orçamentária e academicamente;
- Pilar II – Os Colegios Técnicos na Agenda de discussão da UNICAMP e sua inserção junto aos Institutos e Faculdades

Pilar III – O relacionamento dos Colégios Técnicos com os órgãos públicos estaduais de Educação: há interesse na autonomia?

O primeiro a ser analisado, o Pilar I, trata do relacionamento entre a UNICAMP e os seus Colégios Técnicos, como a vinculação institucional dos Colégios com a Universidade; a importância orçamentária dos Colégios comparativamente aos Institutos e Faculdades e também a evolução dos cursos e número de vagas oferecidas pelo Colégio Técnico de Campinas. O Pilar II trata de outros aspectos que dizem respeito a processos desencadeados pela administração central da Universidade no sentido de intervir no andamento das atividades dos Colégios e mesmo alterar suas rotas. No Pilar III vamos discutir alguns processos administrativos entre a UNICAMP e o Conselho Estadual de Educação, focando em algumas situações o Colégio Técnico de Campinas, com vistas a qualificar a discussão acerca da autonomia da Universidade sobre os seus Colégios, por meio do instrumento da Supervisão Delegada.

2.1 PILAR I – OS COLÉGIOS TÉCNICOS E SUA IMPORTÂNCIA RELATIVA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE: INSTITUCIONAL, ORÇAMENTÁRIA E ACADEMICAMENTE

2.1.1 A importância institucional dos Colégios Técnicos junto à UNICAMP – trinta anos de declínio à inflexão no limiar do novo século

Neste item trataremos da importância institucional dos Colégios Técnicos da UNICAMP, no que diz respeito a três aspectos:

- i) a sua existência enquanto unidade constituinte da Universidade;
- ii) o reconhecimento da modalidade de ensino médio e técnico como um modalidade de ensino próprio da Universidade;
- iii) a participação de representantes dos Colégios nos órgãos de deliberação máxima da Universidade.

Em outras palavras, procuramos analisar o grau de importância institucional que o Cotuca e o Cotil vêm experimentando no âmbito universitário, tomando como

referência a sua inserção conforme prevista na Lei Estadual Nº 7.655/62 de criação da UNICAMP, comparando posteriormente com os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade e documentos do Conselho Diretor e posteriormente Conselho Universitário, ao longo destes mais de quarenta anos desde a instalação da UNICAMP e dos próprios Colégios.

Do ponto de vista institucional, o primeiro documento a ser analisado é a Lei Estadual Nº 7.655/62, de criação da UNICAMP, destacando o posicionamento dos Colégios Técnicos, denominados de Escolas Técnicas, no âmbito desta lei. Não tínhamos a noção de quão diferente era a situação prevista para as Escolas Técnicas por ocasião da criação da Universidade com a situação que conhecemos nestes quase trinta anos de docência no Cotuca.

Logo no início, quando da descrição das finalidades e a constituição da Universidade, as Escolas Técnicas e o ensino técnico aparecem no mesmo artigo, aparentemente em pé de igualdade, com os Institutos/Faculdades e o ensino universitário, conforme extrato desta Lei a seguir:

Artigo 2.º - A Universidade de Campinas tem por finalidade:

I - ministrar o ensino universitário e pós-graduado;

II - promover a pesquisa pura e aplicada;

III - formar e treinar técnicos de nível médio e superior.

Artigo 3.º - Constituem a Universidade de Campinas:

I - Faculdades;

II - Institutos de Ensino;

III - Instituto de Pesquisa;

IV _ Escolas Técnicas;

V - Reitoria.

[...]

Artigo 7.º - As Escolas Técnicas dedicar-se-ão à formação e treinamento de técnicos de nível médio.

(Governo Estado de São Paulo, Lei 7.655/62). **(Grifo nosso)**

No que diz respeito à participação nos órgãos colegiados, especialmente na entidade máxima, o Conselho Universitário, as Escolas Técnicas também fariam parte, conforme Artigo 14:

Artigo 14 - O Conselho Universitário, órgão deliberativo da Universidade de Campinas, será constituído:

I - pelo Reitor;

II - por um professor catedrático de cada Faculdade e Instituto de Ensino;

III - por um representante dos demais docentes e pesquisadores de cada Faculdade e Instituto de Ensino;

IV - por dois representantes do corpo docente de cada Escola Técnica;
[...]

(Governo Estado de São Paulo, Lei Nº 7.655/62 – **Grifo Nosso**)

Após promulgação da Lei Estadual Nº 7.655/62, houve outras duas que concorreram para a instalação da UNICAMP, já sob o comando do professor Zeferino Vaz, e a alteração da inserção dos Colégios Técnicos no âmbito universitário, a Lei Nº 9751/67 e a Lei Nº 10.214/68, e focando na parte que nos interessa, o Conselho de Curadores foi substituído pelo Conselho Diretor e neste novo órgão colegiado, os Colégios Técnicos já não faziam parte.³¹

A primeira alteração da inserção dos Colégios no âmbito universitário deu-se em 1969, por meio da implantação dos Estatutos da UNICAMP (Decreto Estadual Nº 52.247 de 30 de Julho 1969³²), dois anos após o início das atividades educacionais da Universidade (sem contar a Faculdade de Medicina, que isoladamente, teve início em 1963). Neste Estatuto, a situação das escolas e do ensino técnico mudou completamente, conforme extratos do primeiro Estatuto e primeiro Regimento Geral da Universidade:

³¹ A Lei No. 9.715/67, de 30/01/1967, incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro e a Faculdade de Odontologia de Piracicaba e também transformou o antigo Conselho de Curadores em Conselho Diretor, com nova composição. A Lei No. 10.214/68 de 10/09/1968, alterou a composição do Conselho Diretor, incluindo 6 (seis) membros de confiança do governador de Estado e devolveu à Faculdade de Filosofia de Rio Claro a sua condição de Instituto Isolado de Ensino Superior, sendo posteriormente incorporada à Universidade Estadual Paulista – UNESP, constituindo parte do campus de Rio Claro.

³² ROBERTO COSTA DE ABREU SODRÉ (1918-1999) Período de governo: 03/1967 - 03/1971. Paulistano, formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco na turma de 1942. Em 1945 foi um dos fundadores da União Democrática Nacional – UDN. Em 1966 foi um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional – ARENA, quando se instalou o bipartidarismo no Brasil, logo no início da ditadura militar. Foi o primeiro governador a ser eleito indiretamente, para o período de 1967 a 1970. Em 1979 fundou o Partido Democrático Social – PDS. Foi presidente da Eletropaulo (1982) e Ministro das Relações Exteriores (1986/1990), durante o governo do Presidente José Sarney. Faleceu em 1999, em São Paulo. Editado de: <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/03galeria/galeria.htm#22> Acesso 21/03/2010.

Artigo 4º - A Universidade, como um todo orgânico, é constituída por Institutos e por Faculdade definidos pelo conjunto de seus Departamentos, bem como por suas autarquias e órgãos complementares.

Como visto no Artigo 4º, os Colégios Técnicos já não eram mais partes constituintes da Universidade, nem como autarquias, nem como órgãos complementares, e o interessante é que analisamos todo o texto dos Estatutos e os Colégios Técnicos não aparecem em nenhum lugar, o que a nosso ver, s.m.j., configura-se um vazio institucional e se de fato for, isto ocorre há mais de quarenta anos. A menção que é feita aos Colégios Técnicos está localizada nos Artigos 65 e 66:

Art. 65. Os Colégios Técnicos ficam subordinados ao Conselho Diretor

Art. 66. Os Diretores dos Colégios Técnicos são designados pelo Reitor

(UNICAMP, Estatutos 1969, Decreto Estadual Nº 52.247/69)

Mas, estes artigos não definiam o status dos Colégios Técnicos, apenas a forma de provimento do cargo de Diretor e o órgão que estão subordinados, mas não a sua qualificação enquanto uma unidade constituinte da Universidade.

No que diz respeito ao ensino ministrado na UNICAMP, outra alteração, conforme Artigo 8º e Artigo 18:

Artigo 8º - A Universidade manterá cursos técnicos de nível colegial.

[...]

Artigo 18 - O ensino na Universidade será feito pelas seguintes modalidades, a que outras poderão acrescentar-se, quando necessário:

- a) de graduação;
- b) de pós-graduação;
- c) de especialização e aperfeiçoamento;
- d) de extensão.

Fonte: Estatutos da UNICAMP, 1969 Decreto Estadual, Nº 52.247/69

Como se pode verificar, se na lei de criação da UNICAMP, o Ensino Técnico constituía-se de uma das formas de ensino praticado pela Universidade, ao lado da

graduação e da pós-graduação, já nos Estatutos, ele aparece de forma deslocada - no Artigo 8º, das funções de ensino da Universidade, presentes no Artigo 18. A conclusão que se pode chegar é que o Ensino Técnico já não fazia mais parte das modalidades próprias de ensino da Universidade, ainda que esta o mantivesse e pelas entrevistas que realizamos com o primeiro Diretor do Cotil, professor Manoel da Silva (1967 – 1971) e o segundo Diretor do Cotuca, professor Osmar Salles (1970 – 1974), a percepção de ambos é por ser o ensino técnico um grau menor na hierarquia educacional, ainda mais para uma Universidade que nasceu sob o manto da modernidade.

Outro ponto que destacamos neste primeiro Estatuto da UNICAMP, é que os Colégios Técnicos que antes (Lei 7.655/62) mantinham representação no Conselho Universitário, agora já não tinham mais, conforme Artigo 43, uma lacuna que completou 40 anos em 2009 para o caso dos Diretores do Colégio Técnico de Campinas e Colégio Técnico de Limeira, apesar das tentativas para incorporá-los ao órgão máximo de deliberação universitária, conforme será tratado mais adiante.

Com relação à representação dos docentes dos Colégios Técnicos no Conselho Universitário, uma alteração nos Estatutos da Universidade, na gestão do professor Hermano Tavares, colocou esta possibilidade, mas não a garantia, conforme também será visto mais adiante.

Em consonância aos Estatutos, o mesmo ocorre por ocasião da criação do primeiro Regimento Geral da UNICAMP em 1974 (Decreto 3.467/74), com a adequação das denominações em função da Lei Federal 5.692/71, que substituiu o nível colegial por 2º Grau, conforme abaixo:

Artigo 4º - A Universidade, como um todo orgânico, é constituída por Institutos e por Faculdades definidos pelo conjunto de seus Departamentos, pelo Hospital das Clínicas, pelo Centro de Tecnologia e pelos Órgãos Complementares.

[...]

Artigo 9º - A Universidade manterá cursos de nível de segundo grau.

[...]

Artigo 32 - O ensino na Universidade é feito pelas seguintes modalidades, **a que outras poderão acrescentar-se, quando necessário:**

- I - de graduação;
- II - de pós-graduação;
- III - de especialização e aperfeiçoamento;
- IV - de extensão.

Fonte: Regimento da UNICAMP, 1972 Decreto Estadual, No. 3.467/74

No que diz respeito à interação dos Colégios Técnicos com os Institutos e Faculdades da UNICAMP, os Estatutos da UNICAMP apresentavam um importante vínculo, conforme:

Art. 6º. As Faculdades, responsáveis pelo ensino e pela pesquisa nas áreas respectivas de formação profissional, definidas pelo conjunto de seus Departamentos, são as seguintes:

- 1 – Faculdade de Ciências Médicas;
- 2 – Faculdade de Tecnologia de Alimentos
- 3 – Faculdade de Engenharia de Campinas

.....

§ 1º. Além do previsto no artigo 2º., compete às Faculdades:

...VI – colaborar no ensino dos Colégios Técnicos

(Grifo nosso)

Nas pesquisas realizadas acerca das alterações institucionais da UNICAMP – Estatutos e Regimentos, com implicações para a atuação dos Colégios Técnicos, longos trinta anos se passaram, desde que os Estatutos foram baixados em 1969 e na gestão do professor Hermano Tavares, por meio da Deliberação CONSU A-12/99, de 08 de junho de 1999, houve a supressão do Artigo 8º (*A Universidade manterá cursos de nível colegial*) que estava deslocado da parte de ensino da UNICAMP e modificação do Artigo 18, conforme abaixo:

Artigo 18 - O ensino na Universidade poderá abranger os seguintes cursos e programas:

- I. de graduação
- II. de pós-graduação
- III. de extensão
- IV. seqüenciais

V. de especialização e aperfeiçoamento

....

§ 2º - A Universidade poderá oferecer também cursos de ensino médio em articulação com a educação profissional que inclua a formação para a cidadania, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino fundamental, médio ou equivalentes.

(Grifo nosso)

A primeira observação a ser feita é que o ensino técnico que antes estava deslocado (no Artigo 8º) das demais formas próprias de ensino previstas na Universidade (Artigo 18), foi incorporado a estas por meio da supressão do Artigo 8º e incorporação do § 2º no Artigo 18.

A segunda observação, conforme grifamos no Artigo 18, é que antes a Universidade manteria cursos de ensino técnico e manteria cursos de graduação, pós-graduação, etc e na versão nova dos Estatutos a palavra **manterá** foi substituída pela expressão **poderá manter**.

Uma análise apressada poderia nos levar a inferir que uma vez mais os Colégios Técnicos tiveram a sua importância diminuída, correndo o risco, no limite, até do comprometimento da sua existência, uma vez que na nova versão dos Estatutos não haveria mais garantia da manutenção desta modalidade de ensino. Mas nossa visão não acompanha esta linha de raciocínio, primeiro que a substituição que discorremos ocorreu para todas as formas de ensino e não apenas para aquelas mantidas pelos Colégios Técnicos. E segundo, o fato de as modalidades de ensino mantidas pelos Colégios Técnicos – Ensino Técnico e Ensino Médio terem sido colocadas no mesmo lugar das modalidades próprias de ensino da Universidade (graduação, pós-graduação, etc), é um alento positivo, pois que as posicionam institucionalmente, adequadamente junto às formas próprias de ensino da Universidade.

O quadro a seguir apresenta um resumo do que discutimos acerca da importância institucional até o ano de 1999.

Quadro 1 – Grau de Importância Institucional dos Colégios Técnicos da UNICAMP

QUESTÃO DE VERIFICAÇÃO	DISPOSITIVO INSTITUCIONAL / DATA					
	Lei Est. 7.655	1ºEstatutos	1ºRegimento Geral	Port. GR N° 198/98	Estatutos atual	Regimento Geral atual
	27/dez/62	30/jul/69	29/mar/74	30/jul/98	nov/09	nov/09
Os Colégios Técnicos fazem parte da constituição da universidade?	sim	não	não	-	não	não
O ensino técnico faz parte das finalidades de ensino da universidade?	sim	não	não	-	não	não
Como o ensino técnico é tratado na universidade?	faz parte das finalidades de ensino	será ministrado		poderá ser ministrado (1)		
O Conselho Universitário conta c/ representação docente dos Colégios Téc.?	sim	não	não	sim (2)		

Quadro 1 – “Grau de Importância Institucional” dos Colégios Técnicos da UNICAMP

Fontes: respectivos dispositivos institucionais

(1) Desde a reformulação dos Estatutos da Universidade em 1999, todas as formas de ensino constam a palavra poderá.

(2) Na alteração dos Estatutos referida acima, foi consignado a presença de representantes das Carreiras Especiais, das quais faz parte a Carreira MST dos Colégios Técnicos, conforme será visto mais adiante.

A Deliberação CONSU A-06/99 de 04/05/1999, alterou os Estatutos da UNICAMP, instituindo a representação de dois docentes das chamadas Carreiras Especiais da Universidade, não necessariamente de docentes dos Colégios Técnicos. Mas, no entanto, devido ao COTUCA e COTIL possuírem bem mais docentes do que as demais unidades que também possuem Carreira Especial, desde a instituição deste mecanismo, em seis eleições ocorridas, apenas uma vez os dois eleitos não foram membros dos dois Colégios, conforme levantamento que realizamos, o que mereceria ser discutido.

Esta alteração na composição do Conselho Universitário e a inclusão de dois representantes das Carreiras Especiais foi um marco na retomada, ainda que parcial, da importância institucional das Carreiras Docentes Especiais da Universidade, dentre elas, a

Carreira Magistério Secundário Técnico, dos Colégios Técnicos. Dizemos parcial, pois não se conseguiu a inserção dos Diretores dos Cotuca e do Cotil.

Analisamos os documentos desta época, a ata da 2ª Sessão Extraordinária, em 27 de abril de 1999, do Conselho Universitário, e podemos dizer com bastante convicção de que a gestão de Hermano Tavares apoiou a inclusão dos dois representantes das Carreiras Docentes Especiais, mas não a inclusão dos Diretores do Cotuca e do Cotil no órgão máximo de deliberação da UNICAMP. Como motivação o fato de o CONSU já possuir um número muito grande de membros o que inviabilizaria as discussões no seu interior – no projeto da Reitoria encaminhado para discussão, uma das propostas previa a retirada do direito de voto de todos os Pró-Reitores, o que foi derrubado pelo plenário do Conselho Universitário.

Um outro ponto que apontou para o aumento da importância institucional dos Colégios deu-se por ocasião das discussões e implantação do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, também na gestão do professor Hermano Tavares, durante os anos de 2000 a 2002, quando os Diretores do Cotuca e do Cotil foram incorporados institucionalmente nas discussões do planejamento estratégico da Universidade, mantida pelos seus sucessores na Reitoria, professores Carlos Brito e Tadeu Jorge. Consideramos a inclusão dos Diretores do Cotuca e do Cotil nas discussões do Planejamento Estratégico da Universidade um fato de grande relevância para a inserção destes dois Colégios junto à Universidade, conforme discutido a seguir.

2.1.2 O Planejamento Estratégico da UNICAMP no novo Milênio inaugura uma era de inclusão dos Colégios Técnicos: o início do reconhecimento institucional.

Neste tópico faremos uma breve exposição do Planejamento Estratégico na UNICAMP abrangendo o período de setembro/2000 a outubro/2002, não apenas por considerarmos um marco importante para a Universidade Estadual de Campinas, mas principalmente, pelo que este processo representou na relação/inserção dos Colégios Técnicos com a Universidade.

E embora acreditemos que este período tenha sido rico do ponto de vista das mudanças de rumos do Colégio Técnico de Campinas, marcado pelo desenvolvimento de um projeto de futuro, com a participação de amplos segmentos do Cotuca, este trabalho

não abordará estes aspectos e a discussão do PEI realizada no Cotuca, bem como as diversas reuniões realizadas, documentos elaborados, e relatórios finais aprovados com a distribuição de verbas por unidades e prioridades elencadas nesta fase do Planejamento Estratégico. Nosso interesse maior é elencar fatos que nos possibilitem analisar a importância do PEI para a relação Colégios Técnicos – UNICAMP.

Aqui, uma vez mais, se faz necessário lembrar sobre o envolvimento do pesquisador em alguns eventos que serão tratados neste tópico, pois que exerceu a função de Diretor Geral do Cotuca (1998 – 2002) – vivenciando o Planejamento Estratégico construído na UNICAMP em duas etapas distintas: a primeira, a da sua constituição, denominada de Planejamento Estratégico Institucional – PEI, na gestão do professor Hermano Tavares/Fernando Galembeck e a segunda, com alteração do nome e sigla: Planejamento Estratégico – PLANES Fase II³³, na gestão do professor Carlos Henrique Brito da Cruz/José Tadeu Jorge, mas por apenas poucos meses, dado o término de mandato. E por razões temporais e naturais da política universitária, o envolvimento deste pesquisador na primeira etapa foi marcadamente mais relevante, mas o mais importante a considerar para os objetivos desta pesquisa: a primeira etapa, é a que nos guarda maior interesse, pois significou uma inflexão em relação à inserção dos Colégios Técnicos na vida universitária, com ganhos significativos, conforme as discussões a seguir.

Por conta do espaço, buscamos trabalhar com os principais eventos e aspectos relacionados ao Planejamento Estratégico da UNICAMP e para maiores esclarecimentos, a Coordenadoria Geral da Universidade mantém um sítio específico para este assunto.

Assim, podemos dizer, resumidamente, que o Planejamento Estratégico Institucional, PEI/UNICAMP teve sua gestação efetiva no primeiro semestre de 2000, uma iniciativa da Reitoria da Universidade na gestão do professor Hermano Tavares, com a

³³ Na reunião de 11/06/2002, a inadequação sonora da palavra PEI, seguida da unidade universitária a que se referia (institutos, faculdades, etc) foi utilizada como um dos motivos para mudança da sigla, de PEI para PLANES – Planejamento Estratégico, no entanto, foi mantida a sigla PEI no próprio site do Planes, no endereço www.cgu.rei.UNICAMP.br/pei, Acesso 14/02/2009

criação de um Grupo de Trabalho (GT) constituído por membros do Gabinete do Reitor, Pró-Reitores e pelos Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa, incluindo também os Diretores do CESET e dos Colégios Técnicos, tendo como modelo de referência, o documento “Planejamento Estratégico em Instituições Federais de Ensino Superior – Proposta de Processo Participativo” (dez./1995) elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – FORPLAD.

Este GT, do qual este pesquisador fez parte, reuniu-se pela primeira vez no dia 21 de outubro daquele ano, tendo se subdividido em cinco subgrupos, com a incumbência de elaborar uma proposta de missão e visão de futuro da Universidade³⁴.

As propostas do GT³⁵ foram encaminhadas para o Conselho Universitário tendo sido muito debatidas – com as críticas mais intensas e contundentes do que os posicionamentos de defesa, até serem aprovadas na reunião de 12 de junho de 2001, conforme Deliberação CONSU-A-8/2001, que em nosso entendimento se constituiu no marco inicial de institucionalização do Planejamento Estratégico da UNICAMP, não apenas pelos recursos alocados, mas também por explicitar que:

³⁴ Nesta reunião, participamos do grupo dois, tendo sido escolhido como relator deste subgrupo. Posteriormente, participamos da Comissão de Sistematização, tendo nos reunido no dia 24 de outubro com os relatores dos outros quatro grupos, cujo trabalho produzido, foi o documento “Visão de Futuro da UNICAMP” – 1ª Versão. Este documento foi distribuído a todas as Unidades e Órgãos da Universidade, tendo se constituído como uma referência para a elaboração do Planejamento Estratégico de cada uma delas, que foi desenvolvido no final do ano, entre novembro e dezembro de 2000.

³⁵ O resultado final da execução orçamentária da Universidade em 2000 demonstrou-se superavitário no montante de R\$ 18,8 milhões, as discussões do GT foram retomadas no início de 2001, com a difícil tarefa de distribuição dos recursos, inferindo as prioridades de programas e atividades de cada uma das unidades/órgãos que envolvessem necessidades de recursos financeiros. No que tange a necessidades de recursos financeiros, o total demandado no planejamento do conjunto das unidades/órgãos universitários, resultou em R\$ 113,6 milhões, distribuídos em cinco *rubricas* diferentes: 1- Ações Emergenciais; 2- Graduação; 3- Obras; 4- Infra-estrutura e 5-Extensão.

O GT apresentou nesta primeira etapa do PEI (de alocação de recursos financeiros), recomendações de atendimento do valor global de R\$ 30,5 milhões, sendo cerca de 90% deste valor, distribuídos nas três primeiras rubricas listadas acima. O acréscimo em R\$ 11,7 milhões em relação ao saldo positivo apurado em 2000 foi acordado com a própria Administração Central, que também estava representada não apenas pelos Pró-Reitores, como por sua assessoria financeira.

[...] o processo de Planejamento Estratégico Institucional deverá ter prosseguimento, tratando de outras ações estratégicas que não estão contempladas nesta Deliberação, ou que não dependem de alocação de recursos orçamentários.

(UNICAMP, Deliberação CONSU A-8/2001, 18/05/2001)³⁶

Consideramos a Deliberação CONSU–A–15-2001, aprovada na reunião de 25 de setembro, o segundo marco legal, mais importante até que o primeiro, para a consolidação do Planejamento Estratégico na Universidade, por ter instituído a Comissão de Planejamento Estratégico Institucional – COPEI, deixando de ser uma comissão escolhida e nomeada pela Administração Central, para ser uma comissão regimental, pertencente ao Conselho Universitário, instância máxima de deliberação da UNICAMP.

A análise da constituição da COPEI, revela a permanência de todos os representantes advindos do antigo GT, mas, agora sim, com a inclusão de representantes dos seguimentos dos docentes (quatro), técnico-administrativos (dois) e discentes (dois) – todos eleitos no interior de suas próprias bancadas, além de três representantes da área de saúde – eleitos entre os dirigentes das unidades de saúde, e, também da Coordenadoria dos Centros e Núcleos da Universidade:

Artigo 2º - Fica criada a Comissão de Planejamento Estratégico Institucional que será constituída pelos seguintes membros:

- I. Coordenador Geral da Universidade;
- II. Pró-Reitores;
- III. Diretores das Faculdades e Institutos;
- IV. Quatro representantes eleitos pela bancada de representantes docentes no Consu;
- V. Dois representantes eleitos pela bancada de representantes técnico-administrativos no Consu;
- VI. Dois representantes eleitos pela bancada discente no Consu;
- VII. Um representante eleito pela bancada de representantes da comunidade externa no Consu;

³⁶ A íntegra da Deliberação CONSU A-8/2001 pode ser obtida em http://www.pg.unicamp.br/delibera/2001/I_DELI01.htm# Acesso 23/03/2010

VIII. Três representantes da área de saúde eleitos por seus pares dentre os dirigentes das unidades de saúde;

IX. Diretor do Colégio Técnico de Limeira;

X. Diretor do Colégio Técnico de Campinas;

XI. Diretor do Centro Superior de Educação Tecnológica; e

XII. Coordenador da Cocen.

(UNICAMP, Deliberação CONSU–A–15/2001, 25/09/2001 (Grifo
nosso)³⁷

Acreditamos que a retomada da economia brasileira e paulista no ano de 2000 e os conseqüentes aumentos da arrecadação de ICMS e repasse para as Universidades públicas paulistas, resultaram num superávit orçamentário que há muito tempo não se via nas contas da UNICAMP, e com esta perspectiva, aguçou a vontade política da Administração Central da Universidade em desenvolver uma discussão mais democrática da repartição destes recursos.

Discussões desta natureza não são fáceis, mesmo num grupo relativamente pequeno, com pouco mais de trinta pessoas, como era o GT, o fato de a quase a totalidade delas representar uma unidade/comunidade, o manto de corporação que nos revestimos, *fala* muito alto, *pesa* muito, pois os dirigentes precisam fazer jus à sua condição de líder desta comunidade, ou popularmente falando, *ninguém queria voltar de mãos abanando pra casa*. Ao mesmo tempo, as relações de poder entre todos os partícipes/demandantes não eram iguais, como não inicialmente imaginávamos que fossem, ainda que tivéssemos clareza da importância relativa do Cotuca, e também, o conhecimento de demandas históricas de algumas delas, como por exemplo, a do Instituto de Artes ou ainda do Instituto de Geociências que não possuíam instalações adequadas para exercerem suas atividades e que foram contemplados com substanciais verbas para esta finalidade.

As críticas, contundentes nas reuniões do CONSU, grosso modo, a nosso ver, foram principalmente pela forma como a Administração Central desenhou o processo de

³⁷ A íntegra da Deliberação CONSU–A–15/2001, pode ser obtida no sítio http://www.pg.unicamp.br/delibera/2001/I_DELI01.htm# Acesso: 23/03/2010

discussão do Planejamento Estratégico, conforme já relatado, centrado no GT, considerando, que este, por ser constituído pelos Diretores das unidades/órgãos universitários, que tinham sido eleitos, seria por consequência, representante legítimo de cada uma das comunidades, e na sua totalidade, do conjunto da comunidade universitária. Um raciocínio linear que não levou em consideração as tensões existentes no Conselho Universitário, algumas históricas, como a de questionamento do modelo de representatividade de cada um dos seguimentos da Universidade³⁸, sem contar, é claro, as tensões pela disputa do poder político de comandar a Universidade, sendo o CONSU o *palco* natural para desfraldar as críticas ao *roteiro* do Planejamento Estratégico. Além disso, inferimos também que o intuito da Administração Central ao constituir o GT, um grupo menor e com um representante de cada unidade/órgão, era o de objetivar as discussões, agilizá-las, para então apresentá-las ao conjunto do Conselho Universitário para o debate.

Com relação às críticas já descritas, entendemos, que, a despeito das ausências mencionadas e da importância da representação destes segmentos, a constituição do PEI – mesmo trabalhando inicialmente no *formato GT* – foi um importante elemento desencadeador de um processo de maior participação na Universidade. Isto, pelo fato de a Administração Central ter aberto mão de parcela significativa de suas prerrogativas orçamentárias – instituídas regimental e culturalmente nas instâncias universitárias – compartilhando, de certa forma, o poder da propositura de distribuição de grande montante de recursos com representantes das diversas matizes políticas da Universidade. No entanto, temos clareza, que, Administração Central não abriu mão de operar politicamente o seu projeto de Universidade, mas sim, compartilhar com representantes das diversas unidades, muitos dos quais, não comungavam deste projeto.

Temos clareza que nossa percepção é construída tendo a clara influência do fato da proposta da Administração Central ter incorporado, desde o início, os Colégios Técnicos e o Ceset para a elaboração do PEI – uma mudança significativa com relação ao histórico de desimportância destas unidades na discussão dos rumos da Universidade, não apenas no plano institucional, mas também do ponto de vista da política universitária.

³⁸ Regimentalmente, 70% dos membros pertencem ao segmento de docentes

Mas, mais importante ainda, é que, se no marco inicial de constituição do PEI – a criação do GT, os Diretores dos Colégios Técnicos e do CESET participaram como convidados pela Reitoria, já com a constituição do COPEI, o status destes dirigentes mudou significativamente: deixaram de ser convidados do Reitor para assumir uma representação institucional, no organismo encarregado de discutir, estrategicamente, os rumos da Universidade. Este fato, que reputamos de grande relevância, representou um salto qualitativo no processo de inserção dos Colégios Técnicos e do Ceset na comunidade universitária – acreditamos, o início da ruptura dos paradigmas até então existentes, que pontuamos como mais um ponto³⁹ na inflexão da desimportância institucional dos Colégios Técnicos no âmbito universitário.

Decorridos cerca de dez anos destes acontecimentos, a percepção que este pesquisador tem sobre o Planejamento Estratégico Institucional da UNICAMP é próxima da que o então Diretor do Cotuca, professor Michel Sadalla Filho, manifestou em seu depoimento à imprensa universitária, o qual destacamos o trecho abaixo:

“Participar do PEI, discutir os rumos da Universidade em condições de igualdade com todos os colegas Diretores de unidades e ter sido escolhido como relator de um grupo de trabalho foi muito gratificante. Acredito que essa experiência incorporou definitivamente os Colégios Técnicos e o Ceset nas grandes discussões da UNICAMP, possibilitando cada vez mais a integração de suas comunidades com todo o conjunto da Universidade.” (Grifo nosso)

(UNICAMP, Boletim Informativo da Reitoria FATOS – “A visão de Diretores de Unidades sobre o PEI”)⁴⁰

O reparo que fazemos decorrido uma década destas declarações, é no que diz respeito à qualificação que foi dada em condições de igualdade com todos os colegas Diretores de unidades, não acreditamos que o peso do Cotuca, do Cofil e do Ceset tenha sido da mesma magnitude dos outros Institutos e Faculdades, até porque entre estas mesmas unidades o poder político não é o mesmo – a nosso ver, é inegável, por exemplo,

³⁹ O primeiro fora a introdução de representação de docente das Carreiras Especiais no Conselho Universitário

⁴⁰ Disponível em http://www.UNICAMP.br/UNICAMP/UNICAMP_hoje/fatos/n6/fatos_visao.html
Acessado 14 fevereiro/2009

o maior peso político da Faculdade de Medicina, que carrega fenomenal lastro social e financeiro do Hospital de Clínicas a ela interligado.

Com relação ao papel desempenhado pela Administração Central⁴¹, nossa percepção é que a instituição em si do PEI, se deu em consonância com sua visão de política universitária, de aumentar os processos de participação na Universidade.

Enquanto sua atuação no interior do GT, se por um lado, não podemos dizer que havia perfeita sintonia entre todos seus componentes no que diz respeito às prioridades, por outro lado, acreditamos ter atuado no sentido de equalizar o atendimento das demandas, considerando necessidades das diversas unidades; se não foi magnânima, nossa percepção é que no computo geral, sua presença foi positiva, resultando num plano mais equilibrado entre as diversas unidades.

Com relação à continuidade do Planejamento Estratégico da UNICAMP, já na gestão do professor Carlos Brito/Tadeu Jorge, apresentamos abaixo o Relatório de Atividades 2002-2003, relativo ao PLANES – Fase II, apresentado à COPEI em 09 de março de 2004, o qual apresentamos o trecho relativo ao Ensino:

A.1. - Ensino

O.1. Objetivo: Expandir as atividades de ensino (médio, técnico, graduação e pósgraduação) garantindo a indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, assegurando a excelência acadêmica e o respeito à diversidade das áreas do saber, buscando formas dinâmicas de atuação que dêem espaço à interdisciplinaridade, contemplem mudanças de paradigmas e atendam às demandas sociais⁴². (Grifo nosso)

⁴¹ Na visão do professor Hermano Tavares: “O PEI constituiu um esforço pioneiro para dotar a UNICAMP de um processo mais participativo e eficaz, tornando-se um embrião do planejamento plurianual. Tratou-se de um avanço na forma de gerenciar democraticamente a Universidade [...] (UNICAMP, Revista “GESTÃO Hermano Tavares, 1998 – 2002”, p. 13, abril/2002)

⁴² Coordenadoria Geral da Universidade – “RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2002-2003” http://www.cgu.UNICAMP.br/planes/planejamento/planes_relatorio_atividades_2002-2003.pdf
Acesso 14/02/2009

E novamente vimos outro ponto que reforçou o avanço da importância institucional dos Colégios Técnicos, uma vez que a inserção das atividades do Ensino Médio e Ensino Técnico dentro dos objetivos da Universidade, na gestão dos professores Carlos Brito e Tadeu Jorge, aproximou à forma que existia por ocasião da criação da Universidade, conforme já visto na Lei Estadual No.7.655/62.

Como observação a fazer, na realidade, a introdução do ensino técnico e médio, ao lado do ensino de graduação e pós-graduação, dentre os objetivos da Universidade, não se consubstanciou institucionalmente na sua integralidade, uma vez que não houve a respectiva alteração dos Estatutos e do Regimento Geral da Universidade. Mas isso não invalida nosso posicionamento em relação ao avanço no ganho de importância institucional pelos Colégios Técnicos.

A última versão do Planejamento Estratégico da Universidade, do ano de 2008, mantém a redação já citada⁴³, por conseguinte mantem-se nos tempos em que está pesquisa se finaliza, as observações relativas ao aumento da importância institucional dos Colégios Técnicos, conforme já discorrido.

No entanto, a despeito do ganho de importância institucional do ensino técnico e médio, temos clareza que estas duas modalidades de ensino não podem concorrer em grau de importância com o ensino de graduação e a pós-graduação na UNICAMP. Mas isso por si só, não é ruim, é natural a maior importância destas últimas modalidades de ensino, o que é nocivo ao caminhar dos Colégios é não estar inserido adequadamente à Universidade, não participar das decisões dos rumos da Universidade, de seu planejamento estratégico, não estarem integrados com as demais unidades acadêmicas, etc.

A seguir trataremos da participação dos diretores do Cotuca e do Cotil no Conselho Universitário, o ponto que ainda falta para a consolidação da inserção dos Colégios na Universidade.

⁴³ Em: <http://www.cgu.rei.UNICAMP.br/pei/documentosPlanes/AprovadoCONSU2008.pdf> Acesso 13 janeiro/2010.

2.1.3 A participação dos Diretores do Cotuca e do Cotel no Conselho Universitário – uma luta ainda em andamento

Conforme já tratado no início deste Pilar I, a lei de criação da UNICAMP, Lei Estadual No. 7.655/62 assegurava a participação dos diretores das Escolas Técnicas no Conselho Universitário, situação esta que se alterou após a implantação dos Estatutos da Universidade em 1969, referendada quando da implantação do Regimento Geral em 1974 e por todas outras alterações regimentais ocorridas na Universidade.

No ano de 2008, houve uma tentativa de incorporar os Diretores dos Colégios Técnicos e do Centro Superior de Tecnologia – CESET, uma proposta realizada pelo professor Jorge Megid Neto, à época Diretor da Faculdade de Educação da UNICAMP. Foi criada uma Comissão Especial, sendo seu relatório apreciado na 108ª Sessão do CONSU, em 05 de agosto de 2008, tendo, a votação pelo plenário deste Conselho o seguinte resultados:

- i. Aprovação por unanimidade da inclusão da direção do CESET no CONSU, até porque esta unidade transformou-se em Faculdade de Tecnologia e como tal, estatutariamente tem assento garantido;
- ii. A votação para a presença dos Colégios Técnicos teve o placar de 40 votos favoráveis, 13 contrários e 01 abstenção, não obtendo o quorum de dois terços para a alteração regimental, de 47 votos na data de votação.

A presença dos Diretores dos Colégios Técnicos da UNICAMP no Conselho Universitário foi objeto de uma pergunta específica nas entrevistas realizadas com ex-Reitores, ex-pró-Reitores da UNICAMP e com Diretores do Cotuca e do Cotel. Também entrevistamos os representantes das Carreiras Especiais no Consu, professores Guilherme Wood (Cotuca) e Paulo Sérgio Saran (Cotel), este último é também Diretor do Colégio Técnico de Limeira que concorreu à vaga no Consu na categoria Docentes Carreiras Especiais.

Mas antes de passar à análise das discussões, discorreremos rapidamente como é a situação de alguns colégios técnicos universitários⁴⁴, como os três Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, e dois deles ligados à Universidades Federais.

A UNESP mantém sob seus domínios, três colégios técnicos, dois deles industriais e um agrícola, todos eles oferecendo o Ensino Médio e Educação Profissional:

- i) Colégio Técnico Agrícola “José Bonifácio” – campus de Jaboticabal;
- ii) Colégio Técnico Industrial de Guaratinguetá “Prof. Carlos Augusto Patrício Amorim”;
- iii) Colégio Técnico Industrial “Isaac Portal Roldán” – Bauru.

Conversamos diretamente com a direção dos Colégios de Guaratinguetá e de Jaboticabal e recebemos a mesma informação: a direção dos Colégios Técnicos da UNESP não participam das congregações dos campi onde se encontram instaladas, no caso destes dois citados, ambos tem suas instalações no campus, mas o da cidade de Bauru, não, com instalações em outro local fora do campus universitário.

Com relação às colégios das Universidades Federais, o primeiro colégio consultado foi o Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG⁴⁵, denominado internamente de COLTEC, unidade criada em 1969, instalada no campus universitário, compartilhando ainda algumas de suas instalações. O COLTEC está vinculado à “Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG” e o Diretor desta unidade tem presença no Conselho Universitário da UFMG, conforme informações da Diretora Associada, Rosilene Siray Bicalho em 12/01/2010.

O segundo colégio universitário que pesquisamos, foi o Colégio Técnico da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - mas desde o final de 2009, passou a

⁴⁴ A Universidade de São Paulo mantém a Escola de Aplicação, incorporada em 1972, vinculada à Faculdade de Educação, funciona no campus de São Paulo, mas não se enquadra na categoria de Colégio Técnico Universitário.

⁴⁵ Em 2007 a UFMG reestruturou a sua atuação na educação básica, criando a Unidade Especial denominada “Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG” constituída pelas três escolas: o Colégio Técnico (Coltec), Centro Pedagógico (CP) e Teatro Universitário (TU).

integrar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - o IF Sudeste MG. Vamos nos reportar à sua condição enquanto colégio técnico universitário desde 1965, quando foi incorporado à UFJF – as informações foram obtidas com o professor Paulo César de Souza Ignácio, professor deste colégio desde 1996 e Diretor de Ensino período no período 2003-2005

Uma situação bastante semelhante aos Colégios Técnicos da UNICAMP é que o Colégio Técnico de Juiz de Fora foi criado em 1957 como sendo os "Cursos Industriais Técnicos da Faculdade de Engenharia". Em 1965, tanto a Faculdade de Engenharia como seus "Cursos Técnicos" foram incorporados à UFJF.

Ou seja, isto nos demonstra que o contexto social, político e econômico que o Brasil vivia na década de 1960, levava à uma política educacional indicando a criação de colégios técnicos com cursos técnicos relacionados aos cursos das Faculdades de Engenharia que os abrigava. Fato que ocorreu com os Colégios da UNICAMP, e também com o de Juiz de Fora e de Guaratinguetá, os casos analisados, e acreditamos que existam mais espalhados pelo país. Com relação ao Conselho Universitário, o Diretor do Colégio Técnico da UFJF participava em igual condição aos Diretores de outras unidades acadêmicas.

Como visto, nos dois casos levantados de colégios técnicos vinculados às Universidades Federais, os Diretores destas unidades participam do Conselho Universitário, enquanto nas Universidades estaduais paulistas, UNESP e UNICAMP, tal fato não ocorre.

Outro ponto que distingue os colégios técnicos analisados ligados à Universidades Federais e os colégios técnicos ligados às Universidades Estaduais, é que os primeiros recebem um forte incentivo para que seus docentes realizem pesquisas, a carreira é um componente essencial e como consequência, a existência de grande número de mestres e doutores, até mesmo pós-doutores em seus quadros. O mesmo já não ocorre com os colégios técnicos ligados às universidades estaduais paulistas, onde o incentivo para a realização de pesquisas é muito pequeno e por consequência, o número de mestres e doutores é bem menor.

No caso específico do Cotuca, este quadro tem se alterado nos últimos anos, à medida que professores vão se aposentando, pois no processo de seleção tem concorrido muitos profissionais com titulação. Mas apenas a titulação em si, não garante a realização da pesquisa, embora constitua uma importante massa crítica para tal.

Fizemos a seguinte pergunta aos Reitores e pró-Reitores da UNICAMP: A que fator(es) o senhor reputa esta rejeição dos Diretores do Cotuca e do Cotel terem assento no CONSU com direito a voz e voto? Esta participação não traria benefícios efetivos para uma maior aproximação dos Colégios junto à Universidade?

Para o professor Tadeu Jorge,

Sem dúvida que traria benefícios, não apenas para os Colégios, mas para a Universidade, principalmente por uma questão de conceito, sendo o CONSU o órgão que representa toda a Universidade, portanto todos os segmentos da Universidade tem que estar ali representados... Muitas unidades de ensino e pesquisa não tem o tamanho dos colégios e estão representadas, portanto a ausência do colégio é uma perda da possibilidade do Conselho cumprir o seu papel. (José Tadeu Jorge, Reitor 2005 a 2009, entrevista 06/01/2010)

Ainda para o professor Tadeu Jorge, o que houve não foi rejeição, mas sim a falta de alguns poucos votos para obter o quorum de dois terços para aprovação de ementas regimentais:

Foi então, uma questão de momento, não sendo então uma questão de rejeição. Tenho certeza que quando essa questão voltar ao Conselho, com suas devidas condições, é algo que deve ser aprovado. O resultado mostrou o que eu me referi, há um respeito pelo trabalho dos colégios, por uma compreensão do papel deles na Universidade e pontualmente, principalmente em algumas áreas não vinculadas com o colégio, pode ter alguma resistência, mas talvez mais por desconhecimento do que qualquer outra coisa. (Idem)

Para o professor Roberto Teixeira Mendes, que participou da sessão que discutiu a inserção dos Colégios no CONSU houve um avanço:

Eu acho que foi um grande avanço. [...] As pessoas aprenderam, foram mudando de posição porque aprenderam durante a discussão, abandonaram os pré-conceitos...

Em um outro ponto da entrevista, o professor Teixeira reforçou sua visão acerca do preconceitos existentes, relacionando-os à falta de conhecimento acerca dos Colégios:

[...] As pessoas nem sabem onde ficam os Colégios Técnicos, não sabem onde fica, o que faz, as pessoas flutuam e emitem opiniões com uma base de princípios, mas nada mais que princípios, na base de preconceitos, não se discute a criação de um College [...]

A visão apresentada pelo professor Teixeira nos indica que a participação dos Diretores dos Colégios no Conselho Universitário é fundamental, pois no transcorrer das sessões, os debates, as trocas de experiências permitiriam um melhor conhecimento o que contribuiria para uma vinculação mais orgânica dos Colégios no âmbito universitário.

Na conversa com Guilherme Wood, professor do Cotuca e representante das Carreiras Especiais no Conselho Universitário, e que participou da referida sessão do Consu, um ponto que foi apresentado como argumento contrário à inserção dos Diretores dos Colégios Técnicos foi o fato de não serem unidades de ensino e pesquisa, mas apenas de ensino. A respeito desta visão o professor Martins Filho nos disse o seguinte:

Eu não acho que o fato de não ter pesquisa significa que eles não estão inseridos na Universidade, eu acho que diante das novas propostas que estão aparecendo aí na educação superior e média não tem pesquisa porque não está se investindo para preparar as pessoas para fazer pesquisa, na medida que os professores do Cotuca e do Cotil se titularem trabalharem e puderem produzir conhecimento as publicações vão aparecer e a pesquisa vai acontecer.

Já o professor Carlos Brito, Reitor no período 2002 a 2005, avalia que o fato dos Colégios não realizarem pesquisa influencia muito na diminuição de poder destas unidades junto ao Conselho Universitário, o que seria natural, dado que a UNICAMP tem como finalidade o trinômio ensino, pesquisa e extensão e a unidade que não comunga destes três objetivos não poderia ter o mesmo poder das que cumprem por inteiro o papel esperado da Universidade.

Com relação ao posicionamento do professor Hermano Tavares, podemos dividi-lo em duas partes: conceitualmente e do ponto de vista da realidade presente em 2010. Do ponto de vista conceitual, assim ele se manifestou:

Eu acho que o Conselho Universitário, se ele é um órgão de decisão máxima aonde se pretende que a comunidade esteja representada, é óbvio que todos têm que estar representados: funcionários, estudantes, professores, professores de colégios técnicos, alunos de colégios técnicos e assim por diante. Não tem como negar isso.

E continua,

Agora, por outro lado, é sabido que dada a importância que o Conselho Universitário adquire, há uma luta por conquistar posições. Isso degenera qualquer Conselho Universitário. O da UNICAMP, eu acredito que tem cerca de 70 membros, o da USP já tem mais de 100 há mais de 10 anos, todo mundo sabe que o Conselho Universitário da USP é algo quase que impraticável. Nada se consegue fazer lá, não dá pra ter um conselho decisório com 100 pessoas, se cada uma das 100 pessoas e cada um dos assuntos levantados puder falar 5 min, você inviabilizou qualquer discussão possível.

[...] Eu acho que o colégio precisa estar representado como todos os demais setores da Universidade, mas não pode ser nesse Conselho Universitário de 70 pessoas.

Analisando a ata da 108ª Sessão do Conselho Universitário, verificamos que a maior parte das manifestações foi em defesa da inclusão dos Colégios, pouquíssimas pessoas se manifestaram contra e quando o fizeram, levantaram dois tipos de argumentos: i) que eles já estavam representados institucionalmente, numa referência errônea ao fato de os representantes das carreiras docentes especiais serem professores do Cotuca; ii) o fato dos Colégios não serem unidades de pesquisa, não desenvolverem pesquisa.

Com relação ao primeiro argumento, o professor Guilherme Wood, representante das Carreiras Docentes Especiais, deixou bem claro que o fato de pertencer ao Cotuca, não significava, em absoluto, que estava representando institucionalmente esta unidade, pois quem poderia assim o fazer, seria o seu Diretor. A sua presença no CONSU era de representação dos docentes das carreiras especiais, o que para nós é muito claro. O ponto que encontra resistência concreta está relacionado

ao segundo argumento levantado: os Colégios Técnicos não realizam pesquisas e embora não se possa generalizar, encontra mais ressonância junto aos Institutos da Universidade, dado que tem maior tendência à valorizar a pesquisa em si – algumas entrevistas que realizamos apontam esta tendência.

Mas o que destacamos foi a manifestação do professor Ripper Filho, um cientista e pesquisador iminente, pelo fato de que no ano de 1980, este mesmo professor, em uma sessão do antigo Conselho Diretor, colocou em questão a manutenção do Cotuca como unidade da UNICAMP, pelo baixo nível educacional do Colégio e decorridos quase trinta anos, apresenta o voto de confiança à esta unidade:

O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO com a palavra manifestou-se a favor da proposta da Comissão. Acha que a pesquisa na Universidade, mais do que um fim em si mesmo é um excelente instrumento de ensino. O projeto Ciências na Escola, da Faculdade de Educação, vem demonstrando o impacto que a pesquisa pode ter até no ensino fundamental. Se os Colégios Técnicos não fazem pesquisa, acha que deveriam fazer e a presença dos seus Diretores no Conselho estimulará essas atividades como parte da formação de seus docentes. (UNICAMP, CONSU, 108ª Sessão, 05/08/2008).

Ainda com relação ao segundo argumento, qual seja, a não realização de pesquisa pelo Colégio Técnico de Campinas e Colégio Técnico de Limeira, ambas unidades tem caminhado nestes últimos anos no incentivo para que esta situação se altere. Na entrevista que realizamos com o professor Paulo Sérgio Saran, Diretor do Cotil no período 2002 a 2006 e com novo mandato até o final de 2010, este nos relatou sobre as iniciativas para a inclusão de atividades de pesquisa no âmbito da educação básica.

Com relação ao Colégio Técnico de Campinas, a direção do Cotuca, na gestão do professor Celso Akira Nishibe (2006 a 2010) instituiu por meio da Portaria CTC 07/2007, em 05/03/2007, o Comitê para Apoio de Projetos Institucionais (CAPI) com o objetivo de:

[...] atuar na orientação, organização e assessoria do corpo docente e da administração escolar na formulação de projetos institucionais junto aos órgãos e agências de fomento. (Cotuca/UNICAMP, Portaria CTC 07/2007)

Consideramos mais significativo, o fato de a direção do Cotuca ter implementado decisões concretas neste sentido, com a liberação de carga didática de uma docente para poder dedicar-se a este trabalho, a professora Vanessa Petrilli Bavaresco⁴⁶ e como professor do Cotuca, observamos que diversas ações, como a divulgação de oportunidades de projetos e pesquisas tem sido divulgadas e incentivadas, um passo importante para mudar tal situação.

Mas não podemos ter a ilusão de que o Cotuca e também o Cotil vão, como num passe de mágica, passarem a ter a pesquisa como um caminho natural para seus docentes. O mais importante é a direção tomada, mas o caminhar é lento e existem muitas dificuldades para a realização de pesquisas no âmbito do ensino técnico e do ensino médio nos Colégios Técnicos.

Perguntamos à professora Vanessa se era possível a realização de pesquisa no Cotuca e se a carreira docente apresentava as condições adequadas:

Sim, é possível. Todos os níveis de conhecimento/aprendizagem permitem a pesquisa. Já existem diversos órgãos que apoiam este tipo de pesquisa. a própria Fapesp tem a linha de Apoio a Ensino que abrange tanto a resolução de um problema na escola quanto outros níveis de projetos.

Não, a carreira atual não propicia isso de forma adequada, pois pesquisa envolve disponibilidade de tempo (carga horária) e esta é uma das dificuldades do docente técnico para se dedicar a pesquisa. (Professora Vanessa Petrilli Bavaresco/Cotuca, 19/01/2010)

As dificuldades não são apenas de natureza da carreira docente, a carreira MST propicia alguma condição para a realização de pesquisa aos docentes dos Cotuca e do Cotil, mas não é a adequada, pois grande parte dos professores estão com cerca de sessenta por cento de carga didática na jornada de trabalho, ou seja, vinte quatro aulas semanais, conforme informações das direções do Cotuca e do Cotil, o que implica no

⁴⁶ Vanessa é professora do Cotuca desde 2004, Departamento de Plásticos, possui Bacharelado em Química, com Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica - Ênfase em Materiais pela FEM/UNICAMP.

atendimento a um grande número de alunos, turmas, aulas para preparação, correção de provas, etc.

E outro fator importante é a cultura existente entre os professores do Colégio, o que é natural, pois o ambiente não incentiva isso. Vejamos o caso do Cotuca e acreditamos que o mesmo ocorra com o Cotel, se um professor quiser permanecer nas instalações do Colégio para preparar aulas, corrigir provas, ele tem que ficar na sala dos professores, ambiente agradável, mas não adequado para tal atividade, pois não existem salas para os professores. Aliás, este não é o único dos problemas das instalações físicas do Colégio Técnico de Campinas.

Ainda com relação ao Cotuca, cujas instalações ficam no centro da cidade de Campinas, fora do campus, isto acarreta, a nosso ver, e da grande maioria das pessoas entrevistadas, uma dificuldade muito grande, não dizemos intransponível, mas dificulta em muito, devido ao constante deslocamento até o campus universitário. Outro fator a considerar no caso do Cotuca é a completa falta de espaços e da inadequação das instalações físicas em se criar espaços próprios ao desenvolvimento de atividades de pesquisa.

Dessa forma, de um modo geral, já temos uma cultura docente de não inserção em projetos de com a Universidade, e estamos falando de uma cultura de mais de quarenta anos e ainda se coloca mais dificuldades, como a excessiva carga didática, distanciamento do local onde se realiza pesquisas, a inadequação do espaço físico, sem contar as dificuldades de se interagir com docentes da Universidade, o resultado só pode apontar para a situação que se tem, qual seja, o baixo envolvimento dos docentes com pesquisa.

A carreira MST é excelente para o professor preparar adequadamente suas aulas, e cuidar da sua formação profissional, de seu aprimoramento, mas não privilegia a sua inserção em projetos de pesquisa, conforme apontado por alguns dos entrevistados de ambos os colégios. Temos é claro algumas exceções no Cotuca e no Cotel, mas isso diz mais respeito à situação individual, motivação própria de cada professor, do que condições institucionais para tanto.

Uma das perguntas apresentadas aos Reitores, pró-Reitores e também Diretores e professores dos dois Colégios foi sobre a inclusão na carreira MST de uma jornada de dedicação exclusiva. De um modo geral, as respostas vêm como um fato positivo, mas que não pode ser determinante, obrigatório, até porque a situação dos Colégios Técnicos é muito diferente da situação de Institutos e Faculdades. O que estamos totalmente de acordo.

É mister esclarecer que embora listamos algumas opiniões de ex-dirigentes ou mesmo de professores, isso não quer dizer que deva ser de um jeito ou de outro. Temos a expectativa de que este trabalho possa ter o mérito de levantar a situação, chamar a atenção, apresentar posições de pessoas que tiveram (muitas ainda têm) um papel importante no desenvolvimento da Universidade, mas a pesquisa mais valiosa ainda esta por ser realizada, envolvendo corpo docente de ambos os Colégios, pois que são as pessoas diretamente afetadas. Claro está por outro lado, que não apenas o corpo docente, a questão tem que estar na agenda das direções do Cotuca e do Cotil, e isso, parece-nos que de fato já esteja, e também ter o apoio de seus respectivos órgãos colegiados.

Mas somente isto não basta, a vontade política, vamos colocar desta forma, dos Colégios não é condição por si só de alterar a situação presente. A Universidade tem que ter um posicionamento claro, pois realizar ou não pesquisas nos Colégios Técnicos não depende apenas destas unidades. Pesquisa envolve parcerias, recursos materiais, financeiros e até porque não, bolsas para os docentes dos Colégios.

Não temos em absoluto nenhuma solução para o fato discutido, mas se a UNICAMP (em qualquer momento de sua história) quiser de fato que os seus Colégios Técnicos passem a realizar pesquisas, terá que se posicionar institucionalmente em relação a isso, e criar as condições necessárias, como o envolvimento dos Institutos e Faculdades, o acesso a laboratórios e a grupos de pesquisas, incentivo à capacitação e à titulação dos docentes dos dois Colégios. Importante destacar que qualquer proposição neste sentido não pode perder de vista a importância dos professores que atuam nas diversas áreas e empresas, como indústrias, centro de pesquisas – o Cotuca e o Cotil não teriam a qualidade no ensino que possuem se não contasse com estes profissionais em

seus quadros, a nosso ver, requisito essencial para cumprir a sua função de formação profissional.

A análise das discussões realizada na reunião do Consu que negou a participação da direção dos Colégios Técnicos no órgão máximo de decisão da Universidade, juntamente com as entrevistas realizadas, permite-nos encaminhar alguns pontos para o horizonte dos dois Colégios Técnicos, a ser tratado no item

Conforme disposto acima acerca das alterações regimentais pelas quais passou a Universidade, é inegável que, institucionalmente, os Colégios Técnicos perderam em muito a sua importância relativa que se revestiam quando da publicação da Lei 7.655/62, de criação da UNICAMP até o ano de 1999, quando passaram, ainda que lentamente, a ganhar espaços nas instâncias de deliberação da Universidade.

2.1.4 A vinculação institucional dos Colégios Técnicos aos órgãos universitários, suas idas e vindas: a CEPE e a CEMT são as melhores instâncias?

Uma outra maneira de ver a vinculação dos Colégios Técnicos à Universidade, diz respeito ao órgão universitário a que ele esteve submetido, ou em outras palavras a *quem* eles respondiam, e nestes 42 anos de existência, o Colégio Técnico de Campinas, assim como o seu *irmão* da cidade de Limeira, esteve vinculado institucionalmente a diversos órgãos da administração da Universidade.

Num primeiro momento, por ocasião do primeiro Estatutos da UNICAMP⁴⁷ (Decreto Estadual Nº 52.247, de 30 de Julho 1969) os Colégios Técnicos, ficaram subordinados ao Conselho Diretor da Universidade⁴⁸.

Após, no primeiro Regimento Geral da Universidade (Decreto 3.467, de 29 de março de 1974), esta subordinação deu-se à Coordenação Geral das Faculdades⁴⁹,

⁴⁷ A lei de criação da Universidade (Lei 7.655/62), como esperado, não especificou nenhuma vinculação dos Colégios no âmbito universitário.

⁴⁸ Artigo 65.

⁴⁹ Artigo 111 – inciso IV.

permanecendo assim, até 30 de julho de 1998, quando por meio de portaria interna, na gestão do Reitor Hermano Tavares (1998 – 2002) houve mudança:

Em caráter provisório, até a conclusão dos estudos visando à melhor estruturação e vinculação técnico-administrativa do ensino tecnológico e técnico na Universidade, ficarão subordinados à Pró-Reitoria de Extensão: ”⁵⁰ (Portaria GR No. 198/98)

Fonte: UNICAMP, Portaria GR nº 198/98 – Artigo 7º. – Parágrafo 1º

Na realidade, esta Portaria apenas oficializou o que já se vinha praticando, desde a gestão do Reitor Paulo Renato Costa Souza (1986 a 1990), ou seja, os Colégios Técnicos, bem como o Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET) estavam subordinados à Pró-Reitoria de Extensão, transcorrendo, desta forma, as gestões posteriores dos Reitores Carlos Vogt (1980 a 1994) e de José Martins Filho (1994 – 1998).

Na entrevista que realizamos com o professor José Carlos Valladão de Mattos, pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, entre 1986 a 1990, ele nos contou como que ocorreu a passagem dos Colégios para a PREAC:

Isso é verdade, no início foi discutido a re-lotação de várias unidades, onde iriam, pois foi o Reitor Paulo Renato quem criou as Pró-Reitorias e foi discutido quem ficaria com quem. Eu realmente reivindiquei que os Colégios ficassem em minha área, pois sendo um Físico, da área de exatas, tecnológicas, eu sabia muito bem da importância do Cotuca e eu tinha um projeto muito específico para executar no Cotuca que talvez outros pró-Reitores não tivessem e por isso o Reitor fez a orientação de ficar na Pró-Reitoria de extensão, o que aliás é cabível porque a atuação dos Colégios Técnicos não deixam de ser uma extensão da Universidade, das suas atribuições junto a sua comunidade. (José Carlos Valladão de Mattos, PREAC, 1986 a 1990, entrevista 16/12/2009)

⁵⁰ Portaria GR No.198/98 – Artigo 7º. – Parágrafo 1º. A conclusão dos estudos que esta portaria se referia acabou não ocorrendo, pois, a nosso ver, a comissão que estava incumbida dos trabalhos teve o principal membro substituído, o Pró-Reitor de Extensão, devido ao pedido de demissão do professor João Wanderley Geraldi. Mais adiante, quando da discussão da Carreira Docente dos Colégios Técnicos, abordaremos os trabalhos desta comissão, da qual fizemos parte.

Por fim, na gestão do Reitor Carlos Brito, por meio de uma deliberação do Conselho Universitário em setembro de 2003⁵¹, houve uma nova alteração, colocando os Colégios Técnicos subordinados à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sendo o Pró-Reitor de Graduação o responsável para os encaminhamentos dos Colégios junto à CEPE.

A análise da última versão dos Estatutos e do Regimento Geral da UNICAMP, ambos de novembro de 2009, encontramos vinculações diferentes, enquanto nos Estatutos, os Colégios Técnicos estão subordinados ao Conselho Universitário, no Regimento Geral, a subordinação ocorre à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), conforme abaixo:

CAPÍTULO VI. DA ADMINISTRAÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS

Artigo 64. Os Colégios Técnicos ficam subordinados ao Conselho Universitário.

Artigo 65. Os Diretores dos Colégios Técnicos são designados pelo Reitor.

(UNICAMP, Estatutos, novembro/2009)

CAPÍTULO VII. DA ADMINISTRAÇÃO DOS COLÉGIOS

Artigo 124. Os Colégios de ensino médio e técnico ficam subordinados à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão e nela representados pelo Pró-Reitor de Graduação.

Artigo 125. Os Diretores dos Colégios são designados pelo Reitor.

(UNICAMP, Regimento Geral, novembro/2009)

Como pudemos ver a palavra *subordinação* sempre acompanhou os Colégios Técnicos, em qualquer dos quatro momentos temporais de vinculação com um órgão universitário: Conselho Diretor, Coordenação das Faculdades, Pró-Reitoria de Extensão e Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, aparentando, portanto, ter institucionalmente, pouca autonomia para desenvolvimento de seu projeto educacional. O Quadro 2 a seguir resume a vinculação dos Colégios Técnicos à Universidade.

⁵¹ Deliberação CONSU A-21, de 30/09/2003, altera o Artigo 124 de Regimento Geral da Universidade.

QUADRO 2 – VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL DOS COLÉGIOS TÉCNICOS À UNICAMP

Data	DISPOSITIVO INSTITUCIONAL		VINCULAÇÃO	
	Instrumento legal	Localização	Órgão	Responsável
30/jul/69	Decreto Estadual No. 52.247/69	1o. Estatuto UNICAMP / Artigo 65	Conselho Diretor	Coordenador Geral da Universidade
29/mar/74	Decreto Estadual No. 3.467/74	1o. Regimento Geral UNICAMP / Artigo 111	Coordenação das Faculdades	Coordenador das Faculdades
30/jul/98	Portaria Reitoria	Portaria GR No. 198 / Artigo 7 Parágrafo 1o.	Pró-Reitoria Extensão e Ass. Comunitários	Pró-Reitor de Extensão, Ass. Comunit.
30/set/03	Deliberação CONSU A-21	Regimento Geral UNICAMP / Artigo 124	Comissão de Ensino, Pesquisa e Extensão	Pró-Reitor de Graduação

Quadro 2 - Vinculação Institucional dos Colégios Técnicos à UNICAMP
Fonte: UNICAMP, Estatutos e Regimento referenciados

Mas, do ponto de vista do cotidiano administrativo-pedagógico dos Colégios Técnicos, quais os encaminhamentos e a que instâncias o Cotuca e o Cotil se portavam/portam?

Com relação aos processos administrativos que envolvem servidores e também processos de aquisição de bens de consumo, ou serviços, os Colégios Técnicos realizam os mesmos procedimentos que as demais unidades acadêmicas da Universidade, como os Institutos e Faculdades, possuindo orçamento próprio e sujeitos as mesmas regras para investimentos e prestação de contas.

Já com relação aos processos de docentes – contratação, progressão salarial, alteração de jornada de trabalho - como já mencionamos, os Colégios possuem uma carreira especial para seus professores – Carreira do Magistério Secundário Técnico - existindo também um foro específico para tratar destes assuntos em primeira instância – a Comissão Auxiliar Interna, uma subcomissão da Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional – CADI - órgão que é diretamente ligado ao Gabinete do Reitor. Os processos de docentes também são analisados na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Com relação ao Projeto Pedagógico (PP) ou ainda como usualmente é tratado, Projeto Político-Pedagógico (PPP)⁵² dos Colégios Técnicos, esta pesquisa foca a discussão na influência que a Universidade tem exercido ao longo do tempo na definição do PPP do Cotuca e do Cotel, mas não a discussão do PPP propriamente dita dos dois Colégios. Ou seja, não vamos discutir os Projetos Políticos Pedagógicos dos Colégios Técnicos, mas sim a governabilidade destes na sua definição e implantação, entendidas aqui como autonomia, guardadas as limitações orçamentárias e de legislação.

Esta discussão será focada no Colégio Técnico de Campinas, mas acreditamos que, a menos de algumas particularidades, o mesmo valha para o Colégio Técnico de Limeira, tendo como base a análise de documentos históricos - da época da criação dos Colégios e também de documentos mais recentes, até o início deste ano de 2010, tendo ainda como suporte a vivência deste pesquisador como docente do Cotuca desde 1983 e dirigente no período 1994 a 2002.

Com base nisso, as análises nos conduziram a inferir que o Colégio Técnico de Campinas passou por três períodos em relação à sua autonomia para desenvolver o seu Projeto Político-Pedagógico.

O primeiro período pode ser caracterizado na época de criação da UNICAMP e do próprio Colégio compreendido mais marcadamente entre os anos de 1967 a 1970, tendo como características a uma grande influência da Universidade na definição do PPP do Cotuca, ou ao menos, uma tentativa de se estabelecer esta influência. O fato que nos permitiu chegar a esta conclusão foi o processo administrativo aberto na Universidade de No. 1.117/69 tendo como assunto "Programas de Ensino", e que será estudado com razoável detalhamento no item 2.2.2 – "A Diligência de 1969 promove a intervenção na direção do Cotuca – a Assessoria de Ensino passa a dar as cartas".

⁵² A definição do que seja um PPP pode ser obtida em inúmeros trabalhos acadêmicos, livros, palestras; para a sua compreensão, sugerimos um pequeno texto elaborado pela professora Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira, da Faculdade de Educação da UNICAMP, intitulado **"SUBSÍDIOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO"**. Disponível no site: www.prg.UNICAMP.br/projeto_pedagogico.html ou ainda em <http://www.est.ufpr.br/curso/reform2005b.PDF> Acesso em 27/10/2009.

Como será visto a Universidade, por meio de professores pesquisadores representantes das Faculdades de Engenharia, de Tecnologia de Alimentos e de Ciências Médicas, procedeu à análise dos curriculums, dos programas de ensino e do perfil dos professores dos cursos Técnicos de Máquina e Motores, Eletrotécnica, e Tecnologia de Alimentos do Colégio Técnico de Campinas, constituindo, a posteriori, uma Assessoria de Ensino com esta finalidade de controlar todas as atividades educacionais do Cotuca, daí termos nos referido ao processo como uma intervenção da Universidade na direção deste Colégio como à época ocupada pelo professor Álvaro França de Barros de Barros.

É preciso, no entanto, relativizar este controle do PPP do Cotuca por parte da Universidade, por diversos fatores, mas o principal é o que caracteriza a própria atividade docente, qual seja a sua autonomia quando em sala de aula – um docente mesmo quando preso em um programa rígido, a sua forma de abordar determinados assuntos e o entorno dos mesmos lhe permite grande margem para desenvolver seu trabalho com certa autonomia. Considerando ainda que a Universidade não possuía nenhum mecanismo de verificação do que de fato estava sendo ministrado nas salas de aulas, colocamos a possibilidade de esta intervenção ter se consubstanciado na prática como uma *tentativa de intervenção* – discussão que realizaremos no item próprio.

O segundo período foi considerado formalmente quando o professor Osmar Salles assumiu a direção do Cotuca em substituição ao professor Álvaro França de Barros de Barros, em janeiro de 1970, tendo recebido um ofício da Reitoria da Universidade informando-lhe que a Comissão de Ensino havia se dissolvido. Repetimos as próprias palavras do professor Osmar para destacarmos como ele encarava este fato:

Tinha uma comissão que tomava conta e o Diretor era pró-forma [...] Aí a comissão me procurou e disse que ela não teria mais razão de existir. Até porque eu não queria agir sob ordem de comissão. Eu queria agir com liberdade, como havia feito no COTICAP e em outras escolas. Então, terminaram a comissão e eu continuei durante quatro anos. (CRUZ, 2008, p. 151)

A nossa análise nos leva a considerar este segundo período como a época em que o Colégio Técnico de Campinas usufruiu da maior autonomia para o desenvolvimento do seu Projeto Político-Pedagógico, tendo durado mais de 30 anos, desde 1970 até 2003, quando da criação da Comissão de Ensino Médio e Técnico – CEMT, ligada à Pró-

Reitoria de Graduação da UNICAMP. Mas antes de entrarmos nas discussões do terceiro período, vamos tecer ainda algumas considerações, evidenciando alguns eventos, para fundamentar a nossa tese de autonomia do Cotuca para o desenvolvimento de seu PPP no segundo período.

O primeiro argumento que veio à nossa imaginação foi decorrente da própria experiência que este pesquisador teve enquanto dirigente do Colégio Técnico de Campinas, corroborado pelo relato de outros ex-Diretores do Cotuca. No nosso caso específico, vivenciamos durante oito anos a abertura de inúmeros novos cursos sem que houvesse nenhum questionamento pedagógico por parte da Universidade: no período de 1994 a 2002, o Cotuca criou novos cursos de Informática no período noturno com uma ênfase diferente daquela que já vinha sendo ofertada desde 1973, criou ainda cursos que não eram ofertados pelo Colégio, como Telecomunicações; Segurança do Trabalho; Meio Ambiente, além de três Especializações de Nível Técnico: Qualidade e Produtividade; Materiais Metálicos; e Projetos Assistidos por Computador, sem que a Universidade interferisse diretamente na organização curricular, e nos Planos de Cursos⁵³.

Ainda, como exemplo bastante significativo, por ocasião da decretação da Reforma da Educação Profissional em 1997 – por meio do Decreto 2.208/97, gestão do professor Paulo Renato Costa Souza no Ministério de Educação – os dois Colégios Técnicos da UNICAMP se posicionaram politicamente de formas diferenciadas e mais do que isso, implementaram esta Reforma de acordo com visões e interesses próprios, apesar de terem à época um Regimento Escolar único que balizava, ou deveriam balizar, as ações de ambos os Colégios. Mas é bom que se diga também que apesar da

⁵³ Instrumento legal para criação de Cursos Técnicos e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, em conformidade à Indicação CEE-SP No.08/2000, Esta Indicação, no item 14.3 estabelecia: *Cada Plano de curso submetido à aprovação do órgão próprio do sistema estadual de ensino deverá ser acompanhado de parecer técnico de especialista ou de instituição de reconhecida competência na(s) área(s) profissional(ais) objeto do curso(s)*. Por solicitação da direção do Colégio Técnico de Campinas, a Reitoria nomeou uma Comissão de Especialistas – professores da Universidade (Portaria GR 033/2001, de 21/03/2001) para analisar e balizar todos os Planos de Cursos elaborados pelo Cotuca, que posteriormente foram submetidos à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

existência de Regimento Escolar (ou Regimento Interno) único, cada Colégio invariavelmente seguia o seu caminho de forma autônoma em relação a seu co-irmão.

Voltando nossa atenção para o episódio da Reforma da Educação Profissional, passamos a palavra para os dirigentes da Universidade à época, quando fizemos a seguinte pergunta: Como o senhor percebeu o posicionamento diferenciado dos dois Colégios em relação à Reforma da Educação Profissional?

A resposta do Reitor Martins Filho:

“ Eu acho que ninguém dá nada de presente para ninguém, as pessoas conquistam os seus espaços, se os colegiados conquistaram esse espaço, pensaram nisso, dentro da filosofia que norteou a nossa gestão a gente respeitou as decisões dos colegiados e dos Diretores dos colégios que queriam esta visão diferentes ... isso caracteriza um pouco a visão que a gente tinha dentro da Universidade..”

(José Martins Filho, Reitor 1990 a 1994, entrevista 17/12/2009)

A resposta do Pró-Reitor Archimedes:

Veja essa própria liberdade de posições que tomou o Cotuca e Cotil demonstra que não havia nenhuma imposição da Universidade. Acho que isso ficou em aberto para que as discussões que aconteciam (nos colégios) e foram respeitadas pela administração, permitindo então uma maior flexibilidade. Não chegou a pensar em fechar questão, jamais, eu iria criar o caos... Você vê que ficou livre, de livre escolha.

(Archimedes Perez Filho, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários 1990 a 1994, entrevista 22/12/2009)

Não apenas este pesquisador pode atestar a veracidade destes tesmunchos, mas também os cerca de duzentos professores dos dois Colégios Técnicos. Acreditamos que as falas descritas dizem por si só, mas reforçando, as expressões *liberdade de posição do Cotuca e do Cotil* e também *Você vê, ficou livre, de livre escolha*, é demonstração cabal da autonomia pedagógica dos Colégios em relação à Universidade.

Autonomia pedagógica diga-se, mas não financeira, pois no caso que discorreremos acerca da abertura de novos cursos entre 1994 a 2002, sempre houve a necessidade de discutir os investimentos financeiros necessários e convencer os

dirigentes Universitários e ter a aprovação da Comissão de Vagas Docentes⁵⁴, órgão ligado à Administração Superior da Universidade. E aí uma questão contrária à tese da autonomia poderia ser levantada: o fato de a Universidade aprovar os recursos para criação de novos cursos, não estaria implícito que ela estava dando o aval ao Projeto Pedagógico do Colégio? Sim, dando o aval, mas não interferindo; as iniciativas que se consubstanciaram nos novos cursos técnicos e o PPP inerente a cada um deles partiram do Cotuca prevalecendo a sua proposta.

Em outro momento da história do Cotuca em que houve a abertura de novos cursos Técnicos, com os cursos Técnico em Plásticos, e Técnico em Equipamentos Médico-Hospitares, ambos em 1994, na gestão do professor Fernando Antônio Arantes na direção do Cotuca, houve a mesma gênese: iniciativa própria do Colégio e seus dirigentes.

Um outro evento que discurremos foi a discussão para alteração do Regimento Escolar do Colégio Técnico de Campinas que foi aprovado pelo Conselho Universitário sem nenhuma objeção ou questionamento, durante a sua tramitação, por parte das instâncias superiores da Universidade, dentre elas a Pró-Reitoria e a Procuradoria Geral.

O terceiro período, como já dissemos, a nosso ver, foi inaugurado, do ponto de vista institucional, com a criação da Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT)⁵⁵, na gestão do professor Carlos Brito como Reitor, por meio da RESOLUÇÃO GR Nº 58⁵⁶, de 19-8-2003, tendo como fundamento os seguintes pontos:

⁵⁴ A Comissão de Vagas Docentes foi criada na gestão do Reitor Hermano Tavares, por meio da Deliberação CONSU A-01/99 (05/02/1999) centralizando todas as vagas docentes na Administração Superior da Universidade. A íntegra desta Deliberação pode ser encontrada em <http://www.dgrh.unicamp.br/formularios/consu-a-1.doc> Acesso 22/03/2010.

⁵⁵ A criação da CEMT constou no programa de campanha a Reitor do professor Carlos Brito, denominado “Bons tempos”.

⁵⁶ O Anexo 18 apresenta a íntegra da Resolução GR 58/2003

A regulamentação da Educação Profissional, no âmbito Estadual e Nacional, em curso através da edição de Normas e Diretrizes, emanadas pelos Conselhos Estadual e Nacional;

A necessidade de deliberar sobre a criação e extinção de cursos regulares e a organização curricular;

A fixação do número de vagas por Curso, em função dos recursos humanos e materiais existentes, resolve:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT) vinculada à Pró-Reitoria de Graduação.

As atribuições da CEMT são bastante abrangentes, conforme reza o Artigo 2º da Resolução:

Artigo 2º - São atribuições da Comissão de Ensino Médio e Técnico:

I - Emitir parecer ou elaborar propostas sobre:

- a) avaliação de ensino e promoção de alunos;
- b) calendários escolares dos Cursos Técnicos e de Nível Médio de cada um dos Colégios Técnicos da UNICAMP;
- c) inclusão ou supressão de normas no Regimento Interno de cada Colégio Técnico, referentes às atividades que regulamentam a vida acadêmica dos alunos dos cursos a que se refere o item b;
- d) criação e implantação de cursos técnicos e médios;
- e) criação, fusão, desdobramento ou supressão de disciplinas, propostas pelos Órgãos Colegiados dos Colégios Técnicos;
- f) realização dos cursos, elaboração dos currículos e regime didático de cada um dos Colégios Técnicos;
- g) propostas dos Colégios Técnicos, relativas à suspensão de cursos por eles ministrados;
- h) fixação do número de vagas em cada curso/disciplina, tendo em vista os recursos humanos e materiais existentes, propostas pelos Órgãos Colegiados dos Colégios Técnicos;
- i) relatórios anuais de atividades dos Colégios Técnicos.

II - Deliberar sobre:

- a) propostas que busquem melhoria do ensino e o melhor entrosamento entre os alunos, os docentes e os cursos;

- b) solicitações de cursos de férias propostos pelos Colégios;
- c) constituição de subcomissões;
- d) elaboração do calendário de reuniões da CEMT, bem como demais calendários que orientem suas atividades;
- e) programa de recepção e acompanhamento dos calouros propostos pelos Colégios Técnicos.

§ 1º. - Os pareceres e propostas de que trata o inciso I deste artigo deverão ser submetidos à CEPE.

Finalmente, a composição da CEMT, é apresentada no Artigo 3º:

Artigo 3º - A CEMT é composta pelos seguintes membros:

- I- Pró-Reitor de Graduação;
- II- Pró-Reitor de Extensão;
- III- Diretor Geral de cada Colégio Técnico;
- IV- Diretor de Ensino do CTC;
- V- Diretor Acadêmico do CTL;
- VI- Um docente de cada uma das Áreas: Tecnológicas, Exatas, Humanas e Biológicas, oriundos das Unidades de Ensino e Pesquisa da Universidade.

Antes de iniciarmos a nossa análise acerca dos trabalhos da CEMT, apresentamos uma nova ação da Reitoria da UNICAMP, em 06 de fevereiro de 2006, agora na gestão do professor José Tadeu Jorge como Reitor, ao substituir a Resolução GR Nº 58/2003 pela Resolução GR Nº 09/2006, avançando do ponto de vista institucional em relação à anterior, pois que abrangia além das finalidades e composição, que aliás, não foram alteradas, o regimento de funcionamento da CEMT, o que a nosso ver, foi uma afirmação desta administração no sentido da importância da Comissão de Ensino Médio e Técnico.

Outro ponto que nos chamou atenção foi o cabeçalho que descreve a Resolução GR Nº 09/2006: enquanto a primeira Resolução GR Nº 58/2003 continha a expressão *Cria a Comissão de Ensino Médio e Técnico*, já na nova Resolução a expressão é bem mais abrangente:

Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão de Ensino Médio e Técnico da UNICAMP - CEMT, criada pela Resolução GR nº 58/2003 e

que tem por finalidade subsidiar a Universidade a respeito da política dos Colégios Técnicos. (Resolução Nº 09/2006)

O que poderia passar despercebido, nos chamou a atenção quanto à finalidade que a administração central imputou à CEMT: *subsidiar a Universidade a respeito da política dos Colégios Técnicos*. Ora, finalmente encontramos um documento oficial da Universidade Estadual de Campinas que discorria sobre a política dos Colégios Técnicos!

Com intuito de dar seqüência à nossa argumentação, retomamos o visto há pouco acerca da regularização da vinculação institucional dos Colegios Técnicos junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários na gestão do professor Hermano Tavares, em 1999:

Em caráter provisório, até a conclusão dos estudos visando à melhor estruturação e vinculação técnico-administrativa do ensino tecnológico e técnico na Universidade, ficarão subordinados à Pró-Reitoria de Extensão:

Fonte: UNICAMP, Portaria GR nº. 198/98 – Artigo 7º. – Parágrafo 1º⁵⁷

Está claro que a Portaria GR 198/98 apontava para a necessidade de se discutir o ensino técnico e, por conseguinte a situação dos Colégios Técnicos junto à Universidade e a criação da CEMT viria finalmente resolver esta questão pendente?

Quando a CEMT foi criada, em agosto de 2003, tomamos conhecimento, mas nada que nos chamasse tanto atenção, até porque estávamos com outras atividades profissionais⁵⁸ e também por opção de não nos envolver nas questões políticas relativas ao Colégio Técnico, priorizando e nos restringindo (certo ou errado) às atividades de docência – recuperar a defasagem na preparação de aulas, novas bibliografias, produção

⁵⁷ Portaria GR No.198/98 – Artigo 7º. – Parágrafo 1º. A conclusão dos estudos que esta portaria se referia acabou não ocorrendo, pois, a nosso ver, a comissão que estava incumbida dos trabalhos teve o principal membro substituído, o Pró-Reitor de Extensão, devido ao pedido de demissão do professor João Wanderley Geraldí. Mais adiante, quando da discussão da Carreira Docente dos Colégios Técnicos, abordaremos os trabalhos desta comissão, da qual fizemos parte.

⁵⁸ Assumimos o compromisso profissional com a Secretaria Municipal de Educação e à Fundação Municipal de Educação Comunitária contribuindo na coordenação da implantação do Centro de Educação Profissional “Prefeito Antônio da Costa Santos” – CEPROCAMP, inaugurado em 13/09/2004.

de material didático que precisava de maior atenção por conta de oito anos na gestão do Cotuca.

Pois bem, isso tudo para dizer o seguinte, quando tomamos ciência da importância institucional que se revestia a CEMT, já em outubro de 2009, e por extensão para esta pesquisa, iniciamos um processo de busca de informações sobre o trabalho desta comissão: documentos, deliberações, atas, pautas de reuniões, as reuniões realizadas, etc.

Como é de praxe na Universidade, já desde o final do século passado, documentos dos diversos órgãos – como, por exemplo, o Conselho Universitário, a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a Câmara de Administração Interna (CADI); e outras mais – se encontram disponíveis na página web da UNICAMP, assim, pode-se encontrar, pautas, atas, deliberações, portarias do Reitor, enfim, um grande número de documentos oficiais que são tornados públicos. Esta é a política da Universidade Estadual de Campinas, que investiu politicamente e tecnologicamente para chegar a este ponto.

No entanto, qual não foi a nossa surpresa que já no final de 2009, após vasculhar por alguns dias a web, e na página web da Pró-Reitoria de Graduação, dada a vinculação da CEMT ao seu pró-Reitor, não encontramos nada, a não serem as Resoluções já citadas, de criação e posterior alteração. Mantivemos contato com a secretaria da Pró-Reitoria de Graduação, no dia 21 de dezembro de 2009, indo no mesmo dia à PRG, onde depois de explicarmos nossos objetivos, de realização de trabalho acadêmico vinculado à FE/UNICAMP⁵⁹ e informarmos que não havíamos encontrado os documentos relativos à CEMT na página web da PRG, a servidora Rute Siqueira prontamente nos forneceu o material solicitado, explicando-nos que a CEMT ainda não havia sido incorporada na página web, mas que havia projeto para breve.

⁵⁹ Foi-nos solicitado um encaminhamento formal, com os motivos da informação requerida (o que é de praxe na Universidade), e fizemos no mesmo dia, enviando por e-mail o arquivo com o formulário que contém as informações referentes pesquisa, data de defesa, etc.

Bem, de posse dos documentos oficiais da CEMT – pautas e atas de reuniões, deliberações, regimento interno – nos debruçamos à análise de seu conteúdo para poder formarmos opinião, quanto ao alcance da atuação desta Comissão. E o que vimos, em termos de produtos foi o seguinte:

TABELA 1
COMISSÃO DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO – ALGUNS INDICADORES

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Número reuniões	0	7	2	1	1	0	1	12
Atas realizadas	0	7	2	0	0	0	0	09
Deliberações	0	1	2	2	6	0	2	13
Pareceres	0	2	6	0	1	0	0	09

Tabela 1 - CEMT – Comissão de Ensino Médio e Técnico: Alguns indicadores

Os números apresentados na Tabela 1 são bastante tímidos, considerando que estamos analisando um período de seis anos e meio, desde a data da publicação da Resolução que criou a Comissão de Ensino Médio e Técnico, em 19 de agosto de 2003, com um total de apenas doze reuniões, sendo sete delas no primeiro ano de instalação de fato da CEMT, em 2004, tendo ainda o agravante de, nos últimos cinco anos, apenas cinco reuniões foram realizadas, sendo que em 2008, nenhuma ocorrera.

Para se ter uma idéia do significado destes números, o calendário de 2009 da Comissão Central de Graduação da UNICAMP, órgão também vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, previa a realização de desesseis reuniões⁶⁰ – são previstas duas por mês. Claro que não podemos fazer uma comparação simples e direta entre todas as unidades acadêmicas da Universidade – Institutos e Faculdades com os dois Colégios. Mas por outro lado, somente o Cotuca oferece quinze cursos técnicos das diversas áreas, além de três Especializações Técnicas e sete turmas de Ensino Médio, e o Cotil, outro tanto, o que convenhamos, são números bastante significativos.

⁶⁰ Disponível em <http://www.prg.unicamp.br/ccg/calendarios.html> Acesso 22/03/2010.

A análise das pautas revela-nos um acanhamento muito grande em relação aos assuntos listados para as reuniões, mas ao lermos as atas das primeiras reuniões, percebemos que no seu início, ocorreram discussões importantes, poucas a bem da verdade, mas importantes, como a ocorrida na primeira reunião da CEMT, dia 25 de março de 2004, em que destacamos o tema autonomia da Universidade junto a seus Colégios Técnicos.

No que diz respeito ao seu funcionamento, a CEMT discutiu o seu Regimento nas três primeiras reuniões e adota o instrumento de *Deliberações* e de *Pareceres*. Quando analisamos as *Deliberações* da CEMT, a maior parte delas refere-se ao estabelecimento do calendário de reuniões, enquanto os *Pareceres* exarados por esta Comissão contêm assuntos de natureza de mérito, como análise de alterações dos Planos de Cursos Técnicos dos dois Colégios, que foram todos analisados pela CEMT.

A conclusão a que chegamos, é que até o período em que esta pesquisa se desenvolveu, primeiro trimestres de 2010, a despeito de seus objetivos e intenções manifestadas nos textos oficiais da Universidade, a Comissão de Ensino Médio e Técnico da UNICAMP não vem atuando em consonância a estes objetivos, passou longe disto. Claro está que estamos emitindo um juízo de valor com base nas expectativas que foi-nos tomado quando do conhecimento do teor da Resolução que criou a CEMT e posteriormente, conforme já manifestamos, a que a aperfeiçoou, respectivamente as Resoluções GR 58/2003 e GR 09/2006, tendo esta última, reprisando a “*finalidade de subsidiar a Universidade a respeito da política dos Colégios Técnicos.*”.

Mas não é o que entedemos estar ocorrendo, após a análise de documentos, a menos que consideremos que não existe nada a ser feito, pois o que temos atualmente está perfeito, com o perdão da pobre rima. Claro que nosso entendimento é outro, uma Universidade para denotar a sua política aos Colégios Técnicos precisa mais do que constar em normas ou em seu Planejamento Estratégico, as ações precisam corresponder ao propugnado nos textos oficiais.

Nas entrevistas realizadas com os Ex-Reitores e Ex-Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários⁶¹, apresentamos, uma pergunta específica a este assunto, antecedendo um preâmbulo a cerca a pergunta a ser feita, conforme a seguir:

VINCULAÇÃO DOS COLÉGIOS JUNTO À UNICAMP: O histórico da vinculação dos Colégios Técnicos à Universidade deu-se: i) Coordenadoria Geral da Universidade; ii) Coordenadoria Geral das Faculdades; iii) Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (gestão professor Paulo Renato); iv) Na gestão do professor Carlos Brito, foi criada a **Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT)** responsável pelos assuntos dos Colégios Técnicos e vinculada à **Pró-Reitoria de Graduação**. Formulo a seguinte questão:

Como o senhor avalia a alteração da vinculação dos Colégios Técnicos da PREAC para a PRG? Os Colégios Técnicos eram atividade de extensão e agora não são mais? Ou a vinculação à uma Pró-Reitoria não é determinante para as atividades dos Colégios?

Passamos agora a analisar a seguir as manifestações dos Reitores e pró-Reitores e por problemas de espaço, vamos fazer um recorte na fala de cada um deles⁶², iniciando com os pró-Reitores e na sequência os Reitores.

Para o professor Archimedez Peres, a sua ida para a Pró-Reitoria de Extensão estava condicionada à permanência dos Colégios Técnicos nesta pasta e o importante é o responsável ter afinidade com as questões relativas a estes Colégios:

[...] Se eu tivesse ido para a Pró-Reitoria de Graduação, provavelmente eu teria trazido os Colégios Técnicos para a Pró-Reitoria de Graduação eu acho que os Colégios Técnicos eles não

⁶¹ Quando elaboramos as perguntas dos questionários para os ex-dirigentes universitários, como Reitores e pró-Reitores, e também Diretores do Cotuca e do Cotil, não tínhamos conhecimento do teor dos documentos oficiais relativos à CEMT – embora na maior parte destas entrevistas já houvéssemos obtido os arquivos eletrônicos com as diversas pastas e documentos, não havíamos analisado os seus conteúdos.

⁶² Caso haja necessidade, a íntegra pode constar em anexo, ou ainda em uma página web específica à esta pesquisa.

podem ficar à mercê de um determinado Pró-Reitor X, Y ou Z. Ao assumir uma determinada pro Reitoria aquele docente deve saber quais órgãos fazem parte dela e ter interesse em desenvolver um trabalho [...]

(Professor Archimedes Perez Filho, PREAC 1990 a 1994, entrevista 22/12/2009)

Para o professor Roberto Teixeira Mendes, os Colégios Técnicos e o CESET fazem ensino de segundo grau e tecnológico superior, e não têm nada a ver com extensão, embora possam vir a desenvolver projetos de extensão, encontrando avanço na passagem destas unidades para a Pró-Reitoria de Graduação:

Eu não sei se a curto prazo é determinante, talvez não, mas o significado para mim é muito claro, os Colégios Técnicos vieram sempre tentando se conectar com os eixos fundamentais para o ensino e a pesquisa e estiveram sempre 'escanteados' na pró - Reitoria de extensão, não sei nem se alguém pensou desse jeito, mas joga para a extensão. [...] É ensino e é pesquisa como qualquer outra da graduação, então tá totalmente deslocado, agora conectou, acho significativo. (Professor Roberto Teixeira Mendes, PREAC, entrevista 22/12/2009)

Ao mesmo tempo em que viu avanços o professor Teixeira pondera, a nosso ver, que ainda não é a melhor solução:

Você colocar os Colégios Técnicos na Câmara de Graduação ou no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação é como se um Colégio Técnico inteiro fosse uma disciplina ou um curso, mas não uma unidade. A Faculdade de Medicina quando vai discutir, vai o coordenador de graduação discutir curso, ele não vai lá falar da faculdade. Ainda é um funil. (Idem)

O professor José Carlos Valladão de Mattos aproxima-se da fala do professor Archimedes, não vendo importância desta alteração e como já foi visto, ele próprio havia escolhido que os Colégios ficassem no âmbito da PREAC:

Olha eu não vejo muita diferença, não faz diferença nenhuma o Colégio Técnico estar ligado na Reitoria a A, B, C ou D. O que importa é que a Reitoria reconheça a importância do colégio e é claro o braço executivo do Reitor também reconheça, pois se não, ele pode fazer

corpo mole, tratar de outros assuntos e deixar o colégio para lá, eu não vejo tanta diferença entre as vinculações que você mencionou. (Professor José Carlos Valladão de Mattos, PREAC, entrevista 16/12/2009)

Na entrevista realizada com o Reitor Martins Filho, este demonstrou sua preferência na manutenção dos Colégios na PREAC, destacando a importância de seu pró-Reitor:

É difícil de responder isso, eu gostava de quando era Reitor de ter os Colégios na Pró-Reitoria de Extensão porque dava uma visão mais objetiva e pragmática da atuação da Universidade na comunidade acho que eles podem ficar na graduação, mas a PRG é tão assobrada com tantos problemas do ensino universitário que talvez esteja melhor na Pró-Reitoria de extensão, não sei se eu fui muito feliz tendo o professor Archimedes como pró-Reitor na época.. [...] A Pró-Reitoria de Graduação é mais a formação de ensino. Eu estava satisfeito com eles na Pró-Reitoria de Extensão. (José Martins Filho, Reitor 1990 a 1994, entrevista 17/12/2009)

A visão do professor Martins Filho, com relação à atuação dos Colégios Técnicos é muito parecida com a do professor Valladão de Mattos, colocando estas unidades como unidades de extensão, ou ainda cumprindo o papel de extensão da Universidade junto à comunidade. Esta visão como será vista a seguir, é contrária à dos três próximos Reitores entrevistados.

Para o professor Tadeu Jorge, os Colégios não são atividades de extensão, mas sim de formação de recursos humanos:

Pergunta difícil, eu tenho a clareza que Colégio Técnico não é extensão. Ele pode até ter uma vinculação com a extensão, mas a essência dos Colégios não é de atividades de extensão, é uma ação de formação de recursos humanos e, portanto muito mais vinculado a ensino do que extensão. (Professor José Tadeu Jorge, Reitor 2005-2009, entrevista 06/01/2010)

O Reitor Tadeu Jorge concorda com o Reitor Martins Filho quando à PRG não ser a melhor alternativa para a vinculação dos Colégios Técnicos, no entanto, ele acredita que seria na Coordenadoria Geral da Universidade que estas unidades deveria se instalar, embora o local não seria tão determinante (assim como pensa o professor Valladão de Mattos):

Não sei se a melhor alternativa é a vinculação a PRG, pois essa Pró-Reitoria tem como incumbência tratar dos cursos de graduação, no entanto, analisando a estrutura da Universidade, o melhor lugar para administrar os Colégios deveria ser a Coordenadoria Geral da Universidade, pois ela teria uma condição de vínculo dos Colégios muito mais abrangente do que qualquer outra Coordenadoria. Da maneira como a UNICAMP é organizada, eu diria que o lugar onde vai estar os colégios não tem uma importância decisiva nos rumos dos Colégios. De qualquer forma, os vínculos são importantes, não dá para colocar em qualquer lugar e dizer que está bom, mas há regulamentação suficiente dentro da UNICAMP que permite que ações dos Colégios possam se dar independente do órgão que vai cuidar deles, mas acredito que para qualificar essa relação dos colégios com a Universidade o lugar certo seria a CGU. (Professor José Tadeu Jorge, idem)

O professor Hermano Tavares foi direto quanto à função dos Colégios Técnicos, de formação e não uma atividade de extensão, vê com simpatias a sua alocação na PRG e aproxima-se também da visão do professor Tadeu Jorge de que a regulamentação da Universidade é importante para as atividades dos Colégios:

Respondendo a sua questão, é claro que o Colégio Técnico tem um papel de formação de pessoal, não é de uma atividade de extensão. Agora, por muitas razões inclusive na Reitoria que eu dirigi, o Colégio Técnico esteve vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, acredito que sem um prejuízo muito grande. Não sei se deveria ficar na Pró-Reitoria de Graduação, o que me parece mais correto, ou se deveria ter uma Pró-Reitoria própria para isso. O importante é ter um amparo jurídico e administrativo necessário pra que a função do colégio técnico seja bem sucedida. (Professor Hermano Tavares, Reitor 1998 a 2002, entrevista 28/12/2009)

O posicionamento do Reitor Carlos Brito também foi na mesma linha:

Não, eu acho que a vinculação é determinante, eu acho que foi em 2003.. a idéia de que os Colégios são uma atividade educacional da UNICAMP e por afinidade, o tipo de atividade vinculados a Pró-Reitoria de Graduação do que Pró-Reitoria de Extensão, pois esta Pró-Reitoria tem uma tendência de trabalhar mais os cursos de extensão ou com relações da Universidade com empresas e organizações e os Colégios não são exatamente uma atividade de extensão da Universidade é uma atividade educacional, faz parte do núcleo central da Universidade. (Professor Carlos H. Brito da Cruz, Reitor 2002 a 2005, entrevista 14/01/2010).

Além dos dirigentes universitários, entrevistamos alguns Diretores dos dois Colégios e destacamos a seguir:

Para a professora Cristina Rubega, Diretora de Ensino do Cotuca, a CEMT vem cumprindo o papel que a antiga Comissão de Especialistas cumpriu nos anos de 2001, gestão do professor Hermano Tavares, no que diz respeito à análise de alterações curriculares:

A CEMT é um órgão criado dentro da Universidade até para atender as determinações do Ministério da Educação quanto às alterações acadêmicas, curriculares dos cursos de educação profissional. [...]. Quando na gestão do professor Hermano, para poder atender a Indicação No.8 de 2000 (do CEE) que era a legislação que regulamentava as diretrizes da educação profissional para o Estado de São Paulo, para poder atender as orientações do MEC quanto a elaboração dos Planos de Cursos e no ponto que diz respeito à necessidade de um parecer de um especialista, o professor Hermano criou naquela época, nomeou por portaria⁶³ diversos especialistas da Faculdade de Engenharia Mecânica, da Química, da Faculdade de Engenharia de Alimentos, ou seja das áreas relativas aos cursos que os Cotuca oferece para que estes docentes pudessem emitir estes pareceres. A partir do momento que o Cotuca passou a integrar e a ter um status de unidade e se reportar diretamente à Reitoria – que isso aconteceu em 2003 ou 2004 foi necessário que se fosse criada uma câmara. (Professora Cristina Cimorelli Cabalero Rubega, Diretor de Ensino Cotuca, 2008 a 2010, entrevista 04/01/2010)

Ainda com relação ao funcionamento da CEMT, a professora Rubega tem a visão de que, em janeiro de 2010, esta Comissão ainda estava em fase de estruturação, tendo dificuldades pela grande quantidade de responsabilidades que estão afeitas à Pró-Reitoria de Graduação, tal qual manifestaram o Reitor Martins Filho e em menor grau, o professor Tadeu Jorge:

Logicamente ainda essa comissão do Ensino Médio e Técnico ela está em fase de estruturação, ela não tem um projeto, ela não tem uma diretriz porque ela fica ligada diretamente ao Pró-Reitor de Graduação que tem diversos afazeres com toda a imensidão das unidades do campus e na verdade ela tem se limitado a fazer a

⁶³ Conforme já discurremos foi a Resolução GR 033/2001 – a íntegra desta Resolução com os professores nomeados, encontra-se no ANEXO 25.

análise daquilo que nós encaminhamos, no nosso aqui do Cotuca – análise de criação de curso, criação de vagas, etc e tal. (Idem)

Em termos de funcionamento da CEMT a professora Rubega faz um balanço que se assemelha muito com as conclusões que havíamos chegado quando tivemos acesso às atividades e documentos produzidos pela CEMT:

E na primeira gestão, do prof Boldrini, houve um número maior de reuniões até por ser novidade, ninguém sabia ao certo o que fazer com uma Câmara de Ensino Médio e Técnico, muitos docentes da Universidade nem sabem da existência dos Colégios Técnicos, nem sabem que se oferece o Ensino Médio, a educação básica na Universidade, então era uma novidade. Na gestão do professor (Edgar Salvadori) De Decca, por diversas situações, as reuniões da CEMT foram muito poucas, apenas se reuniu em algumas situações quando foi solicitada e na gestão atual do professor Marcelo que agora está sentindo a necessidade, depois de verificar quantos anos existe a Comissão, de já dar um norte para a Comissão, uma estruturação e enfim, ele espera dar uma continuidade na organização dos trabalhos. (Ibdem)

A fala da professora Rubega coincide com a visão do professor Brito, no que diz respeito ao desconhecimento de muitos professores da Universidade possuem em relação à existência dos Colégios Técnicos.

Com relação ao alcance dos trabalhos da CEMT, perguntamos ao professor Tadeu Jorge⁶⁴ se ele conhecia os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão e sua resposta foi a seguinte:

Acompanhei alguns aspectos, tanto da criação quanto do funcionamento, não me parece que a comissão pode exercer o papel de uma Coordenadoria, não é um órgão da gestão efetiva dos assuntos relacionados aos Colégios, então a comissão poderia

⁶⁴ No programa do professor Tadeu para a campanha a Reitor em 2005, consta o seguinte:

A criação da Câmara de Ensino Médio e Técnico, prevista no programa Bons tempos em 2002 e implementada logo a seguir, foi um avanço nesse sentido. Agora é preciso fortalecer a Câmara e fazer com que os assuntos relativos aos colégios sejam tratados academicamente e não do ponto de vista exclusivamente administrativo, conferindo aos colégios maior autonomia acadêmica (José Tadeu Jorge, “Unicamp sempre melhor”, 2005, p.29)

continuar funcionando como um Conselho, assim como nos Centros e Núcleos, que seria o lugar de debate dos assuntos relacionados aos Colégios. Ela não é um órgão gestor, e sim de debate, mas eu penso numa Coordenadoria como um órgão de gestão relacionado aos assuntos dos Colégios. (José Tadeu Jorge, Reitor 2005 a 2009, entrevista 06/01/2010)

Concluindo parcialmente nossa análise, não nos parece que a Comissão de Ensino Médio e Técnico venha cumprindo com as finalidades a que se propunha quando de sua criação, estando muito longe disto, conforme vimos, com pouquíssimas reuniões e também em relação às pautas que têm sido propostas.

A idéia de se passar a vinculação dos Colégios Técnicos da Pró-Reitoria de Extensão para a Pró-Reitoria de Graduação, na avaliação inicial que realizamos, foi adequada, embora algumas manifestações tenham destacado que o local onde os Colégios ficam vinculados não teria importância capital, mas sim, o compromisso do titular da pasta que abriga estas unidades.

É fato também, mas se pudermos juntar compromisso do titular da pasta com um local mais adequado teremos uma situação melhor, mas considerando algumas falas onde são destacadas as dificuldades da Pró-Reitoria de Graduação dar a devida atenção aos Colégios, acreditamos que seria importante se estudar com mais atenção esta vinculação. Isto, pois, que inferimos que a CEMT carece de suporte adequado para dar conta de suas atribuições: a própria situação do sítio na web da PRG onde não consta nenhuma informação da CEMT espelha esta situação⁶⁵. Outro aspecto que também denota isso, é que desde 2005 não se produz, ao menos oficialmente, as atas ds reuniões, com o agravante que foram apenas cinco durante os últimos cinco anos.

Acreditamos que, em tese, a criação da CEMT e sua vinculação à PRG foi uma decisão acertada, mas se faz necessário não apenas resolver o problema de suporte para a CEMT, mas também uma avaliação por parte desta Pró-Reitoria se ela tem condições de dar conta das finalidades pressúpuas da Comissão de Ensino Médio e

⁶⁵ Uma nova busca foi realizada no instante que finalizamos este texto e ainda não encontramos nenhuma informação à respeito da CEMT no sítio da PRG (www.prg.unicamp.br), conforme http://www.prg.basico.unicamp.br/portal/index.php?searchword=CEMT&ordering=&searchphrase=all&Itemid=172&option=com_search&lang=pt Acesso 22/03/2010.

Técnico, qual seja discutir a política dos Colégios Técnicos da UNICAMP – a nosso ver, até o início de 2010, decorridos quase sete anos desde a criação, não tem conseguido, e, portanto merece-se estudar suas causas.

Como observação, devemos ter clareza que o funcionamento da CEMT não depende apenas da disposição da Pró-Reitoria de Graduação, embora à esta caiba a maior responsabilidade, dada a hierarquia existente na Universidade, mas também é preciso considerar o interesse e o posicionamento do Cotuca e do Cotil em relação à esta questão. Por exemplo, na reunião que realizamos com o professor Paulo Sérgio Saran, Diretor do Cotil, ele não viu nenhuma anomalia, ao contrário:

Eu acho que a CEMT foi importante no sentido das unidades de ensino superior existir a Comissão de Graduação, eu acho que a CEMT é a nossa Comissão de Graduação dos Colégios. O fato de ter poucas reuniões é mais em função da competência dos dois Colégios: eles tem tratado de uma forma bem objetiva as suas questões acadêmicas e não tem demandado grandes intervenções da CEMT. O professor Marcelo Knobel atual Pró-Reitor de Graduação propôs reuniões trimestrais da CEMT, mas eu acho que está de acordo porque nos tanto Cotil quanto Cotuca temos conseguido (resolver) os assuntos e não tem demandado um grande número de reuniões. (Professor Paulo Sérgio Saran, Diretor Cotil, entrevista 07/01/2010)

Dessa forma, acreditamos que o estudo do funcionamento da CEMT e o seu escopo é uma tarefa que cabe a esta próxima administração, envolvendo não apenas a PRG e os Colégios, mas sim, constar na agenda de discussão da CEPE ou do Conselho Universitário, pois dessa forma, assumiria-se um compromisso perante o conjunto da Universidade. Ainda, poderia se discutir alternativas, como por exemplo, a sugerida pelo professor José Tadeu Jorge, a criação de uma Coordenadoria específica para os dois Colégios Técnicos.

2.1.5 Colégio Técnico de Campinas – cursos e vagas oferecidas entre 1967 a 2010: uma trajetória em ascensão

Conforme já discurremos quando da análise do processo de criação da Universidade Estadual de Campinas, os primeiros cursos criados tiveram grande

influência do setor empresarial da região que vislumbrou o atendimento de suas necessidades de mão-de-obra qualificada, como engenheiros – os cursos de Engenharia Mecânica; Engenharia Elétrica e de Tecnologia de Alimentos. E quando falamos em mão-de-obra qualificada, esta também se subentende a de técnico de nível médio, objeto de formação dos Colégios Técnicos.

Não por acaso, se atentarmos para os cursos técnicos que foram inicialmente criados, em 1967, no Cotuca – Máquinas e Motores (que em 1971 passou a denominar-se Mecânica), Eletrotécnica e o de Tecnologia de Alimentos - verificamos facilmente que eram a versão técnica dos cursos de engenharia criados ao mesmo tempo pela Faculdade de Engenharia de Campinas (pelos Departamentos de Mecânica e Eletrotécnica) e pela Faculdade de Tecnologia de Alimentos, podendo se estender esta mesma análise para o caso do Colégio Técnico de Limeira com os cursos de Máquinas e Motores, Edificações e Agrimensura, estes dois últimos ligados ao curso de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia de Limeira.

Os três cursos que iniciaram as atividades educacionais do Cotuca eram cursos técnicos integrados, todos no período diurno, com aulas praticamente em tempo integral, oferecendo a formação geral e profissional no mesmo curso, e com 40 vagas cada um, totalizando 120 vagas abertas no ano de criação do Cotuca, em 1967.

Com isso, estabelecemos como fato concreto, que a criação tanto do Colégio Técnico de Campinas, quanto do Colégio Técnico de Limeira, estava ligada ao atendimento das necessidades das indústrias destas duas cidades, ou ainda, o que hoje denominamos de Região Metropolitana de Campinas – RMC.

Atendo-nos ao Cotuca, em 1971, foi criado o curso Técnico em Enfermagem e em 1973, o curso Técnico de Processamento de Dados, ambos no período diurno e com 40 vagas cada, totalizando desta forma 200 vagas de cursos técnicos integrados no ano de 1973, seis anos após a criação do Colégio, número este que não mais se alteraria, mantendo-se até os dias atuais.

Com a criação do curso Técnico em Enfermagem e do curso Técnico em Processamento de Dados, o Cotuca deixava de ser apenas um colégio técnico industrial,

passando a atuar também nas áreas de saúde e na recente área de processamento de dados, seguindo uma tendência da UNICAMP, que nesta mesma ocasião criou o curso de mesmo nome no Instituto de Matemática.

Ainda em 1973, o Cotuca criou a versão noturna dos cursos técnicos em Mecânica e de Eletrotécnica, ambos também com 40 vagas cada e formação integrada, com quatro anos de duração. Estes novos cursos estenderam a possibilidade de realização de cursos técnicos para alunos trabalhadores. Na realidade, grande parte dos alunos também era de cursos de aprendizagem do SENAI e vinculados a uma indústria da região de Campinas, tendo idade compatível com o curso realizado, ou seja, não havia defasagem entre idade-série em relação aos alunos dos cursos do período diurno.

Podemos dizer que estes cursos noturnos introduziram um novo perfil de alunos, pois, de alguma forma, muitos deles tinham um vínculo de trabalho com o setor industrial, enquanto os primeiros mantinham dedicação total aos estudos, dado que os cursos no diurno ocupavam dois períodos do dia. Nesta época, o Cotuca já havia realizado a adequação de suas grades curriculares às novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal No. 5.692/71 - atuando somente com chamados cursos técnicos integrados (formação geral e formação profissional no mesmo curso).

Gostaríamos de destacar dois aspectos: o primeiro deles é o pioneirismo do Cotuca na criação de cursos no período noturno – cerca de 20 anos antes da implantação dos primeiros cursos noturnos pela UNICAMP⁶⁶. O segundo aspecto diz respeito ao fato de que neste ano de 1973, o Cotuca totalizou 280 vagas de cursos técnicos integrados – 200 no diurno e 80 no noturno – situação que permanece até o ano de 2010. Isso significa que desde 1973, o Colégio Técnico de Campinas não abriu uma única vaga de cursos técnicos integrados, que propiciam também a formação geral do educando, sendo todos os novos cursos abertos apenas com a formação profissional, conforme veremos a seguir.

⁶⁶ O “Anuário Estatístico UNICAMP 1999, Base 1998” págs 47 e 48 indica que os primeiros cursos noturnos foram abertos em 1992: Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Matemática Licenciatura, Ciências Sociais. Resta-nos a dúvida, por falta de informações, quanto ao ano de abertura do curso de Pedagogia noturno pela Faculdade de Educação.

O ano de 1978⁶⁷ marcou outra inovação por parte do Cotuca: o atendimento de trabalhadores que já possuíam a formação básica (ensino médio) com o oferecimento de cursos Técnicos em Mecânica e em Eletrotécnica, na modalidade Qualificação Profissional IV – QP IV, também denominados de cursos supletivos de profissionalização. Para a realização dos cursos de QP IV, os alunos já deveriam possuir o 2º Grau, (denominado de Ensino Médio à partir da Lei 9.394/96) e realizavam no Colégio apenas as disciplinas técnicas, denominada parte diversificada do currículo integrado.

Esta nova modalidade, a QP IV, trouxe para o Colégio um terceiro perfil de estudantes, o de alunos trabalhadores com idade mais avançada, alguns com mais de 30 anos, chegando até a ultrapassar a idade de 40 anos, diferentemente dos demais cursos noturnos. Este novo aluno tinha, em geral, uma trajetória de vida bastante diferente dos demais alunos do Colégio, que, muitas vezes, teve seu itinerário formativo truncado e descontínuo, com a realização de cursos supletivos para a formação básica, tanto no ensino fundamental como no médio. Ou ainda, havia realizado sua formação básica há muitos anos, estando *enferrujados*, para usar uma expressão que muitas vezes ouvimos em sala de aula.

Mas o Colégio estava preparado para receber este aluno trabalhador, com um histórico educacional tão diferenciado dos alunos de até então⁶⁸? Não, não estava e talvez por isso tenham sido criadas 30 vagas para cada curso e não as tradicionais 40 vagas como nas vezes anteriores para os cursos integrados. Com estas novas 60 vagas,

⁶⁷ Desde então, a abertura de cursos no Cotuca deu-se somente na modalidade QP IV, ou seja, cursos com apenas a parte profissional, com requisito de os alunos já possuírem a educação básica, ou então, mais recentemente (a partir da REP de 1997), os alunos cursando a educação básica em outra instituição escolar.

⁶⁸ Conforme trataremos mais adiante, este tem sido um problema recorrente para o Cotuca, entender as necessidades especiais dos alunos trabalhadores – não apenas a de suprir a defasagem de conhecimentos básicos por fatores, na maior parte das vezes, alheio a sua vontade e sim pelo seu histórico de vida, mas também em construir um currículo de maior interesse e motivação à sua vida profissional. Estes alunos quase sempre pertencentes às classes sociais menos favorecidas, tiveram sua formação básica em escolas públicas e por vezes em cursos não regulares, os chamados cursos supletivos.

atingiu-se 340 vagas de cursos técnicos no ano de 1978, permanecendo com esta mesma quantidade por 15 anos.

A criação de novos cursos somente ocorreu em 1993, após um hiato de 15 anos, mas antes disso, em 1987, houve a *modernização* do curso de Eletrotécnica apenas para a modalidade integrada – do diurno e noturno, atendendo os novos paradigmas tecnológicos da microeletrônica que já se estabeleciam no país, transformando-se em Técnico em Eletroeletrônica. O curso na modalidade QP IV, permaneceu, no entanto, como Técnico em Eletrotécnica até 1999, talvez porque não estivessem preparados para o entendimento destes novos paradigmas tecnológicos, ou então para a manutenção do equilíbrio de forças entre o corpo docente desta área – os de formação em eletrotécnica e em eletroeletrônica⁶⁹.

Em 1993, dois cursos novos foram criados: o curso Técnico em Plásticos e o curso Técnico em Equipamentos Médico-Hospitalares (EMH), ambos no período noturno e na modalidade QP IV, também com 30 vagas cada um, perfazendo 60 novas vagas e quando somadas às 340 de então, totalizavam 400 vagas de cursos técnicos.

Assim, no ano 1997, quando foi decretada a Reforma da Educação Profissional, o Cotuca possuía 400 vagas de cursos técnicos – 280 na modalidade integrada e 120 na modalidade supletiva (QP IV) e no tocante ao período de aulas, 200 vagas para o período diurno (integral) e 200 vagas para o período noturno, conforme Tabela 01 a seguir.

⁶⁹ Existe a intenção deste pesquisador em analisar este acontecimento, juntamente com outros ligados ao Projeto Pedagógico do Colégio Técnico de Campinas, em uma nova pesquisa.

Tabela 01 – Abertura de cursos técnicos no Cotuca até a REP

Colégio Técnico de Campinas							
Cronograma de abertura de habilitações profissionais					Total de vagas/ano		
ANO	Habilitação Profissional	Modalidade					
		Integrado	QP IV		Integrado	QP IV	Total
		Diurno	Noturno	Noturno			
1967	Alimentos	40			120	-	120
	Eletrotécnica	40					
	Mecânica	40					
1971	Enfermagem	40			160	-	160
1973	Proc. Dados	40			200	-	200
	Mecânica		40		280	-	280
	Eletrotécnica		40				
1978	Mecânica (QP IV)			30	280	60	340
	Eletrotécnica (QP IV)			30			
1987*	Eletrotécnica	40	40		280	60	340
	Eletroeletrônica						
1993	Equip. Médico-Hosp. (QP IV)			30	280	120	400
	Plásticos (QP IV)			30			
1997	Período antes da REP	200	80	120	280	120	400

Tabela 1 - Abertura de cursos técnicos no Cotuca até a REP
Fontes: UNICAMP, Cotuca - Manuais Exame Seleção Cotuca + Mimeo interno

Após a decretação da Reforma da Educação Profissional, o Cotuca criou diversos novos cursos, todos apenas com a formação profissional – alguns cursos os alunos poderiam realizar concomitantemente o Ensino Médio em outra instituição escolar, e outros cursos o aluno já deveria possuir o Ensino Médio completo para poder cursar o curso técnico no Cotuca. A seguir segue a relação de novos cursos criados no período 1997 a 2002:

1998 – Curso Técnico em Informática/noturno – 40 vagas

1999 – Curso Técnico em Telecomunicações/noturno – 40 vagas

2000 – Técnico em Enfermagem/diurno – 40 vagas (1)

2001 – Técnico em Segurança do Trabalho/noturno – 40 vagas (2)

Especialização Técnica Gestão da Qualidade e Produtividade/not. – 40 vagas

2002 – Técnico em Informática/vespertino – 60 vagas

Especialização Técnica Projetos Assistidos por Computador/not. – 30 vagas

2003 – Técnico em Plásticos/matutino – 30 vagas

Técnico Ambiental com ênfase em Gestão/noturno – 30 vagas

Especialização Técnica em Materiais Metálicos/noturno – 20 vagas

As observações (1) e (2) dizem respeito ao oferecimento de vagas especificamente para servidores da UNICAMP. No primeiro caso, para servidores do Complexo Hospitalar da Universidade que possuíam a formação de Auxiliar de Enfermagem e realizavam a complementação para Técnico em Enfermagem – o Cotuca trabalhou com esta modalidade até zerar a demanda existente no Hospital de Clínicas, no Caism, no Hemocentro.⁷⁰

No segundo caso, foi criado o curso Técnico de Segurança do Trabalho atendendo uma demanda da Diretoria de Recursos Humanos da UNICAMP, à época coordenada pelo professor Luiz Carlos de Freitas, da Faculdade de Educação. A partir da segunda turma, em 2002, as vagas foram oferecidas para a comunidade, por meio do Exame de Seleção, como todas as outras.

Estes dois casos denotam as ações realizadas Colégio Técnico de Campinas na aproximação com a comunidade universitária, demonstrando que o Cotuca poderia participar da formação profissional de servidores da Universidade.

Como pudemos verificar com relação à criação de novos cursos no Cotuca, após 1998, e até 2003, houve um grande aumento do número de cursos, de vagas oferecidas, e por consequência, do número de alunos ingressantes e concluintes, tanto do Ensino Médio como da Educação Profissional.

⁷⁰ Iniciou-se com 60 vagas, mas após o pleno atendimento da demanda do Complexo Hospitalar da Universidade, este número foi sendo reduzido até estabilizar-se em 40 vagas – 20 no período matutino e 20 no período vespertino.

Para efeito de comparação, apresentamos abaixo uma síntese com alguns indicadores relativos ao número de vagas, número de cursos oferecidos, número de candidatos ao exame de seleção; número de alunos matriculados; número de ingressantes; número de formandos no Ensino Técnico, compreendendo o período de 1989 a 2007, dado que esta primeira data foi o ano em que as Universidades públicas paulistas conquistaram sua autonomia junto ao Governo Estadual.

TABELA 2
IMPORTÂNCIA ACADÊMICA COTUCA (1989 – 2007)

INDICADORES	1967	1989	2007	1989 - 2007 Δ%
Número de Vagas	120	340	790	138%
Número de Cursos		09	21	133%
Alunos ingressantes		297	790	166%
Alunos matriculados		1218	1933	59%
Concluintes Ensino Técnico		193	484	151%
Candidatos Exame Seleção		2815	5753	104%

Tabela 2 – Importância Acadêmica COTUCA (1989 – 2007)

Fonte: UNICAMP - Anuários Estatísticos 1989 a 2007

É inegável a curva ascendente de todos estes indicadores para o período estudado, e um fator importante a ser considerado, é que o aumento significativo de alguns indicadores, como número de cursos oferecidos, número de vagas, iniciou-se na metade da década de 1990, permanecendo até o início do ano letivo de 2003 – desde então, até 2010, nenhuma nova vaga de curso técnico (Habilitação ou Especialização) foi aberta para o oferecimento à comunidade da Região Metropolitana de Campinas. Os ANEXOS 22 e 23 apresentam as Tabelas e os Gráficos consolidados para os períodos de 1989 a 2007.

Assim, uma breve conclusão acerca destes números, pode-se concluir que houve um significativo aumento das atividades educacionais do Colégio Técnico de Campinas, evidenciando o aumento de importância relativa neste aspecto, contrastando com o que fora visto anteriormente, com relação à importância institucional.

Ainda a observar, o acentuado crescimento destas atividades educacionais por parte do Colégio Técnico de Campinas, coincide com a reversão da perda de importância institucional dos Colégios Técnicos da Unicamp, a partir do ano de 1999, quando, por sucessivas normas e atos da Administração Central da Universidade, o Cotuca e o Cotel foram recuperando parte das perdas institucionais, conforme já descritas.

2.1.6 A importância orçamentária relativa dos Colégios Técnicos da UNICAMP

A terceira análise que submetemos os Colégios Técnicos, diz respeito à importância relativa de seus orçamentos em comparação a outras unidades de ensino, como os Institutos e Faculdades e o Centro Superior de Tecnologia da UNICAMP – CESET, que no final de 2009, transformou-se em Faculdade de Tecnologia.

Os dados utilizados para a elaboração de tabelas e gráficos nos foram enviados pela Assessoria de Economia e Planejamento da UNICAMP – AEPLAN, no dia 13 de fevereiro de 2009, constante informações consolidadas até o ano fiscal de 2007.

E como vamos poder observar na seqüência, é inegável o aumento orçamentário dos Colégios Técnicos relativamente às demais unidades de ensino e pesquisa da UNICAMP, esclarecendo que os valores referem-se tão somente ao orçamento relativo à cota parte da Universidade do ICMS do Estado de São Paulo, não constam nas tabelas e gráficos elaborados, recursos extra-orçamentários.

A observar, o período considerado foram os anos de 1989 a 2007, sendo esta primeira data coincidente com a autonomia universitária. A Tabela 3 a seguir servirá para algumas análises realizadas.

Evolução da participação relativa das UEP no orçamento da UNICAMP (1989 – 2007)

	Variação		1989		2007	
	Posição	Delta	Posição	%	Posição	%
CESET	-	-	-	-	23	1,48%
COTIL	2	41,68%	18	1,98%	17	2,66%
COTUCA	3	38,15%	17	2,14%	16	2,80%
FCM	7	17,08%	1	15,40%	1	17,08%
FE	6	18,12%	12	4,17%	8	4,67%
FEA	13	-6,35%	10	4,22%	12	3,74%
FEAGRI	10	7,22%	16	2,32%	18	2,35%
FEC	20	-28,43%	7	4,91%	15	3,33%
FEEC	5	20,61%	11	4,21%	6	4,81%
FEF	4	21,14%	19	1,95%	20	2,24%
FEM	16	-12,92%	9	4,67%	11	3,85%
FEQ	-	-	-	-	21	2,19%
FOP	12	-1,07%	4	6,23%	4	5,83%
IA	8	8,79%	15	3,76%	10	3,88%
IB	17	-15,15%	2	9,40%	2	7,56%
IC	-	-	-	-	22	1,61%
IE	15	-12,04%	13	4,05%	14	3,37%
IEL	11	-0,22%	14	3,77%	13	3,57%
IFCH	9	8,41%	8	4,81%	5	4,94%
IFGW	19	-24,42%	3	8,92%	3	6,39%
IG	1	45,93%	20	1,67%	19	2,31%
IMECC	18	-18,88%	5	5,94%	9	4,57%
IQ	14	-7,72%	6	5,48%	7	4,79%

Tabela 3 – Evolução da participação relativa das UEP no orçamento da UNICAMP (1989 – 2007)

UEP = Unidade de Ensino.

Fonte: UNICAMP, AEPLAN (arquivo fornecido ao pesquisador, em 13/02/2009)

O primeiro ponto que destacamos é que comparando os anos de 1989 e 2007, a participação relativa do Colégio Técnico de Campinas no Orçamento da UNICAMP, passou de 2,14% para 2,81%, um ganho de 38,15%. Apenas o Colégio Técnico de Limeira (41,68%.) e o Instituto de Geociências (45,93%) tiveram evolução tão positiva quanto a experimentada pelo Cotuca, ficando este Colégio à frente de dezenove outras unidades acadêmicas da Universidade.

Outra maneira bastante simples de analisar os dados da Tabela 3 é verificar o *ranking* do Cotuca nos anos de 1987 e 2007, que foram respectivamente 17^a e 16^a posições, ou seja, neste último ano, o Colégio Técnico de Campinas possuía orçamento

superior a seis unidades, dentre Institutos e Faculdades, quais sejam, Faculdade de Engenharia Agrícola, a Faculdade de Educação Física, a Faculdade de Engenharia Química, o Instituto de Computação, o Instituto de Geociências, e o Centro Superior de Tecnologia – CESET, que no ano de 2009, transformou-se em Faculdade de Tecnologia de Limeira. Os Anexos 26 e 27 traduzem em forma gráfica os dados relativos à Tabela 3.

Os dados relativos ao Orçamento da UNICAMP para 2010, documento “Proposta de Distribuição Orçamentária”, indicam a manutenção da posição relativa do Cotuca em relação às demais unidades, ficando à frente seis unidades já mencionadas. Em termos absolutos, o Orçamento total do Cotuca previsto para 2010 é de R\$ 18.706.731,00, e a título de comparação, o Orçamento da Faculdade de Engenharia Agrícola previsto para 2010 é de R\$ 15.894.871,00 conforme publicação referenciada (Tabela 1 – p.23).

Os dados apresentados acima têm por objetivo destacar a importância orçamentária obtida pelos dois Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas desde a autonomia universitária instituída em 1989. Temos plena convicção de que, para o Colégio Técnico de Campinas, a abertura de novos cursos e o excepcional aumento de vagas ocorridos no período de 1999 a 2003, contribuiu decisivamente para este salto orçamentário.

2.1.7 A Relação institucional dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira no âmbito da Universidade Estadual de Campinas – Algumas considerações

Quando iniciamos a busca por informações acerca da vinculação institucional dos Colégios Técnicos junto à Universidade, tínhamos conhecimento da legislação das décadas de 1990 e 2000 mas não de como fora previsto na Lei nº 7.655/62 que criou a UNICAMP. Assim, passamos a nos perguntar: o que teria acontecido para a perda de importância institucional que os Colégios experimentaram em tão pouco tempo? Quais seriam os responsáveis para que as Escolas Técnicas perdessem tanta importância nos Estatutos da UNICAMP baixados em 1969?

Para nós, quando da análise das legislações já citadas ficou a percepção de que, a partir da nomeação do professor Zeferino Vaz para assumir a instalação da UNICAMP, em 1966, este teria visto com outros olhos a inserção diminutiva das Escolas

Técnicas na Universidade que ele estava criando. Em outras palavras, nossa primeira reação foi encontrar como responsável o professor Zeferino Vaz, amparados em dois motivos, que atuavam de forma complementar, que discorreremos a seguir.

O primeiro, pela forma como diversos autores apresentam a personalidade do professor Zeferino Vaz – autoritária, forte, como nas palavras de Gomes (2006):

Como um suserano, dizia (Zeferino Vaz) o que devia ou não devia ser feito para que do nada surgisse uma Universidade moderna, eficiente e que servisse de modelo para o país. (Gomes, 2006, p. 6-7, Jornal da UNICAMP)

Assim, a lógica nos dizia que se o professor Zeferino podia tudo, e a Universidade constituiu-se da forma como ele a desejava, portanto, claro estava que a nova situação dos Colégios Técnicos nas Leis No. 9.715/67 e Lei No.10.214/68⁷¹ bem como nos Estatutos (Decreto 52.247/1969) era por sua obra e vontade.

O segundo, pelo fato de a meritocracia ser um dos quinze “Princípios básicos de administração da ciência”, estabelecidos por Zeferino Vaz, conforme relata Lima (1989),

[...] na Universidade manda mais quem sabe mais e a hierarquia científica deve ser estabelecida em função da criatividade e não dos títulos acadêmicos. (VAZ, s/d, apud Lima, 1989, p. 93)

Novamente, este princípio da meritocracia explicava o porquê das Escolas Técnicas terem sido alijadas do processo decisório da Universidade, pois a diferença intelectual do cientista para o professor de nível médio era (e continua sendo) muito grande considerando os parâmetros universitários de competências estabelecidos.

Assim, na nossa percepção, a perda de importância institucional que os Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira haviam experimentado até a implantação dos Estatutos da UNICAMP, apenas refletia a pouca importância dada pelo professor

⁷¹ Na realidade, a motivação maior da Lei 10.214/68 foi a de devolver a condição de Instituto isolado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, e também a de incluir seis membros de confiança do Governador Abreu Sodré no Conselho Diretor. De qualquer modo, nesta lei houve alteração da composição do Conselho Diretor e os Colégios Técnicos permaneceram sem representação.

Zeferino Vaz ao ensino técnico de nível médio e, por consequência, aos seus Colégios Técnicos.

Posteriormente, mantivemos contato com o professor Manoel da Silva, primeiro Diretor do Colégio Técnico Industrial de Limeira, no período de 1967 a 1971, vivenciando, portanto, o período de instalação daquele Colégio e desfrutando de um contato estreito com o professor Zeferino Vaz. E após a conversa que mantivemos⁷², por quase uma hora ao telefone, nossa convicção anterior balançou dando lugar à dúvida, pois, por mais que considerássemos o mandonismo como característico da personalidade do professor Zeferino Vaz e a importância que ele dava à meritocracia para o exercício do poder, as palavras do professor Manoel nos levaram a considerar que nossas conclusões eram muito triviais e lineares e as relações sociais e de poder em uma instituição como a de uma Universidade nascente, que era a UNICAMP, são muito mais complexas, fazendo-se, portanto necessária a busca de novas fontes.

Segundo o professor Manoel da Silva, primeiro Diretor do Cotil, que nos afirmou que *“teve o prazer e a honra de conviver quase que diariamente com o Dr. Zeferino, com contatos muito freqüentes”* vimos que a sua certeza é oposta à que vínhamos elaborando, indo além:

Se não fosse a presença do Dr. Zeferino, cabeça privilegiada, nós não teríamos hoje nem o Cotil e nem o Cotuca - ele não tergiversava na defesa dos dois Colégios.

(Silva, Manoel, 2009 – entrevista em 14/10/2009)

Exemplificando o seu posicionamento, o professor Silva nos contou das batalhas que o “Dr. Zeferino”, travava com diversos membros do Conselho Diretor em defesa dos Colégios Técnicos:

Em todas as reuniões do Conselho Diretor havia homéricos bate-bocas entre o Dr. Zeferino e os professores que não aceitavam as duas unidades de 2º Grau dentro da Universidade. Os professores tinham um certo ciúme e entendiam que não tinha cabimento (os Colégios) dentro da Universidade. Mas o Dr. Zeferino se colocava de

⁷² A conversa foi realizada no dia 14 de outubro de 2009.

unhas e dentes e defendia os Colégios acirradamente. Eles vingaram e são modelos para o Brasil todo. (Idem)

Enfatizando a importância que o professor Zeferino Vaz dava aos Colégios Técnicos, o professor Silva nos contou:

Muitas vezes saímos às nove da noite da UNICAMP e íamos jantar no restaurante Pinheirinho, ao lado do Instituto Agrônomo, eu, o Álvaro (França) e o Dr. Zeferino e ficávamos discutindo (os Colégios Técnicos) até tarde da noite. (Ibidem)

Como pudemos ver, para o professor Silva, a sobrevivência dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira como unidades da UNICAMP, deveu-se à firme determinação do professor Zeferino, pois, segundo ele, havia muita resistência por parte de grandes cientistas que foram atraídos para a implantação da Universidade, mas que não comungavam da permanência de uma unidade de nível médio em seu seio.

A nossa mudança de percepção, se iniciou com o depoimento do professor Manoel da Silva, seguindo-se a depoimentos de três outros ex-Diretores do Cotuca, dois que trabalharam diretamente com o professor Zeferino e, enfáticos, nos contaram da importância que este dava aos Colégios Técnicos e ao Cotuca, e um outro que vivenciou o Cotuca como aluno e posteriormente como professor à época em que o professor Zeferino Vaz exerceu a Reitoria da UNICAMP.

Para o professor Osmar Salles Figueiredo,

Quanto ao particular do pensamento do professor Zeferino Vaz a respeito do colégio técnico, eu poderia mencionar, por exemplo, um fato relevante. Numa visita que ele fez ao colégio quando eu já era Diretor há um ano e pouco, ele deixou uma longa exposição de idéias a respeito disso... [...] Agora, pessoalmente pelas nossas conversas, ele sempre manifestou um entusiasmo muito particular, não apenas pela criação do colégio junto a Universidade, como pela própria função do ensino técnico

Nas palavras do professor José Roberto Sundfeld,

Nós tivemos muito apoio, mas muito apoio do professor Zeferino Vaz. Ele inclusive foi mentor do Colégio ele que quis fundar o Colégio Técnico e dava assim um apoio total.

Ainda que possamos relativizar os depoimentos destes ex-Diretores, todos os depoimentos nos transmitiram muita convicção, espontaneidade e nos contagiaram com a sensação de autenticidade e por isso mesmo tomamos estes relatos vivos como importantes fontes para embasar nossa percepção.

Mas a nova conformação de nossa opinião não foi tecida apenas com depoimentos de pessoas que trabalharam proximamente ao professor Zeferino – embora pontuemos estes como importantes fontes de consideração – mas, concorrendo para tal, o acesso aos arquivos do SIARQ a inúmeros documentos, como correspondências trocadas entre o professor Zeferino e membros de sua equipe de trabalho, seu primeiro escalão, responsáveis pela implantação da Universidade Estadual de Campinas.

Face ao exposto, a forma que vimos o tratamento dado aos Colégios Técnicos, notadamente ao Cotuca, no acervo que acessamos, nos permitiu supor que os Colégios Técnicos foram cercados de atenção no período de sua instalação, coincidente com o período de instalação da própria UNICAMP, ainda que não participassem dos processos decisórios da Universidade, que estavam concentrados em poucas pessoas.

Dessa forma, é bem possível que a retirada do ensino técnico do rol de objetivos da Universidade e a perda de representação docente dos Colégios Técnicos junto ao Conselho Universitário não fora obra apenas do professor Zeferino, como inicialmente supomos, pois os Estatutos da Universidade foram discutidos por cerca de um ano e meio em comissão constituída pelo Conselho Diretor e, depois, votado por este, sendo plausível inferirmos que este Conselho, com representação de cientistas iminentes, possa ter sido determinante para a nova situação regimental dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira no âmbito da Universidade Estadual de Campinas.

Após a instituição dos Estatutos (1969) e do Regimento Geral da Universidade (1974) não encontramos nenhuma outra alteração institucional que mudasse a forma de vinculação dos Colégios Técnicos junto à Universidade, até o ano de 1999.

Conforme já visto, em 1999, na gestão do professor Hermano Tavares, houve uma revisão dos Estatutos da UNICAMP, e como ponto importantíssimo para os Colégios Técnicos e demais Carreiras Especiais da Universidade, foi a inclusão de dois

representantes docentes destas carreiras junto ao Conselho Universitário, alteração esta que se manteve na última versão vigente, novembro/2009, acessada em março de 2010, data do fechamento desta pesquisa.

Outro ponto que começou a mudar a relação da Universidade com os Colégios Técnicos, foi a inclusão do Cotel e do Cotuca nas discussões realizadas para elaboração do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, deflagrado no início da década de 2000, também na gestão do professor Hermano Tavares, com continuidade com os Reitores que o sucederam: Carlos Brito; Tadeu Jorge e Fernando Costa, conforme já relatamos.

Ao realizarmos esta análise acerca do processo de (des) importância institucional que os Colégios foram submetidos quando da implantação da UNICAMP, talvez possa parecer que imprimimos um tom queixoso pela perda de importância do ensino técnico no âmbito da Universidade, sendo preciso deixar claro nosso posicionamento. Em primeiro lugar, as informações que trazemos à luz neste texto, têm o objetivo de melhor iluminar o processo histórico da criação e da manutenção das atividades do ensino técnico e as alterações que esta modalidade de ensino passou durante estes mais de 40 anos de existência da Universidade e dos seus Colégios Técnicos – uma tentativa de resgate histórico.

Continuando, acreditamos que seja natural segmentos da UNICAMP, considerarem que o ensino técnico não participar em igualdade de condições nos desígnios de uma Universidade ao qual está inserido dada a natureza de suas atividades e considerando que a UNICAMP nasceu com a proposta da indissociabilidade do ensino e pesquisa e na vinculação entre a ciência e a tecnologia. Mas, deixar os Colégios Técnicos do lado de fora, sem representação no Conselho Universitário e mais do que isso, sem nenhum mecanismo de participação das decisões dos rumos da Universidade, situação que permaneceu por longos 30 anos, foi a nosso ver, uma maneira inadequada de tratar o ensino técnico pela UNICAMP.

Perderam-se por este vazio de representação própria, oportunidades de conhecimento mútuo, de ambas as partes – a comunidade universitária, e os Colégios

Técnicos – mas principalmente estes últimos pela sua não inserção nas discussões do projeto universitário da UNICAMP.

Mas por outro lado, os Colégios também precisam demonstrar, de forma clara, o seu interesse na inserção junto à Universidade, o que significa buscar a participação em projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, e a aproximação com as demais unidades da Universidade, como os Institutos e Faculdades. E se de fato tiverem disposição para isso, a Carreira MST precisaria ser reavaliada para dar conta desta nova situação, conforme discutiremos mais adiante.

2.2 PILAR II – O COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS NA AGENDA DE DISCUSSÃO DA UNICAMP E SUA INSERÇÃO JUNTO AOS INSTITUTOS E FACULDADES.

Neste Pilar II vamos discutir basicamente duas temáticas que estão relacionadas entre si, mas que para efeito desta pesquisa serão tratadas, não propriamente separadas, mas em seqüência determinada para cada uma delas. A primeira temática diz respeito às intervenções que a Universidade Estadual de Campinas realizou, de forma deliberada, no sentido de alterar os rumos dos Colégios, procurando oferecer um norte a eles, direcionando suas atividades. Na segunda temática, aborda-se a relação entre os Colégios Técnicos e as demais unidades acadêmicas da UNICAMP – Institutos e Faculdades, bem como alguns órgãos complementares, como o Centro de Tecnologia, o Hospital de Clínicas e o Centro de Computação, que atuam diretamente na área dos Colégios, focando a relação com o Colégio Técnico de Campinas.

A análise para ambas as temáticas deste Pilar II serão conduzidas por processos administrativos e/ou pedagógicos ocorridos na Universidade desde a sua criação até os anos 2000, que inferimos estar afeitos a uma ou outra temática.

Para a primeira temática, analisamos processos que se caracterizam, de forma geral, vamos dizer assim, pela inserção dos Colégios Técnicos na “Agenda de Discussão” da UNICAMP, ou seja, nas situações em que os Colégios Técnicos ficaram em evidência junto à administração central (Reitoria e/ou Pró-Reitorias) ou ainda do

Conselho Universitário. Ou ainda também em situações em que Universidade tomou iniciativa de propor mudanças nos rumos dos Colégios. Os itens 2.2.1 a 2.2.4 tratam desta temática, no âmbito do Pilar II.

Para a segunda temática, analisamos processos em que a relação Colégios Técnicos – Universidade ou ainda com seus Institutos, Faculdades, está presente, direta ou indiretamente, quer provocado por instâncias da Universidade, quer pelos próprios Colégios. Os itens 2.2.5 a 2.2.8 tratam desta temática no âmbito deste Pilar II.

A seguir iniciamos com os processos relativos à primeira temática – inserção dos Colégios Técnicos na “Agenda de Discussão” da UNICAMP.

2.2.1 O episódio das aulas de Química em 1968: um indício de como se daria a (não) inserção do Cotuca no campus universitário.

Passamos a analisar o desenrolar do Processo No. 2.192/69, aberto no dia 12 de agosto de 1969, com a seguinte descrição: “Alunos do Colégio Técnico Industrial da UEC, solicitam atendimento às suas reivindicações, referentes a problemas dos diversos cursos”, que constou de um abaixo assinado com a assinatura de aproximadamente 90% dos cerca de 200 alunos existentes à época abrangendo os três cursos ministrados no Cotuca – Máquinas e Motores; Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos, tendo como objetivo sanar as situações listadas abaixo:

- 1) Falta de professores em dez disciplinas distribuídas entre os três cursos, sendo quatro delas comuns aos terceiros anos destes cursos.
- 2) Instalação de laboratórios de Química, Biologia, Eletrotécnica, Máquinas Elétricas e Física.
- 3) Instalações adequadas para o Centro Estudantil “Campos Sales”
- 4) Criação da Biblioteca Técnica e destinação de uma sala adequada a ela
- 5) Necessidade de representação do corpo docente no CTA⁷³

⁷³ A Comissão Técnica Administrativa estava prevista na minuta do primeiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP, elaborado pelos professores Álvaro França de Barros, Manoel da Silva e Ophelina Rabello (Assessora da Reitoria).

Este processo foi prontamente tratado pelo Coordenador Geral da Universidade, professor F.G. Brieger, que após conversar com o professor Zeferino Vaz, encaminhou ofício para o professor Antônio Augusto Almeida, à época presidente interino da Comissão de Ensino do Conselho Diretor, solicitando providências, e transcrevemos abaixo alguns trechos, por interesse desta pesquisa:

1. Foi sugerida pelo M. Reitor a realização de aulas práticas de Química e talvez de outras disciplinas nas dependências do Instituto de Química;
2.
3. Sabe-se por outro lado que o prof G. Cilento é contrario por princípio a que se misture o ensino do Colégio Técnico com o ensino superior. O Prof. Jair Campello, entretanto, em vista da urgência do assunto, está disposto a permitir excepcionalmente e por prazo limitado, isto é, apenas no 2º semestre de 1969, o ensino do Colégio na Cidade Universitária. (Grifo nosso)

(UNICAMP, Of FGB 262/69, 15/08/1969)

A manifestação do professor Almeida, em 27 de agosto daquele ano, constou das providências que haviam sido tomadas, e novamente destacamos a parte relativa às aulas práticas de Química, Biologia e Física:

“Não há necessidade de instalação de laboratórios para o ensino de Química, Biologia e Física. As disciplinas serão lecionadas nos respectivos Institutos, salvo a última que poderá ser lecionada na Universidade Católica” (UNICAMP, Proc No. 2.192/69, fl.10)

As aulas práticas de Física não seriam ministradas no campus universitário, por conta do número de alunos e da falta de capacidade dos laboratórios em atender a demanda do Colégio. Mas um outro aspecto que chamou-nos bastante atenção na manifestação do professor Almeida, foi o seu comentário final:

Acredito que se os Institutos e Faculdades se encarregarem do ensino colegial, o Colégio Técnico seria de alto nível, dispensando que seus alunos freqüentem “cursinhos”.

Daqui, podem-se extrair duas coisas, primeiro a intenção manifesta do relacionamento entre professores universitários com o Colégio Técnico, ministrando aulas diretamente a alunos do ensino técnico, visão esta que sabemos não foi adiante por fatores que não são fáceis de apontar com precisão, mas podem-se inferir algumas considerações. E esta análise tem a ver com a própria inserção dos Colégios Técnicos na Universidade e o seu relacionamento com os Institutos e Faculdades notadamente com aqueles que mantêm mesma área de ensino, tanto na formação básica – Física, Química, Biologia, Matemática, como nas áreas tecnológicas – Faculdades de Engenharia Mecânica, Elétrica, de Alimentos e Instituto de Computação.

O segundo ponto que observamos na manifestação do professor Almeida, diz respeito aos objetivos dos Colégios Técnicos, que conforme Relatório da Comissão Organizadora da Universidade de Campinas – de outubro de 1966, presidida pelo Reitor Zeferino Vaz – dizia-se claramente serem o atendimento das necessidades das indústrias da região de Campinas e na manifestação supracitada, o professor Almeida, responsável pela coordenação dos Colégios, apontou para a seqüência dos alunos para a realização de cursos superiores, em aparente contraste com os objetivos iniciais dos Colégios Técnicos⁷⁴.

O fato concreto é que não houve aulas práticas aos alunos do Cotuca nos laboratórios do Instituto de Química no campus universitário, apesar da solicitação encaminhada pelo Diretor do Colégio, professor Álvaro França de Barros ao coordenador daquele Instituto⁷⁵. Este fato foi relatado pelo próprio professor Álvaro França de Barros à época e referendado 40 anos depois por dois ex-alunos do Cotuca, Nilton da Silva e Antônio Vivaldi Rodrigues em entrevista que realizamos no dia 21 de dezembro de 2009.

Para atender a falta de laboratórios do Cotuca, houve colaboração do SENAI, do ITAL, algumas aulas foram ministradas no Colégio Ateneu Paulista, outras foram jogadas para o ano seguinte, mas aulas no campus universitário não ocorreram, em

⁷⁴ Colocamos aparente, pois nada impede de um aluno realizar o curso técnico e dar seqüência à sua formação em nível superior e trabalhar ao mesmo tempo na área de sua formação técnica.

⁷⁵ Ofício encaminhado em 28 de agosto de 1969, ao professor Jair de Paiva Campello – Coordenador do Instituto de Química

nenhum dos Institutos da Universidade que iniciavam suas atividades no campus. E porque isso? Pode-se inferir que prevaleceu o posicionamento do Diretor do Instituto de Química, conforme informação citada, contrário à mistura de alunos do Cotuca aos alunos universitários, apesar do encaminhamento contrário sugerido inicialmente pelo Reitor Zeferino Vaz.

Mas será que seria somente este o problema, o convívio de alunos colegiais com alunos universitários?

Com relação a este assunto, nas entrevistas que realizamos com os ex-alunos Antônio Vivaldi Rodrigues e Nilton da Silva⁷⁶, respectivamente dos cursos técnicos de Máquinas e Motores (Mecânica) e de Eletrotécnica, ambos das primeiras turmas do Cotuca, de 1967 e que haviam subscrito o abaixo assinado, à época estavam no 3º ano, não houve aulas de laboratórios no campus universitário e as aulas de Física foram realizadas no antigo Colégio Ateneu de Campinas. Este fato, que poderiam ser considerados sem importância, para nós é um indício das dificuldades e mais ainda, resistências dos Institutos da UNICAMP em atender as demandas do ensino de nível médio, e mais especificamente do Colégio Técnico de Campinas, o que veremos mais adiante, quando da discussão da representação dos Diretores dos Cotuca e Cotil no Conselho Universitário. E como será visto, o problema não se tratava das dificuldades de espaço físico, mas sim filosóficos, a forma, que em geral, estes Institutos vêem, de forma crítica, a própria inserção do Cotuca no seio da UNICAMP.

2.2.2 A Diligência de 1969 promove a intervenção na direção do Cotuca – a Assessoria de Ensino passa a dar as cartas.

No dia 03 de março de 1969, o então Diretor do Colégio Técnico Industrial de Campinas, o professor Álvaro França de Barros de Barros, encaminhou, em dez vias para a Comissão de Ensino do Conselho Diretor, documentos relativos aos professores e programas de disciplinas dos cursos técnicos de Máquina e Motores, Eletrotécnica e

⁷⁶ Em 19 de dezembro de 2009 entrevistamos Antônio Vivaldi Rodrigues nas dependências do Cotuca e em 21 de dezembro, Antônio Vivaldi e Nilton da Silva na residência do primeiro.

Tecnologia de Alimentos, conforme solicitado pela Comissão de Ensino, vinculada ao Conselho Diretor da UNICAMP.

A análise, preliminar, foi efetuada, em 09 de abril daquele mesmo ano, pelo professor Antônio Augusto de Almeida, Diretor da Faculdade de Medicina, e a despeito de ser demasiadamente sucinta, ocupando menos de meia página, propôs que se baixasse em diligência para regularização, para então voltar à Comissão de Ensino para deliberar. As falhas apontadas foram as seguintes:

- a) a falta de licença de três professores para lecionar;
- b) *que dos programas não consta a concordância dos coordenadores dos cursos de Mecânica e Eletrotécnica e do Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos.*

Em face disso, Reitoria abriu uma diligência, por meio do Processo 1.117/69 – Planos de Curso para apurar os fatos apontados pelo professor Almeida. Após esta primeira análise realizada pelo professor Almeida, houve uma segunda análise, juntando-se a ele, o professor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Plínio Alves de Moraes, e desta vez o novo Parecer elaborado por ambos, teve maior profundidade, elencando cinco pontos a serem esclarecidos, tendo ainda diversos subitens entre os quais apontamos abaixo:

1. Credenciais exigidas pela legislação para a contratação de Diretor do Colégio e de docentes, listando alguns deles para verificação;
2. Programas de disciplinas;
3. Falta de professores para algumas disciplinas;
4. Dispositivos legais exigidos para a concessão de certificados
5. Aprovação dos programas pela Universidade.

Com base nos objetivos desta pesquisa, destacamos o último desses itens, o qual listamos abaixo a íntegra conforme constou deste novo Parecer:

5. Respondidas pelo Sr. Procurador e/ou Sr. Diretor do Colégio Técnico os quesitos supra enumerados, a documentação será submetida aos Senhores Diretores e Coordenadores dos Cursos

Superiores correspondentes, para o seu pronunciamento. Finalmente, toda a documentação será de novo encaminhada aos Senhores Relatores da Comissão de Ensino, para a elaboração de novo Parecer. (Grifo nosso)

Como parte da diligência iniciada e com vistas ao amparo legal dos procedimentos do Colégio Técnico Industrial, este novo Parecer foi encaminhado pelo professor Brieger em 16 de abril tanto para o Procurador Geral da Universidade, o Dr. Pérsio Furquim Rebouças, como para o Diretor do Cotuca, professor Álvaro França de Barros, recomendando que dessem urgência quanto às informações solicitadas e os reparos aos desvios apontados.

A Procuradoria Geral encaminhou, em 25 de abril, o processo para a professora Ophelina Rabello sugerindo que ela trabalhasse em conjunto com o professor Álvaro França de Barros para responder os questionamentos exarados no Parecer dos professores Antônio Almeida e Plínio Alves de Moraes.

A professora Ophelina e o professor Álvaro França de Barros trabalharam de forma rápida e no dia 14 de maio foi encaminhado relatório com as respostas de cada item aos questionamentos realizados para a Procuradoria Geral sendo considerado por esta como tendo sido atendida a solicitação constante no Parecer dos professores Antônio Almeida e Plínio Alves de Moraes.

Ocorre que o Coordenador Geral dos Institutos e também Presidente da Comissão de Ensino, professor F.G.Brieger, não esperou as respostas que havia solicitado em seu encaminhamento à Procuradoria Geral, pois apenas nove dias após solicitar os esclarecimentos apontados, e antes de receber as respostas solicitadas, fizera um ofício ao Reitor Zeferino Vaz⁷⁷, em 25 de abril de 1969, propondo uma intervenção no Colégio Técnico de Campinas, por meio da criação de uma Assessoria da Comissão de Ensino, conforme descrevemos a seguir.

No ofício encaminhado ao professor Zeferino Vaz em 25 de abril o professor F.B. Brieger, fez um pequeno relato historiando os acontecimentos, informando que após

⁷⁷ Of. F.G.B No. 111/69

a apreciação dos programas de Cursos do Colégio Técnico de Campinas, por parte da Comissão de Ensino esta comissão sugeriu a abertura de uma *diligência* para apurar tais fatos. Neste ofício, o professor Brieger elencou quatro motivos, em consonância com os que haviam sido apurados pelos professores Antônio Almeida e Plínio Alves de Moraes e que serviram de base para abertura da diligência.

O quarto motivo, apresentado abaixo em destaque, pois que nos interessa em especial por se tratar do relacionamento do Colégio Técnico de Campinas com as Faculdades de Engenharia e de Tecnologia de Alimentos, previsto quando da criação da Universidade, conforme abaixo:

Finalmente, verifiquei que, tanto o Senhor Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos como o Senhor Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica, não estão mantidos informados a respeito de qualquer aspecto das atividades do Colégio Técnico, apesar de que a vinculação entre os cursos desse Colégio com os Cursos Superiores representa a justificativa legal da existência do Colégio Técnico da Universidade.

Of. FGB – 111/69 – 25/04/1969 (Grifo nosso)

Na seqüência de seu ofício ao Reitor, o professor Brieger relata que a simples constituição de uma *diligência* poderia no máximo realizar o levantamento da situação atual (de problemas), mas que não teria poderes para influenciar nos desígnios do Colégio Técnico de Campinas, tornando-se desta forma, necessária a constituição de um órgão colegiado, para tratar especificamente dos assuntos do Colégio.

A proposta do professor Brieger, foi para que se criasse uma Assessoria da Comissão de Ensino, com as seguintes funções, listadas em sua íntegra abaixo:

- a) opinar sobre indicação de professores;
- b) dar Parecer sobre os programas em geral, inclusive horários e programas de cada disciplina;
- c) supervisionar a fiel execução de programas e horários;
- d) tratar de qualquer medida que venha tornar mais eficiente o funcionamento do Colégio Técnico, inclusive Convênio com o SENAI e órgãos semelhantes;

- e) propor todas as medidas indicadas para o enquadramento do Colégio Técnico de Campinas nas atividades universitárias. (Grifo nosso)

Esta Assessoria da Comissão de Ensino tinha a previsão de ser reunir mensalmente, sendo composta pelos seguintes professores:

Fernando P. Rebello – presidente – Engenharia Mecânica;

Walter Borzani – (USP) – Química Industrial

André Tosello – Tecnologia de Alimentos

Dino Ferraresi – Centro de Tecnologia

A proposta do professor Brieger, previa a participação do professor Álvaro França de Barros de Barros, Diretor do Colégio Técnico de Campinas, mas sem direito a voto, sendo sugerido pelo Magnífico Reitor, professor Zeferino Vaz, que se ouvisse também o professor Manoel da Silva, Diretor do Cotil.

Pelo exposto das cinco funções listadas acima, para nós ficou claro que a constituição da Assessoria da Comissão de Ensino foi de fato uma intervenção na direção do Colégio Técnico Industrial de Campinas, pois foi especificamente para este Colégio, não abrangendo o seu congênito de Limeira.

Destacamos ainda que a decisão de realizar a intervenção no Cotuca já estava decidida antes mesmo das respostas aos problemas apontados pelo Parecer dos professores Antônio Almeida e Plínio Moraes, a cronologia dos fatos é bastante esclarecedora, não deixa dúvidas.

Com relação às funções da Assessoria da Comissão de Ensino, destacamos a última função, qual seja “*o enquadramento do Colégio Técnico de Campinas nas atividades universitárias*”. Isto nos demonstra que nesta época, de criação e constituição da UNICAMP e dos Colégios Técnicos, havia por parte dos dirigentes máximos da Universidade, a intenção de cuidar que o ensino de nível técnico praticado pelo Cotuca fosse compatível com o ensino universitário, o que em nosso entendimento, demonstrava interesse por parte Universidade que esta unidade de ensino se desenvolvesse à sua semelhança e por isso mesmo, sob sua orientação.

Mas por que intervir? Estaria o Cotuca fugindo das diretrizes da Universidade?

Outra questão nos apresenta, porque somente o Cotuca e não o Cotil foi submetido a esta intervenção branca? O Cotuca seria mais importante para a UNICAMP do que o Cotil, por isso enquadrá-lo? Ou havia descontentamento por parte dos dirigentes máximos da UNICAMP em relação aos rumos dados pela direção do Cotuca?

O que se pôde apurar, por alguns documentos da época, é que o Diretor do Cotil, professor Manoel da Silva, gozava de grande prestígio com o Reitor Zeferino Vaz, pois que, em algumas situações de criação de comissões relativas ao ensino técnico, este geralmente indicava a presença do Diretor Manoel dentre seus membros.

A aprovação da constituição da Assessoria da Comissão de Ensino pelo Reitor Zeferino Vaz deu-se cerca de quinze dias após, em 08 de maio, sendo convocada neste mesmo dia, a primeira reunião para o dia 14 de maio de 1969.

A análise do processo em questão nos mostrou que esta Assessoria, presidida pelo professor Fernando Rebello, não teve vida longa. Em 01 de outubro de 1969, o professor Fernando Rebello, encaminhou ao professor Friedrich G. Brieger, presidente da Comissão de Ensino o Ante-Projeto de Regimento Interno dos Colégios Técnicos juntamente com os currículos dos cursos técnicos de Máquina e Motores, Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos para serem analisados pelo Conselho Diretor, sendo estes últimos destacados e encaminhados para a Câmara Curricular da Universidade.

Uma semana após, em 08 de outubro, o professor Brieger respondeu ao ofício do professor Rabello, agradecendo a seu trabalho, mas dando por encerradas as atividades da Assessoria de Ensino devido à criação nos Estatutos da Universidade, a figura do Coordenador Geral das Faculdades, cargo que viria a ser ocupado pelo professor Antônio A. Almeida da Faculdade de Medicina. Com as seguintes palavras, o professor Brieger deu por encerrado os trabalhos da Assessoria de Ensino:

[...] e considerando que a justificativa da existência dos cursos dos Colégios Técnicos é o fato de serem ministrados os respectivos cursos de nível superior em Faculdades, caberá ao Coordenador Geral das Faculdades ser o intermediário entre as Diretorias dos Colégios e o Conselho Diretor, ou a sua Comissão de Ensino e a sua

Câmara Curricular, nos casos competentes, e o Magnífico Reitor, executivo máximo da Universidade.

Estes fatos ocorreram durante o ano de 1969 e durante este ano foi-se elaborando nos altos escalões da Universidade a substituição do Diretor do Cotuca, professor Álvaro França de Barros, ocorrida no início de janeiro de 1970, conforme será tratado no Capítulo 3 – Pilar V.

Pelo conhecimento que apreendemos destes documentos históricos, fica-nos a clara convicção de que a Universidade Estadual de Campinas, ou melhor, seus dirigentes, tinham a intenção de que o ensino nos Colégios Técnicos fosse um reflexo, em menor escala, do ensino ministrado nas Faculdades de Engenharia e de Tecnologia de Alimentos, precisamente aos cursos de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Tecnologia (Engenharia) de Alimentos – e por isso, esta intervenção na direção do Cotuca com o intuito de fazer prevalecer o projeto desenhado pelos dirigentes universitários.

Mas para se conseguir este “espelhamento” entre os Colégios Técnicos e as Faculdades de Engenharia, seria necessário que houvesse uma integração entre estas unidades, o que não ocorreu em toda a história da Universidade, nem em relação ao Cotil e ao Cotuca, conforme trataremos mais adiante.

Em 20 de abril de 1976, o então Diretor do Cotuca, professor Mario Junqueira da Silva encaminhou o processo para arquivamento, o que foi feito dois dias após.

2.2.3 O ano de 1973 e a radical proposta de integração do Cotuca junto à Universidade: do firme apoio ao total abandono em seis meses. Como se explica?

No dia 20 de fevereiro de 1973, o então Diretor do Cotuca, professor Osmar Salles, encaminhou ofício ao Reitor Zeferino Vaz com uma proposta bastante audaciosa de integração entre o Colégio Técnico de Campinas e os Institutos e Faculdades da Universidade⁷⁸, proposta esta que consideramos uma manifestação clara, objetiva e

⁷⁸ Em 03 de março de 1973 foi aberto o Processo No. 1.044/73, com a seguinte Discriminação: “Comissão para que se proceda a Integração Efetiva do Colégio, às demais Unidades da UNICAMP”, procedência: Colégio Técnico Industrial de Campinas.

contundente no sentido de integrar as ações do Colégio Técnico de Campinas às da Universidade, tendo como eixos dois pontos cardiais:

- i) atuação dos docentes dos Institutos e Faculdades da Universidade nas atividades do Colégio, mediante a ministração de aulas;
- ii) possibilidade de uso pelo Colégio dos laboratórios e oficinas dos Institutos e Faculdades

Como argumento para o segundo eixo, o professor Osmar invocou o artigo o artigo 158 dos Estatutos da Universidade – não duplicação de meios para fins idênticos.

A audácia da proposta, a nosso ver, é a forma com que o professor Osmar Figueiredo manifestou-se acerca do primeiro ponto: *o pessoal docente dos Institutos e Faculdades deveria ser obrigado à ministração de aulas aos alunos do Colégio Técnico* e para a viabilização de sua proposta, sugeriu ao Reitor a constituição de uma Comissão, composta de um representante de cada uma das unidades acadêmicas da Universidade, bem como da Coordenação da Administração Física.

O Reitor Zeferino Vaz encaminhou o assunto em 02 de março para o professor Paulo Gomes Romeo, pessoa de sua estrita confiança, formação em medicina como o ele e que havia participado da Comissão Organizadora da UNICAMP nos idos de 1965/66, cujo Relatório produzido por esta Comissão sérvio de base para a criação das primeiras unidades acadêmicas da Universidade, dentre elas, as Escolas Técnicas. Ainda, o professor Romeo ocupava o cargo de Coordenador Geral da UNICAMP, o segundo de maior importância na estrutura da Universidade, abaixo apenas do Reitor.

E a manifestação do professor Romeo para prosseguimento deste assunto, acatada pelo Magnífico Reitor, não foi menos enfática do que aquele que o originou:

Manifesto-me inteiramente de acordo com o princípio filosófico esposado no presente processo, pelo Prof. Osmar Salles de Figueiredo, no que se refere a integração de todos os tipos de cursos da Universidade, não só pelo aproveitamento dos meios materiais, mas sobretudo, da integração total, tão necessária a formação da

pirâmide educacional compacta e não formada por seguimentos justapostos sem vinculação e continuidade.

Esta tem sido uma filosofia que Vossa Magnificência, com brilho, e eu, com as minhas limitações, temos lutado para que aconteça no ensino do País.

Ainda, quanto à formação da comissão proposta, o professor Romeu este não tergiversou e nos brinca com preciosa informação acerca dos planos da Universidade para o prédio do Cotuca:

“... mas que não seja simplesmente mais uma comissão, para estudar e propor as medidas visando esta integração, sobretudo, quando se pretende construir o mais rápido possível um edifício, que não deve limitar-se aos alunos do Colégio Técnico, mas sim, a todos o que levará, também, contrário senso, ao uso de outras instalações da Universidade pelo Colégio Técnico, merece ser concretizada.

Mas a responsabilidade de criar a comissão e coordená-la coube ao professor Plínio Alves de Moraes que assumiu a Coordenadoria Geral da UNICAMP em substituição do professor Paulo Gomes Romeu, visto que este assumira a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, menos de um mês após o seu parecer. E a demora na instalação da comissão, que se iniciou em 26 abril – ofício da Coordenadoria Geral para todos os Diretores, incluindo o Centro de Tecnologia e Centro de Computação – mas que demandou cinco meses para a sua constituição era um claro indício de que este assunto não merecia, de fato, o grau de importância manifestada.

A primeira reunião da comissão ocorreu no dia 01 de outubro daquele ano, presidida pelo professor Plínio Alves de Moraes tendo sido encaminhado pelo professor Osmar Figueiredo em 13 de novembro cópia da Ata e Roteiro de Integração, com a solicitação de agendamento de uma nova reunião, que no entanto nunca foi realizada, ao menos não consta do processo.

Na reunião do dia 01 de outubro, presidida pelo professor Plínio Alves de Moraes, após a apresentação por parte do professor Osmar Figueiredo, apenas quatro pessoas se manifestaram: i) o representante do Instituto de Física dizendo que a sua unidade não teria condições de designar professores para lecionar no Colégio Técnico, salvo o possível aproveitamento de bolsistas do CNPq mediante complementação

financeira; ii) o representante do Centro de Tecnologia, favoravelmente, informando que este centro já vinha contribuindo com o Colégio; e iii) os representantes das Faculdades de Engenharia e de Tecnologia de Alimentos, ambos favoráveis em tese, mediante a contratação de novos profissionais, especificamente para esta finalidade, constando em seus contratos de trabalho. A reunião foi encerrada ficando o professor Osmar Figueiredo incumbido de realizar contatos bilaterais com os Institutos e Faculdades e pela elaboração de um plano a ser discutido na reunião seguinte.

O plano foi elaborado e juntamente com a Ata da primeira reunião foi encaminhado pelo professor Osmar Figueiredo para o professor Plínio Alves de Moraes duas semanas após, com a solicitação de ser agendada uma nova reunião da Comissão, reunião esta que nunca ocorreu e ao que verificamos, nem chegou a ser convocada pelo Coordenador Geral da Universidade.

Da análise do plano, que fora denominado Roteiro de Integração, este apresentou três etapas – a curto, a médio e a longo prazo, sempre focando os dois eixos desta integração – pessoal docente dos Institutos e Faculdades ministrando aulas para os alunos do Cotuca e utilização dos laboratórios destas unidades acadêmicas no campus universitário pelo Colégio. E o que chamou a nossa atenção, que pode ter contribuído até para a não convocação de nova reunião por parte do professor Plínio de Moraes foi a grande quantidade de aulas semanais em algumas áreas: Instituto de Biologia – 18; Instituto de Filosofia, Ciências e Letras (Português/Inglês): 130; Instituto de Física: 60; Instituto de Química: 56; Instituto de Matemática e Ciências da Computação: 47 e Centro de Tecnologia: 40 aulas semanais.

O desenrolar do processo indica apenas ofícios de um lado e outro, mormente da direção do Cotuca ora solicitando autorização para realização de horas extras para servidores do Centro de Tecnologia e do Centro de Computação, e a contratação de alguns bolsistas para ministrar aulas no Cotuca, ora atestando a realização destas horas trabalhadas – atividades que se mantiveram registradas até abril de 1975, quando o processo foi encaminhado para arquivo.

É preciso dizer que quando tomamos conhecimento deste processo⁷⁹, tivemos a sensação de que estaríamos diante de algo inusitado da experiência vivida enquanto docente do Colégio Técnico de Campinas e começamos a imaginar em que situações esta integração teria ocorrido e o porquê teria se acabado?

O fato é que não se acabou simplesmente por nunca ter existido e do que vimos neste processo, uma questão é obrigatória de ser explorada: Qual ou quais os motivos que foram determinantes ou contribuíram para o retumbante fracasso desta iniciativa de integração do Colégio Técnico da UNICAMP no seio da Universidade Estadual de Campinas?

Em nossa análise, a percepção que construímos não apenas pela análise dos processos, mas também considerando as entrevistas realizadas com alguns ex-pró-Reitores e ex-Reitores, ao menos três fatores são candidatos a esta explicação: i) a troca de comando para encaminhar este assunto; ii) o posicionamento filosófico acerca da integração em si; iii) a demasiada demanda apresentada pela direção do Cotuca.

Em relação ao primeiro fator, ficou notório o entusiasmo e apoio que o professor Paulo Gomes Romeu emprestou ao projeto, obtendo o de acordo do Reitor Zeferino Vaz na condução do mesmo. Entretanto, a sua saída logo em seguida pode ter contribuído para a seqüência, haja vista o prazo de seis meses para se constituir a comissão e se marcar a primeira reunião – este prazo não era compatível considerando a tramitação ligeira, rápida que ocorria nesta época na Universidade – poucas unidades acadêmicas e o estilo célere do Reitor Zeferino Vaz. Não podemos afirmar que o professor Plínio não tinha o interesse na integração do Colégio Técnico com a Universidade, mas acreditamos que não possuía o ímpeto de seu antecessor na Coordenadoria Geral da Universidade, o professor Gomes Romeu. Um aspecto que poderia almejar alguma sustentação a esta tese que consideramos não ser segura a sua adoção, é que na gestão do Reitor Plínio de Moraes, o Colégio Técnico de Campinas chegou ao fundo do poço, mas é fato também que a própria Universidade como um todo, sofreu duras amarguras durante o seu Reitorado, com intervenções, desarranjos

⁷⁹ Este foi um dos processos que me foi apresentado pela sra Telma Maria Murari que nos apoiou durante o trabalho de pesquisa junto ao SIARQ

institucionais de toda sorte, sem contar o asfixiamento financeiro submetido pelo governo estadual, gestão Paulo Maluf.

O segundo aspecto eu creio que foi (e ainda tem sido) o mais determinante, o posicionamento filosófico contrário à inserção dos Colégios Técnicos no âmbito da Universidade, por razões que a meritocracia dominante explica bem – uma unidade de ensino técnico de nível médio e que não realiza pesquisa não pode compartilhar do mesmo espaço acadêmico universitário. Por outro lado, o inverso é mais verdadeiro ainda, ou seja, o pesquisador entrar em uma sala de aula para alunos colegiais. Se já existe uma discussão no âmbito do Conselho Universitário de que o ensino de graduação precisaria ser visto com maior atenção, relegado que estaria por conta do *stabelishment* predominante na Universidade – e não apenas na UNICAMP, talvez até irradiado pelos órgãos de fomento, como Capes, CNPq, FAPESP – da obrigatoriedade de se publicar em instituições A, B ou C, imagine transportar isso para o nível médio?

E por último, analisando a alta demanda apresentada pela direção do Cotuca, acreditamos que isso afastou qualquer possibilidade de discussão, constituindo motivos suficientes para nem se precisar avocar o aspecto filosófico, pois à quantidade de aulas solicitadas, uma resposta esperada seria: *não é possível, e pronto, não se fala mais nisso, não tem como se discutir, pois é inviável o seu atendimento!* E talvez tenha sido esta a visão do Coordenador Plínio de Moraes ao não convocar uma segunda reunião da Comissão.

Mas gostaria de fazer um reparo, a inserção dos Colégios Técnicos no âmbito da Universidade, ou a sua integração no conjunto das atividades universitárias não precisa ocorrer apenas pela ministração de aulas por docentes universitários aos alunos colegiais, aliás, pode-se prescindir destas atividades e mais ainda, nada nos garantiria de que o simples ministrar aulas seria suficiente para propiciar esta integração almejada nos moldes acalantados pelo professor Paulo Gomes Romeo. Existem outras formas que são factíveis de serem exploradas e que possam de fato caminhar para a integração dos Colégios – como a discussão conjunto de programas, conteúdos, currículos, utilização de laboratórios, participação dos professores dos Colégios em projetos de pesquisas nos diversos Institutos e Faculdades, a realização de cursos de capacitação, o incentivo à

iniciação científica e tantas outras formas que acabariam surgindo (surgirão), se de fato isso vier a ocorrer um dia, com a vivência e prática conjunta.

Por outro lado, não podemos deixar de colocar nossa visão bastante clara de que o posicionamento filosófico de – vamos dizer assim, de rejeição, não se encontra apenas em pessoas do lado universitário, mas também do lado dos Colégios Técnicos, de nós professores, que acabamos por nos acostumar ou ainda naturalizar de que nossa atividade, não apenas principal, mas única é a do ensino, de boa qualidade, que se diga.

2.2.4 A demissão de oito professores desencadeia, em 1980, uma crise sem precedentes no Cotuca – a Universidade toma ciência da “situação catastrófica” e discute futuro do Colégio.

Entre Janeiro e Fevereiro de 1980, oito professores do Cotuca são demitidos sumariamente pela UNICAMP com a alegação de justa-causa, faltas gravíssimas: descompromisso com o trabalho docente; postura inadequada perante os alunos, mau exemplo para jovens e adolescentes – discorremos a seguir os acontecimentos desta época com base nas Atas do Conselho Diretor da UNICAMP (março a dezembro/1980) e com o depoimento de um dos envolvidos, o professor José Roberto Sundfeld, à época, Vice-Diretor do Cotuca.

Como já abordamos anteriormente, iniciamos como professor do Cotuca em março de 1983, portanto cerca de três anos após a ocorrência do evento que estamos a discutir, o qual tínhamos lembrança por conta de conversas com alguns colegas há muito tempo atrás, mas quase nenhuma informação acerca dos motivos pelos quais alguns professores haviam sido demitidos – não sabíamos quantos eram e nem em qual ano.

Na realidade, o que nos recordávamos, havia duas informações bastante ligeiras acerca dos motivos das demissões, num certo sentido, dependendo de como a olhamos, opostas: i) por não cumprirem suas obrigações de docência, faltar às aulas; e ii) por fazerem política no interior do Colégio, conturbando o ambiente escolar. Se não possuíamos, de fato, maiores informações a respeito do assunto, tínhamos a percepção de que este havia gerado certa confusão na escola, ou melhor, um momento de crise no Colégio, e dessa forma, seria conveniente levantarmos maiores informações, para analisar como a Universidade havia atuado em relação a esta crise.

Duas pessoas próximas a nós afetivamente nos davam informações conflitantes, na mesma proporção em que outros professores mais antigos já nos tinham vislumbrado – mas de qualquer forma, tínhamos informação da existência deste problema. Devido à polarização de opiniões, chegamos a ponderar se realmente valeria levantar informações que pudessem revolver situações constrangedoras. O que de fato ganharíamos para a pesquisa em si? Não teríamos a menor condição de apurar o que ocorreu, e mais ainda, nenhuma intenção de tentar isso, não pelo esforço em si, mas pela inadequação do fato: *passado, morto e enterrado*.

Mas qual a nossa intenção em trazer este evento para a pesquisa? Basicamente quando pensamos em introduzir um pequeno tópico acerca das condições de trabalho nos Colégios Técnicos: se durante muito tempo as condições salariais permaneceram ruins, por outro lado havia a estabilidade no emprego, tal qual a tradição nas hostes universitárias, havendo apenas uma única exceção que conhecíamos – a demissão de um grupo de professores por razões que desconhecíamos. Dessa forma, poderíamos assumir que, a despeito de grande maioria dos professores não pertencerem ao regime estatutário da Universidade (o Esunicamp), mas sim ao regime das Consolidações das Leis do Trabalho, de fato havia a estabilidade no emprego no Cotuca e que aquelas demissões seriam um caso isolado.

E para validar nossa tese – a da estabilidade no emprego no Colégio Técnico de Campinas – iríamos tentar obter algumas informações, sem, no entanto, dar grande destaque a este episódio das demissões.

A mudança no enfoque que imprimos a este episódio deram-se por ocasião da segunda visita que realizamos ao SIARQ, cujo interesse versava sobre o processo de autorização de funcionamento do Colégio Técnico de Campinas junto ao Conselho Estadual de Educação (Processo 3.176/70). No entanto, após concluirmos a obtenção das informações deste processo, fomos brindados pela equipe do SIARQ com uma caixa denominada – *ASG H⁸⁰ – Colégio Técnico de Campinas*, contendo em seu interior 14 maços com folhas soltas, sendo cada um destes maços um assunto específico. Um dos maços tinha a denominação de Atas do Conselho Diretor e para nossa grata surpresa, as

⁸⁰ ASG – H: Arquivo Secretaria Geral – Histórico.

informações relativas aos episódios desta crise. Voltamos novamente mais três vezes ao SIARQ especificamente para este pesquisar este assunto, vasculhando agora os livros oficiais das Atas do Conselho Diretor de 1980 e 1981 e com base nestas atas, passamos a relatar as discussões realizadas no âmbito do Conselho Diretor, à época, instância de deliberação máxima na Universidade.

A primeira vez que este assunto apareceu no Conselho Diretor foi na sua 175ª Sessão, em 11 de março de 1980, levantado pelo representante dos docentes, professor Jorge Lobo Miglioli. Na oportunidade o professor Miglioli, apresentou cinco pontos para o então Reitor, Plínio Alves de Moraes, “... *em terceiro lugar solicita esclarecimentos a respeito da demissão dos oito professores do Colégio Técnico de Campinas*” (UNICAMP, Conselho Diretor, Ata 175ª sessão, pag. 8). Segundo a Ata, o Reitor respondeu a todos os questionamentos do professor Miglioli, e quanto ao terceiro ponto, disse que o assunto se encontrava “sub-judice” passando a palavra para o Procurador Geral da Universidade, e segundo este,

[...] existem documentos que provam as graves irregularidades ocorridas no Colégio Técnico, que motivaram a dispensa dos referidos professores. São professores contratados pela Legislação Trabalhista, optantes do Fundo de Garantia e que foram dispensados por justa causa. A permanência desses professores certamente iria causar graves inconveniências e riscos para a Universidade, pelo mau exemplo que estariam dando aos alunos.

A professora Elza Cotrim Soares, também representante docente manifestou-se da seguinte maneira: Estamos no período de abertura democrática e devemos ter conhecimento de todos os fatos para podermos expressar nossa opinião.

Um membro representante da administração complementou a informação do procurador Geral da Universidade, dizendo que:

[...] os professores, a direção, e os alunos foram ouvidos em caráter particular e todos os esforços da administração foram empregados para a apuração das irregularidades. Diante do que foi constatado, a administração não teve outro recursos a não ser dispensá-los.

Entendemos que a fala da professora Elza Cotrim Soares, a despeito de não ter sido encaminhada a nenhuma pessoa especificamente, era endereçada à

Administração da Universidade, lembrando-a de que o país estava mudando e, portanto não havia mais espaço para atitudes de forças como a que havia sido tomada - 1980 carregava os ventos da contestação ao autoritarismo e à falta de democracia.

Dessa forma, a Administração da Universidade, por mais que em sua manifestação tenha parecido ter dado contornos definitivos ao assunto naquela sessão do Conselho Diretor, em 11 de março, este assunto foi colocado como primeiro ponto da pauta da sessão seguinte, a 176ª, realizada uma semana após, em 18 de março, com a denominação “Aspectos do Ensino nos Colégios Técnicos da UNICAMP”.

O que ocorrera, é que a Coordenadoria Geral das Faculdades, a qual os Colégios Técnicos estavam subordinados, havia criado uma comissão, com a participação dos Diretores dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira, “...visando principalmente a uma maior inserção dos Colégios Técnicos na vida universitária, através da Faculdades e dos Institutos.” Para esta comissão foram convidados os professores José Ellis Ripper Filho (Instituto de Física) e Carlos Mammana (Faculdade de Engenharia), que apresentaram ao plenário do Conselho Diretor suas impressões acerca do Colégio Técnico de Campinas. As primeiras palavras do professor Ripper Filho, conforme dispostas em ata, foram muito duras e bastante claras, o que fez-me interessar pela busca de maiores informações acerca do desenrolar deste processo:

A situação do Colégio Técnico de Campinas é catastrófica, e no momento a UNICAMP só tem duas soluções: ou mudar drasticamente a estrutura ou fechar o Colégio, porque a situação atual é um vexame para a UNICAMP, não sendo diferente também a situação do Colégio Técnico de Limeira.

No relato do professor Ripper Filho também foi apresentada a informação de que aulas no SENAI deixaram de ser ministradas devido a falta de pagamento de materiais de consumo por parte da UNICAMP. Disse ainda que ao visitar as instalações do Cotuca percebeu criatividade do corpo docente e discente na improvisação na confecção de um reostato, mas, agora dizer que isso é capaz de formar técnicos, formar técnicos utilizáveis, numa tecnologia centrada hoje em dia, é um contra-senso.

O professor Ripper Filho manifestou-se “francamente a favor do funcionamento do Colégio Técnico..”, mas,

O Colégio Técnico deve ser inserido na Universidade, porém, dando-se-lhe as condições mínimas de funcionamento. Os professores são pagos por hora, **nenhum fazendo tempo integral**. (Ib idem , p.60)

Grifo Nosso

Após tecer considerações acerca da competitividade do vestibular, da duração dos cursos (três anos mais um de estágio) e da capacidade de aprendizagem dos alunos, o professor Ripper Filho fez uma sugestão para que houvesse modificações nos currículos para que alunos dos terceiros anos pudessem já se integrar “nos programas de técnicas da UNICAMP”, mas reforçando a necessidade de:

[...] resolver o problema básico, dando-se-lhe uma infra-estrutura sólida, melhores instalações, melhores equipamentos e verificando a possibilidade de aumentar o seu orçamento. (Ib. idem, p.60)

O segundo docente que fez parte desta Comissão, não foi menos duro do que o professor Ripper Filho, conforme a Ata da referida sessão do Conselho Diretor:

O Professor Mammana com a palavra é de opinião que a situação do Colégio Técnico de Campinas é catastrófica, e a UNICAMP está assumindo uma responsabilidade diante da sociedade, bastante grave, ao permitir que 1.200 alunos possam ter aulas, tendo basicamente duas pessoas na Administração, duas pessoas na Orientação Pedagógica e os Professores que ministram aulas, que não são de dedicação integral e que, ganhando por aulas, serão necessárias quarenta aulas para conseguirem um salário de Cr\$ 17.000,00. (Ib. idem, p.61)

Após listar deficiências nas áreas de Eletrotécnica, nas oficinas do Centro de Tecnologia e as dificuldades dos alunos do curso de Processamento de Dados na utilização de computadores, o professor Mammana diz que “*Será necessário também fazer alguns reparos urgentes no prédio, mas o orçamento do Colégio não permite realizar as obras necessárias*”, concluindo:

Devemos fazer um esforço muito grande para **a integração** do Colégio Técnico na Universidade, para podermos formar profissionais de alto padrão, de que tanto é carente o país. (Ib.idem, p.61) **Grifo Nosso**

Já o responsável pelos Colégios Técnicos, o Coordenador Geral das Faculdades, (professor Anna Bobbio), manifestou-se dizendo sentir-se “...*muito triste com*

esta a situação e foi por isso que resolveu constituir uma Comissão..”, dizendo considerar que

Os cursos técnicos são de grande importância para o país e para a UNICAMP, e com a colaboração de todos poderá ter uma organização única, talvez a melhor da América do Sul, formando gente altamente capacitada. (Ib.idem, p.62)

Dois representantes da bancada dos docentes manifestaram-se contrariamente aos questionamentos acerca da manutenção do Colégio Técnico no seio da Universidade, conforme abaixo:

O Conselheiro Jorge Lobo Miglioli diz que ouviu até agora muitas críticas, mas não ouviu nenhuma sugestão, inclusive estranha a pergunta “se nós queremos ou não queremos o Colégio Técnico”. Acha que é uma pergunta cuja resposta já está inserida nos Estatutos da Universidade e todos nós temos consciência da necessidade dos cursos técnicos.

O Coordenador Geral das Faculdades respondeu informando que a Universidade tinha como primeiras propostas a possibilidade de se alterar o currículo, intensificar a parte técnica, oferecer cursos técnicos de menor duração e realizar convênios com entidades, como o Rotary e Federação das Indústrias para “resolver os problemas”.

Representantes da bancada docente criticaram os baixos salários e a falta de condições materiais e o fato da Universidade não ter ledo isso em conta ao demitir os professores; propuseram que Conselho Diretor criasse uma outra Comissão para averiguar as demissões e depois se manifestar – o professor Hermano Tavares foi escolhido presidente desta Comissão.

Na Sessão 181^a de 17 de junho de 1980, o professor Hermano Tavares apresentou a *Proposta da Comissão*, a qual destacamos os seguintes pontos:

1. Reintegração dos professores demitidos ou criação de Comissão de Sindicância por parte do CD;
2. Criação de mecanismos que impeçam demissões arbitrárias na Universidade;
3. Ampliação da *Comissão Ripper-Mammanna* para produzir proposta com crítica que vise a construção do Colégio Técnico Industrial de Campinas

4. UNICAMP regularize situação de professores trabalhando sem receber
5. Diretor dos Colégios Técnicos participarem das reuniões do CD como convidados

Em virtude de esta sessão ter sido realizada sem a presença do Reitor, não houve nenhum encaminhamento acerca da proposta apresentada, sendo apreciado na Sessão 183ª de 19 de agosto daquele ano, onde constou como primeiro ponto de pauta da Ordem do Dia, sob a denominação *Aspectos do Ensino dos Colégios Técnicos*

Os membros da Comissão presidida pelo professor Hermano Tavares insisitiram que não havia clareza nos motivos da demissão, testemunhando que alguns dos professores demitidos eram alunos da pós-graduação (IEL) ou ex-alunos da Engenharia, pessoas sérias e competentes. Relatam ainda que a metade dos professores demitidos questionava as mudanças de rumos do Colégio Técnico, alterando a filosofia inicial: deixou-se de lado a preparação de técnicos necessários à região de Campinas para a preparação ao vestibular. Nesta ata, encontramos uma manifestação do professor Zeferino Vaz, que a despeito de não mais ser o Reitor da Universidade, fazia parte do Conselho Diretor:

O objetivo do Colégio Técnico, a ser ver, é formar técnicos que ao mesmo tempo tenham uma cultura geral. Entre nós, este problema é tão sério que quando se criou a Faculdade de Engenharia de Campinas, a pedido das indústrias, foi por elas solicitado, também, que fosse criado o Colégio Técnico, pois necessitavam urgentemente de técnicos especializados. O Colégio Técnico foi criado numa circunstância excepcional, visando o mercado de trabalho de Campinas. O Colégio Técnico deve preparar técnicos de cultura geral, mas se este preparo de cultura geral habilita-os a ingressar num curso superior, isto é problema dos estudantes e nós educadores não podemos interferir na liberdade deles escolherem seu futuro. Acredita que tenha havido uma deturpação da finalidade técnica, em favor da cultura geral e isso convinha mesmo ser verificado, e este é o ponto básico e fundamental, o equilíbrio entre as duas tendências, isto é, a cultura geral e o preparo técnico, de sorte que o estudante saia do Colégio Técnico capacitado a ingressar numa fábrica e rapidamente adaptar-se a execução de tarefas sofisticadas de tecnologia. O Colégio Técnico é no fundo uma instituição que não é universitária, ela é pré-universitária, e foi implantada num certo momento, para atender a uma necessidade social; mas se as circunstâncias disserem que esta necessidade premente e veemente desapareceu ou está atenuada, crê que a Universidade deve delegar este Colégio Técnico à Secretaria da Educação, que tem por objetivo o ensino

profissionalizante. (Zeferino Vaz, Ata da 183ª Sessão do Conselho Diretor da UNICAMP, 19/08/1980, p. 282/283)

O professor Paulo Gomes Romeo, Coordenador Geral da Universidade, homem forte na gestão do Reitor Plínio Alves Moraes, discorreu sobre a importância que ele sempre deu ao ensino técnico durante toda a sua vida, elencando passagens e sua atuação junto ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Para ele o técnico era o intermediário entre o engenheiro no processo produtivo... e devia-se “*dar grandeza à profissão* (de técnico)” Enquanto nos EUA tinham-se 15 técnicos para cada engenheiro e na Rússia sete, aqui no Brasil era o inverso: três engenheiros para cada técnico:

Quando tivemos a idéia de criar na Universidade de Campinas o Colégio Técnico, foi com o propósito de formar aqueles técnicos criados no nosso convívio, conhecendo bem os laboratórios e sendo orientados pelos nossos professores, o que infelizmente, só ocorreu, excepcionalmente. De outro lado, surgiu um outro problema: a legislação sobre os Colégios Técnicos permitia que tivessem um Corpo Docente próprio especializado. Quando teve a honra de passar pela Secretaria de Educação, viu um fato extremamente grave – os técnicos – embora excelentes profissionais e professores, não tinham os requisitos necessários para serem nomeados professores e seriam alijados da rede se não obtivessem os respectivos títulos, o que providenciou com urgência. (Paulo Gomes Romeo, Ata da 183ª Sessão do Conselho Diretor da UNICAMP, 19/08/1980, p.283)

Para o professor Paulo Gomes Romeo, infelizmente a Lei Federal No. 5.692/71 ao estender a educação para muitos, não pode fazê-la com alta qualidade e os Colégios Técnicos acabaram por se tornar boa opção para preparação ao vestibular. Propôs que o Conselho Diretor discutisse a seguinte questão: *como voltarmos para um aproveitamento da parte técnica, sem prejuízo da parte cultural?* (p. 284). O próprio professor Paulo Gomes Romeo respondeu:

Uma experiência que deu excelente resultado foi a implantação de supletivos profissionalizantes bem elaborados, citando como exemplo o Curso de Prótese da Faculdade de Odontologia de Piracicaba [...] (Ib.idem, p.284).

Complementando, este professor apresenta uma proposta que se fosse implementada, os Colégios Técnicos poderiam ter tomado um rumo totalmente diferente do que vieram a seguir:

Para o futuro, deveríamos acertar com a rede estadual delegando a ela a parte de formação geral, e ficando com a Universidade, o ensino profissionalizante. Assim a Universidade poderia criar novas especialidades, ainda não constantes dos catálogos, com a cooperação das Faculdades e dos Institutos e com a aprovação do Conselho Estadual de Educação, visando formar técnicos capazes de que tanto necessitamos.” (Ibidem, p. 284).

Com relação aos baixos salários, o professor Paulo Gomes Romeu, disse este assunto escapava da competência do Conselho Diretor, pois era regulamentado por uma Lei Complementar, a do Estatuto do Magistério, sendo da alçada do Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação. (Ib. idem, p. 284).

O professor Franchi declarou que entendeu a proposição dos professores Ripper e Mammana, como “...*não vale a pena a UNICAMP dar seu nome a um Colégio se ela não se responsabiliza por ele*” (Ib. idem, p. 285)

O professor Franchi disse que o CD não devia propor apenas medidas que corrigissem problemas circunstanciais (como o caso das oito demissões), mas sim medidas propor definitivas .. “... *que além das perspectivas gerais de educação, ...também o aspecto efetivo da estrutura atual do Colégio Técnico, o regime de trabalho e o regime pedagógico.*” Ainda, para o professor Franchi, estas medidas deveriam “ *redefinir os objetivos do Colégio Técnico e envolva a Universidade de forma direta com o Colégio Técnico.*”

O professor Paulo Gomes Romeo reiterou sua opinião no sentido de se integrar o Colégio Técnico, com cursos especializados e diversificados, dentro dos nossos Institutos e Faculdades, especificando a parte de cada um:

A Direção do Colégio para orientar e encarregar-se da parte burocrática, e **o ensino seria ministrado pelos professores de nossas unidades.** (Ibidem, p.285/286). **Grifo Nosso**

A proposta de ampliação da Comissão anterior não apenas foi aceita pelo Reitor Plínio Alves de Moraes como também efetuou sugestão para que membros das Comissões anteriores fizessem parte desta nova “Comissão de Sindicância”, com alcance não apenas acerca da demissão dos oito professores, mas também propor novo ordenamento ao Colégio Técnico. Esta Comissão, que teve a oportunidade de pensar o

futuro dos Colégios Técnicos no âmbito da Universidade – sua constituição encontra-se no ANEXO 20.

Assim, acreditamos que pela segunda vez, houve na Universidade Estadual de Campinas uma tentativa de se pensar os rumos que o Colégio Técnico de Campinas teria, mas com objetivo claro de inseri-lo no projeto da Universidade - e por consequência também o Colégio Técnico de Limeira – envolvendo o conjunto da Universidade e não apenas membros da Administração Central. Importante observar que na Comissão discutida (Anexo 20), havia representação de praticamente todas as unidades acadêmicas da UNICAMP (Institutos e Faculdades) e não apenas as que os Colégios Técnicos mantinham cursos em áreas afins.

O assunto voltou a ser abordado na Sessão No. 191^a, ocorrida em 16 de dezembro de 1980, sendo novamente o primeiro ponto da Ordem do Dia. Nesta sessão, o professor Hermano Tavares e outros membros da Comissão realizaram uma exposição oral, embora o relatório final ainda não estivesse pronto. No relato, foi informado que a Comissão reuniu-se quinzenalmente, tendo realizado duas visitas ao Cotuca – sendo uma especificamente para analisar o curso Técnico em Enfermagem, uma visita do Colégio Técnico de Limeira e duas visitas a outros colégios técnicos – Colégio São José (Eletrônica) e COTICAP (Química):

A situação do Colégio Técnico de Campinas é realmente lastimável e quase impossível de continuar como está; a do Colégio Técnico de Limeira é bem melhor, tanto em termos de instalações, quanto em termos de funcionamento. (Hermano Tavares, lb. idem, p. 525/526).

O professor Hermano Tavares adianta o plano discutido pela Comissão:

1. Elaboração de uma carreira docente para o Professor do Colégio Técnico;
2. Limitar o número de cursos, evitando a dispersão dos recursos;
3. Implantar um núcleo com 24 professores com tempo integral e dar maior autonomia para a Direção dos Colégios Técnicos;
4. Equiparação salarial de acordo com a tabela do Sindicato dos Professores de Campinas;
5. Implementar medidas para que os Colégios Técnicos se “valham mais da UNICAMP, em termos de professores, currículos, instalações e laboratórios. Os

Departamentos da Universidade poderiam auxiliar os Colégios Técnicos, sendo necessário um estudo nesse sentido.”

6. “Reestudar os currículos para adequá-los às necessidades reais, pois eles estão desatualizados”. (Grifo Nosso)

A nosso ver, não há nenhuma dúvida de que este rol de medidas anunciado pelo presidente da Comissão, professor Hermano Tavares, tinha claramente o intuito de incorporar os Colégios Técnicos ao projeto universitário, significando o seu fortalecimento em todos os aspectos – salariais, materiais (laboratórios, instalações) e pedagógicos, a menos que se entendesse que quanto à este último haveria perda da autonomia dos Colégios.

Outros membros da Comissão se manifestaram ressaltando as péssimas condições salariais e materiais, esta última notadamente no Cotuca. Segundo a professora Elza Cotrim Soares, que focou sua atuação no curso de Enfermagem do Cotuca:

As condições físicas do Colégio Técnico são deploráveis e as da Enfermagem são mais deploráveis ainda: funciona num porão escuro, bastante aquecido e lá trabalham cinco enfermeiras que ministram todo o curso. (Ib. idem, p. 527).

Ainda para esta representante docente, devido o complexo hospitalar da UNICAMP privilegiar os alunos dos cursos superiores, para propiciar estágios a seus alunos, as professoras enfermeiras do Cotuca se submetiam a ministrar treinamentos no período noturno a funcionários de outras unidades de saúde, pois esta era a condição imposta por estes estabelecimentos para abertura de campo de estágio⁸¹.

O professor Paulo Gomes Romeo, manifestou-se novamente com relação ao projeto de criação dos Colégios Técnicos:

A idéia era de se desenvolver a parte profissionalizante, para se formar técnicos, de que tanto se necessita. Na realidade desejava-se que o

⁸¹ Esta situação se alterou muito e desde que passamos acompanhar as atividades do curso Técnico de Enfermagem, a situação de estágios melhorou muitíssimo – colhemos depoimento da professora Aparecida Celi Caporalini confirmando esta nossa percepção.

Colégio Técnico **fosse uma parte integrante da Universidade**, trabalhando em conjunto, aproveitando-se as potencialidades da Universidade. O nosso Colégio Técnico deveria ter um núcleo de administração, com vários cursos, como acontece nos E.E.U.U. (Ib. idem, p. 527). **Grifo Nosso**

A fala do Coordenador Geral da Universidade, professor Paulo Gomes Romeo, uma vez mais deixa claro, o projeto inicial que era tornar os Colégios parte integrante da Universidade e também a importância a sua importância para o desenvolvimento do país e atendimento das necessidades do capital:

Então seriam formados técnicos em eletrônica, técnicos em vidro, dos quais há falta tremenda em nosso país, e outros cursos dependendo da demanda do mercado de trabalho. (Ib. idem, p. 528).

Com relação aos problemas apontados no curso técnico de Enfermagem, manifestou-se da seguinte forma:

[...] não pode compreender que ele seja feito fora da nossa Faculdade (Ciências Médicas), ou do nosso Hospital. Mas, o Colégio foi quase se afastando da Universidade, ligando-se muito mais à rede de ensino secundário, de acordo com as normas vigentes. Não será possível, de uma hora para outra, acabar com essa situação.⁸²

Nesta reunião o Reitor da UNICAMP, professor Plínio Alves de Moraes após cumprimentar os trabalhos da Comissão manifestou-se:

[...] favorável à idéia do Professor Hermano de Medeiros Ferreira Tavares, de iniciar algo com maior participação da Universidade [...] Todos estão conscientes das necessidades de melhorar as condições dos Colégios Técnicos e tem a certeza de que todos lutarão para que isto se torne realidade. (Ib. idem, p. 528)

Por tudo que vimos, poderíamos concluir que a inserção do Colégio Técnico de Campinas no seio da Universidade era uma unanimidade, tanto da administração da UNICAMP como para os demais segmentos presentes no Conselho Diretor, mas a prática

⁸² Ib. idem, p. 528

acabou se revelando o contrário. Aliás, no início da década de 1970, houve uma tentativa da direção do Cotuca nesta inserção, conforme veremos na segunda parte deste Pilar.

Em primeiro lugar, talvez nem todos vissem com bons olhos a inserção de alunos de nível médio junto a alunos universitários (e acreditamos que ainda persistem visões desta natureza tanto na Universidade quanto no Colégio Técnico de Campinas).

Outro aspecto a ser levantando é que inserir os Colégios Técnicos no âmbito universitário significava (significa) não apenas o compartilhamento das responsabilidades em tocar o projeto pedagógico, mas também no compartilhamento de recursos humanos e materiais, como docentes e laboratórios, material de consumo, dentre outros.

Não pretendemos ser taxativos, mas as palavras do Diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas, imediatamente após a fala do Reitor que vimos acima, podem representar dúvidas não apenas de uma natureza, mas de ambas:

O Professor Maurício Prates de Campos Filho declara que está de acordo, em tese, com o envolvimento da Faculdade de Engenharia, mas quer lembrar que a maioria dos laboratórios da Faculdade são extremamente carentes e insuficientes. No momento, de uma maneira geral, a Faculdade não teria capacidade de aceitar qualquer envolvimento desse tipo, a não ser que seja feita uma transferência de precariedade de uma área para outra.⁸³

Grifo Nosso.

Nesta sessão do Conselho Diretor, veio à tona novamente o mesmo questionamento ocorrido em outras, agora nas palavras de um representante docente, que sempre se manifestou, de forma veemente, em defesa dos Colégios Técnicos:

O Professor Jorge Logo Miglioli pergunta à Comissão se vale a pena a Universidade de Campinas manter um Colégio Técnico nestas condições, ou seria melhor fechá-lo.⁸⁴

Respondendo à pergunta do professor Miglioli, o professor Hermano informa que não tinha todos os elementos para responder:

⁸³ (b. idem, p. 528

⁸⁴ lb. idem, p. 528

[...] mas a Comissão resolveu abordar o assunto de outra forma. Ela está fazendo um levantamento, com a ajuda dos dois Diretores dos Colégios Técnicos, para um plano de emergência que permita iniciar o ano de 1981 em melhores condições.⁸⁵

Após realizar uma comparação acerca dos recursos que dispunham os Colégios São José e o COTICAP com apenas um curso bastante superiores aos recursos que demandava para manutenção dos quatro cursos do Cotuca visando manter um bom nível, o professor Hermano expressou toda a sua inconformidade com a situação existente:

Caso se constate junto à Reitoria que tais pretensões não são viáveis, é de opinião que a Comissão deveria propor de fato o cancelamento definitivo do Colégio Técnico, pois mantê-lo como ele é hoje, não vale a pena, disso está seguro.⁸⁶

Mas adiante, o professor Hermano Tavares declarou “ que se a Comissão em última instância decidir propor a extinção do Colégio Técnico, não o fará certamente sem ouvir os seus representantes...”⁸⁷ Grifo
nosso.

A professora Elza Cotrim Soares manifestou-se em concordância a exposição do professor Hermano, mas ressaltando que sua colocação final era derrotista:

Se as dificuldades existem, isso deve levar-nos a uma tomada de posição, que é a de lutar por verbas para o plano de emergência, não recuando jamais.⁸⁸

A professora Suzi Frankl Sperber, que também fazia parte da Comissão, disse que:

[...] entende como uma provocação a manifestação dos colegas acerca da extinção do Colégio Técnico. Ele pertence à UNICAMP e imagina que todos os presentes estão interessados não só na sua

⁸⁵ Ib. idem, p. 529

⁸⁶ Ib. idem, p. 529

⁸⁷ Ib. idem, p. 531

⁸⁸ Ib. idem, p. 529

manutenção, mas apresentando uma produtividade digna da UNICAMP.⁸⁹ Grifo nosso

O professor Jorge Lobo Miglioli propôs que se suspendesse a discussão por dois motivos:

[...] primeiro, porque é de opinião que a matéria não motivou a discussão do Conselho Diretor, e segundo, porque talvez uma forma de até se motivar a discussão; seria a Comissão apresentar um relatório por escrito, com propostas detalhadas. ” Grifo nosso.

O professor Miglioli apresentou encaminhamento de a Comissão discutir com o Coordenador Geral das Faculdades as propostas que não dependessem de verbas, como por exemplo, as de alteração curricular. E também, apresentá-las em dois grupos – as que dependessem da aprovação do Conselho Diretor e as que não dependessem deste órgão colegiado, com o objetivo de implantá-las para o ano de 1981.

A 191ª Sessão do Conselho Diretor que acabamos de discorrer foi a última realizada no ano de 1980 e analisamos todas as atas de 1981 não encontrando nenhuma outra sessão em que este assunto constou da Ordem do Dia ou mesmo no Expediente do Conselho Diretor – o ano de 1981 seria trágico para a Universidade Estadual de Campinas, com as crises institucionais e financeira.

Conforme já manifestamos, consideramos este episódio, o mais crítico da história do Colégio Técnico de Campinas e por este motivo investimos bastante tempo na obtenção de todas as informações possíveis e dedicando um generoso espaço no seu detalhamento nesta pesquisa. Assim, discorreremos sobre as discussões realizadas nas cinco sessões do Conselho Diretor, ocorridas ao longo de 1980 (de março a dezembro), e a última fala do professor Jorge Lobo Miglioli chamou-nos a atenção de que não havia grande interesse no assunto por grande parte dos membros deste colegiado – de um total de cerca de 35 membros, as discussões se revezavam entre meia dúzia, se concentrando em quatro membros (dos quatorze) da representação docente que faziam parte da Comissão.

⁸⁹ Ib. idem, p. 530

Por outro lado, esta crise do Colégio Técnico de Campinas, inseriu-se em uma crise ginantesca da Universidade, tanto no aspecto financeiro, com relatos de precariedade em outras unidades acadêmicas, mas principalmente, a pior crise institucional que a UNICAMP vivenciou em toda a sua história, com intervenção estadual, destituição de diretores iniciada logo em seguida, em 1981, ano este que seria o da redenção do Cotuca, com a implantação do plano de emergência e de outras ações propostas pela Comissão presidida pelo professor Hermano Tavares. Mas não foi – como consequência, os problemas do Cotuca tornaram-se secundários, ficando adormecidos, face aos desfortúnios por que passava a UNICAMP.

Mas os acontecimentos narrados não nos deixam dúvidas sobre a situação que se encontrava o Colégio Técnico de Campinas, no início dos anos 1980 e a tentativa de alguns professores – membros do Conselho Diretor e da Administração Central, em construir uma alternativa para mudar tal quadro de degradação, mas sem sucesso.

Na entrevista que realizamos com o professor José Roberto Sundfeld, à época Vice-Diretor do Cotuca, este se manifestou da seguinte maneira:

Esta demissão foi realmente um fato que gerou uma crise muito grande no Colégio. Hoje, já passado tempo, em minha opinião, até poderia ter sido contornada de outra forma, sem que houvesse esse traumatismo de demissão, mas como nós estávamos naquele contexto, essa foi a medida que foi tomada.. o Colégio ficou em evidência na UNICAMP, negativamente, inclusive no Conselho Diretor, na Adunicamp, na Associação dos Servidores da Unicamp e isso foi uma coisa negativa que aconteceu do Colégio, mas faz parte da historia... Isto a gente poderia ter visto com outros olhos, tentado outras alternativas sem precisar de ter chegado a este extremo de ter demitido os professores, mas aconteceu, foi lamentável, eu lamento isso hoje que tenha ocorrido a saída destes professores, lamento, mas isto faz parte da historia e hoje não podemos fazer mais nada. (Professor José Roberto Sundfeld, entrevista 29/11/2009)

Se pudermos enxergar um aspecto positivo⁹⁰ da crise vivenciada pelo Colégio Técnico de Campinas, por ocasião da demissão dos oito professores, foi o fato de ter permitido ao conjunto da Universidade e da própria Administração Superior tomar

⁹⁰ Infelizmente, às custas dos professores demitidos.

conhecimento do quão ruim eram as condições de trabalho nos Colégios Técnicos. Isso acabou contribuindo, a nosso ver, para que houvesse uma melhoria salarial no ano de 1981 e ainda que insuficiente, criou o germe da necessidade de uma carreira docente para o Cotuca e o Cotil.

As informações que nos permitiram chegar a essa conclusão constam do Processo de No. 1.976/81, e também do relato da professora Vera Rubbioli, que participou das negociações para as melhorias salariais ocorridas em 1981, ainda na gestão do Reitor Plínio Alves de Moraes.

Segundo o professor José Carlos Valladão de Mattos, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários na gestão do professor Paulo Renato no período de 1986 a 1990, o Cotuca teve a sua existência colocada em xeque cerca de cinco anos após a crise das oito demissões:

O Reitor solicitou minha opinião se deveria ou não fechar o COTUCA – Colégio Técnico de Campinas, que se encontrava totalmente sucateado e com inúmeros problemas, ou se deveríamos tentar recuperá-lo. Minha decisão, baseada no conhecimento da importância da formação técnica de nossos jovens, **foi recomendar-lhe que promovesse uma reforma total do prédio, bem como a modernização de seus laboratórios, de seus currículos e a formulação de uma nova carreira para os docentes.** Por mais absurdo que possa parecer, os salários de seus professores constavam no orçamento da Universidade na rubrica “obras”.

(José Carlos Valladão de Mattos, mimeo “UM POUCO DE HISTÓRIA. COTUCA E COTIL – Os Colégios Técnicos da UNICAMP”, entregue ao pesquisador em 16/12/2009)

Como já discorrido, acreditamos que a crise institucional e financeira que acometeu a Universidade Estadual de Campinas foi decisiva para o fracasso da implantação das propostas apresentadas pela Comissão junto ao Conselho Diretor, mas o problema ficou em suspensão. Após trinta anos destes episódios, ao entrevistarmos o professor Hermano Tavares, questionamos: de que maneira a crise de 1980 foi importante para que o senhor abraçasse a causa dos Colégios Técnicos? Acredita que se

não tivesse vivenciado aqueles acontecimentos de 1980 seu comportamento seria o mesmo?⁹¹

Foi mais do que importante, foi fundamental. Em 1980 eu aprendi um pouco o que era o Colégio Técnico da UNICAMP e percebi que um dos fatores que entravavam o desenvolvimento do Colégio era exatamente a ausência de uma carreira. Então começamos a pensar nisso naquela época

[...] Eu me sentia na época no Conselho Universitário, como alguém que entendia do Colégio um pouco mais que os meus colegas que discutiam o mesmo problema né? (professor Hermano Tavares, entrevista 28/12/2009)

Dessa forma, como relatado pelo professor Hermano Tavares, a crise da demissão dos oito professores do Cotuca, ao escancarar as péssimas condições de trabalho existentes nos Colégios Técnicos, contribuiu em muito para a conscientização de alguns segmentos da Universidade de que a resolução de parte dos problemas passava pela elaboração e implantação de uma carreira docente aos professores do Cotuca e do Cotil - fator mais importante para a constituição destes dois Colégios como unidades de educação profissional e básica, conforme será visto no Pilar IV.

2.2.5 A proposta de um Colégio de Aplicação da UNICAMP e o Cotuca – a defesa de princípios, o medo, a mobilização, a resistência e a confusão pedagógica tudo no mesmo barco.

O processo que analisaremos a seguir, de No. 1.568/85 foi aberto em 13 de março de 1985, oriundo da Reitoria da UNICAMP, no último ano da gestão do professor Pinotti, e intitulado “*Portaria GR 049/85 que constitui a Comissão Especial incumbida de realizar estudos de viabilização da implantação do Colégio da UNICAMP*” e a despeito de conter, oficialmente, apenas dez páginas, temos conhecimento de que inúmeras outras mais foram produzidas, como minutas de Convênios a serem assinadas, com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

⁹¹ No período de 1985 a 1987, como presidente da Adunicamp o professor Hermano Tavares apoiou de forma decisiva a elaboração de uma carreira específica para o Cotuca e o Cotil.

Ainda, mais do que textos e palavras escritas, este processo suscitou, acreditamos, uma das maiores discussões nos órgãos colegiados da Faculdade de Educação da UNICAMP e uma apreensão e mobilização sem precedentes no seio da comunidade do Colégio Técnico de Campinas – direção, professores, funcionários e alunos. Ambas as unidades temiam pelas conseqüências que o sucesso do projeto traria, qual seja, a implantação do Colégio da UNICAMP – enquanto a primeira pelo desfiguramento da essência de seu projeto de formação de professores, a segunda, pela própria continuidade de sua existência, enquanto uma unidade de Ensino Técnico de nível médio.

Este processo converteu-se numa grande batalha filosófica acerca de metodologia do ensino para os cursos de Licenciatura e Pedagogia que envolveu fortemente a Faculdade de Educação da UNICAMP em uma ferrenha disputa com o professor José Carlos Valladão de Mattos, do Instituto de Física e idealizador da proposta de criação de um Colégio de Aplicação na Universidade Estadual de Campinas, e também o Colégio Técnico de Campinas, o Cotuca.

E onde se encontra o nosso interesse neste assunto? Quando iniciamos esta pesquisa, a visão que possuíamos acerca do relatado no parágrafo acima, é de que a proposta do professor Valladão era no sentido de transformar o Colégio Técnico de Campinas em um Colégio de Aplicação, pois isso era o comentado abertamente no Cotuca nesta época, em que este pesquisador já era professor desde o ano de 1983. E outra coisa que se comentava abertamente é que os alunos do Colégio seriam *cobaías* dos alunos da graduação de Pedagogia da Faculdade de Educação, pois seriam experimentadas diversas metodologias de ensino, etc.

Dessa forma, o nosso interesse surgiu da possibilidade de se analisar uma proposta de intervenção da Universidade junto ao Colégio Técnico de Campinas, intervenção esta, que para a comunidade do Cotuca tinha o sentido comumente considerado, qual seja, de imposição, mas que para o professor Valladão de Mattos, o sentido de se ter uma proposição, de oferecer um novo direcionamento nos rumos do Colégio.

E isto – o Cotuca em evidência junto aos dirigentes universitários – era um fato que destoava do que acontecia à época, dado que passado o período inicial de instalação tanto da Universidade quanto do Cotuca – final dos anos 1960 e início dos anos 1970 – este último seguiu, de um modo geral, o seu desenvolvimento com corpo, mente e pernas próprias, sem ter que dar grandes explicações de sua trajetória e escolhas pedagógicas, e por outro lado, a própria Universidade tão pouco se interessava pelos caminhos que o Colégio trilhava⁹². Daí elegermos este episódio “Colégio de Aplicação” para um estudo mais detalhado.

Resumidamente, pode-se dizer que o processo conquanto os documentos oficiais nos permitam entender constituiu-se de uma tentativa tabulada pelo professor José Carlos Valladão de Mattos, amparado pelo apoio do Gabinete do Reitor José Aristodemo Pinotti, de criar o que se denominou ora como Colégio da UNICAMP, ora como Colégio Universitário, mas que na prática constituía-se como um Colégio de Aplicação, na acepção da palavra. Mas deixemos o próprio professor Valladão falar:

Esta proposta eu havia apresentada ao Reitor Pinotti, tendo sido, entusasticamente, por ele aceita. Discutia-se em praticamente todas as unidades da Universidade. A Escola de Aplicação despertou grande interesse em todas as unidades visitadas, e muitas promessas de colaboração para sua implementação.

Ainda segundo o professor Valladão, havia o interesse da Secretaria Estadual de Educação, inclusive por questões relacionadas ao prédio da Rua Culto à Ciência que era ocupado pelo Colégio Técnico de Campinas, que tornou-se moeda de troca, conforme depreendemos do texto abaixo:

Eu já havia, inclusive, conseguido viabilizar os recursos externos necessários à sua realização. O Secretário de Educação, que como já foi mencionado, era o Paulo Renato, nos propôs a permuta do prédio do COTUCA, que pertence àquela Secretaria, com recursos para a construção de um conjunto de prédios no campus, nas proximidades

⁹² A não ser como já foi visto, quando da crise proporcionada pela demissão dos oito professores em 1980, mas passado aquele momento, pelo que descobrimos durante nossa vasculhação nos arquivos do SIARQ, a *mesmisse* e o pouco interesse que o Colégio desperatava no conjunto da Universidade permaneceu.

do Instituto de Economia. Eles se destinariam à Escola de Aplicação e ao COTUCA.

Entretanto a proposta do professor Valladão de Mattos, apoiada pelo Reitor Pinotti, encontrou fortíssimas resistências pelas duas unidades que mais diretamente seriam afetadas pela implantação do projeto, conforme já discutido, a Faculdade de Educação e o Colégio Técnico de Campinas.

Com relação à primeira, quando a Faculdade de Educação tomou conhecimento, o processo já estava em andamento e bastante avançado e já com uma minuta de um convênio com a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Superior – CAPES, a julgar pelas manifestações na reunião de sua congregação em 03 de abril de 1985:

Os documentos acima citados demonstram, no seu teor, que a Faculdade de Educação simplesmente não existe e que, particularmente a Licenciatura é omissa quanto aos problemas inerentes ao assunto, ou seja, a essência da Faculdade foi atingida. (FE/UNICAMP, Ata da Congregação, 03/04/1985)

A estratégia da Faculdade de Educação foi constituir uma comissão visando a elaboração de um documento a ser encaminhado ao Reitor, manifestando a sua estranheza pelo fato do projeto estar seguindo sem a sua participação e ao mesmo tempo, a elaboração de uma proposta alternativa àquela coordenada pelo professor Valladão de Mattos. Este assunto ficou em pauta pelo menos por cinco reuniões da Congregação da FE, além de outras tantas de seu Conselho Interdepartamental, até o mês de agosto daquele ano, com manifestações vigorosas em defesa da orientação que a Faculdade vinha adotando na formação de professores, e críticas de igual intensidade à nova proposta de atuação, qual seja, por meio de criação de uma escola modelo, cujas metodologias desenvolvidas seriam disseminadas para as demais escolas da rede estadual de ensino.

Em diversos momentos as manifestações na congregação da FE davam como certa a implantação do Colégio de Aplicação da UNICAMP e as discussões giraram em torno da maneira que a FE deveria se posicionar – e mesmo após a decisão contrária ao projeto em 03 de junho (resultado de 02 votos favoráveis, 22 contrários e 08 abstenções), em duas outras reuniões discutiu-se como o assunto deveria ser encaminhado. Nova estratégia adotada: a elaboração de um *dossiê* para que se garantisse que o

posicionamento contrário da Faculdade e a sua proposta alternativa (documento “A Propósito do Colégio da UNICAMP”) àquela que vinha sendo aventada como a da Universidade, chegasse ao conhecimento de todos os Institutos da UNICAMP, e até mesmo para o Reitor da UNICAMP, que segundo a avaliação não tinham conhecimento de sua proposta. Ainda, buscou-se apoio na associação de servidores, e demais entidades do Magistério, como a APEOESP, enfim, montou-se, a nosso ver, ações efetivas para minar e demonstrar o desacerto da proposta adversária.

Com relação à certeza que a FE tinha da implantação do Colégio de Aplicação, a matéria publicada no jornal “Correio Popular” em agosto de 1985, provavelmente colaborou com esta percepção, tendo como título “Cotuca poderá mudar para campus em 1986”:

A partir do próximo ano, o tradicional Cotuca – Colégio Técnico da UNICAMP será totalmente transferido do prédio localizado na Rua Culto à Ciência para uma nova instalação, ainda em projeto no campus da Universidade. Esta transferência, parte da implantação de um projeto mais amplo, de construção de um colégio universitário com metodologia inédita no país: seus alunos aprenderão vivendo suas experiências com a realidade do dia-a-dia.

(Correio Popular, 13 de agosto/1985, p. 5 – arquivo SIARQ)

A matéria trazia ainda informações atribuídas ao professor José Carlos Valladao de Mattos: [...] *até o final do ano toda infra-estrutura estará pronta para receber os alunos.*

E no que diz respeito aos cursos especificamente do Cotuca, a matéria trazia a seguinte informação:

Nos primeiros meses de implantação no novo colégio universitário da UNICAMP serão permanecidos os atuais cursos – Mecânica, Eletroeletrônica, Alimentos, Enfermagem, e Processamento de Dados, com ampliação pretendida para breve

(Jornal Correio Popular, Ibidem)

Outro ponto abordado pela matéria, dizia respeito aos motivos pelos quais o projeto iria ser implementado: em primeiro lugar pelo fato de o Cotuca estava instalado

num prédio pertencente à Secretaria de Educação e segundo pela aprovação das instâncias superiores da Universidade estar “em fase final de andamento”.

Antes de discorrermos acerca do impacto que este projeto despertou no Colégio Técnico de Campinas, apresentamos uma manifestação realizada pelo antigo Departamento de Metodologia de Ensino – DEME, lida na reunião do dia 03 de junho da Congregação da FE, que podemos considerar, com bom grau de acerto, como sendo o cerne do posicionamento contrário desta Faculdade ao projeto:

Há princípios inaceitáveis no projeto proposto: Colégio de Aplicação – Colégio Laboratório?! Não é possível transferir metodologia de um colégio de curso integral para um de outro tipo, por questões científicas, didáticas, etc. O Colégio como centro de referência? O correto seria a rede pública. A proposta é elitista? O Colégio no campus? Deveria ficar onde está. E a questão de envolver as escolas da região? A FE deveria tentar participar da elaboração do documento. Não há como conciliar a proposta do Colégio com a proposta do trabalho conjunto com os professores da rede. (FE-UNICAMP, Ata da 4ª Reunião Ordinária. 03 de junho de 1985, p.2). (Grifo nosso)

Como ficou evidenciado – por meio da análise das atas de cinco reuniões da FE e da entrevista que o professor Valladão de Mattos nos concedeu no dia 16 de dezembro/2009, aliado a documentos que este mesmo professor nos forneceu por ocasião desta entrevista – o principal problema do embate entre a Faculdade e o patrocinador da proposta foi filosófico em como melhor formar os professores – ambos almejando uma boa formação para os professores, mas com princípios diametralmente opostos. O trecho que já destacamos da reunião de 03 de junho da Congregação da FE, nos mostra com muita clareza os pontos de discórdia.

Parecendo-nos com a mesma intenção, o professor Valladão de Mattos apresenta sua visão:

Os nossos colegas da Faculdade de Educação, os únicos em toda a Universidade contrários à idéia, conseguiram me derrotar e inviabilizar o meu sonho. Recusaram-se, por razões puramente ideológicas, a participar e a se responsabilizar pela operacionalização da Escoa, onde deveriam ocorrer os ‘estágios de aulas práticas’ dos alunos de Magistério e Licenciatura. Eles insistiam que estes ‘estágios’ teriam de ser feitos nas

escolas públicas da rede de ensino. O aluno precisava conhecer a nossa realidade social, diziam. O que no meu entendimento, não passa de uma ficção. Os estágios raramente ocorrem. Os estudantes conseguem um certificado de sua realização. Só isso. Em geral, não realizam o trabalho que todos consideramos fundamental para a sua formação. (Valladão de Mattos, mimeo 2009)⁹³

Mas o professor Valladão de Mattos estava enganado em relação à resistência ao seu projeto, pois o seu embate não se dava apenas com a Faculdade de Educação, mas também com o Cotuca, alcançando os jornais por conta da repercussão que o assunto Colégio de Aplicação teve no seio deste Colégio, mobilizando alunos, professores e funcionários chamando a atenção da imprensa local, conforme podemos ver sucessivas matérias no mês de agosto. Assim, a comunidade do Cotuca buscou os mesmos meios de comunicação que haviam sido utilizados para comunicação do fato consumado (implantação do Colégio de Aplicação) para posicionar-se duramente, conforme reportagem publicada no mesmo jornal, cerca de dez dias após, intitulada *“Cotuca: alunos contra a mudança do ensino”*:

Os professores, funcionários e alunos do Cotuca – Colégio Técnico da UNICAMP - estão iniciando um movimento de luta contrário à mudança de metodologia de ensino do estabelecimento, já anunciada pelo físico José Carlos Valladão de Mattos, para ser aplicada a partir do próximo ano. De acordo com o professor Fernando Antônio Arantes, representante da categoria, no colégio, qualquer alteração no sistema de ensino no Cotuca, deveria ser previamente consultada pela comunidade: “a anunciada pelo professor Valladão implicará em acabar com a principal finalidade do Colégio, desde a sua fundação, que é de formar técnicos para o mercado de trabalho. (Jornal Correio Popular, 16 de agosto/1985, p. 5 – arquivo SIARQ)

⁹³ Este documento, intitulado “HISTÓRICO SOBRE O FRACASSO DE INSTALAR UMA ESCOLA DE APLICAÇÃO NA UNICAMP” entregue pelo professor Valladão de Mattos ao pesquisador na entrevista realizada com ele no dia 16 de dezembro/2009, no jardim da Cantina da FE/UNICAMP.

A matéria também citou a manifestação do estudante Clemente Faião Jr., presidente da comissão de formatura que iria encaminhar uma carta aberta a imprensa para ser divulgada a toda população, carta esta que foi motivo para uma nova reportagem daquele jornal, intitulada “*No Cotuca, alunos lançam carta aberta*”, que destacamos abaixo um trecho:

Segundo ainda a carta aberta dos alunos a intenção do projeto de mudança do colégio implica numa preocupação prioritária não com a melhoria do ensino para os alunos nele matriculados, mas sim, visando a a formação dos licenciados do curso de nível superior. O que faz do colégio técnico – acentua a carta – um Colégio de Aplicação, experiência que comprovadamente nunca de bons resultados, a exemplo do Colégio de Aplicação da USP [...]

A carta aberta dos alunos também criticava o projeto por demonstrar “total desconhecimento da realidade do Cotuca... que é formar técnicos de nível secundário para suprir as necessidades do mercado de trabalho” (Jornal Correio Popular, Ibidem), questionando ainda:

[...] se a preocupação é a melhoria do nível de ensino do Colégio, porque não empregar apenas parte desta verba destinada ao projeto, aqui mesmo, onde já existe infra-estrutura estável e que funciona bem há 18 anos? (Jornal Correio Popular, Id. Ibidem)

O último registro nos arquivos do SIARQ acerca de matérias publicadas nos jornais de Campinas é uma tímida nota, sem mencionar de forma clara o informante, no dia 28 de agosto daquele ano:

O Cotuca: podem ficar tranquilos os candidatos ao vestibulinho do Colégio Técnico da UNICAMP, bem como os alunos já matriculados – o conceituado cotuca continuará sendo prestigiado. (Jornal Correio Popular, 28 de agosto/1985, p. 11 – arquivo SIARQ)

A matéria diz ainda que a Diretoria da UNICAMP (quem seria?) admite que existem estudos para a construção de um colégio de 1º e 2º grau... e da possibilidade de transferência do Cotuca para o campus, fazendo uma importante ressalva: entretanto nenhuma decisão final será tomada sem que seja ouvida a comunidade do colégio.

A nosso ver, estava desta forma sacramentada a derrocada da empreitada a qual o professor Valladão de Mattos embrenhou-se com tanta determinação, e podemos

inferir, talvez de forma dura na defesa de seus princípios. Na entrevista que realizamos com o professor Valladão, ao ser perguntado qual teria sido a influência do posicionamento da comunidade do Cotuca, ele não reconheceu tal importância, para ele o problema deu-se apenas com a FE, conforme trecho abaixo:

Agora o que inviabilizou foi isso, o Cotuca viria para cá de qualquer forma, gostando ou não, pois era uma política da Universidade, Reitoria eleita, democraticamente eleita, com projetos aprovados então não tinha porque, e os professores que se recusassem vir para cá pediriam demissão e seriam substituídos.... Então eu acho que o que determinou definitivamente o fracasso foi a recusa da Faculdade de Educação de assumir esta escola. Como seria operado se é uma área deles? (Professor José Carlos Valladão de Mattos, entrevista em 16 de dezembro/2009)

Por tudo que vimos e ouvimos, fica difícil concordar com esta visão do professor Valladão, pois além das matérias na imprensa conforme já visto, houve também uma grande manifestação em frente da Reitoria da UNICAMP nesta época, o que acreditamos concorreu para demonstrar ao Reitor Pinotti o quanto de problemas ele teria se insistisse em bancar tal projeto.

Um outro personagem bastante importante neste episódio, resistindo firmemente ao projeto do Colégio Aplicação da UNICAMP, foi o professor José Roberto Sundfeld, como já dito, era Diretor do Cotuca à época. E na entrevista que realizamos com o professor Sundfeld, este nos relatou a sua visão:

Eu estava em Cruzeiro do Sul, quando eu recebi uma informação de que era iminente esta transformação e os alunos do Colégio tomaram conhecimento através da imprensa e se dirigiram ao pátio da Reitoria e fizeram um grande movimento de protesto. Eu estava fora, em Cruzeiro do Sul, no Acre e fiquei sabendo lá. E este movimento acho que fez com que a idéia fosse assim morrendo, já estava em ebulição os posicionamentos contrários em transformar o Colégio Técnico em Colégio de Aplicação e com isso então eu depois entendi que a comissão não se reuniu mais, ninguém voltou a falar neste assunto e ficou sepultada a idéia de transformar o Colégio Técnico em Colégio de Aplicação.

(José Roberto Sundfeld, 23 de novembro/2009)

Em um outro momento da entrevista, o professor Sundfeld afirma:

[...] as discussões eram acirradas, a proposta era transformar o Colégio, num Colégio de Aplicação e a expressão utilizada pelo professor é que ele queria transformar o Colégio em um laboratório humano [...] (Ibidem)

E destas duas falas do professor Sundfeld podemos inferir os dois pontos básicos de sua visão, o primeiro que a proposta visava transformar o Colégio Técnico de Campinas em um Colégio de Aplicação, reafirmado outras vezes, e era exatamente esta visão que este pesquisador, enquanto docente do Cotuca em 1985, tinha acerca deste assunto que permaneceu até o dia da entrevista com o professor Valladão de Mattos. Acreditamos que, de um modo geral, a comunidade do Cotuca também tinha esta percepção de que o Cotuca deixaria de ser um Colégio Técnico para se transformar em um Colégio de Aplicação conforme afirmado pelo professor Sundfeld, o que foi veementemente negado pelo professor Valladão – seria criada uma outra unidade para ser o Colégio de Aplicação, mantendo-se o Cotuca, as duas num complexo educacional no campus universitário.

E o outro ponto, é que sendo um Colégio de Aplicação, por consequência, pela expressão “laboratório humano”, os alunos do Cotuca seriam uma espécie de “cobais” dos “experimentos” uma vez que teriam aulas com alunos do curso de Licenciatura da Faculdade de Educação, sem experiência no ensino. As lembranças que este pesquisador possui desta época é que foi esta a forma disseminada no Cotuca nas conversas entre os professores e alunos – os primeiros não queriam perder os seus empregos e os segundos não estavam dispostos a serem cobais dos alunos da graduação da FE. Para nós este não era motivo de preocupação, pois ainda que entendêssemos pouquíssimo acerca das teorias e metodologias em educação, tínhamos conhecimento da experiência do professor José Aloísio de Aragão⁹⁴ em Colégios de

⁹⁴ ARAGÃO, José Aloísio. “Educação Média, um Trabalho em Equipe”, Tese de Doutorado em Ciências (Educação), UNICAMP, 1969. O professor Aragão foi diretor das seguintes escolas: i) Colégio de Aplicação da Faculdade Estadual de Londrina (*); ii) Centro Integrado de Ensino Médio – CIEM (1964 – 1968) da Universidade de Brasília; e iii) Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (1968 a 1971). No CIEM trabalhou com o professor Zeferino Vaz, à época Reitor da UnB, que posteriormente o convidou para ser o Diretor da Faculdade de Educação da UNICAMP, o que não ocorreu por ter falecido, em janeiro de 1972, poucos meses antes da criação da Faculdade. Fonte: familiares do professor Aragão.

Aplicação e tratar a experimentação e aprendizado pedagógico como *ser cobais*, nos parecia incabível.

Estas observações não têm o intuito de fazer a defesa deste tipo de organização educacional, apenas apresentar a visão deste pesquisador acerca do problema considerado à época no Cotuca. Embora também frontalmente contrária ao projeto, a FE/UNICAMP o fazia por outros motivos, por princípios, conforme já visto: contrária à criação de escolas modelos, pois na prática profissional, os futuros professores não encontrariam similaridade na rede pública de ensino às condições ideais encontradas nas escolas de aplicação.

Quando perguntamos ao professor Valladão de Mattos sobre a transformação do Cotuca em uma escola de aplicação, ele foi enfático: *eu jamais disse, pronunciei as palavras que o Cotuca seria uma escola de aplicação*. Em outro trecho manifestou-se:

A minha proposta não mistura(va) as atividades do Cotuca com o Colégio de Aplicação, era um complexo educacional uma parte e outra parte, eu descobri um nome que eu não conhecia, propedêutica, que era o Colégio de Aplicação. É claro que haveria interação, alguns alunos estariam estudando a parte de Licenciatura poderiam fazer estágio no Cotuca, não teriam razão nenhuma de não fazer, como fariam também na escola de aplicação.

E a julgar pelas discussões ocorridas na Congregação da FE/UNICAMP, pelas cinco atas que analisamos no período de abril a agosto de 1985, ficamos com a impressão de que realmente a proposta contemplava a criação de um Colégio de Aplicação, mas mantendo o Colégio Técnico de Campinas com a formação técnica. Outro indicador neste sentido foi matéria no jornal Correio Popular, em que se afirma a manutenção dos cursos técnicos existentes e posterior ampliação, conforme já discorrido.

Selecionamos uma fala de um membro da Congregação da Faculdade de Educação, pois que relacionada ao Cotuca:

O professor Bryan esclareceu que a proposta parece, realmente, “um projeto já fechado, com todas as características de um Colégio de

(*) Atualmente Colégio Estadual “Professor José Aloísio Aragão” – Colégio de Aplicação, ainda UEL

Aplicação. Todos foram contra. Mas, apesar disto, a proposta já está praticamente concretizada. Em outros setores, como a creche, supletivo e Colégio Técnico, também não existe a participação da FE. Para que possamos intervir, impedindo mais uma não participação, deve-se argumentar para que possamos, ao menos, imprimir nossa marca pessoal ao projeto” (FE-UNICAMP, Ata da 4ª Reunião Ordinária. 03 de junho de 1985, p.4)

A fala do professor Bryan tocou um ponto que gostaria de abordar – o relacionamento, ou a falta dele, entre o Colégio Técnico de Campinas e a Faculdade de Educação, e pelo visto acima, havia um sentimento contrário à situação estabelecida de esta Faculdade não participar dos rumos do Cotuca – claro que não podemos generalizar uma fala particular e num contexto bastante específico, para o conjunto da Faculdade de Educação, e ainda mais ao longo dos tempos. Para se poder tentar uma aproximação deste posicionamento dever-se-ia colher depoimentos de ao menos alguns docentes que tivessem participado da criação da FE e abordá-los acerca deste assunto. No entanto, como não houve contestação à fala citada, mas sim apoio de todos os departamentos, inferimos haver, naquele momento, o sentimento de que a FE deveria participar dos rumos do Colégio Técnico de Campinas.

Uma questão que surge naturalmente é por qual motivo (ou por quais motivos) a Faculdade de Educação nunca teve nenhuma sinergia com o Colégio Técnico de Campinas (e vice-versa)? Esta questão é demasiadamente complexa, mas nos arriscamos a lançar dois aspectos que poderiam estar relacionados ao distanciamento da FE com o Cotuca.

O primeiro deles, diz respeito à criação da Faculdade de Educação, no ano de 1973 e nesta época, a direção do Cotuca era exercida pelo professor Osmar Salles de Figueiredo, dirigente com vasta experiência na gestão de escolas técnicas, extremamente cioso de seu espaço enquanto Diretor, e conforme suas próprias palavras [...] *eu não queria agir sob ordem de comissão. Eu queria agir com liberdade, como havia feito no COTICAP e em outras escolas*, conforme veremos no Capítulo 3 – Pilar V.

O segundo aspecto é da própria natureza do Cotuca, qual seja, um Colégio Técnico e, por conseguinte o ensino ministrado, ensino técnico, dizia respeito à educação profissional, área que estava afeita às Faculdades de Engenharia e de Tecnologia de

Alimentos. Cabe lembrar, que a esta época, existia um relacionamento mais estreito, ou pelo menos, preconizava-se, entre o Cotuca e estas Faculdades.

Sintetizando, quando criada a Faculdade de Educação, o Cotuca já estava estabelecido e com relacionamento mais próximo às áreas tecnológicas da Universidade, até porque, por todas as manifestações e documentos oficiais consultados, a criação dos Colégios Técnicos tinha o fundamental objetivo de formar mão-de-obra qualificada para as indústrias da região e por consequência para o desenvolvimento industrial do país.

Um indício da não participação da Faculdade de Educação nos rumos do Colégio Técnico pode ser verificado em um processo instaurado em 1973, relativo à integração efetiva do Cotuca na Universidade e na Comissão que fora constituída para tratar deste assunto, não havia nenhum representante da Faculdade de Educação, simplesmente por não ter sido convidado, talvez por não se considerar àquela época, que a FE poderia contribuir com o ensino do Colégio. A Comissão foi formada por representantes de todos os Institutos e pelas Faculdades de Engenharia, mas não pela FE – esta somente foi convidada, após ter sido realizada a primeira e única reunião da comissão.

A manifestação do professor Marconi Freire Montezuma, à época respondendo pelo Departamento de Educação da UNICAMP deu-se indicando a professora Rosália Maria Ribeiro de Aragão nos seguintes termos:

Trata-se de uma educadora com grande dimensão humana e com larga experiência no assunto, acreditando eu que sua indicação será a melhor forma que encontramos para prestar a contribuição que desejaríamos saber e poder dar a essa louvável iniciativa.

(Marconi Freire Montezuma/Departamento de Educação Of. 149/73,
12/10/73)⁹⁵

Uma vez mais fazemos a ressalva de que não é possível xx, mas constitui-se em mais um indício de que a Administração Central da Universidade não considerava que

⁹⁵ Curiosamente, neste mesmo dia 12 de outubro de 1973, ocorreu a reunião do Conselho Diretor que aprovou o funcionamento do Curso de Pedagogia para 1974, com 50 vagas - Informação SG nº 1.104/73, tendo sido a Aula Inaugural do Curso de Pedagogia no dia 24 de março de 1974 – SG/AH – III Cx 15, maço 4.

a FE pudesse contribuir com o ensino no Cotuca, pois não era uma Faculdade da área tecnológica, mas sim para a formação de Pedagogos ou de professores do ensino médio, esquecendo-se de que quem ministrava aulas para os alunos do Colégio eram professores e mais do que isso, engenheiros e técnicos que não haviam passado por nenhuma formação na área de licenciatura, com conhecimentos básicos para o trabalho com a docência e com alunos adolescentes.

Também não temos conhecimento de que a não formação em Licenciatura dos *professores-engenheiros* e *professores-técnicos* que atuavam (e ainda atuam) nos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira tenha entrado na agenda de discussão, em algum momento da história da Faculdade de Educação, com intuito de suprir esta lacuna na formação dos professores dos Colégios Técnicos – talvez por considerar que a solução proposta pela legislação federal nas décadas de 1970 e 1980, passava por cursos de Licenciatura Curta, denominados de Esquema I e Esquema II e, portanto, cursos com uma formação menor do que os de Licenciatura Plena ministrados pela Faculdade.

Mas por outro lado, outra forma de ver esta situação é analisar o real interesse apresentado pelos Colégios Técnicos em resolver o problema da formação de seus professores da educação profissional, e, particularizando o caso do Cotuca, a posição de seus diretores e professores em demandar uma solução junto à FE e também pelo conhecimento que possuímos este assunto não se constituiu na agenda de discussão do Colégio Técnico de Campinas – podemos dizer principalmente na área técnica, assume-se que a competência técnica e a vontade de ser professor, são suficientes para o bom trabalho em sala de aula e demais atividades inerentes ao trabalho docente.

É bem verdade que houve em uma ocasião, no final da década de 1980, o oferecimento por parte da Faculdade de Educação de um curso de Esquema I para os professores do Cotuca e do Cotel, por uma iniciativa do Diretor deste último para suprir a carência que a maioria de seus professores da educação profissional – engenheiros e técnicos possuíam. Nesta época, estes profissionais necessitavam solicitar anualmente autorização para poder ministrar aulas, como ainda ocorre em 2010.

Finalizando, esta questão não envolve apenas os Colégios e a Faculdade de Educação, mas também a Administração Central da Universidade, com a responsabilidade de mediar e propiciar condições para encontrar uma solução e acreditamos que deveria ser um dos assuntos discutidos pela Comissão de Ensino Médio e Técnico – CEMT, criada em 2003, com o objetivo de subsidiar a política da Universidade para os Colégios Técnicos, conforme já tratado anteriormente.

2.2.6 Algumas formas de integração entre o Colégio Técnico de Campinas e a Universidade: o papel dos Coordenadores de Cursos e a utilização de instalações universitárias.

No item anterior discurremos acerca da tentativa de integração do Colégio Técnico de Campinas com a Universidade – por meio da participação de docentes universitários nas atividades do Colégio e pela utilização desta unidade de instalações universitárias, como laboratórios, oficinas, etc – como visto, considerando o intento da proposta, um retumbante fracasso. Neste item, discutiremos a integração de fato entre o Cotuca e alguns órgãos da Universidade, notadamente a Faculdade de Engenharia de Alimentos, o Centro de Computação, o Centro de Tecnologia e o Hospital de Clínicas, incluindo o Centro de Atenção Integrada à Saúde da Mulher, considerando a forma desta integração – via de regra pela utilização das instalações, sua importância para o Cotuca e o histórico – passado, presente.

Para tanto, utilizou-se dos conhecimentos que este pesquisador possui acerca da realidade do Colégio, mas também e principalmente o relato de pessoas envolvidas nos casos de integração já citados – coordenadores de Cursos Técnicos oriundos da Universidade e de professores do Cotuca envolvidos com a utilização das instalações no campus universitário.

Com relação ao curso Técnico em Mecânica, conversamos com os professores Nelson Bolzani, docente do Cotuca no período de 1969 a 2007, e um dos responsáveis pelas aulas práticas dos alunos do Colégio junto ao Centro de Tecnologia da UNICAMP e os professores José Tomás Vieira Pereira e Anselmo Eduardo Diniz, ambos da Faculdade de Engenharia Mecânica e tendo exercido a coordenação do curso

Técnico em Mecânica do Cotuca respectivamente durante os anos de 1979 a 1986 e 1987 a 1989. Para saber da situação nos tempos atuais, conversamos com o professor Nelson Paschoal Paciulli Bryan, Chefe do Departamento Técnico em Mecânica por três ocasiões e com mandato até 2011.

A história do professor Nelson Bolzani como professor do Cotuca é bastante rica, pois permaneceu no Colégio por quase 40 anos, se aposentando apenas por força da legislação quando completou setenta anos. O professor Bolzani coordenou a oficina mecânica do Centro de Tecnologia simultaneamente com as suas atividades como docente do Cotuca e isso facilitava muito a utilização deste centro pelos alunos do Colégio Técnico, no caso do período noturno, utilizavam como ainda utilizam aos sábados. Assim, pode-se dizer que a integração existente entre o Cotuca e o Centro de Tecnologia ocorria por força de um mesmo profissional estar vinculado às duas unidades, mas nada que fosse institucional.

Na entrevista que realizamos com o professor José Roberto Sundfeld ele assim se manifestou:

Relacionamento não, o que havia era a utilização de equipamentos, de laboratórios da faculdade pelos alunos do colégio. Por exemplo, o curso de Mecânica, o coordenador era da Faculdade de Engenharia Mecânica e ele acabava abrindo as portas para a gente do Centro de Tecnologia, da própria da Faculdade, alguma coisa que nós precisássemos usar...

[...] Os professores, estes professores geralmente eram do último ano do curso, ele já conhecia estes alunos que eram alunos dele e ele fazia inclusive a indicação dos professores para lecionar determinadas disciplinas, por isso que eu falei que havia também uma rotatividade grande, porque a partir do momento que este professor concluísse a graduação dele, a grande maioria iam embora, e aí vinham outros, quase todo ano tinha alteração, era assim. (José Roberto Sundfeld, Diretor Cotuca 1982 a 1986, entrevista 23/11/2009)

Ainda em relação ao curso Técnico em Mecânica, conversamos com o professor Tomás Vieira Pereira, da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP e perguntado como ele havia tornado-se coordenador do Curso Técnico em Mecânica do Cotuca e se havia um relacionamento institucional entre as duas unidades, ele respondeu-nos:

“O professor Maurício Prates, que era Diretor da Faculdade de Engenharia, me convidou para ser o coordenador do curso Técnico em Mecânica, ficar responsável pela organização do curso. Nunca existiu uma relação institucional entre a Faculdade de Engenharia Mecânica e o Cotuca. (José Tomás Vieira Pereira, FEM/UNICAMP, entrevista 10/01/2010).

Quando perguntei ao professor Tomás se havia reuniões com os demais professores da UNICAMP que também eram coordenadores de cursos no Cotuca ele respondeu-me:

“Não me lembro. Com o Bento eu conversava um pouco, mas nada de fundo. Era mais ou menos igual aos cursos de engenharia: ninguém conversa com ninguém. (Idem)

Com relação ao curso de Tecnologia de Alimentos do Cotuca, o professor Kil Jin Park (FEA/Feagri), coordenou este curso entre os anos 1979 a 1982, nos forneceu as seguintes informações:

Um bom exemplo é o que ocorria nas aulas de Tecnologia de Alimentos (processamentos), eram ministradas nas instalações da Faculdade de Engenharia de Alimentos. A Faculdade sempre forneceu os suportes necessários ao Cotuca. (Kil Jin Park, 14/01/2010).

Este suporte que o professor Kil informa existe até hoje, nunca foi interrompido, conforme nos confirmou a professora Maria Elizabete S. Tocchini, professora do Cotuca no período 1975 a 2009 e Chefe do Departamento de Técnico em Alimentos, entre os anos 1990 a 1996:

As aulas foram ministradas no ITAL até o ano de 1972 e a partir deste ano, todas as aulas práticas de Industrialização de Alimentos passaram a ser ministradas na Faculdade de Engenharia de Alimentos e continuam até hoje, às segundas feiras à tarde. (Maria Elizabete S. Tocchini, entrevista 14/01/2010)

A professora Jane Rizzo Palermo é a responsável já há muitos anos pela utilização da Planta Piloto da Faculdade de Engenharia de Alimentos onde os alunos têm aulas da disciplina Industrialização e Processos, abarcando as áreas de Frutas, Padaria, Plantas de Carne e Planta de Leite. Segundo a professora Jane Palermo, além de fornecer a infra-estrutura física, a FEA fornece pessoal de apoio, como caldeireiro e

padeiro. Os alunos utilizam ainda a biblioteca, e também interagem com as atividades do Laboratório de Análise Sensorial da FEA.

Perguntei a ambas as professoras se havia possibilidade de uma maior utilização das instalações da FEA por parte do Cotuca e a resposta foi que não:

Os laboratórios são bastante utilizados tanto pelos alunos da graduação, quanto os alunos da pós-graduação da FEA, existindo poucas brechas no calendário de ambas. (Jane Rizzo Palermo, entrevista 14/01/2010).

Quando perguntado se o Cotuca estivesse no campus se esta situação se alteraria, a professora Jane disse: *“Estar no campus não ajudaria, pois eles não têm como ajudar mais”*.

A análise da interação do curso Técnico em Alimentos do Cotuca com a Faculdade de Engenharia de Alimentos é diferenciada da dos demais cursos que estudamos, e a nosso ver, apresenta um dado concreto das limitações desta Faculdade em termos de laboratórios, mas acreditamos que essa limitação da FEA pode se alterar no futuro, e desta forma, o Cotuca também poderia ter um ganho em relação à maior utilização da infra-estrutura desta Faculdade.

Para a análise da interação do antigo curso de Técnico em Processamento de Dados do Cotuca (em 1998 alterou-se para Técnico em Informática) com a Universidade, conversamos com Margareth Ortiz de Camargo, que foi coordenadora de PD no período 1986 a 1991 com o objetivo de ter a sua visão acerca deste período. Quando perguntada acerca da relação entre o Colégio e a Universidade e se a administração do Centro de Computação tinha conhecimento das suas atividades enquanto Coordenadora do Cotuca, ela assim se manifestou:

[...] que eu me lembro eu não via a gestão da Universidade junto com a gestão do Colégio, isso de mãos dadas... não me lembro isso forte.

[...] Não, não e nem isso nunca me adiantou para algum tipo de promoção lá dentro.

(Margareth Ortiz de Camargo, Coordenadora do Curso Técnico Processamento Dados período 1986 a 1991, entrevista 15/01/2010)

Também entrevistamos o professor do Departamento de Informática do Cotuca, Francisco da Fonseca Rodrigues, que além de ter sido Chefe deste departamento por quatro períodos, foi também ex-aluno do Cotuca, durante os anos de 1975 a 1978, formando-se Técnico em Processamento de Dados, e tendo iniciado as suas atividades como docente no Colégio, em 1983, quando estava no segundo ano do curso de Ciências da Computação na UNICAMP. Assim, sua vivência em termos do Colégio Técnico é muito rica, assim como a do professor Anselmo Diniz da Faculdade de Engenharia Mecânica, por abarcar sua visão enquanto aluno e Coordenador de Curso do Cotuca.

O professor Francisco nos relatou que o curso de Processamento de Dados do Cotuca utilizou as instalações da Universidade até 1985, cessando de uma forma repentina:

Até 1985 o Cotuca utilizou o Centro de Computação até a metade do primeiro semestre e depois apareceram aqueles computadores lá (no Colégio) 6000 e 7000 ITAUTEC e tivemos que se adaptar aquilo, de uma hora para outra. Acabou totalmente, nem podia ir mais lá

[...] A gente teve que correr atrás de equipamentos, veja bem, eram 120 alunos do curso de PD e seis computadores, de uma hora para outra, todo o curso teve que se adaptar aquilo, não teve treinamento, não sabia usar aquele equipamento que era muito inferior ao PDP 10, a forma de usar é diferente, foi uma mudança muito forte.

No que diz respeito à interação dos Colégios Técnicos com as demais unidades da Universidade – Institutos, Faculdades, Centro de Computação e Hospital de Clínicas – pode-se considerar que os Estatutos e o Regimento Geral da UNICAMP sempre foram um importante ponto de apoio para o suporte das atividades dos Colégios Técnicos, notadamente do Cotuca, conforme visto a seguir.

Considerar-se-a nesta pesquisa o primeiro e último documento vigente, qual seja, em relação aos Estatutos, sua versão primeira, de 1969 e sua versão vigente, de novembro de 2009, o mesmo considerando em relação ao Regimento Geral da Universidade – primeira versão de 1974 e versão atual de novembro de 2009.

Em 1969, como visto, foram baixados os primeiros Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dentre as funções das Faculdades da Universidade, uma delas é a contribuição com as atividades dos Colégios Técnicos, conforme abaixo:

Art. 6º. As Faculdades, responsáveis pelo ensino e pela pesquisa nas áreas respectivas de formação profissional, definidas pelo conjunto de seus Departamentos, são as seguintes:

- 1 – Faculdade de Ciências Médicas;
- 2 – Faculdade de Tecnologia de Alimentos
- 3 – Faculdade de Engenharia de Campinas

.....

§ 1º. Além do previsto no artigo 2º., compete às Faculdades:

...VI – colaborar no ensino dos Colégios Técnicos (Grifo nosso)

(UNICAMP, Estatutos – versão 1969)

Os Estatutos atualmente vigentes na Universidade não alteraram absolutamente nada em relação aos Estatutos vigente em janeiro de 2010, não ser, é claro, o inciso 1º (**§ 1º**) que trata da colaboração das Faculdades com o ensino dos Colégios Técnicos. Da mesma forma, o Regimento Geral da UNICAMP, tanto o de 1969, quanto o vigente atualmente (novembro/2009) consagram o mesmo texto já visto.

No que diz respeito à interação dos Colégios Técnicos com os Institutos da Universidade, há uma divergência entre o que propugna os Estatutos e o previsto no Regimento Geral da Universidade – enquanto os primeiros não consagram a colaboração dos Institutos com o ensino técnico, o segundo o faz, valendo tanto para as suas primeira versão (1969 e 1974 respectivamente) quanto a atual versão de ambas legislações (novembro de 2009). Abaixo reproduzimos a versão do Regimento Geral da Universidade:

Artigo 5º - Os Institutos responsáveis pelo ensino e pela pesquisa nas respectivas áreas de conhecimento, são os seguintes:.....

§ 1º - Além do previsto no Artigo 2º, é da competência dos Institutos;

1 - ...

[...]7 – colaborar no ensino de segundo grau, mantido pela Universidade. (Regimento Geral UNICAMP, versão 1969)

Com relação ao Hospital de Clínicas e o Centro de Tecnologia, segue abaixo o disposto nos Estatutos de 1969:

Artigo 13 - O Hospital das Clínicas colaborará no ensino de segundo grau, mantido pela Universidade.

Artigo 19 - O Centro de Tecnologia tem como finalidade:

I

II - realizar ou colaborar na realização de aulas práticas dos cursos de Engenharia e do ensino de segundo grau da Universidade ou de outros estabelecimentos, neste caso mediante convênio;

[...] VI - colaborar no ensino de segundo grau mantido pela Universidade.

(UNICAMP, Estatutos – versão 1969)

Na versão atual dos Estatutos da UNICAMP, em relação ao Hospital de Clínicas, houve alteração da redação, não mais especificando a colaboração com o ensino técnico da Universidade, deixando de forma genérica conforme abaixo:

CAPÍTULO III. DO HOSPITAL DE CLÍNICAS

Artigo 11. O Hospital de Clínicas funciona como Hospital-Escola, cabendo-lhe:

[...]

II. servir de campo para o aperfeiçoamento de médicos, de técnicos e de alunos, possibilitando a realização de pesquisas, estágios e de cursos de pós-graduação;

(Regimento Geral UNICAMP, versão novembro/2009)

Em termos práticos, pela manifestação da professora Aparecida Celi Caporalini do Departamento Técnico em Enfermagem do Cotuca, esta alteração não tem causado nenhuma dificuldade para as atividades dos alunos do curso Técnico em Enfermagem do Colégio. Quando perguntada a respeito caso não houvesse o atendimento no HC, a professora Celi nos disse:

Existem outras escolas que sobrevivem sem o HC e o CAISM, mas não teríamos as possibilidades que temos: seria muito difícil formar os alunos que a gente forma. O entrosamento é muito bom com a equipe de Enfermagem do complexo hospitalar da Unicamp. (Aparecida Celi Caporalini, 14/01/2010)

Ainda segundo a professora Celi, primeiramente os alunos da Enfermagem escolhem e logo em seguida o Cotuca, para então as demais escolas escolherem.

Já com relação ao Centro de Tecnologia, este órgão foi extinto pela Universidade em 2009, não mais fazendo parte da constituição da UNICAMP. A utilização dos equipamentos do Colégio, instalados em uma área própria, porém no espaço físico do antigo CT da UNICAMP, situação que ocorre desde a criação deste Centro, no início dos anos 1970, portanto por cerca de 40 anos, estava bastante comprometida no início de janeiro de 2010 – fatalmente levará à alteração da prática de oficina para os alunos do Curso Técnico de Mecânica.

2.3 PILAR III – O RELACIONAMENTO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS COM OS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO: HÁ INTERESSE NA AUTONOMIA?

Ao folhear documentos históricos sobre o Colégio Técnico de Campinas, obtidos junto à Diretoria de Ensino Leste⁹⁶, tomamos conhecimento de fatos e processos administrativos que nos permitiram formar nossa opinião acerca do processo de instalação do Cotuca e de seu relacionamento com os órgãos estaduais paulistas de educação, notadamente o Conselho Estadual de Educação e a representação local da Secretaria Estadual de Educação.

Como já informamos, os Colégios Técnicos Industriais de Campinas e de Limeira tiveram a sua instalação aprovada no mesmo ato legal que os primeiros Institutos e Faculdades da UNICAMP, por meio da Resolução CEE N° 46/66, que tratou dos Colégios Técnicos:

Art. 4º. – Ficam autorizados a instalação e o funcionamento, na Universidade, de Colégios Técnicos Industriais, de Enfermagem e de Tecnologia de Alimentos.

⁹⁶ Temos a agradecer a supervisora Cleuza Baroni que compreendeu o intuito desta pesquisa e facultou-nos o acesso a todas as pastas e documentos do Cotuca existentes na Diretoria de Ensino Leste de Campinas.

Parágrafo único – A Universidade deverá promover o estabelecimento de convênios com entidades oficiais e particulares, que se fizerem necessários à boa ministração de seus cursos superiores e técnicos.

Não obstante, os Colégios Técnicos da UNICAMP terem iniciado suas atividades em 1967, a Universidade somente deu entrada com processo de regularização junto ao Conselho Estadual de Educação quatro após, em 1971, obtendo a autorização de “instalação e funcionamento dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira” em janeiro de 1972, por meio do Parecer CEE No 76/72, que retroagiu seus efeitos à data da efetiva instalação dos Colégios. Neste processo, houve diligência por parte do relator⁹⁷, tendo sido recebido pessoalmente pelo Reitor, professor Zeferino Vaz.

Na mesma ocasião⁹⁸, foi aprovado o Regimento Interno dos dois colégios – Parecer CEE N° 75/72 – com a denominação de Colégio Técnico Industrial de Campinas e Colégio Técnico Industrial de Limeira, o que parece reforçar a incumbência de atuar no segmento industrial em consonância aos cursos de engenharia da Universidade.

2.3.1 O ano de 1968 e as tratativas de convênio entre a UNICAMP e a Secretaria de Educação – a busca de recursos nunca obtida para a manutenção dos Colégios Técnicos

Este tópico trata da tentativa que a Universidade Estadual de Campinas realizou junto à Secretaria de Educação de São Paulo para celebração de um convênio entre ambas as entidades com vistas à manutenção das atividades de seus Colégios Técnicos. Ao que tudo indica, a iniciativa originou-se do então Diretor do Cofil, professor Manoel da Silva, mas em seguida, com a participação do professor Zeferino Vaz, Reitor da UNICAMP, abarcou também o Colégio Técnico de Campinas.

No dia 21 de junho de 1968, pouco mais de um ano após o início de funcionamento dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas, foi aberto

⁹⁷ Conselheiro do CEE, Walter Toledo Silva

⁹⁸ O Parecer CEE N° 75/72 (processo CEE 153/71) e o Parecer CEE N° 76/72 (Processo CEE N°s 164 e 165/71) foram aprovados na mesma reunião do CEE, em 24 de janeiro/1972.

o processo de número 1.456/68, visando o estabelecimento de um convênio entre a Universidade Estadual de Campinas com a Secretaria de Educação, com duração inicial de cinco anos, “..objetivando o funcionamento do Colégio Técnico Industrial de Limeira, destinado à formação de ‘Técnicos’ em Mecânica para as indústrias da região.”, convênio este que posteriormente evoluiu abrangendo não apenas o Cotil mas também o Colégio Técnico de Campinas.

E um aspecto que considero bastante interessante, é o processo iniciar-se já com o encaminhamento da cópia de convênio a ser assinado pelo Reitor e com senso de urgência, conforme manifestação do Oficial Chefe de Gabinete do Reitor, Zuhair Warwar:

Solicito as providências necessárias para formação de processo, para que se possa ser apressada a conclusão do mesmo. (p. 02)

E depois de decorridos 20 anos, e 213 páginas, com inúmeras idas e vindas, alterações de toda sorte e dois outros novos processos abertos e apensados ao principal, em 08 de outubro de 1997, o processo foi encaminhado para arquivo, permanecendo como documento histórico, sem que nenhuma ação concreta tenha sido executada em seu âmbito.

Mas a despeito da falta de resultados concretos, acreditamos que acompanhar o desenrolar deste(s) processo(s), ajuda-nos a entender alguns importantes encaminhamentos que a Universidade Estadual de Campinas fez ao longo do tempo, por meio de alguns de seus dirigentes máximos, a respeito da manutenção de seus Colégios Técnicos e o relacionamento destes com a Secretaria Estadual de Educação.

Na leitura do processo em tela, este pesquisador foi desenvolvendo o seguinte questionamento: teria a Universidade, mal iniciada as atividades de seus Colégios Técnicos querer se desfazer dos mesmos passando-os para o controle estadual?

Bem, feitos estes esclarecimentos e indagações iniciais, procedemos à análise da documentação relativa aos processos estudados.

O primeiro parecer emitido em 02 de julho de 1968 (Fls 8,9), pelo Procurador Chefe da Universidade, Dr. Pérsio Furquim Rebouças ao Reitor Zeferino Vaz, foi favorável em linhas gerais, solicitando apenas duas alterações – uma delas nos interessa para o

escopo desta pesquisa: a exclusão do artigo que limitava a escolha do Diretor do Colégio Técnico a um profissional proveniente dos quadros da Rede Efetiva de Ensino Estadual.

Por determinação do Reitor Zeferino Vaz, o Colégio Técnico de Campinas foi incorporado no convênio e em 10 de julho de 1968 e ainda neste mês, os professores Álvaro França de Barros, Diretor do Cotuca, em conjunto com o professor Manoel da Silva, encaminharam ao Reitor uma nova versão da minuta do convênio, já com entendimentos junto ao Departamento de Ensino Profissional do Estado.

Em linhas gerais (Fls. 18 a 22), o convênio visava o equipamento e manutenção dos cursos do Colégio Técnico Industrial da Universidade de Campinas, das cidades de Campinas e Limeira, com a subvenção de recursos anuais por parte da Secretaria de Educação para a Universidade, com as seguintes finalidades:

- 100% (cem por cento) para a manutenção das necessidades de material de consumo e da matéria prima;
- 100% (cem por cento) para a manutenção de pessoal docente e administrativo;
- 50% (cinquenta por cento) para aquisição de máquinas e equipamentos para montagem de oficina Mecânica e laboratórios para os cursos Técnicos em Mecânica (Cotuca e Cotil) e Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos (Cotuca).

O gerenciamento dos recursos financeiros concedidos pela Secretaria de Educação ficaria a cargo da Universidade de Campinas, tendo esta ainda a responsabilidade de contratação e manutenção do corpo docente, *constituído de especialistas qualificados segundo as exigências das leis vigentes*. Ainda, a aquisição de equipamentos para a montagem de oficina e laboratórios seria supervisionada por uma Comissão Técnica, composta de um representante de cada uma das partes integrantes do convênio.

Dentre as obrigações da Universidade seria a manter os seus Colégios “em tudo que lhes for aplicável, a organização técnica e didática dos colégios técnicos mantidos pelo Governo do Estado.”

Com relação ao cargo de Diretor dos Colégios, este seria designado pelo Reitor da Universidade, mas teria que ser pertencente ao Quadro Efetivo da rede de

Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Cabe mencionar, que o convênio se desenha à forma e semelhança ao que o Governo Estadual de São Paulo havia já celebrado com o Colégio Técnico pertencente à Faculdade de Bauru⁹⁹ – o que nos faz inferir que havia um interesse por parte da Secretaria em manter o controle da filosofia de trabalho dos colégios técnicos industriais, mesmo para aqueles que viessem a ser criados e mantidos pelas Universidades.

No mesmo dia 10 de julho em que recebeu a nova minuta do convênio, o Reitor Zeferino manifestou-se duas vezes: i) acatando as sugestões emitidas pela Procuradoria Geral; ii) dando o de acordo a esta nova minuta e determinando o encaminhamento ao Conselho Diretor mediante a apreciação da Procuradoria Geral que se manifestou favoravelmente no dia 25 de julho (fl. 24,25).

Em 06 de agosto daquele ano, o Conselho Diretor da UNICAMP, aprovou por unanimidade o Convenio entre a Universidade e a Secretaria de Educação (fl 26), tendo o Reitor Zeferino Vaz encaminhado uma semana depois, ofício para o Diretor Geral do Departamento de Ensino Profissional de São Paulo, para o que o mesmo procedesse à consideração do Secretário de Educação, professor Antônio B. Ulhôa Cintra a minuta do convênio, pronta para ser assinada entre os titulares das respectivas pastas – o único campo que faltava ser preenchido era a data da assinatura.

O processo para celebração do convênio entre a UNICAMP e a Secretaria de Educação corria rapidamente, numa velocidade bastante incomum para os dias de hoje, mas isso era perfeitamente explicável, pois além da UNICAMP não estar institucionalizada – sem os ditames da burocracia moderna conforme Max Weber postulou, havia outro fator preponderante, qual seja o seu mandatário máximo, não apenas decidia com determinação e celeridade, mas também cobrava agilidade de seus subordinados na implantação de suas decisões.

No entanto, o mesmo não se deu por parte da Secretaria de Educação e o processo, ao menos no papel, ficou parado por mais de um ano e conforme manifestação, em 17 de agosto do professor o professor Osmar Salles, já como Diretor do Cotuca:

⁹⁹ Que hoje constitui o Colégio Técnico Industrial "Isaac Portal Roldán" – UNESP/Bauru

Parece-nos que Convênio chegou a ter um texto bem aperfeiçoado, mas encontrou oposição na Secretaria de Educação, no Governo Abreu Sodré, por julgarem as autoridades competentes, que não haveria a possibilidade de o Governo do Estado colaborar com dinheiro, mas tão somente com equipamentos, instalações e maquinaria. O ilustre Coordenador Geral da UNICAMP, então Presidente do Egrégio Conselho Estadual de Educação, foi quem acompanhou de perto esses últimos acontecimentos. (Fl.38)

O professor Osmar Figueiredo passou a coordenar as ações da Universidade para a realização do convênio com a Secretaria de Educação e no dia 10 de outubro de 1970, e, em nova tentativa, encaminha ofício¹⁰⁰ para o Reitor informando-lhe que o texto do convênio *“já se encontra pronto para receber as assinaturas competentes, em poder do professor Dr. José Bonifácio de Andrade e Silva Jardim, digníssimo Coordenador do Ensino Técnico...”* e mais do que isso, informou ainda que estava sendo providenciada a assinatura para o próximo dia 15 de outubro – Dia do Professor.

Ledo engano, cerca de dois anos e meio mais tarde, em 20 de fevereiro de 1973, uma nova informação do professor Osmar esclarece o motivo de novo insucesso:

O Processo 1456/68 teve uma tramitação difícil e demorada, por falta de harmonização com a legislação aplicável ao caso. Assim é que depois de sua redação final, o Dr. Paulo Gomes Romeu, ilustre Coordenador Geral da UNICAMP, então exercendo também as altas funções de Presidente do Conselho Estadual de Educação, manteve entendimentos pessoais, que foram frustrados, sob a alegação de que o ‘Estado não poderia doar dinheiro ao próprio Estado’ [...]

O professor Osmar apresentou como possibilidade a realização de um convênio que tratasse apenas da doação de máquinas e equipamentos pelo Estado para a UNICAMP, observando que nesta época a Coordenadoria do Ensino Técnico estava distribuindo *a vários Colégios oficinas em varias especialidades* e que os Colégios da UNICAMP *deveriam ser incluídos entre os beneficiários*.

Assim, no dia 20 de junho de 1973 (fl. 48v), os Diretores do Cotuca e do Cotil, em comum acordo encaminharam um nova minuta (terceira tentativa) realizada com base no texto de cinco anos atrás, mas alterando-se a responsabilidade da Secretaria de

¹⁰⁰ Of. CTI No. 263/70

Educação, que ficaria responsável basicamente por 50% dos recursos necessários para a aquisição de maquinários e equipamentos permanentes, e não mais por recursos humanos e material de consumo como na proposta anterior.

Da análise que fazemos tudo colaborava para que desta feita houvesse o consecução do convênio, pois quando de sua negociação, a Secretaria de Educação era dirigida pela professora Esther de Figueiredo Ferraz, prima do Diretor do Colégio Técnico de Campinas, os quais mantinham um bom relacionamento¹⁰¹ e posteriormente, o titular desta pasta passou a ser o professor Paulo Gomes Romeu, cuja ligação com a UNICAMP era notória. Mas, uma vez mais, o processo ficou apenas na boa vontade por parte dos dirigentes da Universidade, notadamente, do Diretor do Cotuca, professor Osmar Salles de Figueiredo.

Em setembro de 1974, por determinação do novo Secretário da Educação, professor Paulo Gomes Romeu um novo processo foi aberto, recebendo o No. 4.925/74, tendo como descrição “Convênio entre a Universidade Estadual de Campinas e a Secretaria de Educação para intercomplementaridade entre os Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira” – a quarta tentativa de se estabelecer o convênio entre a UNICAMP e o Governo Estadual visando a manutenção dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira.

O que ocorreu é que a recém implantada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal No. 5.692/71 havia estabelecido em seu artigo 3º b) o princípio da intercomplementaridade entre instituições escolares:

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integradas por uma base comum e, na mesma localidade:

a) [...]

b) a entrosagem e a intercomplementaridade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de

¹⁰¹ O próprio professor Osmar nos informou no dia em que o entrevistamos em 25/11/2009.

aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;

E foi com base neste princípio, que em 19 de março de 1974, o Diretor da Divisão Regional de Campinas encaminhou ao Secretário de Educação, professor Paulo Gomes Romeo a minuta de convênio e o que nos chamou atenção foi o primeiro parágrafo da “Justificativa” apresentada, pois nos oferece bem o contexto político-econômico pelo qual o país atravessava naquela época:

[...] Nascendo dessa verdade evidente que é o desenvolvimento da nação brasileira, acentuado a partir de 1964, quando pela aglutinação das forças conscientes da nacionalidade foi possível disciplinar o trabalho e dinamizar os recursos materiais e humanos para os novos caminhos de nossa História, apoiados na tecnologia e no progresso científico, a Lei 5.692 se apresenta como um imperativo neste momento excepcional, que, alargando, numa perspectiva sem precedente, o mercado de trabalho, colocou a vida nacional diante de uma nova realidade. Foi sem dúvida, uma concepção magnífica que traçou, ou traça, uma moderna visão da escola, dando-lhe o sentido ansiado pela nova realidade da vida brasileira [...]

(UNICAMP, Proc. 1.456/68)

Hoje, decorridos 35 anos, é difícil encontrar algum educador que concorde com os postulados do texto visto, ainda que considerando o repaginamento da Teoria do Capital Humano, com revigorada importância desde a segunda metade da década de 1990 para a formação profissional e o valor que novamente vem sendo atribuído à educação, tanto em um governo considerado neoliberalizante..

Para Russo (1987, 2), o artigo 3º da Lei 5.692/71 ao sugerir formas de organização da rede escolar, dentre as quais a intercomplementaridade, possibilita inferir que os seus idealizadores tinham em mente “*as dificuldades de implantação da reforma de ensino pretendida*”

Para Russo (1987, 01), a intercomplementaridade:

[...] são processos interorganizacionais através dos quais as escolas mantêm relações visando suprir as carências, e/ou enriquecer seus currículos educacionais. O conjunto de estabelecimentos de ensino

que interagem através desses processos, constituem os denominados complexos (inter) escolares.

Os documentos produzidos pelas autoridades governamentais, antes da promulgação da lei (5.692/71), e na primeira fase de sua implantação, tem um discurso impregnado do ufanismo que caracterizou o período do chamado 'milagre brasileiro', ao mesmo tempo em que revela um reconhecimento prévio e explícito das carências de recursos para fazer frente às exigências da nova lei, e às necessidades nacionais.

O instrumento da intercomplementaridade também foi concebido no Decreto Federal 5.154/2004¹⁰², no Artigo 4º, quando trata das possibilidades de articulação entre a educação profissional e o ensino médio sendo cursado pelo aluno concomitantemente “...em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados”

Voltando ao desenrolar do estabelecimento do convênio entre a UNICAMP e a Secretaria de Educação, nesta nova minuta de 1974, importantes alterações foram previstas, que se estivessem sido concretizadas, com muita probabilidade, o Cotuca e o Cotil poderiam ter um perfil bastante diferente do que possuem hoje, ou ainda, poderiam ser outras escolas, que não as que conhecemos pelo menos há 20 anos e até mesmo não mais pertecerem à Universidade Estadual de Campinas.

Conforme estabelecia a Cláusula V, caberia à Secretaria de Educação, por meio da V Divisão Regional de Educação de Campinas, o fornecimento dos “...professores de Cultura Geral, previstos no artigo 4º da Lei Federal 5.692/71 e Resolução No. 8/71 do C.F.E (Núcleo Comum Obrigatório)” – isto quer dizer que a Universidade passaria a contratar para os seus Colégios Técnicos somente professores da então denominada Parte Diversificada (Artigo 4º da Lei 5.692/71, Resolução 2/72 e Parecer 45/72 do Conselho Federal de Educação), enquanto que os professores de cultura geral seriam os provenientes da Rede Oficial do Magistério Estadual Paulista.

¹⁰² O Decreto 5.154/2004 foi implantado no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, instituindo novamente a possibilidade de oferecimento de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Evidentemente que isso trouxe preocupações aos dois Colégios, conforme manifestação das duas direções – abaixo, do Colégio Técnico de Limeira:

As disciplinas de cultura geral poderão ser ministradas em outras unidades escolares, desde que orientadas, no seu desenvolvimento, no sentido de uma cultura técnica e não apenas humanística, se não se correria o risco de verticalização e queda na formação do técnico. Um planejamento integrado deve ocorrer, necessariamente.

Outra observação que se faz, data vênica, é no que diz respeito ao problema humano da situação dos professores que vêm ministrando as disciplinas de Cultura Geral neste CTIL, e que deverão ter assegurado o seu aproveitamento em estabelecimentos locais que então passarem a ministrar a Cultura Geral. (p.77)

Em 10 de outubro, o professor Osmar de Figueiredo manifestou-se praticamente da mesma forma:

Pedimos vênica para sugerir que se estude com carinho uma solução humana para o pessoal docente do Colégio Técnico de Campinas das disciplinas de Cultura Geral que poderia ser prejudicado. (p.79)

Outro ponto que modificava sobremaneira o desenvolvimento das atividades dos Colégios era a Cláusula IX, conforme descrita abaixo:

A Universidade Estadual de Campinas poderá ceder em 1975, as vagas para as 1^{as} séries das Habilitações oferecidas pelo Colégio Técnico de Campinas e de Limeira a alunos indicados pela Secretaria do Estado dos Negócios da Educação, por intermédio da V Divisão Regional de Educação de Campinas.

Isso vale dizer que o processo de ingresso nos Colégios Técnicos, até então baseado no mérito dos candidatos, por meio de Exame de Seleção, poderia (sem entrar no mérito *se para o bem ou para o mal*) ser completamente modificado, pois não se estabelecia por quais critérios a Secretaria de Educação realizaria a indicação dos alunos ingressantes.

A intercomplementaridade seria tratada por meio do estabelecimento de um “Regimento Interno-Intercomplementaridade”

As manifestações das direções do Cotuca e do Cotel chegaram ao Gabinete do Reitor Zeferino Vaz em 18 de outubro de 1974 e permaneceram ali, *engavetadas*, por um ano e meio sem nenhum encaminhamento, quando em 17 de março de 1976 o processo foi despachado ao Diretor do Colégio Técnico de Campinas, então, o professor Mario Junqueira da Silva, que se manifestou uma semana após da seguinte maneira:

O valor do ensino ministrado no C.T.I.C é patente e constitui patrimônio que merece ser estudado e ser protegido antes de ser modificado.

Penso que o ante-projeto de fls 7 (Proc. 4925/74) está superado.....

Esta Diretoria crê que o presente ante-projeto perdeu a oportunidade e a sua conveniência é duvidosa. (p. 79/80)

No dia 30 de março de 1976, o Reitor Zeferino Vaz determinou o arquivamento do processo, uma semana após ter recebido a manifestação do Diretor do Cotuca e acreditamos que esta manifestação não foi fato isolado ou autônomo: o fato de o processo ter ficado tanto tempo parado na mesa do Reitor Zeferino significava que ele já não tinha mais interesse no seu encaminhamento ou ainda por ter informações de que não adiantaria nada, dado o histórico de sucessivas negativas por parte das autoridades estaduais, ora a Secretaria de Educação, ora o Conselho Estadual de Educação.

O fato é que esta quarta tentativa de estabelecimento de um convênio entre a Universidade Estadual de Campinas e a Secretaria de Educação para o funcionamento do Colégio Técnico de Campinas e Colégio Técnico de Limeira uma vez mais foi frustrada. E por quê?

Uma possibilidade que aventamos, é que a Universidade posicionou-se pela manutenção do gerenciamento de seus Colégios Técnicos, pois da forma que se desenhava, com professores de cultura geral serem indicados pela Secretaria de Educação do Estado e o preenchimento de 50% das vagas por indicação da Diretoria Regional de Ensino, isso poderia interferir na gestão da UNICAMP sobre o Cotuca e o Cotel.

No final dos anos 1969, início da década de 1970, o governo estadual, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios de Economia e Planejamento realizou uma

Concorrência Pública Internacional para a aquisição de equipamentos estrangeiros sem similar nacional destinado à instalação dos Colégios Técnicos Industriais do Estado de São Paulo e a Universidade tentou *pegar uma carona* para os seus Colégios Técnicos, conforme ofício encaminhado em 23 de janeiro de 1970 pelo Reitor Zeferino Vaz ao Secretário de Planejamento, Dílson Furano, manifestando em determinado momento:

Permito-me lembrar a Vossa Excelência que a Universidade Estadual de Campinas é uma das únicas a manter em funcionamento dois Colégios Técnicos Industriais: o da cidade de Campinas, com os cursos de Mecânica, de Eletrotécnica e de Tecnologia de Alimentos, e o da cidade de Limeira, com os cursos de Mecânica e o de Edificações e que os mesmos se ressentem da carência de equipamentos mínimos necessários, razão por que, através de convênio está se utilizando a UEC, em caráter precário, das instalações do SENAI.

O Reitor Zeferino Vaz deixava claro para o Secretário Dílson Furaro que a UNICAMP deveria ser recompensada com o recebimento de equipamentos para os seus Colégios Técnicos, uma vez que prestava serviços na área de educação profissional, sem que fosse a sua obrigação por ser uma Universidade e por consequência seu escopo era o do ensino superior e pesquisa, mas também nesta quinta e última tentativa não obteve sucesso, e a solução encontrada pela Universidade para a manutenção do curso Técnico em Mecânica do Colégio Técnico de Campinas foi aprofundar o convênio com o SENAI.

Nas últimas páginas do processo em questão, encontram-se o desenrolar do processo junto ao Conselho Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, e destacamos duas manifestações que nos permite compreender

conhecimento da manifestação dos órgãos estaduais, as quais destacamos duas delas: O processo de realização de convênio recebeu o número de 1187/70 no CEE e foi analisado Tudo indicava que o convênio sairia, no entanto o Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Educação, acabou por minar

O parecer do relator do CEE foi contrário ao repasse de recursos financeiros, conforme manifestação abaixo,

[...] parece absurdo que o próprio Estado firme convênio consigo mesmo para fins de auxílio financeiro. Se os Colégios Técnicos integram a

Universidade Estadual de Campinas, devem ser mantidos com recursos orçamentários e não por convênios financeiros, do contrário se estarão agredindo os princípios inspiradores do Orçamento Programa.

(CEE-SP, Processo Original CEE No. 1.187/70 – p. 203)

Já na Secretaria de Educação, a manifestação contrária da Consultoria Jurídica em 16/07/1971, apresentou como argumento a Lei 7.655/62, de criação da UNICAMP, considerando que a mesma já previa que os Colégios Técnicos seriam partes constituintes da Universidade:

[...] Desta forma, fica bem claro que na criação da Universidade já ficou estabelecida a existência das Escolas Técnicas e já foi previsto o orçamento para instalá-las;

[...] Assim, pois, entendemos estar o Egrégio Conselho Estadual com inteira razão, pois já dotou o Estado, à Universidade de Campinas verbas próprias para a manutenção das Escolas Técnicas, além do mais, ainda forneceu prédio **para as mesmas funcionarem até a construção das edificações definitivas**. Caso, ainda viesse a celebrar um convênio para a manutenção das mesmas teríamos um “bis in idem”. **Grifo Nosso**

O nosso parecer, é portanto, s.m.j. contrário a celebração do convênio.

(Secretaria Estadual de Educação – Processos SE No. 3.197/68 e SE No. 49953/68 – 16/07/1971)

Dessa forma, ruíram todas as tentativas da UNICAMP em conseguir o apoio financeiro para a manutenção de seus Colégios Técnicos. Isto, pode talvez explicar a situação de degradação que o Cotuca passou no final dos anos 1970 até a metade dos anos 1980: não existiriam recursos para o desenvolvimento dos Colégios, pois durante muitos anos considerou-se que estes recursos viriam de fora, da Secretaria de Educação, o que nunca ocorreu.

2.3.2 O ano de 1969 e a proposta de convênio entre a UNICAMP e o CETESP – a formação de professores habilitados ao Ensino Técnico

No primeiro semestre de 1969, provavelmente em fins de março, início de abril de 1969, o Diretor do Centro de Formação Técnica do Estado de São Paulo – CETESP, Roberto Marcondes Godoy entrou em contato com o professor Rubens Carlos Tocalino,

Assessor Técnico da Reitoria da UNICAMP apresentando uma proposta de realização de um convênio entre aquele Centro e a Universidade para a formação de professores que ministravam aulas nos Colégios Técnicos, tendo como base o Artigo 30 da Lei 5.540 recém criada, de 28 de novembro de 1968.

Em 07 de abril daquele ano, o professor Tocalino repassou toda a documentação acerca da proposta de convênio apresentada pelo professor Godoy ao professor Brieger, presidente da Comissão de Ensino do Conselho Diretor, que por sua vez, traduziu o seu entendimento da situação em um documento encaminhado para o Reitor Zeferino Vaz um dia após, em 08 de abril, após a abertura do Processo No. 1.022/69¹⁰³ e todas as manifestações citadas neste item são baseadas neste processo.

No entendimento do professor Tocalino, este convênio:

[...] visa preparar os professores de formação técnica superior, de modo a capacitá-los, conforme estabelece a legislação vigente, e ministrar conhecimentos técnicos em Colégios Técnicos Industriais (nível médio).

Ainda na manifestação do professor Tocalino foi apresentada a necessidade de formação específica para os professores dos dois Colégios Técnicos conforme vimos abaixo:

O Prof. ROBERTO MARCONDES GODOY estará em atendimentos diretos conosco, aguardando o pronunciamento da Reitoria da Universidade de Campinas caso seja de interesse conceder aos professores engenheiros e técnicos superiores os cursos que darão direito a lecionarem em Colégios Técnicos (Campinas e Limeira). Prof. ROBERTO MARCONDES GODOY informa ser tolerado um prazo mínimo para que os professores obtenham o grau de mestría, mas vencido este não poderá ser contratado outro que não possua o curso de habilitação. (UNICAMP, Processo No. 1.022/69)

¹⁰³ Processo No. 1.022/69, de 07/04/1969, interessado Reitoria da Universidade de Campinas – “Cursos em convênio, a serem mantidos pela UC, sob orientação do CETESP (Centro de Formação Técnica do Estado de São Paulo”. Como observação, o nome oficial da UNICAMP era “Universidade de Campinas”, naquele mesmo ano, com os Estatutos, que tornou-se Universidade Estadual de Campinas.

A considerar a manifestação acima o que estava em jogo seria, em última instância, a continuidade das atividades dos Colégios Técnicos de Campinas e Limeira em sua integralidade, uma vez que seus professores engenheiros e técnicos não possuíam a formação específica que se passaria a ser exigida num prazo de um ano.

Na manifestação do professor Brieger ele questiona que as principais atribuições acadêmicas na proposta apresentada pelo professor Godoy, como os programas, a escolha dos professores, a designação da coordenação do curso e também a emissão de certificados ficariam a cargo do CETESP, e à UNICAMP caberia apenas a supervisão dos cursos, o que para o professor Brieger deveria ser o contrário. Assim, na manifestação do presidente da Comissão de Ensino em 08 de abril de 1969, este coloca em dúvida se seria conveniente para a Universidade abarcar aquela idéia, sugerindo ainda que este assunto fosse tratado no ano seguinte, “...quando então os cursos de Engenharia estivessem plenamente organizados e os programas dos Colégios Técnicos revistos.”

Em 15 de abril 1969, o Reitor Zeferino Vaz encaminhou para a Procuradoria Geral analisar os aspectos legais, mas antes que o processo tivesse chegado à PG, duas semanas após, em 29 de abril, o professor Brieger atualizou as discussões em torno deste assunto, informando ao Reitor Zeferino Vaz que o professor Godoy o havia procurado, apresentando um modelo de convênio, que já havia sido implementado com a Universidade do Paraná. Mas a sugestão do professor Brieger foi ao sentido de que este assunto fosse analisado no âmbito da Assessoria de Ensino (a sub-comissão da Comissão de Ensino, para tratar dos assuntos dos Colégios Técnicos), propondo a seguinte tramitação do processo: i) Assessoria de Ensino; ii) Procuradoria Geral; iii) Comissão de Ensino e iv) Conselho Diretor, quando teria a aprovação do convênio.

Em 08 de maio a manifestação do Reitor foi de que estava de pleno acordo, sugerindo a participação do Diretor do Cotel professor Manoel da Silva nas discussões, denotando o grande apreço do Reitor pelo professor Manoel, o que ocorrera em outras situações.

Em 25 de junho, o presidente da Comissão de Ensino se dirigiu novamente ao Reitor informando que esta recebeu o Parecer da Assessoria de Ensino realizado sob a

presidência do professor Fernando Rebello e encaminhou uma proposta, que se aprovada pelo M. Reitor seria encaminhada ao Conselho Diretor da UNICAMP.

Com relação à pertinência do convênio, a Comissão de Ensino “*acha plenamente justificado estabelecimento deste Convênio*” e apresentamos abaixo os três argumentos elencados por tratarem-se especificamente da visão e atuação da Universidade, à época de sua criação, acerca da formação dos professores de seus Colégios Técnicos – Cotil e Cotuca:

- a) Levando em conta que os dispositivos legais exigem que certificados para Professores de Colégios Técnicos sejam concedidos por Instituições Universitárias;
- b) Considerando este curso de aperfeiçoamento como continuação lógica da existência de Colégios Técnicos na Universidade;
- c) Por ver nesta medida uma possibilidade de melhorar, não só no interesse geral, mas no interesse da própria Universidade, a preparação de professores dos Colégios Técnicos, sem, todavia assumir qualquer garantia a respeito da futura colocação daqueles que receberem o certificado.

Com relação ao escopo do convênio, a proposta da Comissão de Ensino inverteu a importância relativa do CETESP e da Universidade no que diz respeito às atribuições de cada uma das partes ao prever que gerenciamento seria realizado por uma Comissão Coordenadora, contendo três membros, sendo o Coordenador indicado pela UNICAMP e os outros dois membros, denominados de Conselheiros, indicados um pela CETESP e um pela UNICAMP.

Esta Comissão Coordenadora ficaria responsável pela elaboração dos programas, dos horários dos cursos, dos critérios de aprovação no curso, e seleção de professores, etc, tendo sempre que serem homologados nas instâncias acadêmicas da Universidade – Comissão de Ensino e Câmara Curricular. E claro está que a Universidade teria a primazia de dar a tônica dos cursos, dado que dos três membros da Comissão Organizadora, dois seriam pertencentes aos seus quadros, além da homologação de suas instâncias acadêmicas.

Em 01 de julho de 1969, o Reitor Zeferino Vaz manifestou-se da seguinte maneira: “De acordo. Autorizo ‘ad referendum’ do C.D. (Conselho Diretor) a celebração de Convênio, ouvido a Procuradoria”.

Embora em sua primeira manifestação (15 abril) o Reitor houvesse encaminhado o processo para a Procuradoria se manifestar, o processo correu sem que este órgão houvesse emitido seu parecer e quando o fez, a situação já estava consolidada do ponto de vista acadêmico e com o aval do Reitor que procedeu ao *ad referendum* do Conselho Diretor.

No entanto, já no primeiro parágrafo de sua manifestação, feita de próprio punho, como era de praxe de sua parte e colocando a tradicional expressão “Salvo melhor juízo”, o Procurador Chefe, Pêrsio Furquim Rebouças, deixou bem claro a sua discordância da celebração do Convênio entre a Universidade e o CETESP pois seria

[...] equívoco ao proceder que, mediante convênio com o Centro de Educação Técnica do Estado de São Paulo (CETESP) se possibilitaria conceder aos professores engenheiros e técnicos superiores os cursos que lhes dariam o direito de lecionar nos Colégios Técnicos de Campinas e Limeira desta Universidade.
(Grifo Nosso)

O Dr. Furquim questionou o embasamento legal utilizado pelo professor Tocalino para formalização do Convênio – Artigo 30 da Lei Federal 5.540/68 e Portaria No. 111/68, do Ministro de Educação e Cultura, pois não garantiriam chegar-se aos objetivos do Convênio por parte da Universidade, qual seja o suprimento dos requisitos legais de seus professores dos cursos profissionalizantes, conforme listamos abaixo:

O assinalado Art. 30 da Lei 5540/68 (fls.9) se refere à formação de professores para o ensino de segundo grau e a Portaria 111/68 (fls 12/15) define e regulamenta Cursos Especiais de Educação Técnica, também objetivando a formação de docentes para disciplinas específicas dos cursos de formação técnica e profissional.

Ao contrário do que entende o proponente, o preceito expresso no Art. 30 da Lei 5540/68 exatamente demonstra a inviabilidade de, por simples efeito do convênio proposto, se obter a formação de professores para o ensino nos colégios técnicos (nível médio).

Nos parágrafos seguintes, o Dr. Furquim apresentou argumento de natureza filosófica, com relação à competência para realização de formação de professores no âmbito da Universidade:

O Estatuto desta Universidade, em fase final de aprovação, reserva à Faculdade de Educação, ainda não instalada, a formação de professores.

Até então, a formação de professores não será atividade desta Universidade, o que não impedirá, evidentemente, que ela mantenha Colégios Técnicos, recrutando professores já habilitados para o ensino, como se vem fazendo. (Grifo nosso)

Finalizando a sua manifestação, o Dr. Furquim:

Peço vênica para sugerir a reconsideração da autorização retro não se celebrando o proposto convênio até que melhores esclarecimentos possam conduzir ao aproveitamento da experiência do CETESP sem o risco de se assumirem responsabilidades incompatíveis na atual fase de implantação desta Universidade.

O processo ficou parado por quatros anos, como se diz comumente, *engavetado*, sem que o Reitor se manifestasse até a data de 30 de agosto de 1973, quando sucintamente escreveu: “*De acordo com o parecer supra. Arquite-se.*”

Como já manifestamos o nosso interesse neste processo e em seu detalhamento, diz respeito à visão e atuação da Universidade Estadual de Campinas na formação dos professores de seus Colégios Técnicos, da área da Educação Profissional, mormente formados em Faculdades de Engenharia, de Enfermagem, Ciências da Computação, Analistas de Sistemas, ou em número menor, Técnicos de Nível médio, e que, via de regra não têm a formação em licenciatura conforme a legislação específica para atuação como docente. E isto, como vimos, é um problema que se manifestou já na criação da UNICAMP e, por conseguinte de seus Colégios Técnicos e, por incrível que possa parecer se arrasta até os dias de hoje, 2010, decorridos 43 anos, sem que pudéssemos elencar ações efetivas da Universidade para que fosse resolvido, ainda que em parte.

Em artigo da professora e pesquisadora da área de educação profissional, Lucília Machado, o entendimento que chegamos é que tanto a Lei Federal No. 5.540/68

quanto a Portaria No. 111/68 do Ministério de Educação e Cultura davam sim o embasamento legal para a realização do convênio, bem como para a consecução de seus objetivos por parte da Universidade: de dotar os seus professores, engenheiros de formação, dos requisitos legais para a docência nos Colégios Técnicos de Campinas (Cotuca) e de Limeira (Cotil). Assim, acreditamos que o senhor Procurador, utilizou de forma errônea as duas legislações citadas com o intuito de inviabilizar a concretização do convênio.

Mas também não descartamos a possibilidade da manifestação do senhor Procurador Geral ter sido uma solicitação do professor Zeferino Vaz, que poderia ter mudado de idéia em relação à conviência do estabelecimento do convênio com o CETESP. E escrevemos isto sem nenhuma conotação de demérito para o senhor Procurador, uma vez que entedemos, que se de fato houve a mudança de opinião do Reitor Zeferino, a melhor saída seria mesmo a manifestação contrária da Procuradoria Geral. Mas são apenas hipóteses.

2.3.3 O ano de 1975 e o Plano de Organização Didática dos Colégios Técnicos - as exigências da Lei 7.692/71

O processo que resumidamente relatamos teve início em 1975, quando o Cotuca apresentou ao Conselho Estadual de Educação o documento “Plano de Organização Didática e Administrativa”¹⁰⁴ e da leitura do parecer do relator, tomamos conhecimento de informações preciosas no que tange à história do Colégio Técnico de Campinas, relativas a seu Projeto Político Pedagógico. E mesmo não tendo esta pesquisa os focos na análise do PPP do Cotuca acreditamos na importância das quatro citações listadas abaixo, pois nos permitirão entender um pouco acerca de alguns elementos utilizados para a construção do Projeto Pedagógico do Colégio Técnico de Campinas.

Na parte inicial vem a identificação do estabelecimento (já agora denominado Escola Estadual de 2º Grau de Campinas da Universidade Estadual de Campinas [...])

¹⁰⁴ Processo CEE-SP N° 2.521/75

As cargas horárias totais de cada curso superam os mínimos pré-fixados na legislação em vigor, com obediência à predominância das disciplinas de Formação Especial. No período diurno o regime de estudos é de tempo integral (8horas) e no período noturno a duração é de cinco horas.

Os objetivos do Colégio Técnico Industrial de Campinas, em seus aspectos gerais, estão fundamentados no preceituado no artigo 1º da Lei No. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e no artigo 1º da Lei No. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

O documento apresenta, na seqüência, os objetivos próprios às habilitações profissionais ministradas pelas Escolas, assim como define as atribuições delas, valendo-se para tanto, da classificação internacional de profissionais elaborada pela OIT – Organização Internacional do Trabalho. (Grifo nosso)

(Conselho Estadual de Educação, Processo CEE-SP No. 2.521/75)

O primeiro destaque é, na realidade, uma curiosidade em relação à denominação oficial do Cotuca uma vez que os dois únicos nomes que conhecíamos era o de batismo – Colégio Técnico Industrial de Campinas e o atual Colégio Técnico de Campinas, alterado no Regimento Escolar de 1978. Mas, à exceção deste documento, não encontramos nenhum outro que reféri-se ao Colégio como Escola Estadual de 2º Grau de Campinas da Universidade Estadual de Campinas.

Já, o segundo destaque tem o objetivo de apontar que desde o início do funcionamento do Colégio Técnico de Campinas, a organização curricular nos cursos técnicos integrados do Cotuca privilegiava a formação profissional (no texto tratada como Formação Especial), apesar do discurso oficial sempre ter apontado a importância da formação geral, não apenas para a formação de cidadãos, mas também para a própria formação profissional. Mas na prática isso não ocorria, a formação geral era muito deficitária.

Em relação ao terceiro destaque realizado, quando da leitura dos Regimentos e Planos Escolares, por diversas vezes ficávamos imaginando quais teriam sido os processos educacionais que haviam determinado os objetivos gerais do Cotuca e também os objetivos específicos das habilitações profissionais: se por meio de reuniões e/ou assembléias com os professores, ou se apenas pela equipe diretiva e pedagógica do

Colégio. A citação transcrita do processo nos mostrou que os objetivos do Colégio, que se mantiveram praticamente os mesmos por mais de 20 anos, foram retirados do artigo 1º das Leis de nº 4.024/61 e nº 5.692/71, ambas as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Já o quarto e último destaque têm o objetivo de informar que o Cotuca não apenas utilizou a Classificação Internacional de Profissionais elaborada pela OIT para fundar os objetivos e as atribuições dos cursos técnicos na sua fase inicial, mas que estas se mantiveram inalteradas nos Planos Escolares por mais de vinte anos, até a metade da década de 1990.

2.3.4 O ano de 1977 e o reconhecimento por parte da Universidade da subordinação do Cotuca às instâncias educacionais estaduais.

O processo relatado a seguir, nos fornece uma importante informação de caráter histórico acerca do que denominamos de relação de *dependência legal* do Cotuca às instâncias educacionais do Governo Estadual Paulista.

A relação de *dependência legal* (supervisão e validação dos atos pedagógicos) do Colégio Técnico Industrial de Campinas (Cotuca) ao Conselho Estadual de Educação – SP teve como marco desencadeador a apuração por parte da Divisão Regional de Ensino de Campinas a cobrança de taxa de matrícula e contribuição para a APM realizada pelo Cotuca. Foi realizada uma visita de técnicos e assessores desta Divisão em 04 de janeiro de 1977 ao Colégio para obtenção de esclarecimentos, tendo sido recebidos pela direção da escola¹⁰⁵.

Como resposta à visita, a Direção do Cotuca encaminhou cópias dos Estatutos da UNICAMP, da Lei 5540/61 que normatizava o funcionamento do ensino superior e também da aprovação dos Estatutos da APM, documentos estes que a nosso ver tinham o intuito de demonstrar aos dirigentes estaduais que o Colégio, por ser uma unidade da

¹⁰⁵ Secretaria da Educação de São Paulo / Divisão Regional de Ensino de Campinas – Processo 1758 – Folha 2

UNICAMP, gozava de autonomia em relação aos órgãos estaduais normativos da educação de São Paulo.

E o que parecia estar resolvido, acabou por desencadear uma discussão no âmbito da Divisão Regional de Ensino de Campinas acerca desta autonomia que até então o Cotuca mantinha com os órgãos estaduais de educação, decorrendo ainda mais uma visita ao Colégio em 10 de fevereiro daquele ano, gerando um processo administrativo – Nº 1.758 de 24 de fevereiro de 1977. A seguir, transcrevemos alguns trechos do relatório¹⁰⁶ desta segunda visita, pois revelam informações importantes do funcionamento do Cotuca à época:

O Colégio nasceu de um ideal do Professor Dr. Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas.

[...]

Após a idéia, havia a necessidade de um local. Foi quando surgiu o prédio do antigo Ginásio Industrial “Bento Quirino”, cedido pela Secretaria da Educação para a instalação do Colégio Técnico. A ocupação é legal, ... devido a uma cláusula do testamento deixado pelo doador....

[...]

O objetivo da criação do Colégio Técnico foi o de fornecer aos que o procuram, habilitação profissional, mão de obra especializada e qualificada para a indústria e empresas e não o de preparar alunos para a própria Universidade.

[...]

Os diplomas, antigamente eram registrados pelo MEC. Hoje, a S.E. (Secretaria de Educação), por delegação de competência, registra os diplomas, através das Delegacias de Ensino.

O único vínculo entre o COTUCA e a D.E. (Delegacia de Ensino) (1ª DE), é apenas na parte em que os Supervisores Pedagógicos visam as fichas dos alunos e o que é muito importante, o entrosamento existente para a troca constante de idéias.

Há no Campus, terreno para a construção das futuras instalações do Colégio Técnico e Industrial da Universidade Estadual de Campinas.

(Grifo Nosso)

A leitura deste segundo termo de visita não indicava que haveria mudanças de rumo neste caso. No entanto, em 24 de fevereiro de 1977, as discussões saíram do

¹⁰⁶ Idem 4 – Folhas 8 - 9

âmbito local, com a abertura do processo já referenciado, e com seu encaminhamento, pelo Diretor Regional de Campinas, para a Coordenadoria do Ensino do Interior, nos termos transcritos a seguir¹⁰⁷:

Solicito a Vossa Senhoria esclarecimentos que visem definir a situação do Colégio Técnico de Campinas em relação a DRE, no que se refere a vinculação administrativa e pedagógica.

Para melhor informar, juntamos alguns documentos que permitem verificar o procedimento independente da escola e a legalidade de sua criação e funcionamento.

(Grifo nosso)

A resposta da Coordenaria, datada de 01 de março de 1997, definiu a nosso ver, a relação de dependência do Cotuca com o Conselho Estadual de Educação, por meio de uma Diretoria de Ensino local, desde então, conforme os trechos transcritos¹⁰⁸:

A Lei 5540/61 fixa normas de organização e funcionamento de ensino superior (g.n), portanto o seu artigo 3º. garante autonomia didático-científica apenas à Universidade como tal.

Ora, os Colégios Técnicos Industriais funcionam junto à UNICAMP mas desde a sua origem nunca ministraram ensino de nível superior. Classificam-se hoje como estabelecimentos de 2º. Grau.

A Lei 4024/61 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 16, não revogada pela Lei 5.692/71, diz textualmente:

“É da competência dos Estados e do Distrito Federal autorizar o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário e médio, não pertencentes à União, bem como reconhecê-los e inspecioná-los.”

O Parecer CEE No. 75/77 [...] conclui: ‘o Supervisor Pedagógico tem acesso aos serviços de Secretaria e Arquivo dos Estabelecimentos de ensino integrados no Sistema Estadual de Educação e competência para examinar e visar a documentação referente à vida escolar do aluno...’

À vista do exposto, torna-se evidente que o Colégio Técnico Industrial de Campinas, tem direito a ter um regimento escolar próprio, desde

¹⁰⁷ Idem – Folha 12

¹⁰⁸ Idem – Folhas 13 a 15

que aprovado pela DRE de Campinas, mas para fins de supervisão, orientação e inspeção subordinar-se a uma Delegacia de Ensino.

(Grifo nosso)

Em 23 de maio de 1977, a Coordenadoria Geral da Universidade (dirigida pelo Vice-Reitor), órgão responsável pelos Colégios Técnicos da UNICAMP, acatou o novo ordenamento institucional encaminhado pela Coordenadoria de Ensino do Interior, com o tradicional encaminhamento, expressão máxima da burocracia dos serviços públicos: *“para as devidas providências”*¹⁰⁹.

Em nosso entendimento, claro estava, que naquele ano de 1977 não havia outra forma de ser, até porque a própria Universidade não possuía, até onde temos conhecimento, nenhuma estratégia ou demonstrava intenção de *tomar conta* de seus Colégios Técnicos, a não ser o fornecimento dos recursos financeiros para sua manutenção e a indicação dos gestores em cargos de confiança.

Desde então o Colégio Técnico de Campinas, assim como o seu co-irmão, Colégio Técnico de Limeira, respondem primeiramente à Diretoria de Ensino e ao Conselho Estadual de Educação. A convicção que construímos nos oito anos que participamos da direção do Colégio Técnico de Campinas, acerca da relação Cotuca – Diretoria de Ensino de Campinas, é que a mesma ocorre de forma respeitosa e em regime de colaboração – em diversas situações o Cotuca contou com o apoio deste órgão da Secretaria Estadual de Educação.

Não obstante esta situação, acreditamos que já exista maturidade e condições técnicas e políticas da Universidade Estadual de Campinas colocar na agenda de discussão a extensão da sua autonomia para os seus Colégios Técnicos. Existem instrumentos legais que possibilitam esta autonomia, denominado Supervisão Delegada e outras entidades educacionais, como o Centro Paula Souza e o SENAI, já usufruem deste instrumento – voltaremos novamente a este assunto nas considerações finais deste Pilar II.

¹⁰⁹ Idem – Folha 17

2.3.5 O ano de 1978 e novas regularizações dos atos acadêmicos do Cotuca

Neste item vamos abordar um processo catalogado no Conselho Estadual de Educação como Processo CEE nº 137/78, tendo sido uma iniciativa da UNICAMP que recorreu ao CEE para realizar, o que nos parece ter sido o maior ajuste, a posteriori, de atos educacionais de seus Colégios Técnicos de Campinas e Limeira, bem como da Escola Técnica de Prótese, ligada à Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP). Naquela ocasião, após aprovação do Conselho Diretor da Universidade, foram encaminhados quatro extensos volumes com juntadas de documentos, referentes à convalidação dos atos escolares a) do Curso Técnico de Enfermagem de Limeira; b) de todos os Cursos de Qualificação Profissional de nível III desde 1974¹¹⁰; c) do curso de Prótese; e d) alteração do Regimento Escolar unificado dos Colégios Técnicos e da Escola de Prótese.

Pela leitura do Parecer do Relator – datado de 23 de julho de 1978 e acolhido pela Câmara de 2º Grau do CEE – podemos inferir que, aparentemente, a motivação original do processo tenha sido a impugnação dos diplomas do Curso Técnico de Enfermagem do Cotuca¹¹¹ em 1977, acarretando com isso diligência por parte do órgão estadual com intuito de recolher as informações e documentações necessárias para a sua legalização.

A leitura do Parecer também nos permitiu obter outras informações históricas dos Colégios Técnicos da UNICAMP, como por exemplo, uma que há muito tempo procurávamos, acerca do primeiro Regimento Escolar dos Colégios Técnicos da UNICAMP¹¹², datado de maio de 1970 com a indicação dos processos administrativos no

¹¹⁰ Cursos de Eletrotécnica e de Mecânica do Cotuca e Edificações e de Mecânica do Cotil, todos realizados no período noturno.

¹¹¹ Parecer CEE No. 587/77

¹¹² Tanto no Cotuca quanto no Cotil não existe cópia do primeiro Regimento Escolar (à época, denominado de Regimento Interno) dos dois Colégios.

âmbito da Universidade que lhe deram origem¹¹³. Outra informação que não dispúnhamos diz respeito à implantação do atual curso de Informática, que originalmente, em seu início, em 1973, denominava-se “Técnico em Programação de Sistemas”, e que pela análise do relator, teve que alterar esta denominação para “Técnico em Processamento de Dados”, permanecendo assim até 1998. Ainda com relação ao curso técnico de Programação de Sistemas, a legalização dos seus atos escolares deu-se somente em 1976, pouco mais de três anos após o seu início¹¹⁴.

Ao longo do Parecer, percebemos a comparação realizada pelo relator entre as estratégias utilizadas pelos Colégios Técnicos de Campinas e Limeira com a Escola de Prótese da FOP, em relação à observação da obrigatoriedade¹¹⁵ do ensino médio constante nos Planos de Cursos Supletivos de Qualificação Profissional:

“Os cursos de Campinas e de Limeira exigem conclusão de ensino de 2º Grau para matrícula nos cursos, o que constitui sábia medida de ordem pedagógica”

[...]

O Curso Supletivo de Piracicaba admite alunos com 2º. Grau completo ou que estão completando paralelamente. Os candidatos que procuram esses cursos são realmente interessados na profissionalização, independentemente do prosseguimento de estudos. Pedagogicamente, é o mais aconselhado.

Analisando o grande número de atos escolares demandados pela UNICAMP junto ao Conselho Estadual de Educação para legalização, alguns com retroatividade de mais de três anos, alguns analistas poderiam colocar em cheque a capacidade administrativa que tinham a Universidade e seus Colégios Técnicos em manter a boa

¹¹³ Processos Nos. 3.176/70 e 3.177/70 – com base nesta informação, buscamos o apoio ao SIARQ e a partir daí, inúmeras outras informações sobre os primórdios dos Colégios foram surgindo, em cascata, pois um processo levava a outro.

¹¹⁴ Portaria CEI de 19/07/1976

¹¹⁵ E assim prevaleceu durante todo o período em que o Cotuca ofereceu os antigos cursos técnicos modalidade QP IV, com a exigência do 2º. Grau completo para os alunos ingressantes, tendo sido alterado por ocasião da REP na elaboração dos novos planos de curso (Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Plásticos, Gestão Ambiental e Informática)

governança no ensino técnico, no entanto, destacamos o posicionamento do relator, no item 2.6 daquele relatório:

A indiscutível idoneidade da mantenedora, a exatidão de todos os documentos que foram juntados ao processo com a intenção de sanar as falhas existentes, prova a boa fé e a boa qualidade dos cursos ministrados.

Uma explicação para a grande quantidade de atos educacionais validados a posteriori, pode estar relacionada ao fato de que no início de funcionamento da Universidade, esta assumiu possuir autonomia em relação aos seus Colégios Técnicos e conforme vimos no item anterior, essa autonomia não possuía sustentação legal e por isso mesmo fora abolida.

2.3.6 A ocupação do cargo de direção do Cotuca nos anos de 1986 e 1995 – a lei tem que ser cumprida, aos interessados que a alterem.

Neste item vamos discutir dois episódios em que a Universidade Estadual de Campinas teve que revogar portaria do Reitor nomeando Diretores do Colégio Técnico de Campinas, por determinação de instâncias estaduais, no caso a antiga Delegacia de Ensino de Campinas por motivos do não cumprimento da legislação específica para ocupar o cargo de Diretor.

Os episódios a serem relatados dizem respeito ao professor Fernando Antônio Arantes, nomeado Diretor do Cotuca em 1986, pelo então Reitor professor Paulo Renato Costa Souza, que cerca de seis após, tornou esta designação sem efeito, pelo fato do professor Arantes não possuir a formação em Pedagogia e Habilitação em Administração Escolar, requisitos presentes na legislação e no próprio Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP.

O segundo caso, do professor Michel Sadalla Filho, guardou semelhança com o primeiro, à exceção do cargo de designação – Diretor Associado do Cotuca, em novembro de 1994, mas passando pelo mesmo processo cerca de seis meses depois, sendo Reitor na época, o professor José Martins Filho.

E para que não fique nenhuma dúvida acerca da intencionalidade da discussão dos referidos episódios, desde já apresentamos a visão deste pesquisador –

que como visto é um dos professores que teve revogada a sua da portaria de nomeação como Diretor do Colégio: houve acerto na decisão de ambos os Reitores em revogar as portarias dos professores Fernando Arantes e Michel Sadalla Filho, pois que, simplesmente não cumpriam os requisitos estabelecidos no Regimento do Colégio do Colégio Técnico de Campinas, não restando outra forma de encaminhar estes casos por parte da Reitoria da Universidade.

Dito posto, qual então a motivação para tratar destes episódios?

Basicamente dois são os motivos, o primeiro deles é o de dar sustentação à discussão a ser realizada no próximo capítulo, Pilares V e VI – discorrendo acerca da escolha do Diretor, alteração do Regimento Escolar e implantação do órgão colegiado do Colégio Técnico de Campinas. Isso, pois, uma das principais alterações implementadas no novo Regimento Escolar – em maio de 1998 no Cotuca e pouco tempo após no Cotel – que causou bastante impacto na gestão de ambos os Colégios, foi justamente a que alterou a forma de provimento do cargo de Diretor Geral do Cotuca e do Cotel, permitindo então que todo docente destes Colégios pudesse pretender ocupar este cargo por meio de um processo de consulta à comunidade com critério de votação nos mesmos moldes das unidades de ensino e pesquisa – Institutos e Faculdades da Universidade.

O segundo objetivo é o de subsidiar o debate acerca da autonomia da Universidade Estadual de Campinas sobre os seus Colégios Técnicos – Cotuca e Cotel tendo em vista a possibilidade institucional para que isto ocorra, por meio do instrumento da Supervisão Delegada, como usufruem instituições como o Centro Paula Souza e o SENAI, conforme já discurremos.

Como visto, estes dois episódios da (des) nomeação dos Diretores entram apenas como suporte para discussões maiores e de fundo, se atentarmos ao subtítulo deste item, a intenção é chamar a atenção para a legislação vigente – o foco passa a ser alterar ou não alterar esta legislação? No caso dos Diretores, como sabido, tanto o Cotuca, quanto o Cotel alteraram os seus regimentos e, portanto, as regras que vigiam a ocupação do cargo de direção.

E quanto à autonomia da Universidade sobre os seus Colégios Técnicos?

Para auxiliar o debate deste assunto colhemos opiniões de importantes dirigentes da Universidade ao longo do tempo – Reitores e Pró-Reitores, e também de dirigentes dos dois Colégios Técnicos, por meio de questão específica apresentada a estes dirigentes, solicitando a eles manifestarem-se acerca da adoção do instrumento de Supervisão Delegada por parte da Universidade. Antes de realizar a pergunta para cada entrevistado, apresentamos o conceito de Supervisão Delegada, exemplificando com as instituições Centro Paula Souza e SENAI.

As respostas às entrevistas bem como as considerações finais sobre este Pilar II são realizadas no próximo item.

2.3.7 A autonomia da Universidade Estadual de Campinas junto aos seus Colégios Técnicos: há interesse? Algumas considerações.

Por toda discussão que realizamos, a convicção que formamos é que, no início, a Universidade não tinha o entendimento de que se fazia necessário aprovar os processos educacionais dos Colégios nas instâncias estaduais que comandavam a educação no estado de São Paulo. Isto porque ela agia como se possuísse plena autonomia para criar cursos, emitir diplomas e demais processos educacionais, tanto é que as atividades iniciaram-se em 1967 e somente em 1971 foram submetidas à apreciação do Conselho Estadual de Educação, com regularização em 1972, conforme já discutido.

Com relação a este ponto, na entrevista que realizamos com o professor Osmar Salles de Figueiredo – Diretor do Cotuca no período 1970 – 1974, e o responsável pelo levantamento da documentação necessária para a o processo de regularização do Cotuca junto ao Conselho Estadual de Educação – quando perguntamos para qual órgão estadual de educação o Cotuca prestava contas, este nos respondeu: “*apenas ao Reitor Zeferino Vaz*”. Refizemos a pergunta, pela dúvida se de fato o professor Osmar havia entendido nosso questionamento e ele novamente nos deu a mesma resposta, informando que agia com total independência, pois o Colégio pertencia à Universidade Estadual de Campinas.

Por outro lado, as próprias instâncias estaduais não tinham segurança acerca de sua ascendência em relação aos Colégios Técnicos da Universidade, e nesse sentido,

o Processo No. 1.758/77 da Divisão Regional de Ensino de Campinas, que discorremos no item 2.3.4, é revelador não apenas para demonstrar este nosso entendimento, mas, mais ainda importante, por estabelecer um marco, a partir do qual ficou claro para ambas as partes que a pretensa autonomia não existia, pois não apenas carecia de fundamento legal, mas também, a nosso ver, de vontade política, após um período inicial de afirmação.

O aprendizado foi sendo construído passo-a-passo em função das necessidades que se apresentavam em se corrigir processos em andamento, como por exemplo, a validação de diplomas de alunos de cursos que ainda não haviam sido aprovados pelo Conselho Estadual de Educação.

E por que isto acontecia? Acreditamos que o fato de se tratar de processos novos, tudo era novidade, contribuía para estes desacertos. Mas também inferimos duas outras possibilidades: a primeira delas, que já abordamos, pela inferência por parte dos dirigentes universitários, de que, por se tratar de escola vinculada a uma Universidade, esta teria total prerrogativa na condução de seus rumos, em conformidade à Lei 5.540/61 – nos moldes que garantia às Universidades federais a autonomia de suas escolas técnicas vinculadas. Neste caso, a motivação seria de natureza legal, ou seja, ainda que de forma errônea – conforme demonstrado no parecer da Diretoria Regional – os dirigentes universitários agiam em conformidade à lei que, acreditavam lhe davam guarida.

A segunda possibilidade que aventamos é de os dirigentes universitários – imbuídos do espírito de que para a UNICAMP *tudo podia*, fundado no poder de articulação que o Reitor Zeferino Vaz possuía junto às autoridades estaduais e federais – acreditarem que estariam acima da legislação estadual.

Por fim, ainda que possamos ver, nestas duas possibilidades, contradições entre elas (se uma é verdadeira, exclui a outra), acreditamos que a complexidade das relações humanas e políticas, poderia nos levar a ter uma conjunção das duas, ainda que de forma parcial, como parte da explicação do problema tratado.

Em relação à temporalidade o Processo No. 1.758/77 tratado no item 2.3.4 deixou claro que a partir de 23 de maio de 1977, a Universidade aceitou que teria que se submeter aos ditames dos órgãos estaduais de educação de São Paulo para a manutenção das atividades de seus Colégios Técnicos.

Mas em relação a este tópico, uma outra questão nos tem interesse especial: estaria a Universidade interessada em ter plena autonomia para gerir o desenvolvimento de seus Colégios Técnicos? Como já discurremos, isto é possível por meio de um instrumento denominado de *Supervisão Delegada*.

Decorrente desta primeira questão fizemos o seguinte questionamento para ex-dirigentes universitários, bem como os Diretores do Cotuca e do Cotil com mandato em andamento por ocasião da realização desta pesquisa:

Conceitualmente, o senhor seria favorável à Universidade adotar o regime de **Supervisão Delegada** para os Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira? Acredita que isto traria mais benefícios ao ensino praticado pelos Colégios ou a manutenção da supervisão estadual ainda se faz necessária por tratar-se de instituições de nível médio?

Com relação a este assunto, foram ouvidos cinco ex-Reitores, três ex-Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários e os diretores do Cotuca e Cotil – as respostas estão apresentadas abaixo na sequência já descrita.

Para o professor Martins,

É difícil de responder isso, eu pessoalmente sou muito a favor da autonomia universitária e como estamos falando a autonomia universitária eu acho que ela também tem que ser transferida para os Colégios Técnicos que estão dentro da instituição por que na verdade a autoridade máxima em cima dos Colégios Técnicos é do Reitor e não do Secretário de Educação. Eu sou muito a favor da Supervisão Delegada.
(José Martins Filho, Reitor 1994 – 1998, entrevista 17/12/2009)

O professor Hermano Tavares, utilizou a legislação existente para regulamentar o funcionamento dos cursos superiores para manifestar seu posicionamento amplamente favorável à autonomia da UNICAMP,

Não, sou claramente favorável a Supervisão Delegada e acho que qualquer outra coisa é um retrocesso porque essa já é a situação das Universidades. No Brasil existe uma instituição chamada Universidade, existe uma instituição chamada Centro Universitário e outra instituição chamada Instituto de Ensino Isolado, ou qualquer coisa assim. Exatamente o que a Universidade tem é uma espécie de Supervisão Delegada, ela pode criar curso a vontade, ou pode não sei o que, sem precisar pedir licença ao Ministério da Educação. Já o Instituto Isolado, que é o caso da faculdade em que eu trabalho atualmente, de Sorocaba, ela só pode criar um curso pedindo licença ao Ministério da Educação, apresentando projeto, recebendo uma fiscalização que nós acabamos de receber lá em Sorocaba. E o Centro Universitário que tem uma posição intermediária, seria uma coisa muito esquisita se a UNICAMP uma das melhores universidades do país gozasse de todas essas facilidades no nível superior e não gozasse no nível médio. Então, não pode de jeito nenhum se submeter a esses órgãos que está sendo falado aí.

A visão manifestada pelo professor José Tadeu Jorge é muito semelhante à visão do professor Hermano Tavares, invocando a autonomia conquistada pela UNICAMP no nível superior e a sua capacidade em estende-la ao nível técnico:

A Universidade deveria assumir plenamente todas as ações dos Colégios Técnicos. Se a Universidade faz isso em nível superior, deveria também fazer em relação aos Colégios, dando mais responsabilidade para tratar as questões do ensino técnico. A Universidade já provou que em termos de autonomia, tem todas as condições de atuação com responsabilidade e com olhar prioritário para a qualidade.

Quando perguntamos ao professor Carlos Vogt, ele nos questionou acerca dos detalhes do instrumento de Supervisão Delegada, e apesar de mostrar-se reticente em relação à sua legalidade, conceitualmente manifestou-se favorável:

As Universidades, elas teriam competência teoricamente para poder fazer isso, se é possível essa delegação, acho que seria viável, precisaria de fato ver como é que isso funciona.

Para o professor Carlos Henrique Brito da Cruz,

Eu não entendo os detalhes desta questão. Parece-me que pode ter uma ligeira positividade, mas não me parece nem um pouco essencial, do seguinte ponto de vista: isso, a existência ou não da Supervisão Delegada, não é o que vai determinar se o estudante do

Cotuca vai aprender bem o que ele tem que aprender, existem vários outros fatores que são mais importantes do que isso.

Como pudemos ver, dentre os Reitores, o professor Carlos Brito foi o único que não se manifestou favoravelmente à adoção da Supervisão Delegada, apresentando como argumento, a não essencialidade deste instrumento para o aprendizado dos alunos, o que concordamos inteiramente com este ponto de vista. Mas ocorre que o instrumento de Supervisão Delegada não é utilizado para esta finalidade, mas sim para possibilitar uma gestão mais ágil e autônoma por parte da Universidade aos seus Colégios.

A seguir, passamos às manifestações dos Pró-Reitores.

Para o professor Archimedes,

Não sei se eu tenho condições de responder, a gente pode esbarrar em uma série de normas. Conceitualmente, sem dúvida nenhuma. Não vejo nenhum obstáculo a isso, mas volto a insistir, se o Colégio não consegue ter um representante no Conselho Universitário, como é que nós conseguiríamos uma autonomia desta para os Colégios?. Eu vejo que estas coisas estão amarradas, nós temos que ter um representante, o diretor do Colégio, o representante dos Colégios junto ao Conselho Universitário, para que se pudesse requerer, esta supervisão e esta autonomia aos Colégios e dependeria desta decisão do CONSU, particularmente, conceitualmente não vejo nenhum problema, pois seria como as unidades da Universidade.

Para o professor Roberto Texeira Mendes,

Eu entendo que não só por estar na Universidade, mas sempre que você conseguir que uma instituição como o Colégio Técnico adquira autonomia é capaz de gerir melhor o ensino. Eu acho que melhoraria, não consigo medir o impacto desta medida. Não é esta supervisão do Estado que garante a qualidade, absolutamente, acho até que atrapalha, deve ser uma burocracia infernal.

Apresentamos ao professor Teixeira a nossa visão de que a relação Cotuca – Diretoria de Ensino era respeitosa e de colaboração, e ele ponderou que mesm assim, os Colégios ganhariam com a autonomia da Universidade. Interessante notar, o argumento do professor Teixeira foi o mesmo do professor Carlos Brito, mas ao contrário, ou seja, a qualidade do ensino nos Colégios Técnicos não é obtida pela supervisão do Estado.

Para o professor José Carlos Valladão de Mattos,

Em 1989, a Universidade conseguiu a sua autonomia, praticamente quase total, digamos assim, porque ela passou a ser responsável pelo seu orçamento, tinha-se fixado certo percentual de arrecadação ICMS distribuído entre as três Universidades. Eu acho que é altamente desejável que a Universidade tenha autonomia de decidir estas questões, o que deve ser criado, o que deve ser extinto, eu não sei por que consultar o Conselho Estadual de Educação para isso. Se tiver que consultar formalmente tudo bem, consultar não, ser referendado, porque é claro que um conjunto de professores universitários, passando por congregações, por comissões departamentais, pelo CONSU, tem bastante bom senso para aprovar propostas bastante interessantes, sem ter que consultar ninguém lá fora.

Passando à análise dos Diretores do Cotuca e do Cotil.

A manifestação do professor Celso Akira Nishibe, diretor do Cotuca, invocou aspectos que não foram abordados nas manifestações anteriores, quais sejam, a autonomia dos Colégios frente à própria Universidade, como por exemplo, na gestão de recursos para contratação de pessoal, em caráter emergencial:

Então, a autonomia quando você estabelece a autonomia você tem que criar instrumentos para que a autonomia seja possível. Eu digo para você que hoje nós não temos todos os instrumentos necessários para uma autonomia efetiva. Por exemplo, uma questão muito simples, a substituição de um professor, que trás efeitos pedagógicos imediatos – este professor pode se afastar por doença ou por qualquer outro motivo que a lei permite, não é? Seria muito mais ágil se o diretor tivesse autonomia para fazer a substituição e se tivesse poder para trabalhar com o seu orçamento de maneira setORIZADA, parte desse orçamento, o plano de nomeações, o valor estabelecido por unidade dos recursos disponíveis para contratação, dentro de um determinado limite mas que pudessem ser de responsabilidade do diretor o que que acontece, nós não temos ferramentas para isso.

Com relação ao instrumento em si de Supervisão Delegada, o professor Akira manifestou-se conceitualmente favorável, pois na maior parte dos casos não precisaria encaaminhar para o Conselho Estadual de Educação, apenas com a análise e deliberação da Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT) da CEMT já seria suficiente. Ao CEE, caberia um papel mais de fórum para, por exemplo, discutir a reformulação de uma determinada área profissional, reunir diversas escolas e promover

esta discussão. Mas ainda em relação à adoção da Supervisão Delegada pela UNICAMP, o professor Akira observou:

Mas eu diria que hoje antes de isso pudesse acontecer a gente tem que ter instrumentação para isso, quando eu falo instrumentação, o Cotuca tem, eu vou falar claramente para você, tem uma Cristina Rubega, você vira para ela e diz estou querendo fazer tal coisa, ela te diz, ah, mas isso aqui tem uma lei, espera um pouquinho, ela te trás a lei, isso aqui tem que enxergar isso primeiro.

Isso (ter um supervisora contratada para a Universidade) pode ser para os dois colégios mas que conhecesse profundamente a legislação do ensino técnico profissionalizante, perfeito, acabou. Este instrumento, não adianta você criar, nós vamos ficar tudo no âmbito da Universidade a gente vai começar a tomar decisões erradas, equivocadas. Agora sem dúvida que seria melhor isso viria a calhar muita coisa.

O professor Paulo Sérgio Saran, diretor do Cotel nos informou que levou este assunto para a Reitoria na gestão do professor Tadeu¹¹⁶ tendo inclusive ocorrido uma reunião com o Reitor e o professor Marcos Monteiro, à época presidente do Conselho Estadual de Educação, e também com a participação dos diretores do Cotuca (professor Armando José Geraldo), ele e o professor Ângelo Cortelazzo representante da UNICAMP junto ao CEE:

A proposta que o Conselho trouxe era de levar a supervisão dos Colégios para (o Centro) Paula Souza que já tem um sistema independente de supervisão e isso nós não concordamos, pois achamos que ficaríamos pior do que estamos porque nos sabemos que a Paula Souza tem uma outra filosofia de formação diferente da Universidade, nós temos uma preocupação maior com a formação completa do aluno, sem nenhuma crítica para a Paula Souza é uma questão de visão, de filosofia. Então nós achamos que não seria adequado.

[...] Uma outra possibilidade que nos conversamos e que o professor Marcos Monteiro até achou de certa forma ser viável era a Universidade contratar um especialista para cuidar desta supervisão e

¹¹⁶ Embora a reunião mencionada pelo professor Saran tenha sido com o professor Tadeu, pode ser que tenha sido na gestão do professor Carlos Brito, pois em um outro trecho da conversa, o professor Saran menciona que deve ter sido por volta de 2005, época em que o professor Brito era o Reitor e o professor Tadeu Vice-Reitor e Coordenador Geral da Universidade.

ai na hora discutimos com o Reitor com o professor Tadeu e nós e achamos um tanto difícil viabilizar isso.

[...] O professor Marcos Monteiro disse que se não fosse pela Paula Souza nós poderíamos ter uma estrutura própria, mas teríamos que contratar profissionais. E não me lembro se foi nesta ou em outra conversa, uma outra sugestão que foi dada, não me lembro se foi nessa conversa de que a própria Faculdade de Educação fizesse essa supervisão, mas nós observamos que isso não é uma coisa que é objetivo da Faculdade de Educação então, acho que isso seria uma questão problemática ter a supervisão da Faculdade de Educação pois isso não está no objetivo de trabalho da Faculdade.

Então como eu disse como nós temos o Conselho Estadual que nos tem dado bastante guarida, eu acho melhor deixar do jeito que está. (Professor Paulo Sérgio Saran, Diretor Cotil 2003 – 2011, entrevista 07/01/2010)

Por fim, a manifestação da professora Cristina Rubega, que dentre todas, é que melhor tem conhecimento de causa, haja vista a sua experiência profissional e o trabalho como Orientadora Pedagógica do Cotuca e na gestão do professor Akira, como Diretora de Ensino deste Colégio:

A Supervisão Delegada quando bem organizada e constituída por um núcleo de Supervisores com experiência na área em que eles vão acompanhar é o ideal para uma escola, porque o grande problema da supervisão externa, como no caso do Colégio que se submete à Diretoria Regional de Ensino e que por sua vez conta, neste caso de Campinas com apenas uma supervisora especializada em educação profissional e está em fase de aposentadoria... O dia em esta supervisora se aposentar... eu venho acompanhando nos últimos dez anos que não tem dentro da Diretoria de Ensino um supervisor, conhecedor que efetivamente exerça o papel de orientação da escola (de educação profissional)

Então a escola tem que se apoiar na Diretoria de Ensino e se a Diretoria não é amiga da escola, não apóia a escola em suas dificuldades, se a Diretoria não orienta a escola para superar e mostrar os caminhos que ela tem para escolher, que ela pode escolher, e quais são os melhores caminhos que tem para serem escolhidos, então realmente o processo educacional, o processo acadêmico acaba sofrendo um entrave. Eu acredito que a Universidade hoje dentro da CEMT – porque para constituir a Supervisão Delegada existe todo um protocolo, é necessário solicitar ao CEE, existe uma legislação própria para solicitar Supervisão Delegada, eu não sei se com apenas dois colégios seria dada a

Supervisão Delegada porque os dois Colégios tem as suas particularidades muito distintas, mas enfim existe uma legislação própria para a solicitação da Supervisão Delegada e um dos requisitos é que a entidade que requer consiga reunir um grupo de supervisão que efetivamente está autorizada, tem competência para exercer tal função.

Eu acredito que nos próximos anos seria muito mais saudável para os Colégios passarem para Supervisão Delegada e dialogarem diretamente com o Conselho Estadual do que terem que ficar submetendo a as alterações na Diretoria Regional de Ensino.

Na **entrevista** que realizamos com o professor Osmar Salles de Figueiredo, em sua residência, no dia 25 de novembro de 2009, este nos contou do período de criação do Centro Paula Souza e o posicionamento do professor Zeferino Vaz acerca da manutenção dos Colégios Técnicos junto a UNICAMP:

Eu me lembrei de outro fato que demonstra o interesse do professor (Zeferino Vaz) nos Colégios Técnicos das Universidades. Quando foi criado o Centro Paula Souza e o ETECAP que eu fui Diretor como COTICAP, também passou para a rede, embora era uma escola de convênio que transformou para o Estado e do Estado passou para o Centro Paula Souza, naquela época houve um movimento para que os colégios das Universidades também passassem para o Centro Paula Souza. Foi quando eu tive a oportunidade de trocar idéias com o professor Zeferino Vaz e manifestar a intenção de que ele se manifestasse contra esta passagem, para permitir a independência dos Colégios Técnicos das Universidades e já era idéia dele mesmo, não precisei argumentar muita coisa, foi assim que ele insistiu que os colégios técnicos não passassem para o Paula Souza. Hoje, felizmente os únicos Colégios Técnicos do Estado de São Paulo, que tem a mesma formação inicial e independência são os colégios da Universidade Estadual de Campinas. (Osmar Salles de Figueiredo, entrevista a Michel Sadalla Filho, 25 de novembro/2009)

Por tudo que ouvimos e pesquisamos a respeito do instrumento de Supervisão Delegada, acreditamos que seria extremamente vantajoso para os dois Colégios e para a própria Universidade a adoção desse instrumento, exercendo autonomia plena sobre os seus Colégios Técnicos. Abordaremos mais este assunto em nossas Considerações Finais.

CAPÍTULO 3

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP - UM PROCESSO LENTO, CONTÍNUO E AINDA PRESENTE

O processo de institucionalização dos Colégios Técnicos da UNICAMP percorreu um longo caminho, mais longo do que, a nosso ver, seria desejável, e neste capítulo vamos discorrer sobre os pilares de sustentação da pesquisa relativos à esta institucionalização, quais sejam:

Pilar I - A instituição da Carreira Docente – MST

Pilar II - O processo de escolha do Diretor do Colégio;

Pilar III - A instituição do órgão colegiado deliberativo – o Conselho do Cotuca

Realizaremos a abordagem destes três pilares da institucionalização dos Colégios Técnicos tratando separadamente cada um deles, embora, todos eles partiram de uma mesma gênese – a mobilização dos professores dos Cotuca e do Cotil, nos anos 1985 e 1986, tendo caminhado neste início simultaneamente. Como veremos, após, cada um teve um caminho e desfecho próprio permeados pelas ações, motivações ao longo do tempo, em longos doze anos.

A sequência dada para tratamento destes pilares é a mesma em que cronologicamente estes foram tendo os seus desfechos esperados, ainda que no caso específico da Carreira Docente, esta vem sofrendo alterações e melhor dizendo, aperfeiçoamentos constantes por mais de vinte anos, desde a sua implantação em 1987.

Avaliamos ser importante reforçar que este pesquisador participou de diversos acontecimentos que levaram à institucionalização dos Colégios Técnicos, primeiramente na condição de professor e representante docente, num segundo momento, enquanto membro da direção do Colégio Técnico de Campinas. Dessa forma, a análise dos acontecimentos que serão relatados é realizada tomando como base

documentos oficiais da Universidade; boletins específicos da ADUNICAMP para os professores dos dois Colégios Técnicos; relato de entrevistas dadas por ex-dirigentes do Cotil e do Cotuca, ex-dirigentes da Universidade, como pró-Reitores e Reitores, mas também pelo relato deste pesquisador, de forma a deixar claro para quem aprecia este trabalho quando isso ocorre.

3.1 PILAR IV – A CARREIRA MAGISTÉRIO SECUNDÁRIO TÉCNICO: FATOR PRIMORDIAL PARA A CONSTITUIÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP.

A implantação da carreira docente pode ser considerado o fator mais importante para a constituição dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas, conforme será visto no desenrolar deste Pilar I. Procuramos abordar na seqüência cronológica dos acontecimentos.

3.1.1 Os primórdios da tomada de consciência – da tímida mobilização inicial à implantação da Carreira de Professor Nível Técnico.

Neste tópico abordamos as primeiras mobilizações para a melhoria das condições salariais e de trabalho originadas nos Colégios Técnicos, iniciadas em 1981, por meio do Processo de número 1.976/81 aberto em 28/04/1981¹¹⁷.

Conforme já visto, em 1980 o Colégio Técnico de Campinas passou por uma crise institucional muito grande, motivada pela demissão de oito professores. Este episódio foi discutido no Conselho Universitário, que também discutiu as condições ruins (pedagógicas, infra-estrutura, salariais) existentes no Cotuca, sendo os baixíssimos salários e a inexistência de uma carreira docente, apontados como um dos fatores da degradação no ensino que a escola passava. Assim, acreditamos que o que vamos discutir neste tópico, está relacionado a esta crise de 1980, assunto este que foi tratado com razoável aprofundamento no item 2.2.4.

¹¹⁷ Este processo, aberto em 1981, apresenta em sua descrição como *Assunto*: “*Instituição e Regulamentação da Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico – MST*”. Ocorre que a Carreira MST fora discutida em 1986 e implementada em 1987 – portanto, houve alteração na sua descrição *Assunto*.

O início deste processo se dá com o encaminhamento em 07 de abril de 1981, de um ofício por parte do professor Atílio José Giarolla, Coordenador Geral das Faculdades, para o Reitor, professor Plínio Alves de Moraes, informando ter recebido ofício das direções do Colégio Técnico de Limeira e do Colégio Técnico de Campinas, acompanhados de alguns professores de ambos os colégios¹¹⁸:

Após uma breve conversa com os professores mencionados eu tive a oportunidade de constatar que a situação salarial deles é séria e merece uma atenção adequada.

Talvez o problema mais sério é a falta de perspectiva de carreira. Eles não são tratados nem como funcionários, nem como professores, não tendo direito a promoções por tempo de serviço, por avaliação ou por merecimento. Isto os colocam em real desvantagem com seus colegas de outras instituições, com a forte tendência à marginalização do ensino.

(Atílio José Giarolla, Coordenador Geral das Faculdades - UNICAMP, Processo No. 1.976/81, p.2)

O professor Giarolla observa que “*seria meritório o reajuste determinado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao pessoal docente de menor categoria, que é da ordem de 140%.*” (idem)

Na entrevista com a professora Vera Rubbioli, uma das participantes da conversa na Reitoria, ela nos contou um pouco como sentia a situação no início dos anos 1980:

Foi antes de você entrar, quando aqueles professores foram mandados embora... eu me dispus a conversar com os professores sobre salários, foi uma predisposição minha de sentar com o professor José Roberto e perguntar para ele com quem que nós vamos discutir isso? Talvez uma ingenuidade minha, de perguntar para ele, talvez porque ele era o Diretor. ...Eu perguntei para o professor Jose Roberto, e ele disse *bom Vera, eu vou intermediar isso*. Eu fiz uma reunião com os docentes, uma reunião que participaram pouquíssimos docentes na época, pouca gente

¹¹⁸ Na entrevista que realizamos com a professora Vera Rubbioli do Cotuca, em 06/01/2010, esta nos relatou que estava presente quando houve esta reunião.

compareceu, a gente levou uma pauta bem simples, mas basicamente questões salariais, aumentar o valor da hora-aula..

[...] Eu estava sozinha naquele momento. Teve gente que me deu apoio, a professora Elvira. Acho que quem fazia este papel, de reivindicar, era o pessoal que saiu (que foi demitido).... Depois de muito custo, o José Roberto conseguiu uma reunião com o Arli Lara Romeu, conheci ele lá, naquele momento, acho que o Eustáquio foi comigo...quem também ajudou foi o Fernando Arantes... conseguiu-se migalhas, um aumento salarial, isto foi mais de uma vez que a gente conseguiu aumentos. Até quando você veio se organizou uma coisa mais... já com a presença da Adunicamp...

(professora Vera Rubbioli, entrevista 06/01/2010)

A professora Vera citou o nome da professora Elvira Puggina, que iniciou suas atividades no Cotuca no final de 1967, tendo sido contratado oficialmente em março de 1968, nas disciplinas de Inglês e Português, e que gentilmente nos forneceu todos os seus holleriths do período de 1972 a 1989. E por meio desses holleriths, conseguimos reconstituir diversos episódios relacionados aos direitos trabalhistas dos professores dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas, conforme disposto no Anexo 26.

Após levantamento da situação dos professores da rede estadual e negociações com os Diretores dos dois Colégios, cerca de um mês após, em 12 de maio, o professor Giarolla encaminha novo ofício ao Reitor submetendo a proposta acordada. Nesta proposta foi baseada na quantidade de aulas de cada professor e também o tempo de serviço, criando-se três categorias: i) abaixo de cinco anos; ii) entre cinco e sete anos; e iii) acima de sete anos, sendo os reajustes variaram entre 70,36% a 93,72% dependendo da situação de cada docente, o que levaria a valores de horas-aulas semelhantes “às de outros colégios técnicos da rede do Estado”. (p.9)

Tivemos oportunidade de acessar todos os holleriths da professora Elvira

Nesta época, o Cotuca possuía 35 professores e três coordenadores de curso oriundos das Faculdades de Engenharia e Faculdade de Tecnologia de Alimentos, e do Instituto de Matemática da UNICAMP.

Isto acabou acarretando problemas, pois os professores passaram a receber por hora-aula diferentemente em função da quantidade de aulas, causando transtornos

quando da alteração do número de aulas do professor, o que foi corrigido em 1983. (p. 46 a 47). Ainda, nesta época, os professores do Cotuca e do Cotil tinham seus vencimentos na rubrica P.O da Universidade – Pessoal de Obras, conforme nos relataram diversos colegas que estavam no Cotuca e no Cotil na década de 1970 e início da década de 1980.

Com a eleição do senador André Franco Montouro¹¹⁹ para governador do Estado no final de 1982, os professores do magistério estadual paulista tiveram alguns benefícios salariais e também aumento das horas-atividades, benefícios estes não contemplados aos professores dos Colégios Técnicos. Assim, no final de 1983 e início de 1984, as direções do Cotuca e do Cotil encaminharam nova solicitação para que fosse dado tratamento homogêneo aos professores destas duas unidades – o Reitor da Universidade, já era o professor José Aristodemo Pinotti, oriundo da Faculdade de Medicina.

Uma situação interessante que ocorria, é que os professores do Cotuca recebiam o equivalente a dez por cento de hora-atividade, mas o mesmo não ocorria com os professores do Cotil.

Apresentamos abaixo, trechos do ofício encaminhado pelos professores do Cotuca à direção deste Colégio, em 09 de janeiro de 1984¹²⁰:

No início de 1981 os professores mobilizaram-se e demonstraram à Administração da UNICAMP que seus vencimentos eram inferiores aos dos colegas das redes Estadual, Municipal e do Ensino Particular. Fato, que, inclusive, estava acarretando uma evasão do Corpo

¹¹⁹ ANDRÉ FRANCO MONTORO (1916–1999) DÉCIMO-QUINTO GOVERNADOR Período de governo: 03/1983 - 03/1987 Paulistano, formado em Direito, pela USP. Foi vereador, deputado estadual e deputado federal e senador da República, antes de se eleger governador. No governo parlamentarista de Tancredo Neves ocupou o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (1961/1962). Foi uma das principais lideranças da luta pela redemocratização do país e da campanha pelas eleições diretas para Presidente da República. Fundador e presidente do PSDB, em 1988. Voltou a atuar como deputado federal, entre 1995 e 1999, ano em que faleceu. Em <http://www.galeriadosgovernadores.sp.gov.br/03galeria/galeria.htm#26> Acesso 19/03/2010.

¹²⁰ Nesta época, este pesquisador já era professor do Colégio Técnico de Campinas, mas com pouquíssimas aulas, tendo como atividade principal, a realização de mestrado em Engenharia Mecânica, na UNICAMP, participando muito pouco das atividades do Colégio.

Docente, com evidente prejuízo ao ensino e ao prestígio da Instituição.

Passado três anos, a tabela ficou superada, pois estamos ganhando menos do que os colegas municipais e do Ensino Particular. Este fato não foi criado pela UNICAMP, é produto do achatamento nos vencimentos do funcionalismo Estadual, no geral. Contudo a UNICAMP pode amenizar o problema, e estimular a continuidade dos Professores no Colégio.

Elaboramos e propomos uma tabela baseada na experiência docente, isto é, no tempo de serviço visa corrigir distorções e estimular ainda mais ao Professor a criar raízes no Colégio Técnico. (UNICAMP, Processo 1.976/81, p.54 a 57)

A tabela proposta, continha 14 faixas salariais, tendo como base o tempo de serviço, a primeira faixa de 0 a 3 anos e demais, sucessivamente com intervalo de 2 anos: 3 a 5 anos, 5 a 7 anos, até 27 a 29 anos de serviço, com amplitude salarial de 233% entre a primeira e a última faixa de hora-aula.

A proposta encaminhada pelos professores do Cotuca foi minuciosamente analisado pelo Coordenador do GAT¹²¹, José Luiz Boer que manifestou-se em 17 de agosto de 1984¹²², propondo uma “carreira” considerando o tempo de serviço para enquadramento mas não da forma solicitada, pois “fixa valores de hora-aula em percentuais bastante altos em relação ao anterior” (p.59).

Este parecer contemplava ainda, estender o benefício de adicional por tempo de serviço – quinquênios aos professores que completassem cinco anos e em nosso entendimento, constituiu-se na gênese da primeira carreira docente dos Colégios Técnicos da UNICAMP, denominada Carreira “Professores Nível Técnico”, que ficou conhecida pelos professores simplesmente por Carreira NT, com cinco níveis – NT1 a NT6.

A proposta formal de estabelecimento da Carreira Professores Nível Técnico, específica dos Colégios Técnicos da UNICAMP foi encaminhada ao Reitor Jôse

¹²¹ Órgão de assessoria técnica de recursos humanos da Universidade à época.

¹²² Parecer GAT No. 064/84

Aristodemo Pinotti em 22 de agosto de 1984, pelo Diretor Geral de Recursos Humanos, Arly de Lara Romão, o qual selecionamos os trechos a seguir:

[...] A nova proposta leva em consideração o tempo de serviço para acesso, concessão de adicionais por tempo, avaliação de desempenho, pagamento de horas-atividades e cria perspectivas para melhoria funcional ao longo da função docente de nível técnico.

Se Vossa Magnificência estiver de acordo com a proposta, proponho a submissão do assunto à douta Procuradoria Geral e ao digno Senhor Coordenador Geral das Faculdades que representa o Colégios Técnicos perante as instâncias superiores desta Universidade. (UNICAMP, Processo 1.976/81, p. 76)

Em 19 de setembro de 1984 a Procuradoria Geral da Universidade não encontrou nenhum óbice legal para aprovação da medida proposta, com os argumentos abaixo:

Considerando a natureza dos cursos oferecidos pelos Colégios Técnicos da UNICAMP, a sua peculiar característica que difere enormemente da rede da Secretaria de Educação, e considerando mais ainda a autonomia da Universidade, assegurada pelas Leis No. 7.655/72, 5.540/68.... (Ibidem, p. 77)

O *de acordo* do Reitor Pinotti para a instituição da Carreira “Professor Nível Técnico” foi assinado em 04 de outubro de 1984, e apesar dos avanços conquistados, estes não foram suficientes para a completa satisfação dos professores dos Colégios, e menos de um ano depois, nova mobilização seria desencadeada para a conquista de uma carreira que contemplasse a jornada de trabalho, e não apenas o pagamento por horas-aulas, conforme será visto a seguir.

No item a seguir abordaremos resumidamente as reações ocorridas nos Colégios após a implantação da Carreira “Professor Nível Técnico”.

3.1.2 A mobilização dos professores do Cotuca e do Cotel para a implantação de uma nova carreira docente – a proposta assumida pela Adunicamp

Conforme visto no item anterior, em outubro de 1984 a Administração da Universidade havia implantado uma carreira para os seus Colégios Técnicos – a carreira “Professor Nível Técnico”, conhecida entre os professores como “Carreira NT”, que

consistia em seis níveis salariais – NT₁ a NT₆, com interstício no enquadramento inicial variando de três a quatro anos para cada nível. A Carreira havia sido elaborada no âmbito da Diretoria Geral de Recursos Humanos da Universidade, tendo esta recebido sugestões¹²³ de critérios de uma Comissão do Cotuca composta pela Diretora Associada, Coordenadores de Curso e quatro professores indicados pela Direção do Colégio¹²⁴.

A Carreira NT previa que depois de decorrido um ano de sua implantação, ocorreria uma primeira avaliação onde se levaria em consideração os *critérios de pontuação previstos*. Mas na prática, isto não ocorreu, e aliado ao fato de que o enquadramento inicial havia acarretado uma grande insatisfação em muitos docentes¹²⁵.

Neste mesmo período, setembro de 1985, ocorreram eleições gerais para a ADUNICAMP, com a escolha de nova Diretoria da entidade, como também de dois representantes de cada uma das 19 unidades acadêmicas existentes à época. De acordo com o Boletim que a Diretoria da entidade soltou em 27/09, “*acordos políticos próprios da vida democrática, determinaram finalmente uma mudança na linha de condução da*

¹²³ As sugestões encaminhadas previam oito itens, sendo os primeiros seis deles, como participação em cursos (aperfeiçoamento, atualização, especialização), em congressos e seminários, em pesquisas e em atividades extra-classe, além de publicações e prestação de serviços à comunidade, como treinamento, vieram posteriormente a compor a Carreira do Magistério Secundário Técnico – MST. As duas últimas sugestões – “pontualidade, assiduidade e responsabilidade no tocante aos deveres inerentes à função” e “interesse constante pela melhoria do ensino e atualização do plano de atividades” não constaram da nova Carreira MST.

¹²⁴ OF. CTC No. 168/84 de 07 de junho de 1984 (p.92)

¹²⁵ Ocorreu uma reunião em que este pesquisador participou, convocada e coordenada pelo então Diretor do Colégio, professor José Roberto Sundfeld para apresentar e discutir a Carreira NT. O professor Sundfeld ficou sob um *troteio* de diversos professores descontentes, pois que representava, naquele instante, a Universidade que havia elaborado e implantado a carreira. Refletindo neste momento em que escrevemos, acreditamos que esta reunião foi decisiva para o envolvimento deste pesquisador nas atividades de representação docente.

Na entrevista que realizamos com o professor Sundfeld em 23 de novembro este nos disse: “...a gente recebia as coisas mais ou menos prontas: é isso, é isso e não pode ser diferente. E eu tinha a incumbência de passar isso para os professores”

ADUNICAMP". Estas mudanças diziam respeito à vitória da chapa MUDE¹²⁶, que levou o professor Hermano de Medeiros Tavares à presidência da entidade, contra a chapa Universidade Democrática, da situação.

No Cotuca, houve a eleição de quatro representantes – dois titulares (professora Vera Rubbioli e este pesquisador) e dois suplentes (professores Fernando Antônio Arantes e Edgard Dal Molin Jr.) Para este pesquisador a sua inserção na vida do Colégio ocorrera muito rápida, pois havia pouco mais de dois anos que iniciara como docente no Cotuca, tendo ainda uma carga didática bem baixa, com menos de dez aulas por semana, o que propiciava pouco contato com os demais professores.

Após sermos eleito, as reuniões do Conselho de Representantes da ADUNICAMP levaram a uma aproximação natural com o professor Hermano Tavares, que presidia esta associação e, como visto no item 2.2.4, já tinha em seu histórico universitário, no início dos anos 1980, um contato bastante intenso com os Colégios Técnicos da UNICAMP, em particular com o Cotuca, o que lhe propiciara um bom conhecimento das precárias condições em que se davam os trabalhos dos professores do Cotuca e do Cotil.

Já com a representação docente junto à ADUNICAMP eleita, os professores do Cotuca encaminharam, em 04 de novembro de 1985, um abaixo assinado para o então Diretor José Roberto Sundfeld:

Nós, Professores do Colégio Técnico de Campinas, observando que a aplicação da norma regulamentadora da carreira de "Professor Nível Técnico" dos Colégios Técnicos da UNICAMP causou distorções no enquadramento de parte do corpo docente, vimos, por meio desta, enviar a Vossa Senhoria uma posposta de enquadramento para ser encaminhada ao Magnífico Reitor.

¹²⁶ MUDE – Movimento Universidade Democrática. As duas chapas faziam alusão direta à democracia na Universidade, depois de um período de doze anos de mandonismo, consentido ou ainda com certa legitimidade, da gestão do professor Zeferino Vaz, sucedido pela desastrosa gestão do Reitor Plínio Moraes, que culminou com a intervenção e destituição de oito Diretores, o conjunto da Universidade ansiava por democracia, caminhando lado a lado com os anseios da sociedade brasileira pela redemocratização do país.

Esta proposta foi elaborada após reuniões com o corpo docente do Colégio Técnico de Campinas e vem em lugar de uma primeira avaliação que deveria ocorrer em setembro de 1985 com a finalidade de corrigir aquelas distorções já citadas no parágrafo anterior, onde Professores foram enquadrados em níveis salariais inferiores aos determinados pelo tempo de carreira [...]. (Arquivo pessoal do pesquisador)

A proposta consistia, basicamente, de 3 itens: i) a elevação de um nível para todos os professores que já tivessem um ano de casa em 30/09/85; ii) contagem de tempo de magistério e; iii) acréscimo de um nível para quem não tivesse um ano de casa a até 30/10/85.

O professor José Roberto Sundfeld encaminhou o abaixo assinado recebido dos professores do Cotuca por meio de ofício ao Reitor Pinotti, em 07 de novembro de 1985, o qual destacamos trechos deste ofício¹²⁷:

Solicitamos ainda que seja feito um estudo das possibilidades de atendimento das propostas contidas no referido documento, por julgarmos as mesmas razoáveis e por entendermos que tal atendimento viria propiciar maior incentivo e boa vontade do nosso corpo docente, no desempenho de suas funções nesta Unidade e consequentemente melhoria do nível de ensino. (UNICAMP, Processo No. 1.976/81, p.80)

A resposta da Administração foi-nos dada em dois momentos, com a realização de duas reuniões nos dias 06 e 18 de dezembro daquele ano nas quais participamos, juntamente com outros representantes do Cotuca e do Cotil, com a Coordenadoria da Diretoria Geral de Recursos Humanos, tendo ainda a presença do Diretor do Cotuca, professor José Roberto Sundfeld.

Conforme Boletins da ADUNICAMP, de 11 e 18 de dezembro/1985, específicos ao Cotuca e ao Cotil, a Reitoria havia concordado com algumas de nossas reivindicações, corrigido distorções no enquadramento de alguns professores (mas não de todos), tendo ficado ainda em aberto uma outra reivindicação de 20% de hora atividade que o recém Estatuto do Magistério Estadual Paulista havia estabelecido – a

¹²⁷ Of. CTC No. 656/85, de 07 de novembro de 1985

Reitoria aguardaria a promulgação do governador para estender aos professores do Cotuca.

No entanto, a Carreira NT, em sua essência, era muito ruim, não apenas pelo baixo valor hora-aula, mas também, por manter o mecanismo de contratação por aulas dadas, o que não propiciava aos professores nada mais além do que as atividades em sala de aula. Assim, esta carreira privava-nos de tempo adicional para reuniões de trabalho entre os docentes, o atendimento de alunos, a formação continuada como a realização de cursos, participação em eventos culturais, seminários, congressos, dentre outros; não havia nada disto.

Na entrevista que realizamos com o professor José Roberto Sundfeld, ele lembrou-se dos acontecimentos da época, manifestando-se da seguinte forma:

Eu acho que estava se engatinhando esta autonomia que o colégio tem hoje começou engatinhar lá nesta reunião e com esta carreira que não foi a carreira que a gente esperava e que gostava, **mas foi algo que foi até concedido para a gente, não foi uma conquista, eles concederam isso, o que deveria ser o contrário**, mais é assim: *nós estamos dando isso e pronto, não tem discussão*. Era assim.

Eu procurava conviver com isso, claro que eu ficava chateado às vezes, eu não poderia abrir muita coisa que eu ouvia, eu não podia ficar contanto, pois estaria jogando um contra o outro, e eu não poderia fazer isso, então eu amortecia aquilo e administrava da melhor forma possível. (José Roberto Sundfeld, entrevista 23/nov 2009) **Grifo nosso**

Como a carreira não satisfazia nem aos professores do Cotuca e nem do Cotuca, aliado ao decisivo apoio da ADUNICAMP, já no primeiro Boletim desta entidade representativa dos professores, destacávamos a intenção de discutir uma nova carreira:

Aproveitamos este boletim para convidar os docentes para uma reunião (13/12/85) onde faremos um levantamento das propostas para a nova carreira dos docentes dos Colégios Técnicos (ADUNICAMP, Boletim 11/12/1985 – arquivo pessoal do pesquisador)

Não possuímos nenhuma anotação acerca desta reunião prevista – creio até que não tenha ocorrido, uma vez que a Administração corrigiu algumas distorções e

atendeu algumas reivindicações, como um nível na carreira a todos os professores, aliado ao término do ano letivo, período de natural desmobilização. Mas o grande ganho daquele movimento foi o trabalho conjunto das representações dos dois Colégios junto à ADUNICAMP, fato este destacado ao conjunto dos professores no segundo Boletim:

O fato de o COTUCA e o COTIL terem apresentado uma proposta conjunta, fortaleceu nossa posição no momento da negociação e achamos que é nesse sentido que temos que trabalhar.

(ADUNICAMP, Boletim 18/12/1985, arquivo pessoal do pesquisador).

A nossa aproximação com a presidência da ADUNICAMP, juntamente com os outros professores representantes do Cotuca e do Cotil, levou ao início das discussões de uma nova carreira docente, um processo bastante rico, que pontuamos como um dos pontos de maior importância da vida dos Colégios Técnicos e em particular do Cotuca.

A retomada, ou talvez, na realidade, o início, de fato, das discussões de uma carreira docente para os Colégios Técnicos de Campinas, deu-se em 31 de maio 1986, um sábado de manhã, no Cotuca com a presença de apenas sete professores deste Colégio e da presidência da ADUNICAMP, professor Hermano Tavares, segundo relato da reunião:

Problemas e sugestões abordados na reunião:

- a) o problema dos professores serem contratos por hora aula
- b) sugestão para que os professores, numa nova carreira, fossem contratados pelo regime de jornada de trabalho (12 horas, 24 horas, 40 horas)
- c) com relação ao item b), os professores que quisessem poderiam permanecer no sistema de hora-aula e no regime CLT (direito adquirido)
- d) novas contratações seriam apenas pelo regime de jornada de trabalho
- e) há +/- um ano na UNICAMP o ESUNICAMP (Estatuto dos Servidores da UNICAMP) está em vigor. O ESUNICAMP regulamenta três [...]

necessidade de um contato com o Colégio Técnico de Limeira.

(ADUNICAMP, Boletim 04/06/1986, arquivo pessoal do pesquisador)

Esta primeira reunião contou apenas com a participação de professores do Cotuca, mas a partir deste momento e até o final das discussões da proposta da carreira, realizamos mais outras seis reuniões, já com a presença de docentes dos dois Colégios. O fato de o Cotel ter sede em Limeira dificultava a participação de um conjunto maior de professores deste Colégio, mas trabalhamos muito bem com os seus professores representantes que levavam as discussões ao campus de Limeira.

Uma semana depois, no dia 07 de junho, realizamos a 2ª reunião também nas dependências do Cotuca, novamente com baixa participação dos professores – do total de oito, éramos dois representantes docentes, três da Direção do Colégio, um representante do Cotel e apenas dois outros professores do Cotuca. Nesta reunião, surgiram os primeiros contornos da nova carreira, que denominamos MS – Magistério Secundário¹²⁸, tendo sido discutido também a reivindicação de assento dos Colégios no Conselho Universitário, bem como, apesar da presença da direção do Colégio, “[...] o estabelecimento de um prazo para a realização de uma eleição à comunidade dos Colégios”, prazo este que seria de “quatro meses e meio”, conforme Boletim da ADUNICAMP (sem data). Ainda nesta reunião – que além da presença da presidência da ADUNICAMP, contamos com a participação do professor Newton Bryan, que passou, a partir deste momento, a nos assessorar até a elaboração da proposta final – foi discutida também a necessidade de se realizar uma audiência com o Reitor para levar nossas propostas.

Novamente, uma semana depois, no dia 14 de junho, pelo terceiro sábado seguido, realizamos a 3ª reunião com os professores, desta feita, com uma participação bastante significativa – 41 pessoas assinaram a lista de presença¹²⁹. Esta reunião foi realizada com intuito de construir o posicionamento dos Colégios para ser levado à audiência com o Reitor, que seria realizada três dias após, no dia 17 de junho.

Nesta 3ª reunião, discutimos duas possibilidades de carreira: a primeira, nos moldes da carreira dos docentes da Universidade – Magistério Superior (MS), com

¹²⁸ A sigla MS não era possível, pois a carreira dos docentes universitários – Magistério Superior - possui a mesma sigla.

¹²⁹ Do total, quatro professores do Cotel, dois da ADUNICAMP e 35 do Cotuca.

jornadas de 12/24/40 horas semanais (esta última jornada de 40 horas sem dedicação exclusiva); a segunda proposta, jornadas de 10/20/30/40 horas semanais, também sem dedicação exclusiva. Reproduzimos abaixo, Boletim da ADUNICAMP com todos os itens abordados acerca da carreira docente, a serem levados para a reunião com o Reitor:

- a) Direitos adquiridos devem ser assegurados
- b) Regime Estatutário
- c) Jornadas de trabalho em substituição a hora/aula (12/24/40) ou (10/20/30/40)
- d) Manutenção da Carreira Técnica (NT)
- e) 50% “horas atividades”
- f) Reajuste salarial pelo MS
- g) Piso salarial MS-1 (40 horas) / Teto salarial do MS-3 (40 horas)
- h) Estudar formas de promoção – reuniões por áreas

(ADUNICAMP, Boletim, 25 junho 1986 – arquivo pessoal do pesquisador)

Na audiência que mantivemos com o Reitor, professor Paulo Renato Costa Souza, e com o Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, professor José Carlos Valladão de Mattos, acordou-se que os Colégios elaborariam uma proposta de Carreira Docente, que seria analisada pela administração. A *bola da vez*, então, estava conosco e tínhamos a responsabilidade de elaborar o mais rápido possível, uma proposta completa de carreira docente que contemplasse as diversas situações de professores dos dois Colégios: professores da formação geral, todos com registro no MEC, alguns perto de completarem 20 anos de Universidade, contrapondo-se a professores da formação profissional, que eram engenheiros, bacharéis em ciências da computação, analistas de sistemas, enfermeiros, técnicos, alunos universitários, quase todos estes sem a formação em licenciatura, e com altíssima rotatividade no conjunto dos professores de educação profissional.

A 4ª reunião, realizada em Limeira (28 de junho/1986) e a 5ª reunião, realizada em Campinas (12 de julho/1986) permitiram discussões diversas acerca da estrutura da carreira, critérios de avaliação, formas de progressão vertical/horizontal, dentre outros, que deveriam constar na proposta a ser encaminhada à Reitoria. Nesta última reunião, formou-se uma comissão com o objetivo de elaborar uma proposta

estruturada para ser debatida pelos docentes dos dois Colégios. A comissão¹³⁰, da qual participamos, trabalhou de forma intensa por cerca de 10 dias e no dia 24 de julho/86, divulgou um boletim com a proposta a ser debatida:

Estamos submetendo à sua apreciação uma minuta de plano de carreira docente para os Colégios Técnicos.

Os princípios que orientaram a sua elaboração foram:

- Propiciar melhores condições de trabalho, substituindo o regime de horas-aulas por jornadas de trabalho, limitando o período da jornada que será dedicada a ministração de aula a 50%;
- Estabelecer equivalência salarial com carreira de magistério superior em vigor na UNICAMP, permitindo que os docentes dos Colégios Técnicos também venham se beneficiar dos aumentos salariais que possam ocorrer na Universidade;
- Elaborar critérios para a progressão na carreira, relacionados com os aspectos quantitativos e qualitativos do trabalho docente, possibilitando uma avaliação objetiva.

[...]

Deixamos claro, que não estamos com o projeto acabado, mas sim com uma minuta balizado em nossas reuniões anteriores. Estamos distribuindo aos colegas com certa antecedência possibilitando tempo suficiente para anotações de dúvidas, supressão ou proposição de novos artigos, a serem apresentados na próxima reunião.

A COMISSÃO

(ADUNICAMP, Boletim 24/07/1986 – arquivo pessoal do pesquisador)

A proposta encaminhada pela comissão, já constava a denominação da carreira, que viria a ser definitiva: Magistério Secundário Técnico (MST) - em substituição ao nome que vinha sendo discutido nas reuniões (Ensino Magistério Secundário - EMS), e juntamente com a minuta de proposta da carreira, foi realizada uma enquete com os professores dos dois colégios, com três pontos, conforme abaixo:

I. Em relação ao artigo 3º, qual a opção que você considera mais adequada?

A) Jornada Integral (40 horas semanais)

Jornada Completa (24 horas semanais) ()

Jornada Parcial (12 horas semanais)

¹³⁰ Também participaram da comissão, o professor Newton Bryan, os professores João Pedro Causo Neto (Cotuca), Luis Eduardo Quitério e Paulo Damir Tunissi (Cotil). A professora Vera Rubbioli, embora não constasse formalmente da comissão, participou ativamente da elaboração da proposta final – ainda guardo diversos manuscritos com sua letra.

OU

- B) Jornada Integral (40 horas semanais)
Jornada Completa (30 horas semanais) ()
Jornada Parcial (20 horas semanais)
Jornada Reduzida (10 horas semanais)

II. Dê o seu parecer quanto ao plano de carreira que está sendo submetido à sua apreciação.

() favorável () desfavorável

III. Sugira pontos para serem levados em consideração no processo de negociação com o Reitor.

A enquete ficou disponível durante quatro dias sendo respondida por 98 professores, dos quais, 95 manifestaram-se favoravelmente pela sua aprovação e por ampla maioria, a escolha das jornadas de trabalho recaiu para a opção B – 10/20/30/40 horas semanais. Após a incorporação das sugestões dos professores dos dois Colégios, realizamos, ainda, duas novas reuniões em 01 de agosto e 09 de agosto/1986, respectivamente no Cotil e no Cotuca, para apresentar os resultados, esclarecer dúvidas e até mesmo discutir novas sugestões.

Destacamos dois pontos da proposta da Comissão de professores/Adunicamp, que após a enquete e as duas reuniões que ocorreram nos Colégios, tiveram maior clareza e ganhos significativos incorporados na proposta encaminhada para a Reitoria, mas que inexplicavelmente não constaram no texto da Carreira MST quando da sua implantação.

Pois bem, estes pontos destacados estavam relacionados à necessidade de uma *prestação de contas* (e tudo mais que a envolve) por parte dos professores que tivessem em jornadas de trabalho de 24 ou 40 horas, conforme abaixo:

O docente contratado pelas jornadas Integral (40 horas semanais) e Completa (24 hs sem.), **fará um relatório bienal de suas atividades e submeterá à apreciação do Departamento** a que estiver vinculado. O Departamento, após análise, **remeterá aos órgãos colegiados superiores para aprovação**

(Boletim Adunicamp - Enquete Carreira MST, 24/07/1986 – arquivo pessoal do pesquisador) **Grifo Nosso**

Ao longo de todo o texto da proposta submetida à enquete, os aspectos relacionados ao professor eram remetidos para apreciação do Departamento *que após análise submeterá/remeterá aos Órgãos Colegiados Superiores para aprovação*. Acredito que esta forma de encaminhamento teve muito a ver com a experiência que o professor Newton Bryan carregava, com os procedimentos usuais nos Institutos e Faculdades da Universidade – à análise do departamento segue-se para a congregação da unidade. Os Colégios Técnicos ainda não possuíam Departamentos, mas sim Áreas em que se agrupavam professores da formação geral (Ciências e Humanidades) e professores dos cursos técnicos (Alimentos, Eletrotécnica, Enfermagem, Mecânica, e Processamento de Dados) e implicitamente a proposta assumia que estas Áreas se transformariam em Departamentos, com as responsabilidades de seus equivalentes na Universidade.

Outro ponto a destacar é que sabíamos que após a análise do Departamento se fazia necessária a aprovação por uma instância superior – no texto da enquete havia sido colocado genericamente *Órgãos Colegiados Superiores* - que após o processo de consulta aos professores dos dois Colégios foi substituído pelo Conselho de Escola. Esta simples substituição deu à proposta ao mesmo tempo clareza ao texto (o que seriam estes *Órgãos Colegiados Superiores*?) e apontava para um aperfeiçoamento institucional das unidades, pela instituição/criação/adoção de um órgão colegiado, equivalente à Congregação dos Institutos e Faculdades, que fora denominada de Conselho de Escola, para seguir a usada nas escolas estaduais paulistas.

Dessa forma, após a realização de sete reuniões (cinco no Cotuca e duas no Cotil) e uma enquete aberta a todos os professores dos dois Colégios Técnicos, no dia 27 de agosto/1986, por meio de um ofício assinado pela presidência da ADUNICAMP e os representantes dos dois Colégios, a proposta de Carreira do Magistério Secundário Técnico dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas foi encaminhada para a Reitoria – o Anexo 13 apresenta o fac-símile do ofício de encaminhamento e destacamos alguns pontos das justificativas:

[...] A carreira estimula o professor a atualizar-se, tornando-se extremamente ruim para o indivíduo que apenas adquire tempo de magistério. Para evoluir é necessário “produzir”.

Estamos defendendo, pois, um aprimoramento das nossas instituições educacionais. Queremos oferecer o máximo aos nossos

alunos. Mas isto só será possível se as condições nos forem favoráveis.

Não podemos desejar um nível excelente dentro de uma realidade em que o professor, para atender as suas necessidades básicas, vê-se obrigado a dar um número excessivo de aulas (quase sempre em várias escolas) por um salário irrisório.

Como pode pensar em atualização se o seu próprio lar exige isso?

Concluimos, portanto, que o sucesso dos nossos empreendimentos está fundamentado numa política eficiente de Recursos Humanos.

É o que defendemos. É o que a carreira possibilita. (ADUNICAMP, Of. 096/86 – 27/08/1986 – arquivo pessoal do pesquisador)

3.1.3 As negociações com a Reitoria e a Norma Regumentadora No. 2 – a Carreira Magistério Secundário Técnico (MST)

Após o encaminhamento do ofício, a nossa expectativa, trabalhada inclusive com os professores, era de que houvesse o pronto aceite por parte da Reitoria à proposta que havíamos elaborado com muito empenho e participação de tantos professores. No entanto, qual não foi a nossa decepção que logo após termos entregue a proposta, o Pró-Reitor de Extensão, professor José Carlos Valladão de Mattos, nos disse que iria criar uma comissão para a elaboração da Carreira. Na realidade, foi um misto de decepção e revolta, pois naquele momento receávamos que tanto trabalho não tivesse valido para nada e que tudo começaria do zero novamente e, pior ainda, a nova proposta poderia desfigurar o projeto de carreira elaborado com a grande participação dos professores de ambos os Colégios.

Hoje, ou melhor, há muito tempo, compreendemos o que se passou e nossa percepção é que era perfeitamente legítimo, e mais ainda, natural, a Administração da Universidade participar da elaboração de uma carreira que teria a responsabilidade de implantar. Aliás, uma carreira que não despertava qualquer interesse na grande maioria dos docentes dos Institutos e Faculdades, devido ao desconhecimento destes à realidade de seus colegas, dada a situação de isolamento que os dois Colégios tinham à época no âmbito universitário.

Mas, se os dois Colégios em si não tinham peso político, contávamos com uma força muito grande que era o firme apoio da Diretoria da ADUNICAMP e de seu presidente, Hermano Tavares, professor e pesquisador que tinha grande respaldo junto à comunidade universitária¹³¹.

A comissão que levaria a cabo os trabalhos para elaboração da carreira dos Colégios Técnicos foi constituída por meio da Portaria GR 383/86¹³² (*Comissão encarregada de desenvolver estudos para a reestruturação da carreira dos professores dos Colégios Técnicos da UNICAMP*) e nossa percepção é que a Reitoria não se preocupou em ocupar o maior número de vagas desta comissão, pois que numericamente, os representantes dos Colégios (quatro no total) mais o presidente da ADUNICAMP, eram em maior número. A Administração Central tinha a presidência da Comissão¹³³, ocupada pelo professor Irineu Ribeiro dos Santos mais o Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, o professor José Carlos Valladão de Mattos, a quem cabia a última palavra e pelo seu próprio estilo de manifestar-se causava mesmo esta impressão, além do que, o seu cargo era hierarquicamente superior ao do professor Irineu. Tínhamos clareza que o Pró-Reitor tinha poder de veto, mas contávamos com o apoio e argumentação do professor Hermano Tavares, também um pesquisador com prestígio na Universidade. Realizamos inúmeras reuniões no prédio da Reitoria, num clima tranqüilo, ainda que com divergências em alguns pontos, para elaboração da proposta de carreira dos professores dos Colégios Técnicos.

Neste espírito de colaboração, trabalhamos por cerca de três meses, acordando a proposta no final de dezembro/1986, mas sobrando alguns pontos a serem

¹³¹ Posteriormente veio a ocupar os cargos de Diretor da Faculdade de Engenharia Elétrica e Computacional (1987 – 1991) e o de Reitor da Universidade (1998 – 2002), conforme será visto.

¹³² A comissão foi oficialmente constituída pelos professores José Carlos Valladão de Mattos, Irineu Ribeiro dos Santos (presidente), Michel Sadalla Filho e Vera Rubbioli (Cotuca); e Luis Eduardo Quitério e Orlando Lencioni Filho (Cotil). Mas também participavam das reuniões os professores Fernando Antônio Arantes (Assessor da PREAC), Maurilo do Carmo e Silva (Diretor do Cotuca), Ednilson Simões (Diretor do Cotil) e o presidente da Adunicamp, professor Hermano Tavares. Portaria GR 383/85 (DO 25/10/1986 – p. 23)

fechados para o início de 1987, nos reunindo, os *cinco representantes dos Colégios* mais os Diretores do Cotuca e do Cotil, o assessor especial da PREAC para os Colégios Técnicos, professor Arantes, além dos professores Irineu e Valladão de Mattos.

Tínhamos a expectativa de uma rápida implantação da Carreira MST, pois no início de 1987, já havíamos finalizado os trabalhos da Comissão, com os termos e o texto da carreira acordados com a Reitoria, tendo os dois Colégios já realizados os estudos para a distribuição das aulas e formação das jornadas de trabalho. O ano letivo estava prestes a se iniciar, mas a situação permanecia, ou seja, nada de a Reitoria dar contornos legais para implantação da carreira.

Assim, por volta de fevereiro de 1987, à exceção do professor Valladão, todos os membros da referida Comissão, inclusive o professor Irineu, assessor da Reitoria e presidente da comissão, subscreveram um documento ao Reitor solicitando uma espécie de pré-enquadramento previsto na Carreira MST, conforme abaixo:

Magnífico Reitor,

Diante do impasse surgido na aplicação da Carreira MST, já aprovada em seus termos gerais por Vossa Magnificência, nos Colégios da UNICAMP, e levando em conta, ademais, o fato de que as aulas estão na iminência de se iniciar, a Comissão submete à sua apreciação uma proposta alternativa e temporária.

[...]

Os estudos feitos para dimensionar o impacto da aplicação desta proposta na folha de pagamento atual indicam que ele será da ordem de 25%.

A providência fundamental para a implementação imediata desta proposta é a autorização para a contratação, no menor prazo possível, de novos profissionais, necessários para atender um acréscimo aproximado de 72 horas/aula no Cotil e 84 horas/aula no Colégio Técnico de Campinas. (Arquivo pessoal do pesquisador)

A proposta, que não foi aceita pelo Reitor, consistia basicamente em realizar a distribuição das aulas aos professores segundo as jornadas de trabalho já estabelecidas, quais sejam, 10/20/30/40 horas semanais, mas não alterando os valores salariais – os professores continuariam recebendo o valor da hora/aula, em conformidade à carreira

ainda vigente, Professor Nível Técnico, apenas a distribuição de aulas seria alterada de acordo com as novas normas.

A oficialização da Carreira MST deu-se por meio de uma portaria da Reitoria – Norma Regulamentadora No. 2, assinada pelo Reitor Paulo Renato em 13 de março de 1987, e uma semana após, lançamos um boletim especial aos dois Colégios, contento o texto integral da carreira, destacando as duas próximas lutas que tínhamos pela frente – *A CONSTITUIÇÃO DE UM ÓRGÃO COLEGIADO e a ELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO*. A Figura 1 reproduz (fac símile) a capa deste boletim especial, entregue a cada um dos professores do Cotuca e do Cotel:

Figura 1

Boletim Especial ADUNICAMP - CARREIRA DOCENTE MST

20 março 1987

ADUNICAMP

NOVA

COLÉGIO TÉCNICO

CARREIRA DOCENTE

Após dez meses de intensa discussão, coordenada pela ADUNICAMP, e contando com ampla participação dos colegas do COTUCA e do COTIL, foi elaborado um projeto de carreira docente, que serviu de base no processo de negociação com a reitoria, dando origem ao documento que ora estamos apresentando.

A preocupação fundamental que esteve presente em todo o processo de discussão, foi tanto valorizar o trabalho docente, como garantir as condições necessárias para sua realização. Assim, o presente plano, proporciona aos docentes, a possibilidade de ascensão na carreira calcado na qualidade de seu trabalho, avaliada segundo critérios objetivos.

Estamos certos, que este plano representa um primeiro e importante passo para possibilitar uma efetiva participação dos docentes nas tomadas de decisão na vida dos Colégios Técnicos da Unicamp. Cumpre agora, continuarmos este trabalho, iniciando um novo processo de discussão para darmos conta das duas etapas seguintes, conforme acordado com o Reitor em audiência realizada em 17/06/1986 :

- CONSTITUIÇÃO DE UM ORGÃO COLEGIADO
- ELEIÇÃO PARA OS CARGOS DE DIREÇÃO

A participação e o empenho de todos os colegas que possibilitou a concretização da primeira etapa do processo de institucionalização democrática dos Colégios Técnicos, continua sendo de fundamental importância para a realização das etapas subseqüentes

ADUNICAMP
Hermano Tavares

Rep. COTUCA
Michel Sadalla Filho
Vera Rubbioli Bruneto

Rep. COTIL
Luis Eduardo Quitério
Orlando Lencione Filho

Figura 1 – Boletim ADUNICAMP Especial CARREIRA DOCENTE – Fac Simile

Com relação às expectativas dos professores dos dois Colégios, na entrevista que realizamos com os professores Luis Eduardo Quitério e Orlando Lencione Filho em

dezembro de 2009, o primeiro lembrou de passagem ocorrida com um professor do Cotil, que teve uma reação bastante incrédula, conforme depoimento abaixo:

Eu lembro até hoje daquele caderninho que a gente imprimiu, eu entreguei para todos os professores. E teve um que recebeu, fez assim e tal, ele virou e rasgou. Eu dei para um professor e ele pegou e rasgou – ele simplesmente não acreditava achava que era uma utopia. Depois ele se enquadrou certinho e um dia ele me parou na rua, uma pessoa excelente, amigão nosso, mas é incrédulo. Ficou agradecido. (professor Luis Eduardo Quitério/Cotil, entrevista 21/12/2009)

Na mesma linha da incredulidade, transcrevemos abaixo uma fala da professora Vera Rubbioli:

As pessoas não tinham muita fé, será que sai? Era tudo tão moroso, tão difícil naquele momento. [...] Então eu acho que por isso a Adunicamp fez uma diferença fora do comum naquele momento. Foi o que empurrou, e então o corpo docente se entusiasmou e quando as pessoas percebem que vai dar certo mais força elas fazem, porque começa a ganhar crença e aí, no final o corpo docente ficou mais entusiasmado...(Vera Rubbioli/Cotuca, entrevista 06/01/2010)

Bem, voltando nossa atenção aos trabalhos da Comissão, não temos nenhuma dúvida de que, apesar das modificações em relação à proposta inicial que fora encaminhada pela Adunicamp/Colégios Técnicos ao Reitor, a proposta de carreira aprovada pela Comissão não desfigurou a proposta original que havia sido elaborada pelos dois Colégios e Adunicamp, havendo inclusive melhorias em alguns pontos.

Mas também temos a convicção de que o texto final, se não desfigurou, pecou em alguns pontos, que consideramos importantes, dentre os quais destacamos como o de maior perda a supressão do Conselho de Escola (órgão colegiado superior dos Colégios) do corpo da Carreira, cuja inclusão, sabiamente proposta pelos professores dos Colégios, faria com que se criassem mecanismos de maior participação, não apenas dos docentes, mas de toda a comunidade escolar.

Outro ponto, cuja aplicação implicaria inconsistências com o próprio texto da carreira era o que regulamentava as aulas excedentes, que por não justificar a criação de

uma nova jornada de trabalho, seriam ministradas, em caráter excepcional por um docente, conforme abaixo:

Artigo 16 – Em casos excepcionais, quando houver aulas excedentes numa determinada área, em quantidade que não justifique a contratação de novo docente, o tempo destinado às aulas poderá ser acrescido, desde que não exceda o limite de 03 horas/aula semanais mantido os critérios estabelecidos pelo Artigo 15 ouvidos os docentes da Área. (UNICAMP, NR 2/87 – 01/09/1987)

A inconsistência que apontamos, é que este Artigo 16 trabalhava com a hipótese de que o número máximo de aulas que poderia ser atribuída a um docente se limitava a 60% de sua jornada, assim, a atribuição de até 03 horas/aula semanais poderia ocorrer para os casos de professores nas jornadas de 20, 30 e 40 horas semanais, conforme mostramos na Tabela 1. No entanto, o artigo anterior (Artigo 15) estabelecia que o valor máximo de aulas poderia ser estendido a até 80% para o caso de o professor não realizar as atividades previstas para estes 20% adicionais (aperfeiçoamento, elaboração de material didático, estágios em empresas). Então, no caso limite de professores, em qualquer uma das jornadas de trabalho (10, 20, 30 ou 40 horas semanais) que já estivessem com 80% da jornada de trabalho com atividades didáticas, não seria possível o acréscimo de 03 horas/aula semanais, conforme Tabela 2.

Observamos ainda que a Tabelas 1, demonstra os **pressupostos** utilizados na elaboração do Artigo 16 da NR 2/87 (os professores terem carga didática de 60% da jornada de trabalho), enquanto a Tabela 2, demonstra as **possibilidade reais** que poderiam ocorrer pela aplicação deste mesmo Artigo 16 (professores trabalharem com carga didática de até 80% da jornada de trabalho).

TABELA 4 – Carreira MST: NR 2/87
Análise do Artigo 16: Pressupostos utilizados

		Carga Didática (horas semanais)				É possível atender o Artigo 16?
Jornada de Trabalho	Horas Semanais	Prevista (60%)	Acréscimo máximo	Jornada final	Jornada final (%)	
Reduzida	10	6	3	9	90,0%	Não
Parcial	20	12	3	15	75,0%	Sim
Completa	30	18	3	21	70,0%	Sim
Integral	40	24	3	27	67,5%	Sim

Tabela 4 – Carreira MST: Norma Regulamentadora NR 2/87
(Fonte: Elaboração própria a partir de UNICAMP, NR 2/87 – 01/09/1987)

Tabela 2 – Carreira MST: NR 2/87
Análise do Artigo 16: Possibilidades reais

		Carga Didática (horas semanais)				É possível atender Artigo 16?
Jornada de Trabalho	Horas Semanais	Máxima prevista (80%)	Acréscimo máximo	Jornada final	Jornada final (%)	
Reduzida	10	8	3	11	110,0%	Não
Parcial	20	16	3	19	95,0%	Não
Completa	30	24	3	27	90,0%	Não
Integral	40	32	3	35	87,5%	Não

Tabela 5 – Carreira MST: Análise do Artigo 16
(Fonte: Elaboração própria a partir de UNICAMP, NR 2/87 – 01/09/1987).

Como *melhorias* em relação à proposta encaminhada pelos Colégios à Reitoria, apontamos a estrutura da carreira, mantendo-se três categoriais verticais, mas alterando os mecanismos de progressão na carreira, bem como acrescentando três novos níveis para se atingir o seu topo, passando de sete referências (de A a I), para dez referências (de A a M). Com isso, ocorreu uma maior elasticidade na trajetória do docente até atingir o nível máximo da carreira. Na proposta encaminhada, este tempo poderia ser de 2 anos, que poderia ocorrer, muito rapidamente, vindo a causar um desestímulo ao seu contínuo

aperfeiçoamento¹³⁴. Os Quadros 1 e 2 a seguir, nos permitem analisar comparativamente a proposta de Carreira MST encaminhada pelos Colégios à Reitoria com a Norma Regulamentadora No. 2 (Carreira MST implantada).

QUADRO 1
Carreira MST: Proposta ADUNICAMP/Colégios Técnicos (27/08/1986)

Categoria	Níveis Salariais										Tempo para atingir o topo (letra I)
MST I	A	B	C	D	E	F	G	H	I		16 anos
MST II					E	F	G	H	I		8 anos
MST III								H	I		2 anos

Quadro 3 - Carreira MST: Proposta ADUNICAMP/Colégios Técnicos (27/08/1986)

Fonte: ADUNICAMP, Of. 096/86

QUADRO 2
Carreira MST: Norma Regulamentadora No. 2 (13/03/1987)

Categoria	Níveis Salariais										Tempo para atingir o topo (letra M)		
MST I	A	B									não chega		
MST II			C	D	E	F	G				10 a 20 anos (*)		
MST III								H	I	J	L	M	4 a 8 anos (**)

Quadro 2 - Carreira MST: Norma Regulamentadora No. 2 (13/03/1987)

Fonte: UNICAMP, Norma Regulamentadora No. 2

(*) O tempo de 10 anos, caso o professor seja contratado no nível máximo desta categoria, letra G e realizar curso de especialização num prazo de dois anos. Já o tempo de 20 anos, caso o professor seja contratado na letra C (possuir apenas graduação ou diploma de técnico, sem pontuação excedente) e não realizar curso de especialização.

¹³⁴ Não estamos aqui assumindo que o professor somente busca o seu aperfeiçoamento se tiver um estímulo positivo, mas é fato que o estímulo financeiro exerce grande influência para o seu aperfeiçoamento profissional. No caso dos Colégios Técnicos da UNICAMP, a própria estrutura da Carreira MST concorre para isso, uma vez que não exige a realização de relatório trienal de trabalho, ao contrário da Carreira dos MS.

(**) O tempo de 4 anos, se o professor na ocasião de sua contratação possuir a titulação de doutor, neste caso, ele é contratado na letra J; o tempo de 8 anos caso seja contratado na letra H (possuir mestrado ou especialização mais 12 pontos).

Os Quadros 3 e 4 nos permitem ter uma visão acerca das estruturas da proposta encaminhada pelos Colégios e da carreira aprovada pela NR No.2:

QUADRO 3
Carreira MST: Proposta Colégios Técnicos – Estrutura Salarial

Nível	Requisitos	Vinculação salarial	Ganho salarial ao subir um nível	Amplitude salarial do nível
A	Técnico ou Graduado	Salário MS-1		1,00
B	2 anos em A + 6 pts	1,05 A	5,00%	1,05
C	2 anos em B + 6 pts	Salário MS-2 sem gratificação mérito	9,52%	1,15
D	2 anos em C + 6 pts	1,05 C	5,00%	1,21
E	Mestre ou 2 anos em D + 6 pts	Salário MS2 com gratificação mérito	5,18%	1,27
F	4 anos em E + 12 pts	Salário MS3 sem gratificação mérito	20,64%	1,53
G	2 anos em F + 6 pts	1,05 F	5,00%	1,61
H	Doutor ou 2 anos em G + 6 pts	Salário MS3 com gratificação mérito	8,37%	1,74
I	2 anos em H + 6 pts	1,05 H	5,00%	1,83

Quadro 3 - Carreira MST: Proposta Colégios Técnicos – Estrutura Salarial

Fonte: ADUNICAMP, Of. 096/86 – 27/08/1986

QUADRO 4
Carreira MST: No. 2/87 - Estrutura Salarial

Categoria	Nível	Requisitos	Ganho salarial ao subir um nível	Amplitude salarial (*)
MST I	A	≤ 80% do curso de graduação		0,80
	B	> 80% do curso graduação	12,50%	0,90
MST II	C	Graduação superior ou diploma de Técnico	11,11%	1,00
	D	6 pontos	14,00%	1,14
	E	12 pontos	14,04%	1,30
	F	18 pontos	13,85%	1,48
	G	24 pontos	13,51%	1,68
MST III	H	Mestrado ou Especialização + 12 pontos	0,00%	1,68
	I	Mestr + 6 pts ou Espec. + 18 pts	10,12%	1,85
	J	Doutorado ou Mestr.+12 ou Espec.+ 24 pts	8,11%	2,00
	L	Dout. + 6 ou Mestr.+18 ou Espec.+ 30 pts	12,50%	2,25
	M	Dout.+ 12 ou Mestr.+ 24 ou Espec.+ 36 pts	11,11%	2,50

Quadro 4 – Carreira MST: No. 2/87 - Estrutura Salarial
Fonte: UNICAMP Norma Regulamentadora No. 2 Anexo I e II

(*) Apesar do piso da Carreira MST ser o do MST I-A, devido esta referência ser para alunos de graduação, estamos considerando como o piso efetivo o nível MST II-C, assim, a amplitude salarial foi tomada entre este nível e o teto, o MST III-M. Como observação, na tabela acima, *ampliamos* o conceito de amplitude salarial – embora ele seja definido apenas entre os valores extremos de uma carreira, tomamos cada nível individualmente como a amplitude em relação ao piso salarial.

Como podemos perceber nos Quadros 3 e 4, com relação à progressão na carreira, a NR 2/87 manteve o mesmo princípio da proposta dos Colégios – acréscimos de seis pontos para subir uma referência, mas com uma distribuição, a nosso ver, mais equilibrada e atraente nos ganhos salariais entre elas. Com isso, a amplitude salarial entre os níveis extremos passou de 83% (1,83) previstos na proposta de encaminhada

para 150% (2,50), na carreira implantada (NR No 2/87), valor que consideramos melhor, ficando mais próximo da amplitude salarial da Carreira MS ¹³⁵.

Outro ponto ainda a considerar é que tanto na proposta que os Colégios encaminharam para a Reitoria, quanto no texto aprovado pela Comissão, havia a possibilidade de um aluno de graduação ser contratado pela Carreira MST. Acreditamos que isso ocorreu pelo receio de que os Colégios viessem a não conseguir a contratação de professores para a área técnica (como engenheiros, bacharéis em ciências da computação, analistas de sistemas, dentre outros) com nível superior, pois até então muitos professores dos cursos técnicos eram alunos de graduação.

No caso do curso técnico em Mecânica do Cotuca, os professores eram em sua maioria alunos de graduação de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia de Campinas/UNICAMP¹³⁶ e havia uma grande rotatividade de professores neste curso, pois assim que se formavam e comesçassem a trabalhar deixavam o Colégio. Isso pode, talvez, ser um indício de que mesmo na Reitoria, não havia muita segurança de que a implantação da Carreira MST mudaria esta situação. Mais adiante pudemos perceber que houve uma mudança do perfil dos professores dos Colégios Técnicos da UNICAMP, e em pouquíssimas situações, no início, houve a contratação de alunos de graduação, somente ex-alunos do próprio Cotuca, retornando como professores.

Outro ponto que consideramos que houve melhoria na nova estrutura da Carreira foi em relação às faixas salariais, com uma maior amplitude final na NR 2/87 e

¹³⁵ A Carreira MS tinha à época (janeiro/1987) amplitude 3,01 entre os MS-6 e MS-1, passando por conta de reajustes diferenciados para 2,67 em janeiro/1988. Nos dias atuais (novembro/2009, salários com vigência desde 01/maio/2009) esta amplitude é de 2,98, praticamente a mesma. Mas considerando que os institutos e faculdades da UNICAMP quase que contratam somente docentes com titulação mínima de doutor (MS-3), esta amplitude se torna na prática 1,44 – valor que era de 1,66 e 1,58 em janeiro/1987 e janeiro/1988 respectivamente.

¹³⁶ Isso contribuiu, mantendo-se em parte até hoje, para que o curso técnico fosse considerado uma espécie de “mini-engenharia”, pois os professores aproveitavam muito do que viam em suas aulas de graduação. Havia consistência técnica nas aulas, conforme depoimento dos professores José Tomás Vieira Pereira, coordenador do curso de Mecânica e José Roberto Sundfeld, Diretor do Cotuca à época, porém não havia continuidade dos trabalhos, pois permaneciam pouco tempo até encontrarem estágios ou emprego como engenheiros.

maior valor médio de ganho entre uma referência e outra. Isso se deu pelo piso da Carreira (MST II-C) ter se estabelecido como uma fração do piso da carreira MS (MST I-C = 0,782 MS-1), enquanto que na proposta dos Colégios esta relação era de igualdade MST I-A = MS-1, sendo o teto da carreira bem próximo em ambas – proposta dos Colégios MST III-I = 1,05 do MS-3 (Quadro 3) e NR 2/87 MST III-M = 1,078 MS-3 (Quadro 5)

Quadro 5
Carreiras MST e MS: relação de vencimentos

Carreira MST	JANEIRO/1987		JANEIRO/1988
Categoria - Nível	Valor nominal do salário	Relação com Carreira MS	Relação com Carreira MS
MST I-C	Cz\$ 10625	0,782 MS-1	0,535 MS-1
MST II-H	Cz\$ 17850	0,993 MS-2	0,691 MS-2
MST III-M	Cz\$ 26562	1,078 MS-3	0,791 MS-3

Quadro 5 – Carreiras MST e MS: relação de vencimentos
Fonte: ADUNICAMP – Boletim Cotuca Novembro/1987

Com relação aos pontos que *pioraram* a proposta dos Colégios em relação ao texto aprovado pela NR 2/87 de 13 de março/1987, destacamos quatro deles:

- a) a relação entre a carga didática e a carga total de trabalho solicitada como 50%, uma reivindicação histórica do movimento sindical docente, e que ficou em média com 60% mas que poderia vir a se estender até 80%;
- b) a regra de enquadramento com possibilidade perdas para alguns professores (não verificado na prática);
- c) a não permissão para os professores optarem pelo regime ESUNICAMP¹³⁷, permanecendo todos os professores dos Colégios como celetistas;

¹³⁷ Posteriormente, após a publicação da nova Constituição do Brasil em 1989, a Universidade normatizou a possibilidade de qualquer servidor que tivesse sido contratado até dezembro de 1985, realizar a opção pelo Regime ESUNICAMP. Assim, a maioria professores do Cotuca e do Cotil permaneceram no Regime da CLT, até fins de 2007, quando puderam finalmente fazer a opção pelo ESUNICAMP, com um espetacular ganho, conforme será visto mais adiante.

- d) a não vinculação da Carreira MST à Carreira MS, o que acabou por se demonstrar totalmente prejudicial aos professores do Colégio logo no primeiro ano de sua implantação, o que demandou uma nova mobilização dos professores para corrigir as perdas salariais.

Não temos dúvidas de que o último ponto listado foi o que causou maior impacto negativo aos professores quando da implantação da Carreira MST, e salientamos isso, pois a vinculação salarial à Carreira MS foi uma bandeira desde o primeiro instante e mantida em vários momentos ao longo de 1986. Foi discutida na primeira reunião que realizamos para analisar uma proposta de Carreira em 31 de maio; foi manifestada ao Reitor na primeira audiência que mantivemos em 17 de junho; foi posteriormente referendada na enquete realizada com os professores e incorporada na proposta que os Colégios encaminharam em 27 de agosto para a Reitoria. Ainda, defendida fortemente nas discussões da Comissão criada pela Reitoria. Mas não obtivemos sucesso – tanto a versão de 13 de março/1987 quanto a de 01 de setembro/1987, a previsão de reajuste salarial da Carreira MST seguia o reajuste dos professores estaduais:

A partir de 01 de janeiro de 1987 o valor do piso salarial será corrigido por índice de reajuste igual ao da carreira de Magistério Secundário Estadual.

Fonte: NR 2/87 – Artigo 25, Parágrafo Único

Este foi um ponto que assim que finalizamos os trabalhos da Comissão tínhamos clareza que logo teríamos problemas – a política salarial do governo do Estado vinha trazendo grandes perdas para seus servidores e aconteceria o mesmo se a Carreira MST não ficasse amarrada à Carreira MS. E foi o que aconteceu.

Mas nesta época, fins dos anos 1980, a própria Carreira MS, dos docentes universitários, apresentava reajustes diferenciados para cada nível salarial (MS-1, MS-2... MS-6)¹³⁸. Para o caso específico de 1987, tomando como base os salários de nosso interesse – MS-1, MS-2 e MS-3, estes tiveram reajustes de 415,1%, 406,5% e 380,4% respectivamente, confrontando com o reajuste uniforme de 252,5% para todos os níveis da Carreira MST dos Colégios Técnicos, o que acarretou grande descontentamento dos

¹³⁸ Desde a autonomia universitária, em 1989, reajustes salariais passaram a ser uniformes para todos os níveis da Carreira MS.

docentes do Cotuca e do Cofil. Dessa forma, novamente estávamos juntos à ADUNICAMP para negociar com a Reitoria estas perdas salariais, que eram bastante significativas – 30,4% tomando como base o nível MST II-H¹³⁹ e seu vínculo com o MS2 à época da implantação da Carreira MST, em janeiro de 1987.

Claro está que vislumbrávamos alguns aperfeiçoamentos em relação aos quatro pontos listados (os que pioraram a proposta dos Colégios) que subtraído o listado no item *b.*, permaneceram três.

Então, dos três pontos que permaneceram o último era, para nós professores, o mais caro, pois recolocava o problema salarial a cada data base, uma vez que, mesmo sendo servidores da UNICAMP, tínhamos nossos salários corrigidos pelos mesmos índices dos servidores públicos estaduais e não pela correção dos salários dos docentes universitários –de todas as divergências que tivemos (representação dos Colégios com Reitoria) esta foi a única que até hoje não encontramos uma justificativa plausível dos motivos para o não atendimento desta reivindicação quando da implantação da Carreira MST.

3.1.4 A espera para implantação da Carreira MST, as perdas e a volta da mobilização para indexação à Carreira MS.

Mas, a euforia causada pela assinatura do Reitor foi em pouco tempo substituída pela preocupação de todos os professores, pois se passavam os meses – março, abril, maio, junho e nada de a carreira ser implementada. Quando finalmente, no salário de julho/1987, recebido em agosto, os holerites já indicavam no campo função contratado/ admitido, Carreira do Magistério Secundário Técnico, com a reposição salarial desde janeiro daquele ano.

Desconhecíamos os reais motivos de tal demora, acreditávamos apenas que fosse por conta da morosidade burocrática da Universidade. No entanto, mas adiante, tomamos conhecimento de que havia uma *determinação* do próprio Reitor para proceder

¹³⁹ O MST III-H, que tinha o mesmo valor do MST II-G, encontra-se num valor intermediário entre o piso (MST II-C) e o teto (MST III-M) da Carreira MST.

algumas alterações no texto da Carreira MST, acordada por todas as partes na mesa de negociação e recém institucionalizada em 13 de março por ele mesmo.

As alterações determinadas pelo Reitor, que, pela análise que procedemos nas duas versões, foram em número de seis, variaram de importância e profundidade – três delas foram de alteração de redação, que a nosso ver, deixaram o texto mais claro; no entanto, outras três alteravam as discussões realizadas pela Comissão.

A primeira alteração, relativa à progressão na Carreira (Artigo 5º), conforme abaixo:

Artigo 5º. A progressão na Carreira MST será feita mediante os seguintes critérios:

- I- Por titulação
- II- Por desempenho
- III- Por titulação e desempenho combinados

UNICAMP, Norma Regumentadora No. 2 13/03/1987 (1ª versão)

A progressão prevista no item III do Artigo 5º, foi regulamentada no Artigo 8º, disposto a seguir:

Artigo 8º. – A progressão por titulação e desempenho combinados far-se-à na categoria atingida pela titulação obtida e no nível verificado pela contagem de pontos.

Parágrafo Único – Na contagem de pontos de que trata o caput deste Artigo não serão levados em conta os cursos feitos para a obtenção da especialização

UNICAMP, Norma Regumentadora No. 2 13/03/1987 (1ª versão)

Na nova versão, alterada pelo Magnífico Reitor, já não constava mais o item III do Artigo 5º, e por consequência sendo suprimido o Artigo 8º da versão que havia sido acordada na mesa de discussão entre representantes dos Colégios e da Reitoria.

A segunda alteração deu-se em relação às atividades relativas a reuniões pedagógicas e atendimento a alunos, que foram alocadas nos 20% de jornada dos professores, que anteriormente eram ocupadas apenas para preparação de aulas e

correção de provas. O disposto a seguir permite-nos ter o entendimento das modificações realizadas após o acordo entre as partes:

Artigo 16 – O tempo total da jornada de trabalho será dividido nas seguintes proporções e atividades:

I – 20% (vinte por cento) em:

- preparação de aulas;
- correção de provas;

II – 80% (oite por cento) cumpridos em instalações do Colégio ou outros locais, se subdividem em: destinados a ministração dos Cursos e aperfeiçoamento do corpo docente e subdividido em:

60% para administrar aulas;

20% para as seguintes atividades:

a. reuniões pedagógicas e departamentais;

b. estágios em empresas ou escolas credenciadas pelo Colégio, em Áreas afins à da atividade docente;

c. participação em cursos de aperfeiçoamento e de reciclagem em Áreas afins à da atuação docente;

d. elaboração de apostilas;

e. atendimentos de alunos;

f. demais atividades científicas e didáticas, aprovadas pela Comissão Geral de Avaliação.

Parágrafo Único – Os 20% (vinte por cento) de liberação de aulas de que trata o inciso II somente serão concedidos quando as atividades propostas forem aprovadas e acompanhadas pela Comissão Departamental de Avaliação e referendas pela Comissão Geral de Avaliação.

UNICAMP, Norma Regumentadora No.2 13/03/1987 (1ª versão) **Grifo nosso**

A segunda alteração realizada por determinação do Magnífico Reitor deslocou as atividades ‘a’ e ‘e’ do item II, conforme grifadas, para o item I. Dessa forma, aos vinte por cento da jornada de horas livres que o professor tinha direito para preparar aulas e corrigir provas, foram acrescidas as atividades de atender alunos e reuniões pedagógicas e dos departamentos.

A terceira alteração versou sobre a forma de enquadramento dos docentes que porventura viessem a ter um salário inferior ao que percebia na carreira antiga NT, quando do enquadramento inicial, mas que na prática acabou não trazendo maiores conseqüências.

Entrando no mérito das alterações, a primeira delas – *progressão por titulação e desempenho combinados*¹⁴⁰ – foi a que mais prejuízos causou aos professores, ocorrido quando estes obtivessem um título (especialização, mestrado ou doutorado). A segunda alteração não causou impactos, pois na prática, nunca houve controle acerca da realização das atividades previstas na carga horária fora da sala de aula. Acreditamos que a despeito do pequeno impacto causado, foi incorreta a forma como as alterações foram processadas, determinadas pelo Reitor, sem aviso e discussão com componentes da Comissão, além da falta de informação do que estava ocorrendo.

Estas alterações somente tiveram o de acordo do gabinete do Reitor no dia 18 de agosto/1987, sendo finalmente em 01 de setembro/1987, uma nova versão da Norma Regulamentadora No. 2. O Anexo 14 apresenta o fac-símile da troca de mensagens entre o professor Valladão de Mattos e professor Irineu Ribeiro dos Santos.

E nesta fase de implantação efetiva da carreira, ocorreram novas mobilizações nos meses de outubro e novembro, uma vez que, o processo inflacionário que vinha solapando o país na década de 1980, acabou por produzir uma legislação que desde julho de 1986 os funcionários públicos estaduais paulistas tinham o mecanismo de reposição das perdas inflacionárias denominado de gatilho salarial¹⁴¹. A legislação previa que toda vez que a inflação atingisse o patamar de 20%, haveria um reajuste salarial deste valor, e devido ao processo inflacionário, ocorreram diversos reajustes salariais, durante o ano.

¹⁴⁰ Este critério foi reintroduzido na Carreira MST oito anos mais tarde (com algumas alterações ao originalmente previsto) por meio da Deliberação CONSU A-10/95, conforme será visto mais adiante.

¹⁴¹ Lei Complementar 467, de 2 de julho de 1986, em seu artigo 25: “Os vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões serão reajustados automaticamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, sempre que a acumulação atingir 20% (vinte por cento)”. <http://www.adusp.org.br/noticias/Informativo/208/inf20801.htm> Acessado 02/10/2009.

Assim, quando da implantação de fato da Carreira MST com os salários do mês de agosto que foram recebidos no mês de setembro/1987, com retroatividade a janeiro deste ano, muitos professores nos procuraram manifestando-se confusos e sem entender o que de fato estavam recebendo, pois neste período, ocorreram quatro gatilhos salariais. O professor tinha que efetuar os cálculos mês a mês, considerando a diferença salarial do valor recebido em cada mês pela Carreira NT e o que deveria ter recebido na Carreira MST até mês de julho, aplicando ainda, os gatilhos de cada período.

Por conta disso, produzimos em novembro de 1987 um novo boletim com intuito de esclarecer e permitir a todos os professores dos Colégios Técnicos conferisse seus salários – o Anexo 15 apresenta o *fac simili* deste boletim.

Mas, naquele ano de 1987, a inflação estava, para usar um termo bem popular, *galopante* – não obstante o congelamento de preços do Plano Bresser, no mês de junho, o acumulado no ano fora de mais de 400%¹⁴² - e o ganho obtido pela nova carreira havia sido corroído pela não reposição integral da inflação. Por conta desta situação, os professores do Cotuca e do Cotil se mobilizaram realizando reuniões específicas e demonstrando de forma bem clara, as perdas sofridas durante o ano. No Quadro 6 a seguir, apresentamos as perdas para três níveis da Carreira MST.

QUADRO 6 –
Carreira MST: Perdas Salariais em 1987

Carreira MST	JANEIRO/1987		JANEIRO/1988	
Categoria - Nível	Valor nominal do salário	Relação com Carreira MS	Relação com Carreira MS	Perdas 1988/1987
MST I-C	Cz\$ 10625	0,782 MS-1	0,535 MS-1	31,57%
MST II-H	Cz\$ 17850	0,993 MS-2	0,691 MS-2	30,40%
MST III-M	Cz\$ 26562	1,078 MS-3	0,791 MS-3	26,62%

Quadro 6 – Carreira MST: Perdas Salariais em 1987

Fonte:

¹⁴² Segundo o jornal Folha de São Paulo a inflação acumulada em 1987 foi de 415,83% - <http://almanaque.folha.uol.br/dinheiro80htm> acessado em 30/09/2009.

Assim, em 25 de fevereiro de 1988, já sob a presidência da professora. Helena Costa Lopes de Freitas, da Faculdade de Educação, a ADUNICAMP encaminhou para a Reitoria o estudo que havíamos realizado acerca das perdas salariais que a Carreira MST havia sofrido. Neste estudo, são apresentados dados comparativos de todas as categorias da Carreira MS e da Carreira MST, evidenciando as perdas desta última por conta dos reajustes percebidos estarem obedecendo aos mesmos do funcionalismo público, ao contrário dos reajustes da Carreira MS da Universidade que tinham recebidos reajustes substancialmente maiores.

O Anexo 16 apresenta o *fac simili* deste ofício encaminhado pela presidência da Adunicamp ao Reitor, enquanto no Anexo 17, consta *fac simili* do Boletim da Adunicamp com os estudos que realizamos demonstrando as perdas salariais ocorridas aos docentes ocorridos durante o ano de 1987. Abaixo transcrevemos extratos deste Boletim:

A implantação da carreira docente nos Colégios Técnicos da UNICAMP foi uma grande vitória, na qual a participação efetiva dos docentes foi fundamental. Além das condições de trabalho conseguidas, os valores salariais acertados junto à Reitoria, valorizavam a atividade docente. Entretanto, desde sua implantação (Jan/87), até o presente momento, as perdas salariais impostas pela política do Governo Quéricia, anularam tudo o que conseguimos. Para efeito de comparação, colocamos os vencimentos relativos à carreira docente da Universidade (MS) e os dos Colégios em Jan/87 e Jan/88.

[...]

Embora não amarrada aos MS, nossa carreira mantinha nos níveis iniciais, intermediários e final uma relação de 0,78MS-1, 0,99MS-2 e 1,078MS-3 respectivamente. Hoje vemos o quanto estamos defasados – não que os docentes universitários tivessem ganhos de salários – houve simplesmente a reposição pelo índice IPC-IBGE – nós é que estamos extremamente archoados. Assim não dá para continuar [...]

(ADUNICAMP, Boletim Colégios Técnicos nov/1987 – arquivo pessoal do pesquisador)

Além de demonstrar as perdas salariais, no ofício encaminhado ao Reitor, apresentamos a proposta de amarrar a nossa carreira ao valor do docente MS-2 (professor com mestrado), vinculando o nível salarial do MST III-H = 0,99 MS-2, ou seja,

uma equivalência salarial entre os docentes universitários e os docentes dos Colégios Técnicos com a mesma titulação de mestrado¹⁴³.

A um novo pedido de audiência com o Reitor, este nos respondeu quatro dias após, em 14 de março/1987, com uma contraproposta, vinculando a Carreira MST à MS por meio do nível inicial: MST I-C = 0,70 MS-1. Este índice de 0,70, não era a vinculação pretendida, pois tínhamos conhecimento de que o MS-1 estaria em processo de extinção na Universidade, além do que, este índice trazia *perdas* (em relação à nossa proposta) de 9,5% para quase todos os níveis da Carreira MST, à exceção do teto, cuja *perda* era de 2,5%, e creio que isso – a preservação do teto da carreira – apesar de não ter sido explicitado no boletim que encaminhamos aos professores, contou para a aceitação da proposta:

[...] Portanto, embora a proposta da Reitoria não corresponda integralmente às nossas reivindicações, após reunião realizada com os professores presentes, julgamos aceitável o que nos foi proposto, tendo em vista que a diferença (10%) não é tão significativa¹⁴⁴

(ADUNICAMP, Boletim Colégios Técnicos sem data – provavelmente entre 15 a 20 nov/1987 – arquivo pessoal do pesquisador)

No entanto, a conquista destes dez por cento tornou-se a nova motivação para os professores, ainda que longe de se comparar com as mobilizações que propiciaram as conquistas da implantação da Carreira MST e, posteriormente, pela reposição das perdas salariais e sua vinculação à Carreira MS.

3.1.5 A Universidade se prepara para a análise da Carreira MST e demais Carreiras Docentes Especiais: a criação da CAI e a as novas atribuições da CADI.

Já tivemos oportunidade de abordar as perdas salariais que a Norma Regulamentadora No. 2/87 acarretou devido à não vinculação à Carreira MS quando da

¹⁴³ Na realidade, no caso da Carreira MST, o nível MST II-G tinha a mesma base salarial do nível MST III-H, sendo que este último nível poderia ser obtido com a titulação de mestrado ou a especialização mais 24 pontos.

¹⁴⁴ Lendo hoje o que pensávamos há 25 anos, nos surpreendemos – uma diferença de 10% no salário não ser significativa. Ocorre, estávamos acostumados a uma cultura inflacionária com valores muito elevados e 10% de perdas eram aceitáveis, além do que houve de fato ganhos em relação à situação em que nos encontrávamos.

sua implantação, mas o texto aprovado carregava uma importante lacuna institucional no tocante ao processo avaliatório, pois que este se encerrava nos próprios Colégios – Comissão de Curso ou de Área e Comissão Geral de Avaliação - não indicando o encaminhamento para nenhuma instância superior da Universidade, conforme abaixo:

Artigo 11 – O processo de avaliação terá início mediante proposta do docente encaminhada à respectiva Comissão de Curso, ou Área que, após deliberação, a submeterá à aprovação da Comissão Geral de Avaliação.

(UNICAMP, NR 2/87 – 01/09/1987)

As Comissões de Curso (educação profissional) ou Área (formação geral) eram compostas por quatro pessoas: o Diretor Associado, o Coordenador do Curso ou da Área e dois professores representantes eleitos pelos seus pares. Já, a Comissão Geral de Avaliação, era composta pelo Diretor, Diretor Associado, todos os coordenadores (de Curso e de Área) e um representante eleito de cada Curso e Área, tendo o papel de homogeneizar os critérios de pontuação utilizados pelo Colégio como um todo, validando, entretanto situações específicas tanto da formação profissional quanto da formação geral.

Gostaríamos, ainda, de observar que esta lacuna não existia na minuta da proposta discutida pela Comissão colocada na enquete para os professores dos dois Colégios em julho de 1986, pois o processo avaliatório, após análise interna, tinha que ser submetido *aos Órgãos Colegiados Superiores*, conforme já discurremos anteriormente.

O problema iniciou-se após o processo de consulta aos professores, pois os órgãos colegiados superiores foram substituídos pelo Conselho do Colégio – órgão colegiado interno, o equivalente à congregação dos institutos e faculdades - cujos processos precisam passar por esta instância, mas isso não prescinde de serem analisados e aprovados por uma ou mais instância superior, no caso específico pelo Conselho Universitário ou suas câmaras ou comissões.

Interessante a notar, este lapso passou despercebido por todos que se debruçaram no projeto da carreira, incluindo pessoas que tinham traquejo em processos universitários, como o primeiro escalão da Administração da UNICAMP – assessores do gabinete do Reitor, Pró-Reitor, incluindo o próprio Reitor, que, talvez tenha ficado muito

atento aos (possíveis) excessos de direitos que a carreira propiciava aos professores, não exergando esta lacuna legal.

Esta lacuna foi corrigida apenas seis anos depois, com a Deliberação CEPE A- 10/93, mas se o texto da carreira não apontava o prosseguimento do processo de avaliação dos docentes para uma instância superior da UNICAMP, na prática, isso ocorria. Após a tramitação interna nos Colégios, os processos seguiam para a Universidade, que, no entanto não estava preparada para avaliar uma carreira docente tão díspar da Carreira MS, como era (ainda é) a Carreira MST.

As poucas informações que possuímos nos indicam que, num primeiro momento, os processos de progressão funcional dos professores dos Colégios Técnicos foram analisados pela Câmara de Avaliação dos Servidores – CAS¹⁴⁵ - que havia sido criada em 1990 com objetivo bem específico em relação às *diversas carreiras funcionais da Universidade*. E embora não possuímos nenhuma informação acerca de processos que foram avaliados pela CAS, temos conosco cópia de um ofício da época encaminhado pela representação dos professores (a qual fazíamos parte), ao então Diretor do Cotuca, professor Fernando Antônio Arantes, onde é mencionada a CAS e a mudança para a CADI, conforme extrato deste ofício abaixo:

¹⁴⁵ A CAS foi criada pela Portaria GR 89/90, de 08.05.1990, sendo criada junto à Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), tinha como atribuições definir e aprovar os perfis das funções das diversas carreiras funcionais da Universidade; baixar instruções para processos de ingresso, enquadramento, promoção e progressão dos servidores; aprovar e homologar ingressos, enquadramento e promoções propostas pelos órgãos ou unidades da Universidade; julgar recursos ou reclamações encaminhadas pelas unidades, comissões setoriais ou de carreiras funcionais. Em <http://www.UNICAMP.br/siarq/pesquisa/cas.pdf> Acessado em 13/10/2009

Senhor Diretor

A representação docente deste Colégio vem à presença de V. Sa., a fim de solicitar uma convocação para uma reunião extraordinária da Comissão Geral de Avaliação da Carreira Docente, com a mesma.

Tal reunião se faz necessária em virtude da dificuldade de aplicação da Carreira Docente e os últimos acontecimentos relativos à mesma, **na mudança da CAS para o (sic) CADI. Grifo Nosso**

[...]

Representantes Docentes Cotuca

(Cotuca, 30/08/1991 – mimeo, arquivo pessoal do pesquisador, p.151)

A CADI mencionada é a Comissão de Administração e Desenvolvimento Institucional¹⁴⁶ subordinada diretamente ao Gabinete do Reitor, instituída em novembro de 1990, com a competência de se manifestar sobre diversas matérias relativas ao Quadro Docente da UNICAMP (Carreira MS), dentre elas: admissão, nível funcional da admissão, dispensa de titulação, afastamento por prazo superior a 30 dias, ascensão por avaliação de mérito e normas encaminhadas pelas Congregações das unidades para esta ascensão.

A CADI quando de sua criação não tinha no rol de suas atribuições a análise de processos das Carreiras Docentes Especiais da Universidade (como é a Carreira MST) passando a ter a partir da Portaria GR 101 de 08 de setembro/1992, conforme abaixo:

*Artigo 4º - **Além** da atribuição definida no Artigo 3º, compete à Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional administrar **as Carreiras Docentes especiais** vinculadas às seguintes unidades:*

a) Colégio Técnico de Campinas;

b) Colégio Técnico de Limeira;

c) Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação "Professor Gabriel Porto" CEPRE;

d) Centro de Estudos da Linguagem - CEL;

e) Centro Superior de Educação Tecnológica - CESET;

¹⁴⁶ Portaria GR 232 de 28 de novembro/1990, tendo sido alterada pelas portarias GR 101 de 08 de setembro/1992 (quando instituiu a Comissão de Avaliação Interna – CAI, responsável pela avaliação das Carreiras Especiais da Universidade) e pela Resolução GR 45/05 e Resolução GR 021/07.

f) Instituto de Artes.

*§ 1º - Para manifestar-se sobre as matérias relativas às Carreiras Docentes especiais, a CADI constituirá **Comissão Auxiliar Interna** com a seguinte composição:*

I - um representante do Corpo Docente de cada uma das Unidades referidas no caput, indicado pelo respectivo Diretor;

II - um docente pertencente ao QD-UNICAMP portador, no mínimo o, do título de doutor, representante de cada uma das Áreas de Biológicas, Exatas, Humanas e Tecnológicas, indicado pelos Diretores das Unidades integrantes das respectivas Áreas;

§ 2º - Os integrantes da Comissão Auxiliar Interna terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução sucessiva.

§ 3º - O Presidente e o Vice-Presidente da Comissão Auxiliar Interna serão indicados pelo Presidente da CADI.

(UNICAMP, Portaria GR 101 de 08/09/1992)

E embora as atribuições da CADI no tocante às Carreiras Docentes Especiais da UNICAMP somente tenham sido oficializadas em setembro/1992, acreditamos que antes disso, esta comissão já estivesse analisando os processos dos Colégios Técnicos, haja vista o ofício encaminhado pela representação docente do Cotuca, um ano antes, em setembro/1991, conforme já discorrido.

Assim, todos os processos relativos à Carreira MST, bem como das demais carreiras especiais – admissão, progressão, afastamentos, dentre outros – passaram a ter a avaliação de mérito por meio de pareceres circunstanciados por uma subcomissão da CADI, a Comissão Auxiliar Interna – CAI - presidida pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, órgão a que os Colégios Técnicos estavam subordinados. Se a análise do processo transcorresse sem problemas na CAI, o seu presidente encaminharia diretamente para o plenário da CADI sendo, via de regra, referendado por este plenário.

Com a instituição da CAI no âmbito da CADI, a UNICAMP criou um fórum de discussão e deliberação de suas Carreiras Docentes Especiais, contando com a participação de um representante de cada unidade acadêmica destas carreiras (Artigo 4º da Portaria GR 101/82) além de representantes de cada uma das áreas do conhecimento existentes na Universidade: Humanas, Exatas, Biológicas e Tecnológicas – professores

com titulação mínima de doutorado e que passaram a ser, na prática, os balizadores dos critérios e normas especiais, muitas vezes tão dispares entre si, que eram adotadas pelas cinco carreiras especiais.

Consideramos que a criação da CAI foi uma medida necessária e oportuna, não apenas para suprir o vazio institucional que havia se estabelecido com a criação das Carreiras Docentes Especiais, mas também por ter contribuído em muito para que pelo menos uma pequena parcela da comunidade universitária tomasse conhecimento que existia vida acadêmica para além dos Institutos e Faculdades e da carreira dos docentes universitários, a Carreira MS e a Universidade passava a assumir institucionalmente esta realidade.

3.1.6 A Deliberação Consu A-06/93, a conquista salarial veio junto com o retardamento à progressão.

Como dito, quando da vinculação da Carreira MST à Carreira MS, no início de fevereiro de 1988, houve, para o conjunto dos professores, uma perda salarial de cerca de 10%. E dois anos mais tarde, no início de 1990, por ocasião da campanha para sucessão do Reitor Paulo Renato, apresentamos como reivindicação a todos os candidatos à Reitor, a alteração do índice de vinculação da Carreira MST à Carreira MS: passar de 0,7 para 0,8, ou seja MST II-C = 0,80 MS-1, o que significava, de fato, um acréscimo de 14,28% nos vencimentos de todos os professores. Eleito o professor Carlos Alberto Vogt, em abril daquele ano, apresentamos a *cobrança*¹⁴⁷ quatro meses após, conforme abaixo:

Vimos pelo presente, solicitar de Vossa Magnificência, em nome dos docentes do Colégio Técnico de Campinas, providências para alteração do valor base dos salários da Carreira do Magistério Secundário Técnico – MST – de 0,7 (sete décimos) para 0,8 (oito décimos), conforme compromisso assumido por Vossa Magnificência em reuniões realizadas

¹⁴⁷ Esta *cobrança* saiu em nome dos professores do Cotuca, diferentemente de tantas outras que realizamos conjuntamente com o Cotel, devido provavelmente a promessa ter sido feita apenas no Cotuca, e coube a nós o encaminhamento do ofício em nome da representação docente.

nas dependências deste Colégio. Fonte: Ofício Representação Docente; 24/08/1990 – arquivo pessoal do pesquisador, p. 150)

Mas o que parecia um ato de simples assinatura do Reitor¹⁴⁸ demorou quase três anos para ser implementado, pois a alteração do índice deu-se apenas em 27 de maio/1993, por meio da Deliberação CONSU A-06/93, que em seus quatro artigos¹⁴⁹, trouxe não apenas o *pacote de bondade*¹⁵⁰:

Artigo 1º - O artigo 15 da Norma Regulamentadora nº 2, de 13 de março de 1987, que instituiu a Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico nos Colégios Técnicos da UNICAMP (MST), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 15 - O referencial básico salarial, para efeito do cálculo dos vencimentos correspondentes a cada nível das Categorias MST, é igual a 80% do valor dos vencimentos nível MS-1 da Carreira Docente da UNICAMP, em Regime de Tempo Integral.

(UNICAMP, Deliberação CONSU A-06/93) **Grifo original**

Mas trouxe também o *pacote de maldade*:

Artigo 3º - A despesa anual decorrentes da progressão funcional dos docentes dos Colégios Técnicos, integrantes da Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico - MST, **fica limitada a 1% (hum por cento)** do valor bruto da folha de pagamento do respectivo Colégio em janeiro de 1993, atualizado mensalmente com os índices

¹⁴⁸ Internamente no Cotuca, a alteração deste índice ficou, à época, conhecida entre os professores como "*a canetada do Vogt*", pois o então candidato teria manifestado que seria muito fácil realizar tal mudança, uma simples assinatura....

¹⁴⁹ A título de curiosidade, esta Deliberação revogou o Artigo 25 da NR 2/87 de 01 de setembro/1987, visto que este artigo na realidade não existia, pois do Artigo 24, passava-se direto para o Artigo 26.

¹⁵⁰ A expressão *pacote de bondade* tem sido freqüentemente utilizada nos diversos meios de comunicação do país desde os anos 2000, para expressar políticas fiscais das três esferas de governos que representem benefícios para cidadãos ou empresas, tais como isenção de pagamento de multas ou juros atrasados, redução de juros ou impostos, parcelamentos de dívidas, dentre outros. Já o *pacote de maldade* significa o oposto, aumento da carga tributária, dos juros, etc. Uma pesquisa no Google realizada no dia 07 de outubro/2009 indicou "aproximadamente 95.300" links para a expressão "pacote de bondade", e "aproximadamente 94.300" para o seu inverso "pacote de maldade". Outras formas semelhantes são descritas como "Medida Provisória do Bem" e "Medida Provisória do Mal"

de reajustes de salário fixado pelo CRUESP. (UNICAMP, Deliberação CONSU A-06/93) **Grifo original**

Com relação ao Artigo 1º sabíamos perfeitamente bem o seu significado e representou de fato um excepcional ganho salarial de 14,28%, no entanto, não tínhamos noção do que o Artigo 3º nos reservava, embora colegas com trânsito na Reitoria nos diziam, à época, que não traria nenhuma consequência negativa para os professores, o que mais adiante demonstrou-se incorreto. Os recursos destinados para a progressão por mérito dos professores, fixados em 1% (um por cento) da folha pagamento de cada Colégio do mês de janeiro aparecem na rubrica “Plano de Expansão da Unidade”¹⁵¹ e revelaram-se, na prática, serem insuficientes para que todos os professores que tivessem cumprido os requisitos estabelecidos na Carreira – interstício de dois anos da última progressão e acúmulo de seis pontos – pudessem realizar a sua progressão quando do cumprimento destes requisitos.

Por conta desta limitação orçamentária, a cada ano passou-se a formar uma lista de espera, o que no Cotuca denominamos *fila da carreira*. A Comissão Geral de Avaliação (CGA) de cada Colégio passou a ordenar a lista, de acordo com a data do pedido do professor. Como consequência deste Artigo 3º, o interstício de tempo entre uma progressão e outra, estabelecido na Carreira MST como de dois anos, passou a ser, na prática, de três e, em alguns casos, até de quatro anos, o que gerou descontentamento de muitos professores, incluindo este pesquisador, mas não a ponto de mobilizá-los.

Na realidade, a Administração Central ao fazer isso, estava se precavendo no que tange ao seu planejamento de dispêndio financeiro, o que entendemos ser correto, e neste mesmo ano de 1993, pouco mais de um mês após a normatização da Carreira dos Colégios Técnicos, a Universidade também normatizou a carreira dos servidores – Carreira de Técnico de Apoio da Universidade - tendo sido fixado o montante de 2% (dois

¹⁵¹ O Plano de Expansão de uma unidade acadêmica provê os recursos para avaliação docente por mérito. Todas as unidades possuem, mas sua importância é pequena nos institutos e faculdades, cuja progressão é majoritariamente realizada por titulação (doutoramento, livre-docência, titular), ao contrário das unidades que possuem Carreiras Especiais, como os Colégios Técnicos (Carreira MST), Centro de Línguas (DEL), Instituto de Artes (Magistério Artístico), e o Centro Gabriel Porto (DEER).

por cento) da folha dos servidores para progressão anual¹⁵². Chegamos a tomar conhecimento desta diferença de tratamento (1,0% para os professores dos Colégios Técnicos contra 2,0% para os servidores da Universidade), mas também isso não representou nenhuma mobilização por parte dos professores dos dois Colégios, até porque, não tínhamos noção dos efeitos negativos que estavam por vir e, a bem da verdade, havia muito contentamento com o reajuste de 14,28% para todos os professores.

Outro ponto que avaliamos ser importante diz respeito aos aspectos legais desta alteração, desde março de 1988, quando obtivemos a vinculação salarial da Carreira MST à Carreira MS (MST II-C = 0,70 MS), fazia-se necessário a institucionalização desta alteração que já se vinha praticando e, no entanto, a carreira permanecia com o mesmo texto da NR 2/87, de 01 setembro/1987, ainda com vinculação salarial à Carreira do Magistério Estadual Paulista, sendo que desde 1988 os nossos salários eram corrigidos em consonância aos da carreira MS da Universidade.

Cinco anos mais tarde, a Deliberação CONSU A-06/93 estabeleceu uma nova forma de vinculação (MST II-C = 0,80 MS-1), mas também não alterou o texto da NR 2/87. Este lapso legal foi corrigido cerca de três meses depois, por meio da Deliberação CONSU A-10/93, de 18 de agosto/1993, com uma nova publicação da Carreira MST, que além de estabelecer a sua vinculação à Carreira MS e colocar a restrição orçamentária no tocante à progressão do docente, fez apenas algumas alterações de redação e adequações ao novo organograma dos Colégios, mantendo-se, no cômputo geral, os princípios da carreira aprovados em 1987.

No que diz respeito à progressão docente, o novo texto não fazia menção direta à limitação de recursos (1,0 % da folha salarial), deixando subentendida esta restrição orçamentária, mas corrigia uma outra lacuna institucional – a falta de aprovação

¹⁵² DELIBERAÇÃO CAD Nº 273/93, 07/07/93, que consolida normas referentes à Carreira de Técnico de Apoio da Universidade. Atualmente a Carreira de Profissionais de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (nova denominação da carreira dos servidores) não possui mais garantia de índice definido – a cada ano, negocia-se um valor para a avaliação.

do processo avaliatório pelas instâncias superiores da Universidade, conforme texto a seguir:

Artigo 14 – As progressões aprovadas em primeira instância, pela Comissão Geral de Avaliação, serão submetidas à aprovação da CEPE, mediante parecer CADI, após demonstração e reserva de recursos.

(UNICAMP, Deliberação CONSU A-10/93) **Grifo Nosso**

Assim, num único e enxuto artigo, i) corrigiu-se a falta de encaminhamento do processo de avaliação da Carreira MST para as instâncias superiores da Universidade – CADI e CEPE, seguindo os mesmos trâmites legais dos docentes universitários da Carreira MS, e ii) também colocou a restrição orçamentária existente para o prosseguimento deste processo - “... *após demonstração de reservas de recursos*”.

Assim, o professor que entrasse com pedido de avaliação na Carreira MST, tinha o seu processo analisado normalmente nas duas instâncias internas dos Colégios – Comissão Departamental de Avaliação (CDA) e Comissão Geral de Avaliação (CGA) – mas ao invés do processo seguir para a análise da Comissão de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (CADI), para posterior aprovação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), ele seguia para a Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH) para demonstração de recursos e, caso não houvesse, voltava novamente para o Colégio, permanecendo até que Plano de Expansão propiciasse os recursos para o docente. Como estabelecido na Deliberação CONSU A-06/93, o Plano de Expansão é liberado no início de cada ano, com base na folha salarial do mês de janeiro, assim, dependendo da posição do docente na lista, ele poderia ser contemplado no ano seguinte ao de sua solicitação de avaliação, ou ainda esperar mais um outro ano até que o Colégio informasse à DGRH que ele estava entre os contemplados aos recursos disponíveis pelo Plano de Expansão.

Uma alteração na Carreira decorrente de alterações administrativas dos Colégios (gestão Fernando Arantes) foi a criação de Departamentos em substituição às antigas Coordenações de Área (formação geral) e de Curso (formação profissional), ocorridas em 1993. Com isso, as antigas Comissões de Área e de Curso que eram responsáveis pela primeira análise do processo de avaliação foram substituídas pelas

Comissões Departamentais, que mantiveram a mesma composição, a não ser a substituição do Coordenador de Área e Curso pelo Coordenador de Departamento.

Artigo 10 – O processo de avaliação terá início mediante proposta do docente encaminhada à respectiva **Comissão Departamental de Avaliação** que, após Deliberação, a submeterá à aprovação da Comissão Geral de Avaliação. **(Grifo Nosso)** (UNICAMP, Deliberação CEPE A-10/93)

No mais, como já discorrido, esta nova publicação da Carreira MST não trouxe maiores modificações, mantendo-se na íntegra a distribuição de tempo das jornadas de trabalho docente (como os tempos destinados à preparação de aulas, carga didática e aperfeiçoamento); todos os 13 critérios para contagem de pontos no processo de avaliação; e também os critérios de mobilidade funcional – mantendo-se os mesmos dois, por titulação e por desempenho, desde que houve a alteração *determinada* pelo Reitor Paulo Renato, além da estrutura da carreira, que se manteve a mesma desde a sua implantação em janeiro de 1987.

3.1.7 A revisão da Carreira e a vinculação ao MS 3 – a Deliberação CEPE- A10/95 recupera antigas reivindicações e se mantém atual quinze anos depois.

Em abril de 1994, o professor José Martins Filho, da Faculdade de Medicina da UNICAMP assumiu a Reitoria, e mantendo a *tradição*, campanha para Reitor → novas reivindicações dos professores dos Colégios Técnicos; e novo Reitor → novas alterações na Carreira MST, que nesta nova administração ocorreram duas publicações, em 1996 e 1997, conforme veremos a seguir. Mas conforme veremos mais adiante, em novembro de 1994, após consulta à comunidade, o Diretor do Cotuca passou a ser o professor Edgard Dal Molin Jr. e passamos a integrar a equipe de direção do Colégio, como Diretor Associado.

E apesar de a nova direção do Cotuca não ter contado com a preferência do alto escalão da administração no processo de consulta à comunidade, cremos que não houve nenhum problema de entendimento com a Reitoria desde que nosso companheiro de chapa Edgard Dal Molin Jr. assumiu a direção do Cotuca, cabendo a ele a articulação junto à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) as propostas que

faziam parte de nosso programa, das quais destacamos quatro delas: i) alterações de organograma; ii) alterações da Carreira MST; iii) implantação da congregação; e iv) elaboração do novo Regimento Escolar do Cotuca.

Neste espaço nos deteremos na nova proposta da Carreira MST – que foi bastante discutida no Cotuca, em especial na Comissão Geral de Avaliação (CGA). Ao analisarmos decorridos 15 anos da implantação da nova versão da carreira - Deliberação CEPE A-10/95 – percebemos a profundidade do trabalho e os ganhos significativos propiciados aos professores dos dois Colégios Técnicos.

Resgatamos nossos cadernos desta época e vimos que em 14 de dezembro/1994 realizamos a primeira reunião com a Comissão Geral de Avaliação, especificamente para discutir as alterações na Carreira MST, e uma anotação em particular nos chamou a atenção: “*mudanças de ordem técnica discute-se, de ordem política não*”. Não nos recordamos do que seria, mas acreditamos que muito provavelmente tenha sido uma fala do professor Dal Molin Jr. transmitindo o que havia sido discutido na reunião da Câmara Auxiliar Interna (CAI) ou ainda de uma conversa sua com o então Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, acerca do que podia e o que não se podia alterar na Carreira MST.

Mas o que seriam mudanças de ordem técnica e de ordem política? Ordem técnica, muito simples: alterar a pontuação de determinado item, como por exemplo, de um curso de extensão, ou ainda relativa à participação em congressos, autoria de livros, etc. Já, mudanças de ordem política, as que implicassem em alterações filosóficas ou qualitativas, como por exemplo, regime de trabalho docente (passagem de celetista para Esunicamp/estatutário). Nesta reunião de dezembro/1994 recebemos do Departamento de Equipamentos Médico-Hospitalares oito sugestões de alteração na Carreira, cuja coordenadora à época, professora Marilda Sólton Teixeira Bottesi sempre fora muito atuante.

Durante o ano de 1995, discutimos novamente com a CGA por diversas vezes, mas com certeza não levamos ao pé da letra aquela *recomendação*, pois o novo corpo legal da Carreira MST, consubstanciado pela Deliberação CEPE A-10/95, publicada, em 02 de janeiro/1996, trouxe nesta publicação novos princípios e diretrizes.

Além disso, houve uma grande reestruturação na disposição e apresentação dos artigos no corpo do texto e diversas alterações na redação de alguns artigos, deixando o texto mais claro e com melhor entendimento. Pontuaremos a seguir as alterações que consideramos mais importantes:

1. **Formas de progressão na Carreira:** nesta versão, duas novas possibilidades foram incorporadas: i) a volta da progressão por titulação e desempenho combinados, que havia sido suprimida por determinação do Reitor Paulo Renato, na primeira republicação em 01/09/1987 (Artigo 4) e ii) a possibilidade de ascender à categoria MST III – sem a titulação de especialização ou mestrado – mediante a realização de um número maior de pontos¹⁵³: 24 pontos para o graduado e 30 pontos para o técnico, necessitando-se de um interstício de quatro anos.
2. **Crerérios de pontuação para progressão** (Artigo 11): neste item houve grandes alterações, ampliando tanto as possibilidades de obtenção de pontos – valorização da dedicação exclusiva ao Colégio; autoria de patentes e registro de utilidades; elaboração de projetos extracurriculares de ensino e pesquisa; disciplinas isoladas de pós-graduação também passaram a pontuar; o exercício de cargos ou funções administrativas; a participação em órgãos colegiados, comissões e afins. Ainda, especificando melhor alguns itens e colocando maior exigência e rigor em outros, como por exemplo, a necessidade de um relatório das atividades desenvolvidas para pontuação de experiência não docente; as publicações de trabalho para serem pontuadas para pontuarem o requisito foi o de ser em revistas de divulgação especializada ou então em literatura especializada ou científica com corpo editorial, dentre outros pontos.
3. **Vinculação da Carreira MST à Carreira MS** (Artigo 14): a referência salarial passou a ser dada pelo nível J da Categoria MST III, tendo a seguinte vinculação: MST III-J = 0,868 MS-3 (o doutor, com gratificação de mérito). Em termos salariais, esta alteração não teve nenhum significado, mantendo-se os mesmos vencimentos para todas as categorias e níveis, mas trouxe uma maior segurança, uma vez que o MS-3 estava tornando-se a porta de entrada da carreira docente da UNICAMP, enquanto que o MS-1 praticamente já não era contratado.

¹⁵³ Na versão então vigente, somente era possível ascender à categoria MST III-H pela obtenção do título de mestrado ou então de Especialização (com mínimo de 360 horas), sendo está segunda possibilidade com o adicional de 12 pontos.

4. **Distribuição de tempo da jornada de trabalho** (Artigo 15): o novo texto deu maior segurança aos professores em relação a um possível aumento da carga didática, que poderia vir acontecer passando de até 80% para até 70% da jornada de trabalho, conforme distribuição a seguir:

I- **30%** para: a) preparação de aulas; b) correção de provas; c) reuniões pedagógicas e departamentais; d) atendimento a alunos; e) produção de material didático;

II- **70%** destinado a ministração de aulas e aperfeiçoamento do corpo docente.

Outro ponto que a Deliberação CEPE A-10/95, deixou bem claro, foi a restrição orçamentária para a progressão na Carreira:

Artigo 12 - A despesa anual decorrente das promoções dos docentes dos Colégios Técnicos, integrantes da Carreira do Professor do Magistério Secundário Técnico - MST, fica limitada a 1% (um por cento) do valor bruto da folha de pagamento do respectivo Colégio em janeiro de cada ano, atualizado mensalmente com os índices de reajuste de salário fixado pela Universidade. (Deliberação CEPE A-10/95 e CEPE A-02/97)

Ainda, uma novidade desta nova publicação, foi a introdução do Parecer Circunstanciado por parte da Comissão Geral de Avaliação quando da análise da solicitação de progressão do docente, conforme abaixo:

§ 2º - Em caso de aprovação pela CDA, a proposta será enviada à CGA, para avaliação com base em parecer circunstanciado emitido por um de seus membros designado como relator do processo pela presidência da *mesma*.

Deliberação CEPE A-10/95 – Artigo 4º, § 2º

Na realidade, o **parecer circunstanciado** passou a ser adotado não apenas para os processos de progressão na carreira, mas também para outras situações que envolvem um docente, como aumento ou diminuição de jornada de trabalho, admissão na Universidade, solicitação de afastamento com ou sem vencimentos, licença prêmio, etc, aproximando assim os procedimentos da adotados pela Carreira MST aos da Carreira MS dos docentes universitários.

Nas disposições transitórias, os docentes tiveram o prazo de um ano para realizarem sua opção à nova Carreira e não tenho conhecimento de nenhum colega que não tenha realizado esta opção.

Durante os anos de 1995 e 1996, já na nova função de Diretor Administrativo, coordenamos juntamente à Comissão de Geral de Avaliação o desenvolvimento de um pequeno manual contendo os diversos documentos que faziam parte do processo de avaliação – ofícios de encaminhamento, planilha de pontuação, formulários, modelo de relatório de atividades, parecer do relator, dentre outros – abrangendo tanto a parte que cabia aos professores que solicitavam a avaliação, como a das chefias de departamentos, dos membros da CGA e da própria direção do Colégio. Desenvolvemos 12 documentos – nove deles padronizados e três não, distribuindo um disquete¹⁵⁴ para cada membro da CGA, o que facilitou em muito o trabalho de todos, além de agilizar o processo como um todo.

Outro documento que constava deste manual denominávamos de *Normas para o Artigo 11* com a catalogação de todas as deliberações CGA, incluindo o item da carreira, a data da reunião, o professor envolvido nesta deliberação e a decisão tomada (como pontuar aquele item), com o objetivo de homogeneizar, o máximo possível, os procedimentos adotados para todos os professores, facilitando inclusive o trabalho do relator do processo quando da avaliação da relação de documentos apresentada pelo docente. A cada nova deliberação era realizada a alteração na tabela, gerando uma nova versão do documento que chamávamos de *CGA-Res xx.doc*. No Quadro 09, reproduzimos o cabeçalho deste documento apresentando um caso deliberado pela CGA do Cotuca para efeito de exemplificação do procedimento da CGA do Cotuca:

¹⁵⁴ Nesta época não existiam ainda os CD-Rs *compact disk* graváveis e os *pen drivers* e também não havia a cultura dos e-mails, embora esta tecnologia já existisse.

Quadro 09 – Carreira MST: CGA/COTUCA
Normas para o Artigo 11 da Deliberação CEPE A-10/95

Item	Reunião	Situações que levaram à deliberação	Decisão
4	01/09/1995	Romeu Corradi Jr.	Experiência profissional como “Preparador de Equipamentos” no SENAI - considerada não docente: pontua-se como previsto item 4.

Quadro 9 – Carreira MST: Normas para o Artigo 11 da Delib. CEPE A-10/95
 Fonte: COTUCA, CGA – Arquivo CGA-Res05.doc

Este documento também era enviado para a Comissão Auxiliar Interna (CAI) para que seus membros pudessem analisar a pontuação dos professores, com os mesmos critérios utilizados pelo Colégio – o que era de extrema importância, pois os membros da CAI não tinham o conhecimento de particularidades da Carreira MST e, com o manual, era possível analisar se a avaliação realizada pelo Colégio estava em conformidade com a deliberação da CGA e, por conseguinte, com a própria CAI que baliza todas novas proposições para pontuação, tanto do Cotuca quanto do Cotil.

Na entrevista que realizamos com o professor Edgard Dal Molin Jr., este nos relatou seu sentimento acerca do desenvolvimento do processo nas instâncias universitárias:

Não houve nenhuma resistência por qualquer membro da CAI, pelo seu presidente, o entendimento era muito bom, a proposta conduzida pelos Colégios era muito razoável... Não me recordo de nenhuma dificuldade, pelo contrário, houve melhoria em regulamentar alguns itens que davam dupla interpretação na carreira.. Cada relator da CAI ficou com o entendimento de cada item a ser aplicado na avaliação de progressão do professor para que não tivesse nenhuma dúvida.

(Professor Edgard Dal Molin Jr. – Diretor Cotuca 1994-1998, entrevista 22/12/2009)

Ainda na gestão do professor Edgard Dal Molin Jr., houve uma proposta da Comissão Auxiliar Interna (CAI) para que o Cotuca e o Cotil, sempre que solicitassem aumento de jornada de professores ou contratação de novos professores, apresentassem um histograma do Departamento em questão, conforme abaixo:

[...] Um professor de Física (Instituto de Física) não recorde exatamente o nome dele, por volta de 1996 para 1997 fez uma solicitação para o presidente da CAI que na instrução dos processos dos professores ao chegar para os relatores já viesse com um parecer circunstanciado e também anexado a um histograma que funcionasse como uma fotografia, um Raio X - a carga didática dos professores por Departamento em relação a sua jornada de trabalho.

(Professor Edgard Dal Molin Jr. – Diretor Cotuca 1994-1998, entrevista 22/12/2009)

Isso permitiria aos membros da CAI visualizar como os professores utilizavam sua jornada de trabalho se se dedicavam a sua formação profissional.

A segunda publicação da Carreira MST na gestão do professor Martins ocorreu pela Deliberação CEPE A-02/97¹⁵⁵, de 06 de março/1997, e quando analisamos não encontramos nenhuma alteração em relação à versão anterior – Deliberação CEPE A-10/95. Na realidade, a nova deliberação alterou apenas um artigo das disposições transitórias pela dilatação do prazo (de um ano para dois anos) para o professor fazer a opção pela nova Deliberação, não alterando nenhuma vírgula da versão anterior.

Na Gestão do professor Hermano Tavares¹⁵⁶ houve uma tentativa ambiciosa de alteração da Carreira, atendendo uma antiga reivindicação dos professores, qual seja o estabelecimento da carga didática em 50% da jornada de trabalho, e após a constituição de um Grupo de Trabalho no âmbito da CEPE, foi elaborada uma minuta pela Procuradoria Geral tendo recebido a aprovação da DGRH. Mas, o processo não foi adiante, ao que nos parece pela saída do titular da PREAC, à época, professor João Wanderley Geraldi.

¹⁵⁵ Deliberação CEPE A-10/95 em: http://www.pg.UNICAMP.br/delicepe/1995/I_DELI95.htm; e Deliberação CEPE A-02/97 em http://www.pg.UNICAMP.br/delicepe/1997/I_DELI97.htm ambas acessadas em 31/01/2009.

¹⁵⁶ Na realidade, na gestão do professor Hermano Tavares houve um *pacote de bondade* para o Cotuca, com a eliminação da fila de espera do ano de 1999, solicitação realizada pelos professores deste colégio durante o processo de escolha do Reitor que substituiria o professor Martins.

Embora não tenha sido concretizada avaliamos importante apresentar a proposta de alteração da Carreira MST realizada pelo Grupo de Trabalho¹⁵⁷, não apenas pela composição deste GT – continha titulares de três pró-Reitores: i) Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários; ii) Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário; e iii) Pró-Reitoria de Pesquisa; além dos Diretores dos Colégios Técnicos, representante docente e também a Sub-Procuradora Chefe da Universidade – mas também pela proposta apresentada ser historicamente a defendida não apenas pelos professores dos Colégios Técnicos da UNICAMP, mas por diversos segmentos que atuam na educação brasileira, como entidades representativas, educadores e cientistas, portanto ainda atual.

A proposta de alteração da Carreira MST, realizada pelo Grupo de Trabalho foi a seguinte:

Artigo 15 – A jornada de trabalho do docente será dividida nas seguintes proporções:

I - 50% para:

- a) preparação de aulas
- b) correção de provas;
- c) reuniões pedagógicas e departamentais;
- d) atendimento de alunos;
- e) produção de material didático;
- f) aperfeiçoamento profissional

II – 50% destinado à ministração de aulas

(UNICAMP, Processo 01 P 21.454/98, p.183)

Ainda a dizer acerca da proposta do GT referenciado acima, em várias entrevistas que realizamos com professores, dirigentes do Cotuca houve a manifestação de que a alteração da carga didática para 50% da jornada de trabalho foi praticamente unânime, como ponto a se melhorar na Carreira MST, permitindo inclusive uma maior dedicação dos professores à pesquisa.

¹⁵⁷ Este GT foi constituído por meio da Portaria GR 123/98 (30/06/1998) e tinha por objetivo “elaborar proposta de regulamentação de especificação de carga didática de docentes da carreira MST”, com a coordenação do professor João Wanderley Geraldi.

Em outra frente, no processo 01 P 16.592/98, por iniciativa da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a Procuradoria da Universidade elaborou uma minuta de Deliberação da CEPE cujo cabeçalho tinha os seguintes termos: “Estabelece normas complementares para fixação da Carreira do Professor do Magistério Secundário Técnico dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas.”

Nesta minuta, instituía-se para a Carreira Magistério Secundário Técnico – tal qual a Carreira Magistério Superior – três categorias de docentes:

- i. Parte Permanente – PP composta exclusivamente de professores investidos por meio de concurso público;
- ii. Parte Suplementar em Extinção – PS composta de(1*).
- iii. Parte Especial – PE – composta exclusivamente de professores admitidos por prazo determinado, sob o regime da C.L.T.

(1*) Categoria a ser definida por instâncias competentes

Fonte: (UNICAMP, Processo 01 P. 16.592/98 Fls 21 a 23)

O processo foi encaminhado para a Diretoria Geral de Recursos Humanos tendo recebido o de acordo de seu Diretor, à época, professor Luiz Carlos de Freitas, no entanto acabou não tendo continuidade, tendo sido encaminhado para arquivo no dia 29 de março de 2001¹⁵⁸.

Uma avaliação que realizamos é que a saída do professor João Wanderley Geraldi da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários foi determinante para os rumos deste GT, contribuindo ainda, a entrada de novos Diretores no Cotuca e no Cotel no final de 1998, sendo os novos membros não estavam a par de todas as discussões, o que comprometeu o andamento deste GT.

As alterações processadas em 1995 na Carreira MST vêm definindo a vida de quase duas centenas de professores dos dois Colégios Técnicos da UNICAMP – Cotuca

¹⁵⁸ Uma possibilidade que aventamos é que a descontinuidade do processo deu-se por conta da saída do titular da Pró-Reitoria de Extensão.

e Cotil - tendo deste então ocorridas três alterações pontuais bastante significativas e importantes para o seu aperfeiçoamento. Destas alterações, uma ocorreu em 2003 na gestão do professor Carlos Henrique da Cruz Brito (2002 – 2005) e duas na gestão do professor José Tadeu Jorge (2006 – 2009), ambas em 2007, conforme veremos a seguir.

No entanto, no que diz respeito aos procedimentos de avaliação dos professores dos dois Colégios, a Deliberação CEPE A10/95 ainda está intacta, sem nenhuma alteração, embora as referências que as deliberações que vieram a posteriori, vistas a seguir, mencionam a Deliberação CEPE A2/97, que como já dissemos, não alterou em nada em relação à sua antecessora (Deliberação CEPE A10/95), a não ser a dilação do prazo para o docente fazer a opção à carreira.

3.1.8 Avanços institucionais para o ingresso; a conquista do ESUNICAMP – o que parecia impossível aconteceu.

Consideraremos nesta sessão duas alterações institucionais bastante relevantes para o aprimoramento da Carreira MST:

- i) a instituição de processo público para o ingresso na carreira;
- ii) a opção pelo Regime ESUNICAMP.

A Carreira MST já estava há muito tempo estabelecida com os procedimentos no âmbito interno à Universidade bastante conhecidos pelos órgãos colegiados – CADI e CEPE - mas ainda tinha um ponto frágil, no tocante à admissão de docentes, logo no início do processo, qual seja, a divulgação do edital que disparava toda a dinâmica dando ciência a todos quantos se interessassem a participar da seleção.

Concorrendo para melhorar o processo de admissão, a administração do professor Carlos Brito, publicou a Deliberação CEPE A-06 de 05/4/2005¹⁵⁹, que alterou apenas o Artigo 3º, da Deliberação A-02/97, então vigente, conforme abaixo:

Artigo 3º - A admissão de docentes na Carreira MST far-se-á mediante **processo seletivo público**.

¹⁵⁹ Deliberação CEPE A-06 de 05/4/2005 – A íntegra desta Deliberação pode ser obtida em: http://www.pg.UNICAMP.br/delicepe/2005/I_DELI05.htm# Acesso em 20/03/2010

§ 1º - O enquadramento inicial do docente na Carreira MST dar-se-á em cada categoria e nível, de acordo com sua experiência profissional e formação acadêmica, que serão pontuadas de acordo com o artigo 11[...]

(UNICAMP, Deliberação CEPE A-06/2005) (**Grifo
Nosso**)

Até então, os processos seletivos obedeciam ao critério de publicização das vagas existentes. Enviava-se o edital com todas as informações necessárias para a inscrição – disciplina, carga horária, conteúdo programático, fases e critérios de seleção, valores dos vencimentos, etc – para a divulgação nos Institutos e Faculdades da UNICAMP e de outras faculdades e/ou Universidades relacionadas à vaga para contratação. Posteriormente, passou-se também a ser divulgado no site da UNICAMP e dos Colégios, mas o processo não era publicado em Diário Oficial, não sendo considerado, portanto, um processo seletivo público.

Então, ao tornar a admissão na Carreira MST um processo seletivo público, a Universidade deu mais formalidade ao processo seletivo e (por que não?), também, mais transparência, implicando num cuidado ainda maior, pois os procedimentos passaram a seguir um ritual muito próximo aos de concursos públicos da UNICAMP.

O artigo 3º continha cinco incisos relacionados aos requisitos para contratação em cada uma das categorias da carreira – MTS I, MST II e MST III, todos eles remetiam aos mesmos critérios da Deliberação CEPE A-02/97

Posteriormente, o processo de admissão na Carreira teve uma nova melhoria, desta feita na gestão do professor Tadeu Jorge, com bastante complexidade, por meio da Deliberação CEPE A-02 de 09 de maio/2007¹⁶⁰, com a publicação de um *roteiro* detalhado com todos os requisitos para o processo de contratação, desde a comprovação de recursos e vagas, até os critérios da seleção, incluindo os pesos de cada etapa, totalizando 23 artigos, número maior inclusive que todo o corpo da Carreira MST com 19 artigos. A seguir, transcrevemos aqueles que consideramos mais importantes para visualizar como ficou o processo:

¹⁶⁰ Deliberação CEPE A-02 de 09 de maio/2007 – A íntegra desta Deliberação encontra-se em: <http://www.pg.UNICAMP.br/delicepe/2007/CEP02A07.htm> Acesso em 20/03/2010.

Artigo 1º - A admissão de docentes na Carreira MST far-se-á mediante processo seletivo público de provas e títulos.

.....

....

Artigo 3º A proposta de abertura do processo seletivo público, acompanhada de justificativa, conterá:

I – o regime e a jornada de trabalho a que se refere a vaga;

II- os requisitos mínimos exigidos dos candidatos (titulação, experiência profissional e/ou docente);

.....

....

IV – comprovação de vaga e recursos.

Artigo 4º - O Edital publicado no Diário Oficial do estado, para inscrição dos candidatos, deverá conter:

.....

....

Parágrafo Único - Qualquer alteração nas regras de execução da seleção pública deverá ser objeto de novo Edital com a consequência abertura dos prazos.

Artigo 5º - O prazo de inscrição de candidatos no processo de seleção pública será de 15 (quinze) dias no mínimo, contados a partir da data de publicação do edital no D.O.E.

.....

....

Artigo 12 – O processo seletivo constará de Prova de Títulos, Prova de Arguição e Prova Didática.

.....

Parágrafo Único. As provas terão os seguintes pesos:

I- Prova Didática: peso 5 (cinco);

II- Prova de Arguição: peso 3 (três)

III- Prova de Títulos: peso 2 (dois)

IV- Prova específica, se houver: peso 2 (dois)

Artigo 13 – A Comissão Julgadora será constituída de pelo menos 5 (cinco) membros pertencentes a Carreira MST aprovados pela Comissão Geral de Avaliação – CGA, sendo que pelo menos 02 (dois) deverão pertencer ao corpo docente do outro Colégio Técnico da UNICAMP.

.....

....

Artigo 20 – A relação dos candidatos classificados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as notas finais obtidas pelos mesmos.

Artigo 21 – O prazo de validade do processo seletivo será fixado pelo Departamento, ou outra instância competente, definida pela Comissão Geral de Avaliação – CGA, do Colégio, não podendo ultrapassar o máximo de 12 meses.

UNICAMP, Deliberação CEPE A-02, de 09/05/2007

Embora a admissão nos Colégios Técnicos seja efetuada por seleção pública, é mister destacar que as normas estabelecidas pela Deliberação CEPE A-02/2007 são muito próximas às de um concurso público, como os realizados na Universidade, trazendo maior respeitabilidade no processo como um todo, concorrendo para isso, padronização dos pesos na seleção e também a presença de dois membros do outro Colégio Técnico: nos processos de seleção do Cotuca participam dois professores do Cotil, e vice-versa – acreditamos que seja importante para o aperfeiçoamento do processo, ainda que a subjetividade é inerente em situações desta natureza.

Por outro lado, como consequência, implica em prazos maiores e também dificuldades e riscos na realização destes Editais, havendo a necessidade de os Departamentos se programarem com bastante antecedência quando da necessidade de seleção de docentes. Ainda, lapsos involuntários no encaminhamento ou pequenas alterações durante o processo, como a prorrogação de prazos ou alteração na data de uma prova, que podiam facilmente ser resolvidas com um telegrama, e-mail ou telefonema podem trazer a anulação do processo¹⁶¹, pondo por *água abaixo*, o trabalho correto de muitas pessoas, causando aflições e inseguranças não apenas aos candidatos, mas também no corpo técnico do Colégio.

¹⁶¹ No ano de 2009, o Cotuca teve um processo seletivo público anulado após a publicação dos resultados no DOE e até assinatura de contrato pelo vencedor do processo, por conta do recurso de um candidato, baseado numa pequena falha de procedimento em conformidade ao edital, mas nada que pudesse comprometer a lisura e o resultado final do processo, mas no final das contas, a pessoa que havia ganhado legitimamente foi prejudicada. Ainda, por três vezes foi anulado o processo de seleção para professores de Educação Física. São situações que fazem parte do aprendizado (de forma bem dura) de um novo modo de operar a admissão de docentes dos dois Colégios Técnicos.

Destacamos, por fim, o fato de o Edital de Seleção propiciar que um Departamento especifique, por exemplo, como requisito mínimo, a titulação de doutor, embora a Carreira MST ainda permita que se contratem alunos de graduação, como Auxiliares de Ensino – categoria que a nosso ver, poderia ser utilizada para os casos de extrema urgência e ainda por um curto período de tempo.

A outra alteração institucional, implementada pela Deliberação CEPE A-05 de 03 de outubro de 2007¹⁶², foi de natureza diferente não impactando diretamente no processo de ensino, mas, sim, acarretando implicações significativas no bolso e aposentadoria da maior parte dos professores dos dois Colégios Técnicos e também das demais Carreiras Docentes Especiais, talvez o maior *pacote de bondade* já existente na história da Universidade Estadual de Campinas.

Quando iniciamos as discussões para uma nova carreira dos Colégios Técnicos, em maio/1986, embora vivendo distante do campus universitário, tínhamos conhecimento de que a Universidade havia instituído, há pouco menos de seis meses, o Estatuto dos Servidores da Universidade Estadual De Campinas - ESUNICAMP¹⁶³, estabelecendo como Regime Jurídico de seus funcionários:

Artigo 1º. Este Estatuto institui o Regime Jurídico dos servidores Docentes, Técnicos e Administrativos da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (ESUNICAMP).

Artigo 2º. Os Servidores da Universidade que forem nomeados ou admitidos na forma prevista neste Estatuto serão considerados Servidores Autárquicos Estatutários e pertencem ao quadro de pessoal da UNICAMP - QCFA. (UNICAMP, ESUNICAMP, abril de 2006)

¹⁶² Deliberação CEPE A-05 de 03/10/2007 – esta Deliberação pode ser obtida na íntegra em: <http://www.pg.UNICAMP.br/delicepe/2007/CEP05A07.htm> Acesso em 20/10/2010.

¹⁶³ PORTARIA GR-Nº 347/85 Publicado no D.O.E de 18.12.85 pag. 17

No entanto, o *status quo* dos professores dos Colégios Técnicos não era o de possuírem cargo público, bem ao contrário, o preenchimento das vagas ocorria, nesta época, na metade da década de 1980, por vezes até informalmente, por convite, sem a formalização de um processo de seleção (contrastando como o que acabamos de discutir acerca da instituição de processo público de seleção de provas e títulos). Como já dissemos, havia muitos alunos de engenharia ministrando aulas no Departamento de Mecânica e era um entra e sai muito grande desses *alunos-professores*. Mas desde a primeira reunião, ocorrida em 31 de maio de 1986, retiramos como um dos pontos da nova carreira, manifestado posteriormente na audiência com o Reitor, a possibilidade de o professor já contratado escolher entre permanecer no regime das Consolidações das Leis do Trabalho – CLT - ou optar pelo Regime Estatutário e os novos professores somente seriam contratos por este último regime.

Pois bem, a proposta de carreira dos Colégios estabelecia estes princípios, mas caiu durante as discussões da Comissão formada pela Reitoria e desde a publicação da NR 2/87, cada vez que ocorria o processo de escolha de um novo Reitor, os professores dos Colégios apresentavam como reivindicação a possibilidade de optarem pelo ESUNICAMP, em vão, no máximo, ouvíamos que seriam realizados estudos. E quanto mais o tempo passava, mais difícil se tornava a situação, uma vez que uma das características mais atraentes do regime estatutário é a aposentadoria com o salário da ativa – ao contrário do regime celetista, limitado a dez salários mínimos e uma complicada fórmula e o chamado fator previdenciário, que, na prática, diminuía drasticamente o valor de vencimentos mais elevados.

Diversos professores que já contabilizavam tempo para aposentar-se ficavam aguardando a Universidade lhes facultar o regime estatutário – alguns acabaram por perder as esperanças e se aposentaram pelo regime celetista, outros, devido à grande diferença entre o salário que percebiam como docentes e o que receberiam como aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS - permaneceram aguardando, exercitando a fé, e foram amplamente recompensados, pois a Deliberação CEPE A-05, de 03 de outubro/2007, finalmente, facultou aos professores que mantinham vínculo em caráter permanente com a Universidade, a opção pelo ESUNICAMP, conforme abaixo:

Artigo 1º - O artigo 1º da Deliberação CEPE-A-02/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - A Carreira de Professor do Magistério Secundário Técnico é constituída por uma série de funções autárquicas de carácter permanente, escalonadas hierarquicamente, na qual o docente ingressa e ascende atendidas as disposições desta deliberação e da legislação vigente na Universidade.”

[...]

Artigo 3º - São acrescentadas à redação da Deliberação CEPE-A-02/97 as seguintes Disposições Transitórias:

Artigo 1º - Os atuais integrantes da Carreira MST, admitidos em carácter permanente, poderão optar pela aplicação do artigo 1º até 21 de dezembro de 2007, através de termo próprio a ser disponibilizado pela Diretoria Geral de Recursos Humanos.

Deliberação CEPE A-05, de 03 de outubro/2007

Mas o melhor estava por vir, pois a Universidade, por meio da Diretoria Geral de Recursos Humanos – DGRH - realizou o enquadramento dos professores considerando todo o tempo de contribuição que os mesmos haviam realizados como docentes, quer como servidores públicos ou privados, não estabelecendo nenhum tempo mínimo de contribuição previdenciária aos cofres da Universidade para que estes pudessem usufruir da aposentadoria pelo ESUNICAMP, como é estabelecido para os demais servidores universitários, quer professores ou servidores técnico-administrativos.

A nosso ver, este entendimento da Universidade aos professores dos Colégios Técnicos e das demais Carreiras Docentes Especiais foi totalmente diferente do que rege os seus demais funcionários (docentes e servidores)¹⁶⁴, significando, na prática, que aqueles que já possuíam as condições de idade e de tempo de trabalho para aposentadoria especial como docentes – homens (55 anos de idade/30 anos de trabalho) e mulheres (50 anos de idade/25 anos de trabalho) poderiam solicitar sua aposentadoria pelo ESUNICAMP, tão logo assinassem o termo de opção por este regime – o que foi feito por alguns professores.

¹⁶⁴ O ESUNICAMP estabelece diversos critérios para que o servidor da UNICAMP se aposente com o *salário integral*. Para os docentes universitários usufruírem deste sistema, precisam contribuir à Universidade no Regime de Dedicção Exclusiva RDDP por no mínimo 17 anos, caso contrário, sua aposentadoria sofrerá algum tipo de redução.

Não tenho nenhuma dúvida de que isto foi mais do que qualquer professor do Cotuca (conversei com alguns deles) e do Cotil pudessem imaginar em seus melhores sonhos – se aposentar pelo ESUNICAMP sem nenhum ou com pouco tempo de contribuição previdenciária a este regime, compensando amplamente todo o passado de insegurança e até mesmo sofrimento por conviverem durante muito tempo com a percepção de que ao aposentar-se poderiam perder muito de sua qualidade de vida, pela drástica redução dos proventos.

E por diversas vezes, na sala dos professores presenciamos alguns colegas brincando (ou não?) dizendo que iriam esperar a UNICAMP aposentá-los pela compulsória, aos 70 anos de idade, recebendo de volta, também em tom de brincadeira (ou não?) o comentário de outro colega: “*coitados dos alunos*”. Hoje em dia, as conversas giram em torno de “*quanto tempo falta para você se aposentar*”? - uma reviravolta fantástica que coloca, a nosso ver, a Carreira do Magistério Secundário Técnico, como uma das melhores, se não, a melhor, para se trabalhar com educação básica e educação profissional de nível técnico, tanto em relação às condições salariais, quanto de trabalho, a segurança pela estabilidade no emprego incluindo-se agora a aposentadoria, que além de especial, como docente, tem o benefício do regime estatutário e, portanto, praticamente integral ao salário da ativa. Sempre considerei um privilégio ser docente do Colégio Técnico de Campinas e, agora, mais ainda.

É bom lembrar que aos servidores universitários sujeitos ao ESUNICAMP, a sua contribuição previdenciária é de 11% (onze por cento) mais 2% (dois por cento) de contribuição ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSP - totalizando 13% (treze por cento de seu salário bruto), muito diferente da contribuição do regime celetista. Outro ponto a ser considerado, de conhecimento de todos, que como celetistas, os professores de todas as carreiras docentes especiais recebiam mensalmente em sua conta do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, o valor de 8%, o que significa na prática, algo em torno de um salário a mais ao ano.

Por isso, consideramos que a Deliberação CEPE A-05, aprovada em 02 de outubro/2007 na 218ª Sessão Ordinária da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário, beneficiando cerca de 180 professores dos dois Colégios

Técnicos e mais outros cem professores das outras Carreiras Docentes Especiais, seja o maior *pacote de bondade* da história da Universidade Estadual de Campinas.

Com relação a este aspecto, na entrevista realizada, 06 de janeiro de 2010, com o professor José Tadeu Jorge, Reitor à época da implantação do ESUNICAMP, apresentei a ele a nossa percepção acerca deste pacote de bondade e ele nos explicou que na realidade a Universidade não irá arcar com os custos das aposentadorias pois com a instituição do Sistema de Previdência do Estado de São Paulo – SP Previ, este órgão fica responsável pelo pagamento destas aposentadorias, com repasse por parte da UNICAMP de 22% dos salários dos professores, percentual este que é menor do que a Universidade já desembolsava com seus aposentados. O professor Tadeu nos disse que esta extensão do ESUNICAMP estava nos seus planos e o fato da instituição do SP Previ facilitou em muito o encaminhamento. Abaixo sua resposta à nossa indagação:

Ao contrário, sempre que você passa para o regime estatutário há uma economia para a Universidade, pois ela recolhe menos do que no regime CLT. É uma economia para a UNICAMP. O problema era na aposentadoria, porque aí a ESUNICAMP mantinha na nossa folha, e aí inviabilizava o orçamento lá na frente. A criação do SPPREV resolveu esse problema das aposentadorias, tornando a medida muito mais palatável para o Conselho. Poderia haver um questionamento sobre o futuro, mas não houve por causa da SPPREV. Eu não acho que tenha sido um “pacote de bondade”, é positivo para quem passa a ser estatutário, porque em geral é o melhor regime para todo mundo. Mas institucionalmente, você eliminar as diferenças de tratamento pra condições de bases iguais, também traz vantagens para a Universidade.

Mas ainda assim, continuo como o entendimento quanto ao *pacote de bondade*, desta feita, não mais apenas pela Universidade, mas também pelo SP Previ. Antes, ao se aposentar, um professor celetista saía da folha de pagamento da UNICAMP, sendo bancado pelo Instituto Nacional de Previdência Social e agora a Universidade se responsabiliza por 22% e o SP Previ por 11%. Mas que fique bem claro, nossas observações não concorrem em nada para a retirada do mérito da ação, ao contrário, o professor José Tadeu Jorge foi muito corajoso em apoiar a iniciativa e corrigir um erro de mais de duas décadas.

Já na entrevista realizada, 07 de janeiro de 2010, com o professor Paulo Sérgio Saran, Diretor do Cotil e representante das Carreiras Docentes Especiais no Conselho Universitário, este nos relatou o desenvolvimento desta conquista e o seu entendimento semelhante ao nosso com relação ao benefício propiciado pela Universidade aos professores celetistas. Na sua primeira participação como representante no Consu, protocolou uma solicitação para que a Diretoria Geral de Recursos Humanos realizasse estudos quanto ao impacto que a passagem para o regime ESUNICAMP acarretaria aos cofres da Universidade. O professor Saran nos relatou ainda as articulações que realizou junto a outros colegas Diretores e demais membros no Consu para que votassem favoravelmente, finalizando dizendo que *“o mérito maior é do Reitor Tadeu Jorge, pois se ele não abraçasse a causa, não sairia”*.

A nosso ver, mérito de amboa, pois o professor Saran fez o trabalho de *formiguinha* (usando sua própria expressão) e o Reitor deu importante apoio político, não nos esquecendo da sensibilidade dos membros do Conselho Universitário e da CEPE.

3.1.9 A Carreira Docente Magistério Secundário Técnico: algumas considerações

Neste item vamos apresentar algumas considerações a respeito da Carreira MST, visões de alguns de nossos entrevistados acerca da sua importância, análise de seu alcance e também discutir suas limitações e possibilidades de novos aperfeiçoamentos, como um maior incentivo à realização de pesquisas e a titulação.

O professor Anselmo Eduardo Diniz¹⁶⁵, Diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP desde 2006 com mandato até abril de 2010, tem uma visão privilegiada do que era o Cotuca e o que ele se transformou, pelo menos em relação ao curso Técnico em Mecânica, pois que é formado por este Colégio (1974 a 1977), tendo exercido posteriormente, já como docente da FEM, a coordenação deste mesmo curso – em que um dia foi aluno – no período 1987 a 1989. Ele vivenciou uma experiência

¹⁶⁵ O professor Anselmo graduou-se, fez mestrado e doutorado pela Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP, respectivamente nos anos de 1982, 1985 e 1989; realizou pós-doutoramento pela Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA), sendo professor Titular desde 2001 também pela FEM/UNICAMP.

bastante diferente enquanto aluno e coordenador de curso, conforme suas palavras, a seguir:

Como aluno,

Quando eu era aluno eu posso dizer que todos os meus professores, todos não, mas a grande parte deles eram alunos da Engenharia Mecânica da UNICAMP e isso fazia com que tivesse muita rotatividade. Às vezes, no meio do semestre, saía um professor e entrava outro. E aí, quando este aluno de engenharia chegava ao quinto ano, ele ia fazer estágio e frequentemente largava as aulas. Então, as disciplinas técnicas sofriam muito na época em que eu era aluno porque professores entravam e saiam, era raro um professor permanecer dois anos.

Como coordenador,

Quando eu cheguei para ser coordenador do Curso Técnico acho que aconteceu um divisor de águas na história do Cotuca que foi a carreira de professor... pois valorizou muito o trabalho de professor do Colégio Técnico. Hoje eu sei que a maioria dos professores do curso Técnico em Mecânica é daquela época, eu estou conversando com um. Mas vários professores que eu participei do processo de seleção ainda se encontram lá. **Esse foi o divisor de águas.**

Grifo nosso

(Anselmo Eduardo Diniz, FEM/UNICAMP, entrevista 15/01/2010).

Entrevistamos diversos docentes do Cotuca e Cotil por unanimidade todos manifestaram-se pelo papel fundamental da Carreira MST para a consolidação tanto do Cotuca, quanto do Cotil. Reproduzimos abaixo a fala do professor Edgard Dal Molin Jr., mas que pode muito bem ser estendida aos professores Luis Eduardo Quitério, Orlando Lencioni, Vera Rubbioli, Maurilo do Carmo e Silva, Ednilson Simões, Fernando Antônio Arantes, além deste pesquisador que também assina embaixo:

Fundamental que haja o incentivo para que o profissional busque aperfeiçoamento e atualização de seu conhecimento e leva também remuneração aos professores, fazendo com que ele se sinta valorizado para o desempenho das suas funções.

Sem a carreira eu creio que muitos professores de boa formação e de grande experiência profissional já teriam pedido demissão, teriam abandonado a profissão por falta de incentivo e desmotivação salarial e também pela falta de reconhecimento.

(Professor Edgard Dal Molin Jr., Diretor Cotuca 1994-1998, entrevista 22/12/2009)

Quando perguntamos ao professor Maurilo quais os aperfeiçoamentos que poderíamos ter na Carreira MST, ele não titubiu:

Dedicação exclusiva né Michel, para aquele que tem jornada total. Por que, o que aconteceu? O professor dava 40 aulas no colégio e dava aulas no outro colégio mais 40 aulas, oitenta horas, um absurdo. E o que aconteceu, nossa carreira veio e colocou para 24 aulas, o professor deixou de dar 16 aulas e pegou 16 aulas em outra escola... Fica difícil. (Professor Maurilo do Carmo e Silva – Diretor do Cotuca 1986-1990 e Diretor do Cotil 1990-1994 e 1994-1998, entrevista, 20/11/2009)

Mas o regime de dedicação exclusiva não é unanimidade nem entre os professores dos Colégios, nem entre os dirigentes universitários, por razões às vezes contraditórias entre estas opiniões. A seguir as manifestações a respeito deste regime de total dedicação, consagrado nas hostes universitárias públicas brasileiras, mas que não encontra tanta ressonância nos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira.

Uma jornada nos moldes do RDIDP sim, alguns professores do colégio, por exemplo a Vanessa, ela tem o perfil, tem o título... eu conheço pelo menos cinco professores no colégio que tem esta possibilidade. Conceitualmente acho correto, mas não obrigatório. (Guilherme Wood, professor Cotuca, 23/12/2009)

Quanto a jornada de trabalho docente, creio que ela é adequada às práticas e poderia ser incorporada o regime de dedicação integral desde que se criasse as condições para a pessoa assumir um tempo de dedicação para a produção do conhecimento, nesse caso, especificamente na área técnica. Um certo número de pessoas, tendo doutorado, se direcionar a uma dedicação integral, mas vendo a estrutura atual dos colégios, com 200 professores, a maioria não teria uma dedicação à carreira acadêmica. (Tadeu Jorge, Reitor UNICAMP 2005-2009, entrevista 06/01/2010)

Já o professor Edgard Dal Molin Jr., tem o pensamento diametralmente oposto ao do professor Tadeu, acreditando que uma eventual jornada de dedicação exclusiva seria para o Ensino Médio e não Ensino Técnico, como apregoeou o Reitor Tadeu:

Eu não acredito, eu penso que seriam poucos professores, mais do ensino médio do que ensino técnico que fariam uma dedicação exclusiva visando formação em pós-graduação em mestrado e

doutorado, pois eu creio que são titulações mais específicas para o ensino de terceiro grau.

(Professor Edgard Dal Molin Jr., Diretor Cotuca 1994-1998, entrevista 22/12/2009)

Já o professor Saran tem uma posição não apenas contrária, mas vai além pontuando que o regime de dedicação exclusiva é prejudicial inclusive no âmbito da Universidade:

Eu tenho notado no exercício da direção do Colégio e até tomando contato com um leque maior no Consu, com vários Diretores e professores eu acho que existe, uma questão, que até é difícil de ser colocada, que com certeza seria rechaçada por estes professores de dedicação exclusiva, mas eu acho que a dedicação exclusiva tem uma questão que é um pouco complicada. Eu acho que o professor filosoficamente, mentalmente, ele avança menos quando ele só trabalha apenas na Universidade.

(Professor Paulo Sérgio Saran, Diretor Cotil 2002-2006 e 2006-2010, entrevista 07/01/2010)

O professor Saran exemplificou com seu próprio histórico de vida profissional, a performance que ele apresenta na direção do Cotil, tem muito a ver com a experiência que ele trouxe de suas atividades fora da Universidade, relatando ainda respeitar quem pense o contrário.

Acreditamos que as opções favoráveis ou contrárias à dedicação exclusiva podem ser influenciadas pelo histórico de vida de cada um em relação a esse regime de trabalho. No entanto, o posicionamento do professor Hermano Tavares

E importante que se diga a contribuição fundamental e decisiva do professor Hermano Tavares para a consecução da implantação da Carreira MST: ele não apenas emprestou o seu prestígio político e acadêmico como também e principalmente debruçou-se com os professores do Cotuca e do Cotil, na busca de uma proposta que fosse ao mesmo tempo do interesse dos professores e factível de ser aprovada pela Reitoria. Esta visão não é apenas deste pesquisador, mas de todos meus colegas os quais entrevistei: professora Vera Rubbioli, e professores Luis Eduardo Quitério e Orlando Lencione Filho,

que estiveram na linha de frente nas discussões da carreira e testemunharam há mais de vinte anos, o que escrevemos neste momento.

Com relação à pergunta a respeito da realização de pesquisas pelos Colégios Técnicos, apresentamos as seguintes manifestações:

Para o professor Hermano Tavares,

A minha resposta é a favor da diversidade, quer dizer, eu não acredito em nenhum mundo, em nenhum contingente de pessoas, onde todos pretendem ser iguais e seguir a mesma regra. Eu acredito na diversidade. Então eu acho que deve haver estímulo para aqueles que queiram ser mais de laboratório, fazer mais pesquisa aplicada, ou aquele que quer se dedicar mais a criar um curso extremamente interessante ou que queira fazer mestrado, doutorado tem que haver espaço para quem não quer fazer isso também. [...] eu acho que é preciso estabelecer uma carreira onde seja possível ter pessoas que assumam diferentes posições.... que permita às pessoas a se adequar naquilo em que é mais produtiva. (Hermano Tavares, Reitor UNICAMP, 1998 a 2002, 28/12/2009)

Para o professor José Tadeu Jorge,

Temos que falar dos ônus e dos bônus. Não vejo nenhum mal que a carreira dos colégios se aproximasse da carreira docente MS, no entanto, os mecanismos de cobrança deveriam ser os mesmos. Porém, as realidades são diferentes, se essa aproximação aumentasse, os professores dos colégios seriam cobrados por produção científica, com orientações, produções etc. E não acho que isso seria fácil para o dia a dia dos professores dos colégios. Mas naquilo que é necessário para ser um bom professor, eu creio que as carreiras estão próximas, como o conhecimento acadêmico que é importante para ser um bom professor, até o doutorado existe um certo estímulo para que as pessoas se dediquem a pós-graduação, o que sempre ajuda a ser um melhor professor. [...] Para além do doutorado, deveriam ser colocados os critérios de análise do desempenho dos docentes vinculados a critérios acadêmicos que eu tenho dúvidas que a infraestruturas dos colégios possam dar conta de uma carreira acadêmica dessa natureza. (Tadeu Jorge, Reitor UNICAMP 2005-2009, 06/01/2010)

Para o professor Guilherme Wood,

Procurar no colégio desenvolver tanto a titulação como a pesquisa, mesmo que seja pesquisa com nossos alunos de ensino medio, é

viável, é possível, é grato...é interessante. Mas não é a mesma coisa, não é por publicação em revistas internacionais que nós vamos mostrar resultado. Tem que ser trabalhado no médio prazo, não dá para fazer nada em curto prazo. (Guilherme Wood, professor Cotuca, 23/12/2009)

Com relação aos professores que estão para se aposentar, o professor *Wood* disse que é um momento da gente reconhecer que é um momento de renovação da escola:

Nos próximos 5 a 8 anos, vamos ter muitos professores que estão se aposentando e muitos entrando e já colocar para os professores novos que existe uma perspectiva diferente do que vem sendo trabalhado historicamente no colégio. É preciso mostrar isso, se vai mudar a regra do jogo é mostrar isso, mas num médio e longo prazo. Não se trata de uma ruptura, um processo de transição... (mas) precisamos ter profissionais que trabalham nas indústrias, centros de pesquisas. (Guilherme Wood, idem)

Mas há também quem pense que a atual Carreira MST não incentiva a realização de pesquisas, como o caso do professor Celso Akira Nishibe,

[...] o que alavanca o incentivo principal é a evolução do professor em uma determinada carreira e este incentivo não existe. Por que? Por que a carreira do professor do Colégio Técnico, MST é exclusivamente voltada para a atividade de ensino. Ela considera situações que não de ensino, administrativa, produção científica, experiência profissional, mas ela é voltada quase toda para o ensino e isso dificulta um pouco as coisas, e por isso que eu disse se não tiver uma carreira específica para pesquisa, que não seja pesquisa de graduação, mas ensino médio, se não houver o desenvolvimento desta carreira dificilmente este incentivo vai acontecer efetivamente. (Professor Celso Akira Nishibe Diretor Cotuca nov/2007 a out/2010, entrevista 25/01/2010)

Como visto acima o posicionamento do Diretor do Cotuca, no início de 2010, é por uma carreira específica para se poder realizar pesquisa, mas abriu uma possibilidade no âmbito da Carreira MST: trabalhando-se com o máximo de 60% da jornada como carga didática, tendo como média 50%. O que em nosso ver, traria a possibilidade de alguns professores, os que fossem dedicar-se a pesquisa, trabalharem em sala de aula abaixo dos 50%. Mas é importante ressaltar, que não obstante a sua percepção das dificuldades em se realizar pesquisas, a gestão de Celso Akira Nishibe criou, em 2007,

um importante instrumento de incentivo, o Comitê de Apoio de Projetos Institucionais – CAPI.

O Diretor do Cotil, professor Sérgio Saran é um pouco mais otimista:

A questão da pesquisa nos colégios técnicos propriamente no Cotil, colégio que estou dirigindo, faz parte do nosso programa de gestão... O que nós precisamos para isso é conseguir mais doutores em nossos quadros de docentes, o que nós já estamos conseguindo isso – vários professores vem se doutorando e as novas contratações tem possibilitado o ingresso de mestres e doutores e estamos em uma fase onde temos tendo muitas aposentadorias, então a possibilidade de termos doutores no Colégio é muito grande, então isso facilita a colocação de linhas de pesquisas.

(Professor Paulo Sérgio Saran, Diretor Cotil 2003-2006 e 2006-2010, entrevista 07/01/2010)

Com relação à Carreira MST, o professor Saran acredita que “é perfeitamente possível” fazer pesquisa com 50% da jornada de trabalho com aulas, acrescentando:

Então a minha proposta para criando linhas de pesquisas na Carreira MST, o professor que comprovadamente se titular e desenvolver linhas de pesquisa e enquanto isso ocorrer, o professor teria a sua carga em sala de aulas reduzida. Para 50% no máximo, enquanto ele estiver trabalhando com pesquisa e os outros com 60% no máximo. Se a média de trabalho fosse no máximo 50%, quem fosse se dedicar a pesquisa poderia ficar com 30% a 40% em sala de aulas”. (Ibidem)

A resposta que apresentamos abaixo, do professor Martins Filho, não foi para a pergunta acerca da carreira docente, mas faz menção a ela:

Eu acho que os Colégios Técnicos seriam muito mais aproveitáveis se os professores tivessem inseridos na carreira docente da Universidade, com os mestrados, doutorados, dentro do nível de colegial. Tanto é que freqüentemente estes professores tem que vir para a Universidade fazer seus doutorados e seus mestrados, se eles tivessem pesquisas dentro do colégio poderiam trabalhar direto ali. (José Martins Filho, Reitor 1994 a 1998, entrevista 17/12/2009)

Com relação ao alcance das pesquisas realizadas, a professora Vera Rubbioli tem uma interessante visão acerca da necessidade de se deixar marcas no âmbito escolar:

Eu vejo assim, criam-se projetos e o projeto fica como uma bolha pairando no ar. Eu vejo muitos projetos eles ficam bonitos, interessantes, mas elas não explodem, não contaminam...

Todo projeto que tenha investimento de uma Universidade Estadual, recursos financeiros, ele tem que deixar um rastro para a comunidade toda se ele de fato é um projeto interessante: tem que ser incorporado pela comunidade. Ah mas ninguém vai absorver tudo isso? Então não é um bom projeto para você investir tanto tempo assim. Um bom projeto é aquele que deixa um segmento, pode ser compartilhado pela comunidade, ele tem que ter este filete, quanto mais largo este filete for, melhor é o projeto. Entendeu?

(Professora Vera Rubbioli/Cotuca, entrevista 06/01/2010)

Quanto ao alcance da Carreira MST, consideramos a sua implantação como o fator de maior importância na determinação no que se transformaram os Colégios Técnicos da UNICAMP, e em particular, por melhor conhecimento de causa, do Cotuca. Mais do que qualquer laboratório ou projeto pedagógico ou grade curricular, uma instalação nova, ou ainda um Diretor e sua equipe, a Carreira MST concorreu para que o Cotuca se transformasse, ainda que com todos os seus *pecados*, em uma escola admirada e desejada por milhares de jovens e adolescentes, que desperta interesses tanto em famílias abastadas quanto em de famílias de classe média-baixa da Região Metropolitana de Campinas em ter seus filhos estudando em um dos cursos do Colégio.

E por um motivo muito simples – que o professor Zeferino Vaz já havia proferido quando lhe perguntaram o que ele considerava mais importante para a Universidade que estava sendo criada: sua resposta foi em primeiro lugar *cérebro*, em segundo lugar *cérebro* e terceiro lugar *cérebro* – a carreira permitiu a formação de um corpo docente estável, eliminando a alta rotatividade de professores da educação profissional, atraiu excelentes profissionais que passaram a disputar ranhidamente uma vaga de docente do Cotuca. Ao mesmo tempo, garante aos professores melhores condições de trabalho, com tempo para melhor preparar suas aulas, elaborar material didático próprio, atender alunos e participar da vida dos Colégios. Ainda, o estímulo financeiro para a continuidade de sua formação acadêmica.

Como balanço geral, consideramos que foi uma grande vitória alcançada pelo movimento dos professores dos dois Colégios, pois ainda que o piso não fosse o que

almejássemos e nem havíamos conseguido a relação de 50% de carga didática, a carreira implantada pela NR 2/87 implodia, em março de 1987, a ruim situação de professor *horista*, ou ainda usando uma expressão que certa vez ouvimos do professor Valladão de Mattos, deixávamos de ser *professor taxista* – ganhávamos a partir do momento em que entrávamos em sala de aula. Enfim, tínhamos uma carreira docente, dispondo de tempo para o aperfeiçoamento, para o atendimento aos alunos, preparação de aulas, bem como, de critérios claros e objetivos – todos sabiam de antemão o que era necessário fazer para haver a progressão funcional.

Na realidade, obviamente, vitória não foi apenas do movimento dos professores, coube à Reitoria a sabedoria de entender a importância que esta carreira teria para os Colégios Técnicos e apoiar a sua implantação - reconhecemos isto com bastante clareza, e a nosso ver, o professor Irineu dos Santos desempenhou um papel importantíssimo para que as propostas discutidas na comissão fossem aceitas pelo Pró-Reitor e pelo Reitor – algumas propostas, às vezes, iam e vinham, ficavam na mesa, até que tivessem o *de acordo*. Claro que politicamente não interessava para a Reitoria uma carreira que desfigurasse a proposta apresentada, caso isso ocorresse, as perdas seriam muito grandes, mas o fato é que a Carreira MST aprovada continha elementos importantíssimos que mudariam para sempre a história dos Colégios Técnicos da UNICAMP – isso, a despeito de algumas observações que realizamos. E ainda, com relação a estas últimas, sabíamos que, mais cedo ou mais tarde, se mantivéssemos a união e mobilização demonstrada pelos dois Colégios, poderíamos obter os aperfeiçoamentos desejados.

Na entrevista que realizamos com o professor Valladão de Mattos este foi bem taxativo dizendo que um de seus principais projetos, além da modernização de laboratórios e recuperação do prédio era a implantação de uma carreira docente:

Na minha época, o Colégio Técnico quando eu assumi a Pró-Reitoria de extensão, ele estava completamente sucateado com uma quantidade enorme de problemas e ele fazia parte das minhas atribuições como pró-Reitor sabendo disso eu já tinha um projeto bem definido para trabalhar com o Colégio Técnico.. [...] a minha proposta que ele (Reitor) aprovou de imediato era a reforma do prédio que estava caindo aos pedaços e principalmente a criação de uma

carreira docente vinculada à carreira da Universidade porque é inaceitável um professor ser pago por hora-aula.

Acreditamos que isso explica bem a confluência de interesses na implantação de uma carreira docente com jornadas de trabalho, mas é lógico que o tipo de carreira que acabou sendo aprovada, suas nuances, *mais direitos ou menos direitos*, foram disputadas na mesa de negociação, que a nosso ver, pasados vinte e poucos anos, os resultados do que são hoje os Colégios Técnicos, não apenas comparativamente ao que eram, mas até mesmo em termos absolutos, comprovam o seu sucesso.

3.2 PILAR V – O PROCESSO DE ESCOLHA DO DIRETOR DOS COLÉGIOS TÉCNICOS: O RETARDO PROGRAMADO.

Como nas demais unidades da Universidade, a escolha do Diretor dos Colégios Técnico em seu início era uma prerrogativa do Magnífico Reitor, conforme nos brinda o professor Osmar Figueiredo no relato de uma conversa dele com o professor Zeferino Vaz, em 1966, por ocasião de uma visita às instalações da Rua Culto à Ciência, em companhia do professor Álvaro França de Barros:

Feito aquilo, ele (Zeferino) falou: “Osmar, e o Diretor?” Eu (Osmar) falei: “o senhor está conversando com ele.” Era o Álvaro França de Barros. “Ele está substituindo a Direção lá; o senhor o nomeie Diretor”. E foi feito assim: Álvaro França de Barros foi nomeado Diretor. (CRUZ, 2008, p. 149)

O professor Álvaro França de Barros¹⁶⁶, que era coordenador pedagógico do Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antônio Prado – COTICAP - foi então guindado ao posto

¹⁶⁶ O professor Álvaro França de Barros nasceu em Ourinhos – SP, em 04/12/1923, tendo concluído o Curso Normal na cidade de Botucatu em 1945. Antes de tornar-se o primeiro Diretor do Cotuca, em 1967, exercia o cargo de Diretor substituto no Ginásio Industrial Estadual “Bento Quirino”, desde 1963, tendo ainda sido nesta mesma escola no período 1960 a 1962. Foi membro do Conselho Técnico Administrativo do Colégio Técnico Industrial “Conselheiro Antônio Prado”, Campinas- SP no período 1964 a 1968, como especialista em Ensino Técnico Industrial, representando o Governo do Estado de São Paulo. Fonte: UNICAMP, Processo No.3.176/70 (fls. 59 a 63).

Diretor do Colégio Técnico de Campinas por indicação de seu amigo, à época, Osmar Salles de Figueiredo¹⁶⁷ ao Reitor, professor Zeferino Vaz¹⁶⁸, segundo informações do próprio professor Osmar. Mas para o professor Osmar, que em 15 de janeiro de 1970 veio a substituir o professor Álvaro França de Barros, o cargo de Diretor não era para valer:

[...] era um colégio que tinha um grupo de cinco ou seis alunos, mas não tinha professor, nem administração, nem sala, nem secretaria – não tinha nada! Era uma comissão dirigida pela Ofelina Ribeiro (Ophelina Rabello), que era Doutora em Educação. A UNICAMP é que queria tomar conta. Tinha uma comissão que tomava conta e o Diretor era pró-forma¹⁶⁹ ...e era o Álvaro, meu grande amigo. (CRUZ, 2008, 151)

¹⁶⁷ O professor Osmar Salles de Figueiredo possui formação elética, tendo-se graduado Professor normalista (Rio Branco – SP), Químico industrial (Mackenzie) e Advogacia (PUCCAMP). Antes de tornar-se o segundo Diretor do Cotuca, havia já dirigido seis outras escolas segundo suas próprias palavras, dentre elas o Colégio Conselheiro Antônio Prado – COTICAP, tendo saído em 1966. Foi membro da comissão encarregada de elaborar a Reforma do Ensino Industrial e proceder à reestruturação do Departamento do Ensino Profissional, de que resultou a Lei 6812, de 15 de junho de 1962 (Lei Básica do Ensino Industrial Paulista). Fonte: UNICAMP, Processo No. 3.176/70 (fls 64 a 68).

¹⁶⁸ Não temos a história da nomeação do Diretor do Colégio Técnico de Limeira – COTIL, mas nos reportamos à matéria publicada no Jornal da UNICAMP – JU Edição 337 – 18 a 24 de setembro de 2006, assinada pelo jornalista Clayton Levy:

Embora com a mesma configuração educacional, o Cotel seguiu trajetória diferente do Cotuca. Em 1967, para instalar o colégio em Limeira, Zeferino contou com o apoio do professor Manoel da Silva, então Diretor do Ginásio Estadual Industrial Trajano Camargo. Um ano antes, o fundador da UNICAMP já havia recorrido ao mesmo professor para elaborar o anteprojeto da Faculdade de Engenharia Civil. Silva não só aceitou o convite para ser o primeiro Diretor do colégio técnico como disponibilizou quatro salas de aula no Trajano Camargo para abrigar as primeiras turmas do Cotel. “O Zeferino era um homem muito dinâmico, de muita visão, e acabava empolgando todo mundo”, recorda Silva.

¹⁶⁹ Somente pudemos entender o que o professor Osmar disse após ter acesso a documentos históricos relativos ao Colégio Técnico de Campinas, armazenados no SIARQ, e tomar conhecimento do processo que culminou com a instituição de uma comissão denominada Assessoria da Comissão de Ensino conforme já tratamos no item 2.2.2, mas esta comissão não contou com a participação da professora Ophelina Rabello. A professora Ophelina trabalhou juntamente com o professor Álvaro França de Barros pelo menos em duas ocasiões – i) na elaboração da documentação a ser encaminhada ao Conselho Estadual de Educação; e ii) na elaboração da minuta do primeiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos, ambas em 1969.

Com relação à existência de uma comissão, recebemos da direção do Cotuca um documento que teria sido o primeiro Regimento Escolar dos Colégios Técnicos da UNICAMP¹⁷⁰, mas depois tivemos acesso ao Processo No. 3.176/70, onde se encontra o primeiro Regimento Escolar oficial, de maio daquele ano e a sua versão modificada em 1971. Mas que seria o primeiro Regimento Escolar tem a sua importância histórica pois refletia a situação que os Colégios vivenciavam. Neste documento no item “Da Administração – Dos Órgãos Técnicos e Administrativos”, consta o seguinte:

Art. 3º. A direção do Colégio Técnico será exercida por um Conselho Técnico Administrativo (CTA) e por uma Diretoria, com funções deliberativas e executivas, respectivamente.

Art. 4º O CTA será constituído:

- I) Pelo Diretor do Colégio
- II) Por dois professores do Colégio
- III) Por um representante do curso de Engenharia Mecânica da Universidade de Campinas;
- IV) Por um representante do curso de Engenharia Elétrica da Universidade de Campinas;
- V) Por um representante do curso de Tecnologia de Alimentos;
- VI) Por um representante de cada entidade que venha celebrar convênio com a U.C. objetivando a manutenção e a assistência técnica do Colégio.

O rol de atribuições deste Conselho de Administração incluía a análise do plano orçamentário anual, a definição do número de vagas e a abertura de novos cursos, a proposição de normas para admissão e demissão de qualquer servidor, aprovação do calendário escolar, dentre outros, ou seja, bastante abrangente. Mas, no entanto, ao

O nosso entendimento é que a despeito de termos tratado a instituição desta comissão como uma intervenção na direção do Cotuca, o professor Álvaro França de Barros atuou de fato como Diretor do Colégio Técnico de Campinas, embora com poderes diminuídos no período que vigorou a Assessoria da Comissão de Ensino – maio a outubro de 1969 e após a até a sua demissão, ocorrida em janeiro de 1970, face ao desgaste com membros do primeiro escalão da Reitoria aliado a fatores políticos relacionados à demissão do General Valverdi da diretoria da Faculdade de Engenharia de Campinas em 31/12/1969.

¹⁷⁰ A origem deste documento foi o professor Nelson Bolzani, docente responsável pela formação da parte prática (Produção Mecânica) dos alunos dos cursos técnicos de Mecânica durante 38 anos: entre 1970 a 2008.

Diretor, que era o presidente do Conselho, cabia também uma série de atribuições nada desprezíveis: a representação do Colégio em qualquer situação, a assinatura dos diplomas dos alunos, superintender todos os serviços administrativos, a elaboração do calendário escolar e a organização dos horários de aulas, a indicação dos Supervisores de Cursos, além de indicar os dois representantes do Colégio no Conselho de Administração.

Mas voltando à linha sucessória dos Diretores do Cotuca, o professor Osmar Salles de Figueiredo acabou, sem qualquer envolvimento, segundo suas palavras, por substituir o seu amigo Álvaro França de Barros por conta de um complexo jogo de disputa de poder na Universidade, que desafiava a autoridade de Zeferino Vaz:

Em 1970, terminei meus quatro anos lá na ETECAP e por desentendimentos ideológicos, pedagógicos, decidi não continuar e não continuei. Aí, Professor Zeferino me convidou para ser assessor dele. Isso era 10 de janeiro de 1970.... E eu fui ser o assessor.

[...] Um dia, ele me chamou, eu entrei na sala dele e ele disse: “Você vai assumir a Direção do COTUCA”. Eu disse: “Professor, eu já fui Diretor de seis colégios....” Ele falou: “Você quer discutir ou quer tomar posse?” (risos). Eu falei: “Eu quero tomar posse”. Professor Zeferino: “Se você quiser discutir, nós vamos discutir, mas eu estou chamando você para tomar posse”.

Quer dizer: eu fui sem saber de nada; não pleiteei nada; não fiz nada para ser Diretor. Ele me impôs a Direção da escola. Disse: “Olha, você vai com carta branca, você nomeia quem você quiser”. (CRUZ, 2008, p. 151)

No trecho a seguir, o professor Osmar relata o motivo da queda do professor Álvaro França de Barros, que acabou por levá-lo a assumir a Direção do Cotuca:

Mas houve naquele ínterim, naquele tempo, no começo de 70, um general que era Diretor da Faculdade de Engenharia — houve por bem ser Reitor e começou a manobrar coisas para ser Reitor. E o Álvaro França de Barros, talvez por ser contígua, sala ao lado dele, ou foi sem saber — provavelmente não teria interesse nenhum nisso... O Professor Zeferino me telefonou e disse: “Osmar, está havendo aí um movimento de me tirar da Reitoria”. Na verdade, ele tomou pé da situação e demitiu o Diretor da Faculdade e o Diretor do Colégio, que não era um Diretor de fato: era uma comissão que dirigia. (CRUZ, 2008, p. 151)

A demissão do professor Álvaro França causou grande descontentamento junto aos alunos que acabaram por escolhê-lo para ser paraninfo da primeira turma do Colégio Técnico de Campinas, o que acabou não ocorrendo conforme nos relatou Nilton da Silva, aluno da primeira turma do curso de Máquinas e Motores, do Cotuca:

Mas a razão pela qual nós não tivemos a formatura em 1970 foi que nós não concordávamos com a saída do professor Álvaro, foi ele quem mais trabalhou, investiu e conseguiu a oficialização do Cotuca e ele realmente foi demitido e nós queríamos que ele fosse o paraninfo e na época, quem entrou substituindo o professor Álvaro foi o professor Osmar, então os alunos reuniram e não concordamos com tal atitude de não concordar com ele sendo o paraninfo. Então desta forma nós chegamos e falamos para a direção do Cotuca: 'Ok, não terá formatura' E não tivemos a formatura em protesto a não deixar o professor Álvaro ser o paraninfo

A formatura da primeira turma do Cotuca que não ocorrera em 1971 foi ocorrer simbolicamente em 30 de outubro de 2002 no Salão Nobre do Colégio Técnico de Campinas, mas Nilton não pensa assim:

[...] Eu acho que nós não podemos considerar simbólica, eu acho que foi realmente uma formatura de fato, inclusive com a entrega de placa individual para cada um e com a presença dos professores como o professor Gastón, o professor Costallat, o fantástico professor Costallat, o professor Nelson Bolzani e outros que não me vem a memória neste instante e que me perdoem então.

[...] homenageamos o professor Álvaro, ele ainda era vivo, e estiveram presentes os dois filhos, a filha e o filho, Paula e a Márcia.

O Anexo 24 nos mostra o layout da placa, confeccionada em metal, e que foi entregue a cada um dos alunos da primeira turma do Cotuca, uma homenagem destes alunos ao professor Álvaro França no dia 30 de outubro de 2002¹⁷¹.

O relato abaixo, nos informa não apenas sobre a dissolução da referida Comissão que dirigia o Colégio, como também o embrião de quem viria ser o terceiro Diretor do Cotuca:

¹⁷¹ Este dia 30 de outubro foi o penúltimo dia de nosso mandato à frente da Direção do Cotuca, um momento muito emocionante, o contato com ex-alunos da primeira turma e perceber o quanto eles gostavam e admiravam seu ex-Diretor, o professor Álvaro França, que adoentado foi representado por seus filhos.

Professor Osmar: Aí a comissão me procurou e disse que ela não teria mais razão de existir. Até porque eu não queria agir sob ordem de comissão. Eu queria agir com liberdade, como havia feito no COTICAP e em outras escolas. Então, terminaram a comissão e eu continuei durante quatro anos e convidei o Delegado do Ensino Profissional aqui em Campinas, que havia se aposentado – Mário Junqueira da Silva — para ser o meu Vice-Diretor. (CRUZ, 2008, p. 151)

Neste próximo relato que aproveitamos da entrevista que o professor Osmar Figueiredo deu a Cruz (2008), a história de como se deu a nomeação do terceiro Diretor do Cotuca – professor Mário Junqueira e também o embrião da indicação do quarto Diretor do Colégio Técnico de Campinas:

[...] Naquele ano mesmo e no ano seguinte, os universitários mantinham aquele Projeto Rondon e o campus avançado da UNICAMP era em Cruzeiro do Sul. Então, novamente o Professor Zeferino falou: “Eu gostaria que você visitasse o campus avançado, para sua opinião de como vai indo o campus lá”. [...] Fui até Manaus e peguei um avião até Cruzeiro do Sul. [...] Encontrei lá um rapaz que era um dos auxiliares da Direção — Orientador Educacional — com muita experiência; jovem, ativo, que se chamava Roberto Sundfeld. Morava em Pirassununga. Quando eu me despedi, falei: “Eu estou precisando de um Orientador Educacional. Se você me fizer uma visita ao Colégio Técnico, a gente pode talvez acertar...” Passado um mês ou dois, ele me visitou e eu estava precisando mesmo de orientador. Nomeei o Roberto

[...]

Em 74, fui ao Professor Zeferino novamente e disse: “Professor, o Colégio está com 1.600 alunos¹⁷²; eu dou aula para todos os alunos de Problemas Brasileiros, para a Universidade inteira. Organizei a Educação Física da Universidade inteira. O senhor não está achando que as tarefas são muitas para um só?”. Ele respondeu: “Então, com o que você quer ficar?” Eu disse: “Quero ficar com Problemas Brasileiros”. Ele confiava em mim, para minha alegria e falou: “E o Diretor da Escola?” Respondi: “Para Diretor da Escola, eu indicaria o Mário Junqueira da Silva e para Vice-Diretor, o Roberto Sundfeld”. Ele anotou e perguntou: “E para Educação Física?” “Para Educação Física, eu vou indicar uma pessoa que é muito seu amigo e que

¹⁷² Há algum engano nesta informação, pois o Cotuca somente atingiu o patamar de 1.600 alunos no final da década de 1990.

arranjou meu primeiro emprego como professor.” (CRUZ, 2008, p. 152).

Resumindo, pelo relato do professor Osmar Salles de Figueiredo, dos quatro primeiros Diretores do Colégio Técnico Industrial de Campinas, o professor Osmar Figueiredo indicou o primeiro – Álvaro França de Barros (1966 a 1970), foi o segundo (1970 a 1974), tendo ainda indicado diretamente o terceiro – Mário Junqueira (1974 a 1982)¹⁷³ e indiretamente o quarto – José Roberto Sundfeld (1982 – 1986). Esta seqüência de indicações em cascata viria a se desfazer quando da sucessão do professor Sundfeld, ocorrida logo após o término do mandato do Reitor José Aristodemo Pinotti (1982 – 1986), sucedido na Reitoria pelo professor Paulo Renato de Souza Campos (1986 – 1990).

Segundo informações nos dada pelo próprio professor Sundfeld, ao colocar o seu cargo à disposição da nova Reitoria, ele sugeriu que se realizasse uma consulta à comunidade nos moldes dos Institutos e Faculdades da UNICAMP para a escolha da nova direção sugestão esta que não fora aceita, o que teria sido desejável e bom para o Colégio. A recusa da nova Reitoria em aceitar a sugestão do professor Sundfeld em instituir o processo de consulta à comunidade para a escolha do Diretor dos Colégios foi, a nosso ver, por receio de perder no processo democrático uma vez que, no Cotuca, instituição que vivenciamos, acreditamos que o então Diretor Sundfeld venceria com as regras da Universidade: 3/5 para docentes, 1/5 para servidores técnico-administrativos e discentes. Assim, podemos entender os movimentos que os novos governantes realizaram como estratégia para construção do poder tanto no Cotuca, quanto no Cotil, uma vez que, era bastante frágil o apoio que tinham à época nos dois Colégios Técnicos¹⁷⁴.

¹⁷³ No final dos anos 1970, o professor Mário Junqueira da Silva estava com problemas de saúde e ficou afastado por muito tempo. Não temos informações se ele ficou como Diretor até a nomeação do professor José Roberto Sundfeld em 1982.

¹⁷⁴ Na entrevista realizada em 21/12/2009, com o professor Ednilson Simões, Diretor Cotil (1986 a 1990), ele nos disse:

O Paulo Renato teve na época um voto aqui... não foi o meu... eu até assustei quando o Paulo Renato me indicou como diretor. Para eu ser escolhido como diretor foi feito

Mais lamentável ainda foi o tratamento dado ao professor Sundfeld, que em termos práticos, foi colocado à disposição, em diversos órgãos da administração da Universidade e depois sendo comissionado em outra repartição pública estadual. Acreditamos que este episódio demonstrou tanto a imaturidade como a instabilidade institucional que os Colégios Técnicos vivenciavam, como também, pelo tratamento dado ao professor Sundfeld, um momento de intolerância política dos novos governantes, ainda que (com o argumento de) ele viesse a representar a falta de democracia que existiria no Cotuca. Enfim, a disputa política precisa ter contornos claros de respeito ao próximo, mas acredito que situações desta natureza, “*vai para o banquinho da DGRH*”¹⁷⁵ aconteceram aos montes na UNICAMP, uma cultura universitária dos velhos tempos, que hoje, acredito não mais acontece.

Para sucedê-lo, a Reitoria designou o professor Fernando Antônio Arantes, do Departamento de Eletroeletrônica, e ex-aluno do Cotuca – o quinto Diretor do Cotuca era, pela primeira vez, um professor do próprio corpo docente do Colégio, conforme seu relato:

Em 1986, com a mudança de Reitoria, fui designado Diretor “Pró-tempore” do Cotuca. Após o susto, pude entender que seria este o momento de introduzir e implementar as modificações planejadas anteriormente. (ARANTES, 2000, p. 4).

A interinidade do professor Arantes durou menos de um ano, tendo sido desnomeado da Direção do Cotuca pela Reitoria da Direção do Cotuca por não possuir os requisitos legais para o exercício do cargo de Diretor em conformidade ao Regimento Escolar dos Colégios Técnicos, quais sejam Pedagogia com Habilitação em Administração Escolar. O professor Arantes fora então guindado a uma assessoria, criada por sua sugestão, na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PREAC, especialmente para a Administração dos Colégios Técnicos, segundo suas próprias

uma consulta com os professores da engenharia... eles me indicaram a mim e o professor Mario Machado como diretor associado, mas o Mario não aceitou [...]

¹⁷⁵ Quando uma chefia não queria mais um servidor, colocava-o à disposição da Diretoria Geral de Recursos Humanos – DGRH, comumente dito que o servidor ia *para o banquinho*, ficando à espera que alguma unidade o aceitasse. Posteriormente, uma norma da Universidade proibiu a colocação de servidores em disponibilidade.

palavras. O professor Maurilo do Carmo e Silva foi nomeado como Diretor do Cotuca¹⁷⁶, tendo sido o sexto gestor, ainda designado, pela Reitoria da Universidade.

Mas antes de dar seqüência à linha de Diretores do Cotuca, importante relatarmos as articulações que os docentes do Cotuca realizaram, sem sucesso, para que já nesta ocasião a escolha do Diretor fosse realizada com a participação da comunidade do Colégio.

Por esta ocasião, em junho de 1986, conforme já discutimos no item anterior, com o apoio da ADUNICAMP, professores do Cotuca e o Cotil vinham discutindo uma nova carreira docente, e especificamente em relação à forma de provimento do cargo de Diretor, um conjunto de professores do Cotuca elaborou uma carta endereçada ao Magnífico Reitor, professor Paulo Renato Costa Souza, conforme descrita a seguir:

Nós, professores do Colégio Técnico de Campinas, vimos à presença de Vossa Magnificência a fim de expor nossas preocupações quanto à forma de provimento do cargo de Diretor desta Unidade de Ensino.

Temos consciência de que pelo estatuto atual da UNICAMP, a direção do Colégio Técnico é preenchida mediante indicação do Reitor. Entretanto, temos claro que a legalidade atual se contrapõe à nossa legítima vontade de participar na escolha de um novo Diretor, através de um processo eletivo em conjunto com toda a comunidade do Colégio.

Entendemos como prerrogativa legítima de Vossa Magnificência a indicação de um Diretor interino enquanto construímos o processo pelo qual se fará a escolha do novo Diretor; para a escolha, a ADUNICAMP constituirá uma comissão organizadora para a qual queremos solicitar a indicação de um elemento pela Reitoria.

Sabedores de seu alto espírito de consciência, aguardamos uma manifestação de Vossa Magnificência.

Cordialmente

Professores do Colégio Técnico de Campinas

¹⁷⁶ No DO/SP de 21/08/1986, o professor Maurilo havia sido nomeado como Diretor Associado do professor Fernando Arantes. Posteriormente pela Portaria GR 1.205/86 de 09/10/1986 é nomeado Diretor do Cotuca, retroagindo à data da nomeação de Fernando Arantes como Diretor.

Cotuca, mimeo, 14 junho 1986 – arquivo
pessoal do pesquisador (Grifo nosso)

O posicionamento acima foi retirado de uma reunião dos professores do Cotuca, com a participação da representação do Cotel, no dia 14 de junho¹⁷⁷, reunião esta visando a posição que teríamos na reunião com o Magnífico Reitor no dia 17 de junho.

Resgatamos, abaixo, extratos do Boletim da ADUNICAMP do dia 25 de junho, retratando as duas reuniões mencionadas:

RESUMO DA REUNIÃO: (dos professores)

1. Através de uma votação indicativa, na qual estavam presentes 33 docentes, concluímos que o preenchimento do cargo de Diretor do Colégio Técnico, após esta gestão de transição, deverá realizar-se por um processo eletivo do qual participará toda a comunidade escolar. Não foi discutida a duração dessa interinidade, e neste sentido, a ADUNICAMP participará da organização deste processo representando os professores.

[...]

Discutiu-se também a necessidade da criação de um Conselho de Escola, Deliberativo. A composição deste conselho não chegou a ser definida, observando-se, entretanto, que seus membros deverão ser eleitos. Oportunamente, deverá realizar-se uma nova reunião para que seja pormenorizadamente discutida a criação do Conselho. (Grifo nosso) (ADUNICAMP – Boletim COTUCA/COTIL 25 Junho 1986

Na audiência com o Reitor, realizada em 17 de junho, foi acordado com a Reitoria uma seqüência de encaminhamentos para a institucionalização dos Colégios Técnicos: i) Carreira Docente → ii) Conselho de Escola → iii) processo eletivo para escolha Diretor, porém houve divergências quanto à participação dos Colégios no Conselho Universitário, conforme Boletim da ADUNICAMP:

3. AUDIÊNCIA COM O REITOR

¹⁷⁷ O Boletim da ADUNICAMP distribuído aos professores grafa, erroneamente, a data de 15 de junho, um domingo, enquanto que o texto grafa a data de 14 de junho (sábado).

Presentes: Hermano, Quitério, Saran, Orlando (Cotil), Vera e Michel (Cotuca)

Levadas as nossas reivindicações ao professor Paulo Renato, ficou acertado que, após estruturarmos o projeto da Carreira docente e após a constituição de um Conselho de Escola, discutiremos o processo eletivo para o preenchimento do cargo de Diretor dos Colégios Técnicos, mostrando-se o professor Paulo Renato, na ocasião, favorável a nossa manifestação nesse sentido.

[...]

Outro item abordado foi a necessidade que vemos de termos assento no futuro Conselho Universitário. Nesse sentido, o Professor Valladão, respondeu-nos que já éramos representados por ele no Conselho Universitário. O Professor Paulo Renato também argumentou que por serem os Colégios Técnicos, extensão da Universidade – prestação de serviço diretamente a Comunidade – não teriam motivo para participarem do Cons. Univ., órgão de decisões da política Universitária – essencialmente voltada a formação de 3º. Grau e pesquisa.

Embora tenha manifestado nossa posição em contrário, não houve tempo para uma maior discussão. Esperamos em outra oportunidade voltar a discutir o assunto. (ADUNICAMP – Boletim COTUCA/COTIL 25 Junho 1986)

Considerando o encaminhamento dos professores do Cotuca ao Reitor Paulo Renato solicitando que o mandato do professor Arantes na direção do Colégio fosse de interinidade (como de fato o foi, ainda que por outras razões), até o processo de escolha da nova direção, consideramos que a designação do professor Maurilo para a Direção do Cotuca – não pela pessoa em si, mas pelo processo de escolha, uma nova indicação pelo Reitor - foi um retardo no processo de institucionalização dos Colégios Técnicos da UNICAMP. Assim, entendemos que a Reitoria perdeu a oportunidade de propiciar aos Colégios condições de iniciarem uma vivência mais democrática, de participação da comunidade. Com esta decisão, a nosso ver, a Reitoria acabou retardando o processo de institucionalização dos Colégios por interesses políticos de construção de poder, que embora dentro das prerrogativas legais, já careciam de legitimidade junto ao conjunto das comunidades tanto do Cotuca, quanto do Cotil.

O professor Maurilo era originariamente professor do Colégio Técnico de Limeira, tendo experiência administrativa, como Diretor Associado do professor Prince como nos relatou em entrevista (20 de novembro/2009), e por problemas internos com a direção daquele Colégio foi transferido para o Cotuca no início de 1986, sendo guindado à direção do Cotuca em 1986, sem que ele pudesse imaginar quando da sua transferência para este Colégio, conforme seu relato. A professora Cleonice Helena Chati de Vasconcelos foi escolhida como Diretora Associada do professor Maurilo, cumprindo mandato no período de 1986 - 1990.

A participação da comunidade dos Colégios Técnicos na escolha de seus Diretores, somente ocorreu no final de 1990, quando finalmente foi realizada a primeira consulta para a escolha da direção do Colégio Técnico de Campinas, conforme palavras do professor Fernando Arantes, que primeiro colocado no processo, voltava a exercer o cargo de Diretor, agora, legitimado pela comunidade e com mandato definido:

Em 1990, instituímos a consulta à comunidade para a ocupação do cargo de Diretor do Cotuca. Submeti-me à eleição, obtendo 72% dos votos da comunidade. Processo semelhante foi desencadeado no Colégio Técnico de Limeira (Cotil), tornando-o uma escola técnica de excelente qualidade, com resultados muito próximos ao Cotuca. (ARANTES, 2000, p.5)

E aqui nos cabe apresentar um novo questionamento: Por que as comunidades dos Colégios Técnicos não tiveram o mesmo tratamento dos Institutos e Faculdades quanto à participação do processo de escolha de seus dirigentes? Seria por falta de maturidade ou para permanecerem subordinados aos ditames da administração central?

Retomando a linha do tempo, o professor Edgard Dal Molin Jr., também ex-aluno do Cotuca e docente do Departamento de Eletroeletrônica foi o mais votado pela comunidade na consulta realizada em 1994 sendo o oitavo Diretor do Cotuca, o segundo escolhido pela comunidade, cumprindo seu mandato até outubro/1998, tendo como Diretor Associado o professor Michel Sadalla Filho, que por problemas idênticos ao que o professor Fernando Arantes havia vivenciado cerca de dez anos antes, qual seja, a não

titulação em Pedagogia e Habilitação em Administração Escolar, teve que deixar o cargo de Diretor Associado¹⁷⁸ em julho de 1995, conforme já discurremos no item 2.3.6.

Até a eleição do professor Edgard, em 1994, apenas os professores que possuíam o diploma de Pedagogia e Supervisão em Administração Escolar podiam concorrer ao cargo de Diretor, sendo que naquela época, não mais do que seis pessoas no Cotuca possuíam esta condição – duas da Educação Profissional, exatamente os professores Arantes e Edgard e as demais da área de formação geral e orientadores pedagógicos.

Em 1996, a proposta da Comissão Interna que elaborou uma versão preliminar do Regimento Escolar, foi apresentada para os chefes de Departamentos – um colegiado que denominamos de Conselho Interdepartamental - CID¹⁷⁹ - que não existia até então regimentalmente, tendo funcionado por cerca de três anos, por uma deliberação da direção do Colégio, com o apoio das chefias dos departamentos. As discussões realizadas no CID eram disseminadas ao conjunto dos professores em cada

¹⁷⁸ A saída deste pesquisador da Diretoria Associada do Cotuca permitiu a inclusão do professor Hécio Cunha Lanfranchi, do Departamento de Ciências, o que beneficiou em muito a nova gestão, pois possuía além da titulação necessária regimentalmente para ocupar a Diretoria Associada, uma larga experiência pedagógica e administrativa, dado que já havia ocupado por vários anos a direção de escolas estaduais e cargos técnicos na Secretaria de Estado de Educação, preenchendo desta forma, um vazio até então existente na nova equipe diretiva do Cotuca. Ao deixar a Diretoria Associada este pesquisador foi nomeado Diretor Administrativo e posteriormente a professora Maria Júlia Guidi Venturelli – estava afastada do Cotuca desde a época da saída do professor Sundfeld – foi incorporada à equipe como Diretora de Ensino.

¹⁷⁹ O Conselho Interdepartamental do Cotuca não segue as normas regimentais estabelecidas para o seu congênere dos Institutos e Faculdades. Importantes decisões ocorreram no âmbito do CID, Finalizando, como por exemplo, a Reforma da Educação Profissional que foi discutida no CID desde o projeto de lei encaminhado pelo governo federal ao congresso nacional (PL 1.604/96) – sendo retirado nesta instância o posicionamento do Colégio acerca do mesmo. Posteriormente, o CID discutiu a implantação no Cotuca do Decreto Federal 2.208/97. Já em 2001, o CID foi palco, ao lado do Conselho do Colégio, de uma das maiores desavenças ocorridas entre os professores do Cotuca, qual seja a separação de horários de aulas do Ensino Médio e da Educação Profissional, quando da discussão do projeto do Colégio ao Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP - assunto que tem a previsão de ser tratado em maiores detalhes em uma próxima pesquisa.

departamento, levada pelas respectivas chefias, trazendo de volta as discussões destes departamentos para nova rodada de discussões no CID. Dessa forma, foi-se construindo as alterações no Regimento Escolar, que estava vigente desde 1984 e já não comportava mais o pensamento e as aspirações da grande maioria dos docentes.

A primeira discussão acerca deste tema ocorreu na 1ª Reunião do CID, realizada em 19 de março de 1996, em que destacamos dois pontos de interesse para nossa discussão:

Proposta de alteração do Regimento Interno: definição de calendário de discussão;

Congregação: discussão da proposta já apresentada para implementação experimental

Na sequência, o calendário de discussões, até o encaminhamento da proposta para a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC), ocorreu da seguinte maneira: na 4ª Reunião do CID (03/05/96) a pauta consistiu em “*Regimento Interno: apresentação das propostas dos Departamentos e constituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de documento síntese.*”, tendo se estendido as discussões pela 5ª e 6ª Reunião do CID, respectivamente em 10/05 e 24/05/1996. Nesta última se prepararam o texto e as discussões para a Reunião Pedagógica com todos os professores, realizada no dia seguinte 25/05/1996, em formato de plenária, onde cada item era discutido, emendado, suprimido, enfim, um processo de votação comum a documentos desta natureza.

As discussões com os servidores técnico-administrativos ocorreram de forma bem menos intensa, tendo sido focado nos aspectos da estrutura organizacional do Colégio, naqueles relacionados à sua vida funcional, e como participante deste processo, não nos recordamos da inserção destes servidores nas discussões pedagógicas, que ficaram a cargo dos docentes (com exceção da secretária de alunos que participou significativamente). Por sinal, o tema que inicialmente despertou maior interesse aos docentes foi o que o tratou dos critérios de avaliação, promoção dos alunos, onde cada docente, em seu departamento num primeiro momento e depois na plenária (25 de maio/1996) pode externar as suas aspirações e propostas ao conjunto dos professores.

No dia 25 de junho de 1996, foi realizada uma última reunião do CID, para fechar o texto final, incluindo-se as alterações no organograma do Colégio, antes de encaminharmos a proposta do novo Regimento Escolar para a PREAC.

A aprovação do novo Regimento Escolar, apesar de ter sido encaminhada pelo Cotuca à administração da Universidade no início de julho de 1996, somente foi homologada pelo Conselho Estadual de Educação em 20 de maio de 1998, cerca de quatro meses antes da sucessão do professor Edgard como Diretor Geral.

Dois fatores contribuíram para tal interregno de tempo. Primeiramente, a tramitação nos expedientes da Universidade, cuja aprovação no Conselho Universitário deu-se em 29 de setembro/1997¹⁸⁰. Em segundo lugar, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394/96 entrara em vigor 20 de dezembro de 1996, fazendo com que a proposta aprovada pelo Cotuca e pelo Conselho Universitário fosse devolvida pelo Conselho Estadual de Educação para a readequação à nova LDB.

A readequação da proposta do Regimento Escolar do Cotuca teve a colaboração do Conselho Estadual de Educação, com reuniões realizadas entre a direção do Cotuca e a assessoria técnica daquele Conselho¹⁸¹. Em 08 de maio de 1998, a direção do Cotuca protocolou a proposta do novo Regimento Escolar do Colégio Técnico de Campinas, com todas as alterações discutidas, sendo aprovado pela Câmara de Ensino Médio em 20 de maio daquele ano¹⁸².

Dessa forma, após trinta anos de existência, entrava em vigor o quarto Regimento Escolar do Cotuca, com alterações significativas, com avanços consideráveis no processo de institucionalização do Colégio que impactaram para sempre os rumos do Cotuca e abriu caminho para que alterações da mesma magnitude ocorressem no Colégio

¹⁸⁰ Deliberação CONSU A-04/97

¹⁸¹ Ainda como participante deste processo, recordamos que foram realizadas três reuniões, professor Edgard e este pesquisador, com técnicas do CEE nas dependências deste Conselho, no antigo e histórico Edifício Caetano de Campos, sendo na última reunião, realizada em 08 de maio de 1998, no mesmo dia em que foi protocolada a proposta do novo Regimento Escolar do Cotuca.

¹⁸² Processo CEE N° 1.126/92, Parecer N° 275/98 de 16 de maio/1998, relator Conselheiro Francisco Aparecido Cordão.

Técnico de Limeira, o Cotil. Outro ponto a ser destacado, o próprio processo de elaboração do Regimento, aberto a participação da comunidade de professores e funcionários, ainda que os primeiros tenham tido, conforme já dissemos maior inserção no processo, acreditamos que estes últimos também puderam expressar-se livremente acerca de suas visões no novo Regimento Escolar.

É importante destacar que as discussões que foram realizadas no Cotuca, poderiam não ter atingido o resultado esperado não fosse o apoio da Pró-Reitoria de Extensão, na figura do Pró-Reitor, Archimedes Perez Filho, e transcrevemos abaixo o depoimento do professor Edgard Dal Molin Jr.:

A Pró-Reitoria de Extensão deu toda a autonomia para que nós pudéssemos pensar, reescrever o Regimento do Colégio. Nós conseguimos a aprovação na CAD primeiramente do organograma e funcionograma do Colégio que seria o pré-requisito para iniciar as reformas do Regimento. (Professor Edgard Dal Molin Jr. Diretor Cotuca 1994-1998, entrevista 22/12/2009)

Destacamos três alterações que consideramos as mais impactantes: i) a instituição de órgãos Colegiados – o Conselho Interdepartamental e o Conselho do Colégio, este último, a nossa congregação; ii) a formação da equipe Diretora do Colégio; e iii) os requisitos para o preenchimento do cargo de Diretor Geral.

Com relação à primeira alteração, foi oficializado o Conselho Interdepartamental, como órgão consultivo, constituído das chefias de Departamento e a Direção do Colégio; mas o mais importante, sem dúvida, foi a instituição do Conselho do Colégio, com a participação de todos os segmentos, com todos os membros escolhidos por seus pares. A composição do Conselho do Colégio seguiu as normas regimentais das congregações dos Institutos e Faculdades da Universidade¹⁸³, no que diz respeito à representação discente: (1/5 do total); para a representação dos servidores técnico-administrativos: de 1 (um) a 3 (três), estabelecemos 3 (três).

Para os docentes, foram criados critérios novos e diferentes dos previstos no Regimento da Universidade, até porque as estruturas acadêmicas dos Institutos e Faculdades são muito diferentes das estruturas dos Colégios Técnicos. Ainda, garantiu-se

¹⁸³ Regimento Geral da UNICAMP, Artigo 138.

a presença de um representante da área pedagógica, além dos quatro Diretores do Colégio.

O Conselho do Colégio Técnico de Campinas foi instituído em setembro de 1998, no final da gestão do professor Dal Molin Jr. Já em relação ao Colégio Técnico de Limeira, o Cotil, este instituiu como órgão colegiado máximo, o Conselho Diretor, com algumas alterações em relação ao do Cotuca, que pela primeira vez, desde a criação dos Colégios Técnicos da UNICAMP, cada um teve, por iniciativa do Cotuca, o seu próprio Regimento Escolar.

Com relação à segunda alteração destacada, o novo Regimento oficializou algumas mudanças na estrutura organizacional que já vinham sendo praticadas, no que diz respeito aos cargos de direção: Diretor Geral, Diretor Associado, Diretor de Ensino e Diretor Administrativo, garantindo, ao mesmo tempo, que apenas docentes do Cotuca poderiam aspirar e ocupar o cargo de Diretor Geral.

Mas foi a terceira que consideramos a mais impactante – a retirada do cargo de Diretor Geral das atribuições pedagógicas, imputando a este cargo o papel preponderante de liderança política – interna e externamente, na condução dos desígnios do Colégio – deixando ao Diretor de Ensino as responsabilidades pedagógicas, não apenas internamente, mas também para responder junto aos órgãos oficiais da Secretaria de Educação.

Desta forma, foram retirados os entraves legais e regimentais da formação em Pedagogia e Habilitação em Administração Escolar do cargo de Diretor Geral, colocando-os ao Diretor de Ensino. Na prática, isso possibilitava que qualquer docente do Colégio viesse a ser o Diretor Geral do Cotuca – a única restrição colocada foi a de possuir três anos de efetivo exercício, quando do ato da inscrição. Isso fazia total diferença, pois abria esta possibilidade aos professores da educação profissional, que em sua maioria, nem são habilitados legalmente para ministrar aulas – necessitam de uma autorização da

Diretoria de Ensino do Estado anualmente – mas que poderiam ocupar o cargo de dirigente máximo do Colégio¹⁸⁴.

As regras adotadas pelo Colégio Técnico de Campinas para escolha do Diretor foram logo em seguida, ao final do ano de 1998 também adotadas pelo Colégio Técnico de Limeira, com a elaboração de um novo Regimento Escolar. Importante salientar que estas normas foram baseadas nas existentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica, os CEFETs¹⁸⁵.

No processo de escolha do sucessor do professor Edgard Dal Molin Jr houve apenas um candidato, o professor Michel Sadalla Filho que assumiu como o nono Diretor do Colégio Técnico de Campinas em 31 de outubro de 1998, permanecendo até o dia 30 de outubro de 2002, tendo os professores Edgard Dal Molin Jr., Hércio Cunha Lanfranchi e Edna Maria Quero Alves dos Santos, compartilhado a direção do Colégio nos cargos de Diretor Associado, Diretor de Ensino e Diretor Administrativo respectivamente, em conformidade ao novo Regimento Escolar do Colégio Técnico de Campinas.

Em sucessão ao professor Michel Sadalla Filho assumiu o professor Armando José Geraldo (2002 a 2006), como décimo Diretor do Cotuca, sendo ainda a diretoria composta pelos professores Marcelo de Carvalho Reis (que posteriormente foi substituído pela professora Vera Rubbioli), Cleonice Helena Chati de Vasconcelos e Celso Akira Nishibe, respectivamente Diretor Associado, Diretor de Ensino e Diretor Administrativo.

O professor Celso Akira Nishibe sucedeu o professor Armando José Geraldo, como o décimo primeiro Diretor do Cotuca, compondo ainda a diretoria os professores Teresa Celina Meloni Rosa, Cleonice Helena Chati de Vasconcelos (posteriormente

¹⁸⁴ O que aconteceu com este pesquisador ao assumir a Direção do Cotuca em 03 de novembro de 1998. É certo que nós tínhamos interesse na aprovação o quanto antes deste novo Regimento Escolar dada as intenções em apresentarmos para o conjunto de professores, funcionários e alunos do Cotuca nossa candidatura para cargo de Diretor Geral. Embora óbvio, registramos que as regras beneficiavam a quase totalidade dos docentes do Cotuca.

¹⁸⁵ No Regimento Geral do CEFET de Minas Gerais a direção também é composta do Diretor Geral, Diretor Associado, Diretor Administrativo e Diretor de Ensino, cabendo a este último as atribuições pedagógicas da unidade

substituída pela professora Cristina Cimorelli Caballero Rubega) e o professor Alan César I. Yamamoto, respectivamente Diretor Associado, Diretor de Ensino e Diretor Administrativo. O mandato do professor Celso Akira estende-se até o final de outubro de 2010.

Como síntese pode-se dizer que em quarenta anos de existência, o Colégio Técnico de Campinas já teve onze diretores, sendo os seis primeiros indicados pelo Reitor, tendo a comunidade do Cotuca participado pela primeira vez do processo em 1990, com bastante atraso em relação aos Institutos e Faculdades cujas comunidades já escolhiam seus diretores desde o início da década de 1980. Como já discutido, este processo foi retardado em pelo menos quatro anos, por ocasião da sucessão do professor José Roberto Sundfeld em 1986.

Segundo Nilson Robson Guedes da Silva, a comunidade das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, começou a participar do processo de escolha de seus diretores no ano de 1985, por meio do Conselho de Escola, responsável pela elaboração e encaminhamento de uma lista tríplice para a Superintendência do CEETESPS (SILVA, 2007, p.54).

Ainda segundo Silva (2007, p.55), houve no Centro Paula Souza, em 1990, uma ampliação do direito de voto para todos os membros das escolas, com pesos diferenciados para cada segmento – 60, 20, 20 respectivamente para professores, funcionários e alunos, tal qual nas unidades acadêmicas da Universidade Estadual de Campinas. O diferencial das normas adotadas para o Centro Paula Souza foi a não exigência dos candidatos pertencerem aos quadros daquela instituição – uma inovação que acreditamos dificilmente seria aceita não apenas pela comunidade do Cotuca e do Cofil, como também pelos órgãos superiores de deliberação da UNICAMP.

A alteração do Regimento Escolhar do Cotuca em maio de 1998 ampliou sobremaneira as possibilidades de participação dos professores no processo de escolha do Diretor, sendo o professor Michel Sadalla Filho, engenheiro mecânico, o primeiro Diretor do Cotuca que não possuía formação em Pedagogia. Após, os dois outros Diretores que o sucederam também possuem formação em engenharia, mas sempre

contando com um profissional com a formação em Pedagogia na Diretoria de Ensino do Colégio.

Desta forma, as responsabilidades educacionais relativas ao Colégio Técnico de Campinas passaram para o Diretor de Ensino, enquanto o Diretor Geral ficou com a incumbência de representar a comunidade perante a Administração Central da Universidade e demais situações, mas de modo geral, relativas à administração do Colégio.

3.3 PILAR VI – A IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO SUPERIOR NOS COLÉGIOS TÉCNICOS DA UNICAMP: UM RETARDO PRÁ LÁ DE DEZ ANOS...

Retomando um pouco as discussões ocorridas durante a mobilização dos professores nos anos 1980, três eram os pontos reivindicados, todos eles relacionados ao processo de institucionalização dos Colégios: i) carreira docente; ii) *eleição* para Diretor; e iii) órgão colegiado deliberativo.

E por incrível que possa parecer, a constituição do órgão colegiado, consubstanciado como Conselho do Colégio, foi o último ponto a ser conquistado, em fins de 1998, com a implantação de um novo Regimento Escolar no Colégio Técnico de Campinas, enquanto a Carreira MST foi implementada em 1987 e o processo de escolha de Diretor com a participação da comunidade em 1990.

Pretendemos neste Pilar VI discutir não somente o processo em si que desembocou na implantação do Conselho do Colégio, mas também as possíveis razões para que este fosse constituído tão tardiamente, não apenas considerando a tradição universitária participação, mas principalmente pelo fato de que nas escolas públicas estaduais paulistas, este fórum de participação da comunidade escolar fora implantado no final da década de 1970 e 1980.

Ainda em relação ao escopo de análise deste Pilar VI, com base nos objetivos desta pesquisa, nosso olhar foi fixado no processo histórico de constituição de órgãos colegiados nas escolas estaduais paulistas bem como no processo político para a

implantação do órgão colegiado nos Colégios Técnicos da UNICAMP, particularmente no Cotuca, sem nos ater aos aspectos pedagógicos advindos desta constituição.

Realizaremos nossa análise percorrendo a linha do tempo, analisando o disposto nos Regimentos Interno (ou Regimento Escolar) dos Colégios Técnicos desde o período de sua criação, em 1967. Para o caso específico do Cotuca, podemos considerar que foram seis os Regimentos conforme abaixo:

- I. REG-1969 – Minuta do Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP
- II. REG-1970 – Primeiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP
- III. REG-1971 – Segundo Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP
- IV. REG-1978 - Terceiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP
- V. REG-1984 – Quarto Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP
- VI. REG-1990 - Adendo ao Regimento de 1984, cursos Auxiliar de Enfermagem HC
- VII. REG-1998 – Quinto Regimento Escolar – Colégio Técnico de Campinas
- VIII. REG-2003 – Sexto Regimento Escolar–pequenas alterações em relação ao REG-1998

Antes de iniciarmos a análise dos Regimentos fazemos três observações:

1. A Minuta que referenciamos contém significativas alterações em relação ao primeiro Regimento Interno e somente pudemos entender após o acesso a documentos históricos relativos aos primeiros dois anos de funcionamento do Cotuca.
2. Até 1998, os Colégios Técnicos da UNICAMP – Cotel e Cotuca - e ainda a Escola de Prótese Dentária pertencente à Faculdade de Odontologia de Piracicaba (FOP), possuíam o mesmo Regimento Interno, alterando esta situação em 1998, por iniciativa da direção do Cotuca, conforme já discorrido no Pilar V.
3. A implantação do órgão colegiado tanto no Cotuca quanto no Cotel deu-se pelo Regimento Escolar de 1998.

Iniciando nossa análise pelo Regimento Interno (REG-1969), destacamos a previsão de um órgão colegiado – Conselho Técnico Administrativo - composto por membros das Faculdades de Engenharia de Campinas e de Tecnologia de Alimentos:

Art. 3º. A **direção do Colégio Técnico** será exercida por um **Conselho Técnico Administrativo** (CTA) e por uma Diretoria, com funções deliberativas e executivas, respectivamente.

Art. 4º. O CTA será constituído:

- I- pelo Diretor do Colégio;
- II- por dois professores do Colégio;
- III- por um representante do curso de Engenharia Mecânica da Universidade de Campinas;
- IV- por um representante do curso de Engenharia Elétrica da Universidade de Campinas;
- V- por um representante do curso de Tecnologia de Alimentos;
- VI- por um representante de cada entidade que venha a celebrar convenio com a U.C. objetivando a manutenção e assistência técnica do Colégio.

(Fonte: Cotuca, mimeo, Colégio Técnico Industrial da Universidade de Campinas – Minuta Regimento Interno) **(Grifo Nosso)**

Como podemos ver o Conselho Técnico Administrativo, CTA, era bastante enxuto, seis membros, acrescido da representação de entidades externas. Entretanto, duas coisas nos chamaram a atenção: a primeira delas, é que os três representantes da Universidade – engenharias Mecânica, Elétrica e de Alimentos (à época o curso denominava-se Tecnologia de Alimentos) - são exatamente dos mesmos cursos técnicos que o Cotuca iniciou suas atividades: Técnico em Máquinas e Motores (mais tarde denominado Técnico em Mecânica), Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Alimentos.

O segundo ponto, o fato de a presença externa neste conselho, que tudo leva a crer, que seriam de empresas no ramo industrial que viessem a realizar convênios com os Colégios Técnicos, conseqüência das reuniões que o professor Zeferino fez com diversos empresários de Campinas no ano de 1966 e que tanto influenciou os rumos da UNICAMP em seu início – quais os cursos a serem criados, seus currículos, número de

vagas, carga horária e até mesmo pela atuação que deveriam ter os Colégios Técnicos da Universidade.

O rol de atribuições previstas para o CTA era muito parecido com o das congregações dos Institutos e Faculdades, conforme abaixo:

Art. 6º. Ao CTA compete:

- I) analisar e emitir parecer sobre o plano orçamentário anual do Colégio para efeito de inclusão na proposta orçamentária da Universidade de Campinas;
- II) decidir sobre o número de vagas nos cursos;
- III) fixar diretrizes necessárias ao bom funcionamento do Colégio;
- IV) acompanhar e fiscalizar as atividades do Colégio;
- V) propor normas sobre a organização e critérios de admissão e demissão do pessoal, inclusive docentes;
- VI) aprovar o calendário escolar, proposto pela Diretoria;
- VII) aprovar e propor ao Reitor a instalação de novos cursos – regulares e cursos extraordinários;
- VIII) aprovar os Regimentos Internos da Coordenação de Ensino, do Conselho de Professores e do Centro Estudantil;
- IX) tomar as medidas necessárias previstas nos artigos 81 e 82;
- X) fixar normas para a correta execução dos dispositivos deste Regimento;
- XI) estudar e sugerir medidas que possam contribuir para melhoria do ensino;
- XII) elaborar o seu Regimento Interno.

Mas esta minuta não chegou a ser implantada – em conversa com o professor Manoel da Silva, primeiro Diretor do Colégio Técnico de Limeira, no período de 1967 a 1971, este nos informou que:

Enquanto eu fui Diretor do Cotil em quatro anos isso não funcionou. No meu tempo e no Dr. Prince também não houve, ouvíamos, sim, as idéias de todos...

(Professor Manoel da Silva, Diretor do Cotil 1967 – 1971, entrevista 14/10/2009)

Nos arquivos do SIARQ, descobrimos que esta minuta fora elaborada por uma comissão composta pela professora Ophelina Rabello, juntamente com os Diretores do Cotuca (Álvaro França de Barros) e do Cotel (Manoel da Silva).

Quanto perguntei ao professor Manoel a respeito do Regimento Escolar, ele nos contou como este assunto foi tratado com o professor Zeferino Vaz:

O Dr. Zeferino pôs o dedo no meu peito e disse: 'Você e o Álvaro vão fazer o Estatuto (dos Colégios).

[...]

Eu e o Álvaro nos reunimos algumas vezes na Universidade e redigimos o Regimento Interno com a dinâmica própria dos dois Colégios. Dr. Zeferino quando viu disse: ' Vocês estão de parabéns – era isso que eu queria'. (Professor Manoel da Silva, *idem*)

Em outro momento da conversa, o professor Manoel, meio que desabafando em relação aos docentes que eram contrários aos Colégios disse:

Fomos eu e ele (Álvaro França de Barros) quem fez o primeiro Regimento Interno a pedido do Dr. Zeferino para poder fechar a boca das primadonas, pessoas muito importantes.

Mas a proposta de Regimento Interno elaborada com a participação dos diretores do Cotuca e do Cotel e da professora Ophelina em 1969 não fora implementada, sendo analisada e modificado por duas outras comissões até ser aprovada na Reunião do Conselho Diretor da Universidade na reunião de 22 de dezembro de 1970¹⁸⁶.

¹⁸⁶ No SIARQ tomamos conhecimento de correspondências trocadas entre os membros do primeiro escalão da UNICAMP nos anos de 1969 e 1970, e com base nestas correspondências, podemos resumir o cronograma e personagens para elaboração do primeiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos:

- 1) Comissão formada pela professora Ophelina Rabello (Assessora da Reitoria), e professores Álvaro de França Barros e Manoel da Silva elaboram uma minuta e encaminham para o professor F.G. Brieger, presidente da Comissão de Ensino do Conselho Diretor;
- 2) Em 28 de maio, o professor F.G.Brieger encaminha quatro cópias da minuta para o professor Fernando Rebello para ser analisado pela Assessoria da Comissão de Ensino;

Quando da criação da Universidade de Campinas, não havia a cultura da participação, de processo de participação da comunidade para escolha de Diretores e outros cargos de representação, tudo estava se iniciando, em fase embrionária, mas também por conta da personalidade do Reitor Zeferino Vaz. Assim, todos os cargos eram por indicação, e esta cultura do mandonismo se disseminava nas unidades da Universidade.

O exemplo a ser seguido era o do mandatário máximo da Universidade (para alguns, o *Mandarim*), na política vivíamos um regime de exceção, de força e não poderia se esperar que fosse diferente, no seio de uma Universidade criada no ápice da ditadura militar.

O Regimento Interno dos Colégios Técnicos fora implantado no final de 1970, sendo o professor Osmar Salles de Figueiredo Diretor do Cotuca. Após este primeiro Regimento, dois novos foram implantados, em 1978 e 1984, além de um adendo em 1990 e os Colégios Técnicos continuaram sem um órgão colegiado, ou seja, nada foi feito para permitir a participação das comunidades destas duas unidades de educação profissional da Universidade Estadual de Campinas.

O agravante que vimos é que nas escolas públicas estaduais paulistas, o Conselho de Escola já existia desde 1978, por meio do Decreto Nº 11.625¹⁸⁷, ainda que

-
- 3) Em 01/10/1969 o professor Fernando Rabello encaminha ao professor Brieger um Ante-Projeto do Regimento.
 - 4) O professor Brieger destituiu a Assessoria da Comissão de Ensino em 08/10/1969 e em 11/12/1970 o Conselho Diretor constituiu uma nova comissão com a participação dos seguintes professores: Antônio A. Almedia (Coordenador Geral das Faculdades), André Tosello (Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos) e José Vicente Vaz de Lima (indicado pelo Diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas). O professor Osmar Salles de Figueiredo também participou das discussões.
 - 5) O primeiro Regimento Interno dos Colégios Técnicos da UNICAMP foi aprovado em 22/12/1970 pelo Conselho Diretor.

¹⁸⁷ O Decreto Nº 11.625, de 23 de maio de 1978 (governador Paulo Egydio Martins) aprovou o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e dentre outras coisas, criou o Conselho de Escola, consultivo, de apoio à Direção.

capenga, consultivo, e sem a participação dos servidores administrativos da unidade, ele tinha, em sua composição, professores, alunos, área técnica pedagógica e a Associação de Pais e Mestres.

Não queremos em absoluto discorrer sobre a atuação do Conselho nesta época, a intenção é apenas destacar que o instrumento de participação da comunidade escolar já existia na Rede Estadual Paulista. A seguir, a composição deste Conselho:

Artigo 9.º - O Conselho de Escola, de natureza consultiva, é presidido pelo Diretor e integrado pelos seguintes membros:

- I - Assistente de Diretor de Escola;
- II - Coordenador Pedagógico;
- III - Orientador Educacional;
- IV - representantes do corpo docente, observada a proporção de um para 5 (cinco) professores respectivamente das partes de Educação Geral e Formação Especial, eleitos anualmente por seus pares, garantida a representatividade das diferentes áreas curriculares;
- V - Orientador de Educação Moral e Cívica;
- VI - dois representantes do corpo discente eleitos anualmente por seus pares;
- VII - Secretário de Escola;
- VIII - representante da Associação de Pais e Mestres.

Governo Estadual São Paulo, Decreto Nº 11.625/78

O ano de 1978 se apresentou como de grandes transformações para o professorado estadual paulista, forjando assim como diversas categorias profissionais o surgimento de novas lideranças em oposição à atuação da Diretoria da APEOESP, segundo Paula (2007). A campanha salarial daquele ano fora marcada pelo grande descontentamento com a proposta do governo estadual e acabou por desembocar numa greve iniciada em 21 de agosto, convocada e liderada por estas novas lideranças, representadas no Comando Geral de Greve (CGG), cujos membros não eram conhecidos publicamente para evitar perseguições políticas. Segundo Pires de Paula (2007) a greve atingiu seu ápice no início do mês de setembro, quando teria obtido o apoio de 200 mil professores da capital e o do interior do Estado, e para as lideranças do CGG trouxe

como ganho político, uma nova redação do Estatuto do Magistério Estadual Paulista - Lei Complementar Nº 201/78¹⁸⁸ - com alguns ganhos financeiros: mês de cinco semanas, o aumento de uma referência inicial e final, o pagamento das aulas excedentes no padrão normal dos professores. Mas o Estatuto não significou a satisfação dos professores:

Já para representantes dos professores, o texto do Estatuto teria assegurado algumas conquistas, no entanto, estaria longe de contemplar as “reivindicações básicas do professorado”

(Pires de Paula, 2007. p. 178)

No tocante ao Conselho de Escola, esta nova versão do Estatuto em nada avançou, ao que deduzimos pelo veto do então governador, Paulo Egydio Martins a um dos itens que o abordava¹⁸⁹.

A conquista do Conselho de Escola deliberativo para as escolas estaduais paulista viria no bojo da redemocratização do país, com as primeiras eleições diretas para governadores no final de 1982, tendo vencido em São Paulo, o então senador André Franco Montoro.

¹⁸⁸ Lei Complementar Nº 201, de 9 de novembro de 1978 - Dispõe sobre o Estatuto do Magistério e dá providências correlatas. O primeiro Estatuto do Magistério foi criado pela Lei Complementar No. 114/74, na gestão do governador Laudo Natel, mas considerado “letra morta” pelos professores.

¹⁸⁹ A Lei Nº. 201/78 teve o Inciso IV e o Parágrafo Único do Artigo 3º vetado, sendo que introdução do Conselho de Escola deliberativo ocorrida pela Lei Nº 375/84, foi exatamente pela inclusão dos itens vetados pela lei anterior, conforme abaixo:

Artigo 1º - O inciso IV e o parágrafo único do artigo 3º da Lei Complementar nº 201, de 9 de novembro de 1978, passará a ter a seguinte redação:

“IV – Conselho de Escola : órgão de caráter deliberativo, presidido pelo Diretor de Escola.

Parágrafo único – A composição, atribuições e processo eletivo do Conselho de Escola de que trata o inciso IV são os previstos nos artigos 67-A a 67-C deste Estatuto.

A Lei Complementar Nº 375/84¹⁹⁰, alterou a legislação anterior (Lei Complementar Nº 201/78) e de forma bem sucinta, com a introdução do *Artigo 67-A* nos Estatutos do Magistério, instituiu o Conselho de Escola deliberativo:

Artigo 67-A – O Conselho de Escola, de natureza deliberativa, será presidido pelo Diretor de Escola pelos seguintes Conselheiros:

- I. Coordenador Pedagógico;
- II. Orientador Educacional;
- III. Secretário de Escola;
- IV. Representante do Corpo Docente, obedecido o critério de um representante de cada uma das séries, cada qual eleito por seus pares;
- V. Representante da Associação de Pais e Mestres;
- VI. Representantes do Corpo Discente, obedecido ao critério de um representante da 8ª (oitava) série do 1º grau, eleito por seus pares, e de um representante para cada uma das séries do 2º grau, cada qual eleito por seus pares;
- VII. Representante dos funcionários da escola, eleito por seus pares.

(SÃO PAULO, Lei Estadual Complementar Nº 375/84)

A freqüência de reuniões deste Conselho era muito baixa, ordinariamente, apenas duas vezes ao ano: no início do 1º semestre letivo (visando à preparação do Plano Escolar) e no início do 2º semestre, podendo ainda se reunir extraordinariamente, por convocação do Diretor da Escola ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

Uma nova Lei Complementar – No. 444/85¹⁹¹ alterou a composição do Conselho de Escola, bem como de suas atribuições:

¹⁹⁰ Lei Complementar Nº 375, de 19 de dezembro de 1984 – Altera disposições da Lei Complementar nº 201, de 9 de novembro de 1978 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista. Governador: Franco Montoro, Secretário de Educação: Paulo Renato Costa Souza.

¹⁹¹ LEI COMPLEMENTAR Nº 444, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1985 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas, governador André Franco Montoro; Secretário Estadual de Educação: Paulo Renato Costa Souza.

Artigo 95 – O Conselho de Escola, de natureza deliberativa, eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presidido pelo Diretor da Escola, terá um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixado sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

§ 1º – A composição a que se refere o "caput" obedecerá a seguinte proporcionalidade:

- I. 40% (quarenta por cento) de docentes;
- II. 5% (cinco por cento) de especialistas de educação excetuando-se o Diretor de Escola;
- III. 5% (cinco por cento) dos demais funcionários;
- IV. 25 % (vinte e cinco por cento) de pais de alunos;
- V. 25% (vinte e cinco por cento) de alunos;

Com as modificações efetuadas pela Lei 444/85, o Conselho de Escola passou a ter atribuições bastante abrangentes, dentre as quais destacamos a deliberação sobre: diretrizes e metas da unidade escolar; programas especiais visando à integração escola-família-comunidade; elaborar o calendário e o regimento escolar; alternativas de solução para os problemas de natureza administrativa e pedagógica; prioridades para aplicação de recursos da Escola e das instituições auxiliares, dentre outros. Nesta nova versão, a composição do CE, tornou-se equitativa no que tange à representação de servidores (docentes, especialistas e demais funcionários) e comunidade (pais e alunos), com 50% cada, embora não se possa considerar que a *categoria* de servidores pudesse atuar em bloco, dado que seus interesses não eram necessariamente os mesmos.

Ao contrário da lei anterior, a frequência de reuniões ordinárias deste Conselho era de quatro ao ano – duas por semestre - o equivalente, reunir-se uma vez a cada bimestre ou ainda, reunir-se extraordinariamente por convocação do Diretor da Escola ou por proposta de no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros, ampliando em muito esta possibilidade, ante os 2/3 da versão anterior. Outro ponto a destacar, é que todas as decisões do Conselho, tomadas por maioria simples (requisito da presença da maioria absoluta dos membros) tinham o registro em ata e eram tornadas públicas.

No âmbito municipal, as escolas públicas da cidade de Campinas passaram a contar com o Conselho de Escola no ano de 1990¹⁹², e quase dez anos depois, uma nova lei municipal¹⁹³, estabeleceu o Conselho das Escolas Municipais, com a presença de representantes do Conselho de diversas escolas.

O mais intrigante, é que em 1984, quando da instituição do Conselho de Escola deliberativo, o Secretário Estadual de Educação era o professor Paulo Renato Costa Souza, o mesmo que dois anos depois, já como Reitor da UNICAMP, não tinha dentre seus objetivos dotar os Colégios Técnicos da Universidade deste instrumento de participação da comunidade escolar – sua gestão findou em abril/1990, sem que nenhuma ação nesse sentido tivesse ocorrido, a despeito da manifestação, reiterada por parte dos professores quando da discussão da Carreira docente dos Colégios Técnicos, conforme já relatamos.

Na entrevista que realizamos com o professor Fernando Antônio Arantes, ele nos relatou os motivos pelos quais não instalou o órgão colegiado durante a sua gestão como Diretor do Cotuca:

Em primeiro lugar nós estávamos numa busca de institucionalizar o colégio e integrá-lo dentro do conceito da Universidade. Havia muita dúvida, por exemplo, se caberia o Conselho de Escola, a congregação, havia uma discussão muito grande em torno disso com a equipe dirigente da Universidade. Então, a nossa estratégia foi tomar medidas internas que levassem ao final a elaboração de um estatuto de um regimento que permitisse a instituição de um órgão colegiado. Quero deixar claro aqui que eu sempre considerei isso de suma importância, mas eu não via condições de implantar aquilo naquele momento porque o momento era conturbado então eu imaginei, eu e a equipe, se nós criássemos o órgão colegiado naquele momento nos ocupariamos de grandes discussões e nós não conseguiríamos implantar o que a gente achava correto: mexer na carreira, mudanças nos cursos.

¹⁹² LEI No. 7.145/92 – 03/09/1992 do vereador Carlos Signorelli; Prefeito: Jacó Bittar.

¹⁹³ LEI No. 10.297 – 28/10/1999 do vereador Carlos Signorelli. Prefeito: Francisco Amaral.

Não cabe a nós julgarmos a decisão tomada pela direção do Cotuca e da Universidade em não criar o órgão colegiado, seus motivos e temores, mas o fato concreto é que esta decisão acabou por retardar o processo de institucionalização do Cotuca.

Nas pesquisas que realizamos no levantamento de documentos e memórias desta época, encontramos uma proposta de Conselho do Colégio, elaborada por uma comissão de professores, contendo 23 artigos em três folhas mimeografadas, sem data¹⁹⁴. Esta nova tentativa fazia um chamamento para os professores:

CONSELHO DE ESCOLA

Estamos apresentando o trabalho das discussões da comissão formada no COTUCA para discutir o C.E. Não se trata de matéria acabada, ao contrário, é um “pontapé inicial” e é extremamente importante a participação de todos os docentes para termos um Conselho que represente a vontade da maioria. Entendemos ainda ser necessário uma interação com os demais segmentos escolar; funcionários e alunos, uma vez que o C.E. deve congrega a todos.

(Mimeo, CONSELHO DE ESCOLA Cotuca, sem data)

Nesta proposta – claramente influenciada pela legislação estadual que criou o Conselho de Escola para escolas públicas estaduais paulistas (até o nome era o mesmo), mas também com elementos das congregações da Universidade, notadamente o que disciplinava o seu funcionamento – o Conselho seria constituído, além do Diretor, que era o seu presidente, por: Docentes: 45%, Alunos: 30%, Pais de alunos: 15% e Funcionários: 10%. Mas a proposta, ao contrário do que pretendia, não foi adiante, ficando apenas no *pontapé inicial*.

E o por que isso ocorreu? É correto imputar a responsabilidade pela não implantação do órgão colegiado nos Colégios Técnicos da UNICAMP apenas aos gestores da Universidade, ao Reitor? Acreditamos que não, mas deixaremos esta

¹⁹⁴ Participamos desta comissão juntamente com mais oito professores, e inferimos que este documento tenha sido discutido e finalizado entre os anos de 1988 e 1990, dado a participação de alguns professores que permaneceram como docentes do Cotuca neste período.

discussão após o relato que culminou com criação e implementação da *congregação* (Conselho do Colégio) do Cotuca, ocorrida em setembro/1998.

O que ocorria no Colégio Técnico de Campinas, na realidade era um retrato da cultura de falta de participação da comunidade escolar no gerenciamento das escolas brasileiras, conforme retratado por Nilson Robson Guedes Silva na sua tese de doutorado:

Embora nossas instituições escolares tenham recebido ao longo do tempo a terminologia “colégio”, tradicionalmente sua gestão não foi colegiada, mas sim autocrática. Ao longo dos anos, entretanto, a comunidade escolar foi conquistando espaços de atuação antes restritos ao Diretor de escola. (Silva, 2006, p 41)

Ainda para este autor, com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei 9.394/96 ocorreu um grande impulso para a implantação dos Conselhos Escolares:

Concebidos como uma das estratégias para a democratização da gestão nas escolas, os Conselhos Escolares têm como pressuposto o exercício do poder por meio da participação das comunidades escolar e local. (Silva, 2006, p. 43)

No entanto, modelo adotado para implantação do órgão colegiado nos Colégios Técnicos da UNICAMP, não incorporou membros da comunidade local, ficando restritos à comunidade escolar.

As discussões que resultaram na criação da congregação do Cotuca foram retomadas cerca de sete anos após o malogro da tentativa que discurremos acima, tendo como marco inicial, a constituição de uma comissão interna em 1995¹⁹⁵, sendo constituída por nove membros e repartida igualmente por três representantes de cada segmento: professores, servidores técnico-administrativos e alunos. Os trabalhos se desenvolveram durante os meses de agosto e setembro e produzimos uma minuta que foi divulgada pela direção aos demais professores e servidores técnico-administrativos. No entanto, no trabalho da comissão percebeu-se que para a criação do órgão colegiado,

¹⁹⁵ Esta comissão, que tivemos a honra de presidir, foi constituída pela Portaria CTC N° 039/95, substituída pela Portaria CTC N° 043/95 de 10 e 28 de agosto/1995 respectivamente.

havia a necessidade de se alterar o Regimento Escolar, uma vez que este documento era (é) uma importante fonte (interna) da legalidade das atividades do Colégio.

Assim, a direção do Colégio, no início de 1996, unificou as discussões do novo Regimento Escolar e do órgão colegiado tendo como palco privilegiado, inicialmente, o Conselho Interdepartamental.

Desta forma, a aprovação do órgão colegiado superior¹⁹⁶ do Cotuca ficou atrelada à homologação do novo Regimento Escolar, que foi teve o seguinte cronograma:

- i. Junho/1996: Finalizado/aprovado internamente no Colégio;
- ii. Março/1997: aprovado pelo Conselho Universitário e encaminhado ao Conselho Estadual de Educação,
- iii. Setembro/1997: Conselho Estadual de Educação devolve o texto para adequações devido nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação,
- iv. Fev a Maio/1998: Direção do Cotuca discute alterações no texto com técnicas do CEE
- v. 08 de maio/1998 – entrega do Regimento Escolar no CEE
- vi. 24 de maio/1998 CEE homologa Regimento Escolar Cotuca
- vii. 18 de setembro/1998 – instalação do Conselho de Escola do Cotuca (1ª Reunião)

A composição do Conselho do Cotuca apresentou os seguintes membros, conforme apresentado no novo Regimento Escolar

Artigo 38 - O Conselho tem a seguinte composição:

- I. Diretor Geral do Colégio;
- II. Diretor Associado do Colégio;
- III. Diretor de Ensino do Colégio;
- IV. Diretor Administrativo;
- V. Dois Professores-Chefes de Departamentos;
- VI. Um Representante do corpo docente de cada Departamento;

¹⁹⁶ Interessante salientar, que as discussões anteriores acerca do órgão colegiado, produziam documentos com muitos artigos, pois entravam da minúcia de seu funcionamento; mas no novo Regimento Escolar, a parte relativa ao Conselho do Colégio constitui-se de apenas seis artigos.

VII. Um docente representante da orientação pedagógica ou educacional ou de estágio;

VIII. Três representantes do corpo de servidores administrativos;

IX. Representantes do corpo discente, na proporção de um quinto da totalidade dos membros.

À época da instalação do Conselho do Colégio, existiam nove departamentos no Cotuca, de tal forma, que a soma de todos os membros do Conselho especificados nos itens de I a VIII perfazia 19 membros e aplicando o disposto no item IX, o segmento de discentes teria cinco membros, totalizando 24 membros (o arredondamento de $\frac{1}{5}$ de 24 é igual a 5). No entanto, houve um erro de interpretação por parte da direção do Colégio, da qual este pesquisador fazia parte (erro este não percebido por nenhuma pessoa do Colégio) para a obtenção do número de representantes dos discentes tendo sido aplicada a proporcionalidade de $\frac{1}{5}$ ao número de membros existentes sem considerar a soma dos próprios discentes, ou seja, $\frac{1}{5}$ de 19 que resultou em quatro membros, ao invés de cinco, permanecendo desta forma até os dias de hoje¹⁹⁷.

As atribuições do Conselho foram dadas conforme abaixo:

Artigo 39 - São atribuições do Conselho do Colégio Técnico de Campinas da UNICAMP:

I. elaborar seu próprio Regimento em consonância com as normas da UNICAMP;

II. deliberar sobre:

a) diretrizes e metas do Colégio;

b) alternativas de solução para problemas de natureza administrativa e pedagógica;

c) constituição de comissões previstas no Regimento do Colégio;

d) criação e regulamentação das instituições auxiliares do Colégio;

¹⁹⁷ Este erro somente foi percebido por nós em 22 de abril de 2009, quando nos debruçamos na análise do Conselho e nos demos conta do equívoco. Conversamos com a Direção do Cotuca e encaminhamos uma solicitação formal de alteração em 26 de abril/2009.

e) preenchimento do quadro de pessoal docente e administrativo e técnico;

f) estabelecimento de prioridades para aplicação dos recursos da Unidade;

III. elaborar o Calendário e propor alteração do Regimento Escolar, quando necessário, observadas as determinações legais e regulamentares superiores;

IV. estabelecer critérios e coordenar a consulta à comunidade escolar para escolha dos nomes que comporão a lista tríplice a ser encaminhada à Reitoria para designação do Diretor Geral do Colégio;

V. aprovar relatório anual de atividades do Colégio e encaminhá-lo à consideração das instâncias superiores.

Observamos que a realização de relatório anual apareceu em todos os regimentos escolares, com a diferença apenas que antes esta atribuição estava colocada ao Diretor do Colégio.

Com relação à frequência de reuniões, o Regimento Escolar estabeleceu, ordinariamente, o período de 60 dias entre uma reunião e outra – o equivalente a duas reuniões por semestre, nos mesmos moldes das Congregações da Universidade e também do Conselho das escolas públicas estaduais paulistas – e extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente (o Diretor Geral do Colégio) ou então por maioria simples dos membros do Conselho, conforme artigo 41.

A instalação do órgão colegiado máximo do Cotuca deu-se no dia 18 de setembro de 1998¹⁹⁸, pouco mais de dois meses antes deste pesquisador assumir a função de Diretor Geral do Colégio Técnico de Campinas. Acreditamos sem nenhuma dúvida, ter sido um momento histórico para uma escola que já havia completado 31 anos de existência, no seio de uma Universidade caracterizada pela luta de participação de todos os segmentos universitários - enfim, uma data para estar e permanecer por todo tempo na galeria dos grandes momentos do Cotuca.

¹⁹⁸ Neste dia assistimos meu colega e antecessor professor Edgard Dal Molin Jr. presidir a primeira reunião deste órgão, denominado “Conselho do Colégio”, ou ainda Conselho do Cotuca, demonstrando toda sua alegria pela ocasião e pelo papel que assumia.

A primeira reunião do Conselho do Cotuca teve apenas dois pontos de pauta: no primeiro, dar posse aos membros eleitos e no segundo, o estabelecimento de uma comissão para realizar a consulta para a escolha da nova direção e destacamos a manifestação da servidora Neusa Xavier, que emocionada, relembrou das primeiras reuniões que participara, com pouquíssimas pessoas, no ano de 1988, tentando elaborar uma proposta para a instalação da Congregação do Cotuca, mas que por vários motivos não saiu.

A segunda reunião do Conselho e última sob a presidência do professor Edgard Dal Molin Jr. foi uma reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de outubro/1998, três dias antes do término de seu mandato, com um único ponto na pauta: a elaboração da lista tríplice para Diretor do Colégio, a ser encaminhada ao Conselho Universitário.

Nesta reunião, após a composição da lista tríplice, com o nome deste pesquisador em primeiro lugar e dos professores Edgard Dal Molin Jr. e Hécio Cunha Lanfranchi, respectivamente em segundo e terceiro lugares, o professor Edgard despedindo-se da direção do Cotuca fez um balanço de sua gestão¹⁹⁹.

Nora Krawczyk manifesta-se da seguinte maneira acerca das limitações da atuação de órgãos colegiados:

¹⁹⁹ Dentre os pontos positivos destacados: a reformulação da Carreira MST; a efetivação do Conselho Interdepartamental; a aprovação do novo Regimento Escolar; a implantação do Conselho do Colégio; a abertura do curso Técnico em Informática noturno; a criação de dois novos departamentos – Plásticos e de Equipamentos Médico-Hospitalares; a implantação da Diretoria de Ensino e da Diretoria Administrativa; a reformulação do Exame de Seleção; a criação da Empresa Jr. Unisoft – curso de Processamento de Dados; e o estabelecimento de critérios para admissão de professores com total autonomia para os departamentos, enfim, uma respeitável lista de conquistas e avanços para o Colégio. A lamentar, listou três pontos que não foram possíveis de serem atingidos: a constituição de um banco de dados sobre egressos; a obtenção de recursos (solicitados à FAPESP) para construção das novas instalações do Cotuca e a abertura do curso técnico de Meio Ambiente, agradecendo ainda a todos e a equipe de trabalho.

Um ponto que o professor Edgard não listou, mas que foi de suma importância para a história do Cotuca, foi a decisão tomada pela diretoria do Colégio por ocasião da implantação, em 1998, da Reforma da Educação Profissional (Decreto Federal 2.208/97) garantindo efetivamente a continuidade, em termos práticos, da integração entre a educação profissional e a educação básica – alunos com duas matrículas, fazendo dois cursos, nos moldes dos antigos cursos técnicos integrados.

De qualquer maneira, a gestão colegiada não tem ainda força suficiente para tornar verdadeiramente público o espaço escolar. Não sabemos se o processo de organização e participação dos conselhos de escola é muito incipiente ou se não há uma cultura institucional, social e cultural que facilite o crescimento e o amadurecimento da gestão colegiada. Uma explicação plausível é a incoerência entre a política de gestão democrática escolar e a gestão burocrática do conjunto do sistema educativo e dos outros espaços públicos locais, que acaba transformando a escola numa ilha e desvinculando suas propostas de projetos educacionais e sociais mais amplos. (Krawczyk, 2004, p. 135)

Como já foi dito, a análise da atuação do Conselho do Cotuca não faz parte do escopo desta pesquisa, que se limitou a discorrer acerca do processo histórico de mobilização para a sua instalação, no âmbito do processo de institucionalização dos Colegios Técnicos. Acreditamos que esta análise seja pertinente, e merece ser realizada, mas em outra ocasião, não nesta pesquisa.

CAPÍTULO 4

O COTUCA E SUAS INSTALAÇÕES NA RUA CULTO À CIÊNCIA, 177 – UM PROBLEMA INSOLÚVEL?

Neste capítulo, que se funde com o Pilar VII, vamos discorrer acerca da presença do Colégio Técnico de Campinas nas antigas instalações do Ginásio Industrial “Bento Quirino”, à Rua Culto à Ciência, 177, desde 1967, ano de criação da Universidade Estadual de Campinas e do Cotuca.

Para o desenvolvimento do capítulo, assumimos que as instalações físicas ocupadas pelo Cotuca são, por diversos fatores, um problema para um melhor desenvolvimento deste Colégio, não apenas os relacionados à degradação material do prédio e a sua inadequação quanto aos espaços disponíveis, mas também, perdas que o Colégio sofre pela sua ausência no espaço físico no campus universitário e conseqüente subtração das possibilidades pelo compartilhamento de espaço com outras unidades da Universidade, sobretudo os Institutos e Faculdades.

Dessa forma a análise desenvolvida pretende buscar o entendimento do por que ainda esta unidade se encontra em um prédio considerado inadequado há muitos anos, tendo sofrido até processo de interdição por parte da Defesa Civil do Município e que não atende adequadamente as suas necessidades educacionais.

E considerando ainda a importância que se reveste este assunto, o configuramos como um *Pilar* de sustentação de nossa argumentação para a análise da relação da Universidade Estadual de Campinas com seus Colégios Técnicos, especificamente, com o Colégio Técnico de Campinas.

Este capítulo está estruturado da seguinte forma: iniciamos com a descrição das articulações do Reitor Zeferino Vaz para a Universidade Estadual de Campinas ocupar as instalações do antigo Ginásio Industrial “Bento Quirino”, passamos depois à análise da degradação material do prédio e as tentativas realizadas ao longo do tempo para se construir novas instalações para o Cotuca; e por último apresentar as

manifestações de vários entrevistados quanto à conveniência do Cotuca instalar-se no campus universitário – ex-Reitores, ex-Pró-Reitores, professores da UNICAMP e ex-Coordenadores de Cursos Técnicos, além de professores e Diretoria do Cotuca.

4.1 PILAR VII – O COTUCA E SUAS INSTALAÇÕES NA RUA CULTO À CIÊNCIA - UM PROBLEMA INSOLÚVEL?

Em 10 de Janeiro de 1967 o reitor da Unicamp realizou, em companhia do presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Arnaldo Laurindo, uma visita às instalações do Ginásio Industrial “Bento Quirino”, situado à Rua Culto à Ciência, 177 na cidade de Campinas, com objetivo de examinar a possibilidade de instalação do Colégio Técnico Universitário naquelas instalações.

Neste mesmo dia o Reitor da Unicamp encaminhou ofício para o Secretário de Educação, professor Carlos Pasquale, retomando os entendimentos verbais que já havia mantido com o titular da pasta, relatando a vista efetuada, dizendo ter sido *“Amavelmente recebido pelo ilustre Diretor-Substituto do Ginásio Industrial ‘Bento Quirino’, Prof. Álvaro França de Barros de Barros”* e segundo o Reitor, a conclusão a que chegou os três participantes da citada visita foi de que:

[...] a única solução possível seria a imediata transferência, em caráter definitivo, do Ginásio Industrial “Bento Quirino” para o prédio concluído da Vila Estanislau, perfeitamente adequado à satisfação das mais amplas necessidades daquele estabelecimento de ensino profissional, podendo o prédio à Rua Culto à Ciência, com reparos urgentes de que necessita ser destinado à instalação do Colégio Técnico Universitário.

O argumento principal apresentado pelo Reitor ao Secretário para justificar a necessidade de saída daquele Ginásio Industrial para as novas instalações foi o que já tinha sido apresentado pelo professor Álvaro França de Barros:

[...] pela exigüidade da área útil, insuficiente para as necessidades atuais daquele modelar estabelecimento de ensino médio e, mais ainda, para as necessidades que, de imediato, resultariam da indispensável ampliação de suas atividades educacionais.

O relato acima nos demonstra claramente a habilidade do Reitor Zeferino Vaz em conseguir o seu intento – ele “demonstra” ao seu interlocutor, o que este deve fazer para que os objetivos deste interlocutor sejam alcançados, mas ocorre que na realidade, a tomada de decisão pelo interlocutor, conforme solicitado pelo professor Zeferino Vaz vai diretamente ao encontro dos seus próprios interesses. Mas o fato como apresentado pelo Reitor é que a ação solicitada por ele ao seu interlocutor constitui-se num bem para este interlocutor e desta forma, este ao tomar a decisão solicitada por ele, o faz por estar se beneficiando, e, portanto esta é a decisão correta que ele tem que tomar.

E menos de um mês depois, em 27 de janeiro de 1967, houve a assinatura do convênio entre a Universidade Estadual de Campinas e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

4.1.1 E O COTUCA FOI, PROVISORIAMENTE, PARA A RUA CULTO À CIÊNCIA, 177...

A ocupação legal do prédio da Rua Culto à Ciência, No. 177, pelo Colégio Técnico de Campinas, já discorrida, deu-se por um convênio²⁰⁰ entre a Secretaria de Estado para os Negócios da Educação e a Universidade de Campinas²⁰¹, assinado no dia 27 de janeiro de 1967, nas dependências desta Secretaria de Educação, tendo como signatários, os próprios representantes máximos das duas instituições, pela Secretaria, o professor Carlos Pasquale e pela Universidade, o Magnífico Reitor, professor Zeferino Vaz.

²⁰⁰ Tomamos conhecimento da existência deste Convênio quando em visita à Diretoria de Ensino Leste de Campinas em dezembro/2008, foi-nos facultado o acesso às pastas com documentos históricos relativos ao Cotuca. Junto à cópia deste convênio, estava uma informação de um(a) funcionário(a) estadual, datada de 10/05/1983, mencionando que, por meio do Ofício No. 325/81, o Cotuca “...*solicita ao Senhor Delegado (de Ensino) que interceda junto aos órgãos competentes – CONESP – (para) reforma do prédio*”. Ainda, como segundo item desta informação, há um questionamento em relação às responsabilidades quanto à manutenção do prédio. Posteriormente, encontramos o mesmo no Processo 3.176/70, quando em visita aos arquivos do SIARQ.

²⁰¹ A mudança de nome para Universidade Estadual de Campinas foi realizada quando da instituição dos Estatutos da UNICAMP, por meio do Decreto No. 52.255 de 30 de julho de 1969.

A justificativa para a cessão do prédio foi devido o Ginásio Industrial Estadual “Bento Quirino”, que o havia ocupado por quase 50 anos, já estava em suas novas instalações – um prédio novo situado à Rua Orozimbo Maia construído especialmente para este fim. O governo estadual paulista que havia recebido como doação da Associação Instituto Profissional “Bento Quirino” o prédio da Rua Culto à Ciência com a finalidade precípua de manter em funcionamento uma unidade de educação profissional, não tinha condições de instalar outra unidade naquele prédio, conforme extratos do convênio listado abaixo:

[...] Foi dito que tinham justo e acertado um convênio pelo qual, tendo a Secretaria da Educação a seu cargo a administração do prédio à rua Culto à Ciência, Nº 177, em Campinas, até aqui, ocupado pelo Ginásio Industrial Estadual “Bento Quirino”, que se transfere para um prédio especialmente construído para esse fim, à Avenida Orozimbo Maia, sem número, na cidade de Campinas, e, tendo sido aquele prédio doado à Fazenda do Estado pela Associação Instituto Profissional “Bento Quirino” para o expresse fim de nele ser mantido em funcionamento uma Escola Profissional, não podendo a Secretaria de Educação, de imediato, manter em funcionamento, naquele prédio, um Ginásio Industrial, além do que se transfere o novo prédio, por este termo, autoriza a Universidade de Campinas a instalar e manter em funcionamento, no prédio da Culto à Ciência No. 177, os seus Colégios Técnicos Industriais, até que possa transferi-los para os prédios em construção na “Cidade Universitária”, comprometendo-se a fazer a restituição sem exigir indenização alguma, ainda que por benfeitorias acrescidas.

(UNICAMP, Reitoria, Processo 008/67, 12/01/1967) - Grifo nosso

Mas por trás de um convênio – uma folha de papel, um documento legal que embasou a ida da UNICAMP e o Cotuca para o prédio da Rua Culto à Ciência – existe uma história viva contada por um dos personagens neste episódio – o professor Osmar Salles de Figueiredo, em depoimento a Cruz (2008)²⁰² e também para este pesquisador na entrevista realizada em novembro de 2009. Esta autora realizou um belíssimo levantamento histórico, em sua dissertação de mestrado, acerca da instalação e

²⁰² CRUZ, Lúcia Pedrosa da, 2008. “BENTO QUIRINO E COTUCA: os passos do Ensino Profissional em Campinas” – dissertação de mestrado FE/UNICAMP, 2008. Orientadora Maria Helena Salgado Bagnato.

funcionamento das duas escolas técnicas (Bento Quirino e Cotuca) compreendendo desde o testamento de Bento Quirino dos Santos - que deixou recursos expressamente para construção de uma escola técnica – o início das obras de construção do prédio e sua inauguração em 1918, a instalação da escola, as diversas alterações que esta escola experimentou e sua transferência para o governo estadual paulista – até a transferência do Ginásio Estadual Bento Quirino para o novo prédio na Rua Orozimbo Maia, e o início de funcionamento da UNICAMP e do Cotuca no prédio da Rua Culto à Ciência.

O professor Osmar Figueiredo teve uma longa trajetória na educação profissional, com formação de professor normalista e de Químico Industrial, participou da comissão que discutiu a reestruturação do ensino profissional paulista (Lei Estadual No. 6812/62), e quando ocupava a direção do Colégio Técnico Industrial Conselheiro Antônio Prado – COTICAP²⁰³, em Campinas, convidou o professor Zeferino Vaz para realizar uma palestra naquela escola em 1966.

Segundo o professor Osmar, ele recebeu de volta um convite do professor Zeferino Vaz para visitar as instalações da Rua Culto à Ciência, que estavam interditadas (permaneceram fechadas durante todo o ano de 1966) por conta das reformas que estavam sendo realizadas. Abaixo transcrevemos trecho da entrevista que o professor Osmar concedeu a Cruz (2008) em dia 11 de outubro de 2007, perto de ele completar noventa anos de idade²⁰⁴:

Naquele período, eu convidei o Professor Zeferino Vaz para dar a aula inaugural. Era o ano de 69²⁰⁵. [...]. E para minha surpresa, como eu já havia sido Delegado do Ensino Profissional, já tinha trabalhado no Bento Quirino — me convidou, junto com o Álvaro França de Barros de Barros, meu amigo pessoal, Orientador Educacional, meu grande amigo — para visitar a escola que estava condenada. (o antigo prédio do Bento Quirino)

²⁰³ Na década de 1980 o COTICAP foi incorporado pelo Centro Paula Souza, com a denominação de Escola Técnica Estadual “Conselheiro Antônio Prado” – ETECAP.

²⁰⁴ Este pesquisador também entrevistou o professor Osmar, no dia 26 de novembro de 2009, e na conversa inicial que mantivemos, ele nos contou esta fascinante história, tal qual está descrita, mas utilizamos a versão de Cruz (2008).

²⁰⁵ Deve haver algum engano nesta data, pois o Colégio Técnico de Campinas iniciou suas atividades em 1967, por outros relatos do professor Osmar, o ano correto deve ser 1966.

Então, os três estivemos lá. Visitamos demoradamente o Colégio e ao final, eu falei ao Professor Zeferino: “Professor, entre ficar aqui ou ir para o prédio novo do Bento Quirino – que ajudei a construir como assistente do Secretário da Educação e era lá embaixo — eu ficaria aqui porque este prédio não vai cair”. Eu sei, porque foi Ramos de Azevedo que construiu; e quem fez pressão para inclinar, foi um ex-Diretor daqui, que mandou tirar uma parede lá no fundo, na cozinha e isso desequilibrou o prédio. De modo que é só reforçar e ele não vai cair. Portanto, em minha opinião, o Colégio deve vir para cá. Como também a Reitoria foi para lá. (CRUZ, 2008, p.149)

De fato, o prédio não caiu²⁰⁶ e como já dito, o professor Zeferino Vaz instalou a Reitoria por dois anos no andar térreo, onde se encontra a direção do Colégio desde os anos 1980.

Mas, como já dissemos, as instalações da Rua Culta à Ciência foram inauguradas em 1918, e por mais que possamos confiar na competência do arquiteto Ramos de Azevedo, as técnicas e os materiais de construção de quase um século atrás são muito diferentes das utilizadas já há mais de cinquenta anos, como encanamentos de ferro, a não existência de concreto armado, enfim, ao longo do tempo o prédio requereu e ainda requer sérios reparos em sua estrutura.

Em seu relato acerca do prédio em questão, Cruz (2008) nos informa que este havia sofrido reformas por parte do governo estadual na década de 1950, mas a história dos últimos quarenta anos deste edifício nos mostra a constante necessidade de reparos.

Em 1981, a direção do Cotuca solicitou ao senhor Delegado de Ensino a intercessão junto aos órgãos competentes para a reforma do prédio, tendo como resposta que a manutenção deste próprio público era de responsabilidade da Universidade Estadual de Campinas.

Fizemos uma pesquisa nos documentos oficiais do Cotuca, notadamente nos Planos Escolares, que são realizados anualmente e encaminhados para o órgão representativo do Conselho Estadual de Educação na cidade de Campinas, a Diretoria de

²⁰⁶ Por diversas vezes ocorreu descolamento de placas caindo de uma altura de mais de 6 metros, colocando em risco a vida de professores, funcionários e alunos. Presenciamos a queda de um bloco de massa na sala da direção por volta de 1997, 1998, que poderia ter causado uma tragédia.

Ensino Leste, para verificar como as diversas administrações que passaram pelo Colégio informavam a situação do prédio. Dispomos de dados dos Planos Escolares desde o ano de 1978, cujos resultados apresentamos a seguir.

Nos Planos Escolares (PE) de 1978 a 1980 e também no de 1987, constou da seguinte forma:

O prédio do Colégio Técnico Industrial de Campinas apresenta condições razoáveis de trabalho, pois possui número de salas de aula suficientes para o atendimento do número de alunos e cursos e acomodações para todas as atividades curriculares desenvolvidas. O mobiliário e equipamentos podem ser considerados adequados em termos de número, qualidade e estado de conservação.

(Grifo nosso)

Já nos Planos Escolares de 1982, 1984 e 1986:

O prédio do Colégio Técnico Industrial de Campinas, embora necessite de algumas reformas, apresenta condições razoáveis de trabalho, pois possui número de salas de aulas suficientes [...]

(Grifo nosso)

As condições do prédio do Cotuca passaram a ser consideradas adequadas, ou, em outras palavras, normais, sem a necessidade, portanto, de algumas reformas a partir do Plano Escolar de 1988, permanecendo desta forma por 12 anos, até o Plano Escolar de 1999, conforme texto abaixo:

O prédio do Colégio Técnico de Campinas apresenta condições normais de trabalho, pois possui número de salas de aulas suficientes [...]

Grifo Nosso

A singela alteração de redação, conforme destacado acima, pode levar ao leitor, que não vivenciou o cotidiano do Colégio no final dos anos 1980, a acreditar que o Cotuca passou pelas reformas apregoadas como necessárias nos Planos Escolares de 1982 a 1986 durante o ano de 1987, uma vez que a partir do Plano Escolar de 1988, passou a constar a informação de que o prédio do Cotuca apresentava condições *normais* de funcionamento. No entanto, sabemos que as reformas realizadas nas instalações do Cotuca ocorreram somente no início dos anos 1990, portanto, alguns anos após.

Ainda, embora o Colégio informasse, nos Planos Escolares de 1988 até 1999, sobre as *condições normais do prédio*, em 1994, ficou claro que esta normalidade não existia. Em fevereiro de 1994, houve um incêndio que destruiu o antigo prédio *Solar do Visconde de Indaiatuba*, e dado a semelhança deste com as instalações do antigo Ginásio Industrial Bento Quirino, aliado ao fato de tratar-se de Patrimônio Histórico tombado pelo CONDEPHAAT, o então Diretor do Cotuca, professor Fernando Antônio Arantes encaminhou ofício ao Corpo de Bombeiros, em 23 de fevereiro de 1994, solicitando uma vistoria nas instalações do Cotuca. Acreditamos que a expectativa da vistoria era receber um visto de *prédio seguro*, mas acabou resultando em uma intimação²⁰⁷ emitida pela Defesa Civil da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), exigindo a execução de quatro itens imprescindíveis para o funcionamento do prédio, estabelecendo o prazo de 150 dias para a sua conclusão. Dois itens foram atendidos de imediato e de forma satisfatória, mas os outros dois itens, que eram os principais – o projeto contra incêndio e o projeto das instalações elétricas, demandaram inúmeras idas e vindas, bem como diversas solicitações por parte da Universidade para a prorrogação dos prazos, conforme consta a documentação do processo administrativo que corre na Universidade. O Cotuca recebeu recursos da Universidade para contratação e realização dos projetos contra incêndio e das instalações elétricas, que ficaram sob a guarda do Escritório Técnico de Construção – ESTEC, órgão que era encarregado da manutenção predial da UNICAMP.

Em junho de 1997, o Diretor da Defesa Civil encaminhou ofício ao Magnífico Reitor dando por encerrado o processo, imputando a responsabilidade “aos *mentores dessa instituição, inclusive a Diretoria do Colégio*”, porém, em agosto de 1998, o novo Diretor deste órgão municipal restabeleceu o processo de interdição, mantendo a responsabilidade da Universidade e da Direção do Colégio sobre a segurança do prédio. Neste mesmo mês de agosto de 1998, a Direção do Colégio solicitou recursos orçamentários para execução futura dos projetos, encaminhando ainda os projetos para a aprovação do CONDEPAAC, o que ocorreu em fevereiro de 1999.

O ESTEC realizou, nesta época, cotação com empresas especializadas que apresentaram orçamentos no total de R\$ 400.000,00 (Instalações Elétricas – R\$

²⁰⁷ Defesa Civil – Prefeitura Municipal de Campinas – Intimação para Execução de Obras e Serviços nº 036/94, Protocolo 10935/94

375.000,00 e Rede de Incêndio – R\$ 25.000,00), ficando o COTUCA responsável pela obtenção de tais recursos²⁰⁸. Ocorre que estes recursos seriam para atender, exclusivamente, à solicitação da Defesa Civil, mas o prédio carecia ainda (como ainda carece) de obras no telhado – madeiramento, telhas, calhas e forro - além do encanamento hidráulico, que ainda é de ferro e no esgoto. Ou seja, para deixar as instalações da Rua Culto à Ciência adequadas ao convívio de cerca de 2.000 pessoas que diariamente passam pela escola, entre as 07:00 e 23:30 horas, estimou-se que os valores totais que a Universidade precisaria investir para a realização de todas as reformas, estariam num valor significativo aos valores da construção de um novo prédio, o que a nosso ver, não era a melhor alternativa a ser trilhada.

Dessa forma, em 1999 quando este pesquisador ocupava a direção do Cotuca, passou-se a priorizar a construção de novas instalações do Colégio no campus universitário, surgindo a possibilidade de se buscar recursos junto ao Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP - do governo federal, criado para dar sustentação e angariar apoio para a Reforma da Educação Profissional que o governo havia imposto por meio do Decreto Federal No. 2.208/97.

A partir de 2000, os Planos Escolares do Cotuca já não continham mais nenhuma informação acerca das condições do prédio escolar, uma vez que não fazia mais sentido, pois nos documentos oficiais encaminhados à Universidade e ao PROEP, deixávamos clara a situação de precariedade das instalações físicas do Colégio. Desde então, em nenhum outro Plano Escolar, a situação das instalações físicas do Colégio voltou a ser abordada, sendo apresentadas apenas a relação quantitativa de salas de aulas, laboratórios, salas de línguas, salas administrativas, cantina, sanitários, etc.

Apesar de deste pesquisador ter a intenção de tratar detalhadamente do convênio com o PROEP em uma outra pesquisa, são necessárias algumas informações que permitem entender o problema que o Cotuca tem enfrentado a respeito de suas instalações físicas e as tentativas realizadas para encontrar soluções. Com o apoio político e logístico da Reitoria da Universidade, à época gestão do professor Hermano Tavares, passamos, a discutir junto ao PROEP a realização de um convênio, mediando

²⁰⁸ Dados extraídos do Of. CTC 021/2001 encaminhado à Coordenadoria Geral da Universidade.

internamente junto a todos os departamentos do Cotuca as suas necessidades, tanto da Educação Profissional quanto do Ensino Médio²⁰⁹, negociando as bases do convênio por quase três anos, intermediando os encaminhamentos da Reitoria junto ao Ministério da Educação.

Resumidamente falando, após negociações diversas e difíceis, tanto internamente ao Colégio, e principalmente ao PROEP, em 16 de fevereiro de 2002, foi assinado o convênio tendo como protagonistas o Reitor professor Hermano Tavares pela UNICAMP e o professor Paulo Renato Costa Souza pelo MEC/PROEP. O valor do convênio, de R\$ 3.786.540,00, fora até aquela época o maior que o MEC/PROEP já havia assinado sendo a maior parte para a construção das novas instalações do Cotuca, mas prevendo também recursos para aquisição de equipamentos didáticos aos laboratórios, capacitação, dentre outros.

O convênio previa que a nova denominação do Colégio seria Centro de Educação Profissional da UNICAMP, mas mantendo a sigla Cotuca como nome fantasia. A distribuição dos recursos relativos a este convênio foi a seguinte:

QUADRO 4
CONVÊNIO UNICAMP – MEC/PROEP : RECURSOS PREVISTOS

Categoria	Investimento (R\$)
Infra-estrutura física	2.424.900,00
Equipamentos	1.075.368,00
Capacitação e Treinamento	71.447,00
Material Pedagógico	11.225,00
Consultoria	26.400,00
Serviços	177.200,00
TOTAL	3.786.540,00

Quadro 4 – Convênio UNICAMP – MEC/PROEP: Recursos previstos.

Fonte: UNICAMP, Processo 01P-17520/2001

²⁰⁹ O PROEP financiava apenas a Educação Profissional, manifestando-se contrário à manutenção do Ensino Médio pelo Cotuca, mas quanto a isso, grosso modo, dissemos que a manutenção do Ensino Médio era prerrogativa da UNICAMP e esta bancaria os recursos para a construção das instalações relativas a esta modalidade de ensino.

Mas, é importante dizer que a discussão com o PROEP causou muita insegurança na quase totalidade dos professores do Ensino Médio, e em relação aos rumos que o Cotuca tomaria com a assinatura do convênio – eram bem recentes as lembranças que o Decreto 2.208/97 havia produzido a muitos professores do Centro Paula Souza – quase gerando uma crise²¹⁰, que poderia tomar grandes proporções, entre esta modalidade de ensino e a Educação Profissional favorável ao projeto, com a responsabilização da direção do Colégio, que encampava e era a responsável pelo encaminhamento da Universidade junto ao PROEP.

Felizmente, a crise que chegamos a temer e se anunciara, foi evitada, mas infelizmente, por razões que desconhecemos na sua totalidade²¹¹, o convênio assinado não foi consumado e passados sete anos da assinatura do convênio entre a UNICAMP e o MEC/PROEP, e dois novos Reitores, o Cotuca continua habitando o velho, bonito, mas já não tão bom prédio da Culto à Ciência, 177.

Na entrevista realizada com o professor Celso Akira Nishibe, este nos informou das tratativas da Reitoria, por duas gestões (Reitor Carlos Brito e Reitor José Tadeu Jorge) e da direção do Cotuca (Diretor Armando José Geraldo e Diretor Celso Akira) junto ao PROEP e ao Ministério de Educação por cerca de cinco anos para viabilizar o Convênio assinado entre o Ministro Paulo Renato e o Reitor Hermano Tavares em 2002.

O professor Celso Akira Nishibe, que acompanhou as negociações entre a Universidade e PROEP a partir do final de 2002, apresentou a sua visão acerca do malogro deste convênio:

²¹⁰ O principal motivo da crise, discutida pelas salas de aulas, corredores, sala dos professores, foi a exigência do PROEP na separação dos horários do Ensino Técnico e Ensino Médio, o que os professores desta última modalidade de ensino e os alunos, principalmente do período diurno, não aceitavam. A decisão foi tomada no Conselho do Colégio, órgão colegiado superior do Cotuca, conforme trataremos quando da discussão do órgão colegiado dos Colégios Técnicos.

²¹¹ Na entrevista realizada com o Reitor Tadeu Jorge e também com o professor Celso Akira, estes nos relataram a visão da Universidade a respeito deste assunto e quando dizemos não conhecemos em sua totalidade, é devido não ter a visão do MEC/PROEP, o que de maneira nenhuma coloca em questão as informações que coletamos.

Faltou a compreensão, eu digo do PROEP, hoje talvez eles compreendessem isso, mas na época era tudo muito novo. Os terceiros escalões compreendiam isso que a gente está falando, as gerências pedagógicas, as engenharias sabiam exatamente o que a gente estava falando, mas o primeiro escalão que foi trocado não entendia desta forma. E houve uma sucessão de fatos e quando nós chegamos em 2007, houve um rompimento unilateral, a última solicitação nossa foi uma conversa com o ministro, Fernando Hadad, tentou-se agendar, o professor Tadeu, ele tentou agendar, eu tenho uma carta do Tadeu que é absolutamente inusitada, eu nunca vi um Reitor escrever daquela maneira.

A carta mencionada no relato acima foi-nos também mencionada pelo professor Tadeu na entrevista concedida a nós, tendo ele se referido como “uma carta mal criada”. Não conversamos com a outra parte envolvida, representantes do MEC/PROEP, para saber o entendimento a respeito do assunto.

De qualquer forma foi mesmo lamentável o desfecho de uma oportunidade sem igual para construir as instalações do Cotuca no campus universitário.

O professor Celso Akira informou também ter sido realizada três novas tentativas na gestão do professor Tadeu Jorge de obtenção de recursos, o mesmo número relatado pelo professor Tadeu Jorge:

Sim, junto ao orçamento na Secretaria de Ensino Superior, com recursos extras orçamentários, que são destinados com gastos que não se perenizam como obras, além do que a Universidade tem direito. Fomos buscar apoio na Secretaria de Desenvolvimento, onde estão hoje os cursos técnicos e tecnológicos, como os Centros Paula Souza, e houve uma terceira tentativa, junto a Secretaria de Educação, na gestão da Maria Helena, tentando mostrar para essa Secretaria a importância de ter aquele patrimônio recuperado, no programa que a Secretaria tem de recuperação de prédios históricos, mas ela acabou saindo da gestão e essa questão não foi adiante. Houve então, na minha gestão, três tentativas junto ao Governo do Estado.

Como podemos ver a busca de alternativas para a construção das instalações do Cotuca no campus universitário tem se mantido como uma meta desde a gestão do Diretor Edgard Dal Molin Jr., por volta de 1995, e já são quinze anos nesta batalha, desde

a gestão do Reitor José Martins Filho, sendo já cinco Reitorias que buscam apoio para construção das instalações do Cotuca.

Se voltarmos um pouco mais no tempo, a três Reitorias antes do professor Martins, temos o seguinte:

- i) na gestão do professor Pinotti (1982 – 1986) houve a tentativa de se levar o Cotuca para o campus, conforme já discorrido por nós e com o relato do professor Valladão de Mattos. Não obtve sucesso, pois, segundo as palavras do professor Valladão, o projeto estava acoplado à construção de um complexo educacional, compreendendo não apenas as instalações do Cotuca, mas também de um Colégio de Aplicação, cuja resistências da Faculdade de Educação e do próprio Cotuca minaram a iniciativa;
- ii) na gestão do professor Paulo Renato (1986 - 1990) não houve nenhuma tentativa de levar o Cotuca para o campus, conforme manifestação também do professor Valladão de Mattos que fora Pró-Reitor desta gestão, pois o professor Paulo Renato havia realizado acordos de campanha, comprometendo-se a não criar o Colégio de Aplicação e por conseqüência, o Cotuca também não viria para o campus. O professor Maurilo do Carmo que foi Diretor do Cotuca nesta gestão, também nos disse que não houve nenhuma proposta nesse sentido;
- iii) na gestão do professor Carlos Vogt (1990 – 1994) também não houve nenhum projeto segundo o professor Fernando Arantes, por motivos políticos, de resistência da própria comunidade do Cotuca, tendo sido adotada a estratégia de reformas as instalações da Rua Culto à Ciência:

Na sequencia tivemos as Reitorias dos professores José Martins Filho (1994 – 1998); Hermano Tavares (1998 – 2002); Carlos Brito (2002 – 2005); Tadeu Jorge (2005 – 2009) e a vigente do professor Fernando Costa (2009 – 2013), todas elas comprometidas, em maior ou menor grau (não nos cabe neste espaço realizar esta discussão) com a mudança do Cotuca para o campus universitário.

Concretamente, as evidências materializadas nos indicam que a gestão que mais se aproximou foi a do professor Hermano Tavares e podemos categoricamente

testemunhar o compromisso e ações concretas desta gestão para a consecução do Convênio junto ao MEC/PROEP, conforme já discorrido. Mas, a despeito do malogro do convênio ter ocorrido na gestão de seus sucessores, não se pode descartar os esforços realizados por estas Reitorias, ao contrário, os testemunhos colhidos nos indicam a batalha para a consecução do convênio.

As quatro últimas Reitorias comprometeram-se a levar o Cotuca para o campus universitário e não obtiveram sucesso, e esperamos que esta gestão do professor Fernando Costa (2009 – 2013) logre êxito, até porque assumiu compromisso público com a comunidade do Cotuca em sua campanha para a Reitoria.

A ponderar, dois aspectos que a princípio possam ser considerados contraditórios: i) Por um lado, não se pode jogar toda a responsabilidade para a Reitoria, cabendo ao Colégio também buscar alternativas, fontes de financiamento. li) No entanto, se o Cotuca fosse uma unidade de Ensino e Pesquisa, como os são Institutos e Faculdades, as possibilidades de obtenção de recursos, as linhas de financiamento seriam muito maiores, o que nos leva novamente a uma maior dependência das ações da Administração Central da Universidade devido ao peso acadêmico e político incomparavelmente maior do que o existente no Colégio Técnico de Campinas.

O caminho está na comunhão de esforços das duas partes, embora pareça o óbvio, nem sempre este se faz presente em nossas escolhas. As tentativas até agora foram todas na busca de um patrocínio externo, ainda que a Universidade tenha já há quatro gestões assumindo o compromisso de uma contra-partida. Mas este caminho tem se revelado infrutífero, então se faz necessário pensar uma alternativa com recursos próprios, e estamos falando de um montante na casa de dez a quinze milhões de reais, em valores de 2010 – a quase a totalidade dos entrevistados ponderou que não é uma empreitada fácil – a discussão tem que ser realizada e aprovada no Conselho Universitário.

E temos dois pontos chaves: o primeiro deles é o comprometimento de fato da Reitoria com todo o seu peso, sem deserções, no apoio a esta proposta junto aos Diretores dos Institutos e Faculdades e com sua base de apoio, pois claro está que toda gestão conta com um grupo de professores e servidores (alunos talvez?) que dão

sustentação política no âmbito do Conselho Universitário. Mas acreditamos que a presença dos Diretores dos Colégios no CONSU, também contribuiria para as articulações necessárias à aprovação de recursos para o Cotuca. Além disso, não podemos descartar o papel que a própria comunidade do Cotuca poderia desempenhar para que este assunto entrasse na agenda de discussão da Universidade.

Ainda a considerar, se dez milhões de reais é um valor alto para o histórico de liberação de recursos, haja vista que nenhuma unidade conseguiu tal montante, poderia-se pensar num projeto que compreendesse três, quatro, até cinco anos para a sua execução. Como ponto de apoio a essa linha, caso de fato a Universidade começasse a construir as instalações do Cotuca no campus, ficaria mais palatável a obtenção de recursos externos, para a complementação das obras.

Dessa forma, a solução um tanto óbvia, de comunhão de esforços, poderia lograr êxito que tanto se espera.

4.1.2 O debate a respeito do Cotuca no campus universitário

A presença física do Colégio Técnico de Campinas no campus universitário suscita considerações relativas às diversas aspectos de interação do Colégio e sua comunidade com as demais unidades do campus, notamente Institutos e Faculdade, interação esta que pode impactar na(o):

- i) participação de professores dos Colégios em projetos e grupos de pesquisas existentes nos Institutos e Faculdades;
- ii) incentivo para a titulação dos professores;
- iii) utilização de infra-estrutura do campus, como laboratórios, oficinas, bibliotecas;
- iv) contribuição de professores dos Institutos e Faculdades ao projeto pedagógico do Colégio;
- iv) maior possibilidade de acesso aos alunos do Colégio para a realização de estágios e envolvimento em projetos de iniciação científica;
- v) convívio entre alunos colegiais com universitários

Acreditamos que à exceção deste último aspecto item listado, cujas manifestações variaram desde a não importância até a radicalização contrária ao convívio entre alunos colegiais e universitários, todos os demais aspectos não apresentaram questionamentos em relação a eventuais prejuízos que o Cotuca teria por estar no campus universitário, podendo ser indiferentes. A seguir

Para o professor Hermano Tavares

[...] Eu achava na época que eu fui Reitor e continuo achando que é absolutamente inadequado as instalações em que o COTUCA está abrigado hoje, particularmente porque elas são tombadas, é muito estranho você ter escola, que é uma coisa que tem que se colocar em dia com a modernidade de maneira incessante. Uma escola que instalada num prédio que é tombado, qualquer modificação que você vai fazer vira um drama lento de dificuldades que muitas vezes não conseguem ser superadas. Então, isso no meu ver é um erro fundamental. Segundo, é a exigüidade do espaço, quer dizer, naquele espaço eu estou convencido e acho que conseguimos fazer isso durante a minha gestão, houve um aumento importante de vagas na minha gestão. É importante que o Colégio ofereça maiores oportunidades a juventude brasileira e num espaço limitado é impossível fazer isso. Então você tinha que procurar uma maneira mais adequada de colocar o Colégio ao lado da UNICAMP, o correto era fazer uma construção dentro da UNICAMP.

Com relação à integração dos Cotuca junto à Universidade tivemos as seguintes manifestações:

Eu sei que muita gente não concorda com o que eu vou dizer, mas na minha visão você só vai conseguir uma integração maior dos colégios com a Universidade quando você chegar nisso, você tem que ter professores titulados, tempo integral e principalmente produção de pesquisa se não sempre vão considerar que estes professores são de segunda classe. Mas se você é professor é professor doutor pela engenharia mecânica, e dá aula de graduação, de pós-graduação e no colégio técnico você incorporou este colégio. Esta é minha visão. (José Martins Filho, Reitor UNICAMP 1990 a 1994, entrevista 17/12/2009).

Para o professor Carlos Brito, boa parte da comunidade não conhece bem os Colégios, e um dos motivos, para o caso do Colégio Técnico de Campinas é por existir uma barreira, ter um elemento de separação: o local, o Cotuca está fora do campus.

Eu acho que embora a comunidade da Unicamp valoriza a existência dos colégios técnicos entretanto talvez uma boa parte da comunidade não conheça bem os colegios e quando você fala na inserção dos colégios na vida da Unicamp tem um elemento que de separação, o fato do Cotuca estar em um local separado do campus então os estudantes do Colégio interagem pouco com a Unicamp.

Eu acho que a coisa mais central, a ação que faria mais efeito do ponto de vista para aumentar a vinculação entre os Colégios e a UNICAMP, eu acho com enormes benefícios para os estudantes dos Colégios, seria o Cotuca estar no campus da UNICAMP - Isso eu acho uma coisa que faria uma diferença enorme Teria todo tipo de oportunidade de relacionamentos, os estudantes poderiam freqüentar as bibliotecas das unidades, hoje pode, mas tem que pegar um ônibus e ir para o campus. Os professores do Colégio Técnico estariam muito mais pertos das unidades da UNICAMP, os professores da UNICAMP estariam convivendo mais com os estudantes dos Colégios Técnicos e estes poderiam com mais facilidades serem estagiários, bolsistas Acho que isso traria benefícios enormes para os Colégios, para o Cotuca em particular, pois o Cotil já esta no campus em Limeira, e aquele campus precisa se desenvolver mais, e esta se desenvolvendo, mas o Cotuca eu acho que sofre por ficar isolado do campus da UNICAMP. (Carlos H. da Cruz Brito, Reitor 2002 a 2005, entrevista 14/01/2010)

Para o professor Tadeu Jorge,

Bom, primeiramente eu penso que a integração deve ser feita do ponto de vista acadêmico, no uso de infra-estrutura. Eventualmente professores da universidade.

[...] O que deveria ocorrer de forma mais intensa é o relacionamento das Faculdades com a indicação dos técnicos nas áreas de atuação onde estão os profissionais oriundos da UNICAMP, nas empresas, nas instituições, não somente como estágio para a pesquisa acadêmica. Você vai enviesar completamente os alunos dos colégios para a área acadêmica e não creio que seja esse o propósito dos Colégios.

[...] A infraestrutura seria importante que os alunos do colégio tivessem mais contato com as instalações da Universidade, como

uma base de um aprendizado mais atualizado e eficiente. E nesse aspecto, o envolvimento dos docentes da Universidade junto com o Colégio, poderia também prestar uma contribuição importante na formação dos nossos técnicos.

Ainda em relação à pergunta anterior, acredita que seria conveniente (e possível) o envolvimento/contribuição de professores dos Institutos e Faculdades no projeto pedagógico dos Colégios?

Na entrevista realizada com o professor Carlos Vogt, este defendeu a interação entre os níveis de ensino médio e ensino superior, mas reconheceu que na prática isso não ocorre, explicando as razões, dentre elas, a visão corporativista:

Por razões que estão ligadas a uma visão corporativista que nós carregamos de uma maneira muito presente e muito forte Michel. Eu penso que a gente fala de interação e integração [...] No entanto, as universidades continuam com um modelo extremamente tracionais, quando eu digo a corporação, funcionam de maneira muito, digamos, compartimentada, [...] Então, você vive uma certa tensão e as dificuldades de interação não são apenas entre os Institutos e os Colégios, são na verdade entre os professores do próprio departamento, entre os departamentos.

Então, eu diria que é uma dificuldade de natureza cultural que precisaria efetivamente de uma política pública institucional da Universidade, das Reitorias que voltasse, focassem a questão de maneira sistemática criando metodologia de procedimento e comportamento, se não tem jeito.

Acreditamos que a proposta do professor Tadeu Jorge de criar uma coordenadoria para tratar dos Colégios Técnicos contemplaria o postulado pelo professor Carlos Vogt, acerca da necessidade de uma política pública institucional efetivada pelas Reitorias:

O envolvimento dos docentes da UNICAMP é muito baixo, mas conceitualmente deveria existir muito, mas para fazer isso deve haver uma articulação, pois nunca será induzido, imposto. A idéia, por exemplo, de ter uma coordenadoria que trate dos assuntos do Colégio, poderia ter esse papel político importante de fazer a articulação do Colégio com as Faculdades. (Tadeu Jorge)

O professor Archimedes nos informou que por duas vezes tentou obter recursos junto ao MEC para a construção das instalações do Cotuca no campus. Quando perguntado da relação do Cotuca com Institutos e Faculdades, respondeu:

Eu acho que a própria localização fora do campus da Universidade é que afasta um pouco isso, impossibilita ou dificulta, não impossibilita mas dificulta muito essa tentativa de aproximação. [...] a idéia era de trazer o Colegio Técnico, de construir dentro no campus da Universidade uma sede, um local uma infra-estrutura mínima necessária, isto aproximaria novamente tanto os Institutos e as Faculdades, aproximaria os alunos.. Não foi possível, infelizmente algumas limitações que não nos cabem, mas não foi possível não conseguimos, inclusive naquela época nos tínhamos a intenção de construir ao lado do CT, a onde esta a Nossa Caixa ..

Pode parecer que não, mas o acúmulo de atividades que os docentes têm aqui no campus, ele pensar em se deslocar, por mais que seja em Campinas, isso impacta, é a pura verdade, pura e simples.

Ao ser perguntado se seria conveniente uma aproximação dos docentes dos Institutos e Faculdades no projeto pedagógico dos Colégios:

Eu acho que sim, a maneira como o Colégio hoje esta institucionalizado, acho que deveria ter uma aproximação, não estou dizendo que não precisa contratar mais docente no cotuca, não é nada disso, mas precisa ter uma aproximação de docentes que estão capacitados para dar aulas no ensino médio com docentes dos institutos e faculdades que tem relação com os cursos que são ministrados no colégio técnico se não fica o distanciamento, acho que isso é uma falha que ocorre até o momento

Para o professor Roberto Teixeira Mendes, não existe uma relação orgânica entre os professores dos Colégios e a Universidade, sendo necessário discutir um projeto de futuro para os Colégios, e a presença física no campus seria importante:

Sim, da água para o vinho, a molecada vai ficar andando para lá e para cá, mas penso que o que falta para os Colégios é uma gestão pactuada: para onde vamos? Sentar com o Reitor, valorização da carreira, inserção na pesquisa, tratando com protocolos, não esperar um cenário melhor, construir o cenário. Acho que os Colégios ainda vivem um momento de distanciamento, como é a relação deles com a Universidade, os professores não tem tempo de nem pensar nisso, os professores trabalham, dão aulas e vão embora, não há essa organicidade do professor do Colégio Técnico com a Universidade

como tem nas outras áreas então isso dificuldade você criar planos de médio e longo prazo.

Outra questão apresentada para os entrevistados versou sobre a convivência dos alunos do Cotuca com alunos universitários no campus. E neste aspecto, para surpresa deste pesquisador, encontramos algumas respostas bastante críticas em relação à esta convivência.

Para o professor Tadeu Jorge,

Sim, eu acredito que haja uma preocupação com as faixas etárias, em misturar as diversas faixas etárias, com envolvimento precoce dos alunos dos colégios com temas bem mais adultos dos alunos do nível superior da universidade. Porém, isso se dá apenas do ponto de vista geográfico, pois é plenamente possível você ter o colégio no campus, permitindo uma integração maior dos alunos em momentos específicos, como a presença nos restaurantes, nas bibliotecas, como estágios nos laboratórios da universidade. A preocupação é mais no sentido de encontrar espaços adequados para se dar o processo pedagógico efetivo relacionado a cada etapa desse processo de ensino.

Quando perguntamos ao professor José Tomás Vieira Pereira²¹², aposentado da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP, tendo sido coordenador do curso Técnico em Mecânica do Cotuca no período de 1979 a 1986, ele nos apresentou duas respostas:

Do ponto de vista acadêmico, a experiência precisaria ser realizada, enriqueceria bastante. Já a convivência dos alunos do Colégio no campus, preocupa, pois os alunos são muito imaturos, se a sociedade fosse mais organizada, seria interessante. (José Tomás Vieira Pereira, FEM/UNICAMP, entrevista 10/01/2010)

O professor Tomás coloca ainda que seria importante ver as experiências que existem da relação alunos colegiais e alunos universitários.

²¹² O professor Tomás fez curso Técnico pelo SENAI, graduou-se em Engenharia Mecânica (1973), mestrado (1977) e doutorado (1985) e professor Titular (2001) sempre pela Faculdade de Engenharia da UNICAMP. Realizou um pós-doutoramento em 1998 pela Universidade da Flórida (EUA)

Outra voz que apresentou dúvidas nesta convivência foi o professor Celso Akira Nishibe,

Por outro lado, a ida do cotuca para o campus eu só questiono a questão da sua identidade como formador de alunos da faixa etária dos quatorze, quinze, aos vinte anos no diurno e a outra características dos cursos profissionalizantes que trazem alunos com espírito diferenciado dos alunos da graduação, então eu não sei se no ambiente da graduação qual seria o impacto disso.

Mas houve uma voz discordante e muito forte, a do professor Kil Jin Park²¹³ da Faculdade de Engenharia Agrícola, que foi coordenador do Curso Técnico em Tecnologia de Alimentos do Cotuca durante os anos 1980:

Sou totalmente contra a instalação do Cotuca no Campus. Os prós e contras são muitos, mas acho que o estrago que o ambiente Universitário pode causar aos adolescentes não compensa os possíveis ganhos... Ademais, o processo de integração exige mais do que o local de funcionamento. (Kil Jin Park, FEA e FEAGRI/UNICAMP e coordenador do curso Técnico em Tecnologia de Alimentos 1979 a 1982, entrevista 13/01/2010)²¹⁴.

Como pudemos ver no transcorrer deste Pilar VII, a mudança do Cotuca para o campus, apesar de ter sido defendida por maioria dos entrevistados, apresenta também posicionamentos contrários, via de regra, pela faixa etária dos alunos dos cursos técnicos do período diurno, geralmente na faixa dos 14 a 19 anos. A nosso ver, este não se constitui em um problema propriamente dito, ou ainda que não seja possível de resolvê-lo. Mas deixaremos para as Considerações Finais nosso posicionamento mais detalhado.

²¹³ O professor Kil é graduado pela Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP (1975), onde também realizou o seu mestrado (1977), doutor em Engenharia Mecânica, (1980) e professor Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola (1996), sempre pela UNICAMP e no regime de trabalho RDIDP.

²¹⁴ Realizamos entrevista com o professor Kil em 13 de janeiro e no mesmo dia ele nos respondeu um e-mail, cuja resposta encontra-se neste texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UNICAMP E OS SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dissemos no início deste trabalho, nos propusemos a analisar qual seria o projeto da Universidade Estadual de Campinas para os seus Colégios Técnicos, focando a relação institucional entre o Colégio Técnico de Campinas e a UNICAMP, desde a criação de ambos, em 1967, tomando como base, sete eixos, denominados, por nós de *Sete Pilares de Sustentação da Pesquisa*, ou simplesmente Pilares, pois conforme explicitados na apresentação nos possibilitam caracterizar e qualificar a relação COTUCA - UNICAMP e com base nisso, a análise desta relação ao longo do tempo para cada um destes Pilares.

Visando facilitar a nossa discussão, retomamos abaixo cada um dos sete Pilares:

Pilar I – Os Colégios Técnicos e sua importância relativa no âmbito da Universidade: institucional, orçamentária e academicamente.

Pilar II – O Colégio Técnico de Campinas na agenda de discussão da UNICAMP e sua inserção junto aos Institutos e Faculdades.

Pilar III – O relacionamento dos Colégios Técnicos com os órgãos estaduais de educação: há interesse na autonomia?

Pilar IV – A Carreira Magistério Secundário Técnico: fator primordial para a constituição dos Colégios Técnicos da UNICAMP.

Pilar V – O processo de escolha do Diretor dos Colégios Técnicos: o retardo programado.

Pilar VI – A implantação do órgão colegiado superior nos Colégios Técnicos da UNICAMP: um retardo pra lá de dez anos...

Pilar VII – O Cotuca e suas instalações na Rua Culto à Ciência - um problema insolúvel?

Resumidamente, os Pilares I, II e III foram desenvolvidos no Capítulo 2 – *O relacionamento da UNICAMP com seus Colégios Técnicos, um processo em constante mudança*, enquanto os Pilares IV, V e VI foram desenvolvidos no Capítulo 3 – *A institucionalização dos Colégios Técnicos da UNICAMP – um processo lento, contínuo e ainda presente*. E finalmente, no Capítulo 4, discorreremos sobre o *Pilar VII – O Cotuca e suas instalações na Rua Culto à Ciência – um problema insolúvel?*

O Pilar I diz respeito à forma de relacionamento e de vinculação dos Colégios no âmbito da UNICAMP, considerando não apenas a sua importância institucional (Lei de criação da UNICAMP, Estatutos, Regimentos, participação nos órgãos universitários), mas também no que tange aos recursos orçamentários que o Cotuca e o Cotil vêm fazendo jus ao longo do tempo, ou seja, como se deu a evolução de seus orçamentos comparativamente às demais unidades acadêmicas, Institutos e Faculdades.

E analisando os diversos aspectos que caracterizam o relacionamento da Universidade com os seus Colégios Técnicos, pudemos perceber que a partir de sua criação, estes perdiam ao longo do tempo, poder político e importância institucional, devido às alterações regimentais – implantação dos Estatutos (1969) e Regimento Geral (1974) – situação que perdurou por cerca de trinta anos. E, neste aspecto, os primeiros anos do novo século trouxeram um ganho significativo na vida dos Colégios Técnicos, pois conseguiram a possibilidade de ter representação docente no Conselho Universitário (em 1999), ao mesmo tempo em que, institucionalmente, participaram em iguais (ou quase) condições com as demais unidades acadêmicas das discussões do denominado Planejamento Estratégico Institucional – PEI/UNICAMP, implantado em 2000.

Se no início das discussões do PEI, o Cotuca e o Cotil (seus dirigentes) participaram por uma deliberalidade do Reitor, no decorrer das mesmas, e quando da institucionalização do próprio processo pelo CONSU, o que era um convite passou a ser regimental, estava lá não apenas consagrado numa deliberação, mas inculcada nas diversas forças políticas da Universidade que os Colégios Técnicos passariam, a partir daquele momento, a participar de algumas das discussões do Planejamento Estratégico da Universidade.

Para nós, assim como a Carreira MST se constituiu num marco na melhoria das condições de trabalho e salariais, a conquista da representação docente no Conselho Universitário e a participação dos Colégios Técnicos no Planejamento Estratégico Institucional constituíram-se na pedra angular para o início do reconhecimento do conjunto da Universidade que seus Colégios Técnicos não mais são um corpo estranho, mas, sim, elementos de constituição da própria Universidade. Não é possível deixar de reconhecer as mais de 1000 vagas oferecidas pelo Cotuca – 800 na Educação Profissional de Nível Médio e 280 no Ensino Médio e outras tantas pelo Cotel e a qualidade de ensino

Mas, é importante registrar que ainda se faz necessários outros avanços, como o assento dos Diretores dos Colégios Técnicos ao CONSU, não apenas como convidados que o são, mas com plenos direitos de voz e voto.

A nosso ver, a ausência dos Diretores do Cotuca e do Cotel no órgão máximo de deliberação universitária, o CONSU, tem maculado a relação da Universidade Estadual de Campinas com os seus Colégios Técnicos, pode ser muito forte o termo utilizado por nós, mas há de fato perdas desta ausência – dos oito ex-dirigentes universitários que entrevistamos (cinco Reitores e três Pró-Reitores da PREAC) apenas um não reconheceu a importância para os Colégios o assento no CONSU. Como amplamente discorrido, a lei de criação da UNICAMP contemplava a presença dos diretores dos Colégios Técnicos neste Conselho, situação alterada nos Estatutos de 1969, não modificada desde então.

Dessa forma, acreditamos que não basta aos Colégios Técnicos terem suas condições adequadas de funcionamento se não participarem das discussões dos rumos da Universidade ocorridas no CONSU, pois não se constituem como uma ilha – não podem desenvolver adequadamente o seu Projeto Político-Pedagógico sem vivenciar os erros, acertos, propostas diversas e divergentes das demais unidades acadêmicas, os Institutos e Faculdades. É necessário participar do jogo e da trama de poder que se constitui o Conselho Universitário. Para isso, é importante que as próprias comunidades do Cotuca e do Cotel entendam que a participação de seus Diretores não diz respeito apenas a estes, mas sim, se constitui em importância para os Colégios como um todo.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que os Colégios perdiam importância institucional, o mesmo não ocorria em termos orçamentários, do número de vagas, do

número de docentes: os Colégios cresceram mais do que outras unidades universitárias, considerando como marco de partida, o ano de 1989, devido à autonomia obtida pelas Universidades Estaduais Paulistas, dentre elas, a UNICAMP.

Ainda no âmbito deste Pilar I, outra forma de se ver a inserção dos Colégios junto à UNICAMP foi quanto à sua vinculação a uma determinada instância universitária – iniciou-se pelo Conselho Diretor, passando para a Coordenação Geral das Faculdades, depois para a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, para finalmente se estacionar na Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE, sendo o Pró-Reitor de Graduação o responsável junto a esta última. Ainda a considerar, em todas as normas produzidas pela Universidade, a palavra subordinação veio acompanhada aos Colégios Técnicos.

Ainda no que diz respeito à vinculação dos Colégios junto à Universidade, consideramos a novidade que foi a instituição da Comissão de Ensino Médio e Técnico – CEMT, criada em 2003, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, com o auspicioso objetivo de subsidiar a Universidade na sua política para os Colégios Técnicos, uma boa iniciativa da Reitoria da UNICAMP, na gestão do professor Carlos Brito. Mas, no entanto, após o levantamento que realizamos acerca dos trabalhos da CEMT – todas as suas reuniões realizadas e deliberações, já caminhando para o seu sétimo ano de existência, o que constatamos é que seu funcionamento tem sido incipiente, estando ainda em *fase de implantação*, um neologismo para explicar a falta de dinamismo que esta Comissão demonstrou entre 2005 a 2009.

Nas entrevistas realizadas com ex-Reitores e ex-Pró-Reitores, de um modo geral, a passagem dos Colégios Técnicos da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários para a Pró-Reitoria de Graduação foi bem aceita, dado o reconhecimento (com uma ou outra exceção) de que as atividades desenvolvidas pelo Cotuca e pelo Cotil são de Ensino e não de Extensão. Por este motivo, acreditamos que esta alteração foi, não apenas institucionalmente, mas também politicamente, um avanço, mas que, na prática não tem se configurado em vantagem esperada pelo simples motivo que a CEMT não realizou no período analisado as discussões de relevância, considerando, não apenas o ponto de vista deste pesquisador, mas o próprio embrião que a constituiu, seu marco institucional – Resolução GR No. 58/2003 e Resolução GR No. 09/2006,

principalmente esta última com a “finalidade de subsidiar a Universidade a respeito da política dos Colégios Técnicos”.

Dessa forma, a conclusão a que chegamos é que a CEMT, instaurada sob a guarda da Pró-Reitoria de Graduação, não apresentou neste período de vida, estrutura que suporte as suas necessidades para o funcionamento adequado: nos últimos cinco anos, a CEMT realizou apenas cinco reuniões, não produziu atas e ainda não há publicidade em seus atos. Nesse sentido, fica evidenciada a sua fragilidade operacional e a necessidade de se promover discussões para alterar tal quadro.

Dado este quadro, é de se perguntar: seria a CEMT realmente o órgão adequado para discutir os Colégios Técnicos? Ainda, teria a Pró-Reitoria de Graduação condições de lhe dar o abrigo necessário?

Mas, nova administração, novos dirigentes e renovam-se as possibilidades de uma nova trajetória – para 2010, o novo comando da CEMT estabeleceu um calendário de reuniões trimestrais, o que pode indicar sinais de mudanças, quer dizer, isso se realmente a Administração Central da Universidade tiver este entendimento, de que realmente se faz necessário repensar a forma de trabalho da CEMT, não apenas no que diz respeito ao seu calendário de reuniões, mas, também o escopo de suas discussões.

Mas, a despeito dos problemas apresentados, a conclusão a que chegamos é que a criação da CEMT foi um marco importante para o Cotuca e o Cofil, necessitando-se ser rediscutida para que possa cumprir, de fato, adequadamente o seu papel.

O Pilar II, também no âmbito do relacionamento da Universidade com seus Colégios Técnicos, tem o foco nas intervenções que a UNICAMP tem realizado buscando influir e alterar os rumos destas unidades de ensino médio e técnico. Em outras palavras, buscamos localizar eventos em que os Colégios Técnicos e em especial o Cotuca estiveram na *Agenda de Discussão da UNICAMP*, assim denominado por nós.

E após a análise de diversos documentos históricos (preciosidades bem guardadas no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da UNICAMP, SIARQ) anteriores à instalação da Universidade e dos Colégios Técnicos, concluímos que, se no início a Universidade queria “tomar conta” do Projeto Pedagógico dos Colégios, e um fato

bastante elucidativo foi o visto no item 2.2.2 – *A Diligência de 1969 promove a intervenção na direção do Cotuca: a Assessoria de Ensino passa a dar as cartas* – com o tempo, essa intenção foi-se diluindo de tal forma que os Colégios passaram a ter autonomia bastante considerável para o desenvolvimento de seus PPP – só não dizemos autonomia plena, pois as contratações dependem da autorização da Universidade – até 2003 quando foi criada a CEMT, conforme já discorrido.

Os documentos históricos acessados junto ao SIARQ – correspondências entre membros da Reitoria, processos administrativos e também atas de reuniões do Conselho Diretor da Universidade na gestão do professor Zeferino Vaz (1966 a 1978) e do professor Plínio Alves de Moraes (1978 a 1982) – nos permitiram concluir que o projeto da UNICAMP para os seus Colégios Técnicos previa que estas unidades funcionassem como um espelho de seus congêneres de nível superior, qual seja, as Faculdades de Engenharia de Campinas; de Tecnologia de Alimentos; e de Engenharia de Limeira. Resgatamos uma expressão do professor F.G.Brieger, Coordenador Geral da Universidade, escrita em 24 de abril de 1969, reproduzida abaixo, pois consideramos bastante elucidativa:

Finalmente, verifiquei que, tanto o Senhor Diretor da Faculdade de Tecnologia de Alimentos como o Senhor Coordenador do Curso de Engenharia Mecânica, não estão mantidos informados a respeito de qualquer aspecto das atividades do Colégio Técnico, apesar de que a vinculação entre os cursos desse Colégio com os Cursos Superiores representa a justificativa legal da existência do Colégio Técnico da Universidade. (Grifo nosso)

De fato, os três primeiros cursos técnicos oferecidos pelo Cotuca, em 1967 – Mecânica (Máquina e Motores), Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos – foram os mesmos do nível superior oferecidos pela Faculdade de Engenharia e Faculdade de Tecnologia de Alimentos. Mas a interação pouco existiu, limitando-se a professores e técnicos das Faculdades citadas e também do Centro de Computação e Centro de Tecnologia, assumir a função de Coordenadores de Cursos no Colégio Técnico de Campinas. Mas nem este fato, significou uma vinculação institucional entre o Cotuca e estas unidades, pois esta vinculação deu-se apenas no plano pessoal daquele professor que assumira tal cargo – as entrevistas que fizemos com os professores José Tomás

Vieria Pereira, e Anselmo Eduardo Diniz (ambos da Faculdade de Engenharia Mecânica) e também com Margareth Ortiz de Camargo (Centro de Computação) deixaram bem claro este fato.

É claro que toda unidade, os Institutos e as Faculdades, têm e prezam a sua autonomia, mas instâncias universitárias como a Comissão Central de Graduação, Comissão Central de Pós-Graduação e tantas outras mais, fazem com que o PPP de uma unidade, passe a ser conhecido e debatido pelas demais unidades, e, portanto, sujeito à interação com as demais, ao menos, teoricamente. Mas no caso dos Colégios Técnicos eles seguiam seus caminhos sem serem *incomodados*, o que se por um lado traz vantagens, por outro, perdem-se oportunidades pela ausência da interação, ainda mais com a competência existente nos Institutos e Faculdades da Universidade Estadual de Campinas.

Alguns eventos foram estudados neste Pilar II, dentre os quais destacamos, por exemplo, a tentativa realizada pela direção do Cotuca em 1973 de se integrar totalmente as atividades deste Colégio no âmbito da Universidade, com seus Institutos e Faculdades – uma proposta ousada, mas que, apesar do apoio político recebido da Reitoria, resultou num retumbante fracasso. E por que isso? A nosso ver, a despeito desta questão ser demasiadamente complexa, com diversos aspectos envolvendo-a, acreditamos que alguns pontos possam auxiliar na sua explicação, ou ainda, entender o porquê o Colégio Técnico de Campinas, como um todo, não está inserido de forma orgânica na Universidade – um pressuposto inicial de nosso trabalho e que acreditamos ter indicadores bastante fortes que o sustenta.

Mas passamos a analisar alguns aspectos: em primeiro lugar, a própria diferenciação entre o ensino superior (graduação e pós-graduação) e a educação básica (ensino médio e técnico) estabelece uma hierárquica bastante clara entre os dois níveis de ensino, a começar pela própria nomenclatura *superior* x *médio*. Mas estas características por si só não explicam a falta de integração do Cotuca (o ensino realizado) com Institutos e Faculdades, ao contrário, em uma Universidade como a UNICAMP, inovadora em diversos aspectos desde a sua criação, e um discurso bastante forte em defesa da interdisciplinaridade, a interação entre estas duas modalidades de ensino deveria ser pedra angular.

Outro ponto ainda relacionado a este aspecto diz respeito ao fato de não se realizar pesquisas nos Colégios Técnicos, maioria de seus professores não possuírem a titulação de mestre ou doutor, com pouca ou ainda nenhuma publicação, enfim, a meritocracia se fazendo presente uma vez mais, como se isso fosse, por si só, impedimento para a interação entre os Colégios e as Faculdades e Institutos da Universidade.

Mas outros fatores também têm concorrido para a dificuldade de interação COTUCA – UNICAMP, como por exemplo, a visão de alguns professores de que não seja adequada a convivência de alunos colegiais com alunos universitários, conforme pudemos apurar em algumas entrevistas. Na realidade esta restrição (interação dos alunos do Cotuca com alunos universitários) apareceu logo no início da criação do Cotuca, conforme tratado no item 2.2.1: *O episódio das aulas de Química em 1968: um indício de como se daria a (não) inserção do Cotuca no campus universitário*. Na maior parte das manifestações, esta restrição aparece na forma de preocupação, ou ainda como necessário estudar melhor assunto, tendo uma única manifestação de forma categórica à não ida do Cotuca para o campus universitário por conta do contato que se estabeleceria entre os alunos. Mas, registra-se, não é uma visão preponderante, colhemos também entrevistas com a visão oposta – os alunos do Cotuca seriam os grandes beneficiados com a mudança do Colégio para o campus.

O curioso é que na criação do Cotuca, em 1967, e durante três anos, até final de 1969, os seus alunos compartilharam as mesmas instalações com os alunos universitários, pois os cursos de Engenharia e de Exatas permaneceram neste período no prédio da Rua Culto à Ciência, 177, juntamente com a equipe dirigente da Universidade, incluindo o Reitor Zeferino Vaz. Ainda, alunos do curso de Mecânica, Enfermagem, de Alimentos e de Processamento de Dados (até 1985) freqüentam o campus para ter aulas e nunca tivemos conhecimento de algum problema relacionado a essa discussão. A nossa convicção é de que a despeito da necessidade de alguns cuidados, ou melhor, de um planejamento adequado (para o caso do Cotuca ir para o campus universitário), o contato dos alunos do Cotuca com universitários não traria maiores problemas, isso porque este contato já existe fora do ambiente do Colégio, isso pode ser evidenciado em eventos diversos e no convívio social entre os jovens.

Mas a falta de interação entre o Cotuca e demais unidades da Universidade, teria também uma explicação cultural, segundo alguns entrevistados, ou ainda fatores corporativos arraigados na comunidade universitária: a pouca ou nenhuma interação entre pares, até entre colegas de mesmo Departamento, seria uma característica da própria Universidade, não apenas relacionada aos Colégios Técnicos. Popularmente falando, *cada um por si*, situação que estaria se agravando nos últimos anos por conta de um novo paradigma acerca da necessidade de produção científica.

Por tudo que vimos e ouvimos, a integração dos Colégios Técnicos no âmbito universitário é um caminho que tem que ser trilhado, mas é bom que se diga que não pode depender apenas da boa vontade e iniciativa da Reitoria ou dos Institutos e das Faculdades, mas também (e talvez, sobretudo) da iniciativa dos Colégios em interagirem, buscar a integração com atividades de pesquisa, ou outros projetos desenvolvidos na Universidade. E aí é preciso saber: estariam os Colégios Técnicos, focando o Cotuca, interessados nesta aproximação, ou seria melhor a situação atual, sem grandes perspectivas, mas também sem grandes cobranças?

A nossa percepção é que existam posições em ambos os lados, mas uma coisa é certa, se pensarmos em uma maior inserção dos Colégios Técnicos no seio da Universidade, faz-se necessário discutir alguns aspectos, dentre eles, a carreira docente que apesar de excelente para as atividades docentes, de permitir a *boa aula*, não oferece as condições adequadas para a inserção dos professores em projetos de pesquisa, pelo simples fato de a carga didática ser de 20 a 28 aulas semanais (para o caso da jornada de 40 horas) tomarem demasiado tempo para as atividades de ensino.

Como podemos verificar, no que diz respeito à inserção do Colégio Técnico de Campinas junto à UNICAMP, diversos aspectos interferem nesta relação, mas acreditamos que a melhor forma de tratar esta questão é colocá-la em discussão, tornar-se objeto de interesse no âmbito da política universitária e a CEMT poderia ser o agente indutor desta questão.

Fechando o Capítulo 2, o Pilar III diz respeito ao relacionamento dos Colégios Técnicos com órgãos estaduais de educação, estudando alguns eventos nestes quarenta

anos, com objetivo de iluminar a seguinte questão: teria a Universidade interesse na autonomia em gerir os seus Colégios Técnicos?

Nas entrevistas que realizamos com os dirigentes universitários novamente a quase totalidade (uma única exceção) manifestou-se favoravelmente quanto à adoção por parte da Universidade, do instrumento denominado Supervisão Delegada, o que permitiria à UNICAMP ter plena autonomia em relação aos seus Colégios Técnicos. O posicionamento de nossos os dirigentes está relacionado à autonomia universitária conquistada em 1989, que trouxe crescimento e melhorias em diversos indicadores desde então. Assim, o argumento utilizado pode ser assim sintetizado: se podemos ter autonomia em relação aos Institutos, Faculdades, Centros, graduação, pós-graduação, por que não em relação aos Colégios Técnicos? Já demonstramos competência. No entanto, apesar desta visão, nestes quarenta anos, efetivamente a Universidade não realizou movimentos que indicassem esta disposição.

Por outro lado, neste mesmo período, a Universidade demonstrou que não abriria mão de ter o Colégio Técnico de Campinas e de Limeira sob a sua guarda, pode parecer contraditório, mas não o é – após a criação, em 1967, do Cotuca e do Cotel, foi criado o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (inicialmente não homenageava o engenheiro Paula Souza), em 1969, e paulatinamente este Centro foi crescendo e ganhando importância, contando com mais de cento e cinquenta unidades entre Escolas Técnicas e Faculdades de Tecnologia em 2010, e apesar deste crescimento, e a vocação de abarcar toda a forma de educação profissional no âmbito do Estado de São Paulo, a UNICAMP não abriu mão de seus Colégios Técnicos. A que se considerar que politicamente, o Cotuca e o Cotel sempre trouxeram retorno para a Universidade pois a procura de jovens e adultos para ocupar seus bancos escolares e o desempenho destes Colégios em diversos *rankings* educacionais (ENEM, Olimpíadas educacionais diversas) não podem ser ignorados.

A conclusão que chegamos é que existem, sim, vantagens em se ter a autonomia, pelo instrumento de Supervisão Delegada, cujos ganhos não adviriam apenas da flexibilidade, e maior agilidade para as atividades educacionais: a própria estruturação orgânica necessária para a obtenção deste instrumento faria com que, necessariamente, houvesse uma maior discussão acerca da política universitária para os Colégios Técnicos,

o que acreditamos revigoraria a CEMT; as discussões seriam levadas ao Conselho Universitário, com ganhos para a inserção do Cotuca e do Cotil junto à Universidade. Acreditamos que, neste caso, as comunidades dos dois Colégios, seus Diretores e órgãos colegiados podem, e deveriam influenciar a velocidade e os rumos desta discussão, comprometendo a Administração Central com a sua consecução, desde que, tiverem interesse na conquista desta autonomia.

Os próximos três Pilares, IV, V e VI, dizem respeito ao processo de institucionalização dos Colégios Técnicos da UNICAMP, e à exceção da carreira docente, que tratamos conjuntamente Cotil e Cotuca, o processo de escolha de diretores e a implantação do órgão colegiado, foram tratados para o Colégio Técnico de Campinas.

Como já discurremos, a gênese dos três pilares da institucionalização dos Colégios Técnicos foi a mesma dando-se com uma tímida mobilização do início dos anos 1980, na busca de melhorias salariais, uma vez que os valores da hora-aula recebida pelos professores dos Colégios era próximo aos dos professores da Rede Estadual de Educação, sendo em alguns períodos menores, qual seja, uma situação salarial muito ruim.

Como já visto, em 1980, os Colégios Técnicos e o Cotuca em especial, ficaram demasiadamente expostos no Conselho Diretor da Universidade, trazendo à tona a degradação em que se encontravam, não apenas acerca dos baixíssimos salários, mas também, instalações físicas inadequadas, laboratórios obsoletos e a condição de professores horistas, sem nenhum incentivo para a sua qualificação e desenvolvimento adequado do trabalho docente. Acreditamos que essa situação (os termos *lastimável* e *catastrófica* foram utilizados alguns vezes no Conselho Diretor) facilitou a sensibilização da Administração Central quanto ao atendimento da revisão do valor da hora-aula nos anos seguintes e até mesmo para a implantação de uma carreira específica para os Colégios Técnicos – Professor Nível Técnico, ocorrida em fins de 1984. Outra forma de se perceber o termo sensibilização é que a Administração Central se viu obrigada a tomar alguma providência, como de fato ocorrera com a implantação da carreira do Professor NT, que propiciou pequenos ganhos salariais, principalmente aos professores com maior tempo de Universidade, mas ainda na condição de professores horistas. Mas esta carreira, como bem disse o professor José Roberto Sundfeld, à época diretor do Cotuca,

foi dada pela Administração Central da Universidade, não foi uma conquista dos professores dos dois Colégios, que estaria por vir.

Em fins de 1985, a mobilização dos professores do Cotuca e do Cotil para revisão da carreira do Professor NT, agora com o determinante apoio da Associação dos Docentes – ADUNICAMP levou, naturalmente, à discussão de uma nova carreira, sendo proposta para a Administração da Universidade uma agenda constituída de três elementos fundamentais para seus processos de institucionalização: carreira docente, participação na escolha de seus dirigentes e órgão colegiado deliberativo. Assim, no final de 1986, os Colégios Técnicos apresentaram uma proposta de carreira docente configurada à sua realidade educacional, mas, condizente com os padrões acadêmicos da Universidade, cujas negociações com a Reitoria acabaram na constituição e implantação da carreira Professor do Magistério Secundário Técnico, ou simplesmente a Carreira MST, em 1987, com a eliminação da condição de professores horistas e introdução de jornadas de trabalho (10, 20, 30 e 40 horas semanais), tempo para desenvolvimento do trabalho docente, valorização salarial e critérios objetivos de crescimento profissional.

Ao longo de mais de vinte anos, ocorreram vários melhoramentos na Carreira MST, atingindo, no final de 2009, um estágio bastante bom em diversos aspectos, dentre eles: salariais, condições de trabalho docente, normas para progressão, ingresso na carreira e na situação previdenciária.

No entanto, no que diz respeito ao processo de titulação do professor e principalmente à possibilidade deste participar de projetos de pesquisas, a Carreira MST não apresenta as melhores condições: a carga didática máxima prevista, de setenta por cento da jornada de trabalho, dificulta um maior envolvimento dos professores que não seja o do trabalho docente em sala de aula e demais atividades específicas à docência em si.

No caso do Cotuca, em média, trabalha-se com sessenta por cento para carga didática, mas mesmo esse valor foi considerado alto por todos os entrevistados – professores que participaram da elaboração da Carreira MST, bem como os Diretores do Cotuca e do Cotil. Podemos dizer que o valor consensual, ou próximo a isso, foi o de

cinquenta por cento da jornada para carga didática, o que, aliás, era o que constava na proposta elaborada pelos professores em 1986, e também o defendido historicamente por entidades docentes representativas e por diversos educadores.

É indubitável que o processo de discussão, implantação e consolidação da Carreira MST, entre 1986 e 1988, mudaram a história do Colégio Técnico de Campinas e do Colégio Técnico de Limeira, garantindo-lhes não apenas a sobrevivência no âmbito da Universidade Estadual de Campinas, que por vezes chegou a ser ameaçada, mas dotando-os de instrumento básico da manutenção de seu corpo docente, devido aos fatores já mencionados.

No caso específico do Cotuca, havia uma rotatividade muito grande de professores dos cursos técnicos, notadamente, no de Eletrotécnica, Processamento de Dados e de Mecânica, sendo este último o exemplo notório, onde alunos do quarto e quinto anos da Faculdade de Engenharia Mecânica da UNICAMP se revejavam para ministrar aulas e, a despeito do alto conhecimento técnico que estes alunos/professores carregavam para os alunos do Cotuca, o simples vai e vem, ou as constantes trocas de professores a cada novo estágio ou novo emprego causavam um grande estrago na continuidade do processo de ensino e de aprendizagem. Relato bastante rico foi o do professor Anselmo Eduardo Diniz, Diretor da Faculdade de Engenharia Mecânica/UNICAMP (2006 – 2010) que vivenciou a condição de aluno do curso Técnico em Mecânica do Cotuca nos anos 1970, e de coordenador deste mesmo curso por quase três anos no final da década de 1980, para ele, “a carreira significou o divisor de águas”.

A Carreira MST ao garantir melhores condições salariais e de trabalho (tempo remunerado para a qualificação, preparação de aulas, a participação nas atividades administrativas dos colégios, enfim, atividades inerentes ao trabalho docente) possibilitou a fixação do corpo docente e isso foi e tem sido fundamental para os dois Colégios Técnicos, revertendo-se na melhoria do ensino praticado por ambos.

Finalizando nossa análise acerca da Carreira MST, destacamos o importante papel da Administração Central da Universidade, coordenada pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que assumiu a bandeira dos Colégios por uma nova carreira, mas acreditamos que mais importante ainda para a conquista desta carreira, foi a

mobilização dos professores do Cotuca e do Cotil com o determinante apoio da ADUNICAMP.

Dessa forma, a nosso ver, corroborado pelos nossos colegas que participaram deste processo, ao contrário da Carreira do Professor Nível Técnico, “que foi dada pela Universidade”, a Carreira MST foi uma conquista dos professores do Cotuca e do Cotil – a sua união e mobilização foi decisiva, sensibilizando ainda mais a Administração Central da Universidade em colocar em sua agenda política.

Com relação ao segundo ponto da institucionalização dos Colégios, tratados no Pilar V, a demanda para que a escolha do Diretor do Cotuca e do Cotil deixasse de ser prerrogativa exclusiva do Reitor e passasse por um processo de consulta com a participação de toda comunidade, professores, servidores e alunos nos mesmos moldes dos Institutos e Faculdades, foi apresentada para a Reitoria em 1986, quando foi entregue a proposta de carreira docente. Naquela época, foi solicitado ao Reitor para que a sua designação para a direção dos dois Colégios fosse temporária até que se marcasse o processo de consulta à comunidade. No entanto, a Administração Central da Universidade ignorou por completo a reivindicação de ambos os Colégios – esta consulta somente foi instituída no final de 1990, mais de quatro anos após a implantação da Carreira MST.

Temos plena convicção de que a Administração Central da Universidade trabalhou com o *timing* adequado para que, após o processo de consulta, os novos ocupantes mantivessem o *status quo* – pessoas politicamente próximas a ela, o que não é em absoluto ilegal, mas questionável do ponto de vista de quem trabalhava com a perspectiva do avanço institucional dos dois Colégios o quanto antes. Vale lembrar que a própria Universidade teve a sua institucionalização retardada por conta do estilo centralizador de seu criador, o professor Zeferino Vaz, que exerceu com suserania a Reitoria da UNICAMP até 1978, mas no ano de 1986, a escolha dos diretores de todos os Institutos e Faculdades já há muito ocorria com a participação de suas comunidades, e por que não a extensão aos Colégios Técnicos?

Em outras palavras, o processo de escolha dos Diretores com a participação da comunidade foi postergado em, pelo menos, quatro anos por conveniência da

Administração Central em garantir que representantes de sua confiança tivessem a possibilidade de ocupar o cargo, adiando-se por pelo menos uma gestão, pelo sabor da construção de poder político dos novos gestores da Universidade.

Ainda com relação à direção dos Colégios, desde o primeiro Regimento Escolar, comum ao Cotuca e ao Cotel, de 1970, até 1998, apenas professores com formação em Pedagogia e Habilitação em Administração Escolar poderiam, legalmente, ocupar o cargo de Diretor. Em 1995 a direção do Colégio Técnico de Campinas promoveu discussões com os professores e com os servidores visando a alteração do Regimento Escolar, encaminhando para a PREAC em 1996 para ser aprovado pelo CONSU. Após a tramitação nas instâncias universitárias e idas e vindas ao Conselho Estadual de Educação, em maio de 1998, o Cotuca teve aprovado o seu Regimento Escolar, independente de seu co-irmão de Limeira. E no que tange à direção do Colégio, o novo Regimento suprimiu a obrigatoriedade na formação em Pedagogia que persistiu por pouco mais de trinta anos, sendo naquele mesmo ano, em outubro de 1998, tomou posse o primeiro Diretor do Cotuca que não possuía formação em Pedagogia, mas sim em Engenharia, situação que se repetiu com os dois próximos diretores. Dessa forma, o processo de escolha para o cargo de Direção do Colégio Técnico de Campinas ficou aberto a todos os docentes, ampliando sobremaneira as possibilidades de participação, antes restrita a não mais do que meia dúzia de docentes, o mesmo ocorrendo com o Colégio Técnico de Limeira.

Resumidamente, o Cotuca teve até janeiro de 2010, onze diretores, sendo seis deles designados pelo Reitor, até 1990 e a partir deste ano, cinco diretores escolhidos pela comunidade do Colégio nos mesmos moldes das demais unidades acadêmicas da Universidade, com a ponderação de 3/5, 1/5 e 1/5 respectivamente para professores, servidores e alunos.

O Pilar VI tratou do terceiro ponto de institucionalização dos Colégios Técnicos, qual seja, a instituição do órgão colegiado e neste caso a situação foi ainda pior, pois o órgão colegiado deliberativo, o Conselho do Colégio, somente foi implantado no final de 1998, mais de dez anos após a implantação da carreira MST e oito anos após a participação da comunidade para a escolha do Diretor.

Se para a escolha do Diretor dos Colégios havia, por parte da Reitoria, um interesse concreto no retardamento do processo, o mesmo podemos dizer em relação à implantação para o caso do órgão colegiado, no período de 1986 a 1994, devido à possibilidade de “boicote” que existiria em relação à direção do Cotuca, ficando esta reivindicação engavetada por cerca de oito anos. A implantação do órgão colegiado deliberativo nos Colégios Técnicos, ao contrário da carreira docente, não traria nenhum tipo de despesa para a Universidade, e a proposta que os Colégios encaminharam à Reitoria, ainda em 1986, a denominação utilizada, Conselho de Escola, foi a mesma que a Lei Estadual Complementar No. 375/84, já havia consagrado para as escolas estaduais paulistas, desde 1984. Ou seja, havia base legal semi-pronta, questão apenas de adaptação e, ademais, criar os órgãos deliberativos dos Colégios, a nosso ver, seria uma questão obrigatória para as Reitorias que sucederam a do professor Pinotti (1982 – 1986), uma vez que a Universidade encontrava-se aceleradamente num processo de institucionalização.

Voltando agora ao nosso questionamento, do por que tanta demora em implantar o órgão colegiado nos Colégios Técnicos, quando, ao que pareciam diversos fatores conspirariam a seu favor? Em primeiro lugar, houve a manifestação de interesse por parte dos professores dos dois Colégios, desde o início das discussões da carreira docente, reiterada diversas vezes. Outro ponto a considerar, é que institucionalmente, o Conselho de Escola já existia no âmbito da educação de ensino médio, nas escolas estaduais paulistas, em 1984, implantado justamente na gestão do então Secretário Estadual de Educação, Paulo Renato Costa Souza, que se tornara Reitor da UNICAMP, em 1986.

Nas entrevistas que realizamos todos os Diretores que dirigiram o Colégio Técnico de Campinas, ainda sem a implantação do Conselho do Colégio, manifestaram-se favoravelmente a este órgão, mas como argumento utilizado é que lhes faltavam apoio e conhecimento quanto à sua implantação. Mas um outro ex-Diretor apesar de também manifestar-se favoravelmente ao Conselho, nos relatou textualmente que se ele implantasse o Conselho durante a sua gestão, este órgão seria utilizado pela oposição para boicotar as profundas mudanças que eram necessárias e que foram realizadas por ele.

Não nos cabe emitir juízo de valor às ações de outros colegas, mas do ponto de vista da institucionalização dos Colégios Técnicos foi um retardo fenomenal, ao menos de oito anos. Porém, acreditamos que a Administração Central da Universidade tem a sua cota de responsabilidade por este retardo na implantação do Conselho dos Colégios, pois como órgão gestor da Universidade tinha a responsabilidade de cuidar para que a institucionalização ocorresse independentemente da conveniência das direções, se não a fez é porque apoiava a não implantação do órgão colegiado nos Colégios Técnicos.

Existem diversas formas para se fomentar a realização de alterações regimentais de uma unidade como são os Colégios Técnicos, quer pela imposição de uma nova legislação, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação; quer por vontade própria, projeto político da administração da Universidade que tem o poder de fato; quer por um projeto político da direção do Colégio; quer por pressão política dos professores dos Colégios ou por uma conjunção desses fatores.

No caso do Conselho do Colégio e a escolha de Diretor, ambos faziam parte dos planos dos professores quando de sua mobilização pela carreira docente – desde o início, a pauta de reivindicação continha os três pontos, mas os dois primeiros foram perdendo ímpeto, quando da implantação da Carreira MST em 1987, que por sinal demandou um ano a mais de mobilização dos professores para que efetivamente se garantissem os benefícios ao longo do tempo, pela amarração à carreira dos docentes universitários.

Por outro lado, alterações regimentais não são fáceis de ser realizadas no âmbito da Universidade – além de um texto consistente e correto do ponto de vista das normas legais, precisam ser aprovadas e homologadas em órgãos colegiados vinculados ao Conselho Universitário e isso, por si só, demanda não apenas o apoio das direções dos Colégios como também o apoio da Administração da Universidade.

Mas, por outro lado não se pode colocar a responsabilidade apenas nas direções dos Colégios e na Administração Central da Universidade embora esta, esteja hierarquicamente num patamar bem acima de outros atores políticos, pois raciocinar desta forma, seria o equivalente a aceitar que estes avanços fossem obtidos como presentes e não de fato conquistados, como fora a Carreira MST.

Assim, consideramos que não apenas a Reitoria tem a responsabilidade de pensar os a política para os Colégios Técnicos, mas, sim, o conjunto da Universidade – neste caso representado pelo seu órgão de deliberação máxima, o Conselho Universitário. Acreditamos que o Conselho Diretor (e depois o Conselho Universitário) nunca teve um projeto definido para os Colégios Técnicos, agindo, via de regra, em reação à proposta da Reitoria em exercício. Desta forma, o órgão máximo de deliberação da Universidade não conseguiu perceber (e se posicionar) que duas unidades acadêmicas, após mais de vinte anos de existência, ainda tinham seus dirigentes máximos indicados pela vontade do Reitor e, pior ainda, chegaram aos trinta anos sem possuir o instrumento mais elementar das tradições universitárias, a sua congregação, seu órgão colegiado, que, minimamente, permite a participação da comunidade em seus desígnios.

E por que isto acontecia? Porque os Colégios Técnicos eram uma espécie de corpos estranhos na estrutura universitária – a distância não se resumia apenas às suas localizações geográficas – o Cotil em Limeira e o Cotuca no centro da cidade de Campinas - embora este fator contribuísse para o desconhecimento por grande parte da comunidade universitária de sua vivência e, até mesmo, de sua existência.

Num primeiro momento esta distância também se manifestava no questionamento se o Ensino Técnico deveria merecer atenção de uma Universidade moderna como a UNICAMP e até onde pudemos depreender no período de criação e primeiros anos de existência da Universidade, a manutenção desta modalidade de ensino e dos próprios Colégios, deveu-se à determinação do professor Zeferino Vaz, pela análise de documentos históricos e depoimentos de professores que vivenciaram este período. Neste primeiro momento, a Universidade chegou a intervir, o que para nós, pela forma como se deu a intervenção, significava que existia a preocupação de que os Colégios tivessem como rumo os caminhos que a UNICAMP vinha trilhando. Em outras palavras, existia um projeto da Universidade para os seus Colégios Técnicos, ainda que este projeto estivesse na cabeça de poucas pessoas – a UNICAMP estava se formando, ainda não constituía massa crítica e isto acarretou problemas, pois após a saída do Reitor Zeferino Vaz os Colégios ficaram *órfãos*.

Na seqüência, esta distância tomou a forma do esquecimento, tudo bem, os Colégios Técnicos existem, mas os deixamos *lá longe num lugar tão distante* que não nos possamos ser lembrados (e incomodados) com a sua existência. Arriscamos dizer, esta distância chegou às vias do abandono em fins da década de 1970 e início dos anos 1980. Entretanto, uma crise interna muito grave no Colégio Técnico de Campinas, que perdurou durante todo o ano de 1980 e que o levou às manchetes dos jornais da cidade, expôs o bom nome da UNICAMP e do Conselho Diretor. Boa parte de sua representação docente questionou a forma com que a Universidade havia demitido oito professores do Cotuca, o que acabou por promover a consciência das péssimas condições de trabalho, salariais, sem o mínimo de instalações para o desenvolvimento de ensino digno da qualidade UNICAMP. Constatou-se que a Universidade havia abandonado o Colégio Técnico de Campinas e as propostas de membros do Conselho Diretor para que a Reitoria interviesse com um projeto que pudesse dotar os Colégios de condições mínimas de existência, naufragou. Ao que pudemos constatar, a crise foi contornada pelo tempo, mas a inércia da Administração da Universidade, sua falta de vontade política e de um projeto para os Colégios Técnicos permaneceram, pouco se fazendo.

Após atingir o fundo do poço no início da década de 1980, os Colégios começaram a ter uma maior atenção dos gestores universitários, ao mesmo tempo em que se iniciou um movimento, ainda que tímido, de mobilização dos professores motivados por uma situação salarial aviltante, piores que a horrível situação dos professores da rede estadual de educação, isto em plena Universidade Estadual de Campinas. Entre 1983 e 1984, foi gestada e instituída uma carreira específica para os Colégios Técnicos e, ainda que não fosse a idealizada, não resolvesse os principais problemas - salariais, condições de trabalho, valorização da formação acadêmica – existia, de fato, um instrumento específico para o Ensino Técnico.

No que tange aos outros dois pilares da institucionalização dos Colégios, o conjunto da Universidade não se mostrou interessado o suficiente para que ocorressem num tempo adequado e possível a partir da agenda disparada pelos Colégios, retardando desnecessariamente o caminhar com as próprias pernas e o próprio aprendizado que isso representa. Mas não podemos deixar de reconhecer o esmorecimento da comunidade dos Colégios, leiam-se, os professores, para a obtenção destas duas novas conquistas,

pois que a conquista da Carreira MST havia solucionado o problema de cada um de nós, posto que este pesquisador também é parte integrante do corpo docente, e com isso, ficaram adormecidas as lutas para maior participação, como para escolha do Diretor e do órgão colegiado deliberativo.

Assim, se as alterações regimentais não foram consubstanciadas num tempo *passível de razoabilidade*, é porque, de fato, houve a conjunção de fatores. De um lado, uns não tinham lá tanto interesse em permitir aquilo que o outro lado já não tinha mais tanto desejo em conseguir - a satisfação financeira propiciada pela Carreira MST arrefeceu os interesses dos professores pelas demais etapas do processo de institucionalização. Ao mesmo tempo, permitiu à Administração da Universidade considerar que já havia realizado um grande feito no processo de institucionalização dos Colégios Técnicos com a instituição da Carreira MST.

Em suma, considerando o lado dos professores, que mantiveram a mobilização todo o tempo para a conquista da carreira docente, o mesmo não aconteceu em relação ao órgão colegiado e à escolha da direção. Isso quer dizer, então, que se os professores tivessem mantido a mobilização, as duas outras etapas teriam sido conquistadas na mesma época da carreira, conforme cronograma estabelecido pela própria Reitoria?

Não creio que seja possível responder com razoável grau de certeza, mas nossa percepção é que dificilmente conseguiríamos, pois para a escolha do Diretor havia um calendário próprio da Reitoria na construção de apoio para que seus aliados pudessem disputar com segurança o projeto junto à comunidade dos Colégios. Já em relação ao órgão colegiado, não estava no horizonte imediato nem da Reitoria, nem das direções dos Colégios, mas não podemos descartar o poder que uma mobilização forte da comunidade dos Colégios (professores, funcionários e alunos) teria em relação a este último ponto, a instalação do órgão colegiado deliberativo.

Finalizando nossa análise quanto à institucionalização dos Colégios, o órgão colegiado foi novamente pautado na agenda dos Colégios Técnicos quando houve a mudança da direção do Cotuca, em final de 1994 – com um processo interno de mobilização, organizado e comandado pela nova direção, envolveu as chefias de

Departamentos e os respectivos professores, ganhando corpo (propostas concretas e texto no formato de artigos) e legitimidade. A forma como se desenvolveu o processo internamente, facilitou a articulação da direção do Colégio junto à administração central da Universidade, notadamente a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, que passou a dar o apoio político junto às instâncias superiores da Universidade para a mudança institucional, no caso, a aprovação do novo Regimento Escolar. Mas este novo Regimento não apenas criou o Conselho do Colégio, mas fez outras alterações, algumas importantes, tais como, os requisitos para a ocupação do cargo de Diretor Geral do Cotuca, possibilitando que todo docente tivesse a possibilidade de ocupar o cargo máximo, democratizando sobremaneira este processo, que lembremos, por mais de 20 anos, constituía-se em prerrogativa exclusiva do Reitor da Universidade.

Mas a existência dos Colégios Técnicos no seio da UNICAMP vai muito além dos três pilares de sua institucionalização – carreira docente, órgão colegiado e escolha de seus dirigentes – passa pela relação entre os Colégios e a própria Universidade, em que condições este relacionamento se pauta: de subordinação, tutela ou autonomia?

O último aspecto analisado nesta pesquisa, consubstanciado no Pilar VII, versou a respeito das instalações do Cotuca fora do campus universitário, cuja ausência foi assumida como prejudicial ao seu pleno desenvolvimento, tornando-se uma barreira real à integração deste Colégio com as demais unidades universitárias, como os Institutos e Faculdades.

Para desenvolver este Pilar VII procuramos respostas às seguintes perguntas: Como dirigentes da Universidade e do Colégio percebem a ida do Cotuca para o campus universitário? Ainda, existe (tem existido) interesse da UNICAMP para que isso ocorra? E quanto à comunidade do Cotuca?

Nas manifestações de Ex-Reitores, Ex-Pró-Reitores da PREAC, e de professores universitários que exerceram a função de Coordenadores no Cotuca, de forma bastante significativa, com uma exceção, o Cotuca se beneficiaria caso estivesse instalado no campus, pois poderia ter uma maior interação com Institutos e Faculdades, notadamente em áreas afins, como as Engenharias, o Instituto de Computação bem como a área de Saúde, curso de Enfermagem. Mas não podemos nos esquecer da possibilidade

destes benefícios também se estenderem às áreas de formação básica –Matemática, Física, Química, Biologia e Ciências Humanas, além da própria Faculdade de Educação no desenvolvimento de metodologias de ensino, projetos interdisciplinares, gestão escolar, enfim, as possibilidades seriam muito grandes.

O ganho que se obteria com o Colégio Técnico de Campinas no campus universitário: a possibilidade de melhor compartilhar instalações principalmente com Faculdades e Institutos; a participação de professores do Colégio em projetos de pesquisas, o mesmo ocorrendo com alunos; o uso de bibliotecas; a maior possibilidade de participação de eventos científicos, grupos de discussões, enfim, foram muitas as vantagens citadas, com as quais concordamos plenamente. Sem contar ainda, que as instalações do Cotuca estão há muito tempo comprometidas, num prédio tombado pelo CONDEPHAAT Campinas e que não permitem mais expansão alguma, não atendendo nem mesmo à dimensão atual do Colégio.

Com relação à vontade política existente nas diversas Reitorias da Universidade em levar o Cotuca para o campus, as opiniões foram divididas: em geral, os Ex-Reitores colocaram que havia tido esta vontade política, ao menos em sua gestão, enquanto os três Ex-Pró-Reitores opinaram que teria faltado sim vontade política. Claro está que existe uma subjetividade bastante considerável quando se trata em discutir acerca do conceito de vontade política de uma Administração da Universidade, pois as decisões acerca da distribuição orçamentária dependem não apenas do Reitor e sua equipe, mas também do CONSU, com toda gama de representação dos diversos segmentos da Universidade. E aí, novas discussões se oferecem acerca de quão influência um Reitor exerce no conjunto do Conselho Universitário.

O que pudemos apurar com as entrevistas, é que as últimas cinco Reitorias buscaram recursos externos para resolver este problema (para nós é um problema) sem, no entanto, obter sucesso – a que mais se aproximou foi a gestão do professor Hermano Tavares com a assinatura de um Convênio com o MEC/PROEP em 2002, valores na casa dos quatro milhões de reais a fundo perdido, que, na visão dos Reitores que o sucederam, não consubstanciado devido a troca de Governo Federal ocorrida em 2003.

Algumas manifestações foram acompanhadas da observação que a ida do Cotuca para o campus, requer valores em torno de dez milhões de reais (base 2010) e que nenhuma outra unidade havia obtido recursos dessa magnitude na história recente da Universidade. E aí, a questão, passa a tratar-se não mais de vontade política, mas sim de prioridades de investimento, ou seja, existe vontade política para levar o Cotuca para o campus, no entanto, existem outras prioridades mais urgentes ou relevantes.

A busca por recursos externos não deve ser cessada, mas fincar a estratégia da Universidade apenas nesta linha não deu resultados nos últimos quize anos, desde a gestão do professor José Martins Filho (1994 – 1998). Acreditamos ainda, se Universidade tomar a iniciativa de contruir o prédio do Cotuca e iniciar, de fato, a sua construção com recursos próprios, poderia mais facilmente obter recursos externos para a sua finalização.

Acreditamos que a ida do Cotuca para o campus universitário é imperiosa para que este Colégio possa desenvolver-se em todas as suas plenitudes, com possibilidades de expandir sua atuação na formação profissional e básica, com a abertura de novos cursos, novas vagas, além de todas as vantagens, já citadas, advindas desta mudança. Ainda que os recursos necessários para tal empreitada sejam considerados grandiosos para os padrões praticados na Universidade Estadual de Campinas, esta teria que tomar sim uma decisão política de efetua-la, mesmo considerando um período de três, quatro ou cinco anos para a sua efetivação. O cálculo não pode ser apenas numérico, mas também político, pois todas as outras unidades conseguiram ou estão em vias de conseguir o seu abrigo e colocar recursos para o prédio do Cotuca, seria apenas uma espécie de resgate histórico, bastante tardio, diga-se de passagem.

A nosso ver, após todos estes anos de buscas por recursos externos caberia à Reitoria a iniciativa para apresentar e sustentar esta discussão junto ao Conselho Universitário.

A pesquisa ainda procurou estabelecer a importância dos diversos atores no desenvolvimento destes Pilares – Administração Central da Universidade (as Reitorias), os Diretores dos Colégios, suas comunidades (professores, funcionários, alunos), entidades sindicais.

Em termos de atores políticos capazes de influenciar os rumos de um determinado movimento, destacaríamos cinco: i) Reitoria; ii) Conselho Universitário; iii) Diretores dos Colégios; iv) conjunto de professores (e seus representantes); e v) entidade sindical - a Adunicamp - que atuou em consonância às reivindicações dos professores dos Colégios. A nosso ver, a Reitoria seria o único ator capaz de sozinho, produzir uma determinada alteração regimental e dispor ainda do poder de veto – os outros quatro atores necessitam uma conjunção de esforços para ter força suficiente de pautar uma determinada negociação visando a consecução de uma alteração específica, quer de natureza regimental, orçamentária ou ainda de política universitária.

E após todo este percurso histórico analisando mais de quarenta anos, o que pudemos constatar ou, ao menos, apontar com razoável segurança acerca de nossas conclusões?

Com relação ao projeto que a Universidade Estadual de Campinas vislumbrava para os seus Colégios Técnicos quando de sua criação, qual seja, de total interação destes Colégios na vida universitária, não ocorreu em nenhum momento ao longo destes quarenta anos, conforme já visto, apesar de algumas tentativas em fins dos anos 1960 e início de 1970. O final desta década até a segunda metade da década de 1980, os Colégios Técnicos experimentaram o seu pior momento, com degradação das condições de trabalho, de espaço físico, praticamente sem nenhuma inserção na vida universitária, ficando ameaçada a sua existência.

Após atingir o fundo do poço no início da década de 1980, a reversão desta situação começou a ocorrer timidamente em 1984, com a criação da Carreira do Professor Nível Técnico, mas principalmente à partir 1986, com a criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a implantação da Carreira MST e a criação da Comissão Auxiliar Interna, uma sub-comissão da CADI para analisar os processos das demais Carreiras Especiais da Universidade. O bom relacionamento entre a PREAC e os Colégios que existiu nas diversas Reitorias trouxe possibilidades de melhorias na Carreira MST e crescimento ao Cotuca e ao Cotil durante os anos seguintes. No entanto, os Colégios tinham o apoio da Administração Central da Universidade para desenvolverem o seu caminho, mas descolados do restante da Universidade, pois que não participavam nos órgãos colegiados.

O marco institucional que possibilitou o início da participação política dos Colégios Técnicos no âmbito universitário deu-se na revisão dos Estatutos da Universidade em 1999, com a inclusão de representação docente das Carreiras Especiais no CONSU e posteriormente a inclusão do Cotuca e do Cotel no Planejamento Estratégico nos anos 2000. Mas, ainda falta-lhes a representação de seus Diretores no Conselho Universitário, situação que contribuiria em muito para a pavimentação dos caminhos que levariam, de fato, os Colégios Técnicos a uma vinculação mais orgânica junto à UNICAMP.

Conhecer um pouco sobre a história dos Colégios Técnicos da Universidade Estadual de Campinas, em particular do Cotuca, simplesmente já nos deixaria com a sensação de que foi válida a busca nos *baús* do passado? Certo está que a pesquisa histórica tem sido valorizada nos últimos vinte anos, desde os anos 1990, e acreditamos que contar um pouco da história da relação da Universidade com os seus Colégios, em particular o Colégio Técnico de Campinas, por si só, poder-se-ia considerar a relevância desta pesquisa. Mas isto apenas é pouco.

Acreditamos que podemos ser um pouco mais ambiciosos, pois que ao desvelar certos eventos e momentos históricos vivenciados pelos Colégios Técnicos, podemos iluminar, neste momento presente, alguns passos possíveis para os seus futuros. E em especial, ao Colégio Técnico de Campinas, por ser nosso objeto de interesse, visceralmente ligado à vida deste pesquisador.

Finalizando, num esforço de sintetizar a nossa discussão, acreditamos que a despeito do enorme sucesso que se constituiu a trajetória do Colégio Técnico de Campinas, o Cotuca, algumas questões se apresentam para que o seu horizonte possa ser ainda mais promissor, dentre as quais destacamos:

- ✓ a necessidade de se integrá-lo de fato, organicamente à Universidade, possibilitando uma profícua interação junto aos Institutos e Faculdades;
- ✓ a consecução da última etapa do processo de institucionalização, pela presença de sua direção junto ao Conselho Universitário;
- ✓ a ampliação de suas atividades, ao lado do ensino médio e técnico, a participação

de seus professores em projetos de pesquisas; projetos de extensão;

- ✓ a alteração da Carreira Magistério Secundário Técnico permitindo a ampliação das atividades desenvolvidas e um maior incentivo à titulação de seus professores;
- ✓ a re-discussão do papel da Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT) visando a subsidiar a política da Universidade para os Colégios Técnicos;
- ✓ a decisão política da Universidade em estender a autonomia universitária ao Cotuca e ao Cotel por meio do instrumento de Supervisão Delegada;
- ✓ a construção de suas instalações no campus universitário.

A pauta de discussões listada, com certeza incompleta, teria que estar intimamente vinculada tanto à política pretendida pela Universidade como também pela vontade da comunidade do Colégio Técnico de Campinas: outros tantos pontos poderiam e deveriam constar. A saber, se há determinação das partes para o seu encaminhamento.

REFERÊNCIAS

- APPOLINÁRIO, F., **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARANTES, Fernando Antonio. **Colégio Técnico de Campinas: Análise de Ex-alunos**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas; 2000.
- BRAIT, E. O processo interacional. In: D. PRETI (org.) **Análise de Textos Orais**. São Paulo: Projeto NURC/SP – FFLCH-USP, 1993. p. 189-214.
- BRASIL, Ministério de Educação, Souza, Paulo Renato Costa, **Políticas e Resultados 1995 – 2002. A Reforma da Educação Profissional**; 2002.
- CANALI, Heloísa Helena Barbosa, *A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino técnico integrado à educação profissional*. **Anais do V Simpósio sobre Trabalho e Educação: trabalho, política e formação humana em Marx**. Universidade Federal de Minas Gerais. 26 a 28 de agosto de 2009.
- CASTILHO, Fausto Castilho - **Conceito de Universidade no Projeto UNICAMP**. Editora da UNICAMP, Campinas, 2008.
- CELLARD, A., **A análise documental**. IN POUPART, J., et al, **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHIZZOTTI, A., **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CRUZ, Lúcia Pedroso da, Bento Quirino E Cotuca: os passos do Ensino Profissional em Campinas. Dissertação de Mestrado, 2008, FE/UNICAMP.
- CUNHA, Luiz AntônioC. R., **Política Educacional no Brasil: a profissionalização no Ensino Médio**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca. 1977. 197 p.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção; A ABORDAGEM SÓCIO-HISTÓRICA COMO ORIENTADORA DA PESQUISA QUALITATIVA; Cadernos de Pesquisa, n. 116, p.21-39; julho/2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000200002 Acesso 10/11/2009
- FREITAS, Maria Teresa; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.) **Ciências Humans e Pesquisa: Leituras de Mikhail Bakhtin**. Coleção Questões da nossa época, N. 107; Cortez Editora, São Paulo, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (orgs.), **Ensino médio integrado- Concepções e contradições**. Cortez Editora, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, **Ensino Médio – ciência, cultura e trabalho**. Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília, 2004.

GAIO, R; CARVALHO, R.B. SIMÕES, R., Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In GAIO, R (Org). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAMBOA, Sílvio Sanches. PESQUISA em EDUCAÇÃO – Métodos e Epistemologias. ARGOS Editora Universitária. Chapecó- Santa Catarina. 2007.

GERALDI, João Wanderlei, A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção da ética e estética. In FREITAS, Maria Teresa; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.) **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin.**; Cortez Editora, São Paulo, 2003.

GOMES, Eustáquio: **O Mandarin – História da Infância da UNICAMP**, Editora da UNICAMP, Campinas, 2003.

KRAMER, Sonia , Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade, hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In FREITAS, Maria Teresa; JOBIM e SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia (Orgs.) **Ciências Humanas E Pesquisa: Leituras De Mikhail Bakhtin**. Coleção Questões da nossa época, N. 107; Cortez Editora, São Paulo, 2003 – páginas 57 a 76 .

KRAWCZYK, Nora. *A escola média: um espaço sem consenso*. In FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, **Ensino Médio – ciência, cultura e trabalho**. Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília, 2004; p. 113 a 156.

KUENZER, Acácia Zeneida. **ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL: as políticas do Estado neoliberal**. Cortez Editora, 1997.

LIMA, Eloi da Silva. A criação da UNICAMP: Administração e Relações de Poder numa perspectiva histórica. 1989, Dissertação de Mestrado FE/UNICAMP.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas**. Editora pedagógica e universitária LTDA – São Paulo, 1986.

MACHADO, Lucília R. de Souza, **Educação e Divisão Social do Trabalho (contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro)**. Campinas: Editora Autores Associados e Cortez Editora; 2ª Ed., 1989.

MANFREDI, Sílvia Maria, **Educação profissional no Brasil**. Cortez Editora, 2002

MARTINS, Meire do Rosário, et al (Org.), UNICAMP, 35 ANOS – Ciência e Tecnologia na Imprensa; Editora da UNICAMP, Campinas, 2001.

MAY, T., **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEGHEL, Stela Maria. Zeferino Vaz e a UNICAMP – Uma trajetória de um modelo de Universidade. Dissertação Mestrado FE/UNICAMP (1994).

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester; AS PESQUISAS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES: Balanço Crítico. Novembro/2005. Disponível em http://www.histedbr.fae.UNICAMP.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html ; Acesso 10/11/2009

OLIVEIRA, Ramon: **A (Des) Qualificação Da Educação Profissional No Brasil**, Cortez Editora, 2003.

PIRES DE PAULA, Ricardo Pires de, Entre O Sacerdócio E A Constestação: Uma História Da Apeoepsp (1945-1989). Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2007

RICHARDSON, R .J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 207-244.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. PESQUISA SOCIAL: Métodos e Técnicas. 3ª Edição Revista e Ampliada – Editora Atlas, 1999.

ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque – A Entrevista Em Situação De Pesquisa Acadêmica: Reflexões Numa Perspectiva Discursiva. S/D (ROCHA, DAHER & SANT'ANNA, ano??). Disponível em <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/24.pdf> Acesso 10/11/2009

SANTOS, Jailson Alves, **A trajetória da educação profissional**. In LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Org.), **500 anos de Educação no Brasil**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205 – 224.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, ALMEIDA, Cristóvão Domingos e GUINDANI, Joel Felipe, Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano I, número 1, julho 2009.

SILVA, Nilson Robson Guedes, A participação da comunidade escolar como fator de influência na reeleição/não reeleição dos Diretores de escola. (um estudo realizado nas Escolas Técnicas do Centro Paula Souza). Tese de Doutorado, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

THIOLLENT, Michel J. M. CRÍTICA METODOLÓGICA, INVESTIGAÇÃO SOCIAL & ENQUETE OPERÁRIA. 4ª Edição. Editora Polis, 1985

UNICAMP, 2001. UNICAMP - 35 anos Ciência e Tecnologia na Imprensa Editora da UNICAMP.

UNICAMP, SIARQ - Guia do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Julho/2004.

ANEXO 1

Proposta de integração efetiva do Colégio Técnico de Campinas às demais Unidades da UNICAMP

Campinas, 20 de Fevereiro de 1973

OF. CTC-UEC 050/73

Do Professor Doutor Osmar Salles de Figueiredo

Diretor do Colégio Técnico de Campinas

Ao Professor Doutor Zeferino Vaz

Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Campinas

Magnífico Reitor,

Assunto: integração efetiva do Colégio às demais Unidades da UNICAMP

O Colégio Técnico de Campinas atingiu um desenvolvimento que não pode prescindir mais da completa integração com todas as demais unidades da UNICAMP, especificamente os Institutos e Faculdades.

A colaboração e o intercâmbio que temos recebido de algumas – Instituto de Biologia, Centro de Tecnologia, Faculdade de Medicina, por exemplo – embora de boa vontade, ainda é tímida face à plena utilização dos recursos materiais e humanos, conforme preceitua o art. 158 dos Estatutos – não duplicação de meios para fins idênticos.

Agora que os planos para a construção do prédio próprio do Colégio no “campus” estão em andamento, e que há a previsão de mudança para o prédio da Faculdade de Engenharia, em princípios de 73, cumpro definir e colocar em execução esses dois pontos fundamentais:

1. Pessoal docente – o pessoal docente dos Institutos e Faculdades deveria ser obrigado à ministração de aulas aos alunos do Colégio Técnico, devendo essas aulas entrarem normalmente na colaboração do horário geral.
2. Recursos Materiais – Os laboratórios, oficinas e equipamentos dos Institutos e Faculdades deveriam ser franqueados ao Colégio Técnico, segundo critérios e horários a serem estudados e definidos.

Para que tais objetivos possam ser atingidos esta Diretoria respeitosamente sugere a constituição de uma Comissão integrada por representantes do Colégio Técnico, dos Institutos e Faculdades, bem como pela Coordenação da Administração Física, afim de proceder ao equacionamento do problema.

Enquanto uma decisão geral não é tomada, esta Diretoria vêm mantendo contactos bilaterais com os Institutos e Faculdades, buscando esta integração parcial e provisória.

Ao ensino reiteramos a Vossa Magnificência os protestos da mais alta estima e elevada admiração.

Universidade Estadual de Campinas

Colégio Técnico Industrial - Osmar Salles / DIRETOR

ANEXO 2

Roteiro para entrevista com ex-Reitores e ex-Pró-Reitores

1. O senhor poderia nos contar a sua formação e trajetória até tornar-se o Reitor da UNICAMP?
2. **INSERÇÃO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS:** Como o senhor caracteriza a inserção dos Colégios Técnicos no seio da Universidade? Como ela se justifica? O senhor acredita que exista respaldo para os Colégios Técnicos no conjunto da comunidade universitária? Em algum momento em sua gestão o senhor tomou conhecimento da existência de sentimento de rejeição ou de questionamento quanto à presença dos Colégios Técnicos na Universidade?
3. Qual a **IMPORTÂNCIA** que os Colégios Técnicos têm para a Universidade?
4. O senhor acredita que exista uma cultura na comunidade universitária, que seria dominante, de que não se devem misturar alunos do ensino médio com universitários?

VINCULAÇÃO DOS COLÉGIOS JUNTO À UNICAMP: O histórico da vinculação dos Colégios Técnicos à Universidade deu-se: i) Coordenadoria Geral da Universidade; ii) Coordenadoria Geral das Faculdades; iii) Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (gestão professor Paulo Renato); iv) Na gestão do professor Carlos Brito, foi criada a **Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT)** responsável pelos assuntos dos Colégios Técnicos e vinculada à **Pró-Reitoria de Graduação**. Formulo as seguintes questões:

5. Como o senhor avalia a alteração da vinculação dos Colégios Técnicos da PREAC para a PRG? Os Colégios Técnicos eram atividade de extensão e agora não são mais? Ou a vinculação a uma Pró-Reitoria não é determinante para as atividades dos Colégios

O ASSENTO DOS COLÉGIOS TÉCNICOS NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO: Na lei de criação da UNICAMP (Lei 7.655/62), as Escolas Técnicas tinham representação no Conselho Universitário, o que foi perdido já quando da implantação dos Estatutos em 1969. O assento ao CONSU dos Diretores dos Colégios foi (tem sido ainda?) uma reivindicação em muitas ocasiões desde a segunda metade da década de 1980 – eles passaram a ser convidados às reuniões. Em 1999, na reforma dos Estatutos, conseguiu-se a representação de dois docentes das Carreiras Docentes Especiais da UNICAMP, mas não dos Diretores dos Colégios. Neste ano de 2009, foi apreciada a proposta de inclusão dos Diretores dos Colégios no CONSU, e apesar de a votação ser amplamente favorável (40 votos favoráveis e 13 contrários), não obteve o quórum de 2/3 para alteração dos Estatutos. Dada a importância do CONSU como máxima instância de discussão das grandes questões e definição de rumos da Universidade, pergunto ao senhor:

6. A que fator(es) o senhor reputa esta rejeição dos Diretores do Cotuca e do Cotil terem assento no CONSU com direito a voz e voto? Esta participação não traria benefícios efetivos para uma maior aproximação dos Colégios junto à Universidade?

INSTALAÇÕES DO COTUCA – Como é sabido, as instalações que o Cotuca ocupa desde 1967 Cotuca – Rua Culto à Ciência, 177 – foram erguidas na segunda metade da década de 1910 para funcionamento do Ginásio Bento Quirino. Temos conhecimento de algumas tentativas das administrações na obtenção de recursos para a construção das novas instalações junto a órgãos públicos - governos federal, estadual e órgãos de fomento à educação – sem, no entanto obter sucesso. Na dissertação de Mestrado de **Lúcia Pedrosa da Cruz** (“Bento Quirino e Cotuca – os passos do Ensino Profissional em Campinas”, FE/UNICAMP, 2008 – Orientadora Maria Helena Bagnato) na entrevista que o professor **Armando José Geraldo** (Diretor do Cotuca no período de 2002-2006) forneceu à pesquisadora manifestou-se da seguinte forma:

Pois então, estamos em 2007 e o COTUCA está no mesmo lugar. E por que o COTUCA não foi? Obviamente, questões políticas e orçamentárias. Só se constrói prédio, se há dinheiro. Mas, falar que não tem dinheiro de um ano para outro, poderia até ser... Mas se em 40 anos, você não conseguir construir um prédio — ou é má administração ou não há vontade política para fazer isso. (PROF.ARMANDO)

Com base nisso pergunto ao senhor:

7. O senhor acredita que nestes quarenta anos de UNICAMP (ou até a sua gestão como Reitor) faltou de fato vontade política para a construção das instalações do Cotuca no campus universitário? O que faltou? Não seria o caso de a Universidade iniciar a construção do prédio com recursos próprios (hoje uns R\$ 10 milhões), ainda que finalizá-lo em três, quatro anos?
8. Na sua gestão houve tentativa para a construção das instalações do Cotuca no campus?

ENVOLVIMENTO DOS INSTITUTOS E FACULDADES COM OS COLÉGIOS TÉCNICOS: Os Colégios Técnicos foram pensados à época de criação da UNICAMP, de forma a atender a demanda de formação técnica de nível médio equivalente à superior: os três primeiros cursos do Cotuca – Mecânica, Eletrotécnica e Tecnologia de Alimentos – são correspondentes aos de engenharia implantados pela Faculdade de Engenharia de Campinas e da Faculdade de Tecnologia de Alimentos. Até praticamente os anos 1990, os coordenadores de cursos do Cotuca eram professores das Faculdades da UNICAMP, o que se alterou posteriormente. A visão que tenho é que, à exceção do Hospital de Clínicas com o curso Técnico em Enfermagem, existe um relacionamento extremamente frágil entre o Cotuca e os Institutos e Faculdades. Com base nisso, lhe formulo as seguintes perguntas:

9. Como o senhor percebe o relacionamento (pedagógico, recursos materiais, laboratórios, pesquisadores) dos Colégios com os Institutos e Faculdades. O que seria o ideal considerando não apenas os significativos recursos investidos pela Universidade nos dois Colégios, mas também a otimização de seus funcionamento?

10. Ainda em relação à pergunta anterior, acredita que seria conveniente (e possível) o envolvimento/contribuição de professores dos Institutos e Faculdades no projeto pedagógico dos Colégios?

AUTONOMIA DA UNICAMP SOBRE COLÉGIOS / SUPERVISÃO DELEGADA – Nos primeiros anos da criação da UNICAMP e dos Colégios Técnicos, a Universidade agia como se tivesse plena autonomia em relação ao Cotuca e Cotil, o que não se sustentou dada a legislação específica existente à época, necessitando-se da supervisão de órgãos estaduais de educação – Diretoria de Ensino e Conselho Estadual de Educação. Nos anos 1990, institui-se o instrumento conhecido como Supervisão Delegada permitindo que instituições como a UNICAMP viessem a ter autonomia sobre seus Colégios Técnicos - o Centro Paula Souza, o SENAI a usufruem deste instrumento. Com a supervisão delegada a UNICAMP/Colégios Técnicos teriam maior agilidade e flexibilidade, podendo por exemplo, proceder alteração curricular, criar novos cursos sem a necessidade de prévia aprovação de instância educacional. Com base nesta situação, pergunto-lhe:

11. Conceitualmente, o senhor seria favorável à Universidade adotar o regime de **Supervisão Delegada** para os Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira? Acredita que isto traria mais benefícios ao ensino praticado pelos Colégios ou a manutenção da supervisão estadual ainda se faz necessária por tratar-se de instituições de nível médio?
12. **PROJETO DA UNIVERSIDADE PARA OS SEUS COLÉGIOS TÉCNICOS** – Em linhas gerais, durante a sua gestão o que se buscou atingir com os Colégios Técnicos? O senhor acredita que a Universidade, em especial o Conselho Universitário, tem um projeto ou ainda diretrizes claras para os Colégios Técnicos?
13. O que seria um **projeto ideal de convivência dos Colégios Técnicos no âmbito universitário**?
14. Em relação à **CARREIRA DOCENTE** dos Colégios Técnicos, em termos ideais – desconsiderando as limitações impostas pela realidade (com cerca de 200 professores nos dois Colégios), o senhor acredita que seria conveniente a busca de uma maior proximidade à Carreira MS no que diz respeito à obrigatoriedade de titulação – mestrado, doutorado, realização de pesquisas e quanto ao regime de dedicação exclusiva para aqueles em jornada de 40 horas semanais?

ANEXO 3

Questões específicas para Reitor Brito

ESPECÍFICA AO PROF. BRITO: Qual a motivação existente pelo senhor e a sua equipe para esta alteração? É possível termos uma avaliação desta alteração?

1. **INSTALAÇÕES COTUCA – ESPECÍFICA AO PROF. BRITO:** Quando o senhor assumiu a Reitoria da UNICAMP em abril de 2002, a Universidade havia celebrado um convênio com o MEC/PROEP para construir as novas instalações do Cotuca no Campus Universitário, no valor de R\$ 3,85 milhões a fundo perdido e previsão de contrapartida de cerca de R\$ 2,00 milhões relativas à parte do Ensino Médio, à época, não apoiado pelo governo federal. Nesta época eu era Diretor do Cotuca e chegamos a fazer os serviços de terraplanagem no terreno que era destino ao Cotuca, mas logo em seguida, se não me engano em junho daquele ano, o PROEP nos informou que os recursos haviam sido contingenciados e dos quase R\$ 4,0 milhões, teríamos apenas R\$ 200 mil em 2002. Avaliei à época que como não daria para fazer nenhuma licitação de parte da obra com este valor, teríamos que deixar para 2003, quando, segundo os técnicos governamentais, seriam disponibilizados os recursos necessários para efetivamente dar início ao convênio, o que não ocorreu. O que eu sei é que foi lançado um edital no final de 2002, mas não validado pelo MEC na mudança de governo, que iniciou uma revisão de diversos convênios assinados na gestão anterior. A comunidade do Cotuca foi informada pela direção deste Colégio, de tratativas entre a UNICAMP e MEC e eu lhe pergunto: **Qual a visão que o senhor tem de todo este processo, o que aconteceu, a seu ver, para a não concretização do convênio?**

CARREIRA DOCENTE ESPECÍFICA PARA PROF. BRITO

2. Ainda em relação à Carreira Docente, durante a sua gestão houve uma importante alteração no que diz respeito ao ingresso como docente nos Colégios, tornando o processo de seleção um processo público, por meio da Deliberação CONSU xxx/2005. O senhor poderia nos dizer o que se buscou com esta alteração? Foi uma demanda dos Colégios ou da administração que percebeu a necessidade de aproximar os procedimentos ao restante da Universidade?

ANEXO 4

Questões específicas para Reitor Hermano

No início de minha gestão como Diretor do Cotuca final de 1998 recebi por parte do senhor uma matéria de jornal com informações sobre o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, indicando o estudo com vistas a realização de um projeto para as novas instalações do Cotuca. O projeto do Cotuca ao PROEP teve idas e vindas, com difíceis negociações com a equipe governamental, culminando com a assinatura de um convênio com o MEC/PROEP pelo senhor e o então ministro Paulo Renato, no valor de R\$ 3,85 milhões em fevereiro de 2002, ficando a UNICAMP responsável por aportar recursos da ordem de R\$ 2,0 milhões para dar conta de um parte das instalações relativas ao Ensino Médio que não era apoiado pelo PROEP. Ao mesmo tempo que discutíamos com o PROEP, em 2000, a Universidade iniciou um processo de planejamento estratégico e os Colégios Técnicos desde o início participaram – num primeiro momento no Grupo de Trabalho formado por Diretores e assessores da Reitoria e posteriormente inseridos na deliberação do CONSU que criou a COPEI. Quando da distribuição de recursos realizadas pelo PEI, havia grandes incertezas em relação ao projeto PROEP, sendo o Cotuca contemplado com R\$ 600 mil para o prédio. Com base neste contexto pergunto ao senhor:

1. A seu ver qual a importância que o PEI teve para a Universidade e em especial para os Colégios Técnicos?
2. Como foi gerenciar demandas muito acima dos recursos disponíveis? Em algum momento o senhor teve que intervir para garantir que unidades com menos importância institucional e menor força política, como por exemplo como os Colégios Técnicos e o CESET tivessem um tratamento mais equânime?
3. Com relação ao projeto PROEP, eu conversei com o senhor dizendo que sentia em algumas ocasiões má vontade dos técnicos governamentais em analisar o caso Cotuca e que se não houvesse uma interferência do alto escalão – Reitor/ministro seria muito difícil o projeto andar e a lembrança que tenho é que o senhor chegou a conversar com o ministro Paulo Renato. O que o senhor me diz a respeito?

CRISE DO COTUCA 1980 + CARREIRA DOCENTE: Em 1980 houve uma crise no Cotuca que culminou com a demissão de oito professores, assunto este que foi levado pela bancada docente do Conselho Diretor, a qual o senhor fazia parte, e discutiu-se por cerca de um ano não apenas a demissão dos professores mas sobretudo a dura realidade que os Colégios Técnicos, e em especial o Cotuca, passavam – condições salariais muito ruins, falta de recursos materiais, laboratórios etc, de tal modo que surgiram propostas de até fechar o Cotuca caso a situação não se alterasse. Por duas ocasiões, o senhor presidiu comissões retiradas no Conselho Diretor com vistas a avaliar as demissões e posteriormente de fazer uma proposta aos Colégios. O primeiro ponto de seu relatório indicava a necessidade de uma carreira docente. Com base neste contexto pergunto ao senhor, ainda que considerando a distância de trinta anos:

1. Antes deste episódio da demissão dos professores, o senhor tinha conhecimento da existência dos Colégios Técnicos e dos trabalhos desenvolvidos por eles?
2. Qual a percepção que o senhor teve ao efetuar o levantamento das condições dos Colégios e em especial o Cotuca? Em uma das atas do CD, quando perguntado a respeito da possibilidade de fechamento do Cotuca, o senhor respondeu que trabalhava em outra perspectiva (proposta de soerguimento do mesmo) mas caso não houvesse melhorias era
3. Em 1986, já como presidente da ADUNICAMP o senhor se envolveu de forma bastante intensa com a carreira dos Colégios Técnicos, posso falar pois vivenciei este processo e na entrevista que realizei com colegas representantes do Cotel foi unânime esta afirmativa. De que maneira a crise de 1980 foi importante para que o senhor abraçasse a causa dos Colégios Técnicos? Acredita que se não tivesse vivenciado aqueles acontecimentos de 1980 seu comportamento seria o mesmo?
4. Em diversos momentos de sua vida universitária o senhor envolveu-se em questões dos Colégios Técnicos – como membro do CD, os episódios de 1980; posteriormente como presidente da ADUNICAMP, a carreira docente e já como Reitor teve que tratar com as questões do Cotuca e do Cotel, mas especificamente o projeto PROEP e também a incorporação dos Colégios no PEI. Como o senhor analisa o seu relacionamento com os Colégios Técnicos da UNICAMP?

ANEXO 5

Questões específicas para Reitor Martins

REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No final de sua gestão, em abril de 1997, houve a Reforma da Educação Profissional no governo FHC/Ministro Paulo Renato, separando a educação profissional da educação propedêutica. O Cotuca e o Cotil seguiram caminhos diferentes em relação à implantação desta Reforma, inclusive no que diz respeito ao posicionamento político – enquanto o Cotuca foi contrário, o Cotuca apoiou. A administração central da Universidade presidida pelo senhor, tendo o professor Archimedes na PREAC respeitou a decisão de cada Colégio, o que a nosso ver, foi adequado e importante para o desenvolvimento dos Colégios. Com base neste contexto pergunto ao senhor:

1. Como o senhor percebeu o posicionamento diferenciado dos dois Colégios em relação à Reforma da Educação Profissional?

ANEXO 6

Questões específicas para Reitor Tadeu Jorge

CARREIRA DOCENTE: REGIME ESUNICAMP – ESPECÍFICA AO PROF. TADEU JORGE:

Na gestão do senhor como Reitor da UNICAMP duas grandes intervenções ocorreram na Carreira Especial Magistério Secundário Técnico, específica dos Docentes dos Colégios Técnicos: a primeiro, com relação à Deliberação Consu que regulamentou com bastante detalhamento e precisão as condições para o processo de seleção pública para ingresso nos Colégios Técnicos. A segunda abriu a possibilidade de os professores dos Colégios Técnicos, assim como os das demais Carreiras Especiais, fazerem a opção pelo Regimento ESUNICAMP. Com base neste contexto pergunto ao senhor:

1. Em relação ao PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA, o senhor poderia nos dizer o que se buscou com esta alteração? Foi uma demanda dos Colégios ou da administração que percebeu a necessidade de aproximar os procedimentos ao restante da Universidade?
2. Com relação ao **ESUNICAMP**, desde a gestão do professor Paulo Renato, época em que se implantou a Carreira MST, os professores dos Cotuca e do Cotil apresentavam como reivindicação a possibilidade do regime estatutário, o mesmo dos docentes da Carreira MS, e na minha avaliação se no início tinha-se insegurança quanto ao destino dos Colégios junto à Universidade, até se permaneceriam ou não, mas, já nas últimas administrações, o fator financeiro pesava, pois quanto mais tempo passava maior era a diferença entre a contribuição dos professores celetistas ao INSS e o que deixavam de contribuir aos cofres da Universidade e ao Instituto de Pensão do Estado. E quando era maior a desesperança, surge esta possibilidade - como o senhor explica esta guinada de posicionamento da Universidade, a aprovação pelo Conselho Universitário e os fatores que o levaram a apoiar tal iniciativa? Qual a ordem de grandeza dos valores investidos pela Universidade?

ANEXO 7

Questões específicas para Pró-Reitor Archimedes

REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

No final de sua gestão, em abril de 1997, houve a Reforma da Educação Profissional no governo FHC/Ministro Paulo Renato, separando a educação profissional da educação propedêutica. O Cotuca e o Cotil seguiram caminhos diferentes em relação à implantação desta Reforma, inclusive no que diz respeito ao posicionamento político – enquanto o Cotuca foi contrário, o Cotuca apoiou. A administração central da Universidade presidida pelo professor Martins Filho, tendo o senhor na PREAC respeitou a decisão de cada Colégio, o que a nosso ver, foi adequado e importante para o desenvolvimento dos Colégios. Com base neste contexto pergunto ao senhor:

1. Como o senhor percebeu o posicionamento diferenciado dos dois Colégios em relação à Reforma da Educação Profissional?
2. Houve algum momento em que o senhor vislumbrou a possibilidade de fechar posicionamento da Universidade a ser seguido pelos dois Colégios?
3. Qual a sua visão em relação à Comissão Auxiliar Interna – a CAI como responsável pela primeira análise de mérito dos processos docentes das Carreiras Especiais?
4. Como o senhor percebe o encaminhamento diferenciado do Cotuca e do Cotil em relação a Reforma da Educação Profissional? É possível cada colégio ter o seu caminho?

ANEXO 8

Questões específicas para Pró-Reitor Valladão

INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS COLÉGIOS: CARREIRA DOCENTE, CONGREGAÇÃO e DIREÇÃO: Durante o ano de 1986, os docentes dos Colégios Técnicos de Campinas e de Limeira, com o auxílio da ADUNICAMP, discutiram e elaboraram uma proposta de Carreira Docente que foi apresentada à Reitoria (reunião 17 junho/86 – com o senhor e o Reitor Paulo Renato) juntamente com mais dois pontos: a implantação do Conselho de Escola (a congregação dos Colégios) e a participação da comunidade para escolha do Diretor dos Colégios. Outro ponto apresentado para a Reitoria foi o assento dos Colégios no Conselho Universitário. Eu participei deste processo e tenho um belo acervo documental deste período – propostas, ofícios, boletins da Adunicamp, anotações e uma que nunca me esqueci, uma fala do senhor comparando o professor horista ao taxista: *professor taxista*, pois ganhava a partir do momento em que começasse a dar aulas/bandeirada. Antes de formular minhas perguntas, reputo que Carreira Magistério Secundário Técnico, implantada em 1987, foi o marco mais importante para a constituição dos Colégios Técnicos no que são hoje. Leio meu posicionamento, no texto apresentando para a qualificação acerca da implantação da carreira MST:

Na realidade, a vitória não foi apenas do movimento dos professores, coube à Reitoria a sabedoria de entender a importância que esta carreira teria para os Colégios Técnicos e apoiar a sua implantação - reconhecemos isto com bastante clareza...

Com estas considerações pergunto ao senhor:

1. O senhor tinha a dimensão da importância que a carreira docente traria para os Colégios Técnicos? Como o senhor percebia a mobilização dos professores dos Colégios para a obtenção da Carreira docente?
2. Ao mesmo tempo em que pontuamos a importância da Reitoria na implantação da Carreira, criticamos a não instalação da Congregação (as escolas estaduais paulistas já tinham um Conselho de Escola Deliberativo desde 1984) e a não instauração do processo de participação da comunidade para a escolha do Diretor – foram indicados Diretores para o Cofil e Cotuca. Em nosso entendimento, essa era uma prerrogativa legal da administração, mas isso retardou o processo de institucionalização dos Colégios por interesses próprios da Reitoria. Como o senhor analisa após 22 anos estas críticas a estes dois processos?
3. Em relação à carreira docente, o senhor tinha a expectativa de que houvesse uma *corrida* à titulação por parte dos professores dos Colégios na modalidade *strictu sensu* ou como de fato, o que mais ocorreu, a busca por especializações *latu sensu*?
4. O senhor à época manifestou-se contrariamente aos Colégios Técnicos terem acento ao Conselho Universitário, com o argumento de que já eram representados pelo Pró-Reitor de Extensão. Na revisão dos Estatutos da Universidade em 1999, os

professores dos Colégios Técnicos tiveram a possibilidade de elegerem representantes junto ao CONSU, mas os Diretores ainda não têm assento a este órgão, apenas como convidados. Isso não seria um indício de que os Colégios não contam com apoio suficiente junto à comunidade universitária? Como o senhor vê esta questão atualmente?

COLÉGIO DE APLICAÇÃO: Na gestão do professor **Pinotti**, o senhor coordenou, em 1985, a “Comissão de Mobilização para a implantação do Colégio da UNICAMP”, um Colégio de Aplicação – atendimento de alunos de 1º e 2º graus. Nesta época, eu estava recentemente contratado no Cotuca e acompanhei à distância a mobilização existente no Colégio, primeiro, por razões de natureza prática (tinha poucas aulas e estava fazendo mestrado na FEM) e segundo, pois tinha dúvidas em relação às alegações, pois tinha conhecimento, superficial eu diria, à respeito do Colégio Integrado de Ensino Médio – CIEM, da UnB e do Colégio de Aplicação de Rio Claro, ambos com a passagem do professor José Aloísio Aragão, pai de minha esposa à época. Confesso que não estudei este assunto de modo a permitir a firmar convicção – estou lendo no momento a tese de doutoramento do professor Aragão, que versa sobre o CIEM. Formulo ao senhor as seguintes perguntas:

1. Qual a sua motivação (trajetória profissional e/ou acadêmica, social?) que o levou a se empenhar de forma tão determinante para a criação do Colégio de Aplicação da UNICAMP? Que objetivos este Colégio teria e qual a sua pertinência na segunda metade da década de 1980? Existiam condições materiais (recursos, espaço físico) para a concretização deste projeto?
2. Como ficaria a situação do Colégio Técnico de Campinas com este novo Colégio de Aplicação – o Cotuca seria transformado em Colégio de Aplicação ou conviveriam os dois Colégios? O Cotuca passaria por transformações em sua trajetória pedagógica?
3. Quais fatores e o grau de importância de cada um deles o senhor reputa para a não concretização desta empreitada?
4. **ÚLTIMA QUESTÃO** (a ser acordada antes) Foi sobre o professor Sundfeld – saída da direção do Cotuca.

ANEXO 9

Entrevista com Ex-Diretores do Cotuca

Perguntas gerais

1. Basicamente com qual instância superior universitária o Cotuca se relacionava? Reitoria, Pró-Reitoria; Coordenadorias. Como o Sr. sentia-se neste relacionamento?
2. Qual a percepção que o senhor tinha acerca da importância dos Colégios para a administração da Universidade?
3. Desde que entrei no Cotuca em 1983 escutava que o Colégio iria mudar da rua Culto à Ciência... na sua gestão houve alguma tentativa concreta ou ainda discussão acerca da construção de novas instalações do Cotuca no campus universitário ou em outra localidade?
4. Na sua gestão, os Colégios Técnicos ainda não possuíam congregação, o seu órgão colegiado de deliberação:
 - a) a que fatores o Sr. reputa para que não existisse, uma vez que os institutos e faculdades já o possuíam?
 - b) existia algum mecanismo de consulta à comunidade para tomada de decisões?
 - c) em afirmativo, quais assuntos eram pautados ?
5. Quais os critérios para escolha das coordenadorias dos cursos (para José Roberto e Maurilo)
6. Hoje em dia é recorrente entre os professores a discussão acerca do “mal comportamento” dos alunos . Na época em que o Sr. ocupou a direção do Cotuca qual a percepção que tinha acerca dos problemas relacionados à indisciplina dos alunos?
7. Quais os maiores problemas e conquistas que o Sr. vivenciou enquanto Diretor do Cotuca?
8. Quais as maiores frustrações e alegrias que o Sr. vivenciou enquanto Diretor do Cotuca?
9. Em relação ao atendimento que o Cotuca propiciava à sua época como Diretor, qual a sua percepção em relação aos alunos que ingressavam no Colégio – classes sociais.
10. Qual a percepção que o Sr. tem acerca da importância que o Colégio teve/tem para a vida de seus ex-alunos?
11. Qual a importância que o Sr. reputa à carreira docente para o Colégio Técnico de Campinas?

Perguntas específicas – Maurilo do Carmo e Silva

1. Qual a importância que o Sr. reputa à carreira docente para o Colégio Técnico de Campinas?

Penso que o Sr. é a única pessoa que poderia falar com um bom conhecimento de causa das semelhanças e diferenças (não todas é claro) entre os dois Colégios da UNICAMP – Cotuca e Cotel – pois não apenas pertenceu ao quadro docente dos dois Colégios, como também exerceu a Direção tanto do Cotuca, quanto do Cotel, entre as décadas de 1980 e 1990. Dito posto, eu pergunto ao Senhor, sem se preocupar com a precisão, quais seriam os pontos em comum e os que diferenciam os dois Colégios.?

Perguntas específicas – Fernando Antônio Arantes

1. Qual a importância que o Sr. reputa à carreira docente para o Colégio Técnico de Campinas?
2. : Quando o Sr. foi Diretor pela primeira vez, por indicação do Reitor Paulo Renato, sofreu processo de impugnação e teve que deixar o cargo de Diretor por conta de não possuir os requisitos exigidos pela legislação vigente – qual seja, pedagogia e supervisão e habilitação em administração escolar. Quase 10 anos após, eu sofri o mesmo processo e também tive que deixar o cargo de Diretor associado. Com este contexto eu lhe pergunto:
 - a) qual o sentimento que lhe acometeu por conta deste processo de impugnação?
 - b) Passados 12 anos, após a conclusão de seu mandato por processo de consulta à comunidade, por ocasião da sua sucessão o Sr. apoiou um colega que não possuía os requisitos legais até então vigentes: Havia um plano de alteração do Regimento Escolar, que permitisse qualquer docente vir a ser Diretor, nos moldes que foram realizados pela nova gestão ou vislumbravam uma outra saída para o impedimento legal?
 - c) O Sr. realizou o curso de pedagogia para estar apto a concorrer à direção do Cotuca em 1990. Considerando a sua formação inicial ser na área de exatas, qual o ganho obtido com este curso para as suas atividades como docente e como gestor escolar?
 - d) O que o Sr. pensa da possibilidade do Diretor do Cotuca, desde o Regimento Escolar de 1998 permitir que qualquer docente do Colégio possa concorrer ao cargo de Diretor Geral? (estender para JR, Edgard, Maurilo e Fernando).
3. Como se deu o processo de reforma do prédio do Cotuca? Recursos e instituições que bancaram?

Perguntas específicas – José Roberto

1. Na sua gestão houve a implementação da carreira docente NT – qual a percepção que o Sr. tinha à época acerca deste processo? (José Roberto).

ANEXO 10

Entrevista com Professor Osmar Salles

2. Criação do Cotuca / Cotil : para o senhor, quais eram as intenções do prof. Zeferino Vaz, e qual a importância que ele dava para o ensino profissionalizante?
3. Professor, nos conta um pouco da sua formação educacional – curso superior e também sua atuação profissional...
4. Como foi que o senhor se tornou Diretor do Cotuca? O senhor conhecia o prof. Zeferino?
5. Como se deu a seleção dos profissionais (professores e funcionários) para o Cotuca?
6. Como se deu a escolha dos cursos técnicos e elaboração dos planos de ensino (disciplinas, carga horária, etc);
7. Qual era o contexto sócio-político da cidade de Campinas à época da criação do Cotuca?
8. Como era o parque industrial da região de Campinas?
9. Houve contatos, parcerias com empresas da região para discussão dos cursos a serem implantados e/ou elaboração dos planos de ensino?
10. Como se deu a primeira seleção de alunos? E depois?
11. Qual era o perfil sócio-econômico-cultural dos alunos selecionados?
12. Existia a previsão/expectativa/terreno do Cotuca se instalar no campus universitário? O senhor chegou a conversar sobre este assunto com o professor Zeferino?
13. Como se deu a negociação para utilização das instalações do Colégio Bento Quirino e o Cotuca se fixar no prédio? Qual o estado das instalações à época?
14. Qual a motivação da direção do colégio quando da criação dos cursos de Qualificação Profissional IV? (cursos em que os alunos realizam apenas a parte profissional, pois já possuíam o colegial)

15. Quais as maiores dificuldades que o senhor enfrentou durante o período que ficou à frente da direção do colégio?
16. Quais as lembranças mais marcantes que o senhor guarda do Cotuca?
17. Qual o significado que o Cotuca teve/tem na sua vida profissional, pessoal?
18. Para o senhor, qual a função de uma escola técnica profissional (nível médio) pertencente a uma Universidade pública? O Cotuca cumpria esta função no período de sua criação e nos anos seguintes? Décadas de 1970 e 1989 – época em que o senhor ? (25 out 2008)
19. O senhor se lembra como era a interação entre os diversos departamentos do Cotuca, notadamente, entre os cursos técnicos de mecânica e eletrotécnica – áreas afins/setor industrial? (25 out 2008).
20. Eu tive acesso a um processo aberto na Div. Reg. de Ensino de Campinas, de 1977, onde se discute a autonomia pedagógica que o Colégio tinha em relação à Secretaria Estadual de Educação. O senhor se lembra de como eram feitas a expedição dos diplomas do Colégio e atos legais? A relação era direta com o Min da Educação? Havia relação com a SEE? (20/03/09)
21. Quando o senhor assumiu a direção do Cotuca, já havia Regimento Escolar?
22. O RE de 1984 previa o ensino religioso, de caráter obrigatório para o Colégio, mas facultativo para os alunos. O Sr. se lembra se nós chegamos a ter aulas de religião? (insight? Hoje 22/08/09)
23. Em 1984, ocorreu uma discussão na PRE da transformação do Cotuca em Colégio de Aplicação, mas houve grandes resistências por parte dos professores e mesmo dos alunos. O senhor tem conhecimento de algum movimento nesse sentido na sua época de direção? (hoje 07/set/09)

ANEXO 11

Entrevista com Professor Nelson Bolzani

1. Professor Nelson, conte-nos um pouco da sua trajetória profissional até a entrada no Cotuca, e como se deu a sua contratação?
2. Para o senhor, qual a intenção a época do prof. Zeferino / Universidade ao criar o Cotuca e depois o Cotil?
3. Qual a avaliação que o senhor faz sobre o perfil dos alunos ao longo dos anos? Tente discorrer sobre os seguintes parâmetros: a) maturidade; b) interesse no aprendizado ofício; c) respeito/disciplina; d) aproveitamento dos conteúdos; e) importância do curso técnico na vida dos alunos / para sua atuação profissional; f) condições sócio-econômica dos alunos
4. Como o senhor percebe a evolução da formação profissional realizada no Cotuca ao longo destes 40 anos... talvez se ater ao curso de mecânica.
5. Como o senhor percebeu as alterações decorrentes da Reforma da Educação Profissional no final dos anos 1990?
6. O senhor se lembra dos períodos em que ocorreram alterações das grades curriculares do curso técnico em mecânica?
7. Como se deu a ocupação do Centro de Tecnologia por parte do Cotuca? E como tem sido a evolução desta ocupação/convivência no campus universitário?
8. Em relação à importância que a UNICAMP dá ao Cotuca, como o senhor percebe isso ao longo destes anos?
9. Para o senhor, qual a função social que uma escola técnica (ideal) teria na sociedade? Precisamente no caso do Cotuca, o senhor acha que está sendo cumprida esta função social? Avalie a evolução do cumprimento desta função ao longo dos anos desde a criação do colégio..
10. Quais os impactos para o Cotuca decorrentes da implantação dos cursos de qualificação profissional (QP IV) (para alunos que já possuíam a formação geral/colegial..)? O senhor acha que foi importante a abertura destes cursos? Porquê?
11. Quais as disciplinas que o senhor ficou responsável no Cotuca e qual a importância que o senhor reputa a elas? Quais as dificuldades encontradas durante a sua permanência na escola?
12. Como se deu a montagem das oficinas no Centro de Tecnologia? Quando o CT foi criado, antes ou depois do Cotuca? Qual a relação que existia entre estas instituições?

13. Penso que o senhor é a única pessoa que vivenciou todos os períodos do Cotuca nestes 40 anos desde a sua criação.. ingressando bem no início das atividades.. Nestes anos todos, ocorreram diversas alterações no comando da Universidade, bem como na direção do colégio.. É possível fazer um balanço destas alterações.
14. O que significou/significa o Cotuca para a sua vida profissional e pessoal? É possível identificar os períodos mais difíceis e os mais prazerosos?

ANEXO 12

Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP – 1989 a 2007

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CESET	0,00%	0,04%	0,03%	0,05%	0,63%	0,72%	0,71%	0,71%	0,77%	0,78%	0,79%	0,84%	0,96%	0,95%	1,33%	1,42%	1,31%	1,32%	1,48%
COTIL	1,98%	1,72%	1,85%	1,87%	2,08%	2,07%	2,10%	2,19%	2,38%	2,47%	2,68%	2,66%	2,63%	2,61%	2,56%	2,50%	2,58%	2,62%	2,66%
COTUCA	2,14%	1,97%	1,92%	1,87%	2,03%	2,12%	2,22%	2,10%	2,31%	2,49%	2,67%	2,68%	2,76%	2,55%	2,77%	2,64%	2,81%	2,85%	2,80%
FCM	15,40%	17,34%	17,79%	17,56%	17,35%	17,52%	17,90%	17,71%	17,81%	17,64%	17,83%	16,95%	16,86%	16,83%	16,74%	16,62%	16,62%	16,62%	17,08%
FE	4,17%	4,28%	4,43%	4,45%	4,41%	4,34%	4,39%	4,34%	4,40%	4,66%	4,85%	4,77%	4,75%	5,00%	5,09%	4,96%	5,06%	4,94%	4,67%
FEA	4,22%	4,18%	4,14%	4,18%	4,15%	4,16%	4,13%	4,13%	3,92%	4,01%	3,78%	3,87%	3,88%	3,91%	3,73%	3,78%	3,85%	3,90%	3,74%
FEAGRI	2,32%	2,47%	2,37%	2,44%	2,33%	2,26%	2,29%	2,28%	2,28%	2,16%	2,18%	2,05%	2,21%	2,09%	2,17%	2,18%	2,14%	2,16%	2,35%
FEC	4,91%	4,45%	3,97%	3,76%	3,70%	2,94%	2,90%	2,84%	2,82%	2,96%	3,03%	3,15%	3,14%	3,05%	3,08%	3,08%	3,19%	3,29%	3,33%
FEEC	4,21%	4,24%	4,30%	4,29%	4,40%	4,67%	4,69%	4,86%	4,76%	4,73%	4,57%	4,76%	4,74%	4,75%	4,65%	4,70%	4,67%	4,56%	4,81%
FEF	1,95%	1,89%	2,10%	2,35%	1,79%	1,93%	1,91%	1,94%	1,83%	2,00%	1,97%	2,07%	2,13%	2,17%	2,06%	2,09%	2,16%	2,17%	2,24%
FEM	4,67%	4,78%	3,77%	3,79%	3,73%	3,82%	3,79%	3,82%	3,61%	3,66%	3,85%	3,98%	3,94%	3,76%	3,91%	3,96%	3,95%	3,74%	3,85%
FEQ	0,00%	0,12%	1,25%	1,28%	1,34%	1,56%	1,61%	1,75%	1,83%	1,88%	1,82%	1,93%	2,13%	1,96%	2,03%	2,05%	2,06%	2,03%	2,19%
FOP	6,23%	6,36%	6,39%	6,53%	6,63%	6,77%	6,75%	6,55%	6,50%	6,70%	6,61%	6,69%	6,47%	6,59%	6,29%	6,20%	6,24%	6,36%	5,83%
IA	3,76%	3,90%	3,87%	3,82%	3,71%	3,56%	3,47%	3,45%	3,43%	3,42%	3,32%	3,43%	3,46%	3,47%	3,63%	3,57%	3,73%	3,79%	3,88%
IB	9,40%	8,86%	8,60%	8,61%	8,66%	8,67%	8,63%	8,52%	8,18%	8,02%	7,60%	7,71%	7,69%	7,73%	7,54%	7,59%	7,63%	7,66%	7,56%
IC	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,44%	1,25%	1,26%	1,27%	1,46%	1,45%	1,36%	1,58%	1,47%	1,51%	1,46%	1,61%
IE	4,05%	3,98%	4,03%	3,87%	4,13%	3,84%	3,80%	3,71%	3,47%	3,64%	3,74%	3,54%	3,50%	3,51%	3,55%	3,40%	3,49%	3,43%	3,37%
IEL	3,77%	3,55%	3,49%	3,50%	3,42%	3,53%	3,52%	3,59%	3,52%	3,61%	3,55%	3,64%	3,62%	3,61%	3,56%	3,47%	3,52%	3,50%	3,57%
IFCH	4,81%	4,79%	4,93%	4,99%	4,93%	5,08%	5,13%	5,27%	5,39%	5,10%	5,03%	4,92%	4,90%	4,95%	5,17%	4,80%	5,12%	5,16%	4,94%
IFGW	8,92%	8,48%	8,70%	8,78%	8,57%	8,57%	8,24%	8,08%	7,84%	7,71%	7,49%	7,47%	7,30%	7,24%	6,97%	6,90%	6,73%	6,76%	6,39%
IG	1,67%	1,61%	1,59%	1,58%	1,58%	1,52%	1,53%	1,55%	1,48%	1,54%	1,69%	1,76%	1,97%	2,62%	2,55%	2,21%	2,20%	2,16%	2,31%
IMECC	5,94%	5,82%	5,69%	5,67%	5,57%	5,56%	5,47%	5,33%	5,50%	4,84%	4,80%	4,91%	4,82%	4,72%	4,60%	4,57%	4,71%	4,77%	4,57%
IQ	5,48%	5,15%	4,78%	4,78%	4,85%	4,77%	4,81%	4,83%	4,70%	4,71%	4,89%	4,77%	4,71%	4,57%	4,44%	5,85%	4,72%	4,73%	4,79%

ANEXO 13

Carreira Docente – Ofício de Encaminhamento para a Reitoria



ASS. DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Cidade Universitária - UNICAMP
Cx. P. 6158 - 13.081 - Campinas - SP

Fones: (0192) 39.1148
39.1301 r. 2494

Of. Nº 096/86.

Campinas, 27 de Agosto de 1986.

Ilmo.Sr.
Prof.Dr.PAULO RENATO COSTA SOUZA
Magnífico Reitor da
Universidade Estadual de Campinas

Magnífico Reitor.

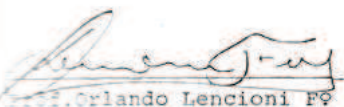
Temos o prazer de lhe encaminhar, para a devida apreciação, proposta de carreira para os docentes do CTC e do CTL

Ressaltamos que ela é o resultado de discussões levadas a 7 reuniões abertas, envolvendo Professores de ambos os Colégios Técnicos. Em seguida, a proposta foi submetida a uma enquete, durante 4 dias; foi respondida por 98 Professores que se manifestaram em sua grande maioria (95 votos) favorável à mesma.

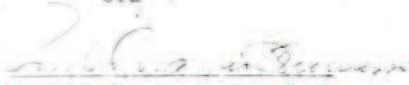
Estamos certos que Vossa Magnificência saberá dar a importância necessária a esta proposta, dado que ela contribuirá decisivamente para o aperfeiçoamento dos nossos Colégios.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.



Prof. Orlando Lencioni F9
CTL



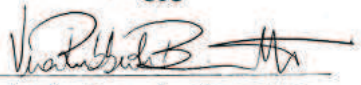
Prof. Paulo Damir Tunissi
CTL



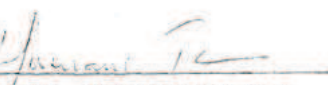
Prof. Luiz Eduardo C. Quitério
CTL



Prof. Michel Sadalla F9
CTC



Profa. Vera R. Brunetto
CTC

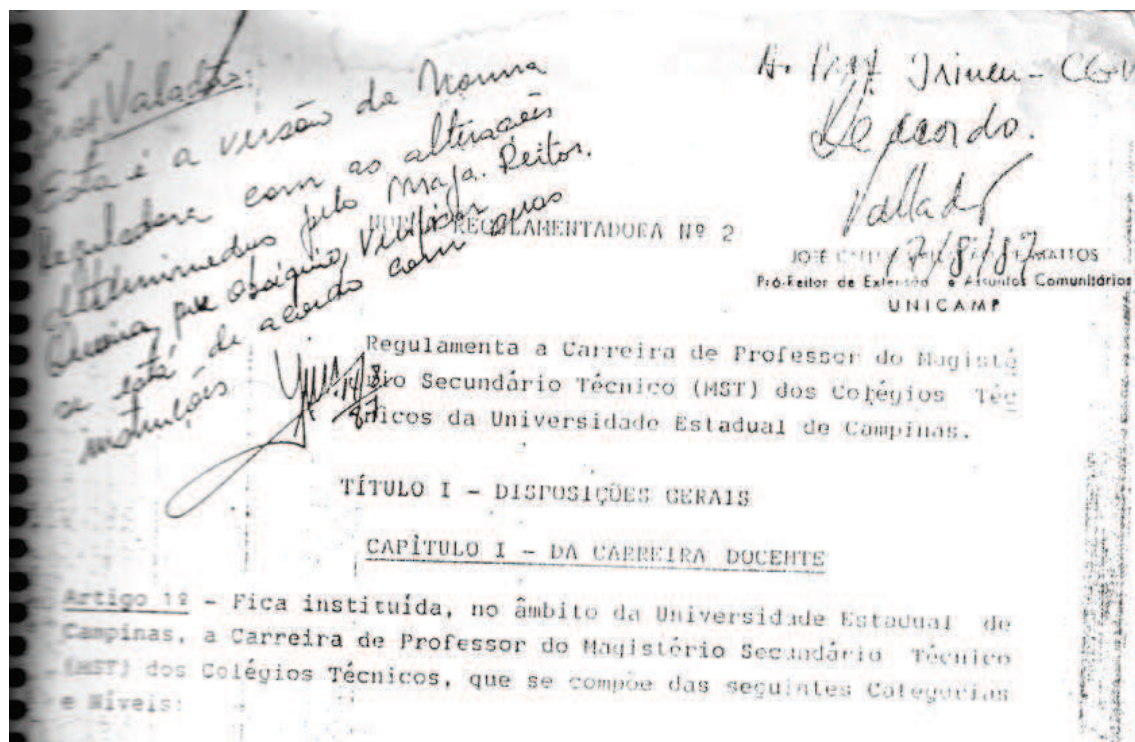


Prof. Hermano Tavares
ADUNICAMP

ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.

ANEXO 14

Carreira MST – NR 2/87: Reitor determina alterações



ANEXO 15
BOLETIM ADUNICAMP – VAMOS CONFERIR NOSSO SALÁRIO?

adunicamp

COTIL/ COTUCA

Nov/87

Vamos conferir nosso salário?

Nos meses de setembro/outubro/novembro recebemos nosso pagamento em bases da nova carreira docente MST, bem como a diferença salarial dos meses atrasados, retroativos a janeiro/87. Nem todos receberam os atrasados com a diferença do 4º gatilho a partir de junho, sendo ainda, que alguns professores não receberam a diferença salarial corretamente decorrente do enquadramento na carreira MST. Confira com as tabelas salariais, se você recebeu corretamente ou quanto tem ainda para receber.

Para facilitar os cálculos relativos à reposição salarial devido ao enquadramento (MST) e os gatilhos, pegue todos os holleriths desde janeiro/87 e monte a seguinte tabela:

MÊS	VENCIMENTOS N.T. (1)	VENCIMENTOS GATILHO (2)	VENCIMENTOS MST (3)	REPOSIÇÃO (4) (3) - [(1)+(2)]
JAN				
FEV				
MAR				
ABRIL				
MAIO				
JUN				
JULHO				
AGO				
SET *				
OUT *				
NOV				

Caso, tenha adicionais (quinqüênios) proceda da mesma maneira, lembrando que para obter o valor multiplique os vencimentos pelos índices:

1 quinqüênio = 0,05 2 quinqüênios = 0,1025

3 quinqüênios = 0,1576

Sobre o Adicional Noturno que vínhamos recebendo há 2 anos, a UNICAMP, não se sabe o porque, cortou-o sem nenhum motivo ou satisfação. Tentaremos conversar com a Reitoria a esse respeito para que tal direito seja reestabelecido o mais rápido possível.

CAMPANHA SALARIAL	
CALENDÁRIO DA MOBILIZAÇÃO	
DIA 10	- REUNIÃO DO Conselho de Representantes ADUNICAMP
SEMANA DE 9 a 13	- REUNIÕES NAS UNIDADES PARA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PARALISAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO MOVIMENTO
DIA 16	- ASSEMBLÉIA GERAL DA ADUNICAMP
DIA 17	- REUNIÃO GRUPO DOS 19 e COMISSÃO SALARIAL

Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

ANEXO 16
OFÍCIO ADUNICAMP PARA REITOR – FEVEREIRO 1985

 ASS. DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Campus Universitário - UNICAMP
Ca. P. 6155 13.081 Campinas SP
Fone: (019) 231.141
39.1301 - 2494

Campinas, 25 de fevereiro de 1988

Magnífico Reitor:

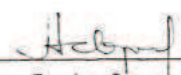
A Diretoria da ADUNICAMP encaminha a V.Sa. documento dos docentes dos Colégios Técnicos - COTUCA e COTIL - que analisa a situação salarial dos professores daquelas unidades desde a implantação da carreira docente em janeiro de 87.

A ADUNICAMP apoia as reivindicações apresentadas e entende que é o momento - dada a campanha salarial de todo o funcionalismo - de corrigir as distorções salariais causadas pelo reajuste salarial concedido pelo Governo do Estado.

Solicitamos de V.Sa. uma audiência, para tratar dessa e outras questões no prazo mais breve possível, em conjunto com os docentes dos Colégios.

Esperando contar com a compreensão de V.Sa. e no aguardo de resposta às solicitações, desde já enviamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente



Helena Costa Lopes de Freitas
Presidente da ADUNICAMP

Exmo.Sr.
Prof.Dr. PAULO RENATO COSTA SOUZA
MM.REITOR DA UNICAMP

*

ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.

Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

ANEXO 17

ESTUDOS DAS PERDAS SALARIAIS 1987



ASS. DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Cidade Universitária - UNICAMP
Cx. P. 6158 - 13.081 - Campinas - SP

Fones: (0192) 39.1148
39.1301 e 2494

COTUCA / COTIL - EVOLUÇÃO SALARIAL 87/88

A implantação da carreira docente nos Colegios Técnicos da Unicamp, foi uma grande vitória, na qual a participação efetiva dos docentes foi fundamental. Além das condições de trabalho conseguidas, os valores salariais acertados junto à Rectorie, valorizaram a atividade docente. Entretanto, desde sua implantação (Jan/87), até o presente momento, as perdas salariais impostas pela política do Governo Queiroz, anularam tudo o que conseguimos. Para efeito de comparação, colocamos os vencimentos relativos à carreira docente de Universitários (MS) e os dos colegios em Jan/87 e Jan/88.

DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

	JAN/87	TABELA ATUAL
MS1	13.590	70.005
MS2	17.973	91.029
MS3	24.632	118.338
MS4	30.035	135.996
MS5	31.801	149.580
MS6	40.907	186.972

DOCENTES COLÉGIOS - 40hs

NÍVEL	JAN 87 (1)	JAN 88 (2) *
C	10.625 (0,78MS1)	37.454 (0,53MS1)
D	12.112 (0,89MS1)	42.698 (0,61MS1)
E	13.812 (1,016MS1)	48.690 (0,69MS1)
F	15.725 (0,88MS2)	55.432 (0,79MS1)
G/H	17.850 (0,99MS2)	62.923 (0,80MS1) - (0,69MS2)
I	19.656 (1,09MS2)	69.290 (0,99MS1) - (0,76MS2)
J	21.250 (1,18MS2)	74.908 (0,82MS2)
L	23.906 (1,33MS2)	84.272 (0,92MS2)
M	26.562 (1,078MS3)	93.636 (0,79MS3)

Embora não amarrados aos MS, nossa carreira mantém nos níveis iniciais, intermediários e final uma relação de 0,78MS1, 0,99MS2 e 1,078MS3 respectivamente. Hoje vemos o quanto estamos defasados - não que os docentes universitários tiveram ganhos de salários - houve simplesmente a reposição pelo índice IPC-IBGE - nós é que estamos extremamente arcaizados. Assim não dá pra continuar. Uma ms

Uma maneira de voltarmos aos mesmos valores de Jan/87 seria, por exemplo pegarmos a referência MS2 para fixarmos o valor do nível G/H na mesma relação de Jan 87: $G/H = 0,99MS2$

ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.

Fonte: arquivo pessoal do pesquisador

ANEXO 18
RESOLUÇÃO GR Nº 58, de 19-8-2003.

<http://www.pg.UNICAMP.br/resolucoes/2003/RESOL5803.htm>

Reitor: CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

Cria Comissão de Ensino Médio e Técnico

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, de acordo com as normas e considerando:
A regulamentação da Educação Profissional, no âmbito Estadual e Nacional, em curso através da edição de Normas e Diretrizes, emanadas pelos Conselhos Estadual e Nacional;
A necessidade de deliberar sobre a criação e extinção de cursos regulares e a organização curricular;
A fixação do número de vagas por Curso, em função dos recursos humanos e materiais existentes, resolve:

Artigo 1º - Fica criada a Comissão de Ensino Médio e Técnico (CEMT) vinculada à Pró-Reitoria de Graduação.

Artigo 2º - São atribuições da Comissão de Ensino Médio e Técnico:

I - Emitir parecer ou elaborar propostas sobre:

- a) avaliação de ensino e promoção de alunos;
- b) calendários escolares dos Cursos Técnicos e de Nível Médio de cada um dos Colégios Técnicos da UNICAMP;
- c) inclusão ou supressão de normas no Regimento Interno de cada Colégio Técnico, referentes às atividades que regulamentam a vida acadêmica dos alunos dos cursos a que se refere o item b;
- d) criação e implantação de cursos técnicos e médios;
- e) criação, fusão, desdobramento ou supressão de disciplinas, propostas pelos Órgãos Colegiados dos Colégios Técnicos;
- f) realização dos cursos, elaboração dos currículos e regime didático de cada um dos Colégios Técnicos;
- g) propostas dos Colégios Técnicos, relativas à suspensão de cursos por eles ministrados;
- h) fixação do número de vagas em cada curso/disciplina, tendo em vista os recursos humanos e materiais existentes, propostas pelos Órgãos Colegiados dos Colégios Técnicos;
- i) relatórios anuais de atividades dos Colégios Técnicos.

II - Deliberar sobre:

- a) propostas que busquem melhoria do ensino e o melhor entrosamento entre os alunos,

os docentes e os cursos;

b) solicitações de cursos de férias propostos pelos Colégios;

c) constituição de subcomissões;

d) elaboração do calendário de reuniões da CEMT, bem como demais calendários que orientem suas atividades;

e) programa de recepção e acompanhamento dos calouros propostos pelos Colégios Técnicos.

§ 1º. - Os pareceres e propostas de que trata o inciso I deste artigo deverão ser submetidos à CEPE.

Artigo 3º - A CEMT é composta pelos seguintes membros:

I- Pró-Reitor de Graduação;

II- Pró-Reitor de Extensão;

III- Diretor Geral de cada Colégio Técnico;

IV- Diretor de Ensino do CTC;

V- Diretor Acadêmico do CTL;

VI- Um docente de cada uma das Áreas: Tecnológicas, Exatas, Humanas e Biológicas, oriundos das Unidades de Ensino e Pesquisa da Universidade.

§ 1º - O Pró-Reitor de Graduação exercerá a Presidência da CEMT, como membro nato e será substituído pelo Pró-Reitor de Extensão em seus impedimentos.

§ 2º - Os docentes de que trata o inciso VI, serão designados pelo Reitor, mediante indicação dos Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa que compõem cada uma das áreas.

§ 3º - Cada membro da CEMT terá um suplente, exceto o Pró-Reitor de Graduação.

Artigo 4º - Os membros da CEMT terão os seguintes mandatos:

Os referidos nos incisos I, II, III, IV e V enquanto perdurar o pressuposto da investidura.

Os referidos no inciso VI, de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução GR-033, de 21.03.01. (Republicada por ter saído com incorreções.)

Publicada no DOE de 22/10/2003.

ANEXO 19
RESOLUÇÃO GR Nº 09, de 06-02-2006.
Reitor: JOSÉ TADEU JORGE

Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão de Ensino Médio e Técnico da UNICAMP - CEMT, criada pela Resolução GR nº 58/2003 e que tem por finalidade subsidiar a Universidade a respeito da política dos Colégios Técnicos.

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições e tendo em vista o parecer da Comissão de Ensino Médio e Técnico nº 01/04, de 15.06.04,

RESOLVE:

Título I

Da Comissão de Ensino Médio e Técnico

Artigo 1º - A Comissão de Ensino Médio e Técnico possui a seguinte composição:

- I. Pró-Reitor de Graduação;
- II. Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários;
- III. Diretor Geral do Colégio Técnico de Campinas;
- IV. Diretor Geral do Colégio Técnico de Limeira;
- V. Diretor de Ensino do Colégio Técnico de Campinas;
- VI. Diretor Acadêmico do Colégio Técnico de Limeira;
- VII. Um docente pertencente a Unidades de Ensino e Pesquisa para cada uma das seguintes áreas: Tecnológicas, Exatas, Humanas e Biológicas.

§ 1º - A Presidência da CEMT será exercida pelo Pró-Reitor de Graduação que será substituído pelo Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários em seus impedimentos de qualquer ordem.

§ 2º - Os docentes de que trata o inciso VII serão designados pelo Reitor após indicação dos Diretores das Unidades de Ensino e Pesquisa que compõem cada uma das Áreas indicadas.

§ 3º - Os membros de que tratam os incisos II a VII terão suplentes que serão indicados ao Pró-Reitor de Graduação na seguinte forma:

- a) o Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários indicará seu suplente;
- b) os suplentes dos Diretores Gerais dos Colégios Técnicos serão seus respectivos Diretores Associados;
- c) o Diretor Geral de cada Colégio Técnico indicará os suplentes dos membros indicados

nos incisos V e VI;

d) os suplentes dos membros de que trata o inciso VII serão indicados da mesma forma prevista para os titulares.

Artigo 2º - Os membros da CEMT terão os seguintes mandatos:

a) os referidos nos incisos I a VI enquanto perdurar o pressuposto de suas investiduras;

b) os referidos no inciso VII de 2 (dois) anos permitida a recondução.

TÍTULO II

Das Atribuições da Comissão de Ensino Médio e Técnico

Artigo 3º - São atribuições da Comissão de Ensino Médio e Técnico:

I. Emitir parecer e/ou elaborar propostas sobre:

a) avaliação de ensino e promoção de alunos;

b) calendários escolares dos Cursos Técnicos e de Nível Médio de cada um dos Colégios Técnicos da UNICAMP;

c) inclusão ou supressão de normas no Regimento Interno de cada Colégio Técnico referentes as atividades que regulamentam a vida acadêmica dos alunos dos cursos a que se refere a alínea “b”;

d) criação e implantação de cursos técnicos e de nível médio;

e) criação, fusão, desdobramento ou supressão de disciplinas propostos pelos órgãos colegiados dos Colégios Técnicos;

f) realização dos cursos, elaboração dos currículos e regime didático de cada um dos Colégios Técnicos;

g) propostas relativas à suspensão de cursos dos Colégios Técnicos;

h) fixação do número de vagas em cada curso/disciplina propostas pelos órgãos colegiados dos Colégios Técnicos tendo em vista os recursos humanos e materiais existentes;

i) relatórios anuais de atividades dos Colégios Técnicos.

II. Deliberar sobre:

a) propostas que busquem a melhoria do ensino e o melhor entrosamento entre os alunos, os docentes e os cursos;

b) solicitações de cursos de férias propostos pelos Colégios Técnicos;

c) constituição de subcomissões;

d) elaboração do calendário de reuniões da CEMT bem como demais calendários que orientem suas atividades;

e) programa de recepção e acompanhamento dos calouros propostos pelos Colégios Técnicos

Parágrafo único - Os pareceres e propostas de que trata o inciso I deste artigo deverão ser submetidos à apreciação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão do Conselho Universitário.

TÍTULO III

Do Funcionamento da Comissão

Artigo 4º - A CEMT se reunirá, ordinariamente a cada dois meses de acordo com calendário previamente fixado.

Artigo 5º - As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Pró-Reitor de Graduação ou 1/3 dos membros que integram a Comissão.

Parágrafo Único - A convocação de reunião extraordinária será feita com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência juntamente com a distribuição da pauta.

Artigo 6º - Não havendo reunião ordinária ou extraordinária por falta de número, será convocada nova reunião, observado o intervalo de 48 horas.

Artigo 7º - A frequência às reuniões da Comissão é obrigatória.

§ 1º - O membro titular que não puder comparecer a reunião deverá justificar sua ausência e comunicar a seu suplente sobre a necessidade da substituição.

§ 2º - O membro suplente somente participará da reunião com direito a voto quando tiver assinado a lista de presença em substituição ao membro titular.

§ 3º - O membro suplente que não esteja em exercício somente poderá usar da palavra se e quando o Presidente ou o Plenário solicitar ou aquiescer.

§ 4º - Em caráter excepcional, em caso de impossibilidade do comparecimento do Diretor Geral e do Diretor Associado, um professor indicado pela Direção Geral dos Colégios Técnicos poderá representá-lo com direito a voz e voto.

Artigo 8º - A Comissão somente deliberará com a presença da maioria de seus membros.

Artigo 9º - Compete ao presidente da Comissão convocar e coordenar as reuniões encaminhando às instâncias competentes da Universidade seus pareceres e decisões.

Artigo 10º - A convocação das reuniões será realizada com antecedência mínima de uma semana, através da Secretaria da Comissão, distribuindo-se aos membros pauta dos assuntos a serem discutidos, acompanhada de pareceres ou outros documentos essenciais à deliberação.

Artigo 11º - Até 5 (cinco) dias úteis antes da reunião poderá ser inserido na pauta assunto de interesse apresentado por qualquer membro da Comissão, por escrito, a juízo do presidente, comunicando-se os demais membros.

Parágrafo Único - Somente poderão ser votadas as matérias que estejam em pauta.

Artigo 12º - As matérias deverão ser apresentadas para análise da Comissão através da Unidade Interessada com manifestação do órgão colegiado.

§1º - A Comissão também poderá analisar matéria apresentada isoladamente por um de seus membros.

§2º - A critério da Presidência poderá ser designado um relator para avaliar previamente o assunto.

Artigo 13º - As decisões da Comissão serão manifestadas através de pareceres ou deliberações que serão encaminhados às instâncias competentes da Universidade.

Artigo 14º - Qualquer membro da Comissão poderá solicitar que sua declaração de voto conste integralmente dos registros da reunião.

Artigo 15º - O Presidente somente votará em caso de necessidade de desempate.

Artigo 16º - Observado o quorum, será aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos favoráveis.

Artigo 17º - A Secretaria da Comissão redigirá a Ata da reunião da qual constará:

- a) natureza da reunião, dia, hora e local de sua realização;
- b) nome do Presidente e dos membros que compareceram a reunião e justificativas de ausência;
- c) as conclusões, pareceres, deliberações e síntese da discussão relativos a cada matéria ou item de pauta com a respectiva votação;
- d) propostas e votos apresentados por escrito; e
- e) demais ocorrências da reunião.

Artigo 18º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no DOE de 14/02/2006

ANEXO 20
COMISSÃO PARA ESTUDAR DEMISSÃO NO COLÉGIO TÉCNICO DE CAMPINAS E
ELABORAR PROPOSTA PARA SUA INSERÇÃO NA UNIVERSIDADE

Membros	Representação
1. José Ellis Ripper Filho	Membro da primeira Comissão
2. Carlos Ignácio Zamitti Mammana	Membro da primeira Comissão
3. Jorge Lobo Miglioli	Bancada Docente
4. Rubens Azevedo Alves	Bancada Docente
5. Wallace Alves de Oliveira	Bancada Docente
6. Hermano de Medeiros F. Tavares	Faculdade de Engenharia Campinas
7. Elza Cotrim Soares	Faculdade de Ciências Médicas
8. Pedro Laudinor Goergem	Faculdade de Educação
9. Gualberto Estades	Instituto de Artes
10. Morency Arouca	Faculdade de Engenharia de Limeira
11. Haquira Osakabe	Instituto de Estudos de Linguagem
12. Antônio Carlos Neder	Faculdade de Odontologia Piracicaba
13. Luiz Manoel Aleixo	Instituto de Química
14. Diretora do Instituto de Matemática	Instituto de Matemática

Fonte: UNICAMP, Conselho Diretor, Ata da 183ª Sessão, 19/08/1980)

ANEXO 21

Tabelas Número de vagas, cursos, concluintes, ingressantes, candidatos,

Tabela 6 – Evolução de vagas 1967-2007

Ano	1967	1972	1977	1982	1987	1992	1997	2003	2007
Vagas	120	160	160	280	340	340	400	810	790

Tabela 6 – Evolução de vagas 1967-2007
(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 7 – Evolução de cursos 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cursos	9	9	9	9	11	10	11	11	11	11	14	15	19	19	22	22	22	21	21

Tabela 7 – Evolução de cursos 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 8 – Evolução de candidatos 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Candidatos	2815	3201	3434	3659	4252	5280	5174	4623	4636	4333	5269	5466	5609	5988	5340	5797	6310	6272	5753

Tabela 8 – Evolução de candidatos 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 9 – Evolução de ingressantes 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Ingressantes	297	290	280	303	350	313	338	368	322	366	438	479	619	790	803	670	697	645	790

Tabela 9 – Evolução de ingressantes 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 10 – Evolução de matriculados 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Matriculados	1218	1106	1064	1042	1086	1114	1124	1205	1253	1341	1407	1478	1658	1635	1618	1664	1840	1820	1993

Tabela 10 – Evolução de matriculados 1989-2007

(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 11 – Evolução de concluintes (Ensino Médio) 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Concluintes	136	162	145	144	151	156	160	138	182	193	173	178	195	226	218	225	205	179	170

Tabela 11 – Evolução de concluintes (Ensino Médio) 1989-2007

(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 12 – Evolução de concluintes (Ensino Técnico) 1989-2007

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Concluintes	193	164	213	207	166	200	181	171	186	210	217	281	316	329	218	312	277	338	484

Tabela 12 – Evolução de concluintes (Ensino Técnico) 1989-2007

(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

Tabela 13 – Evolução de concluintes (Especialização) 2001-2007

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Concluintes	14	7	21	33	29	23	41

Tabela 13 – Evolução de concluintes (Especialização) 2001-2007

(Fonte: Anuário Estatístico UNICAMP 20)

ANEXO 22

Gráficos

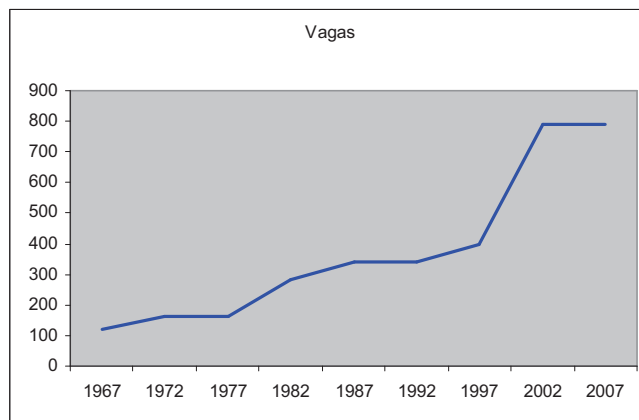


Gráfico 1 – Evolução de vagas 1967-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

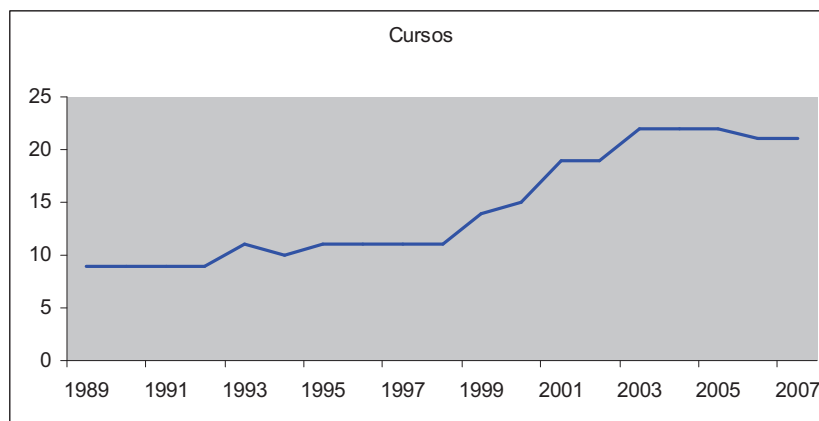


Gráfico 2 – Evolução de cursos 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

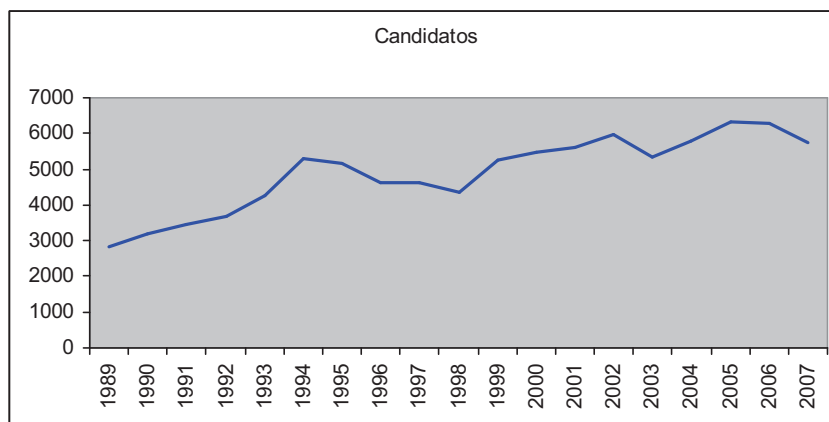


Gráfico 3 – Evolução de candidatos 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

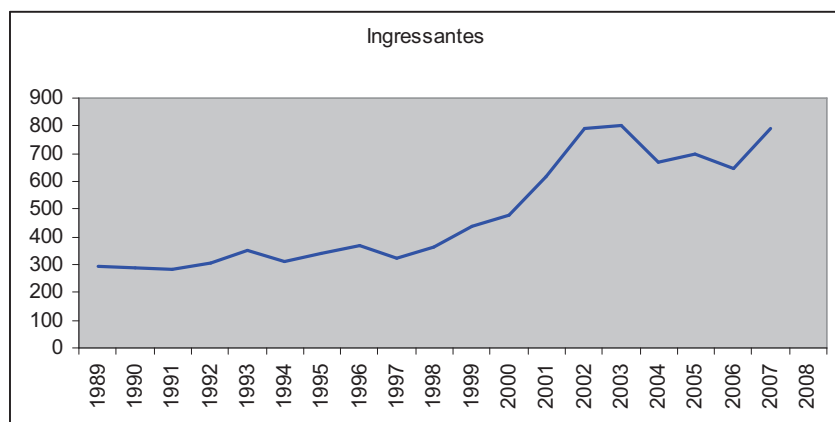


Gráfico 4 – Evolução de ingressantes 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

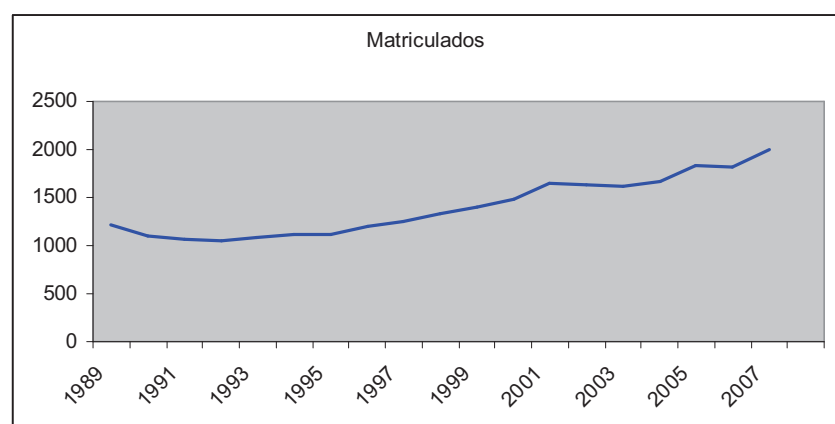


Gráfico 5 – Evolução de matriculados 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

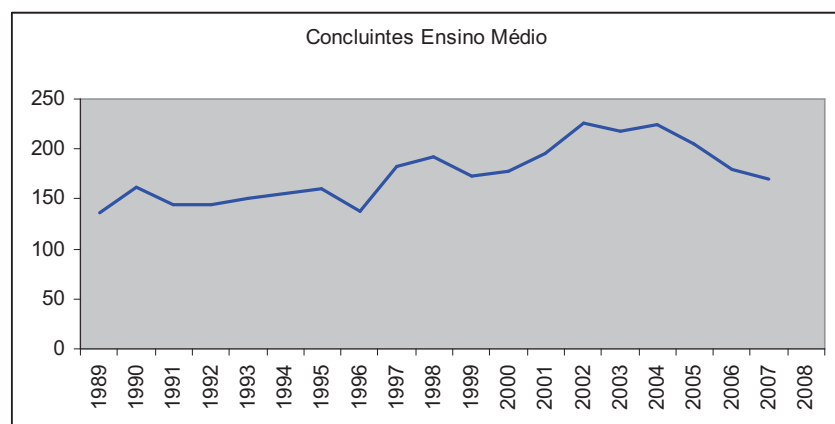


Gráfico 6 – Evolução de concluintes (Ensino Médio) 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

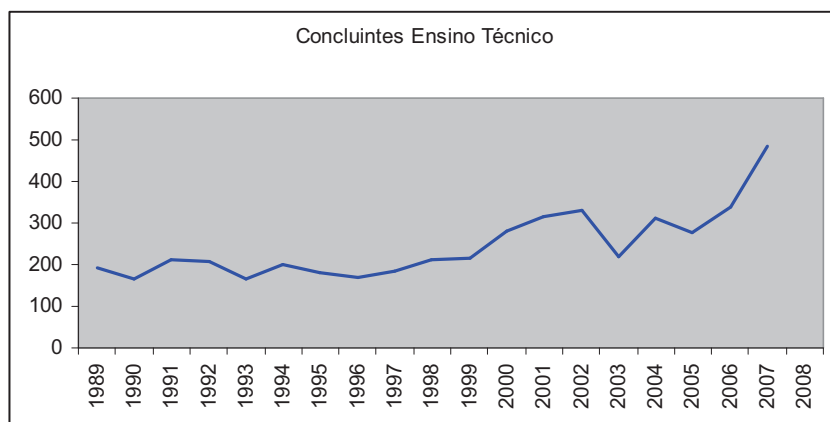


Gráfico 7 – Evolução de concluintes (Ensino Técnico) 1989-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

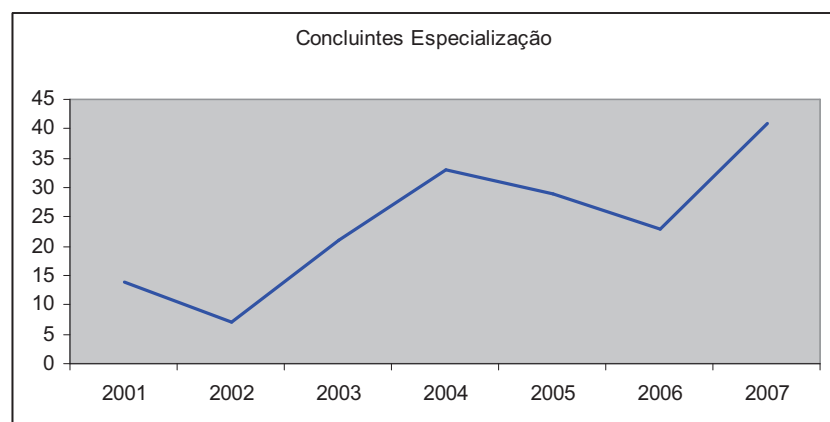


Gráfico 8 – Evolução de concluintes (Especialização) 2001-2007
(Fonte: Anuário Estatístico Unicamp 20)

ANEXO 23

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Entrevistado: Antônio Vivaldi Rodrigues Data: 19/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Ex-aluno Cotuca (1ª turma Eletrotécnica – 1967)
Formação: Engenheiro Elétrico e Telecomunicações. Doutor em Engenharia Elétrica

Entrevistado: Newton da Silva
Data: 21/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Ex-aluno Cotuca (1ª turma Máquinas e Motores – 1967)
Formação: Engenheiro Civil

Entrevistado: Paulo Armando Panunzio
Data: 11/01/2010
Instrumento: Presencial e e-mail
Categoria: Colégios Técnicos Universitários – UNESP Guaratinguetá
Formação: Graduação em Engenharia Elétrica (Unitau) e Pedagogia (OGE)
Mestrado em Engenharia da Energia (Unifei)
Atuação: Professor do Colégio Técnico de Guaratinguetá

Entrevistado: Rosilene Siray Bicalho Data: 12/01/2010
Instrumento: Presencial e e-mail
Categoria: Colégios Técnicos Universitários – COLTEC UFMG
Formação: Graduação em Biologia (UFMG)
Doutorado em Parasitologia (UFMG)
Atuação: Professor do Coltec – UFMG

Entrevistado: Andréia Cristina Ferreira Silva Data: 12/01/2010
Instrumento: Telefone e e-mail
Categoria: Colégios Técnicos Universitários – UNESP Jaboticabal
Formação: Graduação em Engenharia Agrônoma (FAFRAM)
Mestrado (UNESP/Jaboticabal)
Doutorado (UNESP/Jaboticabal)
Atuação: Diretora Associada do Colégio Técnico Agrícola de Jaboticabal / UNESP

Entrevistado: Mara C. Gimenez Garcia Data: 12/01/2010
Instrumento: E-mail
Categoria: Colégios Técnicos Universitários
Formação:
Atuação: Secretária CTI/UNESP/Bauru

Entrevistado: Paulo César de Souza Ignácio Data: 19/01/2010
Instrumento: E-mail
Categoria: Colégios Técnicos Universitários
Formação: Graduação em Ciências Agrícolas (UFRuRJ)
 Mestrado em Educação (UFF)
 Doutorado em Educação (FE/Unicamp)
Atuação: Diretor de Ensino do Colégio Técnico de Juiz de Fora

Entrevistado: Guilherme Wood Data: 23/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: CONSU
Formação: Graduação em Engenharia Elétrica (FEEC/Unicamp)
 Mestrado em Engenharia Biomédica (FEEC/Unicamp)
Atuação: Professor do Cotuca, Chefe de Departamento, Representante no Consu

Entrevistado: Luis Eduardo Quitério Data: 21/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Representação Docente ADUNICAMP
Formação: Licenciatura (UFPR)
Atuação: Professor do Cotil

Entrevistado: Quintal Data: 21/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Representação Docente ADUNICAMP
Formação: Graduação em Matemática (PUC Campinas)
Atuação: Professor do Cotil

Entrevistado: Orlando Lecione Data: 21/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Representação Docente ADUNICAMP
Formação:
Atuação: Professor do Cotil

Entrevistado: Vera Rubbioli Data: 06/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Representação Docente ADUNICAMP
Formação: Graduação em Física (IFGW/Unicamp)
Atuação: Professora do Cotuca

Entrevistado: Cristina Rubega Data: 04/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores Cotuca
Formação: Graduação e Mestrado em Química (IQ/Unicamp)
Doutorado em Educação (FE/Unicamp)
Atuação: Diretora de Ensino do Cotuca

Entrevistado: Hermano Tavares Data: 28/12/2009
Instrumento: Entrevista
Categoria: Reitores
Formação: Graduação em Engenharia Elétrica no ITA
Doutorado
Atuação: Reitor da Unicamp

Entrevistado: Carlos Henrique de Brito Cruz Data: 15/01/2010
Instrumento: Telefone
Categoria: Reitores
Formação:
Atuação: Reitor da Unicamp

Entrevistado: José Martins Filho Data: 17/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Reitores
Formação: Graduação em Medicina (USP)
Professor Titular
Atuação: Faculdade de Medicina

Entrevistado: José Tadeu Jorge Data: 06/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Reitores
Formação: Graduação em Engenharia de Alimentos
Mestrado em Tecnologia de Alimentos
Professor Titular
Atuação: Faculdade de Engenharia Agrícola

Entrevistado: Carlos Vogt Data: 22/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Reitores
Formação: Graduação em Letras (USP)
Mestrado em Letras (Universidade de Besançon – França)
Atuação: Instituto de Linguística

Entrevistado: Archimedes Perez Filho Data: 22/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Pró-Reitores
Formação:
Atuação: Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Entrevistado: Roberto Teixeira Mendes Data: 22/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários
Formação: Graduação em Medicina (FCM/Unicamp)
Atuação: Faculdade de Medicina

Entrevistado: José Carlos Valadão de Mattos Data: 29/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Pró-Reitores de Extensão e Assuntos Comunitários
Formação: Graduação em Física (UnB)
Mestrado (UnB)
Doutorado em Física (University of Southern Califórnia – EUA)
Atuação: Instituto de Física

Entrevistado: Celso Akira Nishibe Data: 25/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores
Formação: Graduação em Engenharia Civil (PUC Campinas)
Atuação: Professor Cotuca

Entrevistado: Edgard Dal Molin Jr. Data: 22/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores
Formação: Graduação (UFSCar)
Atuação: Professor Cotuca

Entrevistado: Ednilson Simões Data: 21/12/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores
Formação:
Atuação: Professor Cotil (aposentado)

Entrevistado: Fernando Antônio Arantes Data: 18/11/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores
Formação: Graduação (Fatec)
Atuação: Professor do Cotuca

Entrevistado: José Roberto Sundfeld Data: 23/11/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores
Formação: Graduação em Pedagogia (UNESP)
Atuação: Orientador Pedagógico Cotuca (aposentado)

Entrevistado: Manuel da Silva Data: 14/10/2009
Instrumento: Telefone
Categoria: Diretores
Formação:
Atuação: Primeiro Diretor do Cotil

Entrevistado: Maurílio do Carmo e Silva Data: 20/11/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores do Cotil
Formação: Graduação em Matemática e Engenharia Civil
Atuação: Professor do Cotil

Entrevistado: Osmar Salles Data: 25/11/2009
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores do Cotuca
Formação:
Atuação: Diretor do Cotuca

Entrevistado: Paulo Sérgio Saran Data: 07/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Diretores do Cotil
Formação: Graduação em Engenharia Civil (FEL/Unicamp)
Atuação: Professor Cotil

Entrevistado: Anselmo Eduardo Diniz Data: 15/01/2010
Instrumento: Presencial
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico - Mecânica
Formação: Graduação em Engenharia Mecânica (FEM/Unicamp)
Mestrado e Doutorado (FEM/Unicamp) / Professor Titular
Atuação: Professor da FEM / Diretor da FEM 2006-2010

Entrevistado: Margareth Ortiz de Camargo Data: 25/01/2010
Instrumento: E-mail + presencial
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Processamento de Dados
Formação: Graduação em Matemática Pura
Atuação: Analista de Sistemas Centro de Computação da UNICAMP (época coordenação)

Entrevistado: Francisco da Fonseca Rodrigues Data:
Instrumento: Telefone
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Processamento de Dados
Formação: Graduação em Ciências da Computação
Atuação: Professor Cotuca

Entrevistado: Kil Jin Park Data:
Instrumento: Telefone + e-mail
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Tecnologia de Alimentos
Formação: Graduação e Mestrado em Engenharia de Alimentos
Doutorado em Engenharia Mecânica
Atuação: Professor da FEA e da FEAGRI

Entrevistado: José Tomaz Vieira Pereira Data:
Instrumento: Telefone
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Mecânica
Formação: Graduação em Engenharia Mecânica
Mestrado e Doutorado em Engenharia Mecânica / Professor Titular
Atuação: Professor FEM

Entrevistado: Aparecida Celi Caporalini Data:
Instrumento: Telefone + e-mail
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Enfermagem
Formação:
Atuação: Professor Cotuca

Entrevistado: Jane Rizzo Palermo Data:
Instrumento: Telefone
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Tecnologia de Alimentos
Formação: Graduação em Engenharia de Alimentos
Mestrado
Atuação: Professor Cotuca

Entrevistado: Maria Elizabete S. Tocchini Data:
Instrumento: Telefone
Categoria: Coordenadores de Curso Técnico – Tecnologia de Alimentos Formação: Graduação
em Engenharia de Alimentos (FEA/Unicamp)
Atuação: Professor Cotuca (aposentada)

Entrevistado: José Frederico da Costa Azevedo Meyer Data: 10/01/2010
Instrumento:
Categoria: Coordenadores de Curso
Formação: Graduação
 Mestrado
 Doutorado
Atuação:

Entrevistado: Nelson Bolzani Data: 02/01/2010
Instrumento: Telefone
Categoria: Ex-Professores
Formação:
Atuação: Professor Cotuca (aposentado)

ANEXO 24

PLACA DE FORMATURA DA PRIMEIRA TURMA DO COTUCA EM HOMENAGEM AO PROFESSOR ÁLVARO FRANÇA DE BARROS

HOMENAGEM ESPECIAL DO COTUCA

AO PROF. ÁLVARO FRANÇA DE BARROS

Idealizador e Primeiro Diretor do Colégio Técnico Industrial da Universidade Estadual de Campinas

A história provou que o Educador estava certo, ao lutar pelo Colégio, símbolo de qualidade do Ensino Médio e Técnico.
O eminente professor influenciou com seu carisma, personalidade e ideais a todos que com ele conviveram.

Primeira Turma de 1967 - Formandos de 1970

MÁQUINAS E MOTORES

Alexandre Siqueira Caldas
Antonio Carlos Azevedo
Eduardo Pastana Righetto
Fernando Aparecido Calipo
Francisco Máximo Filho
João Maurício Padin Barbosa
José Alcalde Erguy Junior
José Massato Saito
Lourival Simões de Souza
Milton Carlos Thoni Ruffolo
Nelson Eiji Shirasawa
Nilton da Silva

ELETROTÉCNICA

Antonio Vivaldi Rodrigues
Luiz Antonio Máximo
Moacyr Santos de Campos Junior



UNICAMP

TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

Arnaldo Vieira Lomônaco
Eduardo Henrique Salles
John Michael Montgomery
José Benedito Amstalden (*in memoriam*)
Juan Manuel Antonio Martin Sanches
Regina Maria S. B. Stucchi
Rodrigo Otávio Teixeira Neto
Sonia Maria de Barros Campos

Prof. Michel Sadalla Filho
Diretor do Colégio Técnico de Campinas

Giacomo Carnevale
Ismael Matos Meira
Direção Executiva da APM

Prof. Robert Eduard Costallat Duclos
Em nome dos professores pioneiros do COTUCA

30 de Outubro de 2002

ANEXO 25
RESOLUÇÃO GR Nº 33, de 2001.

Reitor: HERMANO TAVARES

Cria Comissão de Especialistas para Análise e Avaliação dos Planos de Cursos dos Colégios Técnicos da UNICAMP

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, CONSIDERANDO.

- a regulamentação da Reforma da Educação Profissional, no âmbito do Sistema do Estado de São Paulo, através da Indicação CEE nº 08/200, que trata das Diretrizes Curriculares da Educação profissional de Nível Técnico

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica criada Comissão de Especialistas, subordinada diretamente à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários com o objetivo de analisar e avaliar os Planos de Cursos dos Colégios Técnicos da UNICAMP.

Artigo 2º - A Comissão será composta pelos membros abaixo relacionados:

- Profa. Dra. Maria Evelyn Pompeo do Nascimento - FE
- Prof. Dr. Eduardo Tavares Costa - CEB
- Prof. Dr. Leandro Palermo Júnior - FEC
- Prof. Dr. José Luiz Pereira - FEA
- Prof. Dr. Márcio Luiz de Andrade Neto FEEC
- Profa. Dra. Meuris Gurgel Carlos da Silva - FEQ
- Prof. Dr. Auteliano Antunes dos Santos Junior - FEM
- Profa. Dra. Maria do Carmo Gonçalves - IQ
- Prof. Dr. Neucimar Jerônimo Leite - IC
- Prof. Dr. Mauro Antônio Pires Dias da Silva - FCM

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publicada no DOE de 21/03/2001

Disponível em: <http://www.pg.unicamp.br/resolucoes/2001/RESOL3301.htm> Acesso
22/03/2010

ANEXO 26

Evolução orçamentária do COTUCA x Média das Unidades de Ensino e Pesquisa (1989 a 2007)

Orçamento do Cotuca no ano em questão						Δ (%) ao ano anterior	
ANO	Moeda	TOTAL	Pessoal	Custeio	Capital	Cotuca	Média das UEP
		Valor nominal	(%)	(%)	(%)		
1989	NCZ\$	6.153.200	92,34%	3,73%	3,93%		
1990	Cr\$	173.259.244	94,95%	4,98%	0,07%		
1991	Cr\$	745.109.292	95,03%	4,91%	0,06%	330,1%	342,9%
1992	Cr\$	7.342.698.136	94,79%	5,15%	0,07%	885,5%	911,9%
1993	CR\$	204.216.361	95,12%	4,62%	0,26%		
1994	R\$	1.658.089	95,28%	3,90%	0,81%		
1995	R\$	3.139.634	93,75%	5,47%	0,78%	89,4%	80,5%
1996	R\$	3.588.188	93,67%	5,52%	0,81%	14,3%	21,1%
1997	R\$	4.481.898	93,93%	5,45%	0,62%	24,9%	13,3%
1998	R\$	4.968.302	93,97%	5,33%	0,70%	10,9%	3,0%
1999	R\$	5.433.893	94,29%	5,14%	0,57%	9,4%	2,2%
2000	R\$	6.446.387	93,77%	6,07%	0,16%	18,6%	17,9%
2001	R\$	7.941.790	93,17%	6,47%	0,36%	23,2%	19,7%
2002	R\$	8.691.637	93,72%	4,55%	1,73%	9,4%	18,4%
2003	R\$	9.844.964	94,44%	5,25%	0,31%	13,3%	4,2%
2004	R\$	10.640.690	94,12%	5,64%	0,26%	8,1%	13,4%
2005	R\$	12.908.747	94,78%	5,19%	0,04%	21,3%	14,0%
2006	R\$	13.980.495	94,64%	5,24%	0,13%	8,3%	6,8%
2007	R\$	14.909.641	94,98%	4,83%	0,19%	6,6%	8,5%
2008	R\$	12.273.480	92,93%	6,15%	0,92%	-17,7%	-12,2%

Tabela 14 – Evolução orçamentária do COTUCA x Média das Unidades de Ensino e Pesquisa (1989 a 2007)

Fonte: UNICAMP, AEPLAN (arquivo especial fornecido ao pesquisador)

ANEXO 27

GRÁFICOS RELATIVOS À PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS UEP NO ORÇAMENTO DA UNICAMP (1989 – 2007)

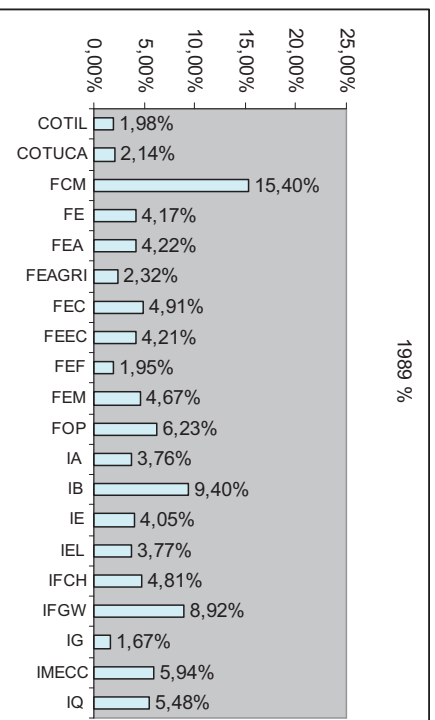


Gráfico 9 – Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP (1989)

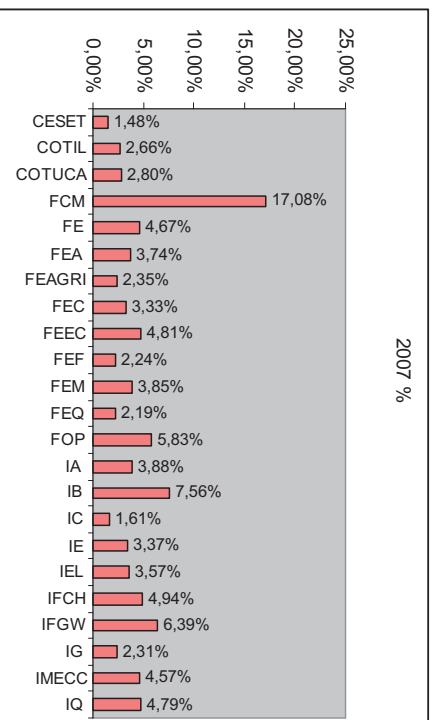


Gráfico 10 - – Participação percentual das UEP's no orçamento da UNICAMP (2007)

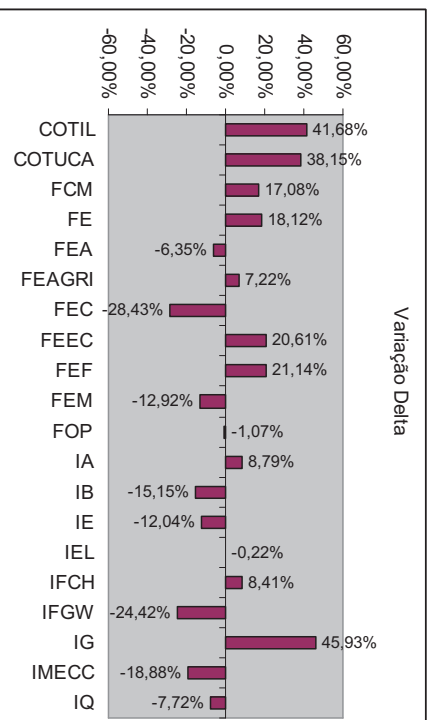


Gráfico 11 – Evolução da participação percentual das UEP no orçamento da UNICAMP (1989 – 2007)

ANEXO 28

ALGUNS INDICADORES TRABALHISTAS DOS PROFESSORES DO COTUCA

(Fonte: Holleriths da professora Elvira Puggina Schubert)

1. FUNÇÃO DESCRITA NO HOLLERITH

Professor Aulas Dadas 1972:

Ministrar aulas: alteração em Jan/1976:

Professor NT: alteração em Nov./1984

Professor Magistério Secundário Técnico: alteração em Ago/1987 retroativo a Jan/87

2. REGIME DE TRABALHO:

CLT: Jan/1984 aparece pela primeira vez permanecendo até Dez/1988 quando passou a contribuir para o IAMSP

ESUNICAMP: Ago/1990 lançado pela primeira vez no hollerith

3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA:

INPS (8%) – início em Jan/1975

IAPAS em substituição ao INSS: Jan/1987

IPESP: 7% início em Dez/1989, alterado para 6% a partir de Nov/1990

IAMSP: início 2% em Dez/1989

4. FGTS: Out/1981 primeiro lançamento

5. GRATIFICAÇÃO DE COORDENAÇÃO:

1ª vez: início Nov/1979, cortada em Junho/1981

2ª vez: início an/1985

6. MELHORIAS SALARIAIS NO INÍCIO DOS ANOS 1980 (após a crise)

Maio/1980 – reajuste de 38%

Junho/1981 – reajuste de 291%

Dez/1985 – um nível na Carreira NT (para todos os professores)

Julho/1988 – reenquadramento na Carreira MST (para todos os professores)

7. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

ASSUC no primeiro hollerith consultado já havia desconto

ADUNICAMP – Out/1981 primeiro lançamento (provavelmente fruto do movimento dos professores neste ano para aumentar o valor da hora-aula)

8. SEXTA PARTE - Início de recebimento em 1989